

Sítio Alagadiço Novo

Entre Valor e Transformação,
uma evolução da cidade de Fortaleza, Ce

Marina de Castro Teixeira Maia
Orientadora: Profª Drª Inês Martina Lersch

Porto Alegre, 2018

Marina de Castro Teixeira Maia

**SÍTIO ALAGADIÇO NOVO:
ENTRE VALOR E TRANSFORMAÇÃO,
UMA EVOLUÇÃO DA CIDADE DE FORTALEZA, CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Rio Grande do Sul (PROPUR | UFRGS), na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Orientadora: Prof^a: Dr^a. Inês Martina Lersch.

Porto Alegre, 2018

CIP - Catalogação na Publicação

Maia, Marina de Castro Teixeira
Sítio Alagadiço Novo: Entre Valor e Transformação,
uma evolução da cidade de Fortaleza, Ce / Marina de
Castro Teixeira Maia. -- 2018.
346 f.
Orientadora: Inês Martina Lersch.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura,
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Sítio Alagadiço Novo. 2. Fortaleza, Ce. 3.
Atribuição de valor. 4. Evolução Urbana. 5. Patrimônio
Cultural. I. Lersch, Inês Martina, orient. II.
Título.

Marina de Castro Teixeira Maia

**SÍTIO ALAGADIÇO NOVO:
ENTRE VALOR E TRANSFORMAÇÃO,
UMA EVOLUÇÃO DA CIDADE DE FORTALEZA, CE**

Banca examinadora:

Prof. Dr. Romeu Duarte Júnior
(Examinador externo – PPGAUD | UFC)

Prof. Dr. João Farias Rovati
(Examinador interno – PROPUR | UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Célia Ferraz de Souza
(Examinadora interna – PROPUR | UFRGS)

Porto Alegre, 2018

Agradecimentos

Valho-me desta oportunidade para expressar meus agradecimentos àquelas pessoas que, de maneiras diferentes, fizeram parte e ajudaram na produção desta dissertação. Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Prof^a Inês Martina Lersch, pela oportunidade de trabalharmos juntas. Tive a sorte de, além de ser gratificada com o aprendizado proporcionado por nossa pesquisa, também ser recebida com amizade e muito carinho nessa jornada tão importante para nós duas.

Agradeço, ainda, à Prof^a Daniela Fialho, amiga, que não só contribuiu muito com a pesquisa, como me depositou confiança e me deu pouso para que, assim, pudesse terminar a escrita do trabalho nesses últimos meses.

Meu forte agradecimento, ainda, ao meu ex-orientador e amigo, Prof. José Almir Farias Filho, com quem iniciei essa pesquisa e que muito me apoiou no início dessa empreitada. Muito obrigada, Almir, pelo trabalho juntos e por seguir confiando em mim.

Aos membros da banca, Prof. Romeu Duarte, Prof. João Rovatti e Prof^a Célia Ferraz, que fizeram parte da minha caminhada universitária na graduação e na pós, muito obrigada pela presença, pelo modelo de profissionalismo e de apreço às questões da história da cidade. Vocês são exemplos que levo sempre comigo.

Muito obrigada, ainda, aos demais professores e funcionários da UFRGS e, especialmente, do PROPUR; aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Ceará e da 4^a SR/IPHAN que, sempre solícitos, facilitaram meu trabalho no empreendimento desta dissertação.

Como não poderia esquecer, agradeço também à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo privilégio de ter sido bolsista durante todo o período do mestrado.

Agradeço fortemente à minha família, que, ainda que longe, sempre perto, são meu esteio. Aos meus irmãos, Lili e Heitor, à minha madrinha, Fátima, à Tia Patrícia, Tio Vicente, às minhas avós, Penha e Mundinha, muito obrigada pela confiança, apoio e alegria de cada reencontro.

Aos amigos de Fortaleza, que aquecem meu coração de saudade. Deba, Nico, Rafa, Sofs, Lara, Natasha, Dimi, Waldemas e Hector, sou sempre grata pelo que vivemos e viveremos juntos. Avante!

Aos amigos que Porto Alegre me trouxe, Re, Taia, Nath, Natan, Dudu, Vini, Rachel, vocês não sabem o quão foram importantes nessa caminhada. Muito obrigada pelo apoio, pelas conversas, risadas, pelo amor e pela confiança que vocês depositaram em mim.

Muito obrigada, claro, ao meu pai, o melhor de todos, que mesmo na distância me é essencial e presente. Obrigada, pai, por, mais uma vez acreditar nas minhas escolhas e sedimentar o caminho com seu apoio e amor.

Agradeço ainda à minha mãe, sempre. Das coisas que eu poderia lhe dizer, tenho a consciência de que nada lhe faria jus. Eu não sei o que eu sou, mas sendo o que sou, dentro dessa hipótese, eu devo tudo a você. Obrigada por ser a minha pessoa, meu exemplo e minha fortaleza. Juntas sempre!

Agradeço, finalmente, ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva e à Presidenta Dilma Rousseff, cujos mandatos foram capitais na produção de uma universidade pública, livre e de qualidade durante todo o tempo em que fui estudante.

Muito obrigada a todos!

Lula Livre!

Resumo

O tema desta pesquisa é a atribuição de valor no campo do Patrimônio Cultural e o Sítio Alagadiço Novo, em Fortaleza, Ceará, é seu objeto de estudo. O Sítio Alagadiço foi o local de nascimento do romancista José de Alencar e teve suas terras remanescentes tombadas em 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN). Propriedade da Universidade Federal do Ceará (UFC) desde 1965, o lugar abriga a instituição *Casa de José de Alencar* (CJA), órgão subordinado diretamente à Reitoria da UFC. A CJA é, inclusive, a denominação por que o Sítio é mais comumente conhecido pela comunidade fortalezense hoje. Isso posto, a questão de pesquisa da dissertação é: O que legitimou o tombamento do Sítio Alagadiço Novo? A fim de responder tal pergunta primeiro levantou-se a historiografia do Sítio em ordem com a história dos Alencar e com a evolução urbana de Fortaleza. Foram estipuladas três fases que correspondem aos ciclos econômicos da cidade, bem como coincidem com os ciclos em que (I) o Sítio Alagadiço Novo não existia como tal (1700-1810); (II) em que os Alencar viveram no lugar (1810-1930) e (III) ao ciclo pós-Alencar (1930-2018). A interpretação desse recorte historiográfico foi feita por meio do uso dos conceitos de Valor e Imaginário que serviram à provação da hipótese de que o tombamento do Sítio, em sua gênese, deveu-se à introjeção de um imaginário em torno da figura do escritor José de Alencar transformado em herói local no início do século XX.

Palavras-chave: Valor; Imaginário, Patrimônio Cultural, Evolução Urbana, Sítio Alagadiço Novo, Fortaleza-Ce

Abstract

This research explores the value attribution in the field of Cultural Heritage and the *Sítio Alagadiço Novo*, in *Fortaleza, Ceará*, is the object of the study. The *Sítio Alagadiço* was the birthplace of the novelist José de Alencar and had its remaining lands listed in 2012 by the National Historical Heritage Institute (IPHAN). Property of the Federal University of Ceará (UFC) since 1965, the place houses the institution *Casa de José de Alencar* (CJA), a subordinate body of the UFC's Board. The CJA is even the denomination by which the site is most commonly known by the community of Fortaleza nowadays. With that being said, the research question of this dissertation is: What values did legitimize the heritage listing of *Sítio Alagadiço Novo*? In order to answer such a question, the historiography of the Site was elaborated in parallel with the history of the Alencar family and the urban evolution of Fortaleza. Three phases were stipulated corresponding to the economic cycles of the city as well as coincide with the cycles in which (I) the *Sítio Alagadiço Novo* did not exist as such (1700-1810); (II) in which the Alencar family lived in the place (1810-1930) and (III) the Post-Alencar cycle (1930-2018). The interpretation of this historiographic clipping was made through the use of the concepts of Value and Imaginary that served to test the following hypothesis: the listing of the Site, in its genesis, was due to the introjection of an imaginary around the figure of José de Alencar, whom was transformed into a local hero in the early 20th century.

Key-words: Value; Imaginary; Cultural Heritage; Urban History; *Sítio Alagadiço Novo*; Fortaleza, Ce

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APECE – Arquivo Público do Estado do Ceará

AUMEF – Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza

CJA – Casa de José de Alencar

Comel – Comércio e Engenharia LTDA

CODEF – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza

CODICI – Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICA – Instituto de Cultura e Arte (UFC)

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PLANDIRF - Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza

PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza

Sofragil - Sociedade de Fomento Agroindustrial LTDA

SEUMA – Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza

SEINF – Secretaria de Infraestrutura do Município de Fortaleza

SR/IPHAN – Superintendência IPHAN

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNIFOR – Universidade de Fortaleza

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

- Fig. 1** Localização do Sítio Alagadiço Novo e infraestrutura circundante. p. 26
FONTE: Elaborado pela autora.
- Fig. 2** José de Alencar. FONTE: <http://academia.org.br> p.27
- Fig. 3** Vista aérea do Sítio Alagadiço Novo, com delimitação da poligonal de tombamento do IPHAN. FONTE: Imagem *Google Earth* com legenda própria. p. 28
- Fig. 4** Mapa de massas vegetais do Sítio Alagadiço Novo. FONTE: Elaborado pela autora a partir da restituição aerofotogramétrica de Fortaleza (2010) e de informações obtidas através de observação do local. p. 28
- Fig. 5** Fotografia da casa histórica do Sítio Alagadiço Novo. FONTE: Acervo da 4ª SR/IPHAN p. 29
- Fig. 6** Fotografia da sede administrativa da UFC no Sítio Alagadiço Novo. FONTE: Acervo da 4ª SR/IPHAN p. 29
- Fig. 7** Fotografia das ruínas do 1º engenho a vapor do Ceará, localizado no Sítio Alagadiço Novo. FONTE: Acervo da 4ª SR/IPHAN p. 29
- Fig. 8** Diagrama *O Campo Histórico adaptado* da obra de José D'Assunção Barros, 2015, p. 95 p. 39
- Fig. 9** Diagrama de etapas da pesquisa. FONTE: Elaborado pela autora. p. 41
- Fig. 10** Fluxograma genérico de evolução urbana utilizado na dissertação. FONTE: Elaborado pela autora e inspirado no trabalho de SOUZA e MÜLLER, 1997 p. 45

CAPÍTULO 3

- Fig. 11** Plano aproximado da enseada da Vila de N.S. da Assumpção. Mapa base: Plano aproximado da Enseada da Villa de N. S. da Assumpção [...] tirado pelo capitão de Fragata Fo [rancisco]. A[ntonio]. M[arques]. FONTE: Arquivo do Exército/AHEX, *Apud* ANDRADE, 2012, p. 36 p. 89
- Fig. 12** Reconstituição cartográfica da enseada da Vila N.S. da Assunção. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Plano aproximado da Enseada da Villa de N. S. da Assumpção [...] tirado pelo capitão de Fragata Fo A M Giraldes. FONTE: ANDRADE, 2012, p. 62 p. 90
- Fig. 13** Planta do Forte Schoonenborch construído pelos holandeses na Capitania do Ceará. FONTE: Original manuscrito de Algemenn Rijksarchief, 1649. *Apud* REIS, 2000b, p. s/n p. 92

- Fig. 14** Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceará Grande FONTE: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (Lisboa). Desenho N° 4579. Armário 1A, prateleira 10 A. Pasta 53. (0333 X 0,311) *Apud* JUCÁ NETO, 2012, p. 154 p. 93
- Fig. 15** Vila da Fortaleza, 1810. Mapa base: Prospecto da Villa da Fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção ou Porto do Ceará de Francisco Antonio Marques Giraldes. FONTE: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Fonte: REIS, 2000, p.134-135. p. 96
- Fig. 16** Mapa dos municípios do Estado do Ceará com destaque para as cidades de Fortaleza, Aracati e Icó. FONTE: IPECE disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/156x.htm> p. 99
- Fig. 17** Distribuição espacial da incidência de secas no Grande Nordeste. FONTE: Minter-Sudene (1973) *Apud* AB'SÁBER, 1999, p. 12 p. 100
- Fig. 18** Os caminhos de Capistrano de Abreu. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 235 p. 102
- Fig. 19** Bacias Hidrográficas do Ceará. FONTE: STUDART, 1924 *Apud* JUCÁ NETO, 2012, p. 240 p. 102
- Fig. 20** Fazenda do Castelo, Aracati, Ce. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 208 p. 105
- Fig. 21** Fazenda do Francês, Aracati, Ce. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 208 p. 105
- Fig. 22** Fazenda Samambaia, Granja, Ce. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 209 p. 105
- Fig. 23** Detalhe do sótão da Fazenda do Castelo, Aracati, Ce. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 208 p. 106
- Fig. 24** Detalhe do madeiramento da Fazenda do Francês, Aracati, Ce. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 208 p. 106
- Fig. 25** Detalhe da Fazenda Samambaia, Granja, Ce. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 209 p. 106
- Fig. 26** Mapa da Capitania do Ceará e suas vilas – 1700-1822. FONTE: JUCÁ NETO, 2007, p. 157 p. 110
- Fig. 27** Mapa do itinerário dos padres jesuítas. FONTE: POMPEU SOBRINHO, 1967, p.49 *Apud* JUCÁ NETO, 2012, p. 233 p. 116
- Fig. 28** Limites da aldeia que teria pertencido ao Cacique Algodão conforme atestado por Tomé da Silva Campelim em seu requisito de terras sesmeiras. De acordo com o testemunho de Campelim, as terras iriam da Lagoa do Gereraú até o Rio Cocó. FONTE: Elaborado pela autora p. 119
- Fig. 29** Fluxograma de evolução Urbana Fortaleza x Sítio Alagadiço Novo x Messejana (1700-1810). FONTE: Elaborado pela autora. p. 128
- Fig. 30** Mapa da evolução urbana de Fortaleza até 1810. FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados de geoprocessamento fornecidos pela PMF (Disponíveis em: <http://dados.fortaleza.ce.gov.br>) com sobreposição da “Reconstituição cartográfica da ocupação de Fortaleza em 1810-13, executado a partir da Planta do Porto e Villa da Fortaleza, 1817 de Antonio Joze p. 129

da Silva Paulet” (ANDRADE, 2012, p. 49).

CAPÍTULO 4

- Fig. 31** Fotografia do Monumento em homenagem à Tristão Gonçalves reaparecendo das águas no Castanhão. FONTE: Diário do Nordeste, edição de 13 de Abril de 2013. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/antiga-jaguaribara-reaparece-nas-aguas-do-acude-castanhao-1.265925> p. 135
- Fig. 32** Planta do Porto e da Villa da Fortaleza, 1813. Mapa base: Detalhe da Carta da Capitania do Ceará e costa correspondente levantada por ordem do Governador Manoel Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet no anno de 1813. FONTE: Mapoteca do Itamarati Apud ANDRADE, 2012, p. 41 p. 142
- Fig. 33** Planta da Vila de Fortaleza/ Carta Geográfica da Capitania do Ceará. 1818 elaborada por Antônio José da Silva Paulet. FONTE: Mapoteca GSDEX Apud ANDRADE, 2012, p. 66 p. 147
- Fig. 34** Planta Exacta da Capital do Ceará. Elaborada por Adolpho Herbster em 1859. FONTE: FORTALEZA, 1979. p. 149
- Fig. 35** José Martiniano de Alencar. FONTE: Litografia produzida pelo artista Sébastien Auguste Sisson, parte da coleção Galeria dos Brasileiros Ilustres, disponível em: <http://digital.bbm.usp.br> p.151
- Fig. 36** Fotografia do prédio da Assembleia Legislativa em 1912 após revolta popular contra a oligarquia da Família Accioly. FONTE: PONTE, 1999, p. 58 p. 157
- Fig. 37** Fotografia do Passeio Público de Fortaleza em 1910. FONTE: PONTE, 1999, p. 124 p. 157
- Fig. 38** Fotografia da Praça José de Alencar em 1907 com o Mercade de Ferro ao fundo. FONTE: PONTE, 1999, p. 158 p. 157
- Fig. 39** Mapa com os resquícios toponímicos ligados aos sítios de José Martiniano de Alencar. FONTE: Elaboração própria. p. 171
- Fig. 40** Mapa esquemático da posição dos sítios de José Martiniano a partir da observação dos registros toponímicos existentes. FONTE: Elaboração própria. p. 179
- Fig. 41** Fluxograma de evolução Urbana Fortaleza x Sítio Alagadiço Novo x Messejana (1810-1930). FONTE: Elaboração própria. p. 180
- Fig. 42** Mapa da evolução urbana de Fortaleza até a década de 1930. FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados de geoprocessamento fornecidos pela PMF (Disponíveis em: <http://dados.fortaleza.ce.gov.br>) com sobreposição do mapa “Planta da cidade de Fortaleza de 1932” (Código Municipal, Decreto 70, 13.12.1932/ Imposto Predial de 1934 Apud ANDRADE, 2012, p. 49). p. 181

CAPÍTULO 5

- Fig. 43** Mapa dos lugares e monumentos de Fortaleza dedicados à memória de José de Alencar. FONTE: Elaboração própria p. 186

- Fig. 44** Planta da Cidade de Fortaleza levantada na administração revolucionária. FONTE: PMF *Apud* ANDRADE, 2012, p.189 p. 187
- Fig. 45** Reconstituição cartográfica da Planta da Cidade de Fortaleza de 1932 com ocupação do solo urbano. FONTE: ANDRADE, 2012, p. 194 p. 188
- Fig. 46** Planta do Porto e Villa da Fortaleza, 1817 - Silva Paulet com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: CODEF/PMF *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 149 p. 193
- Fig. 47** Planta Exacta de Fortaleza, 1859 - Adolfo Herbster com marcação de vetores de crescimento. FONTE: CODEF/PMF *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 150 p. 193
- Fig. 48** Planta da cidade de Fortaleza e subúrbios, 1875 - Adolfo Herbster com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: FONTE: CODEF/PMF *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 151 p. 193
- Fig. 49** Planta da cidade de Fortaleza, 1888 - Adolfo Herbster com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: CODEF/PMF *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 151 p. 193
- Fig. 50** Planta cadastral da cidade de Fortaleza de 1932 com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: PMF *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 152 p. 194
- Fig. 51** Levantamento aerofotogramétrico do Exército, 1945 com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: DIÓGENES, 2012, p. 153 p. 194
- Fig. 52** Planta de Fortaleza de 1956 com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: IBGE *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 153. p. 194
- Fig. 53** Planta da Região Metropolitana de Fortaleza – AUMEF, 1977, com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: AUMEF *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 154. p. 194
- Fig. 54** Mapa da evolução urbana de Fortaleza em 1982 com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: PMF *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 154. p. 194
- Fig. 55** Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza, 2011 com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: DIÓGENES, 2012, p. 155 p. 194
- Fig. 56** Mapa com principais vetores de crescimento de Fortaleza de acordo com DIÓGENES, 2012. FONTE: DIÓGENES, 2012, p.157 p. 195
- Fig. 57** Vista aérea do setor sudeste com principais vias estruturantes. FONTE: DIÓGENES, 2012.p.241 p. 199
- Fig. 58** Planta da cidade com nomenclatura de ruas, Levantamentos Aerofotogramétricos S.A. – LASA, 1960. Ainda durante a década de 60, Messejana aparece destacada da Capital. FONTE: PMF *Apud* MONTEIRO, 2007. p. 37 p. 203
- Fig. 59** Mapa de Fortaleza com os bairros de mais alta renda e movimentos de expansão segundo DIÓGENES, 2012. FONTE: DIÓGENES, 2012.p. 251 p. 204
- Fig. 60** Foografia da placa de inauguração da Escola Iracema criada por decreto do então governador do Ceará Virgílio Távora, em 1979. FONTE: Acervo da pesquisadora p. 206
- Fig. 61** Imagem aérea com localização da EEMTI Iracema, hoje, dentro dos limites de tombamento do Sítio Alagadiço Novo. FONTE: p. 206

Google Earth com legenda própria.

- Fig. 62** Ilustração da resistenciada Avenida Washington Soares ao padrão radioconcêntrico de Fortaleza. FONTE: MONTEIRO, 2007, p.47 p. 207
- Fig. 63** Mapa ilustrativo do histórico de loteamentos do setor sudeste por décadas. FONTE: MONTEIRO, 2007, p. 96. Elaborado através de informações da PMF p. 208
- Fig. 64** Mapa de espacialização das principais famílias proprietárias de loteamentos em Fortaleza entre 1931 e 2002. FONTE: SANTOS, 2012b, p. 82 p. 210
- Fig. 65** Mapa de espacialização das principais famílias proprietárias de loteamentos no setor sudeste de Fortaleza entre 1931 e 2002. FONTE: SANTOS, 2012b, p. 82. Elaborado a partir do cadastro de loteamentos da PMF/SEINF p. 211
- Fig. 66** Mapa de reconstituição gráfica dos limites aproximados dos sítios de José Martiniano de Alencar pela justaposição dos loteamentos cadastrados na PMF. FONTE: Elaboração própria p. 215
- Fig. 67** Fotografia da edificação histórica resistente no Sítio Alagadiço hoje. FONTE: Acervo 4ª SR/IPHAN p. 218
- Fig. 68** Fotografia da Casa grande da família Alencar que não resistiu ao tempo. Ano desconhecido FONTE: Acervo CJA p. 218
- Fig. 69** Fotografia de 1948 publicada no Jornal O Povo de 28 de Março de 1982 p. 219
- Fig. 70** Fotografia do Pavilhão administrativo da UFC em construção, em 1965. FONTE: Acervo Memorial UFC p. 227
- Fig. 71** Fotografia do Pavilhão administrativo da UFC em construção, em 1965. FONTE: Acervo Memorial UFC p. 227
- Fig. 72** Fotografia: Visita do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco ao Sítio Alagadiço Novo em 1965. FONTE: Acervo Memorial UFC. p. 227
- Fig. 73** Fotografia: Visita do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco ao Sítio Alagadiço Novo em 1965. FONTE: Acervo Memorial UFC. p. 227
- Fig. 74** Fotografia: Cerimônia de inauguração do Parque Alagadiço Novo e centenário da obra Iracema EM 1965 no Sítio Alagadiço Novo com a presença do Presidente Castello Branco. FONTE: Acervo Memorial UFC p. 227
- Fig. 75** Fotografia: Cerimônia de inauguração do Parque Alagadiço Novo e centenário da obra Iracema em 1965 no Sítio Alagadiço Novo FONTE: Acervo Memorial UFC p. 227
- Fig. 76** Fluxograma e evolução urbana Fortaleza x Sítio Alagadiço Novo x Messejana (1930-2018). FONTE: Elaboração própria p. 234
- Fig. 77** Evolução Urbana de Fortaleza de 1810 a 2010 (últimobase de dados utilizada). FONTE: Elaboração própria como produto da disciplina de Geoprocessamento e as Questões Urbanas e Regionais (PROPUR/UFRGS), construção baseada na obra The Atlas of Dutch Urban Landscape de Reinout Rutte et al. 2016 p. 235

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** Distribuição das Sesmarias no Ceará entre os anos de 1683 e 1730. FONTE: GIRÃO, 1971 *Apud* LEMENHE, 1991, p. 27 p. 103
- Tabela 2** Exportação dos principais produtos do Ceará (1850-1885) (%) FONTE: GUABIRABA, 1989, p. 215 *Apud* LEMENHE, 1991, p. 101 p. 145
- Tabela 3** População de Fortaleza entre 1860-1940. FONTE: Anuário Estatístico, 1936 *Apud* ANDRADE, 2012, p. 131 p. 158
- Tabela 4** Histórico simplificado do parcelamento da região sudeste de Fortaleza com destaque para os loteamentos executados nos sítios de José Martiniano de Alencar. FONTE: MONTEIRO, 2007, p. 97 sobre Banco de dados da PMF p. 209

SUMÁRIO

Capítulo 1	Introdução	p.23
1.1	Antecedentes da Pesquisa	p.24
1.2	Objeto de Estudo	p.25
1.3	Estado da Arte e Lacuna do Conhecimento	p.31
1.4	Questão de Pesquisa e Hipótese	p.34
1.5	Objetivos da Pesquisa	p.36
1.6	Pressupostos e Justificativa	p.36
1.7	Metodologia	p.39
Capítulo 2	Valor e Imaginário: uma discussão teórica	p.47
2.1	A atribuição de Valores no Campo Patrimonial	p.48
2.2	Axiologia e Valores	p.55
2.2.1	Por uma definição de Valor	p.57
2.2.2	Teorias Modernas do Valor	p.59
2.2.3	A Teoria Histórico-Cultural do Valor	p.62
2.2.4	Valor e Sociedade	p.64
2.3	A Atribuição de Valores na Aplicação do Tombamento	p.66
2.4	Imaginário: Conceito e Produção	p.69
2.5	Construção de Imaginários e Manipulação de Valores	p.77
Capítulo 3	Fase Pré-Alencarina: A formação dos núcleos urbanos	p.87
3.1	A Vila do Forte: Origens	p.88
3.2	A Pecuária Sertaneja	p.98
3.2.1	A Sociedade do Couro	p.103
3.2.2	A criação da rede urbana sertaneja no Século XVIII	p.108
3.3	Das Vilas de Índio, a escolhida: Vila Real de Messejana	p.113
3.4	Os Alencar	p.123
3.5	Fins de século: o Sítio em vias de existir	p.125
Capítulo 4	A ocupação histórica do Sítio Alagadiço Novo	p.131

4.1 Século XIX: agitações políticas e o ciclo do algodão	p.132
4.1.1 Alencar: sangue político	p.132
4.1.2 O despertar da Vila do Forte: Fortaleza de Nova Bragança, a capital	p.138
4.1.3 A ascensão do algodão	p.141
4.1.4 A urbanização de Fortaleza na primeira metade do século XIX	p.146
4.1.5 José Martiniano de Alencar: padre, presidente, senador	p.150
4.1.6 A Belle Époque de Fortaleza	p.153
4.2 Messejana, a resistente	p.158
4.2.1 Economia agrícola e formação dos grandes sítios	p.158
4.2.2 Desafios : as secas de fim de século e a anexação a Fortaleza	p.163
4.3 O Sítio Alagadiço Novo e as demais propriedades de José Martiniano de Alencar	p.165
4.4 A vida no Sítio Alagadiço Novo: os anos de Joaquina Carolina de Alencar e Francisco Bento de Souza Andrade	p.172
4.5 Toponímia Alencarina: uma tradição	
4.6 Fim de século: o destino do Sítio	p.177
Capítulo 5 Fase Pós-Alencarina (1930-2017): O Sítio e a Metrópole	p.183
5.1 Toponímia de Fortaleza: homenagens a José de Alencar	p.184
5.2 Século XX: o papel da iniciativa privada na evolução de Fortaleza	p.186
5.3 A emergência da metrópole: os vetores de crescimento	p.192
5.4 Últimas dinâmicas de expansão urbana: consolidação do setor sudeste	p.198
5.5 O desmembramento do Sítio Alagadiço Novo	p.211
5.6 A salvaguarda do Sítio e a criação da Casa de José de Alencar	p.216
5.7 Bem cultural: história recente	p.228
5.8 A Cidade e o Sítio: fim do último ciclo	p.233
Conclusões	p.237
Referências bibliográficas	p.245
Apêndice	p.261
Anexos	p. 265

*Uma a uma as coisas vão sumindo
Uma a uma se desmilinguindo
Só eu e a ponte velha teimam resistindo
E a nova jangada de vela
Pintada de verde e encarnado
Só meu mote não muda
A moda não muda nada*

*Longarinas
Ednardo, 1976¹*

Introdução

Esta dissertação é uma homenagem, em forma de historiografia, dedicada ao Sítio Alagadiço Novo, Fortaleza, Ceará. Sítio histórico imerso em área urbana, o Alagadiço Novo por pouco não desapareceu completamente englobado pelo crescimento da cidade. É dessa forma que, compreende-se, neste trabalho, a ancestralidade de sua origem e o desaparecimento de suas terras originariamente muito mais extensas, propondo-se este “réquiem historiográfico” que se presta a recuperar a trajetória histórica deste bem e exaltar a memória ali contida no mesmo em passo que se investiga os motivos da proteção das suas terras remanescentes. Assim, o tema desta pesquisa é a atribuição de valores no campo do Patrimônio Cultural o Sítio Alagadiço Novo é seu objeto de estudo.

¹ EDNARDO. *Longarinas*. Álbum *Berro*. 5ª faixa. 1976

Antecedentes da Pesquisa

A história do Sítio Alagadiço Novo precisa ser contada visto que se confunde com a própria história da cidade de Fortaleza. Essa inquietação surgiu ainda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), primeira casa de formação desta pesquisadora, onde a mesma apresentou o trabalho de conclusão de curso intitulado *Sítio Alagadiço Novo: O Patrimônio como Instrumento Urbanístico* concluído em 2014.

Aquela primeira intuição esteve presente e inspirou estudos posteriores, avivando o interesse pela memória, pela história da cidade e pela a salvaguarda da produção cultural do homem. Daí surgiram questões que se tornaram centrais e sobre as quais se procurou aprofundar e, a partir das quais, direcionou-se o trabalho intelectual posterior da pesquisadora. Desde então, seus estudos foram pautados nos campos de estudo do Patrimônio Cultural e da História das cidades.

Assim, o encerramento do trabalho na UFC foi o passo inicial para chegar a esta dissertação, cujo objeto de estudo é, novamente, o Sítio Alagadiço Novo², bem patrimonial localizado na cidade de Fortaleza, Ceará, e tombado em instância federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) através do processo Nº 01458.002242/2008-98 (Anexos, p. 266 e 267).

Com efeito, embora o objetivo planejado para aquele momento tenha sido plenamente alcançado, em 2014, sua maior virtude foi se constituir em matriz de novas e mais profundas questões a respeito desse bem, as quais findaram por trazer esta pesquisadora ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Agora, porém, o olhar propositivo do arquiteto que guiou aquele primeiro trabalho, é redirecionado e o objeto de estudo é examinado sob a perspectiva histórica para tentar compreender os caminhos que levaram à sua proteção

² Doravante, adotar-se-ão também as referências “Sítio” e “Sítio Alagadiço” ou “Alagadiço Novo”.

como bem patrimonial. O que foi e o que é, hoje, o Sítio Alagadiço Novo, quais suas origens, a que personagens se liga e a que se deve seu tombamento, são, dentre outros, os questionamentos que traçarão o caminho temático seguido nesta pesquisa.

Objeto de Estudo

Em 2017, Fortaleza contava com aproximadamente 2.627.482 habitantes distribuídos em 314.930 km² ³. Capital de porte, conhecida pelo turismo e que se desenvolveu através do comércio, a “esposa do sol”, como a chamaria o cantor Ednardo, tem história recente se comparada a centros urbanos antigos como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Nesse contexto, as terras remanescentes do Sítio Alagadiço Novo estão localizadas na região sudeste da capital⁴.

Propriedade da UFC desde 1965, o lugar abriga a instituição *Casa de José de Alencar* (CJA), órgão vinculado à UFC, subordinado diretamente à Reitoria. Casa de José de Alencar é, inclusive, a denominação por que o Sítio é mais comumente conhecido pela comunidade fortalezense hoje. Também é senso comum em Fortaleza que o Alagadiço Novo adquiriu relevância, ao ponto de se constituir, legalmente, em bem patrimonial, pelo fato de ter sido o local de nascimento e primeira morada de José de Alencar, escritor, jornalista, jurista e patrono do romance indianista brasileiro a quem, evidentemente, se deve a implantação e o nome Casa de José de Alencar.

³ IBGE. Brasil em Síntese. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>. Acessado em 06 de Agosto de 2018 às 09:54. 2017

⁴ Como será visto mais adiante, o Sítio Alagadiço Novo tinha suas terras localizadas em Messejana, antiga cidade nos arrabaldes da capital. Atualmente, Messejana configura um bairro da de Fortaleza.

A região sudeste da cidade foi a última zona de expansão e consolidação urbana de Fortaleza, próximo ao centro administrativo do Governo do Estado no bairro Cambé e a outros equipamentos como o Fórum Clóvis Beviláqua e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) (Figs. 1).

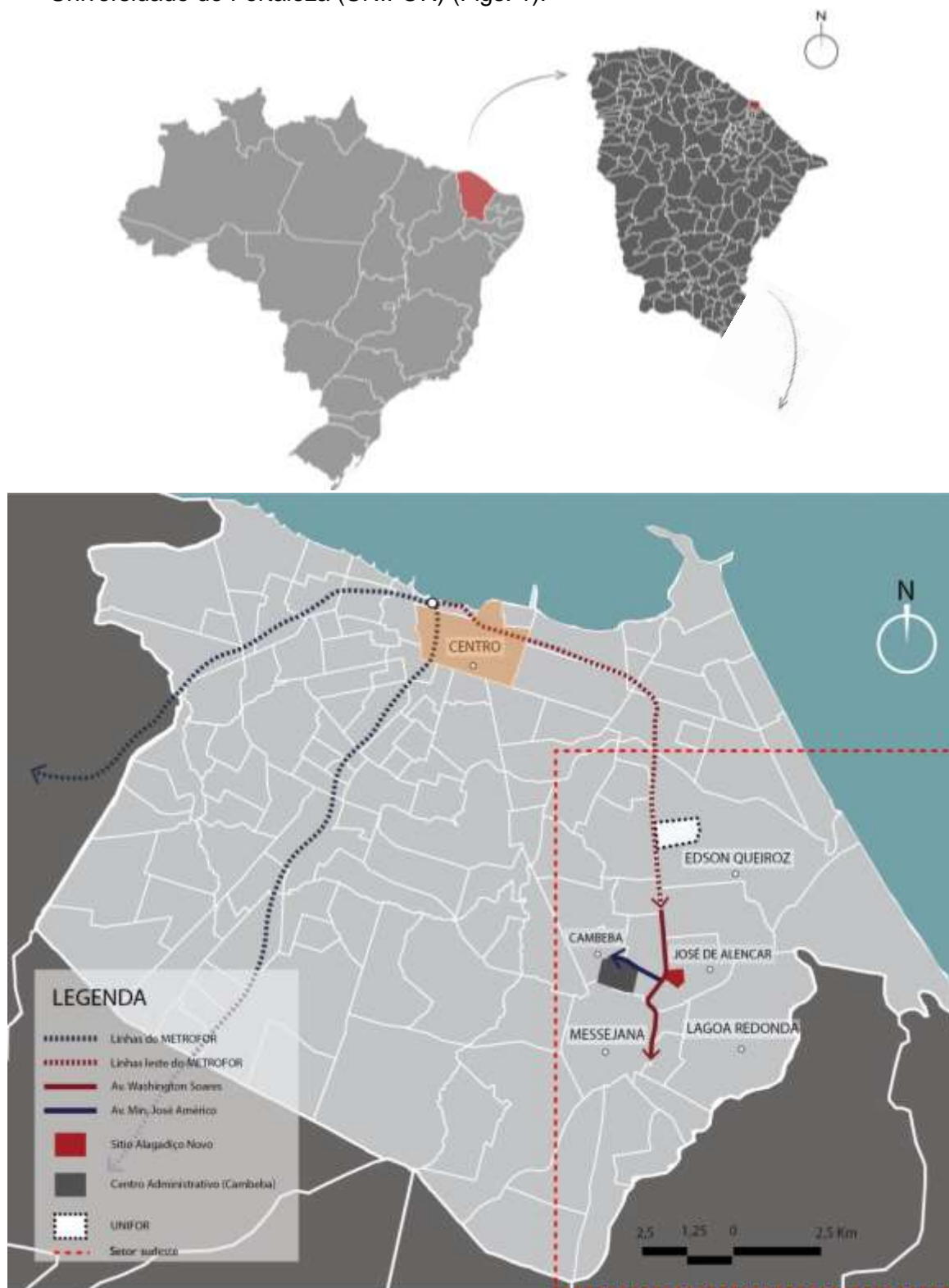


Figura 1: Localização do Sítio Alagadiço Novo e infraestrutura circundante. FONTE: Elaborado pela autora.



Figura 2: José de Alencar. FONTE: Disponível em <http://academia.org.br>

O local é parcela restante das terras adquiridas na primeira metade do século XIX por José Martiniano de Alencar, pai do escritor José de Alencar (Fig. 2). Foi lá que Martiniano, padre e político republicano, figura notável e cara à narrativa cearense do século XIX, construiu sua vivenda e se instalou com sua companheira Ana Josefina de Alencar, para constituir família e trazer ao mundo, em 1829, o mais célebre de seus herdeiros, o romancista José de Alencar.

Durante seu mandato como Presidente da Província do Ceará (1834-1837), Martiniano foi responsável por grande parte das transformações urbanísticas da nascente capital, além de implantar a cultura da cana de açúcar em Fortaleza, especificamente no Alagadiço Novo. Com o tempo e a expansão urbana de Fortaleza, o lugar transformou-se e, no presente, está inserido no bairro José de Alencar⁵, ladeado pelos bairros da Messejana e da Lagoa Redonda.

O conjunto do Sítio possui área de aproximadamente 7 ha densamente arborizados, contando, inclusive, com espécies centenárias da flora local cearense e constitui um dos resistentes integrantes do diminuto rol de espaços verdes urbanos de Fortaleza. Divide o espaço uma escola pública municipal que teve suas terras concedidas pela UFC nos anos 70 e que funciona dentro do espaço da poligonal tombada pelo IPHAN (Figs. 3 e 4).

Os elementos que compõem o patrimônio do Sítio são os seguintes (Figs. 5 a 7): a casa histórica, uma edificação de pequeno porte onde, segundo alguns, o escritor José de Alencar teria nascido; as ruínas do primeiro engenho a vapor do Ceará, instalado pelo Padre Martiniano; resquícios da casa grande – que não resistiu ao processo de deterioração –; o pavilhão administrativo construído pela

⁵ O bairro chamava-se, até 2007, Alagadiço Novo. A mudança ocorreu através de projeto de lei da vereadora Fátima Leite em 26 de Dezembro de 2007.

UFC em 1965 e, finalmente, um açude instalado pela família no século XIX, mas que hoje se encontra seco.



Figura 3: Vista aérea do Sítio Alagadiço Novo, com delimitação da poligonal de tombamento do IPHAN. FONTE: Imagem *Google Earth* com legenda elaborada pela autora.



Figura 3: Massas vegetais do Sítio Alagadiço Novo. As manchas mais escuras representam as porções onde a mata é mais fechada no interior do complexo. FONTE: Elaborado pela autora a partir da restituição aerofotogramétrica de Fortaleza (ano de 2010) e de informações obtidas através de observação do local.



Figura 6: Casa histórica.
FONTE: Acervo da 4ª
SR/IPHAN, Ceará.



Figura 5: Sede administrativa
da UFC. FONTE: Acervo da 4ª
SR/IPHAN, Ceará.



Figura 4: Ruínas do
engenho. FONTE: Acervo
da 4ª SR/IPHAN. Ceará.

A distância do Sítio, em relação ao epicentro de crescimento da cidade, é de aproximadamente doze quilômetros. Apesar de situar-se em uma das últimas áreas a ser consolidada no adensamento da cidade⁶, a história da região em que se insere o Sítio tem origem mais antiga, no início do século XVII⁷. Quando a família Alencar firmou-se no lugar, a área do Sítio era ainda pertencida a Messejana, que tinha, àquela época, o status de vila originária de aldeia indígena.

Com a diversificação de usos da região, o Sítio passou a se localizar no que Diógenes⁸ classifica como zona nobre da cidade contemporânea brasileira. A região é composta por loteamentos de classe média e alta para onde afluem condomínios fechados, serviços e comércios de elite localizados, majoritariamente, às margens dos grandes eixos e avenidas (ver Apêndice, p. 262). O sistema viário é marcado pelo uso dominante do veículo particular, existem vazios urbanos remanescentes e esporádicos bolsões de favela demarcando a desigualdade social e espacial da cidade brasileira e, especialmente da capital nordestina.

Concretamente, o Sítio é ladeado pela Av. Washington Soares e sofre com os impactos de um tráfego intenso que dificulta a chegada de pedestres. Além disso, os loteamentos de que se avizinha possuem arquitetura inexpressiva e introvertida - quase sempre murados. Em alguns pontos tangencia ocupações subnormais favelizadas que chegam a invadir a poligonal de tombamento. Tudo isso somado à dificuldade de acesso à comunidade pedestre e a violência urbana predominante geram um clima de tensão permanente na área. Essa realidade encerrou o Sítio Alagadiço em si mesmo, inclusive materialmente, aprisionado como está entre muros, o que findou por sedimentar visível ruptura com a vizinhança imediata e vedar sua interação com a cidade

Com efeito, apesar do relativo bom estado de conservação dos seus elementos internos, é perceptível a constante ameaça ao bem, originada por

⁶ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012

⁷ FUCK JR., Sérgio Cesar de França. Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do município de Fortaleza, Ceará – Brasil. In: Caminhos de Geografia - revista online. Fortaleza, 2004

⁸ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012, p. 242

essa inserção urbana conflituosa. Pode-se dizer que o Sítio Alagadiço acha-se recluso, excluído da vida da cidade, posto que está envolto nessa dinâmica que deturpa sua missão de bem cultural de uso público. Ademais, o local enfrenta conflito de usos internos, devido ao funcionamento da escola municipal dentro do seu limite de tombamento.

Para agravar mais ainda a situação de abandono a que o sítio foi relegado, o sistema viário da região presta-se quase unicamente ao uso de automóveis particulares, não contempla veículos independentes como bicicletas e não é dotado de infraestrutura para o transporte público. Muitas vias dos arredores estão obstruídas por construções indevidas ou não apresentam qualquer tipo de tratamento (ver Apêndice, p. 263).

A fim de estudar os motivos que levaram ao estado atual do Sítio, é necessário prospectar o que já foi escrito sobre o Sítio e seu contexto. Aferir o estado real e atual do objeto foi o termo inicial do trabalho, a partir do qual se pretende entender como se chegou a atual condição. Para isso, há que se conferir o que já foi dito sobre o Sítio e suas especificações mais fundamentais. É o que se fará a seguir.

Estado da Arte e Lacuna do Conhecimento

José de Alencar é um dos grandes nomes do Romantismo brasileiro, sobretudo por ter ousado escrever sobre as especificidades do nativo brasileiro, quando o ideal era enaltecer os padrões europeus, e por valorizar a natureza, à época. É, pois, uma personalidade de referência nacional, razão por que há biografias históricas com algumas informações relacionadas ao período de sua vida no Sítio Alagadiço Novo, bem assim a respeito da vida política da família Alencar e suas reverberações para a narrativa cearense. Algumas obras de destaque ajudam na compreensão da trajetória do Sítio, relacionando-o a José de Alencar.

Entre as mais importantes destacam-se as obras de autores como Oswaldo Orico⁹, Raimundo de Menezes¹⁰, Raimundo Magalhães Júnior¹¹, Antônio Edmilson Martins Rodrigues¹² e Luís Viana Filho¹³. A obra *Alencar: O Padre Rebelde*¹⁴, que narra a vida de Alencar, o pai, é uma boa fonte de informações a respeito da vida da família no Sítio Alagadiço. Embora não contenha riqueza de fatos, os que se encontram são suficientes para compor um quadro de datas e compilar algumas descrições do local à época dos Alencar.

Sobre a região que abrange o Sítio - sudeste de Fortaleza, os trabalhos de maior relevância foram produzidos por pesquisadores vinculados ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo e ao Departamento de Geografia da UFC. Dentre esses trabalhos, citam-se: *Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza 1980 – 2010*¹⁵, especialmente voltado para a descrição do processo de criação de uma nova centralidade, configurada pelo eixo da Av. Washington Soares que tangencia o Sítio e também para os padrões de ocupação dos bairros dessa região: descreve a tendência à criação dos condomínios fechados de alta renda e suas repercussões para a dinâmica da cidade.

Ainda nesse domínio, os trabalhos *Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do Município de Fortaleza*¹⁶; *Articulações entre Estado e grandes proprietários fundiários na constituição do eixo sudeste de valorização imobiliária em Fortaleza-Ce*¹⁷ e *Deslocamentos da forma urbana na zona*

⁹ ORICO, Oswaldo. A vida de José de Alencar. Companhia Editora Nacional, 1929

¹⁰ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977

¹¹ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. Magalhães. José de Alencar e sua época. (1907) 1ª Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 1977

¹² RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. José de Alencar: o poeta armado do século XIX. FGV Editora. 2001

¹³ VIANA FILHO, Luís. A Vida de José de Alencar. 2ª Ed. EDUFBA. Salvador. 2008

¹⁴ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de águia. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995

¹⁵ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo. 2012

¹⁶ FUCK JR., Sérgio Cesar de França. Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do município de Fortaleza, Ceará – Brasil. In: Caminhos de Geografia - revista online. Fortaleza. 2004

¹⁷ SANTOS, Elizete de Oliveira. "Articulações entre Estado e grandes proprietários fundiários na constituição do eixo sudeste de valorização imobiliária em Fortaleza-CE." *Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino* 2.2 (2012): 13-40.

*sudeste de fortaleza*¹⁸ são importantes à compreensão da formação dos bairros do setor sudeste, pois descrevem o processo de incorporação fundiária histórica e o parcelamento dos sítios da região, grandes propriedades, e sua transformação nos bairros atuais da cidade, processo do qual o Sítio Alagadiço fez parte.

No que concerne ao enquadramento maior da transformação material da região, do bairro e do Sítio, os trabalhos são, em sua maioria, direcionados à área central da cidade. O trabalho *A urbanização do Ceará setecentista: as vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*¹⁹ é relevante, pois trata do período pré-urbano cearense e dos primeiros agrupamentos urbanos do sertão, e demonstra que a Capitania do Ceará foi marcada pelo abandono desde seus primórdios, antes mesmo da efetiva colonização de seu território.

O trabalho *Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)*²⁰ apresenta reconstituições gráficas feitas a partir de mapas e censos históricos, as quais permitem visualizar a evolução da cidade até a década de 1930, o que significa essencialmente, a configuração do atual bairro do Centro. Outros trabalhos como *As Razões de uma Cidade*²¹, que trata da gradual hegemonização de Fortaleza, em detrimento das cidades sertanejas e *Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza*²² também são relevantes porque direcionam o entendimento da formação da cidade em escala macro e dão o contexto geral da incorporação das terras onde localiza-se o Sítio.

Não há obras que tratem exclusivamente do Sítio Alagadiço Novo, que é apenas referenciado nos trabalhos sobre Fortaleza e nas biografias citadas.

¹⁸ MONTEIRO, Emanuela Rangel. Deslocamento da forma urbana na Zona Sudeste de Fortaleza. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007

¹⁹ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007

²⁰ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012

²¹ LEMENHE, Maria Auxiliadora. As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991

²² CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. 1977

Neste sentido, as iniciativas desta pesquisadora buscam, desde 2014, investigar o bem tanto sob a perspectiva histórica quanto sob a ótica da relação existente entre as políticas patrimonial e a urbana. Fizeram parte desse processo os seguinte trabalhos: (I) *Sítio Histórico Alagadiço Novo: o patrimônio como instrumento urbanístico*²³, uma inicial abordagem sobre a história do Sítio; (II) *O Patrimônio Cultural Tangível na Construção da Cidade Sustentável*²⁴ que trata, no caso do Alagadiço Novo, das tensões e oportunidades instauradas na relação entre a preservação do patrimônio cultural e o processo de urbanização e, por fim, (III) *Sítio Histórico Alagadiço Novo(CE): Desafios à integração entre planejamento urbano e gestão do patrimônio cultural edificado*²⁵ onde foram relacionados aspectos inerentes à gestão do Sítio como bem cultural urbano.

Os artigos aludidos são suficientes para fazer uma primeira caracterização do bem estudado, mas a pesquisa requer aprofundamento, de modo a preencher a manifesta lacuna do conhecimento detectada neste caso. Não existem trabalhos aprofundados que contenham a trajetória histórica do Sítio Alagadiço Novo e/ou que se reportem, com o devido rigor científico, ao seu status de patrimônio cultural tombado, sua relação com a cidade de Fortaleza ou com os personagens históricos que ali viveram. Dessa forma, pretende-se, aqui, responder da melhor forma, e contribuir com o preenchimento desse hiato temático.

Questão de Pesquisa e Hipótese

Considerando a lacuna do conhecimento percebida, esta dissertação torna-se um trabalho de cunho historiográfico, o que se pretende fazer vinculando a questão da pesquisa à recuperação da história do Sítio Alagadiço

²³ MAIA, Marina de Castro Teixeira. *Sítio Histórico Alagadiço Novo: o patrimônio como instrumento urbanístico*. In: Anais... XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2014, Brasília. Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2014.

²⁴ MAIA, Marina de Castro Teixeira; FILHO, José Almir Farias. *O Patrimônio Cultural Tangível na Construção da Cidade Sustentável*. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, V. 3, pp. 172-189, 2015

²⁵ MAIA, Marina de Castro Teixeira. *Sítio Histórico Alagadiço Novo(CE): Desafios à integração entre planejamento urbano e gestão do patrimônio cultural edificado*. In: Anais... IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2016

Novo. Elaborar essa narrativa significa retrazar os caminhos que levaram até o tombamento e à situação urbanística em que se insere o bem atualmente. Na busca de uma síntese que abarque a temática fundamental e suscite uma discussão teórica sólida, chega-se à seguinte **questão de pesquisa**: O que legitimou o tombamento do Sítio Alagadiço Novo?

Seguir por este caminho exige não só a produção da historiografia do Sítio, mas também direciona a uma discussão teórica sobre a política patrimonial, representada neste caso pelo instrumento do tombamento. Da questão de pesquisa inicial derivam mais duas outras de cunho teórico, a saber: que valores legitimam a aplicação do instrumento do tombamento? E que fundamentos estão na base da oficialização de uma política patrimonial?

Tais questões de ordem teórica serão respondidas em função do objeto empírico que é o Sítio Alagadiço. Nessa ordem de ideias, esta dissertação levanta a **hipótese** de que a proteção patrimonial do bem se consolidou, em sua gênese, com base no valor histórico atribuído à imagem do romancista José de Alencar, em torno da qual se erigiu uma espécie de imaginário mítico em Fortaleza.

Isto posto, e utilizando das palavras de Pesavento²⁶, atesta-se, aqui que, com este trabalho

Não se quer reduzir em hipótese alguma, o imaginário social à ideologia, nem opor a esse jogo de intenções e socializações de ideias deliberadas o potencial libertador e subversivo da utopia. Não cabem posições maniqueístas que, inclusive, reduzem a complexidade do contexto social e a riqueza das representações possíveis que ele comporta.

Isto é, aponta aqui a criação de um imaginário ou de uma mitologia em torno do escritor não quer dizer destituí-lo de sua importância e ou de seu valor. Não se trata de uma caça às bruxas ou de um desfazer ideológico. Compreende-se, aqui, a importância para a cultura, inclusive nacional, do personagem em questão, no entanto, urge importante questionar a fundo os caminhos que levaram à oficialização do patrimônio em questão.

²⁶ PESAVENTO, Sandra. Imaginando o Imaginário. Revista da ANPHU. São Paulo, 1997. p. 23

Objetivos da Pesquisa

Os objetivos da pesquisa são divididos em principal e secundários.

Objetivo Principal

A pesquisa tem como objetivo principal investigar os aspectos que legitimaram o tombamento do Sítio Alagadiço Novo, localizado em Fortaleza, Ceará.

Objetivos Secundários

São objetivos secundários do trabalho:

- (I) Contar a história do Sítio Alagadiço Novo;
- (II) Sistematizar, por meio da Evolução Urbana, uma análise dos fatores populacionais, institucionais, econômicos e locacionais para melhor compreender a relação entre o Sítio e a cidade de Fortaleza.
- (III) Face à historiografia, propor uma reflexão acerca da atribuição de valores e da proteção patrimonial do bem.

Pressupostos e Justificativa

Falar do aparato político idealizado para preservar a memória de um povo e lugares históricos como o Sítio Alagadiço é entrar no campo do Patrimônio Cultural, conceito complexo que se mantém em constante ressignificação, dadas as dimensões ideológicas que cada caso pode assumir. Tomando por base esse entendimento para conduzir a investigação, assume-se o seguinte pensamento aprendido com De Varine²⁷: o patrimônio cultural de uma sociedade é definido pelo rol de elementos essenciais à configuração identitária das comunidades e que refletem atributos intangíveis e tornando tais elementos dignos de

²⁷ DE VARINE, Hugues. Raízes do Futuro - O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Porto Alegre. Medianiz. 2012. Pp. 18

preservação para as gerações futuras e substrato fecundo para o desenvolvimento humano.

Esse rol de elementos é representado pelos bens culturais materiais²⁸ e imateriais²⁹, que se constituem em testemunhas de épocas, personagens, estilos, técnicas e modos de vida passados, são, assim, “um *corpus* que aumenta e diminui de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade”³⁰. No caso desta pesquisa, parte-se do pressuposto de que o Sítio Alagadiço Novo é um patrimônio cultural material ou tangível, isto é, consubstanciado em dimensões palpáveis à percepção sensorial.

Do exposto acima, entende-se também que a importância adquirida pelo patrimônio cultural é produto de um tempo histórico definido. Para Koselleck³¹, o tempo histórico constitui-se no “processo de determinação da distinção entre passado e futuro”. Recuperar a trajetória de um bem significa, pois, interpretá-lo dentro de seu contexto datado, mas, lembra-se, significa também interpretá-lo extemporaneamente, como que em outra dimensão, a partir de um outro ponto, ou outro tempo histórico. De acordo com o autor,

quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas; que observe também o diferente ritmo dos processos de modernização sofrido por diferentes meios de transporte, que, do trenó ao avião, mesclam-se, superpõem-se e assimilam-se uns aos outros, permitindo que se vislumbrem, nessa dinâmica, épocas inteiras. Por fim, que contemple a sucessão das gerações dentro da própria família, assim como no mundo do trabalho, lugares nos quais se dá a justaposição de diferentes espaços da experiência e o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro, ao lado de conflitos ainda em germe.³²

Com isso em mente e, entende-se porque o objeto de estudo é, aqui, interpretado em suas diversas fases e tempos históricos. Caracteriza-se, dessa

²⁸ i.e. arquiteturas, jardins, obras de arte, artefatos arqueológicos, etc.

²⁹ i.e. manifestações culturais, crenças, festas, folclores, etc.

³⁰ NIJKAMP, Peter, RIGANTI, Patrizia. *Assessing cultural heritage benefits for urban sustainable development*. In International Journal of Services Technology and Management, V. 10, n.1, 2008, pp.29-38

³¹ KOSELLECK. Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Editora PUC RIO. Rio de Janeiro. 2006. pp. 15-16

³² KOSELLECK. Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Editora PUC RIO. Rio de Janeiro. 2006. pp. 13-14

forma um estudo do tipo diacrônico e define-se, assim, a absoluta pertinência desta pesquisa no campo historiográfico. A dissertação relaciona, pois, as dimensões espacial e temporal e, neste ponto, é possível inspirar-se nas palavras de Milton Santos³³ sobre a indivisibilidade de tal binômio:

O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade. [...] A noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal.

Seguindo o pensamento do autor, é impossível dissociar as dimensões espacial e temporal. Compreender a sobreposição das camadas que formam a cidade e em especial os pontos em que a memória se cristaliza e torna-se merecedora de preservação torna-se tarefa crucial no manejo das funções e dinâmicas que se estabelecem no espaço. Frente ao exposto, a produção deste trabalho justifica-se na necessidade de recuperação da história do Sítio Alagadiço Novo.

Tratar do bem sob o escrutínio científico é uma contribuição para o preenchimento da lacuna historiográfica existente. Acredita-se que às instituições responsáveis pela manutenção e conservação do Sítio, a saber, a UFC e o IPHAN, serão beneficiadas com novos conhecimentos, que venham a facilitar o manejo e a exaltação da memória contida no bem oficialmente protegido.

No que tange ao especificamente ao planejamento urbano, campo ao qual é, ou deveria ser, imperioso o conhecimento dos caminhos da transformação da cidade no tempo, o trabalho também se justifica na medida em que pode vir a iluminar políticas e medidas de intervenção em um território peculiar, onde se correlacionam forças profundamente diferentes, como o mercado imobiliário e a salvaguarda do patrimônio cultural da cidade.

³³ SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo. Nobel. 1985. p. 22

Metodologia

A pesquisa ora realizada utiliza o método historiográfico e é do tipo qualitativa, dado o caráter eminentemente humano, cultural e valorativo da matéria estudada. Nas palavras de Sampieri³⁴: “o enfoque qualitativo é selecionado quando buscamos compreender a perspectiva dos participantes [...] sobre fenômenos que os rodeiam, aprofundar em suas experiências, pontos de vista, opiniões e significados”. Mediante essa perspectiva importa definir em que campo ou subárea da História está inserido o tema para, em seguida, estabelecer as estratégias de pesquisa a serem utilizadas. Sobre a divisão do Campo Histórico, Barros³⁵ afirma ser uma questão complexa, mas possível de ser tratada a partir de critérios mais habituais utilizados entre os historiadores.

O autor distribui os saberes históricos em *Dimensões*, *Abordagens* e *Domínios* (Fig. 8) que correspondem respectivamente às teorias, aos métodos e



Figura 7: Diagrama *O Campo Histórico* adaptado da obra de Barros, 2015, p. 95

³⁴SAMPIERI, Roberto Hernández, COLLADO, Carlos Fernández e LUCIO, Maria del Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. Ed. Penso Porto Alegre. 2013, p. 376

³⁵ BARROS. José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Petrópolis. Editora Vozes. 2015. p.94

aos temas da História. A primeira ordem, diz o autor, “é gerada pelas várias *dimensões* da vida humana, embora na realidade social estas nunca apareçam desligadas entre si”³⁶. Nas Abordagens, Barros inclui os “modos de fazer”, isto é, ele concebe nesta ordem as divisões que estão relacionadas mais com a Metodologia do que com a Teoria. Segundo sua divisão, dentro das Abordagens, existem as subdivisões que remontam ao “campo de observação” com que trabalham os historiadores e outras que remetem aos tipos de fontes e/ou ao tratamento dispensado a estas³⁷.

Finalmente, quanto aos *Domínios*, o autor relaciona a categoria com a delimitação do tema no campo histórico. Para ele, os domínios do campo histórico têm número indefinido,

uma vez que se referem aos “agentes históricos” que eventualmente são examinados (a mulher, o marginal, o jovem, as massas anônimas e qualquer outro), aos “ambientes sociais” (rural, urbano, vida privada) e aos “objetos de estudo” (artes, direito, religiosidade, sexualidade)”³⁸

A análise do trajeto histórico do Sítio Alagadiço até a situação atual de bem tombado impôs a elaboração de um estudo sobre a evolução urbana dos núcleos de Fortaleza e de Messejana, bem como uma investigação sobre a vida da família Alencar, sobretudo no que se refere à sua relação com o Alagadiço Novo. Isto se deve ao fato de a história do Sítio, da família e de Fortaleza estarem intimamente entrelaçadas.

Face ao exposto, entende-se que o uso da divisão proposta por Barros é didática e apropriada, pois ajuda na compreensão do objeto de trabalho dentro do campo da historiografia. Opta-se, dessa forma, por elaborar uma categorização da pesquisa sob os critérios de dimensões, abordagens e domínios, muito embora, como afirma o autor, tais recortes temáticos e metodológicos não sejam estanques e “não necessariamente o tema precisa se ater a apenas um desses enfoques, já que se poderá combiná-los a dois ou

³⁶ BARROS. José D’Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Petrópolis. Editora Vozes. 2015. p.94

³⁷ BARROS. José D’Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Petrópolis. Editora Vozes. 2015. p.97

³⁸ BARROS. José D’Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Petrópolis. Editora Vozes. 2015. Pp. 100-101

três”³⁹ (Fig. 9). Dito isso, a dissertação é enquadrada da seguinte maneira quanto às:

- (I) Dimensões: História da Cultura Material e História Cultural;
- (II) Abordagens: (a) com relação ao tratamento das fontes – Pesquisa documental com uso de cartografia evolutiva; (b) com relação ao campo de observação – História Regional;
- (III) Domínios: História Urbana;

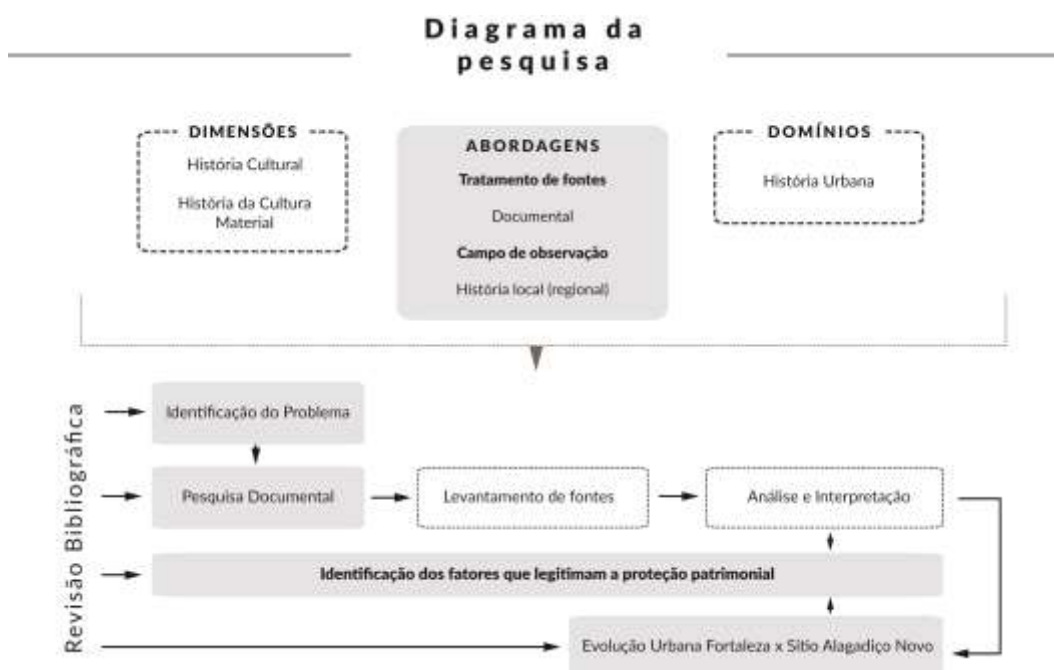


Figura 8: Diagrama de etapas da pesquisa. FONTE: Elaborado pela autora.

Sobre as dimensões, tem-se, conforme Barros⁴⁰, que a dimensão da *História Cultural Material*

estuda objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios históricos que vão do estudo dos utensílios ao estudo da alimentação, do vestuário, da moradia e das condições materiais do trabalho humano.

Já a *História Cultural*, segundo enfatiza o autor, é “o estudo de aspectos culturais – abre-se os estudos da “cultura popular”, da “cultura letrada”, das “representações”⁴¹. Para Burke⁴²,

³⁹ BARROS. José D’Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Petrópolis. Editora Vozes. 2015. P. 87

⁴⁰ BARROS. José D’Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Petrópolis. Editora Vozes. 2015. p. 95

o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras.

Retraçar, portanto, a história de um sítio urbano identifica esta pesquisa com o âmbito da História da Cultura Material. E, por outro lado, lembrando que a questão de pesquisa diz respeito fundamentalmente à identidade do Sítio como patrimônio cultural ligado a personagens importantes da história cearense, adentra-se dessa feita, na dimensão das representações, do imaginário e do simbólico, ou seja, da História Cultural.

Quanto à abordagem, a pesquisa fundamenta-se na revisão bibliográfica e na pesquisa documental. A revisão bibliográfica, além de servir à produção da historiografia, sobretudo no que se refere à história de Fortaleza, produzirá o aparato teórico necessário para que se possa discorrer sobre o tombamento do Sítio. Os conceitos fundamentais da dissertação que serão examinados no capítulo 1, ou referencial teórico são valor e imaginário.

Com relação à pesquisa documental, por meio desta foram obtidas as maiores contribuições a respeito do Sítio Alagadiço Novo. Ela foi essencialmente alicerçada nos acervos do Arquivo Público do Estado do Ceará (APECE), da 4ª Superintendência do IPHAN, sede Ceará, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza (SEUMA), da hemeroteca da Biblioteca Nacional e de cartórios de imóveis de Fortaleza.

Dentre as fontes primárias utilizadas para interpretar os fatos e produzir a historiografia do Alagadiço Novo citam-se: o inventário dos bens de José Martiniano de Alencar (o pai), registros de terra, escrituras de terrenos registrados em cartório, loteamentos cadastrados junto à Prefeitura Municipal de

⁴¹ BARROS. José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis. Editora Vozes. 2015. p. 96

⁴² BURKE. Peter. *O que é História Cultural?*. What is Cultural History? (2004). Tradução Sérgio Goes de Paula. 1ª ed. Rio de Janeiro. Zahar. 2008. P. 10

Fortaleza (PMF) sob os auspícios da SEUMA e cartas e pareceres do acervo da 4ª SR/IPHAN referentes ao processo de tombamento do Sítio.

A fim de promover melhor visualização da evolução urbana explorada, utilizou-se também da cartografia, afinal, conforme constata Siebert⁴³, a maioria dos trabalhos de historiografia da forma urbana “enquanto oferecem hipóteses interessantes em suas explicações, em grande parte não apresentam mapas que poderiam fácil e claramente retratar as relações cuidadosamente propostas em palavras pelos autores”.

Em outras palavras, tudo o que pode ser demonstrado graficamente facilita a recepção e a compreensão das informações veiculadas. Nesse sentido, optou-se pela utilização da ferramenta do SIG-Histórico⁴⁴, posto que esta permite “revelar a espacialidade implícita de fontes históricas, inclusive escritas”⁴⁵ facilitando e sofisticando investigações espaciais e temporais diversas. Para construir os mapas evolutivos de Fortaleza em SIG foi utilizado o *software* Quantum GIS – Qgis - versão 2.6.1 disponível gratuitamente no site da organização (<http://qgis.org>).

Finalmente, quanto aos *Domínios* da pesquisa, esta dissertação está claramente inserida na denominada *História* ou *Evolução Urbana*, pois trata de um espaço urbano específico e de sua transformação material no tempo. Iniciado o estudo pelo período de formação dos núcleos urbanos, ter-se-ia em mãos um longo período de tempo que começa no século XVIII. Dessa forma, para fins desta pesquisa, adotou-se o método da periodização baseada em ciclos econômicos com vistas a facilitar o estudo da evolução urbana.

⁴³ SIEBERT, Loren. Using GIS to document, visualize, and interpret Tokyo's spatial history. *Social Science History*, v. 24, n. 03, p. 537-574, 2000.p.542

⁴⁴ Os Sistemas de Informações Georreferenciadas, SIG – GIS, *Geographical Information Systems*, em inglês – são ferramentas que possibilitam a vinculação de dados alfanuméricos e características geográficas. A articulação de características espaciais e temporais fez surgir uma nova gama de possibilidades de uso dos SIG, tornando-os ferramentas úteis para o historiador moderno que trabalha com aspectos relacionados ao espaço geográfico. A possibilidade de realizar análises diacrônicas, ou seja, que permitam o cruzamento de informações em períodos históricos diferentes, amplia a capacidade de análise e multiplica perspectivas e oportunidades de pesquisa.

⁴⁵ GAUTHIEZ, Bernard. Lyon, das fontes escritas ao SIG histórico – método e exemplos de aplicação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 64, p. 21-50, ago. 2016.p.22

Esta metodologia foi adotada por Souza e Müller (2007) em *Porto Alegre e sua Evolução Urbana*. Segundo o pensamento das autoras⁴⁶, estratificar a historiografia urbana em períodos ou fases facilita a abordagem e compreensão da transformação material da cidade, pois se agrupam dados históricos em blocos temporais maiores, possibilitando a simplificação das análises e da visualização em elementos gráficos como os mapas objeto deste trabalho.

Produziu-se, então, a evolução urbana de duas cidades e, nessa análise, o Sítio Alagadiço Novo aparece como foco central. Seguindo o método de Souza e Müller (2007), dividiu-se o período estudado em três fases:

- (I) Fase Pré-Alencarina (1700-1810): começa no século XVIII a partir da formação dos núcleos originais de Fortaleza e Messejana. Nesse o Sítio Alagadiço estava em vias de existir e chegaram ao Brasil os primeiros membros da família Alencar;
- (II) Fase Alencarina (1810-1930): compreende a o processo de gênese do Sítio Alagadiço Novo como lugar ligado à história da família Alencar. Compreende o ciclo de vida da família, o início, auge e fim da economia do algodão em Fortaleza e toda a trajetória de Messejana como cidade próxima à capital.
- (III) Fase Pós Alencarina (1930-2017): nesta fase encerra-se o ciclo de vida da família Alencar (família imediata de José de Alencar) e com isso a posse da família sobre as terras do Sítio. Dessa forma, acompanha-se nesta última etapa a evolução do Sítio, seu desmembramento a transformação de suas terras remanescentes em bem patrimonial.

⁴⁶ SOUZA, Célia Ferraz de. MÜLLER, Dóris Maria. Porto Alegre e sua Evolução Urbana. Editora da Universidade/UFRGS. 1997.p.19

Cada fase descrita é representativa de um capítulo da dissertação, a saber: dos capítulos 3, 4 e 5, respectivamente. Na forma escrita por meio da revisão bibliográfica e de consulta às fontes já citadas cada período será descrito de maneira a se encadearem as relações necessárias ao entendimento do problema pesquisado. Ao fim de cada capítulo será apresentado o mapa da fase descrita e um fluxograma também inspirado na obra de Souza e Müller (2007), adaptado conforme a figura 10⁴⁷.



Figura 9: Fluxograma genérico de evolução urbana utilizado na dissertação. FONTE: Elaborado pela autora inspirado em SOUZA e MÜLLER, 1997

Como na obra das autoras, o fluxograma presta-se à função de síntese dos aspectos populacionais, econômicos, sociais, institucionais e locais das cidades abordadas. No entanto, o método proposto por elas contempla apenas a evolução de uma cidade. Para os fins aqui almejados, o fluxograma foi adaptado para compreender os aspectos citados das duas cidades, relacionando-os sempre aos fatos mais importantes sobre o Sítio Alagadiço e sobre a família Alencar em cada um dos períodos. Cada fluxograma recebe o nome e as datas em que a fase é compreendida.

⁴⁷ O ícone de Messejana é ilustração utilizada no livro *Iracema* editado pela Câmara dos Deputados. In ALENCAR, José. *Iracema*. Câmara dos Deputados. 2017. ISBN978-85-402-0625-0

Após tudo o que foi exposto, apresenta-se, para melhor compreensão do leitor, a estrutura, em capítulos, da dissertação:

Capítulo 1 – Introdução - refere-se ao presente capítulo e contém os elementos principais da pesquisa: tema, estado da arte, lacuna do conhecimento, pressupostos, justificativa, questão de pesquisa, hipótese e metodologia.

Capítulo 2 - Valores e Imaginário: uma discussão teórica - É o referencial teórico. Neste capítulo será abordado o processo de atribuição de valores, constante nas publicações referentes ao patrimônio cultural, o próprio conceito de valor e o conceito de imaginário. Este capítulo servirá de base à reflexão elaborada sobre o tombamento do Sítio Alagadiço Novo após recuperada sua trajetória histórica.

Capítulo 3 – Fase Pré-Alencarina (1700-1810): a Formação dos Núcleos Urbanos - Fase 1 da historiografia do Sítio e evolução das cidades – Fase Pré-Alencarina

Capítulo 4 - Fase Alencarina (1810-1930): a Ocupação Histórica do Sítio Alagadiço Novo - Fase 2 da historiografia do Sítio e evolução das cidades – Fase Alencarina

Capítulo 5 - Fase Pós-Alencarina (1930-2018): O Sítio e a Metrópole - Fase 3 da historiografia do Sítio e evolução das cidades – Fase Pós-Alencarina

Capítulo 6 - Considerações gerais - Neste último capítulo promove-se uma reflexão sobre os fatos históricos levantados face à hipótese proposta.

*O maior apetite do homem é desejar ser
Se os olhos veem com amor o que não é, tem ser.*

Manoel de Barros⁴⁹

Capítulo 2

Valor e Imaginário: uma discussão teórica

Para que se possa investigar os motivos que amparam um caso específico de tutela patrimonial, como o tombamento, é indispensável compreender-se a essência da política patrimonial, considerada de forma abstrata e genérica, vigente no espaço e no tempo histórico em que o bem se localiza. O objetivo dessa investigação ampliada é a captura da própria intenção justificadora das escolhas e decisões sobre o que se visa proteger.

Segundo alguns estudiosos do campo patrimonial, referenciados ao longo da discussão, existe um fenômeno comum e basilar à constituição de todas as políticas de proteção patrimonial. Essa ocorrência é apresentada como atribuição de valores, valoração ou valorização. É exatamente nesse ponto, no momento em que se fazem as escolhas, em que se decide que bens merecem

⁴⁹ BARROS, Manoel. *Desejar ser. In: Poesia Completa*. São Paulo: Leya, 2011.

proteção, que emergem as imprecisões e obscuridades dos discursos de justificação. É necessário, pois, que se faça luz sobre o tema.

O que se pretende, ao longo da discussão teórica, é: (I) demonstrar como o surgimento da tese dos valores é recorrente nos estudos relacionados à preservação patrimonial; (II) discutir o conceito de valor a partir de uma síntese das correntes axiológicas⁵⁰ mais importantes, encontradas no decorrer da revisão bibliográfica; (III) retornar à discussão sobre o papel dos valores no âmbito das políticas de preservação para que, desse modo, se faça análise mais aprofundada dessa relação; (IV) discutir o conceito de imaginário, observando a sua relação com o conceito de valor e com a política patrimonial.

2.1 A Atribuição de Valores no Campo Patrimonial

A primeira contribuição teórica, que efetivamente propôs a existência da atribuição de valores à produção cultural do homem, relativamente aos monumentos históricos⁵¹, foi apresentada por Aloïs Riegl, historiador da arte austríaco, atuante no final do século XIX. Dentre suas realizações profissionais, foi nomeado Conservador Adjunto do Museu Austríaco das Artes e da Indústria, de 1886 a 1887; foi também professor titular de História da Arte na Universidade de Viena, a partir de 1889, e Conservador Geral da Comissão Central dos Monumentos da Áustria⁵².

O aporte teórico de Riegl enriqueceu primeiramente a História da Arte, seu próprio campo próprio. Mas, foi além, possibilitou uma importante evolução

⁵⁰ Entende-se por axiologia o estudo dos conceitos de valor.

⁵¹ Desde Riegl, a noção de “monumento histórico” sofreu alterações que a fizeram ser incorporada ao conceito mais amplo de patrimônio cultural. Neste processo de sofisticação conceitual, já no início do século XX, foram importantes as contribuições teóricas de Geddes (1915) e Giovannoni (1931), posto que tais autores lançaram as bases para a ampliação do campo de abrangência do patrimônio integrando-o ao processo de desenvolvimento urbano. Dessa associação nasceu uma visão mais abrangente sobre a concepção de bem patrimonial que se desvinculou de objetos singulares - monumentos - e do aspecto unicamente conservacionista. Desde tal aporte, o debate preservacionista passou a considerar, no pensamento do campo patrimonial, aspectos inerentes à evolução das cidades, sendo a complexa e recente discussão a respeito do conceito das paisagens culturais um descendente direto desse processo de ressignificação do patrimônio cultural.

⁵² BOULET, Jacques. Aloïs Riegl. Quelle mémoire ? In RIEGL, Aloïs. *Le Culte Moderne des Monuments : Sa Nature, Son Origine*. Or. *Der Moderne Denkmalkultus* (1903). Tradução e prefácio por Jacques Boulet. 1ª ed. Paris. L'Harmattan. 2003

no conceito de patrimônio cultural, no início do século XX, ao dissociar a natureza dos valores que eram atribuídos aos monumentos. Riegl também isolou as noções de arte e história. Dessa forma, o autor observou o objeto de arte não apenas pelo aspecto estético, pela técnica ou estilística, mas também por meio de seu contexto histórico de produção. Sob este aspecto pode-se dizer que a novidade trazida pelo autor consiste na classificação e na atribuição de valor aos monumentos.

Assim, em sua obra *Culto Moderno dos Monumentos* (1903), Riegl desenvolveu a sua teoria dos valores aplicada aos monumentos históricos e artísticos, onde demonstrou que a noção de monumento como bem material excepcional, digno de proteção, não é objetiva, isto é, não existe a partir da sua designação por ato de autoridade pública e não é imanente ao próprio objeto da designação, posto que “o seu significado e sua importância como monumentos não provêm de sua destinação original, pois essas lhe são atribuídas por nós, sujeitos modernos”⁵³, que fazemos sua leitura através de valores.

De acordo com a categorização proposta pelo autor, os valores a serem atribuídos aos objetos são os seguintes: Antiguidade, Histórico, Comemorativo, Utilitário, de Arte, de Novidade e o Valor Relativo da Arte. Cada monumento ou objeto de arte, segundo Riegl, deve ser lido com a lente de diferentes cargas valorativas. Em outras palavras, a atribuição de valor há de resultar do sopesamento entre os diversos valores pertinentes e aplicáveis ao caso concreto. De acordo com Riegl, não há, por exemplo, um valor artístico eterno, posto que “que a avaliação do monumento não repousa na memória e sim nos valores presentes, que deverão ser levados em conta na definição de uma política de preservação”⁵⁴.

Do exposto, o que se pode compreender é que tanto a teoria quanto a ordem classificatória de valores propostas por Riegl apontam para uma vinculação direta entre o processo de atribuição social de valores e as políticas públicas de proteção aos monumentos e objetos de arte.

⁵³ RIEGL, Alöis. *Le Culte Moderne des Monuments*. Or. Der Moderne Denkmalkultus (1903). Tradução e prefácio por Jacques Boulet. 1ª ed Paris: Harmattan, 2003. p. 60

⁵⁴ FABRIS, Annateresa. Apresentação. In RIEGL, Alöis. *O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem*. Or. Der Moderne Denkmalkultus (1903). Trad Werner Rothschild Davidsohn, Anar Falbel. 1ª ed São Paulo: Perspectiva, 2014. p.12

Tempos depois, na segunda metade do século XX, o critério da atribuição de valores para a compreensão de bens no rol do patrimônio cultural das civilizações já aparecia nos textos das Cartas Patrimoniais. As Cartas Patrimoniais são documentos ordenados por especialistas que estruturam o pensamento moderno sobre o tema e contêm a atribuição de valores como critério fundamental para a escolha dos bens a serem preservados e/ou restaurados⁵⁵.

Exemplo disso é o conteúdo da Carta de Veneza, de 1964, que, segundo Meira⁵⁶, transformou-se em documento emblemático por estabelecer as diretrizes, e os critérios claros de intervenção nos bens edificados. Essa Carta, ao definir os princípios regentes das intervenções, determina que a restauração deve ter por fim "conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento, e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos"⁵⁷. Também na Carta de Nara, de 1994, o fenômeno da atribuição de valores é disciplinado, uma vez que a "autenticidade" dos bens aparece, conforme Meira⁵⁸, como um critério de atribuição de valor a um bem, isto é, "se ele é autêntico, tem mais valor".

Quase um século depois da contribuição de Riegl, Françoise Choay⁵⁹ denunciava os transtornos causados aos bens culturais pela globalização e pelo consumo em massa do patrimônio cultural, verificados no decorrer do século XX. Na obra *A Alegoria do Patrimônio*, Choay é enfática ao apontar a relação existente entre valor e patrimônio cultural, bem como a carga econômica que este vínculo vinha adquirindo, dadas as incursões do sistema capitalista nesse campo.

⁵⁵ IPHAN. Apresentação. In CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Edições do Patrimônio. IPHAN. Rio de Janeiro. 2004.p. 7

⁵⁶ MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 2008p. 96

⁵⁷ ICOMOS. Carta de Veneza. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 93

⁵⁸ MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. 2008 p. 97

⁵⁹ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. (1992). Tradução de Luciano Vieira Machado. 1ª ed. São Paulo. Editora Estação Liberdade: UNESP. 2006

Segundo Choay, o termo francês *mise-en-valeur*⁶⁰ :

que deveria nos tranquilizar, é na realidade inquietante por sua ambiguidade. Ela remete a valores do patrimônio que é preciso fazer reconhecer. Contém, igualmente, a noção de mais-valia. É verdade que se trata de mais-valia de interesse, de encanto de beleza, mas também de capacidade de atrair, cujas conotações econômicas nem é preciso salientar.⁶¹

Para a autora, a ambivalência inerente ao termo aponta para um fato até então inédito na prática patrimonial: “o antagonismo entre dois sistemas de valores e dois estilos de conservação”⁶². A grave denúncia da autora, ao menos a partir da perspectiva francesa, é que o século XX havia produzido uma necessidade inteiramente nova: o consumo do patrimônio cultural. Para Choay, a conversão em dinheiro tornou-se o denominador comum de todas as modalidades de valorização do patrimônio:

Ela vai da locação de monumentos à sua utilização como suporte publicitário, associando-os à venda de produtos de consumo em geral. Todo monumento tem agora como complemento uma boutique, herdeira dos balcões de livros e de cartões postais do século XIX, que vende souvenirs diversos, roupas, objetos domésticos ou produtos alimentícios.⁶³

O que se pode inferir da análise da autora é que à expressão francesa *mise-en-valeur*, que significa literalmente “posto(a) sob valor”, corresponde não apenas à palavra empregada pelo tradutor - “valorização” -, que transmite a noção de carga econômica e mais-valia e, por consequência, de consumo dos bens patrimoniais. Na verdade, a sua esfera de sentido é muito mais ampla, sua carga valorativa é imensa, isto é a expressão abarca também o fenômeno aqui denominado “atribuição de valor”. Este é o motivo pelo qual a autora assinala a urgência em se explorar a ambiguidade existente nessa esfera de discussão. Através do valor, o patrimônio é protegido, mas também, pelo valor ele, é consumido e gradualmente destruído.

⁶⁰ Na versão brasileira, o termo *mise-en-valeur* é entendido como “valorização”;

⁶¹ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. (1992). Tradução de Luciano Vieira Machado. 1ª ed. São Paulo. Editora Estação Liberdade: UNESP. 2006. p. 212

⁶² CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. (1992). Tradução de Luciano Vieira Machado. 1ª ed. São Paulo. Editora Estação Liberdade: UNESP. 2006. p. 212

⁶³ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. (1992). Tradução de Luciano Vieira Machado. 1ª ed. São Paulo. Editora Estação Liberdade: UNESP. 2006. p. 218

Mais recentemente, Francesco Bandarin e Ron van Oers⁶⁴ lançaram o manual *Historic Urban Landscape Managing Heritage in the Urban Century*, onde listaram os grandes desafios à gestão contemporânea do patrimônio cultural. Ocupando a direção da UNESCO à época, os autores realizaram, nesta obra, uma síntese histórica sobre a conservação do patrimônio urbano, dissecando conceitos e sistematizando as principais visões a respeito do tema.

Ao constatarem a necessidade de sofisticação dos instrumentos e instituições que trabalham com a conservação patrimonial, os autores propõem que os sistemas regulatórios responsáveis pela gestão do patrimônio - nomeadamente do patrimônio cultural urbano, seu objeto de estudo - incluam ferramentas especiais e aptas a manejar os bens sob sua tutela, incluindo aí, a segurança da pertinência dos valores que lhes eram atribuídos. Nas palavras dos autores:

Os sistemas regulatórios deveriam incluir ordenações especiais, atos ou decretos que atuem no manejo dos componentes tangíveis e intangíveis do patrimônio cultural, aí inclusos seus valores sociais e ambientais. Sistemas tradicionais e baseados em costumes devem ser reconhecidos e fortalecidos, se necessário.⁶⁵

Assim, observa-se, na passagem acima transcrita, que Bandarin e Van Oers também incluem a recuperação histórica das políticas de patrimônio cultural urbano entre os bens sujeitos à atribuição de valor pelas comunidades.

Da mesma forma, o fenômeno não passou despercebido ao contexto brasileiro, posto que já existem consistentes estudos sobre o tema. Maria Cecília Fonseca⁶⁶, por exemplo, na obra *O Patrimônio em Processo*, esmiuçou a formação histórica da política patrimonial no país e demonstrou como se constituiu, originalmente, sob a insígnia do valor de nacionalidade. De fato, o marco inicial dessa política se estabeleceu em uma época de regimes ditatoriais ufanistas e se cristalizou no Decreto-Lei N° 25, que organiza a política patrimonial brasileira e cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional data do ano de 1937.

⁶⁴ BANDARIN, F. e VAN OERS, R. *The Historic Urban Landscape Managing Heritage in an Urban Century*. John Wiley and Sons, 2012

⁶⁵ BANDARIN, F. e VAN OERS, R. *The Historic Urban Landscape Managing Heritage in an Urban Century*. John Wiley and Sons, 2012. p.144

⁶⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, Rio de Janeiro : UFRJ: IPHAN, 1997

Na obra, a autora discute o conceito de patrimônio cultural como categoria jurídica, daí porque sua conclusão tem a mesma natureza, isto é, para ela o objetivo das políticas de preservação do patrimônio é “garantir o direito à cultura dos cidadãos, entendida a cultura nesse caso, como aqueles valores que indicam – e em que se reconhece – a identidade de nação”⁶⁷, reafirmando, por assim dizer, a existência da atribuição de valores na causa patrimonial.

Os estudos de Leonardo Barci Castriota⁶⁸, por sua vez, são bem mais enfáticos e evidentes quanto a importância da atribuição de valores à política patrimonial; em sua obra *Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos* o autor ressalta a necessidade e a urgência de se explorar o fenômeno da atribuição de valor em cada caso de proteção patrimonial. Se um bem é tombado, afirma o autor, é imprescindível que se entenda os motivos da proteção, conheçam-se os agentes que a promoveram e, por fim, os valores em jogo em uma situação dada.

A questão, como observa Castriota, é que esmiuçar os motivos e valores que estejam na base de cada ato preservacionista pode significar um movimento na direção de uma política patrimonial mais democrática e em harmonia com os desígnios da comunidade. Sobre o tema Castriota afirma que:

as decisões sobre a conservação do patrimônio sempre lançaram mão, explícita ou implicitamente, de uma articulação de valores como ponto de referência: em última instância vai ser a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural.⁶⁹

No trabalho de Ulpiano Bezerra de Meneses⁷⁰ a questão é investigada com profundidade. Meneses se debruça sobre a matriz do valor questionando-se: “se o valor é uma atribuição, quem o atribui? Quem cria valor?”. Neste trabalho, o estudioso também procede a uma síntese histórica da configuração

⁶⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil, Rio de Janeiro : UFRJ: IPHAN, 1997. p.34

⁶⁸ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos*. Belo Horizonte: AnnaBlume. 2009. p. 93

⁶⁹ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos*. Belo Horizonte: AnnaBlume. 2009. p. 93

⁷⁰ MENESES, Ulpiano Bezerra de. *O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. In I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Conferência Magna. Vol. I. pp. 25-39. 2009. Pp. 32-39

da política patrimonial brasileira e demonstra como o tombamento se revela uma instituição outorgante de valor cultural “criado”⁷¹ pela sociedade.

Com as especulações até agora expostas o que se pretende é demonstrar que o fenômeno da atribuição de valores é recorrente no temário do patrimônio cultural, aparecendo como motivo e legitimação das políticas de preservação. Cabe agora indagar: o que falta ser discutido? O que não foi dito? No decorrer desta pesquisa percebeu-se que há uma omissão conceitual, um vazio que parece ainda não ter sido percebido: na maioria dos estudos não se trata sobre o conceito de valores nem de sua origem.

Que o tombamento ou quaisquer outras medidas preservacionistas sejam executadas em nome desses valores e que eles emanam das sociedades pode-se compreender. Mas, eles existem antes dessas medidas? Qual a natureza de um valor? Tais questionamentos demonstram que há uma lacuna nos trabalhos sobre patrimônio cultural. Entretanto, é preciso compreender a natureza essencial desses valores para que se entenda o conceito de patrimônio e, conseqüentemente, compreenda-se o que legitima a sua proteção oficial.

A questão conseqüente é: como estudar esses valores e por que meios? Seguindo esta linha de questionamentos, outros termos fundamentais exsurgem como partes da revisão ora engendrada, a exigir sua conceituação e desvelar suas inter-relações, a saber: *valorização*, *valoração* e *axiologia*. Uma vez que a discussão proposta busca a essência desses termos, é de todo pertinente que se vá além do conhecimento empírico e físico, é necessário que se faça, antes, uma investigação filosófica, pois, afinal, já o afirmou Sartori⁷², “o conhecimento filosófico não é um saber empírico, mas, literalmente, um conhecimento metafísico, que vai além dos dados físicos (*metà-phísikà*); é um conhecimento que transcende o empírico”.

No que concerne à *Axiologia*, compreendida como teoria dos valores é abundantes os estudos e a literatura acadêmica na área da Filosofia e da Filosofia Aplicada, esta última riquíssima do campo do Direito, com

⁷¹ Palavra utilizada pelo autor (MENESES, 2009, p. 33).

⁷² SARTORI. Giovanni. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Trad. Sérgio Bath. Coleção Pensamento Político. N. 36. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1981. p. 30

representantes como Reale⁷³, Garcia⁷⁴ e Bittar e Almeida⁷⁵. Mas, no âmbito das políticas patrimoniais o assunto é pouco discutido, podendo-se até mesmo dizer que não há compreensão aprofundada desse importante tema da Filosofia e nem se cogita da sua aplicação na experiência das políticas públicas do patrimônio.

Estabelecida a premissa segundo a qual é indispensável conceituar valor para entender a atribuição de valor na política patrimonial, bem como descobrir de que maneira a Teoria dos valores pode ajudar nessa compreensão, no item seguinte responde-se à seguinte questão: que conceito de *Valor* pode ser satisfatoriamente eleito para os fins desta investigação?

2.2 Axiologia e Valores

Com base no até agora exposto, pergunta-se: como e por que meios se podem estudar os valores? O que significam os termos *Valorização*, *Valoração* e *Axiologia*? Quais as suas inter-relações? Para responder aos questionamentos é preciso construir a base filosófica necessária à passagem para esse outro universo do conhecimento humano, sem, no entanto, perder o controle do processo de conceituação e uso dos termos definidos pela pesquisa. É que o domínio da realidade a que se destina é o da experiência, da prática, puramente material, posto que se reira a um bem patrimonial tangível, tocável, visível. Mas, ao se estabelecer que o princípio fundante de sua proteção resulta de um valor, há que se discutir sua origem, natureza e significado.

Nesse sentido é a lição de Sartori, para quem a legitimação pela Filosofia, de uma teoria relativa a um objeto específico, deve necessariamente se sustentar no conhecimento filosófico. Como cientista político, Sartori é partidário da assertiva “[a Filosofia] é a forja onde se elabora a legitimação ou,

⁷³ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002

⁷⁴ GARCIA, Angeles Mateos. *A Teoria dos Valores de Miguel Reale: Fundamento de seu tridimensionalismo jurídico*. São Paulo: Editora Saraiva. 1999

⁷⁵ BITTAR, Eduardo C.B. e ALMEIDA, Guilherme Assis. *Curso de Filosofia do Direito*. São Paulo: Editora ATLAS S.A. 2012

ao contrário a invalidação da *polís*⁷⁶, ou seja, para ele a ciência política e, conseqüentemente a ação, nascem da “meditação especulativa”, isto é, do manejo do conhecimento filosófico.

Assim como em Sartori, o problema ora proposto é de base empírica, social e política, a atribuição de valores ao patrimônio cultural acontece dentro de uma sociedade por meio de leis e normas, que são instituídas pelo aparato governamental criado por e para essa mesma sociedade. Dessa maneira, pode-se inferir que, neste caso, aplica-se o mesmo raciocínio por ele desenvolvido para a ciência política: para se entender os fundamentos da política patrimonial, deve-se, primeiro absorver conceito e natureza dos valores, dever que impõe, forçosamente, uma investigação no domínio da Filosofia.

Adicionando mais substância à proposição, Miguel Reale⁷⁷, situado no contexto jurídico, que também integra o domínio das ciências sociais aplicadas e do mundo da cultura, afirma que todo conhecimento filosófico tem caráter crítico-axiológico, isto é, toda crítica filosófica “[...] é sempre a apreciação dos pressupostos de algo segundo critérios de valor, tanto assim que se pode afirmar que toda crítica se distingue por sua natureza axiológica”. Por conseqüência, a questão do valor é intrínseca, é inerente mesmo à investigação filosófica, daí a pertinência da discussão dos valores sob a perspectiva da Filosofia, nesta investigação.

Para Comte-Sponville⁷⁸, a Axiologia é nada mais que “o estudo ou a teoria dos valores”. Por sua vez, Pedro diz o mesmo com outras palavras e reflete sobre a relação existente entre as palavras *Axiologia* e *Valor*:

Apesar da estreita relação que mantêm entre si, pois uma (valores) é o objeto de estudos da outra (axiologia), aliás, à imagem da ética e da moral [...] são, no entanto, distintas: enquanto a axiologia mais não significa do que o estudo ou tratado dos valores, ou seja, uma reflexão filosófica sobre os valores, sua natureza, características, estrutura, conhecimento e teorias, os valores, enquanto tal,

⁷⁶ SARTORI, Giovanni. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Trad. Sérgio Bath. Coleção Pensamento Político. N. 36. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1981. p.39

⁷⁷ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 66-67

⁷⁸ COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário Filosófico*. Martins Fontes. São Paulo. 2003. p. 72

constituem o seu objeto de estudo. Não há, pois, que confundir axiologia com valores.⁷⁹

A afirmação transcrita confirma a definição de Axiologia como a ciência que tem por objeto o estudo dos valores. Assim sendo, passa-se, no item seguinte, a investigar o conceito de valor que, em outras palavras, constitui a base de sustentação do presente trabalho.

2.2.1 Por uma definição de valor

O que é um valor? A interrogação é a mais elementar e também a mais significativa da Axiologia. Garcia⁸⁰ afirma que é uma das mais complexas indagações de qualquer tratado axiológico e Reale⁸¹, por sua vez, adverte que toda discussão sobre valores toma espaço na experiência humana e “[...] só o homem é capaz de valores, e somente em razão do homem a realidade axiológica é possível”.

Para o autor⁸², o valor não pode ser reduzido ao empírico ou mesmo ao ideal, porque ele não é, mas vale, ou seja, o valor “não é categoria do “ser”, mas do “dever ser”. “Ser” e “valor” são, em suma, duas categorias gnosiológicas fundamentais, não se podendo reduzir o que vale ao que é”. Ou seja, o valor, em Reale, está situado no âmbito da Teoria do Conhecimento – valorar é ato intrínseco ao ato de conhecer - e somente aí pode ser compreendido, como parte da sua Teoria dos Objetos⁸³.

⁷⁹ PEDRO, Ana Paula. *Ética, Moral, Axiologia e Valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum*. Revista KRITERION. Belo Horizonte. N°130. Dez/2014. pp.483-498. P.488

⁸⁰ GARCIA, Angeles Mateos. *A Teoria dos Valores de Miguel Reale: Fundamento de seu tridimensionalismo jurídico*. São Paulo: Editora Saraiva. 1999. pp. 2-3

⁸¹ REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. P. 191

⁸² REALE, Miguel. Texto de apresentação. In GARCIA, Angeles Mateos. *A Teoria dos Valores de Miguel Reale (Fundamento de seu tridimensionalismo jurídico)*. São Paulo: Editora Saraiva. 1999. pp. XI-XII

⁸³ Nesse sentido, segundo a leitura de Garcia (1999, pp. 6-10), objeto, para Reale é “tudo aquilo em direção aonde é orientada nossa atividade cognoscitiva” e seria possível “distinguir diferentes tipos de objetos de acordo com a forma de nos aproximarmos deles, de concebê-los ou conhecê-los”. Na teoria dos objetos de Reale existem três esferas de objetos: (I) os naturais (físicos ou psíquicos) que são concebidos no tempo e no espaço e são cognoscíveis através da percepção (físicos) ou do mundo interior – emoções, sentimentos etc. (psíquicos) e (II) os objetos ideais, dos quais tratam as ciências formais (lógica e a matemática), são atemporais e a-espaciais, existindo apenas enquanto pensados, com realidade limitada ao “fato empírico de serem representados”.

Em Reale, entende-se que os valores compõem um universo à parte em relação à teoria dos objetos do conhecimento, onde se encontram três esferas do real: os objetos naturais, os ideais e os valores⁸⁴. Assim considerados, os valores possuem, como os objetos ideais, realidade a-temporal e a-espacial. A diferença, diz Reale, é que os valores

só se concebem em função de algo existente, ou seja, das coisas valiosas. Além disso, os objetos ideais são quantificáveis; os valores não admitem qualquer possibilidade de quantificação. [...] Às vezes nós o medimos [o valioso] por processos indiretos, empíricos e pragmáticos, como acontece, por exemplo, quando exprimimos em termos de preço a “utilidade” dos bens econômicos [...].⁸⁵

O que se depreende, da lição de Reale, é que os valores assumem posição autônoma na teoria dos objetos, correspondente a um “dever ser”. Como explica García⁸⁶, existem para Reale dois tipos de juízos da realidade: os juízos sobre o “ser”, isto é, sobre a realidade, e os juízos de valor, que expressam como deve ou deveria ser a realidade, o que significa dizer que apresentam a realidade sob o signo do valor. Em resumo, valor em Reale é uma categoria autônoma da teoria do conhecimento somente possível “enquanto vale”, isto é, a partir do “dever-ser”.

Também o filósofo Comte-Sponville⁸⁷ posiciona os valores no mundo do que é desejado – do “dever ser” - segundo ele, a categoria expressa um “relativismo sem apelação: um valor é o que é desejável, e ele só é desejável porque é desejado”, o que nos coloca sob a mesma ótica proporcionada pela teoria de Reale; para que exista valor é preciso que exista o juízo de valor, estando fora, portanto dos problemas do “ser”.

Assim como Reale, Comte-Sponville compreende que os valores não são quantificáveis, não têm preço. Em seus termos “é preciso distinguir o que tem valor (o que tem um preço, numa loja de troca pode medir aproximadamente) e o que é um valor, que não tem preço e não pode ser trocado validamente por

⁸⁴ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 187

⁸⁵ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 187

⁸⁶ GARCIA, Angeles Mateos. *A Teoria dos Valores de Miguel Reale (Fundamento de seu tridimensionalismo jurídico)*. São Paulo: Editora Saraiva. 1999. p. 10

⁸⁷ REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 15

⁸⁷ COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário Filosófico*. Martins Fontes. São Paulo. 2003. P. 617-618

dinheiro, nem por outro valor”⁸⁸. Assim, novamente, só há valor pelo e para o desejo.

Entende-se, portanto, com autores citados, que “valor” é uma categoria gnosiológica somente acessível enquanto existe o pleno ato de valorar, isto é, de conhecer ou conceber algo pelo prisma de um valor, um “valor” só é enquanto vale. Só existe “valor” se existe um desejo direcionado, ou ainda, só existe valor na esfera do “dever-ser”, não sendo possível quantificá-lo, mas empregar métodos indiretos para dar preço àquilo que vale⁸⁹.

À esta altura cumpre esclarecer que, nesta revisão bibliográfica, adota-se a concepção axiológica proposta por Miguel Reale, bem como a sua Teoria Histórico-Cultural dos Valores. Optou-se, por questões de ordem metodológica, apresentar sua teoria em separado das outras linhas da axiologia moderna, desenvolvidas adiante, de modo a que se possam compreender melhor as diferenças fundamentais apontadas pelo autor.

2.2.2 Teorias Modernas do Valor

Sobre as principais linhas da Axiologia Moderna, Reale as divide em duas grandes tendências-limite: a primeira estuda o valor de modo *subjetivo* e a segunda procura explicação na natureza *objetiva*. Conforme Garcia⁹⁰, esse agrupamento proposto por Reale coincide com a classificação usualmente admitida nos estudos clássicos⁹¹ de Axiologia.

⁸⁸ COMTE-SPONVILLE, André. Dicionário Filosófico. Martins Fontes. São Paulo. 2003. P. 617

⁸⁹ Aqui, explica-se, por exemplo, a ambiguidade da expressão *mise-em-valeur* assinalada por Françoise Choay (item 3.1) aplicada ao patrimônio cultural. Conforme os autores citados, valorar é ver sob o prisma de um valor e nenhum valor pode ser quantificado, sendo possível apenas colocar preço (avaliar ou valorizar) no objeto valioso. Valorar é, pois diferente de avaliar e valorizar, o que torna compreensível a inquietação da autora quanto à imprecisão inerente à expressão francesa em face das consequências que o processo de valorização (colocação de preço) ao patrimônio cultural vinha, segundo ela, resultando em impactos negativos ao próprio recurso do patrimônio.

⁹⁰ GARCIA, Angeles Mateos. *A Teoria dos Valores de Miguel Reale*: Fundamento de seu tridimensionalismo jurídico. São Paulo: Editora Saraiva. 1999. P. 27

⁹¹ dentre os quais Garcia cita Ortega, Bayer, LDujovne, J. Ma. Méndez e R. Frondizi; a saber: ORTEGA y GASSET, L. ¿Qué son los valores? Iniciación en la estimativa; FRONDIZI, R. ¿Qué son los valores?: introducción a la axiología. Mexico. F.C.E (breviários). 1968; BAYER, R. Valeur et réalité, em *L'homme et son prochain*. Paris. PUF. 1959; DUJOVNE, L. Teoría de los valores y filosofía de la historia. Buenos Aires. Paidós. 1959; MENDEZ, J. Ma. Valores éticos; estudios de axiología. Madri. 1985

Assumindo, então, essa diferenciação inicial e seguindo a divisão proposta por Reale⁹², tem-se que, para a corrente do Subjetivismo, “os valores existem como resultado ou como reflexo de motivos psíquicos, de desejos e inclinações, de sentimento, de agrado ou de desagrado. As coisas valem em razão de algo que em nós mesmos se põe como algo desejável ou apetecível”. Esta é uma teoria eminentemente psicológica da existência dos valores, o que leva Reale a denominá-la *Psicologismo Axiológico*.

Compondo essa corrente, Reale⁹³ elenca várias teorias, como, por exemplo: (I) as teorias do tipo *hedonista*, representadas desde Aristipo e Epicuro até Bentham⁹⁴ e Meinong⁹⁵, (II) as do tipo *voluntarista*, desenvolvida desde Aristóteles até Ribot⁹⁶ e Ehrenfels⁹⁷. Enquanto nas teorias hedonistas o “valioso é o que nos agrada, causando-nos prazer”⁹⁸, nas teorias do tipo voluntarista, “o valor é a satisfação de um desejo, de um propósito”⁹⁹. Conforme Reale, essas teorias ligam “o problema do valor à satisfação de um *desejo*, de um *propósito*, a uma base sentimental-volitiva (valioso é o que *desejamos* ou pretendemos)”¹⁰⁰.

Para o autor, as teorias subjetivistas do valor apresentam uma problemática, na medida em que definem o indivíduo como fonte e medida de todos os valores. É que, de acordo com Reale, isso não explicaria “a *força* ou a *pressão social* que os valores representam, não só ditando comportamentos, como exigindo ações de conformidade ou de subordinação, em conflito com as preferências individuais [...]”¹⁰¹. Refutando o *desejo* como a origem de todos os valores, Reale rebate a tese da axiologia subjetivista, ou *Psicologismo Axiológico*, com a seguinte colocação:

Quantas e quantas vezes, o valor de um ato não resulta do sacrifício de um desejo, da renúncia a um prazer? Sobre haver valores, como

⁹² REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 195

⁹³ REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 196

⁹⁴ Jeremy Bentham, filósofo e jurista inglês (1748-1832).

⁹⁵ Alexius Meinong, filósofo austríaco (1853-1920).

⁹⁶ Théodule-Armand Ribot, psicólogo francês (1839-1916)

⁹⁷ Christian von Ehrenfels, filósofo austríaco (1859-1932)

⁹⁸ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 195

⁹⁹ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 195

¹⁰⁰ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 195

¹⁰¹ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 197

os estéticos, que independem de qualquer desejo, não é menos certo que os atos moralmente mais valiosos como os do mártir e do herói, ficariam sem sentido. Estas e outras objeções têm levado alguns intérpretes a alargar o significado dos termos “prazer” e “volição” que, imperceptivelmente, acabam transpondo os lindes da explicação psicológica, reconhecendo a validade objetiva que pretendiam contestar.¹⁰²

O autor atribui a essa mesma lacuna o predomínio das explicações do tipo *objetivista* que, segundo ele, podem ser diferenciadas em: sociológica, ontológica e histórico-cultural, a esta última se filia o autor. O que define esta segunda grande corrente da Axiologia Moderna, diz Garcia¹⁰³ ao analisar a obra de Reale, “é a sua clara contraposição com o psicologismo axiológico, porque rejeita o caráter subjetivo-individual dos valores e ressalta seu caráter social-objetivo, que reside na objetivação dos valores como um fato ou produto do conjunto da sociedade”.

À primeira teoria objetivista, chamada por Reale de *Teoria Sociológica dos Valores*, o autor indica Émile Durkheim¹⁰⁴ como o exemplo mais representativo. A partir de Reale, compreende-se que, para Durkheim, os valores originam-se não na consciência individual, como querem os subjetivistas, mas na consciência coletiva, esta que sim o verdadeiro repositório dos valores, que obrigam a vontade individual.

Reale¹⁰⁵ critica essa teoria assinalando o fato de que ela, assim como as explicações psicológicas, simplesmente não explica de onde vêm os valores e por que obrigam as ações humanas. Para esta teoria, os valores são fatos sociais que podem ser constatados em sua recorrência; no entanto, Reale rejeita esse pensamento salientando que a frequência mesma desses fatos pode ser contrariada no decurso da História.

Das inconsistências da Teoria Social dos Valores nasceu, de acordo com, Reale, a corrente do *Ontologismo Axiológico* cujos maiores expoentes são Max Scheler e Nicolai Hartmann. Suas ideias podem ser assim resumidas:

¹⁰² REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 197

¹⁰³ GARCIA, Angeles Mateos. *A Teoria dos Valores de Miguel Reale*: Fundamento de seu tridimensionalismo jurídico. São Paulo: Editora Saraiva. 1999. p. 32

¹⁰⁴ As obras de Durkheim referenciadas por Reale (2002, p. 199) são: “Jugement de Réalité et jugement de valeur” e “Détermination du fait moral”.

¹⁰⁵ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 200

Segundo Scheler e Hartmann, os valores não resultam de nossos desejos, nem são projeções de nossas inclinações psíquicas ou do fato social, mas algo que se põe antes do conhecimento ou da conduta humana, embora podendo ser razão dessa conduta. Os valores representam um ideal em si e de per si, com uma consistência própria, de maneira que não seriam projetados ou constituídos pelo homem na História, mas “descobertos” pelo homem através da História.¹⁰⁶

Assim, o que se entende, a partir da leitura de Reale é que, para os fundadores do Ontologismo Axiológico, os valores são objetos ideais que existem à margem de qualquer processo histórico. A própria História, aliás, de acordo com o Ontologismo, é uma busca incessante do homem pelo mundo dos valores, no qual suas interações ocorrem por meio da intuição. Criticando a Teoria, Reale apresenta um obstáculo difícil de transpor: seus autores criam uma separação entre o problema do valor e o da História, separação que, segundo ele, deixa a relação vazia de sentido.

Considerando o que até agora foi exposto e baseado na compreensão de que o problema do patrimônio cultural está essencialmente vinculado ao processo histórico, infere-se que as teorias anteriores, a subjetivista e a objetivista, não estão aptas a responder o problema desta pesquisa, porque não consideram o valor na História. Contudo, é possível encontrar na Teoria de Reale a solução para afastar os obstáculos que dificultam o entendimento da questão da atribuição de valores, na constituição da memória oficial das sociedades. É o que se verá a seguir.

2.2.3 A Teoria Histórico-Cultural do Valor

Entre as correntes histórico-culturais de tratamento dos valores agregam-se, conforme Reale, várias tendências de inspirações diferentes como, por exemplo, “a de inspiração hegeliana, a de orientação diltheyana ou ainda a heideggeriana e a marxista, para [lembrar] senão algumas das orientações de maior projeção em nossos dias”¹⁰⁷. Não é, entretanto, objetivo desta pesquisa diferenciar cada uma dessas tendências; para os fins pretendidos é suficiente que se as elenque e exemplifique.

¹⁰⁶ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 203

¹⁰⁷ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002p. 204

Embora haja discrepâncias entre as diversas tendências que buscam explicar origem e essência dos valores, há um ponto de interseção onde todas se encontram e se harmonizam. Essa convergência se faz na convicção da impossibilidade de se compreender o valor fora do seu histórico. É precisamente nesse recorte que Reale desenvolve sua própria teoria dos valores. Para ele, o problema do valor precisa ser resolvido no âmbito da história¹⁰⁸ - por isto Luigi Bagolini enquadra sua axiologia como um “historicismo axiológico”. O marco inicial da tese de Reale é a assertiva segundo a qual na natureza tudo se repete e somente o homem inova e se transcende. A “essa atividade inovadora, capaz de instaurar novas formas de ser e de viver”¹⁰⁹ Reale denomina de espírito. Esse espírito muda a natureza e se projeta sobre ela construindo aquilo que o autor chama de “mundo da cultura”. Para ele,

o homem, servindo-se das leis naturais, que são instrumentos ideais, erigiu um mundo sobre o mundo dado: é o mundo histórico, o mundo cultural, só possível por ser o homem, um ser espiritual, isto é, um ente livre dotado de poder de síntese, que lhe permite compor formas novas e estruturas inéditas, reunindo unidades de sentido, sempre renovadas e nunca exauríveis, os elementos particulares e dispersos da experiência.¹¹⁰

Assim, na construção do mundo da cultura, por meio do eterno processo de inovação do espírito, o homem confere à natureza uma dimensão totalmente nova, definida precisamente pelos valores. Isto significa que os valores “nascem” do evoluir histórico precisamente porque o homem atua sobre o mundo dado, a natureza, redirecionando a si e ao que está a sua volta¹¹¹. Os valores não têm existência ontológica, mas se manifestam nas coisas valiosas sempre por meio da tomada de posição do homem sobre e com direção a algum fim, o que lhes confere a natureza teleológica. Para Reale: “Tudo aquilo que vale, vale para algo ou vale no sentido de algo e para alguém”¹¹².

Abre-se, aqui, um parêntese para esclarecer que o historicismo axiológico de Miguel Reale não foi escolhido arbitrariamente para fundamentar as questões do patrimônio, os ensinamentos de outros autores ajudaram a consolidar a

¹⁰⁸ Para Reale (2002, p. 204), a história é entendida como “realização dos valores ou como projeção do espírito] sobre a natureza”.

¹⁰⁹ REALE, Miguel. Filosofia do direito. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. P. 205

¹¹⁰ REALE, Miguel. Filosofia do direito. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. P. 205

¹¹¹ REALE, Miguel. Filosofia do direito. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. P. 206

¹¹² REALE, Miguel. Filosofia do direito. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. P. 190

escolha desse autor para os fins desta investigação. Garcia¹¹³, por exemplo, assegura que a relação entre axiologia, cultura e realidade em Reale é tão estreita que o autor chega mesmo a explicar a última por meio de termos axiológicos, característica que, para a autora, diferencia a teoria dos valores do autor de outras teorias próximas da visão histórico-cultural. Bittar e Almeida, por sua vez acreditam que a filosofia dos valores de Reale

é um marco não somente no sentido de se tratar de um ponto referencial teórico divisor de águas na cultura jurídica, mas também por significar a síntese de diversas tendências teóricas que ocuparam o cenário intelectual dos séculos XIX e XX.¹¹⁴

Isto posto assume-se, nesta pesquisa, que há um íntimo e especial vínculo entre as questões do mundo jurídico onde, aliás, situam-se os regulamentos da política de tombamento e a matéria objeto desta pesquisa e, por conseguinte, que a Teoria Axiologia de Miguel Reale é a que melhor expressa a concepção do papel dos valores na discussão ora proposta. Antes, porém, de abordar a respectiva problemática, desenvolve-se, no item a seguinte, uma breve exposição a respeito do papel da sociedade na formação dos valores pelo homem.

2.2.4 Valor e Sociedade

Verificada a íntima relação existente entre o processo de atribuição de valores e o mundo das manifestações produzidas pelo homem – o mundo da cultura - e visto que os valores não existem isoladamente, em si mesmos, mas apenas e sempre com referência aos homens, Reale afirma que eles também não se reduzem às “vivências preferenciais desse ou daquele indivíduo concreto, mas às interpretações sobre a realidade que dominaram cada fase ou época histórica, que serão denominadas ‘civilizações’, com suas ‘constelações axiológicas’ correspondentes”¹¹⁵.

¹¹³ GARCIA, Angeles Mateos. A Teoria dos Valores de Miguel Reale (Fundamento de seu tridimensionalismo jurídico). São Paulo: Editora Saraiva. 1999. P. 43

¹¹⁴ BITTAR, Eduardo C.B. e ALMEIDA, Guilherme Assis. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo: Editora ATLAS. 2012. P. 565

¹¹⁵ MARTINS, Alexandre Marques da Silva. Os Valores em Miguel Reale. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 45 n. 180 out./dez. 2008. p. 267

Ou seja, Reale não ignora a “face social dos valores que determinam a conduta do indivíduo”¹¹⁶. Para o autor, a sociedade é essencial à emergência dos valores; não é fonte, pois o homem é a base de toda a axiologia e do processo cultural, mas é elemento essencial para manifestação dos valores na consciência¹¹⁷. Além disso, Reale demarca cada sociedade, observando suas peculiaridades em épocas diferentes, como repositórios únicos dos valores humanos projetados no processo histórico. O trecho abaixo transcrito resume bem seu pensamento:

através da História encontramos fases ou épocas que se distinguem por certa ordenação da vida social dos indivíduos e dos grupos, segundo uma distinta tábua de valores. Isto quer dizer que os valores são suscetíveis de uma ordenação gradual, de hierarquia. Efetivamente, há épocas em que a sociedade parece dominada pelo valor do santo ou do religioso, de maneira que em torno desse valor se ordenam todos os demais [...] Há, portanto, épocas distintas segundo a forma com que se ordenam os valores, cuja visão total representa a maneira pela qual se concebe o universo e se estima a vida. Cada tábua de valores corresponde a uma concepção do universo e da vida, uma cosmovisão ou *Weltanschauung*¹¹⁸.

Desse modo, as “constelações axiológicas” concebidas pelo autor são conjuntos de valores, ou “visões de mundo”, partilhados especificamente por sociedades e/ou épocas na história. Ideia correlata às constelações de Reale é a desenvolvida por Sartori¹¹⁹ sob a denominação de “capital axiológico”. Para este autor, a história se impõe aos homens, mas “é também verdade que os homens fazem a história”¹²⁰, do que se depreende que a sua visão do homem no evoluir histórico alinha-se à de Reale.

Sartori também explica que toda ação humana é desenvolve-se na história, condicionada por limites impostos ao próprio conhecimento, dentre os quais aponta o “capital axiológico”, isto é, os valores inerentes a cada sociedade em sua respectiva época, que, a seu juízo, está acima de todos. Em suas próprias palavras:

¹¹⁶ BITTAR, Eduardo C.B. e ALMEIDA, Guilherme Assis. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo: Editora ATLAS. 2012, p. 566

¹¹⁷ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. pp. 213-214

¹¹⁸ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. pp. 230-231

¹¹⁹ SARTORI, Giovanni. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Trad. Sérgio Bath. Coleção Pensamento Político. N. 36. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1981

¹²⁰ SARTORI, Giovanni. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Trad. Sérgio Bath. Coleção Pensamento Político. N. 36. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1981.p. 19

No seu curso, a história não acumula apenas coisas que podem ser vistas e tocadas: *capitaliza valores*, capitais invisíveis desse tipo: princípios morais, tradições religiosas, hábitos sociais, normas de boa fé, regras de jogo, etc.¹²¹

Para Sartori, cada geração é protagonista de sua própria história e “se resolve em última análise num modo de “administrar” um capital axiológico (escasso ou abundante, mau ou bom) herdado das gerações precedentes”¹²². A importância desse capital axiológico é tanta que o autor chega a admitir que o melhor modo de “avaliar a vitalidade e a solidez de uma civilização, é fazer seu balanço axiológico, verificando o consumo do capital estocado e a produção de novo capital”, em suma, fazer uma análise dos principais valores e da visão de mundo partilhada em cada civilização.

O que se extrai, dos autores citados, é que cada sociedade em determinada época tem um arcabouço de valores comuns que guiam suas principais decisões como coletividade socialmente instituída. Sendo assim, é correto admitir que as formas de auto-organização sociais e suas respectivas estruturas de controle são produtos do processo histórico-cultural, constituindo-se, ao mesmo tempo, fundadores e fundantes de valores. É precisamente aí que vai se localizar a política patrimonial.

2.3 A Atribuição de valores na aplicação do tombamento —————

Viu-se que a noção de *valor* é deveras complexa e polissêmica, o que dificulta a elaboração de um conceito único. De tudo o que até agora foi exposto pode-se depreender, sobretudo em consonância com a teoria de Miguel Reale é que valor pode ser entendido como categoria gnosiológica do plano do “dever-ser”, só existente em função do homem e da sua evolução no plano histórico-cultural.

Assente nessa fundamentação, entende-se que os sistemas de normas e condutas sociais, isto é, o Direito em todas as suas formas, é fundamentado nos

¹²¹ SARTORI. Giovanni. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Trad. Sérgio Bath. Coleção Pensamento Político. N. 36. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1981.p. 122

¹²² SARTORI. Giovanni. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Trad. Sérgio Bath. Coleção Pensamento Político. N. 36. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1981.p. 122

valores de cada sociedade. Dessa mesma maneira, as estruturas organizadoras da vida social estão compreendidas na categoria de produtos do processo cultural e como tal são fatos da experiência humana, fundamentados em valores.

Com essa compreensão, interessa voltar ao problema inicial, expresso na pergunta: *qual o papel dos valores na instituição do tombamento?* Bem entendido o exposto no item anterior, é válido afirmar que a própria política patrimonial brasileira, assim como toda política patrimonial e como todo sistema jurídico, como produto cultural de uma sociedade, foi consubstanciada a partir da constelação axiológica, para usar as palavras de Reale, vigente à época de sua criação, isto é, tal política foi plasmada a partir dos valores da sociedade brasileira da década de 30¹²³.

Sobre a política brasileira, cabe, nesse passo, uma rápida explanação do conteúdo do Decreto-Lei Nº 25 de 30 de Novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico no Brasil.

No seu Capítulo I – DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, é caracterizado o *corpus* de bens brasileiros passíveis de proteção por meio do tombamento e estabelecidos os critérios com base nos quais os bens referidos devem ser oficialmente instituídos como bens culturais tombados.

Na sequência, o Capítulo II – DO TOMBAMENTO, descreve o processo de inscrição dos bens culturais, segundo suas características, nos livros do tomo¹²⁴ adequado, de acordo com o texto normativo. São definidas ainda as circunstâncias que dão ensejo ao tombamento, valendo observar que o interesse

¹²³ O Decreto 25 de 1937 foi criado durante a ditadura militar no governo de Getúlio Vargas. O processo instaurador dessa lei e da política patrimonial brasileira foi suscitado por um grupo de intelectuais modernistas que vinham pregando a necessidade de se exaltar as raízes da nação desde a década de 1920. Lembra-se que, no modernismo brasileiro, o conceito da “antropofagia” foi um dos grandes motes do processo artístico. Em um evento promovido por esse grupo modernista, onde estavam presentes Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade – diretor-fundador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão de gestão patrimonial do Brasil, o conceito de “patrimônio cultural” foi fundamentado e lançaram-se critérios iniciais para a valoração dos bens culturais nacionais. Este foi o contexto em que se deu a criação da política patrimonial brasileira, em meio a luta pelos valores de liberdade, a salvaguarda dos bens nacionais nasceu de um grupo fechado e elitista, o que por algumas décadas moldou as feições do que seria genuinamente brasileiro e, por isso, meritório de proteção. In FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil, Rio de Janeiro : UFRJ: IPHAN, 1997.pp. 87-98

¹²⁴ São quatro: (I) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; (II) Livro do Tombo Histórico; (III) Livro do Tombo das Belas Artes e (IV) Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

público tem prevalência sobre os interesses privados. Assim sendo, se há interesse público no tombamento, o bem será tombado independentemente da vontade do seu proprietário ou possuidor.

No Capítulo III, descrevem-se os efeitos jurídicos do tombamento para cada um dos agentes implicados e, por fim, o Capítulo V – DISPOSIÇÕES GERAIS¹²⁵ a lei regulamenta a sua execução e as condutas e atividade dos diversos agentes, públicos e/ou privados, que venham a se envolver em processos de processos de tombamento.

Do seu texto percebe-se que, na política patrimonial brasileira, o ato de preservação¹²⁶ por tombamento pressupõe a observância de critérios legais bem definidos, visto que o referido Decreto-lei 25/37 criou regras impositivas, legitimadoras da atribuição de valores aos bens objeto de preservação, conforme a época em que é eleito patrimônio cultural da nação. Evidencia-se também a sustentação dessa política no aparato teórico fornecido pelo teorema da classificação dos valores de Aloïs Riegl.

Usualmente, os pressupostos definidos na Lei são apresentados pelos órgãos oficiais do patrimônio - no Brasil, cabe ao IPHAN, às secretarias de cultura municipais e estaduais e demais instituições de proteção ao patrimônio – nas instruções de tombamento¹²⁷ ou pareceres técnicos sobre os bens culturais. Esse aparato normativo, segundo Kother¹²⁸, constitui “instrumentos imprescindíveis à gestão do patrimônio cultural de uma comunidade”, pois, precisamente, apresentam os atributos, as características e a relevância histórica e “atual de um determinado bem cultural sob a ótica de seu relator”.

À vista do exposto, entende-se que, no caso específico da política patrimonial, o problema da atribuição de valores acaba destacando uma

¹²⁵ O Capítulo IV – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA foi revogado pela Lei No 13.105 de 2015.

¹²⁶ Usa-se o termo preservação no sentido de qualquer ação tomada em prol da proteção de um bem, como se viu, no caso brasileiro, a instância máxima de proteção é o tombamento em instância federal, pelo IPHAN.

¹²⁷ A normativa ou instrução de tombamento é o documento referente aos critérios de uso e manejo do equipamento tombado, bem como as diretrizes de sua relação com o entorno imediato. É uma espécie de documento regulatório.

¹²⁸ KOTHER, Maria Beatriz Medeiros. Introdução. In BRAGHIROLI, Ângelo Carlos Silveira. (Org.). Paisagens do Sul - Pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre bens patrimoniais do Rio Grande do Sul. IPHAE - IPHAN. Porto Alegre. 2009. Pp. 10-11

característica reflexiva do papel dos valores. Realmente, em se tratando, como de fato se trata, de uma estrutura de controle de um aspecto determinado da vida social, a política patrimonial e, por conseguinte, o tombamento, configuram um aparelhamento forjado a partir dos valores da sociedade brasileira; por outro lado, essa política opera em nome da salvaguarda de parte dos valores da sociedade e estes, por sua vez, são talhados e ao mesmo tempo integram a forma e a essência do próprio patrimônio cultural.

Ultrapassada a premissa teórica a respeito da atribuição de valores, cumpre agora introduzir outra noção fundamental à discussão proposta: o conceito de imaginário. Para melhor compreensão, lembra-se que esta dissertação levanta a hipótese de que o tombamento do Sítio Alagadiço tenha se fundamentado na criação de um imaginário mítico em torno da figura do escritor José de Alencar e de sua obra, portanto, é necessário definir imaginário e investigar sua relação com a atribuição de valores e com a oficialização da política patrimonial. Essa é a pauta do próximo item.

2.4 Imaginário: conceito e produção

O conceito de imaginário, assim como o de valor, é complexo e muitas vezes utilizado de modo difuso. Na lição de Espig¹²⁹, isto resulta da natureza polissêmica do conceito, e do seu uso por áreas diversas do conhecimento e das ciências humanas tais como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a história. Segundo a autora, há uma ampla variedade de estudiosos e de áreas do conhecimento envolvidas no debate, fato que já seria pressuposto para dificuldades à definição de um conceito uno.

Conhecendo as dificuldades do tema, antes de abordar a questão é relevante compreender os caminhos que precedem a discussão sobre o imaginário. De acordo com Durand, a partir do século XVII, o imaginário e as respectivas adjacentes (imagem, imaginação, etc.) foram desvalorizadas e

¹²⁹ ESPIG. Márcia Janete. O Conceito de Imaginário: Reflexões acerca de sua utilização pela História. Revista Textura. N° 9. pp. 49-53. Canoas. 2004. p. 49

excluídas de qualquer corrente, elaboração teórica científica e/ou construção intelectual tida como séria àquela época. Nas palavras do autor:

A partir do século 17, o imaginário passa a ser excluído dos processos intelectuais. O exclusivismo de um método, o método, “para descobrir a verdade nas ciências” – [...] título completo do famoso Discurso (1637) de Descartes -invadiu todas as áreas de pesquisa do “verdadeiro” saber. A imagem, produto de uma “casa de loucos”, [foi, então,] abandonada em favor da arte de persuasão dos pregadores, poetas e pintores. Ela nunca [deveria ascender] à dignidade de uma arte demonstrativa.¹³⁰

A “casa de loucos”, citada pelo autor, seria o conjunto de todo produto da imaginação, que deveria ser excluído do pensamento científico da época. Com a ascensão do empirismo de Isaac Newton e David Hume, sedimentou-se um período que Durand denomina iconoclasmo ocidental¹³¹ e que perdurou até o século XIX.¹³² Somente então, com o nascimento das ciências sociais e com o desenvolvimento da Psicanálise, pôde-se testemunhar a gradual reversão do “exorcismo”¹³³ que os elementos “pré-lógicos”¹³⁴ - isto é, o imaginário, os produtos da imaginação - haviam sofrido. Durand afirma que, com tais mudanças, constatou-se

em todas as disciplinas do saber (a psicologia, a etno-sociologia, a história das ideias, as ciências religiosas, a epistemologia etc.) a formação progressiva e não premeditada de uma “ciência do imaginário” e que desmistifica as proibições e os exílios impostos à imagem pela civilização que criou estas mesmas disciplinas deste saber.¹³⁵

Na trilha desse processo histórico as questões do imaginário gradualmente ganharam terreno intelectual e foram, posteriormente, abordadas segundo diversos sistemas de pensamento. A natureza desta pesquisa, no entanto, dispensa a exploração de tais sistemas e, por isso, restringir-se-á à análise do conceito e aplicação à problemática estudada.

¹³⁰ DURAND. Gilbert. *O Imaginário: Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Tradução René Eve Levié. DIFEL. Rio de Janeiro. 1999. Pp. 12-13

¹³¹ Expressão do autor.

¹³² DURAND. Gilbert. *O Imaginário: Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Tradução René Eve Levié. DIFEL. Rio de Janeiro. 1999. pp. 13-14

¹³³ Palavra usada por Durand, 1999, p. 49

¹³⁴ Palavra usada por Durand, 1999, p. 49

¹³⁵ DURAND. Gilbert. *O Imaginário: Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Tradução René Eve Levié. DIFEL. Rio de Janeiro. 1999. p. 77

Baczko resume o que interessa saber sobre a ascensão do tema nas ciências humanas:

A história das palavras tem conhecido épocas em que elas sofrem viragens, mudando de significados e deslocando-se da “periferia” para o “centro” de um campo discursivo. Não está, pois excluído que seja esse o caso da “imaginação” e do “imaginário”, no discurso actual das ciências humanas. Com efeito, é de sublinhar, naquele discurso, o “imaginário” se dissocia cada vez mais de significados tradicionais, tais como ‘ilusório’ ou ‘quimérico’. É também de assinalar que os termos ‘imaginação’ e ‘imaginário’ sejam cada vez mais utilizados fora do domínio a que tradicionalmente o seu uso se limitava, como seja o das belas-artes.¹³⁶

Com isso o autor reafirma o que foi exposto por Durand, segundo o qual as questões relacionadas à imaginação e ao imaginário passaram a ser vistas muito menos como domínios do onírico e da mentira para adentrarem à discussão do real, passando, dessa forma, a ser preocupação de debate em praticamente todas as áreas das humanidades. Nesse sentido, Espig em síntese sobre o teor dos estudos empreendidos sobre o imaginário afirma:

Os estudos filosóficos acerca do tema demonstram uma forte tendência analítica, tendendo por vezes para o abstrato; as reflexões antropológicas tendem a cristalizar-se em torno de temporalidades sincrônicas, enquanto a história preocupa-se com a diacronia. No entanto, o historiador encontra-se aberto às contribuições destas disciplinas, desenvolvendo ainda questões metodológicas referentes ao uso do conceito.¹³⁷

Com base nas argumentações ora expostas e precisamente por tratar dos efeitos do imaginário de uma época em outra, é que o presente trabalho compreende a essência do conceito considerando seu contexto histórico. Ressalte-se que, com a ruptura do iconoclasmo racionalista no século XVII também os historiadores assumiram a discussão de tais objetos, entretanto, com Pesavento¹³⁸, entende-se que o tema do imaginário na História somente ganhou corpo no final do século XX, com a chamada “crise dos paradigmas”, por meio da qual as ciências humanas sofreram mudanças de conteúdo e método e deu ensejo a um ecletismo teórico então insurgente.

¹³⁶ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.p. 298

¹³⁷ ESPIG, Márcia Janete. O Conceito de Imaginário: Reflexões acerca de sua utilização pela História. Revista Textura. N° 9. pp. 49-53. Canoas. 200. p. 50

¹³⁸ PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. Revista Brasileira de História. V. 15. No29.pp.9-27. São Paulo.1995. p. 9

A partir desse ecletismo teórico emergiram questões culturais como a atualização temática no fim do século XX, o que alçou o imaginário ao posto de objeto de debate, na dimensão da História Cultural. Nesse contexto, o imaginário se aproximou bastante da noção de “mentalidades”, que, nas palavras de Pesavento, vinha sendo a grande *vedette da* História Cultural (a História das Mentalidades) a ponto de confundir-se, por vezes, com a própria história do imaginário. Assim,

Muitos historiadores, marxistas ou não, transitariam da história social para a história das mentalidades, passando das estruturas sociais às atitudes e representações coletivas, resgatando as complexas mediações entre a concreticidade da vida real dos homens e as representações que os mesmos produzem de si e do mundo.¹³⁹

Em Pesavento, a abordagem mais adequada para a compreensão do conceito de imaginário é, exatamente, da representação. Interpretando Le Goff, a autora identifica representação com “tradução mental de uma realidade exterior percebida [que] liga-se ao processo da abstração”¹⁴⁰. Seguindo este pensamento,

no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um “outro” ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente.¹⁴¹

O processo de estabelecimento das representações envolve, portanto, a construção de uma ordem simbólica e ocorre não de maneira dissociada do real, mas como parte inerente dele, posto que o real é “ao mesmo tempo, concretude e representação”¹⁴². O imaginário, para Pesavento, é, portanto, um tipo de representação do mundo que revela sentido ou envolve uma significação para além do que é aparente.

É nesta medida que, para a autora “a sociedade é instituída imaginariamente, uma vez que ela se expressa simbolicamente por um sistema

¹³⁹ PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. Revista Brasileira de História. V. 15. No29.pp.9-27. São Paulo.1995. p. 14

¹⁴⁰ PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. Revista Brasileira de História. V. 15. No29.pp.9-27. São Paulo.1995. p. 15

¹⁴¹ PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. Revista Brasileira de História. V. 15. No29.pp.9-27. São Paulo.1995. p. 15-16

¹⁴² PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. Revista Brasileira de História. V. 15. No29.pp.9-27. São Paulo.1995. p. 16

de ideias-imagens que constituem a representação do real”¹⁴³. Partindo dessa perspectiva, é legítimo dizer, que o imaginário, assim como o capital axiológico, é histórico, datado, e pertinente a cada sociedade em particular, ou seja, cada época e/ou cada civilização possui um cabedal de ideias-imagens do mundo especificamente suas.

Pesavento¹⁴⁴ entende que o imaginário pode ser mais real do que as condições concretas da existência e pode “mobilizar ações de indivíduos, motivar práticas sociais e legitimar situações”, como por exemplo, a instituição de políticas patrimoniais e a consequente escolha de bens a serem preservados. Essa reflexão permite concluir que os conceitos de imaginário e valor são indissociáveis: no seio de uma sociedade localiza-se o amálgama composto pelo capital axiológico social e pelas ideias-imagens e representações que constituem o imaginário. A essa noção, Bronislaw Baczko¹⁴⁵ denomina de *Imaginário Social*.

Recordando a lógica desta argumentação, tem-se em Baczko¹⁴⁶ a fundamental análise da terminologia radical que compõe a esfera semântica do imaginário. Segundo o autor, os termos “imaginação” e “imaginário” remetem a um dado fundamental da condição humana, por isso “a sua definição nunca pode ser considerada adquirida”¹⁴⁷. Dessa forma, o uso da expressão “imaginação social”, por um lado

trata-se de uma orientação da actividade imaginativa em direcção ao social, isto é, a produção de representações da “ordem social”, dos actores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc.), bem como das instituições sociais, em particular às que dizem respeito ao exercício do poder, às imagens do “chefe”, etc. Por outro lado, o mesmo adjectivo designa a participação da actividade imaginativa individual num fenómeno colectivo. Com efeito, todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim

¹⁴³ PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. Revista Brasileira de História. V. 15. No29.pp.9-27. São Paulo.1995. p. 16

¹⁴⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social. Cultura Vozes, v. 89, n. 5, p. 34-44, 1995.p.36

¹⁴⁵ BACZKO,Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaldi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985

¹⁴⁶ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaldi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985. p. 308

¹⁴⁷ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaldi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985, p. 309

como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar.¹⁴⁸

Partindo dessa premissa, o autor usa constantemente a expressão “imaginário social” para designar o vasto sistema de símbolos que toda coletividade produz. Para ele, é através de tal sistema que uma comunidade compõe tanto a sua identidade quanto uma representação de si mesma e assim “estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”¹⁴⁹.

Conclui-se, portanto, que, recorrendo também ao próprio imaginário social, as sociedades compõem seus regulamentos e códigos de condutas, o que prova, mais uma vez a íntima relação existente entre o imaginário e os valores.

Para Baczko, o papel do imaginário social é ainda muito mais forte, pois configura uma força reguladora da vida comum e sob sua égide definem-se as relações entre indivíduo, sociedade e suas instituições. O imaginário, diz Baczko, é ainda, mais que simples componente abstrato da sociedade. É, acima de tudo, um instrumento de controle social, que pode ser especialmente utilizado no exercício da autoridade e do poder, além de se configurar como elemento de uma dinâmica que o transforma, ao mesmo tempo, em *lugar* e *objeto* de conflitos sociais¹⁵⁰, reafirmando-se, assim, parte essencial e inseparável do capital axiológico social.

A esse respeito, Pesavento¹⁵¹ entende que o imaginário social não se resume a ideias-imagens utópicas, que, na verdade, cumprem o papel de fornecer um suporte poderoso à produção das representações especificamente na forma de sonhos e desejos coletivos. A utopia, diz a autora, é a projeção no domínio do imaginário daquilo que se quer, do desejável, ou ainda, do mundo do

¹⁴⁸ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaldi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985, p. 309

¹⁴⁹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaldi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985, p. 309

¹⁵⁰ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaldi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985, p. 310

¹⁵¹ PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. Revista Brasileira de História. V. 15. No29.pp.9-27. São Paulo.1995. p.22

“dever-ser”. Poder-se-ia dizer, desta forma, que o imaginário dá contornos mais sensíveis àquelas projeções criadas pelos valores humanos.

Diante dos argumentos dos autores estudados já é possível adiantar algumas conclusões. Em primeiro lugar, entende-se o imaginário como forma de conceber o mundo através de representações, isto é, de ideias-imagens, discursos e/ou símbolos. O que existe o mundo é apreendido e traduzido pela mente em significado que não necessariamente condiz com o real; o imaginário é uma cosmovisão, uma tradução interior do que nos é posto. No entanto, essa tradução é também o real, posto que são o imaginário, as formas de conceber o mundo, que impulsionam as ações e o próprio evoluir das coisas.

Em segundo lugar, percebeu-se a importância das representações produzidas coletivamente: sociedades em diferentes períodos da história conceberam seus próprios símbolos próprios e escolheram os valores a seguir, heróis a cultuar, estéticas a aspirar. O conjunto dessas interpretações uníssonas do mundo, incorporadas a um só tempo por uma coletividade inteira configura o que aqui se compreende por imaginário social. Não é difícil perceber, portanto, que da História Humana brotam imaginários sociais em diversidade incalculável, dada a abundância de formas de vida, linguagens e meios naturais em que vivem e viveram as diferentes civilizações.

Importante lembrar também, seguindo o pensamento de Baczko, que o domínio do imaginário, na pesquisa, tem caráter “necessariamente pluridisciplinar com multiplicidade de abordagens e tendências metodológicas”¹⁵², mas ainda há que se expurgar o preconceito remanescente, quando se trata da compreensão do imaginário no estudo dos processos sociais e históricos, pelo motivo essencial de que no sistema de representações

produzido por cada época e no qual esta encontra a sua unidade, o “verdadeiro” e o “ilusório” não estão isolados um do outro, mas pelo contrário unidos num todo, por meio de um complexo jogo dialético. É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que

¹⁵² BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985. p. 308

ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”, bem como o lugar que lhe cabe na “lógica” da história.¹⁵³

Assim sendo, da mesma forma como se tratou a questão dos valores para o funcionamento das instituições políticas, a mesma importância é aplicada ao imaginário social. A produção do verdadeiro e do ilusório, faces da mesma visão de mundo, é o que sedimenta também as articulações de toda correlação de forças na política de uma coletividade. Baczko¹⁵⁴ resume o processo, afirmando que

é no próprio centro do imaginário social que se encontra o problema do poder legítimo, ou melhor, para ser mais exacto, o problema da legitimação do poder. Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder. Por outras palavras, o poder tem necessariamente de enfrentar o seu arbitrário e controlá-lo reivindicando uma legitimidade. [...]. [Nesse sentido, às] relações de força e de poder que toda a dominação comporta, acrescentam-se assim as relações de sentido. Qualquer instituição social, designadamente as instituições políticas, participa assim de um universo simbólico que a envolve e constitui seu quadro de funcionamento.¹⁵⁵

Expostas as primeiras conclusões a respeito da atribuição de valores e da importância do imaginário coletivo nesse processo, desvela-se outra face da questão, cuja discussão é imprescindível ao seguimento do trabalho. Trata-se da possibilidade manipulação dos valores e, por inferência, da legitimidade do que é incorporado ao imaginário das civilizações. Ao admitir que a fusão do capital axiológico com o imaginário social está na raiz do processo de legitimação do poder estabelecido, há que se cogitar sobre a possibilidade de interferências, dos mais diversos matizes, na construção desse amálgama ideal, que tanto pode ser fruto espontâneo da vivência coletiva como também produto de processos históricos viciados pelo direcionamento de grupos políticos e/ou por influências pontuais e exógenas.

É sobre os processos de controle, influência e manipulação dos imaginários e conjuntos de valores sociais que se trata no próximo item.

¹⁵³ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaldi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985. p. 303

¹⁵⁴ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaldi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985. p. 310

¹⁵⁵ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaldi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985. p. 310

2.5 Construção de Imaginários e Manipulação de Valores

Verificou-se, no item precedente, que os valores são formas de conhecer o mundo na perspectiva de projeção do homem, que emergem do seu desejo de atuar, modificar e possuir mundo que lhe é dado (o mundo natural) e da evolução histórica, por meio da vivência em sociedade. Os valores dizem como deve ser o mundo. Já o imaginário é o sistema de imagens e representações (incluindo discursos, ideias,...), através do qual concebemos o mundo. Entende, portanto, que a interpretação do mundo se faz por meio de representações ou filtros culturais simbólicos socialmente distintos. Pode-se dizer que esse acesso é feito, precisamente, através do imaginário, que impregna e configura o sistema de valores que absorvemos.

Com isso em mente, não é difícil perceber as formas de controle do imaginário existentes, em uma dada sociedade. Ora, se o controle do imaginário é real, a probabilidade de manipulação do capital axiológico, por segmentos sociais também o é real. É até possível prever as consequências do fenômeno: o domínio do poder de movimentação das forças históricas, criação de desejos e valores criados por segmentos detentores de poder.

Em diversos graus, a manipulação do imaginário e dos valores de uma sociedade é processo já observado e possui circunstâncias, objetivos e promotores diversos, tema, aliás, discutido por alguns autores no campo histórico. Baczko registra que não existe só o controle, mas também a possibilidade de introjeção de elementos no imaginário da coletividade, com a difusão e manejo, por diversos meios, dessas criações. Segundo o autor,

uma das funções dos imaginários sociais consiste na organização e controle do tempo colectivo no plano simbólico. Esses imaginários intervêm activamente na memória colectiva, para a qual, como dissemos, os acontecimentos constam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram. Os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projecção das angústias, esperanças e sonhos colectivos sobre o futuro. [...]. O seu trabalho opera através de séries de oposições que estruturam as forças afectivas que agem sobre a vida colectiva, unindo-as por meio de uma rede de significações, às dimensões intelectuais dessa vida colectiva: legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranquilizar/acusar;

mobilizar/desencorajar; incluir/excluir (relativamente ao grupo em causa), etc.¹⁵⁶

Em consonância com as reflexões de Baczko, Pesavento afirma que:

Estar-se-ia, pois, diante de um novo ingrediente: o da manipulação que jogaria com os sonhos coletivos e com as forças da tradição herdadas de um cotidiano imemorial, forjando mitos, crenças e símbolos. [...] [É, pois] importante que se tenha em vista que intervêm no processo de formação do imaginário coletivo manifestações e interesses precisos. Não se pode esquecer que o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva, normalizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema.¹⁵⁷

Atentar para a realidade de tais fenômenos implica enxergar as diversas questões que lhe são inerentes: como se desenvolvem os respectivos processos? Que tipos de manipulação e/ou construção de imaginários são possíveis? Mais especificamente, a criação de mitos pode configurar exemplo específico de tais processos, legitimando a criação de valores no seio de uma dada comunidade? Os valores inoculados por manipulação, podem direcionar as políticas públicas locais?

Seguindo essa linha de raciocínio, a construção de mitos pode servir de exemplo para ilustrar o fenômeno da manipulação de valores e construção de imaginários. Antes, porém, é conveniente esclarecer, para conservar, na medida do possível, a máxima isenção da pesquisa, que a palavra *mito* é aqui empregada na sua acepção historiográfica, âmbito no qual, conforme Cirne Lima¹⁵⁸ significa: “[...] um discurso de explicação e de justificação”, com a finalidade de buscar a multiplicidade dos eventos de modo a compreendê-los dentro de uma unidade, como uma história.

O mesmo autor faz oportuno questionamento, relativo a esta reflexão e à sujeição do referido “discurso de justificação” à realidade histórica: como se diferem mitologia e filosofia? Mito e razão? Segundo ele, uma primeira e ingênua resposta diria que “o mito se apresenta mesclando a lógica da razão com a

¹⁵⁶ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985. p. 312-313

¹⁵⁷ PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. Revista Brasileira de História. V. 15. No29.pp.9-27. São Paulo.1995. p. 23

¹⁵⁸ CIRNE LIMA, Carlos R.V. Mitologia e História In SCHÜLER, Donaldo e GOETTEMMS, Míriam Barcellos. (Org.). *Mito Ontem e Hoje*. Porto Alegre. Editora da Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990. P. 210

contingência de imagens, figuras, metáforas, parábolas e similares”¹⁵⁹, ou seja, na formação do discurso compreendido no mito não haveria dissociação entre conteúdo racional e metáfora. Para Cirne Lima:

A razão emerge de dentro do mito pela reflexão crítica, pela pergunta, sempre de novo reposta e recolocada, sobre a primeira e a última causa. A razão, assim, aparece como movimento processual de depuração, no qual a logicidade ínsita nos homens, em seus eventos, em suas histórias parciais, questionando sempre de novo sua fundamentação, está a despir-se de seus momentos inessenciais, de seus aspectos contingentes [...]¹⁶⁰

Para chegar-se ao fundo da dissociação, portanto, é preciso nada mais que o questionamento, que a autoanálise social, que não deixe passar a formulação contínua de metáforas e alegorias, fantasias da verdade e, sobretudo, os problemas sociais. Interpreta-se, dessa forma, de acordo com o pensamento dos autores, que o processo de criação de um mito incorpora-se na consubstanciação do imaginário e, como tal, pode ser objeto de forjas virtualmente extemporâneas.

A propósito do processo de criação de mitologias, Alain Cabantous, na conferência *La ville et les Mythes* (A cidade e os mitos)¹⁶¹, discorreu sobre a progressiva construção da imagem do corsário Jean Bart como uma espécie de personagem fundador para a cidade de Dunquerque na França. O corsário foi pintado como um herói de guerra e quase como patrono fundador da localidade. Cabantous afirma que:

Se considerarmos que o mito é “uma construção imaginária (narrativa, representação, ideias) relacionada a fenômenos cósmicos ou sociais” elaborada em função dos valores fundamentais de uma comunidade que busca sua coesão, compreende-se rapidamente que é necessário investigar primeiro as razões pelas quais se conduziu a fixação desse tipo de fenômeno.¹⁶²

¹⁵⁹ CIRNE LIMA, Carlos R.V. Mitologia e História In SCHÜLER, Donaldo e GOETTEMES, Míriam Barcellos. (Org.). *Mito Ontem e Hoje*. Porto Alegre. Editora da Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990. p. 211

¹⁶⁰ CIRNE LIMA, Carlos R.V. Mitologia e História In SCHÜLER, Donaldo e GOETTEMES, Míriam Barcellos. (Org.). *Mito Ontem e Hoje*. Porto Alegre. Editora da Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990. p. 211

¹⁶¹ Parte do seminário *Mythologies Urbaines* (Mitologias Urbanas) realizado em Dunquerque, França, em 2002. As conferências e debates foram compilados em: CABANTOUS, A. (Org.) *Mythologies Urbaines. Les Villes entre Histoire et Imaginaire*. In *Anais... Encontro Mythologies Urbaines*. Dunquerque. 2002

¹⁶² CABANTOUS, Alain. (Org.) *Mythologies Urbaines. Les Villes entre Histoire et Imaginaire*. In *Anais... Encontro Mythologies Urbaines*. Dunquerque. 2002. p. 10

O autor declara ainda que o “nascimento dos mitos poderia também se explicar como uma resposta a dificuldades latentes” ¹⁶³ por que passam as cidades. Ou seja, as mitologias urbanas são, para o autor, verdadeiras “filhas de crises”, no sentido de que nascem, na maioria das vezes, em contextos onde haja necessidade da criação de elos de coesão social; elas são decorrentes da desintegração ou da fragilidade de identidades locais. A mitologia nasceria, dessa maneira, como uma busca de afirmação da cidade que, para isso, se vale de “personagens essenciais a seu estado e proteção”, isto é, dos “heróis”.

Dunquerque, que perdera seu poderio como cidade comercial, não tinha elementos identitários suficientemente fortes para trabalhar na exaltação dos dotes locais e na venda de sua imagem. Para a glorificação de Jean Bart como herói de uma guerra¹⁶⁴ que nunca foi forte na cidade, Cabantous¹⁶⁵ ofereceu a seguinte explicação: a construção mítica se tornou um apelo político simbólico para Dunquerque e acabou por salvar a cidade através da inoculação de uma identidade guerreira, não necessariamente verdadeira, mas que muito fez pela imagem (por sua venda) e pela autoestima da cidade.

Outro método, semelhante ao fenômeno da manipulação de valores e da construção de imaginários, é estratégia formulada por Eric Hobsbawm¹⁶⁶, que a denominou de “tradições inventadas”. Assim como nas mitologias urbanas de Cabantous e dos conferencistas franceses, o historiador aponta que essas “tradições inventadas” também teriam uma vinculação forte a tempos difíceis, ou melhor, a tempos de crise, aos quais a criação de elos positivos de ligação entre os membros de uma comunidade surgiram como fenômenos urgentes. Segundo Hobsbawm,

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de maneira ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

¹⁶³ CABANTOUS, Alain. (Org.) *Mythologies Urbaines. Les Villes entre Histoire et Imaginaire. In Anais... Encontro Mythologies Urbaines*. Dunquerque. 2002. p. 10

¹⁶⁴ Jean Bart atuou na Guerra dos Nove Anos entre a França e a Liga de Augsburgo (1688-1697).

¹⁶⁵ CABANTOUS, Alain. (Org.) *Mythologies Urbaines. Les Villes entre Histoire et Imaginaire. In Anais... Encontro Mythologies Urbaines*. Dunquerque. 2002. p. 11

¹⁶⁶ HOBBSBAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In HOBBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardin Cavalcante. Editora Paz & Terra. São Paulo. 2014. Pp. 7-25

Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer a continuidade com um passado histórico apropriado. [...] O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. Até as revoluções e os “movimentos progressistas”, que por definição rompem com o passado, têm seu passado relevante, embora eles terminem abruptamente em uma data determinada, tal como 1789.¹⁶⁷

Diferentes, portanto, dos costumes, as tradições inventadas são simbólicas, invariáveis, possuem um objetivo certo e referem-se sempre a um passado (que não necessariamente existiu), através de um processo de formalização e ritualização imposto pela repetição¹⁶⁸. Além disso, para o historiador não existem lugares ou tempos históricos investigados, onde não haja invenção de tradições vinculadas a tempos conflituosos. Nessa perspectiva, Hobsbawm espera que essas manifestações ocorram com mais frequência, posto que

quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, [são produzidos] novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta.¹⁶⁹

Quanto ao processo de invenção das tradições, Hobsbawm demonstra não haver maiores dificuldades, pois não há sociedade que não tenha um repertório de elementos de passados históricos diferentes e passíveis de utilização “para fins bastante originais”¹⁷⁰ e por grupos diversos. De uma maneira geral, Hobsbawm classifica as tradições inventadas, desde o período da Revolução Industrial, sob três categorias superpostas:

a) aquelas que estabelecem e simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou

¹⁶⁷ HOBBSAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardin Cavalcante. Editora Paz & Terra. São Paulo. 2014. Pp. 7-25. P. 8

¹⁶⁸ HOBBSAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardin Cavalcante. Editora Paz & Terra. São Paulo. 2014. Pp. 7-25. P. 11

¹⁶⁹ HOBBSAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardin Cavalcante. Editora Paz & Terra. São Paulo. 2014. Pp. 7-25. Pp. 11-12

¹⁷⁰ HOBBSAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardin Cavalcante. Editora Paz & Terra. São Paulo. 2014. p. 13

artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade; e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.¹⁷¹

Ou seja, o que agrega essas tradições é a busca pela legitimação de algo, seja de um dado poder ou de um elemento que, ao fortalecer laços sociais, promovem os objetivos almejados pelo mesmo grupo que propõe sua criação. É, pois, visível a semelhança entre os procedimentos de criação de tradições e da inoculação/construção de imaginários e de mitologias.

Resta, agora, verificar como esses fenômenos são assimilados pela sociedade. Segundo Baczko,

A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a difusão simbólica, é de importância capital o controle destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças. É assim que qualquer poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam os imaginários sociais, do mesmo modo que tenta conservar um certo controle sobre os seus círculos de difusão.¹⁷²

É coerente afirmar, em face do exposto, que a função eminentemente política dessas manifestações é garantida pela conquista e pelo controle dos veículos difusores de informação. Sedimentados e assimilados por diversas sociedades em todo o mundo, há que se indagar: Quais as consequências desses fenômenos? Haverá submissão de uma classe a outra? Depuram-se as ideologias? As consequências serão necessariamente danosas?

Cirne Lima, sobre às consequências da inoculação de mitos, afirmar que

é necessário que cada época e cada povo examinem criticamente seus mitos, verificando a verdade ou a falsidade da filosofia que lhes é subjacente. [...] como a razão é essencialmente processo, é por e repor, sempre de novo, a pergunta sobre o fundamento, também nós, em nossos dias, temos que examinar os novos mitos, cotejando essa

¹⁷¹ HOBBSAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (Org.). A Invenção das Tradições. Trad. Celina Cardin Cavalcante. Editora Paz & Terra. São Paulo. 2014. p. 17

¹⁷² BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985. p. 313

mitologia com a razão, da qual ela emerge, dizendo, por fim, se esta é uma razão certa ou uma razão errada.¹⁷³

Da mesma forma, Hobsbawm adverte para a necessidade da depuração das tradições inventadas, segundo ele,

Antes de mais nada, pode-se dizer que as tradições inventadas são sintomas importantes e, portanto, indicadores de problemas que de outra forma poderiam não ser detectados nem localizados no tempo. Elas são indícios. Em segundo lugar, o estudo dessas tradições esclarece bastante as relações humanas com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, usa a história como legitimadora das ações e como o cimento da coesão grupal. Muitas vezes ela se torna o próprio símbolo de conflito [...].¹⁷⁴

Outro elemento que frequentemente aparece na história das civilizações e tem aspectos bastante similares aos fenômenos descritos é a exurgência de heróis em determinados períodos de tempo. Tais figuras, na verdade, podem ser classificadas como mitos e, quando incorporados à história local, passam a fazer parte de tradições sob a forma de homenagens prestadas, feriados nacionais, etc. No caso de Dunquerque, o corsário Jean Bart foi erigido à condição de figura heroica e mito urbano, sedimentando, uma memória guerreira ainda hoje festejada na cidade¹⁷⁵.

No Brasil há um caso representativo do fenômeno, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, já descrito por Silva¹⁷⁶. Observa o autor que, após a mudança de regime, o ideário republicano foi glorificado e alguns nomes de ativistas foram erigidos à categoria de heróis da nova fase vivida pelo país, tudo por meio da construção de monumentos que legitimavam o novo regime junto às populações não letradas. Segundo o autor:

Na Primeira República, esse costume [produção de monumentos relacionados aos heróis republicanos] se intensificou por um grande propósito: buscar uma legitimidade do novo regime junto ao povo que

¹⁷³ CIRNE LIMA, Carlos R.V. Mitologia e História. In SCHÜLER, Donaldo e GOETTEMES, Míriam Barcellos. (Org.). *Mito Ontem e Hoje*. Porto Alegre. Editora da Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990. p. 214

¹⁷⁴ HOBSBAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardin Cavalcante. Editora Paz & Terra. São Paulo. 2014. p. 20-21

¹⁷⁵ CABANTOUS, Alain. (Org.) *Mythologies Urbaines. Les Villes entre Histoire et Imaginaire*. In *Anais... Encontro Mythologies Urbaines*. Dunquerque. 2002

¹⁷⁶ SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. Monumentos de Heróis na Cidade de Rio Grande. In: CLEMENTE, Elvo (Org.) *Integração História Cultura e Ciência* 2004. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2006.

não participou diretamente dessas mudanças, que, portanto, não tinha o conhecimento do conteúdo das promessas feitas pelos republicanos para o “Brasil Moderno”. Para divulgar essas propostas, os republicanos recorreram a uma batalha simbólica que encontrou nos monumentos o melhor veículo de divulgação dos ideais, tendo como mensageira a figura dos heróis.¹⁷⁷

Nesse caso, grande parte da sociedade era não letrada e a interferência - ou manipulação - no imaginário social realizava-se através de representações unitárias dos eventos políticos, verdadeiras propagandas de aparatos ideológicos que uma determinada classe procurava incutir na maioria. No caso de Rio Grande, isto se dava sobremaneira através “das artes [e] principalmente dos monumentos públicos que, por sua vez, alcançavam a maioria da população”¹⁷⁸.

Na mesma linha de pensamento, Monteiro¹⁷⁹ explicita a consolidação da ordem republicana em Porto Alegre, processo que foi organizado, segundo o autor, sob a “reorganização social e espacial baseada em novos paradigmas de higienização e embelezamento, seguindo modelos urbanísticos europeus”¹⁸⁰. A nova ordem e o grupo de poder estabelecido, para inocular o ideário republicano na coletividade, passaram também a intervir na toponímia de logradouros públicos. Criou-se, quem sabe, uma certa tendência? Conforme Monteiro:

Os políticos republicanos trataram de afirmar a nova ordem política também na forma simbólica no espaço urbano, alterando os nomes das ruas, avenidas e praças da capital. As antigas denominações das ruas, dos becos e das praças que estavam ligadas às práticas cotidianas do passado, aos primeiros habitantes deste espaço ou a personalidades e acontecimentos significativos do período imperial, foram sendo substituídos por nomes de políticos ligados à causa republicana e ao Partido Republicano Riograndense. Assim, a praça D. Pedro II passou a denominar-se praça Marechal Deodoro, a praça Conde D’Eu passou a ser praça XV de Novembro, a rua do Imperador tornou-se rua da República, a rua Imperatriz passou a se chamar rua Venâncio Aires [...] A nova identidade política republicana e castilhistas continuaria a ser afirmada no nome escolhido para as novas avenidas (como as avenidas Júlio de Castilhos, Borges de

¹⁷⁷ SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. Monumentos de Heróis na Cidade de Rio Grande. In: CLEMENTE, Elvo (Org.) Integração História Cultura e Ciência 2004. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2006. P. 37

¹⁷⁸ SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. Monumentos de Heróis na Cidade de Rio Grande. In: CLEMENTE, Elvo (Org.) Integração História Cultura e Ciência 2004. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2006, p. 37

¹⁷⁹ MONTEIRO, Charles. Breve História de Porto Alegre. Editora da Cidade. Letra & Vida editora suliani. Porto Alegre. 2012.

¹⁸⁰ MONTEIRO, Charles. Breve História de Porto Alegre. Editora da Cidade. Letra & Vida editora suliani. Porto Alegre. 2012. P. 30

Medeiros, Otávio Rocha e Alberto Bins) e através da construção de monumentos em homenagem aos próceres republicanos (monumento a Júlio de Castilhos e no nome de prédios públicos.¹⁸¹

Outra construção que se poderia classificar como uma mitologia urbana é da cidade de Brasília. Videsott¹⁸² estudou o fenômeno e o categorizou como uma construção midiática histórica de um discurso de exaltação do pioneirismo na construção da capital e da transformação do “candango”, trabalhador das obras da nova capital, em herói nacional. Ressalte-se que, na concepção da autora, mito é também uma representação coletiva compartilhada por todos, além do que, adotando, aqui, a mesma visão de Cabantous, compreende que tal fenômeno é, normalmente, condutor de resolução de crises, pois “define uma identidade e pertença a uma coletividade”¹⁸³.

Observa-se, portanto, que os fenômenos ora estudados - as “tradições inventadas” de Eric Hobsbawm, a “manipulação do imaginário social” de Bronislaw Baczko e a criação de “mitologias urbanas” de Alain Cabantous - são processos que têm suas particularidades e podem ser diferenciados uns dos outros. No entanto, todos eles possuem características que lhes são congruentes, que podem ser aplicadas na interpretação de outros fatos históricos com características semelhantes.

Em primeiro lugar, todos esses processos interferem diretamente na questão dos valores subjetivos sociais; todos apontam, essencialmente, para a inoculação ou para a manipulação do processo de atribuição de valores de uma sociedade. Sob esses processos, escolhe-se, sem a participação da grande maioria da sociedade, o que ela deverá homenagear, exaltar, amar, venerar ou odiar. Em outras palavras, escolhem-se os valores que serão atribuídos aos objetos.

Em segundo lugar, esses procedimentos presumem certa fragilidade da sociedade em questão e um contexto de crise ou de conflito imanente para que

¹⁸¹ MONTEIRO, Charles. Breve História de Porto Alegre. Editora da Cidade. Letra & Vida editora suliani. Porto Alegre. 2012. Pp. 32-33

¹⁸² VIDESOTT, Luisa. Brasília: a construção de um mito. In: CAMPOS, Cristina; ATIQUÊ, Fernando; DANTAS, Alexandre Ferreira (Org.) Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território. São Paulo: Alameda. 2013. Pp. 342

¹⁸³ VIDESOTT, Luisa. Brasília: a construção de um mito. In: CAMPOS, Cristina; ATIQUÊ, Fernando; DANTAS, Alexandre Ferreira (Org.) Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território. São Paulo: Alameda. 2013. p.342

aconteçam. A busca por um status diferenciado, quem sabe mais vendável, a mudança de regimes políticos e consequente necessidade de estratégias para a inoculação de novos ideários políticos, a falta de elementos constituintes de uma identidade forte, qualquer que seja o objetivo inicial, todos os processos estudados amparam-se na preexistência de tempos históricos de mudança, de conflito, crise ou busca por melhorias estruturais de uma dada sociedade.

Como terceira característica, todos os fenômenos ocorrem no sentido de mudar uma situação pré-estabelecida, isto é, todos visam modificar o conjunto de valores da sociedade e/ou época tal como existe ou existia. E, em último lugar, tem-se que todos os fenômenos estudados são concluídos com a perpetuação, não espontânea, de características no âmago de uma identidade social.

Em síntese, os fenômenos observados aludem a interferências exógenas (no sentido não ser partícipe da maioria social), não manifestas no processo de apreensão do mundo (leitura do imaginário) e na atribuição de valores na sociedade. De posse, agora, desse suporte teórico e recorrendo à historiografia, buscar-se-á desvendar os fundamentos da atribuição de valores ao Sítio Alagadiço Novo. E para esse fim serão aplicados no caso concreto os questionamentos abstratamente formulados, como se verá adiante.

Teria a figura do escritor José de Alencar (o escritor) sido usada como um instrumento de coesão da incipiente sociedade fortalezense? Ou o escritor, de simples escritor, filho da terra, passara à condição de herói, aclamado por toda a cidade, assim como a figura o Jean Bart em Dunquerque? A recuperação da trajetória histórica do Sítio, tem por fim identificar elementos suficientes para elaborar uma reflexão mais sólida acerca da possível construção imaginária e mítica da figura do escritor, que, segundo hipótese desta pesquisa, pode ter se tornado, como diria Cabantous, um “apelo político simbólico”¹⁸⁴.

¹⁸⁴ CABANTOUS, Alain. (Org.) *Mythologies Urbaines. Les Villes entre Histoire et Imaginaire. In Anais... Encontro Mythologies Urbaines*. Dunquerque. 2002. p. 11

*Verdes mares que brilhais como líquida
esmeralda aos raios do Sol nascente,
perlongando as alvas praias ensombradas
de coqueiros. Serenai verdes mares, e alisai
docemente a vaga impetuosa, para que o
barco aventureiro manso resvale à flor das
águas.*

José de Alencar¹⁸⁵

Capítulo 3

Fase Pré-Alencarina (1700-1810): A Formação dos Núcleos Urbanos

A história do Sítio Alagadiço Novo interliga-se de fato com a de José de Alencar, no entanto, há muito mais a se investigar que essa relação única. A epopeia dos Alencar e sua conexão com as terras cearenses são anteriores ao nascimento do romancista e tiveram início há quase trezentos anos. O Sítio Alagadiço foi berço, passagem e palco de muitos outros acontecimentos da família, acontecimentos esses que interferiram na narrativa política do Ceará e até mesmo na do Brasil. Dessa feita, há que se dizer: a história dos Alencar, e do Sítio, é história de terra, civilização, progresso, guerra e política, e que vale a pena ser contada.

Originalmente, o Sítio era localizado nos arrabaldes de Messejana. Hoje, está imerso no processo evolutivo da capital e perdeu a maior parte de seu

¹⁸⁵ ALENCAR, José. Iracema. Câmara dos Deputados. 1865 (1ª ed.). 2017. ISBN978-85-402-0625-0

território primitivo. A fim de entender tal processo, inicia-se neste capítulo a evolução do Alagadiço Novo, de Fortaleza e de Messejana

¹⁸⁴. Neste capítulo as fontes consultadas foram majoritariamente secundárias e consistem na obra de estudiosos devotados à historiografia do Brasil e do Ceará. A partir desses autores, descreveu-se comparativamente o primeiro momento das duas vilas, de modo que o Sítio Alagadiço perpassasse toda a historiografia construída como personagem principal.

3.1 A Vila do Forte: origens

No princípio a terra era de Tupã¹⁸⁵, os Potiguaras¹⁸⁶, ou Pitiguaras, viviam nas praias e, no sertão, habitavam os Tabajaras¹⁸⁷. O que hoje é Fortaleza era enseada brava de ressaca forte do mar, areal, terra virgem e arisca como seus senhores, os indígenas. Foram-se dois séculos após a descoberta das terras brasileiras, em 1500, até que a Capitania do Ceará obtivesse atenção da Coroa Portuguesa. Reflexo direto desse atraso – face as data de surgimento de vilas nordestinas como, por exemplo, Natal (1599), Salvador (1549), Olinda (1537), João Pessoa (1585) e Recife (1709)¹⁸⁸, foi a fundação tardia da Vila do Forte de Nossa Senhora de Assumpção¹⁸⁹, ocorrida apenas em 1726, momento em que o ciclo do ouro nas Minas Gerais já se desenvolvia há um quarto de século.

¹⁸⁴ Lembra-se: hoje, apenas Fortaleza é cidade. Messejana tornou-se distrito e bairro. Para fins desta pesquisa, permitir-se-á o uso de expressões como as “duas vilas” e as “duas cidades”, posto que a função municipal de Messejana perdurou, entre idas e vindas, até a década de 1920.

¹⁸⁵ Conforme lenda indígena, a mais poderosa divindade.

¹⁸⁶ No dizer de Raimundo Girão, eram: “[...]fortes e poderosos, tem-se por certo que pertenciam ao galho tupinambá, do grande tronco étnico tupi, derramado pela orla oceânica do Brasil [...] [de] demorado deslocamento migratório, começando talvez no médio Paraná-Paraguai em busca do Amazonas e, possivelmente perturbado pela ação invasora dos brancos, que os obrigaram ora a desviar-se para o sertões, ora a apressar a marcha para o setentrão.” Cf. GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Edições UFC. Fortaleza. 1984. P. 71

¹⁸⁷ Pertencentes “ [...] igualmente do grupo típico, viviam em grandes áreas na Serra da Ibiapaba [...] onde teriam chegado uns dois séculos antes do Descobrimento [...] Segundo padre Antônio Vieira, de índole rebelde, até antropófagos, embora n opinião de outros fossem “muito dóceis e trabalhadores”, amantes da agricultura. (GIRÃO, 1984, p. 71)

¹⁸⁸ REIS, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil 1500/1720*. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo. PINI. 2000a. p.85. [Observa-se que no texto consta o ano de fundação Recife por Carta Régia, mas, conforme aponta Nestor Goulart em mesma página, o Recife holandês é núcleo originário do século XVII.

¹⁸⁹ Primeiro nome de Fortaleza, quando inaugurada vila por Carta Régia a 13 de Abril de 1726.

Uma das mais antigas representações cartográficas, de acordo com Castro¹⁹⁰, é o *Plano Aproximado da Enseada da Villa da Fortaleza*, de 1810, elaborado pelo capitão de fragata Antônio Marques Giraldes. Para Andrade¹⁹¹, ainda que a carta não apresentasse a organização física completa da vila, ela aponta importantes referências para a navegação da época (Figs. 11 e 12). Pode-se também perceber o diminuto porte, em termos de evolução urbana, que a Vila ainda apresentava no início do Séc. XIX.

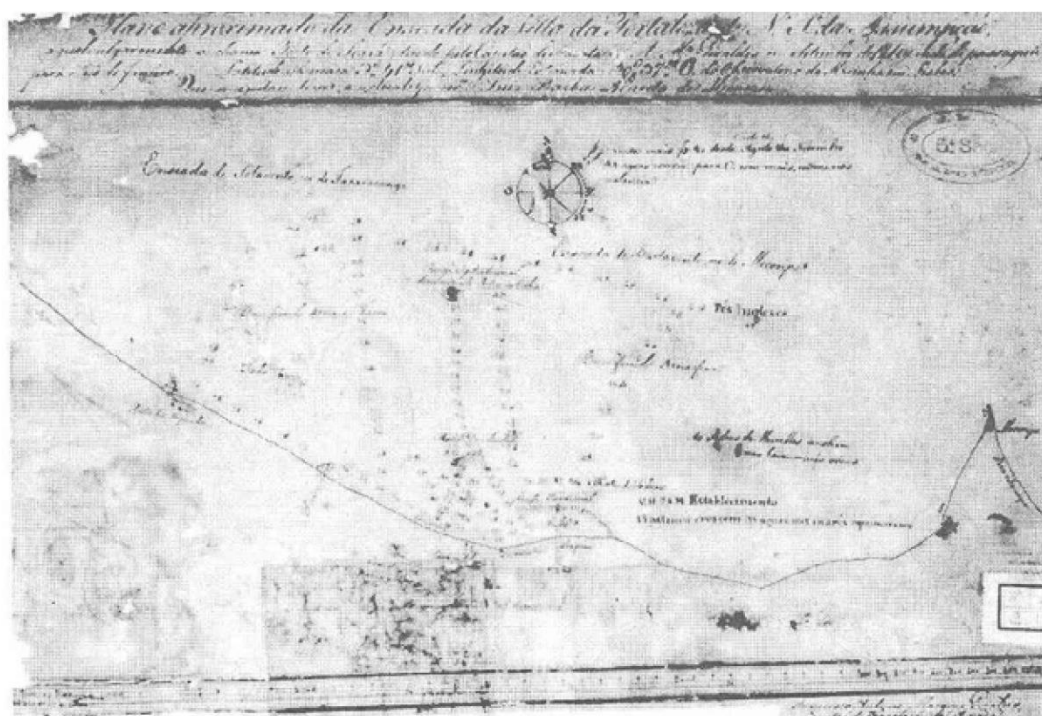


Figura 11: Plano aproximado da enseada da Vila de N.S. da Assumpção. Mapa base: Plano aproximado da Enseada da Villa de N. S. da Assumpção [...] tirado pelo capitão de Fragata Fo[rancisco]. A[ntonio]. M[arques]. FONTE: Arquivo do Exército/AHEX, *Apud* ANDRADE, 2012, p. 36

Na verdade, foi somente no século XVIII que a ambição colonizadora portuguesa se manifestou pela primeira vez sobre as terras cearenses, mas ainda não foi sobre a sede litorânea. Dominado pela resistência do povo autóctone que repeliu, por anos a fio, o projeto político português de costura do território da Colônia. O olhar português setecentista, porém, já demonstrava mais

¹⁹⁰ CASTRO, Liberal. Cartografia Cearense no Arquivo Histórico do Exército. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: tomo CXI. p. 09-79. 199. p. 42

¹⁹¹ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p. 62

interesse pela Capitania. É que a necessidade de terras para o fomento da pecuária extensiva impôs a ocupação do sertão cearense.



Figura 12: Reconstituição cartográfica da enseada da Vila N.S. da Assunção. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Plano aproximado da Enseada da Villa de N. S. da Assumpção [...] tirado pelo capitão de Fragata Fo A M Giraldes. FONTE: ANDRADE, 2012, p. 62

A primeira impressão de aridez oferecida pelo território cearense prevaleceu, de modo que a Capitania foi abandonada por seu donatário, Antônio Cardoso de Barros, este nem mesmo chegou a por os pés nas terras que lhe foram doadas. As primeiras explorações do território ocorreram no século XVII a mando de Pero Coelho de Sousa, Governador da Capitania de Pernambuco¹⁹². O abandono foi geral e duradouro, sendo mesmo narrado por capitães mores, ouvidores e engenheiros mandados pela Corte portuguesa.

Exemplo dessas impressões, mostra Jucá Neto¹⁹³, foi o relato do engenheiro português José da Silva Paulet, mandado à Capitania com a missão de cartografar o território no começo do século XIX, Paulet afirmou que a quase totalidade das vilas cearenses haviam estavam arruinadas e sem qualquer expressão comercial. Na verdade, “a Vila do Forte, sede da Capitania, só

¹⁹² A Capitania do Ceará foi subjugada ao domínio de Pernambuco até o ano de 1799. Por tal resolução, o Ceará estava submetido ao acordo de cessão de sua renda e de sua produção e/ou extração por mais ínfima que fosse, à administração da Capitania Pernambucana.

¹⁹³ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. pp. 45-46

sedimentou seu processo hegemônico no território cearense com o fortalecimento da agricultura de exportação por meio do comércio algodoeiro, no decorrer do século XIX¹⁹⁴.

A primeira expedição enviada por Pero Coelho ao Ceará aconteceu em 1603. O então governador encarregou-se de uma expedição desbravadora e pioneira com fim de colonizar o difícil território do Ceará. Sua tentativa foi frustrada, mas teve sua ponta de êxito, na medida em que investiu de coragem e incentivo uma figura pioneira para a ocupação histórica da futura cidade de Fortaleza: o também açoriano, e mais tarde Capitão-Mor, Martim Soares Moreno que, após diversas tentativas, introduziu um embrião de civilização no litoral cearense e ficando conhecido como pai-fundador de Fortaleza.

Participante da expedição malograda de Pero Coelho, Martim Soares retornou ao Ceará anos depois, quando se destinava ao Maranhão, em 1612. Entre pousos breves e uma temporada de dez anos, desde 1621, foram 46 anos de permanência no Brasil defendendo as terras cearenses de conquistas indesejadas. Foi assim que a figura decisiva de Martim tornou-se marco lendário para o Ceará. Imortalizado na epopeia *Iracema*, de José de Alencar, como o “Guerreiro Branco”, Martim foi, nas palavras de Liberal de Castro,

o primeiro europeu a amar, de fato, as plagas arenosas do Ceará, os sítios onde se espalha hoje a Fortaleza, uma vez que por Ceará naquela época se entendiam apenas as terras à margem da foz do pequeno rio, de mesmo nome [...] ¹⁹⁵

Quando Martim deixou o Brasil para viver o resto de seus dias em Portugal, a costa cearense, sem o olhar protetor do capitão-mor, ficou-se vulnerável às investidas holandesas. O caminho foi aberto à expedição flamenca liderada por Mathias Beck que encontrou facilidade em se estabelecer no local no ano de 1630. Sua comitiva escolheu a área mais alta, em um topo de morro, onde inicialmente foi construída uma fortificação a que se deu o nome de *Schoonenborch*¹⁹⁶ (Fig. 13). Conforme consta no diário da expedição¹⁹⁷, o forte

¹⁹⁴ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. pp. 45-46

¹⁹⁵ CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. 1977. p. 17

¹⁹⁶ O nome *Schoonenborch* foi uma homenagem ao governador holandês de Pernambuco. In GONÇALVES, Tiago Estevam e MATOS, Fábio de Oliveira. Abordagem Geo-histórica sobre as

era controlado por cerca de 40 homens e tinha papel de defesa contra os nativos.

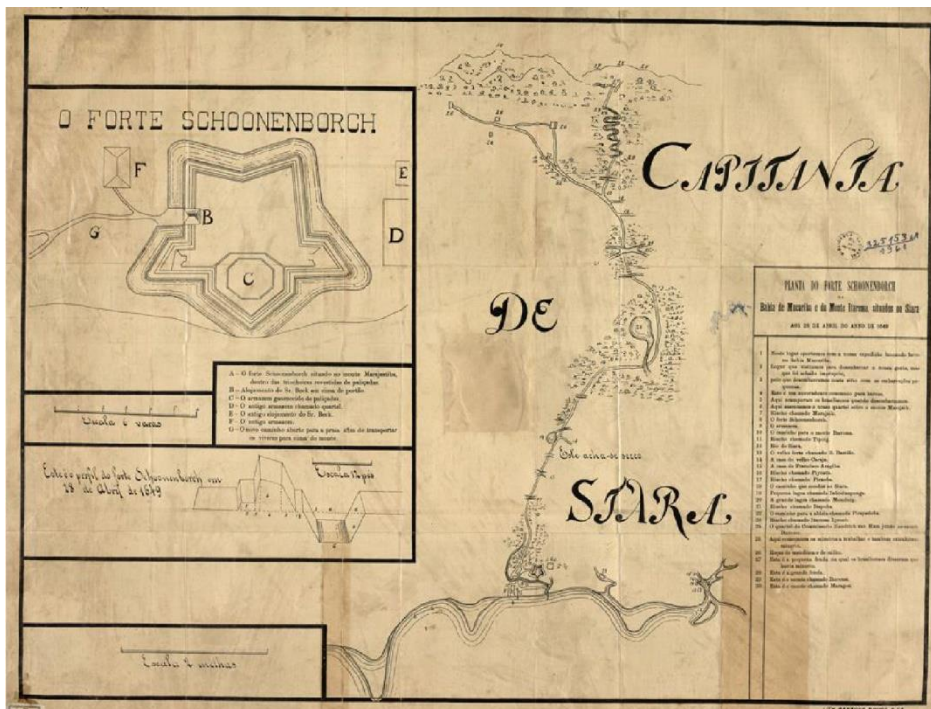


Figura 13: Planta do Forte Schoonenborch construído pelos holandeses na Capitania do Ceará. FONTE: Original manuscrito de Algemenn Rijksarchief, 1649. Fonte: REIS, 2000b, p. s/n

Mas durou pouco a empreitada flamenca no Ceará, pois, em 1654, a sua capitulação aconteceu sem grandes tormentas e o poder voltou às mãos portuguesas. Esses iniciaram em 1660 a construção de um novo forte que foi concluído em 1698 e a que se deu o nome de Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção (Fig. 14). Essa fortaleza foi uma das edificações sucessivamente destruídas e reconstruídas, sendo a última delas projetada e [executada] pelo

primeiras ocupações litorâneas de Fortaleza – CE. Revista Geografia Ensino & Pesquisa. Vol. 17. Nº 3, set./ dez. 2013. p. 59 *Apud* BARRETTO, A. Fortificações no Brasil (Resumo histórico). Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 1958. p.89

¹⁹⁷ DIÁRIO da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649. Trad. Do holandês por Alfredo de Carvalho. Ver. Trimestral do Instituto do Ceará. Fortaleza, 17: 333-405, 1903

Tenente-Coronel de Engenheiros portugueses Antônio José da Silva Paulet e inaugurada ainda inconclusa, em 1817¹⁹⁸.

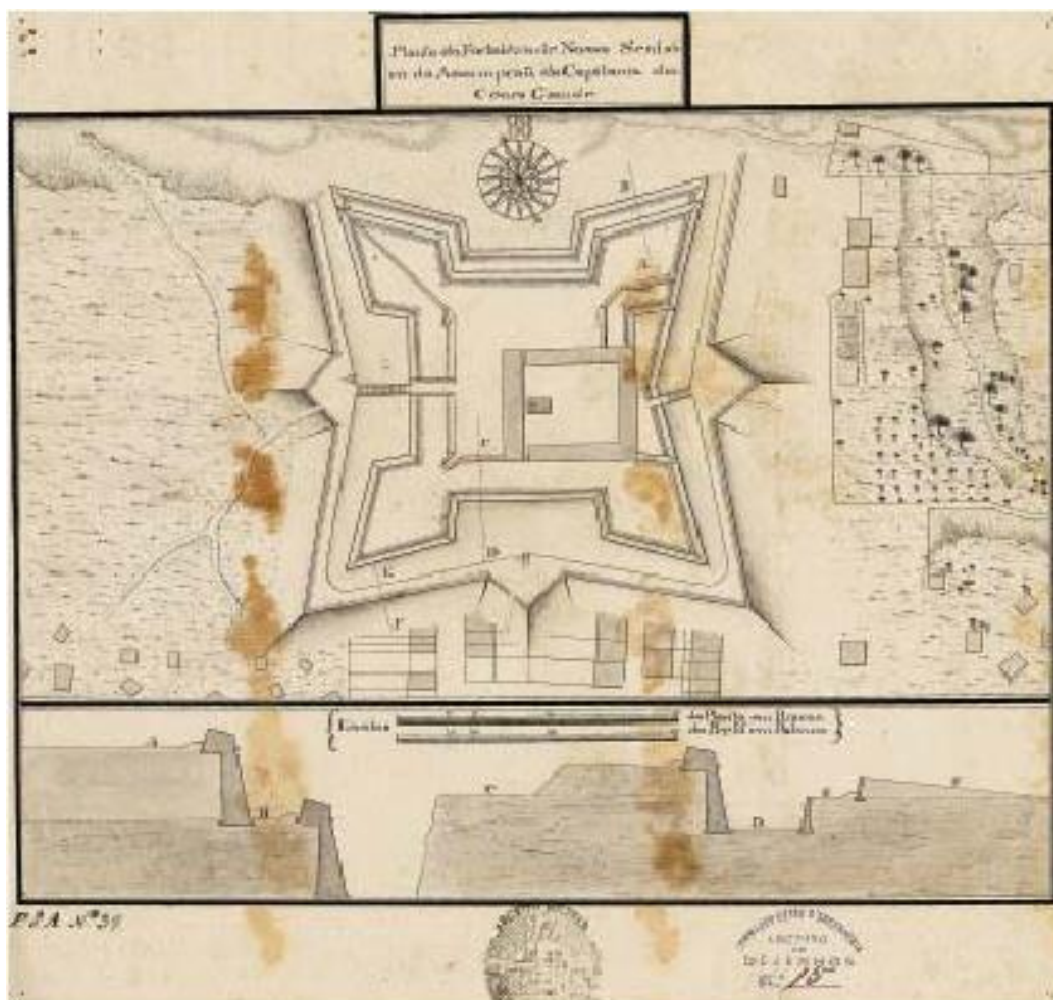


Figura 14: Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceará Grande
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (Lisboa). Desenho No 4579.
Armário 1A, prateleira 10 A. Pasta 53. (0333 X 0,311) Apud JUCÁ NETO, 2012, p. 154

Para Castro¹⁹⁹, no que tange à evolução urbana de Fortaleza, a passagem flamenca no litoral cearense não teve grandes efeitos, posto que a cidade seguiu, fundamentalmente, o método português de produção do espaço. Conforme discorre o autor, o trabalho sobre o núcleo originário seguiu o método da colonização portuguesa recorrente que consistia em restringir-se

¹⁹⁸ CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. 1977. p. 17

¹⁹⁹ CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. 1977

inicialmente à instalação de feitorias litorâneas, verdadeiras bases de apoio militar, de onde tentavam gradativamente ir ocupando as terras do interior. Em maior parte, essas feitorias durante muito tempo mal se tornaram meras povoações, mesmo porque a vida, que se poderia chamar de urbana, na colônia, sempre ficou reduzida a umas poucas vilas ou cidades, e ainda assim, neste caso, somente quando se chega à segunda metade do século XVIII.²⁰⁰

Reis²⁰¹ sistematiza essa atuação portuguesa na produção das vilas coloniais brasileiras quanto às “formas de fazer”²⁰² e aos objetivos políticos. Segundo ele, haviam as cidades feitas de forma simples, para aquelas vilas cuja importância política era menor, isto é, as vilas de capitania, e outra “forma de fazer” mais arrojada, com “padrões técnicos mais elaborados, para as cidades da Coroa”, cuja importância geopolítica era maior. Salvador, por exemplo, que foi sede do Governo Geral, recebeu tratamento urbanístico mais elaborado, enquanto Fortaleza, que não possuía relevância política, nasceu e cresceu de maneira quase espontânea.

O autor destaca também dois momentos distintos para as cidades coloniais brasileiras entre 1532 e 1720: um primeiro momento de dispersão caracterizado pela quase total ausência de atividades econômicas propriamente urbanas. E um momento posterior, de maior centralização, onde o colonizador desenvolveu política de controle mais rigoroso sobre os núcleos urbanos, ao mesmo tempo em que trabalhou na sofisticação dos quadros da administração portuguesa no Brasil²⁰³. Quanto à materialidade urbana, Reis²⁰⁴ aponta como características do método português de fazer cidades, os seguintes fatores e elementos:

(I) Escolha de sítios em lugares elevados (sobretudo para as vilas fundadas antes de 1580) devido à possibilidade de defesa e controle de acessos que esses pontos proporcionavam. No final do século XVII e início do XVIII, a preferência já recaía sobre sítios planos

²⁰⁰ CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. 1977. pp. 19-20

²⁰¹ REIS, Nestor Goulart. Evolução Urbana do Brasil 1500/1720. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo. PINI. 2000a. p. 61

²⁰² Palavras do autor.

²⁰³ REIS, Nestor Goulart. Evolução Urbana do Brasil 1500/1720. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo. PINI. 2000a. pp. 196-197

²⁰⁴ REIS, Nestor Goulart. Evolução Urbana do Brasil 1500/1720. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo. PINI. 2000a. pp. 126-187

(II) **Traçados** inicialmente irregulares, até 1580. Salvador, por sua importância geopolítica, como “cidade-real” na Colônia, teve características diferentes e a presença antecipada de técnicos, como o mestre de fortificações Luiz Diaz. De início, a cidade foi construída com ruas retas e desenho aproximando-se do tabuleiro de xadrez. Procedimento semelhante foi adotado em São Luís do Maranhão e João Pessoa. Uma geometrização expressiva dos traçados no Brasil, aconteceu depois de 1720, com a formalização da política centralizadora.

(III) **Ruas e praças** eram os elementos básicos desses traçados, onde as segundas eram sempre mais importantes que as primeiras, pois apareciam como local de instalação dos poderes estabelecidos (Igreja e Estado), enquanto as primeiras eram vistas, normalmente, como locais de passagem e meio de acesso às praças.

(IV) As **quadras** eram delimitadas pelas ruas e as casas construídas nos alinhamentos dos terrenos, sobre a rua e sobre as divisas laterais. Na periferia dos núcleos eram distribuídas sesmarias que, usualmente, davam origem a chácaras. Esses locais, por sua vez, passavam a sofrer parcelamentos conforme expandia-se o núcleo.

(V) As **construções particulares** pertenciam às classes vinculadas ao núcleo urbano, como proprietários rurais, funcionários, oficiais, mecânicos e comerciantes. Eram, usualmente, de chão batido no andar térreo e de madeira nos sobrados. Seus telhados eram simples, de duas águas, lançando as águas para a rua e para os fundos dos lotes. Com o início do século XVIII, o tratamento mais luxuoso das fachadas junto à rua foi mais valorizado.

(VI) As **construções oficiais** sempre visaram os fins militares, as mais importantes eram as fortificações de muros com baluartes e quartéis para abrigar as tropas. Com o início do século XVIII, a Metrópole passou a investir em obras que atenderiam a suas necessidades administrativas e evidenciariam seu poder para a população colonial.

(VII) As **construções religiosas** que até 1650 eram muito simples, tinham fachadas com frontões retos, não possuíam janelas, mas apenas um

óculo central e uma única porta às vezes trabalhada. A partir da segunda metade do século XVII, as ordens religiosas passam a impor uma nova escala de atuação, consoante ao crescimento das vilas e cidades.

A Vila do Forte de Nossa Senhora da Assunção cumpriu algumas dessas fórmulas. Além da construção de uma fortificação militar, também foi escolhido sítio elevado com estreita faixa de porto na parte inferior (Fig. 15)²⁰⁵. No que se refere ao traçado, a regularidade prevaleceu, mas foi tardia, posto que a Vila permaneceu como um punhado de casas dispersas às margens do Pajeú. As retificações e a implementação de planos de traçados pensados datam do início do século XIX.

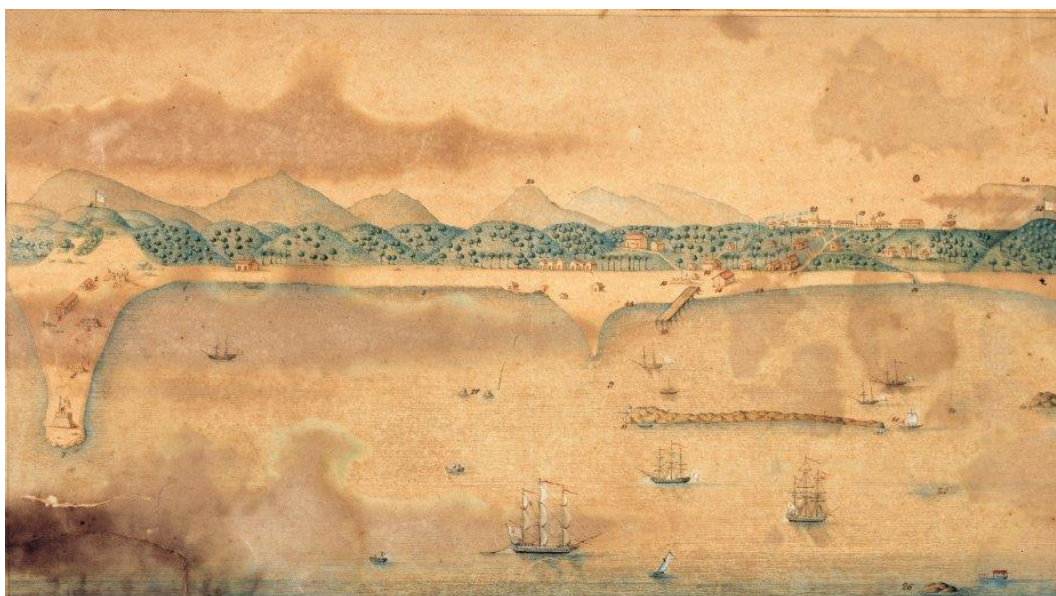


Figura 15: Vila da Fortaleza, 1810. Mapa base: Prospecto da Villa da Fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção ou Porto do Ceará de Francisco Antonio Marques Giraldes. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Fonte: REIS, 2000, p.134-135.

Tal atraso no desenvolvimento da vila é usualmente relacionado às intempéries naturais²⁰⁶, à ferocidade dos índios resistentes à aculturação e à inexistência de riquezas naturais como o pau-brasil. Devido a esses fatores, a presença do colonizador foi tardia se comparada a outros centros urbanos nordestinos. As capitanias de Pernambuco e Bahia, por exemplo, prosperaram durante o século XVII com o ciclo do açúcar no litoral, o que elevou

²⁰⁵ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p. 38

²⁰⁶ Clima, de modo geral, impróprio para plantação, devido à inconstância das chuvas.

sobremaneira os investimentos nas instalações de seus núcleos urbanos. Recife e Salvador foram duas das maiores vilas coloniais no fim do referido século.

Para Castro, quando se leva em consideração as adversidades supracitadas, a cidade de Fortaleza pode mesmo ser vista como mistério para a ciência da evolução urbana. Em 1977 o autor afirmava que: “Para quem lida com arquitetura e com planejamento urbano no seu aspecto físico, sem dúvida alguma, a existência de uma cidade das dimensões de Fortaleza é um mistério, pois nada, em princípio, parecia admitir desenvolvimento de tal porte” ²⁰⁷. A trajetória histórica da Vila do Forte é, então, mais recente que as de suas irmãs nordestinas (nomeadamente Recife e Salvador).

No período de aproximadamente duzentos anos após o descobrimento do Brasil, o litoral da capitania cearense foi relegado a um mero entreposto entre Rio Grande do Norte - cuja faixa litorânea também proporcionou bons frutos com o cultivo da cana-de-açúcar - e a Serra da Ibiapaba²⁰⁸ onde havia indícios da existência de prata para extração²⁰⁹ e também onde era constante a necessidade de defesa contra investidas francesas. Sob essa função de “local de baldeação”, ou de entreposto, o litoral cearense passou os séculos XVI, XVII e XVIII. Mudanças significativas ocorreram apenas no início do século XIX, quando, após a abertura dos portos inicia-se o ciclo do algodão na Capitania.

Esse desinteresse pelas terras cearenses seguia a lógica portuguesa de atenção quase exclusiva ao litoral. Durante os três primeiros séculos citados, as naus portuguesas aportavam e demoravam-se pouco, limitavam-se a esquadrihar a faixa de praia, prática do colonizador português já reprovado por Frei Vicente do Salvador, historiador, religioso franciscano e crítico do *modus operandi* colonizador. Segundo Frei Vicente, os portugueses eram verdadeiros “caranguejos”, dizia o historiador:

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras não se

²⁰⁷ CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. 1977. p. 9

²⁰⁸ CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. p. 16

²⁰⁹ CÂMARA, José Aurélio. Fortaleza: Página da Aventura Holandesa nos Trópicos. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo: LXXII. Ano: 1958. pp. 287-291. p. 289

aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.²¹⁰

Assim, devido à baixa produtividade econômica da região e à falta de importância geopolítica, a história urbana das terras cearenses iniciou apenas no século XVIII. Nesse século, a cultura da pecuária foi introduzida nos sertões a partir do litoral de Pernambuco, seguindo direção contrária à maioria das cidades brasileiras, uma vez que, o desenvolvimento que inseriu o Ceará no mapa urbano brasileiro não partiu do núcleo que se tornaria capital. O processo de formação da economia colonial ocorreu a partir do sertão, movimento que afetará de maneira profunda a constituição da estrutura urbana de Fortaleza²¹¹.

3.2 A Pecuária Sertaneja

Em seu trabalho sobre a formação da rede urbana colonial no Ceará Setecentista, Jucá Neto²¹² demonstra como aglomerados urbanos foram produzidos a partir dos caminhos das boiadas que, direcionadas pelos produtores, partiram do litoral leste²¹³, cruzaram o sertão nordestino e encontraram os grandes cursos d'água do Ceará, onde se instalaram. Das vilas formadas por tal processo, as mais prósperas foram a Vila de Nossa Senhora da Expectação de Icó e a Vila de Santa Cruz do Aracati (Fig. 16).

Para melhor compreender o processo, é importante notar como o Ceará está, quase completamente, inserido na zona do semiárido, clima caracterizado por longas e periódicas secas, motivo pelo qual sempre foi muito difícil o êxito de culturas agrícolas (Fig. 17). Nem mesmo a cultura canavieira, que progredia no litoral baiano e pernambucano, encontrou possibilidade de desenvolvimento nas paragens cearenses, pois estancou à altura do Rio Grande do Norte. Mais uma vez, tudo contribuía para estagnação econômica da Capitania durante os séculos XVI e XVII.

²¹⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. *Historia do Brazil (1500-1627)*. Curitiba: Juruá, 2008. p. 39

²¹¹ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. p. 17

²¹² JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007

²¹³ Rio Grande do Norte e Pernambuco.

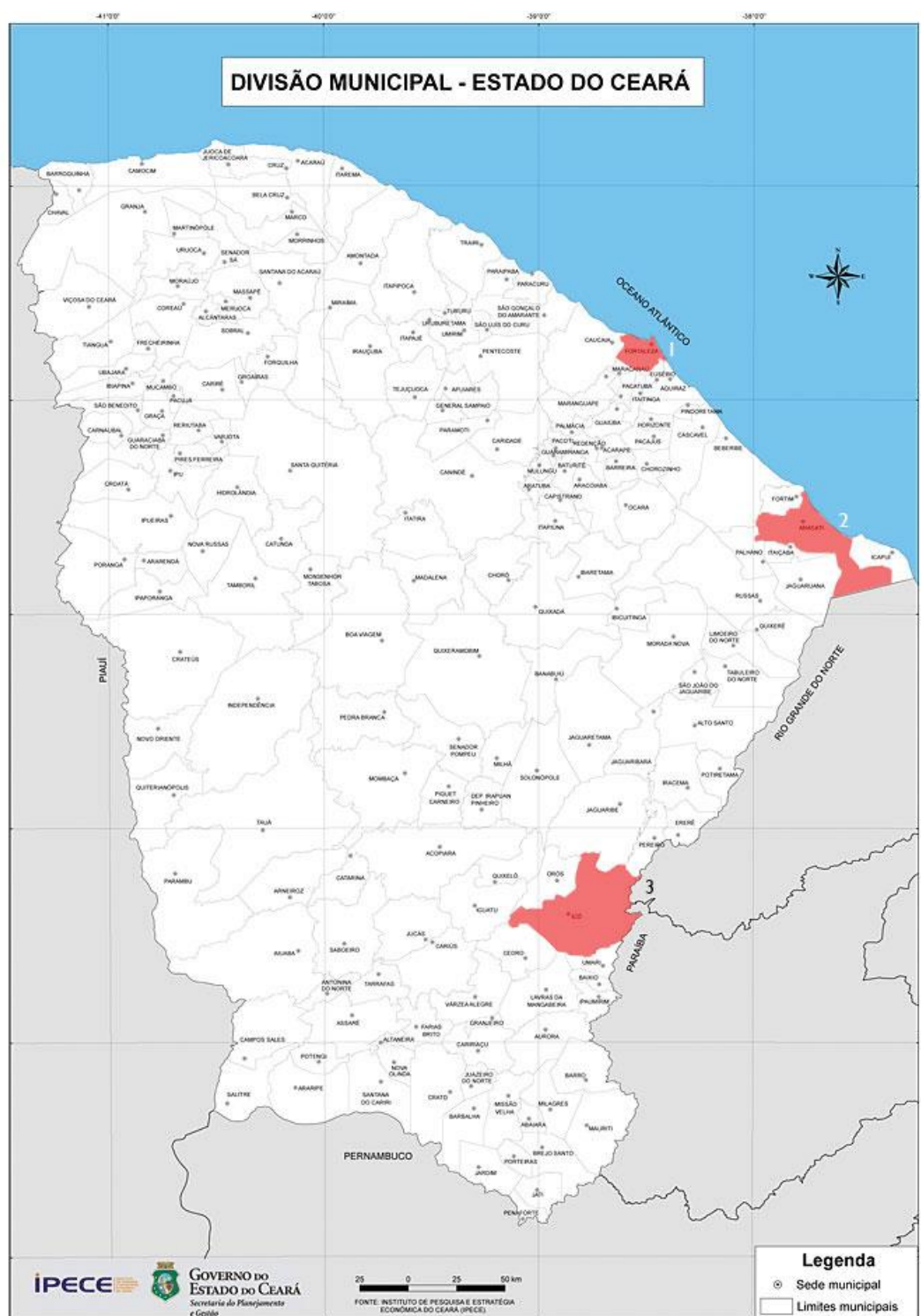


Figura 16: Mapa dos municípios do Estado do Ceará com destaque para as cidades de Fortaleza (1) Aracati (2) e Icó (3). FONTE: IPECE disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/156x.htm>

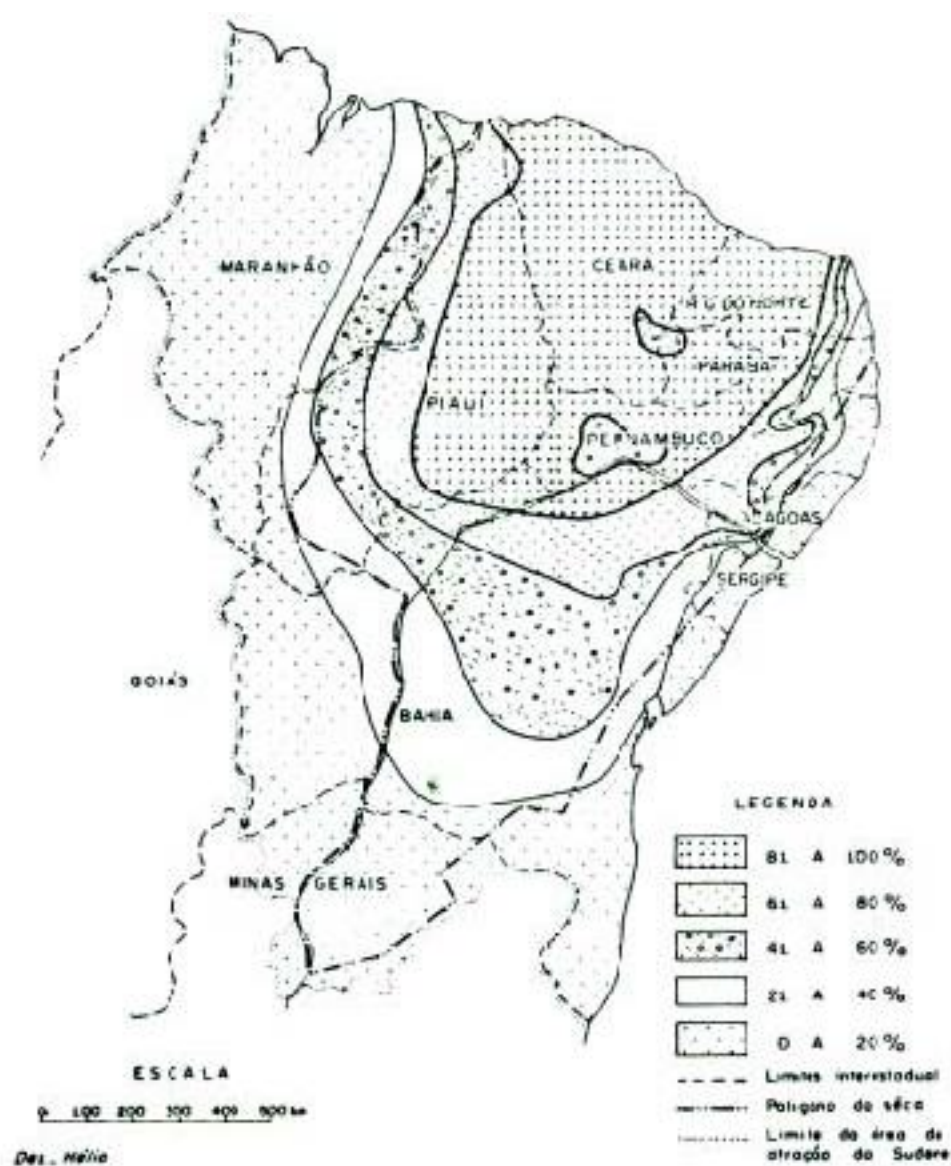


Figura 17: Distribuição espacial da incidência de secas no Grande Nordeste. FONTE: Minter-Sudene (1973) *Apud* AB'SÁBER, 1999, p. 12

Então, o que mudou a situação local e promoveu a urbanização no Ceará? Segundo Lemenhe²¹⁴, o processo começou quando o gado, produto de consumo indispensável, passou a ser foco de conflitos de usos no litoral de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. O boi criado solto precisava de pasto, sem o qual terminava por

O resultado não foi outro. Para não comprometer os rendimentos da produção do açúcar, a Coroa, no final do século XVII e início do século XVIII, estabeleceu limites territoriais para a criação, na costa

²¹⁴ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. p. 25

leste do Nordeste brasileiro. Enquanto a atividade açucareira se desenvolveu no próximo e rico litoral, à pecuária, no decorrer dos anos, restou o longínquo e pobre sertão. O gado foi, portanto, expulso para a zona sertaneja pela necessidade cada vez maior de terra para o cultivo da cana, exigido pelo mercantilismo europeu.²¹⁵

Expulsa do litoral canavieiro, a pecuária penetrou o sertão nordestino e colonizou regiões até então inexploradas, alcançando, desse modo, o Ceará. No processo foram abertos os “caminhos das boiadas”, estradas com finalidade de levar o gado a novos lugares de pasto e a áreas adequadas à construção de casas de fazenda. Desses lugares, a produção era escoada de volta pelos mesmos caminhos e abasteciam os mercados de Olinda, Recife e Salvador²¹⁶. Capistrano de Abreu²¹⁷ informa que esse desbravamento do sertão nordestino se deu por duas frentes, uma partindo da Bahia e outra de Pernambuco chegando a confundir-se na Capitania cearense. O autor denomina o território da corrente baiana de “sertões dentro” e aquele o da corrente pernambucana de “sertões de fora” (Fig. 18)

. A escolha dos lugares para a implantação das fazendas de gado não foi aleatória, na verdade, foram estrategicamente selecionados. Localizaram-se, majoritariamente, nos cruzamentos entre as estradas abertas pelo boi e os cursos d’água da região. Os rios eram imprescindíveis ao trato com o gado, por isto, os vales dos Rios Jaguaribe e Acaraú foram essenciais a esse processo colonizador (Fig. 19). Nesse processo, alguns desbravadores requeriam suas sesmarias e criavam suas fazendas -algumas das quais derivaram as vilas cearenses – outros seguiam abrindo caminhos que interligaram vilas e fazendas e que configuraram, segundo Jucá Neto²¹⁸, a rede urbana primitiva do Ceará.

²¹⁵ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. pp. 230-231

²¹⁶ LEMENHE, Maria Auxiliadora. As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. p. 25

²¹⁷ ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500 – 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 2º ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 135

²¹⁸ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. pp. 238-239

Figura 18: Os caminhos de Capistrano de Abreu.
Fonte: JUCÁ NETO, 2012, p. 235

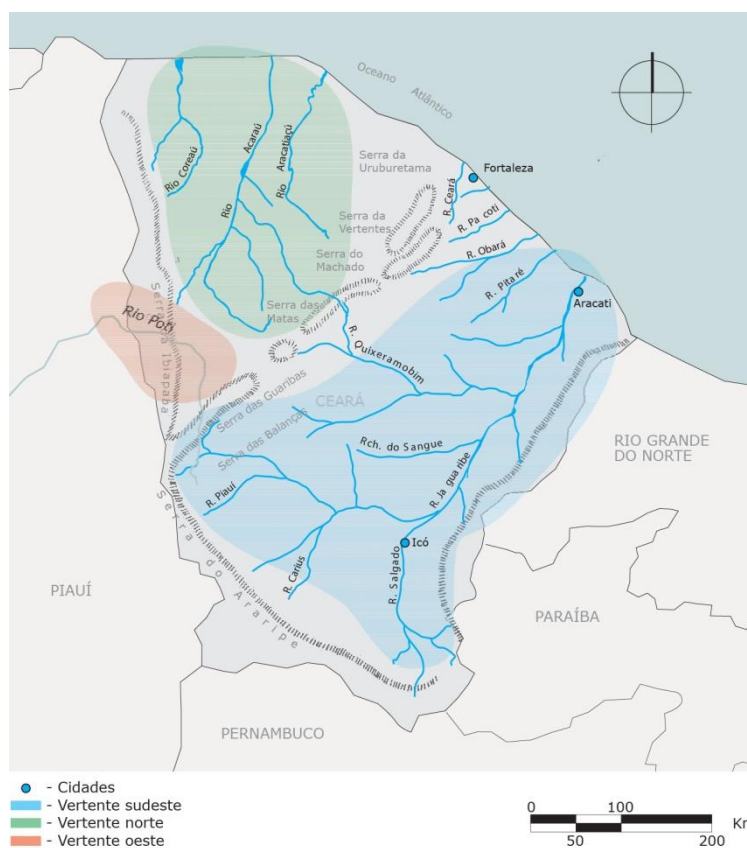
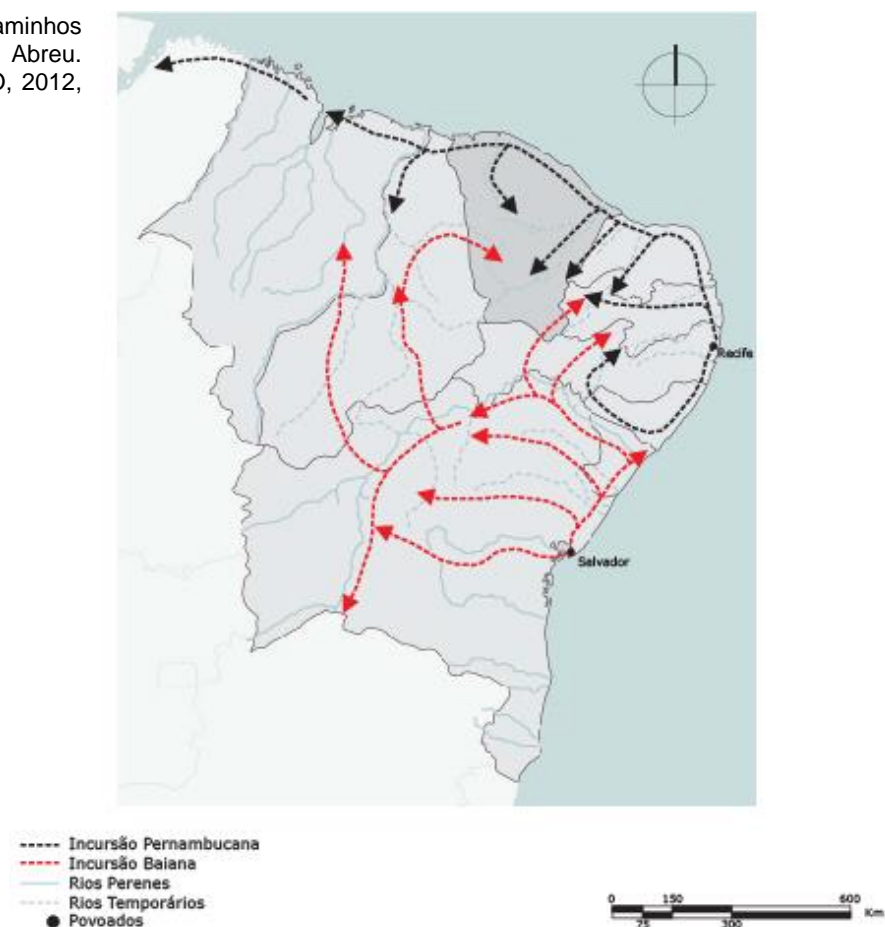


Figura 19: Bacias Hidrográficas do Ceará: Em verde a vertente do Rio Acaraú e em azul, a do Jaguaribe. Fonte: STUDART, 1924 *Apud* JUCÁ NETO, 2012, p. 240

Dessa forma, e em ritmo progressivo, a pecuária avançou gradualmente, arregimentando a população do interior da capitania às voltas com a cura do gado, com a salga da carne e com a manutenção e escoamento da produção para abastecer as principais vilas litorâneas. Vê-se que, já na década de 30 do século XVIII, a cultura do gado conseguiu romper o marasmo econômico cearense do início da colonização e incentivou a fixação de dezenas de sesmeiros nos vales dos rios do Ceará (Tabela 1)²¹⁹.

Tabela 1:

Distribuição das Sesmarias no Ceará entre os anos de 1683 e 1730. FONTE: GIRÃO, 1971 *Apud* LEMENHE, 1991, p. 27

Distribuição de Sesmarias no Ceará 1683/1730			
Áreas de ocupação	1683/1710	1711/1720	1721/1730
Jaguaribe	81	33	20
Banabuiú	131	-	-
Salgado	18	37	06
Quixeramobim	38	-	-
Acaraú	51	41	10
Inhamuns	07	32	06
Choró	46	06	-
Ceará e Siupé	10	09	08

3.2.1 A Sociedade do Couro

Com o florescimento da pecuária no sertão nordestino, formou-se a “civilização do couro”. Ainda que tenha permanecido como atividade de

²¹⁹ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. pp. 26-27

rentabilidade secundária para a Coroa²²⁰, o gado se transformou em trabalho, produto e consumo da economia cearense no século XVIII. Não requeria grandes gastos ou mão-de-obra especializada, pois o boi se autotransportava e, além disso, era também alimento e ferramenta. De sua pele se produziu todo o aparato da vida sertaneja, conforme Capistrano de Abreu:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alfoje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas das facas, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.²²¹

Como sociedade, a nova civilização tinha a estrutura de poder baseada no chefe da fazenda. Comparável à sociedade canavieira do litoral, onde os senhores de engenho eram o poder político, os proprietários das sesmarias sertanejas mantinham sob seu jugo o escravo negro, o índio submisso, os trabalhadores livres²²² e, sobretudo, a própria família. A sociedade sertaneja foi, portanto, eminentemente patriarcal.

Nesse quadro, a fazenda era o local de comando de toda a sesmaria, onde se desenvolvia a família do senhor, o trabalho com a cura do gado e com a lavoura – esta normalmente atendia apenas às necessidades de subsistência da fazenda. Localizadas em pontos estratégicos, em elevados ou próximas a rios e riachos (ver item 1.2), essas eram construções isoladas, devido à falta de vida urbana, de fisionomia austera, levantadas por técnicas construtivas simples -

²²⁰ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. p. 174

²²¹ ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500 – 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 2º ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 133

²²² Sobre a origem do trabalho livre na pecuária sertaneja, Maria Sylvia Porto Alegre (1989, 1990), apesar de diferenciar a presença escrava na pecuária daquela do homem livre, aponta também que, circunstâncias particulares submetiam este último a uma “relativa liberdade”. Exemplo disso foram os acordos de partilha do gado travados com os donos das fazendas, segundo o qual o vaqueiro teria direito à quarta parte do gado a partir do quinto ano de trabalho na fazenda. Para Porto Alegre, “a perspectiva de alguma acumulação, pela partilha do gado, era um fator determinante para interessar o homem livre e prendê-lo à fazenda.” (PORTO ALEGRE, 1989/1990, p. 5). Soma-se a isso, a precariedade do cotidiano e do meio, comuns à população pobre e livre que, praticamente, “forçavam-nos à busca de formas variadas de trabalho e sobrevivência.” (PORTO ALEGRE, 1989, 1990, p. 29).

alicerces de alvenaria de pedra e paredes de taipa – mas que permitiam, sem luxos, a vida confortável da família (Figs. 20 a 25).



Figura 20: Fazenda do Castelo, Aracati, Ce. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 208



Figura 21: Fazenda do Francês, Aracati, Ce. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 208



Figura 22: Fazenda Samambaia, Granja, Ce. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 209



Figura 23: Detalhe do sótão da Fazenda do Castelo, Aracati, Ce. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 208



Figura 24: Detalhe do madeiramento da Fazenda do Francês, Aracati, Ce. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 208



Figura 25: Detalhe da Fazenda Samambaia, Granja, Ce. FONTE: JUCÁ NETO, 2012, p. 209

Nessa sociedade não existiam pontos de controle da Coroa, conforme Capistrano de Abreu:

Muito tempo viveu esta gente entregue a si mesma, sem figura de ordem nem de organização. Como eram católicos e a Igreja obriga à freqüência dos sacramentos, naturalmente qualquer vigário ou algum mais animoso, mais zeloso ou mais cúvido saía de tempos em tempos a desobrigar as ovelhas remotas. Depois da instalação do arcebispado da Bahia, criaram-se freguesias no sertão, enormes, de oitenta, cem léguas e mais. Ali era cobrado o imposto meio civil meio eclesiástico do dízimo. Os dizimeiros que o arrematavam, depois de ter feito a experiência, preferiam deixar a outros o trabalho da arrecadação: um dos fazendeiros ou qualquer pessoa capaz do interior em seu nome ia pelos vizinhos recolher os bezeros dizimados, pois a paga realizava-se em gênero; depois de alguns anos, três ou quatro conforme a convenção, prestava contas: cabia-lhe pelo trabalho um quarto do gado, exatamente como aos vaqueiros.²²³

Desse modo, como também indica Jucá Neto²²⁴, além do controle social exercido pelas paróquias (quando existiam), as fazendas promoviam também o papel de sede da vida política sertaneja. A ordem era mantida pela vontade e pelos desejos dos fazendeiros, criando-se, dessa maneira, uma verdadeira “autarquia sertaneja”²²⁵ nas casas de fazenda e lançando as bases da estrutura política absolutista conhecida no nordeste como Coronelismo.

Nesse meio conviveram índios, brancos e negros, daí porque, não diferentemente do que ocorria na Casa Grande da cultura canavieira, a miscigenação de raças era intensa. Essa característica, segundo Sérgio Buarque de Holanda²²⁶, foi essencial para a formação da sociedade brasileira. Na Capitania do Ceará, os índios eram domesticados e catequisados, os senhores dormiam com as escravas negras quando não as tomavam por esposas e o trabalho regia toda a vida desde o acordar até o fim do dia.

No entanto, os conflitos eram uma constante. Em especial aqueles entre sesmeiros e índios. O embate não pôde ser evitado e a terra era o grande objeto da disputa. Conforme Jucá Neto, de um lado o mundo indígena movia-se “na

²²³ ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500 – 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 2º ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. pp. 138-139

²²⁴ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. pp. 205-206

²²⁵ Palavras do autor.

²²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

contramão das transformações promovidas pelo mercantilismo europeu”, do outro, as fazendas de gado faziam parte do modelo de poder que “procurava a todo custo inserir a Capitania do Ceará na nova lógica mercantil”²²⁷. O resultado disso foi a dizimação quase completa das nações indígenas sertanejas, o que significava, aliás, o objetivo da política oficial portuguesa, visto que:

Durante a expansão territorial em direção ao sertão nordestino, os documentos oficiais apontavam o extermínio da população indígena como solução viável para a conquista. Uma Carta Régia de 6 de março de 1694 manda ver e considerar o estado “a que se tem reduzido” as capitanias em todo o Nordeste, da Bahia ao Ceará pela “repetição da guerra dos índios”. O documento expõe que no Rio Grande do Norte “consta não só a perda na ruína das fazendas, mas também a morte de seus habitantes a quem a feresa destes bárbaros não perdoou”. Daí por que a Coroa portuguesa ordenou, por considerar conveniente para “segurança e defesa”, tanto a doação de terras – “às pessoas que possam tratar do seu benefício de as povoarem e cultivarem” - em áreas limítrofes às habitadas pelos índios como a criação de seis aldeias – no Assú, no Piranhas e no Jaguaribe – “com cem casaes cada Aldeia e com vinte soldados pagos, e seu cabo bons, escolhidos e experimentados e para se evitar não só o damno que presentemente se sente, mas o que pelo tempo adeante pode sobrevir”.²²⁸

Não havia, como se pode perceber, uma coletividade ou um senso de coesão social que unisse as fazendas e a civilização do couro como uma rede. Estava-se longe de qualquer formação de valor nacional que pudesse fortalecer vínculos ou exaltar a cultura local. O que regia a civilização cearense à época era o lucro que deveria ser enviado a Pernambuco e, em seguida a Coroa. Mas esse foi apenas o embrião de uma mínima organização social no Ceará, pois que, a partir das casas de fazendas formaram-se os primeiros aglomerados e as primeiras vilas da capitania.

3.2.2 A Criação da Rede Urbana Sertaneja no Séc. XVIII

²²⁷ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. p. 198

²²⁸ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. p. 200

Foi no entorno das fazendas de gado que se formaram aglomerados compostos, normalmente, por trabalhadores livres prestadores de serviços ao proprietário das terras. Assente nesses núcleos, fundou-se “a maioria das vilas de brancos na Capitania cearense, alterando, lentamente, durante todo o século XVIII e início do século XIX, a dispersão reinante”²²⁹. A charqueada foi elemento significativo à emergência desses aglomerados. De acordo com Lemenhe, o processo foi introduzido no sertão, por volta da segunda década do século XVIII, devido às perdas ocasionadas pelo transporte do gado nas estradas do semiárido e ao desvio do lucro desviado para o pagamento de impostos, os quais “eram cobrados sobre o gado por ocasião do abate em abatedouros públicos”²³⁰.

As charqueadas consistiam no processo de curtição do couro e salga da carne bovina. Dessa maneira, permitia-se o seu manejo por dias, sem que a carne apodrecesse ou se perdesse no caminho até os mercados compradores. A instalação das oficinas, onde se realizavam as charqueadas, aconteceu primeiro na região de maior produção, a foz do Rio Jaguaribe, local que era “ponto estratégico como porta de saída da produção e vantajoso pela existência de depósitos de sal e sistema de ventos adequados ao processo de transformação da carne”²³¹.

As charqueadas também foram responsáveis pelo aumento significativo na concessão de sesmarias entre 1711 e 1730, o fator influenciou diretamente na organização territorial pelo surgimento das vilas sertanejas da Capitania (Tabela 1). Jucá Neto²³² mapeou (Fig. 26) as 18 vilas criadas entre 1700 e 1820 e afirma que o objetivo com a formação desses núcleos foi a “continuidade territorial da autoridade portuguesa em Território cearense”. Dessas vilas, seis (Caucaia, Messejana, Parangaba, Viçosa, Baturité e Crato) nasceram de aldeamentos

²²⁹ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. p. 207

²³⁰ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. p. 33

²³¹ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. p. 34

²³² JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. pp. 156-158

indígenas sendo denominadas “Vilas de índios”. Face à contínua falta de interesses fiscais referentes ao litoral, a Coroa permaneceu, por algum tempo, indiferente ao desenvolvimento da Vila do Forte.

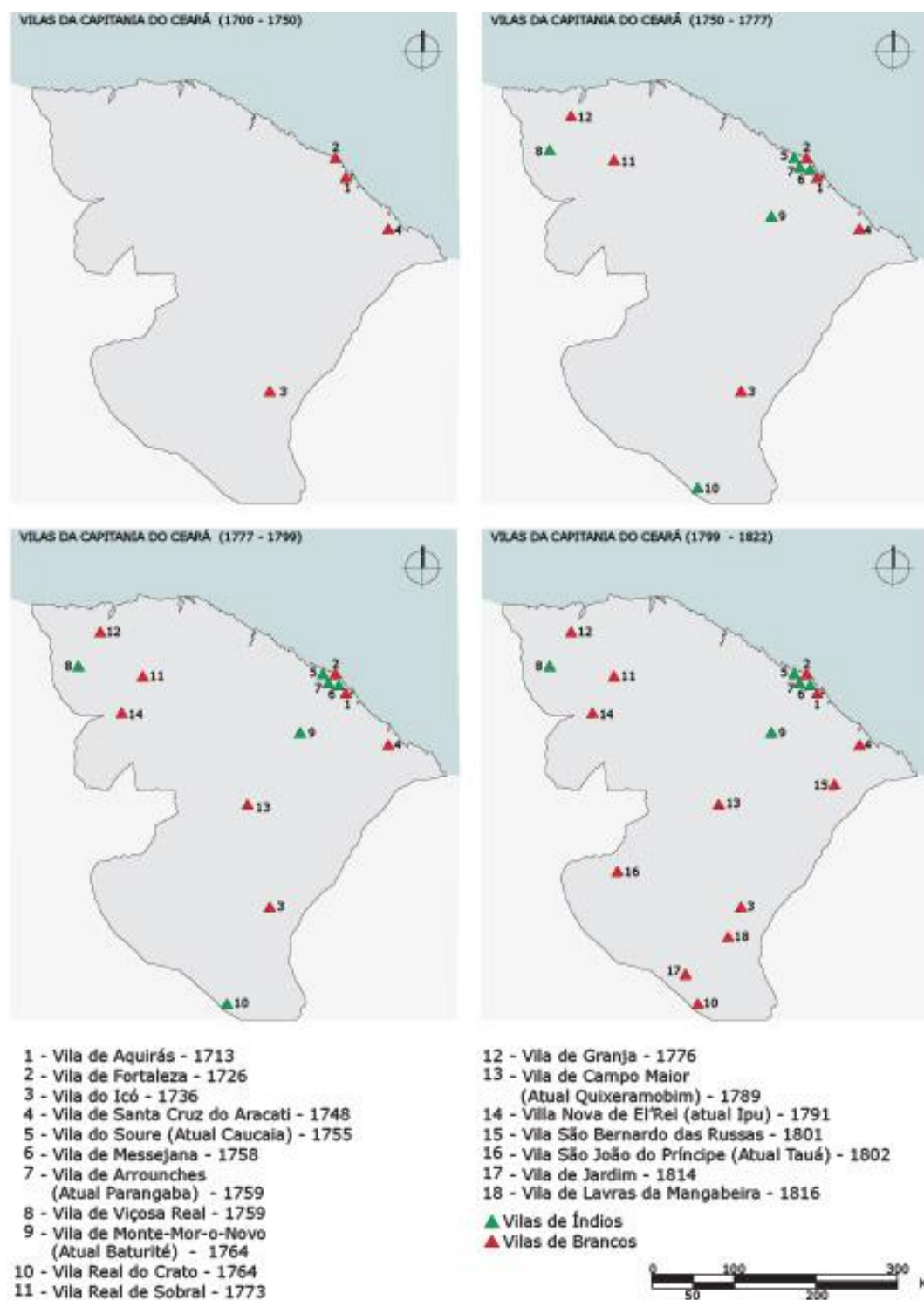


Figura 26: Capitania do Ceará e suas vilas – 1700-1822. FONTE: JUCÁ NETO, 2007, p. 157

Assim, além das poucas vilas localizadas na faixa litorânea e nos tabuleiros, a rede urbana criada no sertão cearense foi consequência da atividade criatória. Interligada pelos caminhos das boiadas, a malha formada por essas vilas era ainda incipiente, cada núcleo nada mais era que um aglomerado de casas e indivíduos que viviam suas vidas às voltas com o trabalho da fazenda. Ainda assim, pode-se dizer que a importância desse processo foi crucial para o Ceará, pois garantiu, para a Metrópole, a consolidação da unidade de controle no tratamento do território cearense. Em resumo:

[...] pode-se afirmar que o território do Ceará transformou-se durante o século XVIII, pela própria condição itinerante da atividade econômica, em uma grande passagem para as capitânicas do norte ou destas em direção ao litoral açucareiro. [...] Daí o sentido econômico e político da rede urbana em formação da América Portuguesa; ou seja, pela fixação com a criação das vilas, constituía-se uma unidade política territorial por onde corriam a economia e o movimento expansionista em direção às regiões de fronteiras. Na rede, a heterogeneidade do espaço construído reflete os diferentes níveis do investimento de capital e técnica na totalidade do território, variando de acordo com a importância de cada núcleo no âmbito regional e em sua relação com o todo da América Portuguesa.²³³

Dessa feita, lembrando-se que, até metade do século XVII, a União Ibérica²³⁴ foi vigente, motivo pelo qual, foi imprescindível para a Coroa Portuguesa evitar nova integração com o outro reino e consolidar rapidamente o controle sobre a América Portuguesa, afinal Portugal saiu da Restauração²³⁵ em condições de dependência das colônias que possuía. No entanto, se a motivação portuguesa para a criação da rede urbana sertaneja ligou-se ao controle do território, este aspecto sofreria mudanças na passagem para o Império, como será visto no capítulo seguinte.

Então, consoante Jucá Neto, não há dúvidas sobre a existência de um projeto político português para a Capitania do Ceará. A fundação das vilas

²³³ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. p. 160

²³⁴ A União Ibérica (1580 a 1640) consiste no período em que Portugal e seus domínios foram anexados ao Estado espanhol após a Guerra de Sucessão ao trono português. (Cf. DURÁN ROCCA, Luisa Gertrudis Assentamentos urbanos do Brasil ibérico (1580-1640). Arquisur revista. Argentina. pp. 64-77. N. 8. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/141927>)

²³⁵ Momento em que as duas coroas se separaram e em que foram restituídas as suas respectivas soberanias.

significou para a Coroa, o controle sobre um território até então abandonado. Para o autor, a ação urbanizadora portuguesa também não foi homogênea; sobre as vilas no interior da Capitania do Ceará, afirma que elas se diferenciavam no tempo e no espaço dentro das mais variadas escalas, estando diretamente relacionadas às prioridades e às potencialidades de cada lugar ocupado, variando de acordo com as suas especificidades econômicas e pela importância de suas posições geográficas para movimento lusitano de ocupação e fixação na América Portuguesa [...] ²³⁶.

Dessa forma, ao considerar as condicionantes locais, Jucá Neto assinala que, devido à flexibilidade das Cartas Régias implementadas pelo colonizador, “garantiu-se a maleabilidade como princípio regulador do risco”. Apesar de não ter sido plenamente impositivo, o método português foi implantado nas vilas cearenses por meio da presença de funcionários da Coroa encarregados de sua fundação. Dessa forma, ainda que tenha existido variedade formal na produção dessas vilas, não se pode negar de todo a aplicação do método português no Ceará. Segundo o autor, as condicionantes locais interferiram na regularidade da aplicação do método no desenho das vilas cearenses, pois:

[...] foi no trabalho cotidiano da Câmara Municipal, de ordenamento do crescimento dos núcleos, onde se deu o embate entre as normativas que se queriam impostas e os condicionantes do lugar. Se por um lado delinear-se as ruas e os lotes, garantindo o alinhamento das casas, proibiram-se alguns usos considerados como inadequados e, ainda, quando ocorreram, se orientaram as obras das casas de câmara e cadeia, dos paços, poços, pontes e outras; por outro, foi exatamente nesta ação rotineira de demarcação do traçado e construção das edificações que as especificidades do lugar reagiram, ou se coadunaram, à razão metropolitana. É exatamente na relação dialética entre o que vinha de fora e o que era do lugar onde figuram as características de cada desenho. ²³⁷

Foi na transição para o século imperial que mudanças foram impostas ao trato das cidades coloniais. Sobre essas motivações aplicadas a Fortaleza discutir-se-á no capítulo posterior. Por hora, importa dizer que o novo século acarretou o deslocamento do polo hegemônico de poder econômico e

²³⁶ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. p. 154

²³⁷ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. p. 106

administrativo na Capitania cearense. Chegará a hora da Vila do Forte apresentar-se em todo o seu protagonismo, no entanto, durante todo o período do Setecentos duas outras vilas foram o braço forte da produção pecuária e dominantes no que se refere à vida urbana cearense: Icó e Aracati.

Localizadas a leste e a extremo sudeste de Fortaleza, respectivamente, as vilas de Santa Cruz do Aracati e de Nossa Senhora da Expectação do Icó, foram, até o último quartel do século XVIII, “os principais núcleos fundados no território, pois somente eles, até então, haviam desenvolvido funções terciárias, de caráter urbano, no Ceará”²³⁸. Com a salga da carne e facilitação do manejo do produto, a mercantilização marítima com Pernambuco foi favorecida o que permitiu às vilas, sobretudo a Aracati, “[...] a possibilidade de gerar renda excedente, que foi revertida em melhoramentos na estrutura desses logradouros que lidavam com o comércio da carne”²³⁹. O comércio de Aracati com a vila de Icó foi permitido pela conexão da bacia do Jaguaribe.

3.3 Das Vilas de índios, a escolhida: Vila Real de Messejana —

No fim do século XVIII existia uma incipiente rede urbana no sertão cearense. As casas de fazenda eram o núcleo político e as estradas carroçáveis suas únicas ligações. Em vistas da sua importância para a história urbanística do Ceará, a pecuária se manteve, pois, ainda que atividade de baixa rentabilidade para a Coroa, constituiu-se em fator essencial à organização territorial da América Portuguesa e de suas vilas. A Vila do Forte, que havia sido fundada em 1726, permanecia, nesse fim de século, como um punhado de casas na enseada arenosa que servia de atracadouro às navegações direcionadas ao Maranhão.

Neste ponto, destaca-se o seguinte: concomitantemente ao desenvolvimento da rede urbana sertaneja, foram fundadas três “vilas de índios” no Ceará: Soure, Arronches e Messejana, resultantes diretas do trabalho

²³⁸ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. p. 45

²³⁹ NETO, Felipe. *Muito Além dos Muros do Forte*. Premius Editora. Fortaleza. 2010, p. 25

missionário jesuítico junto aos silvícolas da região. Os religiosos que ali aportaram, congregaram e catequisaram os índios, imputando-lhes práticas sociais e estilos de vida à moda cristã. Visando à consolidação da ocupação e ao controle definitivo da colônia, o Estado Português – sob o governo do Marquês de Pombal – estipulou, dentre outras medidas, a criação dessas vilas de índios (as quais possuíam status prévio de aldeia²⁴⁰) e o abandono de seus nomes bárbaros – indígenas – para que adotassem alcunhas de lugares e vilas do Reino Português.

Com isso, nasceram: a Vila Real do Soure (1759) – atual Caucaia -, a Vila Real de Arronches (1759) – hoje bairro da Parangaba -, a Vila Viçosa Real (1759), a Vila Real de Messejana (1758) – presentemente bairro de Messejana -, a Vila de Monte-mor o Novo da América (1764) – antiga aldeia de Palma - e a Vila do Crato (1764)²⁴¹. A vila de Messejana é a mais cara à apreciação desta pesquisa, pois sua evolução está diretamente ligada à trajetória do Sítio Alagadiço Novo. No dizer de Ribeiro²⁴², “é lugar antigo, Messejana”, descendente direta da antiga aldeia indígena de São Sebastião de Paupina. Ou seja, apesar da fundação de Messejana, em 1758, sua origem remonta a mais de cem anos antes desta data.

Sustenta Antônio Bezerra²⁴³, que tal aldeia já existia antes mesmo da frustrada expedição de Pero Coelho ao Ceará, em 1603. O autor diz ainda que a aldeia era habitada por índios Potiguaras fugidos do Rio Grande do Norte que por ali haviam se estabelecido. As primeiras notícias escritas que se tem de tal aldeia são provenientes da segunda expedição de Pero Coelho ao Maranhão. Decidindo se empenhar novamente em tal empreitada, o então governador de Pernambuco levou consigo os religiosos franciscanos Francisco Pinto, catequista experiente que dominava a língua dos silvícolas, e Luís Figueiras, missionário

²⁴⁰ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. p. 221

²⁴¹ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007. p. 221

²⁴² RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982. p. 19

²⁴³ BEZERRA, Antônio. Algumas Origens do Ceará (1918) 1ª ed. Fundação Waldemar Alcântara. Fortaleza. 2009. p. 10

mais jovem a quem se atribui os relatos dessa expedição no documento “A Relação do Maranhão”²⁴⁴.

O principal objetivo dessa empresa providenciada pelo Governador pernambucano era de promover uma expedição de catequese dos índios mais rebeldes estabelecidos na Serra da Ibiapaba, onde havia

[...] uma das principais concentrações de nativos entre o final do século XVI e início do século XVII [...] interstício entre o Ceará e o Maranhão. Este último contando com significativa presença francesa, fato motivador do envio da expedição de Pero Coelho às veredas cearenses, cujo intuito era o de garantir o jugo português sobre aquela estratégica região.²⁴⁵

A ideia foi acatada pelo Provincial da Companhia de Jesus²⁴⁶ e de Pernambuco foram levados também índios presos como escravos da fracassada expedição de 1603 e que: “viviam ali, postos em liberdade pelo Governador, e com boa assistência dos portugueses. Quarenta deles formaram a expedição, ao lado daqueles jesuítas, que partiram a 20 de janeiro de 1607, dia de São Sebastião”²⁴⁷. A diligência desembarcou na foz do Rio Jaguaribe, de onde partiria à Ibiapaba. Foi nesse caminho que os missionários fizeram contato com a aldeia de Paupina. Para Ribeiro²⁴⁸, este é um fato relevante, pois deixa claro que a aldeia: “foi fundada por iniciativa dos próprios índios Potiguaras para sua habitação, e o nome Paupina veio muitos anos depois de por ela terem passado os missionários Francisco Pinto e Luís Figueira”.

No caminho, diz Antônio Bezerra, os missionários teriam se limitado à comunicação com os índios para, em seguida, prosseguirem viagem para a Ibiapaba²⁴⁹, isto é, não teriam fundado uma missão ou aldeia naquele momento. Atingido o destino no ano de 1608 a comissão se viu emboscada por índios da

²⁴⁴ AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. História de Messejana. Sociedade Educadora de Messejana. Fortaleza. 1996. p. 14

²⁴⁵ FREITAS, Edmar. Messejana. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza: Fortaleza. 2013. pp. 11-12

²⁴⁶ AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. História de Messejana. Sociedade Educadora de Messejana. Fortaleza. 1996. p. 14

²⁴⁷ AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. História de Messejana. Sociedade Educadora de Messejana. Fortaleza. 1996. p. 13

²⁴⁸ RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982. p. 13

²⁴⁹ BEZERRA, Antônio. Algumas Origens do Ceará (1918) 1ª ed. Fundação Waldemar Alcântara. Fortaleza. 2009. p. 10

tribo dos Tocarijus, episódio infeliz do qual resultou a morte de Padre Pinto e a fuga antecipada de Padre Luís Figueira (Fig. 27). Ao retornar, o religioso mais jovem fundou, na barra do Rio Ceará, a aldeia de São Lourenço.

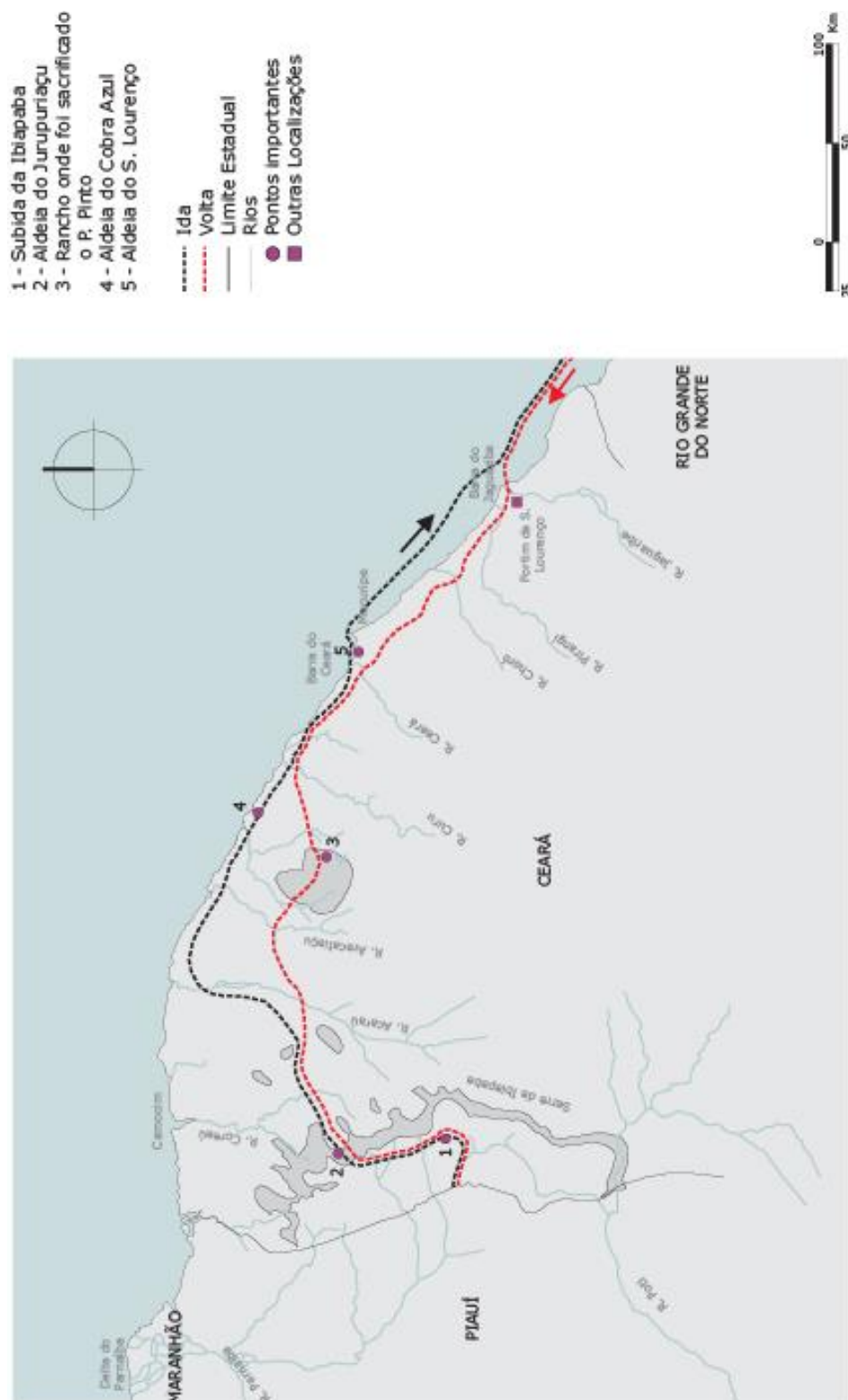


Figura 27: Itinerário dos padres jesuítas. FONTE: POMPEU SOBRINHO, 1967, p.49
Apud JUCÁ NETO, 2012, p. 233

Por essa versão as aldeias que se transformaram em vilas de índios - Paupina, Soure e Arronches - não se originaram no tempo desses missionários, na verdade, elas datam de um tempo ainda mais ancestral. Não obstante a rapidez de sua passagem pela aldeia, Pe. Pinto parece ter sido um ponto de inflexão na transformação material do lugar, pois, de acordo com Amaral²⁵⁰, sob o signo da fé, estruturou-se uma nova identidade comunitária na aldeia. Consoante o mesmo autor, os índios, saudosos do Padre Pinto, por quem desenvolveram afeição no contato anterior à morte do religioso:

foram à Ibiapaba e trouxeram exumados os restos mortais do desditoso padre, para a aldeia dos Paupinas. Neste local sepultaram-no, com a presença de Felipe Camarão, que beijou e abraçou aqueles venerados despojos. Sobre aquela cova os índios ergueram uma igreja.²⁵¹

Seja maior ou menor a carga mitológica contida na transmissão dessa epopeia, a passagem e a influência dos religiosos sobre Paupina é fato registrado. O episódio teria reforçado a coesão social da coletividade e exaltado a necessidade de uma sede da Coroa, fato que viria a acontecer mais de cem anos depois, com a fundação da Vila Real de Messejana (1758). Oficialmente, Paupina é mencionada, pela primeira vez, no dia 18 de fevereiro de 1698, em Carta Régia endereçada ao Capitão de Ordenança Caetano Melo de Castro. O documento continha reivindicações feita pelos índios da Capitania do Ceará, dentre as quais figurava a demarcação de suas terras. Segundo o Studart, no documento lê-se:

Am.o etc. Por quanto os Índios das Aldeas de S. Sebastião de Paupina e de Bom Jesus da Aldea da Parangaba e das mais da Capitania do Ceará se me fes aqui petição (cuja cópia se vos envia) sobre serem conservados na legoa de terra em quadra que lhes mandei dar para situarem suas Aldeas e para plantas do seu sustento: Pareceu-me ordenarvos informeis com vosso parecer neste requerimento.²⁵²

²⁵⁰ AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. História de Messejana. Sociedade Educadora de Messejana. Fortaleza. 1996. p. 15

²⁵¹ AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. História de Messejana. Sociedade Educadora de Messejana. Fortaleza. 1996, p. 15

²⁵² Carta Régia a Caetano de Mello de Castro, escrita em Lisboa a 18 de Fevereiro de 1698. *Apud* STUDART, Guilherme, Barão de. Datas e Factos para a História do Ceará. Fac-símile. (1896). 1ª ed. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. Tomo I. 2001. p. 109

Dois anos depois, em 23 de novembro de 1700, El-Rei concede aos índios da aldeia de São Sebastião de Paupina área para ampliação de suas lavouras e sustentação do respectivo missionário²⁵³. A essa área foram anexadas, mais tarde, as terras obtidas por sesmarias particulares. Destacando-se, entre essas, existiu uma conferida para o autoproclamado índio e capitão Tomé da Silva Campelim. Segundo consta nos registros de Datas e Sesmarias da Capitania do Ceará (Fig. 28):

O suplicante Tome da Silva Campelim, alegou ser gentio da nacao cabedelo, e neto do verdadeiro principal, o gentio Algodao. * O suplicante alegou que seu avo foi possuidor das terras na serra da Pacatuba, da Lagoa do Jererau ate o rio Coco. * O suplicante alegou que seu avo havia "fabricado" uma aldeia nas terras da serra da Pacatuba, por ordem dos senhores antecessores ao capitao mor Gabriel da Silva Lago. * O suplicante alegou que a aldeia "hoje" estava extinta, e nas terras estava localizado o sitio de Paupina na posse de brancos. * O suplicante alegou que os brancos foram se apossando das terras, e foram ocupando-as com seus parentes para o interior dos matos, onde estavam criando seus filhos com desassossego. * O suplicante alegou que os brancos estao adentrando com pessoas e cavalgaduras os lugares onde os gentios buscaram se retirar para evitar conflitos com estes brancos. * O suplicante solicitou uma nova data de sesmaria, para si e seus parentes aldeados na aldeia da Paupina, incluindo nesta data de sesmaria a legua de terra concedida por sua majestade para o aldeamento. Desta forma, podendo comodamente criar seus filhos, sem serem constrangidos pelos brancos. * Na Carta a data do despacho (27/11/1708) e da concessao (27/11/1708), eram anteriores a data do requerimento (28/11/1708). Por isso, foi optado igualar as datas.²⁵⁴

Dessa maneira, conforme assinalado por Ribeiro²⁵⁵ e Freitas²⁵⁶, essas terras concorreram para a configuração territorial e para o tecido social do que seria mais tarde a vila de Messejana, incluindo-se a aldeia de Paupina como um dos agentes transformadores iniciais do que depois seria essa sede administrativa da Coroa. Nesse ínterim, configurava-se um novo aspecto do regime de controle político da Colônia pela Coroa Portuguesa. Tal aspecto era a

²⁵³ STUDART, Guilherme, Barão de. Datas e Factos para a História do Ceará. Fac-símile. (1896). 1ª ed. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. Tomo I. 2001. p. 126

²⁵⁴ Registro Data e sesmaria do índio Tomé da Silva Campelim de três léguas de comprimento por duas de largura entre as Serras do Ambicuri e da Pacatuba, conservando também a légua de aldeamento da aldeia Paupina, concedida pelo Capitão-mór Gabriel da Silva do Lago, em 27 de novembro de 1708. FONTE: Typographia Gadelha, 1926. v. 5. p. 175-177

²⁵⁵ RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982. p. 28

²⁵⁶ FREITAS, Edmar. Messejana. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza: Fortaleza. 2013. p. 21

base na fé religiosa. Assim, coube ao Padre Antônio Vieira²⁵⁷ a missão de executar a nova política. O religioso fundou, em 1656, a Missão da Ibiapaba e inaugurou “um novo modelo de administração sob a coordenação dos jesuítas exercendo, a partir de então, o poder temporal e espiritual”²⁵⁸.

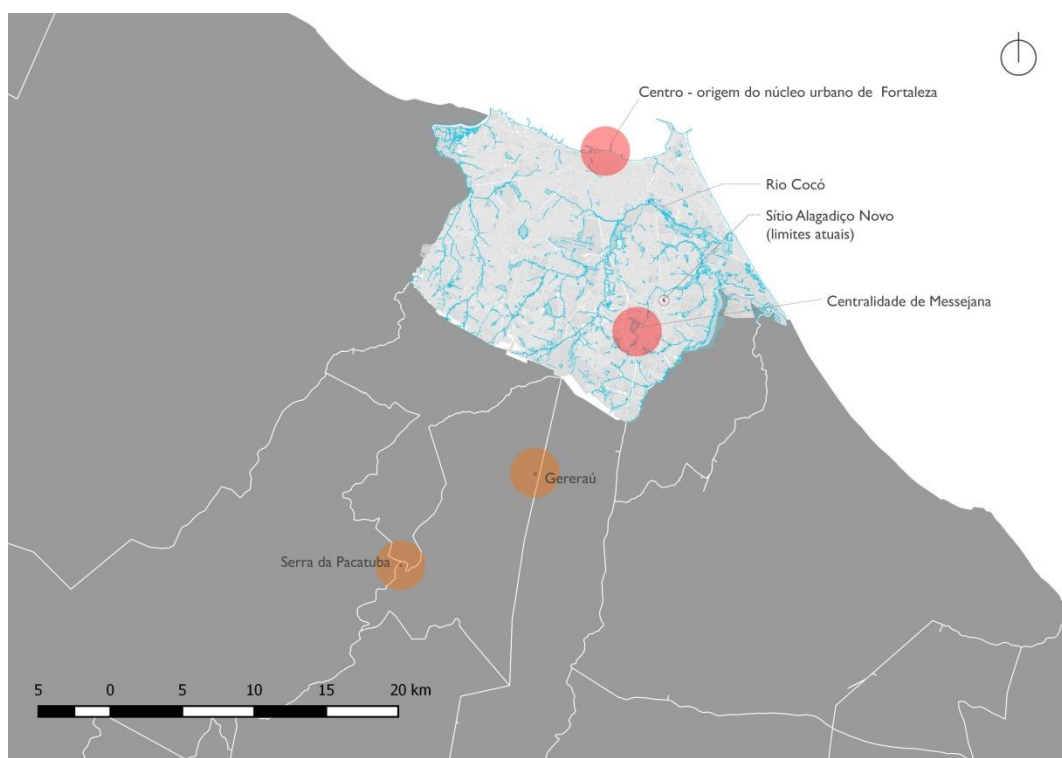


Figura 28: Limites da aldeia que teria pertencido ao Cacique Algodão conforme atestado por Tomé da Silva Campelim em seu requisito de terras sesmeiras. De acordo com o testemunho de Campelim, as terras iriam da Lagoa do Gereraú até o Rio Cocó. FONTE: Elaborado pela autora

Era o sistema de controle missionário perdurou por todo o século XVIII permitindo à Coroa se fazer presente na Colônia por meio da atuação dos jesuítas. O trabalho de assistência prestado pela Companhia de Jesus foi ainda mais efetivo a partir do ano de 1724, pois, conforme contam Ribeiro²⁵⁹ e Amaral²⁶⁰, nesta data foi fundado na então Vila de Aquiraz, o Real Hospício do

²⁵⁷ Religioso português, foi um dos jesuítas da Companhia de Jesus a vir para o Brasil, destacado orador, teve grande influência política no Brasil colônia.

²⁵⁸ FREITAS, Edmar. Messejana. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza: Fortaleza. 2013. pp. 22-23

²⁵⁹ RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982. p. 29

²⁶⁰ AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. História de Messejana. Sociedade Educadora de Messejana. Fortaleza. 1996. pp. 16-17

Ceará – também chamado Colégio dos Jesuítas. Segundo Montalbo, o Colégio constituiu aquilo que seria o maior “centro de irradiação missionária para todo o Nordeste”²⁶¹ ao que Amaral adiciona sobre a efetividade do funcionamento do local o fato de que: “os resultados surgidos a partir da instalação do equipamento se estenderam, sempre melhores até a retirada desses religiosos, em 1758, fruto da perseguição do Ministro das Colônias Portuguesas, Marquês de Pombal”²⁶²

Ao tempo do regime missionário, foram confiadas aos jesuítas, por provisão de 22 de outubro de 1735, “7 aldeias do Ceará, que reduziram, depois, a quatro, consoante se lê no catálogo de 1741, todas com denominação de “nova”, quer dizer, fundadas ou assumidas recentemente”²⁶³. No caso de Paupina, diz Freitas, o regime foi implantado em 1741, quando a aldeia passou a “abrigar uma missão [...] sendo nomeado para dirigi-la o Padre Ludovico Jacomé, tendo como seu auxiliar frei Manoel Diniz”²⁶⁴. O modelo administrativo durou dezoito anos, tendo-se prolongado até o ano de 1759.

O Regime Missionário de colonização deixou marcas importantes na Aldeia Paupina, algumas de relevante interesse para se compreender a evolução urbana de Messejana. Amaral²⁶⁵, por exemplo, mostra o empenho dos religiosos para fazer com que os indígenas substituíssem suas habitações nativas por “casebres construídos em taipa e cobertos de palha, formando ruas e praças. Logo mais se construía uma igreja, no ponto mais elevado do terreno escolhido à margem leste da Lagoa de Messejana”.

Além disso, posto que não fosse exatamente parte do seu ofício, foi notável a iniciativa dos missionários no que concerne ao desenvolvimento econômico da região. De acordo com Ribeiro²⁶⁶, os primeiros, juntamente aos capitães-mores locais, não só faziam o trabalho de evangelização e

²⁶¹ MONTALBO, Aires. A Aldeia de Paupina e Outras Aldeias. In Revista do Instituto Histórico do Ceará. 1969. p. 36

²⁶² RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982. pp. 16-17

²⁶³ MONTALBO, Aires. A Aldeia de Paupina e Outras Aldeias. In Revista do Instituto Histórico do Ceará. 1969. p. 36

²⁶⁴ FREITAS, Edmar. Messejana. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza: Fortaleza. 2013. pp. 23-24

²⁶⁵ AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. História de Messejana. Sociedade Educadora de Messejana. Fortaleza. 1996. pp. 16-17

²⁶⁶ RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982. p. 29

alfabetização dos silvícolas, como também aspiravam ao progresso material da missão, o que os levou a investir na pecuária e na agricultura de subsistência.

Apesar do investimento na economia local, o resultado foi insignificante e, no período das missões, aponta Freitas²⁶⁷, que Paupina ainda era uma aldeia “muito acanhada” resumida a “uma pequena capelinha que havia sido construída pelos índios, e cuja padroeira já era Nossa Senhora da Conceição, havia poucas casas, a maioria de taipa, além de alguns traçados de ruas que não iam além do entorno da capela”. O fato é confirmado por Amaral²⁶⁸, quando este afirma que a situação de Paupina no fim do século XVII era a de “apenas um povoado, com a população quase totalmente indígena, crescendo paulatinamente, e presenciando a disputa entre Fortaleza e Aquirás, pela primazia da instalação daquela vila do Ceará”.

Como tudo tem seu fim, os religiosos inacianos foram banidos da Colônia em 1759. O acontecimento foi fruto da perseguição política empreendida pelo Ministro das Colônias Portuguesas, Marquês de Pombal. De acordo com Ribeiro:

Mediante alvará de 8 de maio de 1758, o Governador de Pernambuco elevou Paupina à categoria de vila [e] Quatro meses depois, a 14 de setembro de 1758, em Provisão Régia Dom José Rei de Portugal [ordenou] a dissolução das Missões Jesuítas da capitania do Ceará, a usurpação dos bens delas e a retirada dos Jesuítas do Ceará – “depois de substituídos por padres seculares”. Essa provisão taxada de arbitrária foi arquitetada pelo Ministro das Colônias, Marquês de Pombal – “um irreligioso inimigo irreconciliável dos jesuítas”.²⁶⁹

Segundo Montalbo²⁷⁰, os religiosos se retiraram para a Vila de Aquiraz e, no inventário do que existia na Igreja e na residência dos padres, constaram 800 índios provenientes da aldeia de Paupina. Para Freitas, o rompimento do regime determinou a existência de Messejana como vila, já que, logo ao final do período missionário, e da dissolução de São Sebastião de Paupina, foram criaram-se as

²⁶⁷ FREITAS, Edmar. Messejana. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza: Fortaleza. 2013. p. 24

²⁶⁸ AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. História de Messejana. Sociedade Educadora de Messejana. Fortaleza. 1996, pp. 16-17

²⁶⁹ RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982. p. 30

²⁷⁰ MONTALBO, Aires. A Aldeia de Paupina e Outras Aldeias. In Revista do Instituto Histórico do Ceará. 1969. p. 38

vilas de índios. Messejana, particularmente, foi fundada em 1º de janeiro de 1760. Freitas²⁷¹ relata que, concomitante à fundação da Vila Real de Messejana,

foi inaugurada também a Freguesia, órgão encarregado de dirigir os destinos da Igreja. Essa iniciativa cumpria ordens do Governador Geral de Pernambuco, emitida através da Provisão datada de 15 de maio de 1759, determinando que esta fosse instalada no mesmo dia e hora da instalação da vila. Fizeram parte da primeira Freguesia os seguintes vigários: Manuel Pegado de Siqueira Cortes, Caetano Ferreira da Silva (Coadjutor), Bento Glez, Antônio da Costa Barros (vigário que teve o privilégio de batizar o escritor José de Alencar) e o Padre Pedro Antunes de Alencar.²⁷²

Como se vê, Messejana foi originalmente configurada pelas terras provenientes da aldeia de São Sebastião de Paupina e pelas porções adquiridas na forma de sesmarias. Ver-se-á, mais adiante, em conformidade com Fuck Júnior²⁷³, Freitas²⁷⁴ e Santos²⁷⁵, que essas grandes propriedades localizadas a sudeste de Fortaleza foram gradualmente transformando-se para dar origem a grandes sítios e, posteriormente, a alguns dos bairros da capital. Verifica-se até mesmo, consoante Freitas, a perpetuação de alguns dos nomes originais desses sítios, utilizados até os dias de hoje e que continuam referenciando bairros da grande Messejana.

Sobre o nome Messejana, já houve quem buscasse sua etimologia e, embora José de Alencar tenha, sob licença poética, se permitido escrever nas páginas de *Iracema* a grafia *Mecejana* e dissertado sobre a origem indígena do termo, a verdade é que se trata de palavra de gênese portuguesa. Como afirma Antônio Bezerra²⁷⁶, com as determinações portuguesas de expulsão dos jesuítas e de criação das novas vilas de índios, a ordenação de se substituir os nomes indígenas por outros tirados de lugares de Portugal, foi fielmente cumprida. O

²⁷¹ FREITAS, Edmar. Messejana. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza: Fortaleza. 2013.

²⁷² FREITAS, Edmar. Messejana. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza: Fortaleza. 2013. p. 31

²⁷³ FUCK JR., Sérgio Cesar de França. Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do município de Fortaleza, Ceará – Brasil. In: Caminhos de Geografia - revista online. Fortaleza, 2004. p. 152

²⁷⁴ FREITAS, Edmar. Messejana. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza: Fortaleza. 2013. pp. 32-33

²⁷⁵ SANTOS, Elizete de Oliveira. Articulações entre estado e grandes proprietários fundiários na constituição do eixo sudeste de valorização imobiliária em Fortaleza-ce. In: Revista GEOMAE. V. 2 n. 2. Pp. 13-40. 2012. pp. 22-24

²⁷⁶ BEZERRA, Antônio. O Nome Mecejana, . Revista do Instituto do Ceará. Tomo XXXI. Fortaleza. 1917. p. 98

autor destaca ainda as páginas de três dicionários portugueses, os quais são respectivamente: o *Dicionário enciclopédico da Língua Portuguesa* de Simões da Fonseca²⁷⁷, onde aparece, à página 814: “Messejana (Geogr.) Vila e Freguesia do districto de Beija 1300 hab. (Portugal. E logo em seguida Messejana (Geogr.) Freguesia de Maxial, no districto de Lisboa tem uma capela de N. S. da Conceição cuja imagem é tida como milagrosa (Portugal)”²⁷⁸.

Na sequência, o *Dicionário Práctico Ilustrado* de Jayme de Séguier²⁷⁹, o qual expõe à página 1750: “Messejana, vila do Com. De Aljustrel (Beija, Portugal) 1453 hab.”. E, enfim, a *Enciclopédia de Aplicações Usuaes* de João Bonança²⁸⁰, a qual segue na página 165: “Messejana, Conselho de Aljustrel, 8302 habitantes. Freguesias: Aljustrel, Ervidel, Messejana, S. João de Negrilhos”. Vê-se que se conserva, em Portugal, em ao menos quatro localidades, sempre a grafia Messejana, motivo por que Montalbo afirma não haver necessidade de se empreender a escrita *Mecejana*.

Mas persiste a pertinência da poesia de Alencar, afinal foi Messejana local de origem indígena e de desenvolvimento intimamente ligado à terra, assunto a ser abordado no próximo capítulo. Por hora, vale destacar a origem da ligação dessa localidade com o Sítio Alagadiço Novo e à família Alencar, episódio que remonta a fins do século XVII, como veremos a seguir.

3.4 Os Alencar

De Alenquer, vila portuguesa pertencente ao distrito de Lisboa, desertaram quatro irmãos: Alexandre, João Francisco, Marta e Leonel de Alencar Rego. Conta Menezes²⁸¹, Alexandre, ao chegar, estabeleceu-se em

²⁷⁷ FONSECA, Simões. *Dicionário Enciclopédico da Língua Portuguesa*. 1899

²⁷⁸ BEZERRA, Antônio. O Nome Mecejana. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXXI. Fortaleza. 1917. p. 96

²⁷⁹ SÉGUIER, Jayme de et al. *Diccionario práctico ilustrado*. 1910

²⁸⁰ BONANÇA, João. *Encyclopedia de Aplicações Usuaes*. Lisboa. Typographia Lusitana. Editora Arthur Brandão. 1903

²⁸¹ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. *Livros Técnicos e Científicos*: Rio de Janeiro. 1977. p. 23

Bodocó (Pernambuco), João Francisco, em Assaré (Ceará), de Marta não se têm notícias e Leonel, no Crato²⁸² (Ceará). Não há, no entanto, informação precisa de quando aportaram no Brasil, se Menezes afirma fins do século XVI, Jaguaribe aponta que “[...] vieram para a Baía em época que as tradições de família não guardaram, mas que devia ter sido de 1650 a 1680”²⁸³.

Foram os quatro irmãos de Alenquer os patriarcas de uma grande e tradicional linhagem familiar que adotou no Brasil a corruptela “Alencar” como sobrenome, este que hoje conta com uma valorosa lista de políticos, de intelectuais e de homens combativos, personagens tão caros tanto à historiografia cearense quanto à nacional. Segundo Jaguaribe, os Alencar, fixados inicialmente no sertão nordestino, foram outrora grandes e ricos sertanejos,

sem nobreza, aliás, de sangue, sempre mantiveram cultura intelectual, fidalguia de trato e vigor físico pelos hábitos agrícolas e pelas grandes travessias dos sertões, já nos seus negócios de criadores de gados e lavradores, já no cultivo das relações de família, que sempre tivera, outrora, elevada conta, dando-se preferência aos casamentos entre parentes. Homens laboriosos e sem vícios, foram os Alencares sempre fortes, destemidos e de ideias liberais. A cultura intelectual da família caracteriza-se bem no passado pelo grande número de sacerdotes católicos que teve, pois a Igreja monopoliza então o ensino, e o sacerdócio era a única profissão mais ao alcance dos brasileiros.²⁸⁴

Para fins desta pesquisa, Leonel nos interessa em especial, pois este foi, no dizer de Menezes, “a raiz prodigiosa de todos os Alencar cearenses”²⁸⁵. Os caminhos do português o levaram ao sul do Ceará, mais especificamente à Vila do Crato. O biógrafo conta parte da construção genealógica do ramo da família (Apêndice, p. 264):

Na vinda de Portugal, Leonel conhece uma companheira de viagem, Maria da Assunção, então ainda criança. Volta, mais tarde, à Bahia, onde ela ficara e toma-a por companheira de vida e lar. Têm muitos filhos. Um deles é Joaquim Pereira de Alencar, que se casa com D.

²⁸² Município localizado no extremo sul do Ceará, na região do Cariri. Como vila, foi criada no ano de 1764. In IPECE. Perfil Básico Municipal Crato 2015. Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Planejamento. 2015. p. 5

²⁸³ JAGUARIBE, João Nogueira. Alencares de sangue e afins. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LIV. Fortaleza. 1940. p. 99

²⁸⁴ JAGUARIBE, João Nogueira. Alencares de sangue e afins. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LIV. Fortaleza. 1940. p. 101

²⁸⁵ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977. p. 24

Teodora, “da família do Corrente”. Dentre os filhos deste casal se notabilizam Bárbara, Leonel e Inácia. Leonel casa-se com D Maria Xavier da Silva, natural de Geremoabo, na Bahia. [...] Leonel, [o primeiro], até a morte, é o Alencar de maior influência na família.²⁸⁶

Bárbara, filha de Joaquim e de D. Teodora, é Bárbara Pereira de Alencar, a vigorosa matriarca e mártir revolucionária²⁸⁷ que fixou moradia no Crato e se engajou ativamente na vida política de sua época, inclusive liderando revoltas de cunho republicano. Bárbara casou-se com o português José Gonçalves dos Santos e criou cinco filhos²⁸⁸. Defensora de ideais libertários, D. Bárbara foi a primeira mulher prisioneira política da história do país e hoje figura no Panteão dos Heróis da Pátria.

Dentre seus filhos estão Tristão Gonçalves de Alencar (1789-1825) o paladino do movimento republicano Confederação do Equador (1824), morto pela repressão oficial e José Martiniano de Alencar (1792-1860), que, além de ter atuado como revolucionário junto ao irmão, foi padre, senador, presidente de província, colonizador de terras na capital do Ceará e um dos políticos mais influentes da década de 1830, foi também o fundador do Sítio Alagadiço Novo, onde viveu com a família durante alguns anos da primeira metade do século XIX.

3.5 Fim de Século: O Sítio em vias de existir

O fim do século XVIII marcou o declínio da atividade pecuária no Ceará. Nesse período, os estancieiros do sul obtiveram êxito na produção do seu charque e iniciaram fase de prosperidade e liderança comercial do produto. Aqui vale destacar mais uma vez que, no período da sociedade do couro no sertão, a Vila do Forte, no litoral, correspondia apenas a uma edificação fortificada e

²⁸⁶ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977. p. 24

²⁸⁷ D. Bárbara de Alencar participou ativamente, junto aos filhos, da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador. Nesta última foi presa e torturada pelas tropas do Governo Imperial.

²⁸⁸ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977. pp. 8-9

algumas poucas casas no areal da enseada cearense. Segundo Neto²⁸⁹, em tal época:

Fortaleza apresenta inércia no que corresponde a vislumbrar qualquer salto em direção à dianteira do quadro urbano do Ceará. Sob jurisdição administrativa e política de Pernambuco, a sede da Capitania passou ao largo durante o processo de povoamento e evolução do interior do Ceará, da constituição das primeiras atividades econômicas do século XVIII, atreladas primordialmente à Praça de Recife [...]²⁹⁰

Dessa maneira quedou-se a Vila do Forte durante todo o século XVIII. Nascida, como se viu, a partir de uma necessidade premente de defesa da costa e baseada em fortificação militar que lhe deu o nome, foi inaugurada em 1726 e postergou seu desenvolvimento urbano até o século XIX, assunto do próximo capítulo. No momento vale esclarecer o fundamento desse “atraso” na evolução urbana da futura capital cearense.

Conforme apontam Andrade²⁹¹ e Lemenhe²⁹², a Vila do Forte não nasceu hegemônica, como a maioria das grandes cidades brasileira. O fato ocorreu, de acordo Lemenhe, principalmente, devido ao longo período em que a vila ficou deslocada das regiões produtoras do Ceará sertanejo. As vilas do interior escoavam toda a sua produção para o litoral de Pernambuco e nada passava pela sede litorânea, o que inviabilizou ali o surgimento de atividades econômicas de caráter urbano.

Foi apenas após a liberação do jugo pernambucano que a Vila do Forte pôde aflorar como núcleo urbano. Andrade afirma ainda que o momento da cisão entre Ceará e Pernambuco marcou ponto de inflexão

relevante na história política do Estado representou também um ponto crucial da história urbanística moderna fortalezense. [...] Ressalva-se que, até o desmembramento do Ceará de Pernambuco, Fortaleza era uma pequena vila sem grandes atrativos e importância econômica. A partir do início do século XIX começou-se a notar um

²⁸⁹ NETO, Felipe. Muito Além dos Muros do Forte. Premium Editora. Fortaleza. 2010

²⁹⁰ NETO, Felipe. Muito Além dos Muros do Forte. Premium Editora. Fortaleza. 2010. p. 28

²⁹¹ ANDRADE, Larry Andelmo Silva de. Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933. 2016. 199f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

²⁹² LEMENHE, Maria Auxiliadora. As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. p. 17

progresso centrado na dimensão intraurbana, pelo poder público, com caráter imediatista devido ao aumento populacional.²⁹³

Messejana, por outro lado, nasceu a partir de aldeamento indígena e ascendeu em sua condição de vila recebendo, segundo Neto²⁹⁴ incumbências administrativas, e convivendo com a ascendência nativa, mantendo sempre seu aspecto rural de “sobrevivência advinda da terra”. À vista disso, cumpre fazer a relação entre formação das duas vilas, posto que, como demonstra Neto, o enfoque comparativo da evolução urbana, permite observar disparidades entre Fortaleza e Messejana “[...] que apesar de estar vizinha, geograficamente, da capital, mantém a estrutura agrária baseada na existência de sítios produtores, diferente de Fortaleza, que se organiza buscando se assemelhar às metrópoles europeias, como Paris”²⁹⁵.

Consumado o século XVIII, a situação das duas vilas pode ser resumida através do fluxograma referente à figura 29. No esquema relacionou-se a estrutura de poder vigente até fins do século, aspectos institucionais, econômicos, sociais e a relação até então estabelecida com o Sítio Alagadiço Novo, que, na verdade, estava em vias de existir com a chegada e o estabelecimento da família Alencar no Brasil. Na figura 30 tem-se o mapa comparativo da ocupação urbana de Fortaleza até a data de 1810 sobre os limites atuais da capital, nele estão localizados o Sítio Alagadiço como conhecido hoje, a centralidade de Messejana.

²⁹³ ANDRADE, Larry Andelmo Silva de. Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933. 2016. 199f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. p. 175

²⁹⁴ NETO, Felipe. Muito Além dos Muros do Forte. Premium Editora. Fortaleza. 2010, p. 18

²⁹⁵ NETO, Felipe. Muito Além dos Muros do Forte. Premium Editora. Fortaleza. 2010, p. 19

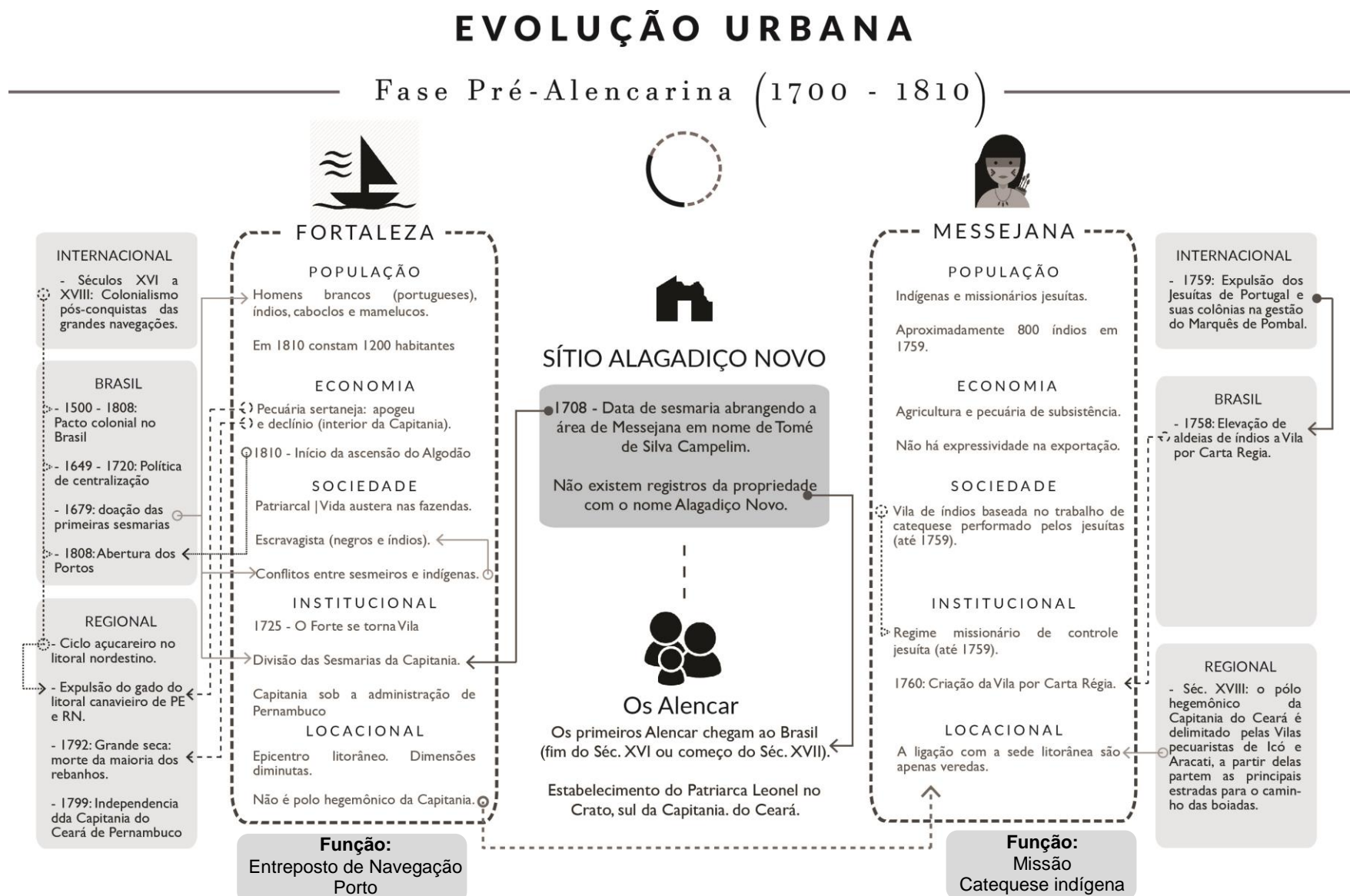


Figura 29: Fluxograma de evolução Urbana Fortaleza x Sítio Alagadiço Novo x Messejana (Fase Pré Alencarina: 1700-1810).FONTE: Elaborado pela autora.

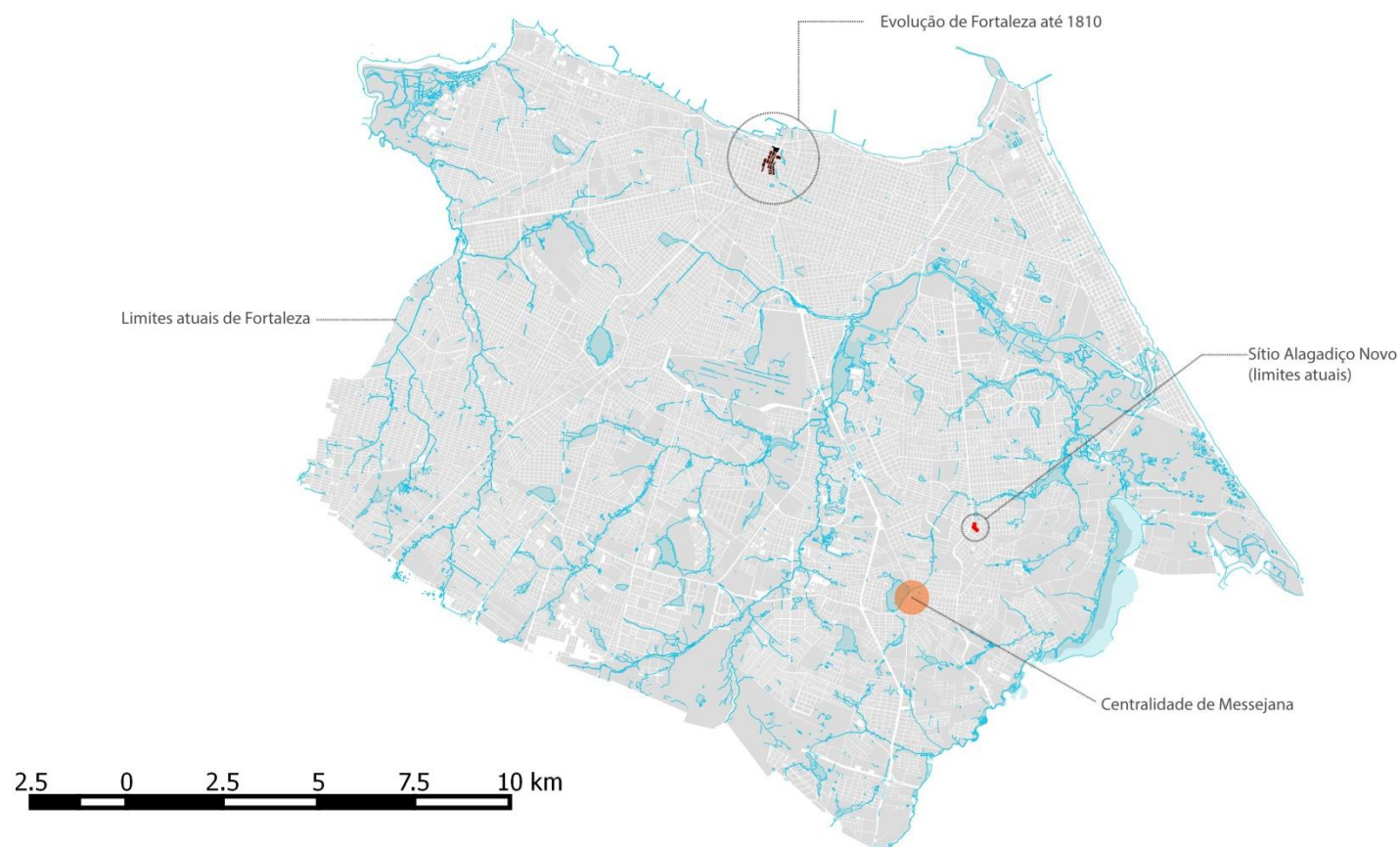


Figura 30: Evolução Urbana de Fortaleza até 1810. FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados de geoprocessamento fornecidos pela PMF (Disponíveis em: [http:// dados.fortaleza.ce.gov.br](http://dados.fortaleza.ce.gov.br)) com sobreposição da “Reconstituição cartográfica da ocupação de Fortaleza em 1810-13, executado a partir da Planta do Porto e Villa da Fortaleza, 1817 de Antonio Joze da Silva Paulet” (ANDRADE, 2012, p. 49).

O caminho de acesso, bordado de cajueirais e canaubeiras, como chão de areia frouxa, se inicia adiante do mercado da Vila. Velha cancela separa o terreiro amplo, onde florescem mangueirais e sapotizeiros. Aí se levanta a velha casa provincial, em meia água, de beira-bica, com a porta e duas janelas de frente para o nascente, calada de branco, construída por Martiniano e mais ou menos abastada para o tempo.

Menezes, 1977²⁹⁶

Capítulo 4

Fase Alencarina (1810-1930): A Ocupação Histórica do Sítio

Este capítulo compreende a origem histórica do Sítio Alagadiço Novo como propriedade da família Alencar e sua constituição em testemunha de episódios familiares tais como o nascimento do escritor José de Alencar e as reuniões políticas proporcionadas por José Martiniano de Alencar (pai do escritor). Tratar-se-á da configuração territorial do Sítio, do envolvimento político dos Alencar, sobretudo de José Martiniano²⁹⁷, nas agitações políticas do início do século e de como esses acontecimentos convergiram para a fundação do Sítio.

²⁹⁶ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977. Pp. 25-26

²⁹⁷ Doravante, admite-se a permissão de referência à personagem histórica pelas atribuições que exerceu em vida, tais como padre Alencar ou padre Martiniano, ou ainda, senador Alencar, como é comumente lembrado, inclusive sob a forma da toponímia fortalezense: uma das ruas de maior movimento no bairro Centro denomina-se a Rua Senador Alencar.

Além das fontes secundárias, foram interpretadas neste capítulo fontes primárias tais como o Inventário do Senador Alencar, registros de terra e escrituras do acervo do APECE e jornais encontrados na hemeroteca da Biblioteca Nacional, estes últimos fontes de diversas referências à vida no Sítio Alagadiço durante o período em que a maior parte da família Alencar mudou-se para a Corte, no Rio de Janeiro²⁹⁸.

4.1 Século XIX: Agitações políticas e o ciclo do algodão —————

4.1.1 Alencar: sangue político

Dentre as mudanças que marcaram o século XIX no Brasil, destaca-se a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, e a Independência, em 1822. Prelúdio desses acontecimentos, que culminariam na mudança do regime político, foram as revoltas e insurgências republicanas que pontuaram a primeira década do século. Os tempos nevrálgicos de monarquia fragilizada viram a propagação de insurreições republicanas por todo o território da Colônia.

Nomeadamente no Ceará, destaca-se a maneira enérgica com a qual a família Alencar viveu essas transformações. A atuação política da família iniciou-se, desde que se tem notícia, com a Revolução de 1817. Araripe discorda do fato, narrado pelos historiadores que biografaram os membros da família, apontando que os ideais políticos da matriarca, D. Bárbara de Alencar vinham de um tempo ainda anterior. O autor diz:

Chego até a duvidar do acerto da sentença do escritor Luís Viana Filho, segundo o qual os Alencares entraram na História pela porta da Revolução de 1817, quando me tenho às circunstâncias políticas que cercam a figura de Bárbara de Alencar. Se sua nomeada decorre da participação que teve na Revolução de 1817, ressalte-se no entanto, que o seu envolvimento com as ideias republicanas vinham de data mais recuada, vários anos antes. Ser a primeira presa política é uma consequência; ser a primeira mulher republicana no Brasil, este, sim,

²⁹⁸ Voltou do Rio de Janeiro ao Ceará, Joaquina Carolina de Alencar, irmã de José de Alencar, e habitou no Sítio por quase toda sua vida até o início do século XX.

seu título de honra, o pioneiro, e do qual decorreu tudo o mais, valendo-lhe o cognome glorioso de heroína.²⁹⁹

Atendo-se aos fatos que podem ser relatados, o levante de 17 apresenta-se como o primeiro episódio de participação ativa da família e foi desencadeado em Pernambuco, onde a autoproclamada República durou setenta e cinco dias. De acordo com Girão, com o intuito de expandir o movimento para o norte do país, os rebeldes enviaram emissários por terra para outras localidades. Dentre esses, estava o então seminarista José Martiniano de Alencar, que levou o Movimento ao Cariri, região onde os Alencar possuíam prestígio e influência.³⁰⁰

Mas a reação antirrepublicana foi feroz. A repressão oficial foi esmagadora e atuou diretamente nas vilas do Crato e de Jardim, fazendo com que o governo independente durasse apenas oito dias. Imbuídos pelo intento libertário, foram presos, junto a outros companheiros, D. Bárbara de Alencar e seus três filhos José Martiniano, Tristão Gonçalves e o Padre José Carlos dos Santos. Foram reunidos ao todo 25 réus inconfidentes, “que após fortes padecimentos nas prisões do Quartel da Tropa de Linha, tiveram de embarcar para Pernambuco, acompanhados dos processos respectivos”³⁰¹.

Presos, mãe e filhos foram levados do Crato para Icó, em 12 de maio de 1817 e dali prosseguiram até a capital³⁰² onde foram presos e torturados no quartel da 1ª linha. Segundo Araripe³⁰³, com a coroação de D. João VI, em fevereiro de 1818, encerrou-se o processo contra os revolucionários, mas a devassa foi julgada nula somente no princípio de 1821, em Salvador. D. Bárbara de Alencar foi solta um ano antes, em 1820, e o seu cárcere constituiu-se, com o tempo, em local turístico e de referência à mártir da Revolução de 1817 falecida em 1832 no seu sítio Pau-Seco, localizado no Crato³⁰⁴.

²⁹⁹ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de águia. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995. p. 19

³⁰⁰ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de águia. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995. p. 27

³⁰¹ GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. Edições UFC. Fortaleza. 1984. p.128

³⁰² A Vila do Forte tornou-se capital da Província do Ceará em 1810.

³⁰³ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de águia. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995. Pp. 32-35

³⁰⁴ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977. p. 30

Os filhos, quando libertos, não demoraram para dar voz a seu ideário político. Martiniano, por exemplo, estreou na vida parlamentar em 10 de maio de 1822, na Assembleia Constituinte Portuguesa, em Lisboa. Não demorou, porém, para que o padre se visse em meio a nova perseguição política; proclamada a Independência em setembro, a situação dos deputados brasileiros em Lisboa ficou insustentável, ante “a perspectiva de serem prisioneiros das Cortes, trataram de abandonar Lisboa. Numa fragata inglesa, escaparam para Farmouth, na Inglaterra, de onde vieram mais tarde para o Brasil”³⁰⁵. De volta ao Brasil elegeu-se deputado para a Assembleia Constituinte e Legislativa do Primeiro Reinado do Brasil, instalada em 3 de Maio de 1823. Seu mandato, porém, foi interrompido, em consequência da dissolução ocorrida em 12 de Novembro do mesmo ano³⁰⁶.

Meses depois, em julho de 1824, também em Pernambuco eclodiu a Confederação do Equador, abraçada pelos irmãos Alencar, e uma nova república insurgente foi proclamada no Crato, chefiada por Tristão Gonçalves e tendo José Martiniano como um de seus deputados eleitos. A rebelião foi durou apenas cinquenta e quatro dias e, tal qual em 17, a repressão oficial se abateu forte sobre Confederação do Equador. Com isso, novamente sofrem os irmãos Alencar nas mãos do exército imperial.

Tristão, proclamado presidente da província rebelde sucumbiu em combate com os imperialistas nas proximidades de Jaguaribara³⁰⁷ em 31 de outubro de 1824 (Fig. 31). José Martiniano, por sua vez, partiu na companhia de Pereira Filgueiras³⁰⁸ e de seu exército de cerca de dois mil homens. Oriundos do Crato rumavam a Pernambuco e combatiam o movimento reacionário. A meio

³⁰⁵ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de águia. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995. p. 37

³⁰⁶ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de águia. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995. p. 40

³⁰⁷ A cidade de Jaguaribara existiu até o ano de 1995, quando ali foi construído o Açude Castanhão. O monumento erigido em homenagem a Tristão Gonçalves, morto nas proximidades da antiga cidade foi resgatado por descendentes da família. Sobre o assunto consultar: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/historia-da-cidade-inundada-1.377060>

³⁰⁸ José Pereira Filgueiras, nascido em Portugal, foi capitão-mor do Crato e governador de armas das forças expedicionárias de D. Pedro I. Aderiu às revoltas republicanas do início do século XIX, atuando juntamente com os Alencar até sua morte, em 1825.

caminho, no entanto, os dois líderes dissolveram o exército. Segundo Araripe³⁰⁹, Figueiras teria se entregado aos imperialistas e falecido em São Romão da Bahia.



Figura 31: Monumento em homenagem à Tristão Gonçalves reaparece das águas no Castanhão. FONTE: Diário do Nordeste, edição de 13 de Abril de 2013.

Em 1825, parte dos detentos da sedição foi fuzilada no “Campo da Pólvora” – já alcunhado “Praça dos Mártires”, atualmente, conhecido como o Passeio Público de Fortaleza. Quanto a José Martiniano, conta Studart³¹⁰ que o diácono, foragido desde a dissolução do movimento, teria conseguido chegar às proximidades do Crato onde foi hospedado por um potentado local. Ao ouvir

³⁰⁹ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de água. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995. p. 52

³¹⁰ STUDART, Guilherme. Faze o bem não cates a quem ou Uma página da vida do Senador Alencar. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo I. Ano 1887. Pp. 87-91. p. 87

notícias da chegada dos exércitos imperiais que tinham sua “cabeça a prêmio”, pôs-se Alencar a fugir pelos sertões.

Sobre o período que se segue à fuga de Martiniano ou, como prefere Araripe³¹¹, sobre a “fuga rocambolesca do padre rebelde”, há ainda que se encadear e esclarecer esse episódio da trajetória do padre. Em uma de suas versões, no relato de Studart³¹², José Martiniano teria vagado pelos prados e matas entre Ceará e Pernambuco, até ser acolhido por Francisco Dias, dono de uma cabana onde o padre se recolheu até os ânimos da repressão se arrefecerem.

Acompanhado de Dias, Martiniano teria deixado o local quando, nas palavras de Studart, “julgou azada a ocasião de abandonar o esconderijo e ir em demanda de outra região, onde, contando com amigos, pudesse libertar o espírito de tantos sobressaltos”³¹³. Ainda segundo o autor, teriam os dois tentado chegar à Bahia. Próximos à chegada, as circunstâncias teriam levado Alencar a se entregar para as autoridades. Presos, os dois homens teriam se separado nesse momento passando a uma parte mais reconhecida da biografia épica de Martiniano.

Em uma segunda versão, relatada por Alencar Peixoto³¹⁴, Martiniano teria, após o fim do movimento, se dirigido com amigos e parentes para a Bahia. Não logrando, porém, seu intento, dirigiu-se para a cidade de Exu. No caminho, teria se defrontado com tropa oficial proveniente do Cariri e se feito prisioneiro. Em fuga pela caatinga, conta Peixoto, teria sido surpreendido pelas tropas e somente conseguido livrar-se dizendo-se fiel à rainha de Portugal. Dali teria seguido viagem rumo à Bahia.

³¹¹ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de águia. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995. Pp 70-75

³¹² STUDART, Guilherme. *Faze o bem não cates a quem* ou *Uma página da vida do Senador Alencar*. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo I. Ano 1887. Pp. 87-91. P. 88

³¹³ Conta Studart que os dois haveriam se reencontrado anos depois quando Martiniano, já eleito presidente de província, teria recebido carta de um preso que lhe pedia conferência. Alencar concedeu a este a chance para descobrir que a sorte se encarregara de fazer cruzar novamente os caminhos deste que era agora político e do referido prisioneiro, Francisco Dias. Alencar assim teria respondido ao pedido de Dias: “Vida por vida” e absolvido o homem que o acompanhou em sua sedição.

³¹⁴ PEIXOTO, Roque C. de Alencar. Um trecho da vida do Senador Alencar narrado por um seu parente; In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo XXXVI. pp. 328-330. 1922

Independentemente dos fatos ocorridos, o certo é que um documento informa que Alencar teria estado, em 25 de janeiro de 1825, na vila da Barra do São Francisco. De acordo com Bivar³¹⁵, após ser rendido (ou se entregado) às tropas baianas, o padre foi conduzido para Juazeiro de onde seguiu para Minas Gerais. No caminho, na data e cidades mencionadas, Martiniano teria fortuitamente encontrado o Bispo de Olinda, Dom Tomás de Noronha. Do oportuno encontro Martiniano teria conseguido com que o Bispo lhe recomendasse ao comandante das tropas ao lhe conceder cartas de empenho para Minas e para a Corte. Depois disso, em 17 de maio, chegou a Ouro Preto onde imprimiu a sua súplica ao Imperador na qual, pleiteava o perdão do crime de lesa-majestade de que era acusado³¹⁶.

Sobre esse ato de rendição e submissão ao Reinado, ácidas críticas já foram lançadas sobre Martiniano. O fato, apesar de interessante, não repercute no objetivo da pesquisa, é suficiente dispor que, como afirma Araripe, o teor geral das discordâncias “[...] acentuam-se quando se aprecia a “Súplica” na parte em que se ocupa da participação de Alencar na Revolução do Equador”³¹⁷. Fato é que, ainda como prisioneiro de estado, é transferido para Fortaleza onde chega a 1º de dezembro de 1825. Por recomendações da Corte, quatorze dias depois Alencar foi solto e absolvido por unanimidade³¹⁸.

Nessa época, chegou para José Martiniano o momento de recomeçar sua vida. Conforme Menezes³¹⁹, foi no ano de 1826, após tantas conturbações, que José Martiniano firmou moradia no Sítio Alagadiço Novo, em Messejana. Nesse contexto, o padre, em viagem ao Crato iniciou sua relação com a prima Ana Josefina de Alencar, com quem permaneceu durante toda sua vida. O Alagadiço Novo foi, então, a primeira morada do jovem casal. Ali, Martiniano dividiria seu tempo com a família e com a reconstituição de sua persona política. Segundo

³¹⁵ BIVAR, C.S. Vindo do sertão do Ceará, chega preso à vila do Caetité, na Bahia, em trânsito para Ouro Preto, a caminho da Corte, o famoso Padre José Martiniano de Alencar. *In: Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXXIX. 1975.pp. 221-228

³¹⁶ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de águia. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995. p. 75

³¹⁷ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de águia. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995. p. 91

³¹⁸ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977. p. 21

³¹⁹ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977

Araripe, ele exerceu o paróquio de Messejana e atuou junto à Câmara da Vila entre os anos de 1827 a 1829³²⁰. Esse último feito pode ser comprovado, ao menos quanto ao ano de 1829, mediante a assinatura de José Martiniano de Alencar constante do auto de arrematação da Câmara de Messejana de 29 de novembro de 1829³²¹.

Também em 1829, no 1º de Maio, nasceu o primogênito e herdeiro mais célebre do casal: o romancista José de Alencar³²². José, ou Cazuza, seu apelido de infância, viveu no Sítio Alagadiço até aproximadamente os nove anos de idade, quando a família transferiu-se para a Corte, no Rio de Janeiro. Lá, José Martiniano, o pai, retomou a carreira política, agora como senador e envolveu-se fervorosamente com as reuniões do clube maiorista³²³. Nesse ínterim, o filho dedicou-se aos estudos, com vistas à faculdade de Direito e às incursões literárias que o tornarão famoso.

Em 1834, Martiniano pai foi nomeado para a presidência da Província do Ceará, por indicação do Partido Liberal, através de Carta Imperial de 23 de Agosto de 1834³²⁴. Seu governo, o sétimo da Província, é considerado com aquele de “maior energia”³²⁵, posto que seus feitos teriam transformado Fortaleza em cidade moderna e dotada de infraestrutura urbana.

4.1.2 O despertar da Vila do Forte:

Fortaleza de Nova Bragança, a capital

Neste momento, volta-se um pouco na ordem cronológica para compreender o que se passava na sede litorânea da Província do Ceará. Agitações políticas como aquelas em que se envolveram os Alencar espalharam-

³²⁰ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de águia. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995, p. 173

³²¹ Arquivo Público do Estado do Ceará. Fundo: Câmaras Municipais. Correspondências expedidas, autos de arrematação. Local: Messejana. 1780-1931. Caixa 60. Livro 56: Autos de Arrematação. Ano: 1829

³²² Seu nome completo, em homenagem ao pai, foi José Martiniano de Alencar.

³²³ Grupo político que articulou o golpe da maioria de D. Pedro II.

³²⁴ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977. p. 31

³²⁵ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977.p. 31.

se em diversas partes do Brasil. O século XIX trouxe, além da modernização das cidades, a reconfiguração da estrutura econômica e social brasileira. Para o Ceará e, sobretudo para Fortaleza, essa transição determinou o início de um novo ciclo econômico: o ciclo do algodão.

Nesse processo, Fortaleza trilhou caminho diferente dos outros centros urbanos brasileiros tais como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Paulo. De fato, embora não se destacasse entre as demais cidades cearenses até o século XVIII, Fortaleza inseriu-se no quadro econômico brasileiro na medida em que os outros núcleos da capitania sofreram declínio. E mais: diferentemente das cidades citadas, seu desenvolvimento veio a partir do interior da província (através da pecuária sertaneja) e não o contrário.

Para Lemenhe, Fortaleza, como toda cidade portuária, teve sua sustentação alicerçada na atividade comercial de um só produto, no caso o algodão³²⁶. Além disso, a especialização em uma monocultura tinha a ver com a política comercial já engendrada por Portugal durante todo o período colonial. No contexto nacional desse período, o ciclo do açúcar já havia entrado em declínio nas demais capitanias litorâneas, assim como o ouro na região das Minas Gerais. E o café nas capitanias do sudeste, ainda demoraria alguns anos para ascender. Dessa forma, o algodão foi parte dessa mesma escola monocultora que veio a reafirmar a ordem que transformava a Colônia em “imensa retaguarda rural da economia urbana da Europa”³²⁷.

Sob essa perspectiva, Fontenelle³²⁸ destaca que a “cidade empório”, arquétipo do qual derivam praticamente todas as cidades brasileiras, é resultante direta da acomodação brasileira às características espoliativas do Pacto Colonial. De acordo com o autor, esse modelo estruturou-se

[...] na especialização dessa economia urbana de Portugal no desempenho de serviços de intermediação, de imposição entre economias diferentes, de corretagem, preferencialmente monopolística, de artigos provenientes de variadas fontes produtoras,

³²⁶ LEMENHE, Maria Auxiliadora. As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. p.18

³²⁷ REIS, Nestor Goulart. Evolução Urbana do Brasil 1500/1720. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo. PINI. 2000a. p. 91

³²⁸ FONTENELLE. Luis Fernando Raposo. Texto de Apresentação *In* LEMENHE, Maria Auxiliadora. As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. p. 10-11

quer agrícola, quer manufatureira, ou melhor, na sua conversão, em foco de drenagem e reexportação de bens, transportados para dentro e para fora de seus contornos econômicos e sociais.

Foram essas características do Pacto Colonial que impediram por mais de dois séculos o desenvolvimento de feições propriamente urbanas das vilas brasileiras. Para Reis³²⁹, as mudanças da política portuguesa iniciaram com a centralização do poder sobre o território brasileiro, o que ocorreu a partir da segunda metade do século XVII e teve suas últimas etapas concluídas até 1720. Segundo o autor, as mudanças atingiram sobremaneira os núcleos litorâneos e os centros com maior número de atividades da Coroa. A centralização

[...] promoveu o desenvolvimento do comércio nos principais núcleos da costa. Estabelecendo a permanência das mercadorias nos portos, À espera das épocas de partida das frotas de comércio e obrigando os empresários agrícolas a realizarem operações financeiras nos núcleos, confere a esses uma nova importância.³³⁰

Logo se vê que as mudanças vinham possibilitar atividades tipicamente urbanas nas vilas e cidades coloniais, daí porque se explica o fomento aos comércios locais. Para o Ceará, aponta Lemenhe³³¹, as alterações no pacto, além de tardias, deslocaram o polo hegemônico comercial e político local. Segundo a autora: “o sistema político-administrativo do Império criou mecanismos políticos e institucionais favoráveis à hegemonia do núcleo”, fazendo com que a Vila do Forte suplantasse Icó e Aracati.

A Vila do Forte assumiu, então, o papel de capital da província em 1810. Assim, deu início à marcha para se tornar porto escoador de algodão ao mercado internacional. O produto chegou mesmo a ser o mais exportado ao longo de todo o período de 1850 e 1885³³². Nesse ínterim, em 1824, a Vila passa a condição de cidade recebendo o nome de Fortaleza de Nova Bragança, sem,

³²⁹ REIS, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil 1500/1720*. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo. PINI. 2000. pp. 40-42

³³⁰ REIS, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil 1500/1720*. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo. PINI. 2000. pp. 40-42

³³¹ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. p 18

³³² ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. *Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p 112

no entanto, perder suas características provincianas, de aglomerado de casas, até a metade do século XVIII³³³.

Embora os movimentos políticos republicanos tenham alvoroçado os Alencar no início do século, o marasmo econômico e a seca corroíam a já parca vitalidade da Província do Ceará. Fortaleza, por sua localização no litoral e porque aproveitando-se do apogeu do algodão, foi menos afetada pelos efeitos devastadores das secas intermitentes que sempre assolaram o Ceará. Messejana, ver-se-á adiante, não teve a mesma sorte e acabou por ser aglutinada pelo desenvolvimento da capital. No entremeio desse processo, nasceu, floresceu e esfacelou-se o Sítio Alagadiço Novo.

4.1.3 A ascensão do Algodão

O início do século XIX foi relatado por viajantes que confirmaram o desenvolvimento tardio de Fortaleza e seu raquítico semblante urbano. Henry Koster descreveu a qualidade incipiente da Vila em 1810. Diz Koster:

A Vila de Fortaleza do Ceará é edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão. As casas têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamentos, mas n'algumas residências, há uma calçada de tijolos diante. Tem três igrejas, o palácio do Governador, a Casa da Câmara e prisão, Alfândega e Tesouraria. Os moradores devem ser uns 1.200. A fortaleza, de onde esta Vila recebe a denominação. Fica sobre uma colina de areia, próxima às moradas, e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar, e uma paliçada, enterrada no solo, para o lado da Vila. [...] Os edifícios são pequenos e baixos, mas limpos e caiados, e perfeitamente adaptados aos fins a que se propõem. Não obstante a má impressão geral, pela pobreza do solo em que esta Vila está situada, confesso ter ela boa aparência, embora escassamente possa este ser o estado real dessa terra.³³⁴

³³³ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p. 36

³³⁴ KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Tradução, Prefácio e Comentários de Luis Câmara Cascudo, 12o Ed. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003. pp. 171-173

Fortaleza a um posto de referência nos mercados nacional e global. A primeira foi a independência administrativa de Pernambuco, em 1799. A partir desse momento,

[...] foram enviados administradores régios, entre eles os governadores, que passou a habitar na capital, Fortaleza. Àquela altura, a cidade cresceu e mereceu investimentos em infraestrutura para realizar as transações comerciais externas e internas então em curso. Nessa época, foram realizados estudos sobre a situação do porto, e para a instalação da alfândega e do mercado público.³³⁶

A segunda condição foi a abertura dos portos da Colônia, decretada em 1808, que permitiu ao Ceará alimentar diretamente as fábricas têxteis inglesas, que se encontravam em plena Revolução Industrial, perseguindo, desenfreadamente, novos fornecedores de matéria prima, já que os Estados Unidos, seu maior fornecedor, encontrava-se fora do mercado face aos acontecimentos da Guerra da Secessão. O ambiente, portanto, era extremamente favorável a novas movimentações econômicas que viriam a transformar Fortaleza em núcleo urbanizado.

Já nos primeiros anos do século XIX, podia-se vislumbrar os novos padrões de modernização e urbanização a que Fortaleza seria submetida. O algodão já era, conforme Andrade, o principal produto comercial no Nordeste a partir do terceiro quartel do século XVIII. Em Fortaleza, no ano de 1802, foi instalada a primeira casa de inspeção de algodão e já em 1803 realizava-se a exportação de algodão para Portugal. Em 1809 foi iniciado o comércio direto com a Inglaterra.³³⁷ O êxito da cultura e a independência administrativa da Capitania contribuíram para o deslocamento do polo hegemônico local para a sede litorânea. Ainda que lentamente, Fortaleza se organizava e adentrava à modernidade.

Em 1822, juntamente com a proclamação da Independência, foi aprovado decreto por meio do qual todas as vilas capitais das até então províncias, foram elevadas à categoria de cidades, de forma que, em 17 de março de 1823, como

³³⁶ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012, p. 34

³³⁷ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p. 33

já mencionado, a *Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção* tornou-se *Cidade da Fortaleza de Nova Bragança*.³³⁸ Selava-se a hegemonia da atual capital. Com o passar dos anos, e com o impulso à prosperidade do algodão por acontecimentos internacionais³³⁹, o produto assumiu seu ponto mais alto por volta de 1860, elegendo-se a cultura mais exportada no período de 1850 e 1885³⁴⁰, elevando-se, por esse modo, a vocação comercial de Fortaleza.

Entre altos e baixos³⁴¹, o algodão seguiu como produto basilar da economia local até a década de 80 do século XIX, resistindo às secas, onipresente almoz daquela e de outras culturas no Ceará. Os números referentes à exportação da cultura a partir da década de 50 do século XIX podem ser vistos na tabela 2. Conforme análise de Lemenhe, percebe-se que o algodão durante todos esses anos (referenciados na tabela) se firmou como principal produto da economia cearense e conquanto “nos anos 1860-65 figure como o segundo produto mais exportado, nestes anos, como nos demais, no que respeita o valor exportado, ocupará sempre o primeiro lugar”³⁴².

³³⁸ ANDRADE, Larry Andelmo Silva de. Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933. 2016. 199f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2016. p. 50

³³⁹ Como dito, a Guerra da Secessão (1861-5) nos Estados Unidos fez com que o consumo do produto cearense pelo mercado inglês aumentasse significativamente.

³⁴⁰ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p.112

³⁴¹ Conforme Girão, entre os anos 1824 e 1826, as secas somadas as epidemias de doenças que assolavam o povo cearense motivaram revoltas populares que clamaram contra a desorganização administrativa. Após essa queda, recobrou-se a cultura algodoeira para enfrentar nova intempérie em 1845 e erguer-se, novamente nos anos 1860 face aos mencionados acontecimentos da Guerra de Secessão americana. (GIRÃO, 1947 Apud LEMENHE, 1991, P. 70)

³⁴² LEMENHE, Maria Auxiliadora. As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. p. 100

Exportação dos principais produtos do Ceará (1850-1885) (%)
 FONTE: GUABIRABA, 1989, p. 215 *Apud* LEMENHE, 1991, p. 101

[illegible]

4.1.4 A urbanização de Fortaleza: primeira metade do século XIX

Falou-se das mudanças econômicas que se desenvolveram no Ceará durante o século XIX. Já no que concerne a transformação urbana da cidade de Fortaleza, destaca-se a qualidade decisória da separação administrativa de Pernambuco, em 1799, pois a independência trouxe ao corpo administrativo local a possibilidade de intervir diretamente na vila e em seu traçado.

Dois momentos foram marcantes nessa transformação: em primeiro instante, as edificações passaram a ser erigidas à margem direita do Rio Pajeú seguindo a sua sinuosidade. Depois, essa formação orgânica foi paulatinamente suplantada pela regularização ascendente do traçado, em decorrência das políticas de modernização instauradas por meio de planos oficiais. Nesse sentido, foi o engenheiro português Antônio José da Silva Paulet o responsável pelo que, consoante Neto, teria sido uma das maiores contribuições do período à transformação da cidade: a implementação do traçado xadrez. Segundo Neto:

[...] o ordenamento das ruas no traçado xadrez [implementado por Paulet] orientou o aumento do centro urbano da cidade e começou a ser planejado na administração do Governador Sampaio com o auxílio do engenheiro Silva Paulet, seu ajudante de ordens, português [...]³⁸⁹

A zona mais antiga da cidade, aquela que se acomodava nas curvas do Pajeú, a leste, era muito pequena à época de Paulet, isto o levou a respeitar o traçado original e a apenas justapor a nova malha xadrez “[ajustando-a] ao terreno quase plano, levemente ondulado, do sítio onde se desenvolveu a cidade”³⁹⁰. As quadras a oeste do rio já apresentavam certa regularidade de traçado, como se viu na Planta do Porto e da Villa da Fortaleza de Paulet (1813).

A partir de então, Fortaleza teve seu crescimento regido pela planta de ordenação chamada *Planta da Vila de Fortaleza*, elaborada por Paulet em 1818 (Fig. 33). As transformações urbanísticas subsequentes inseriram-se no bojo da política urbanizadora vigente no Império, a qual, segundo Andrade, “reestruturou

³⁸⁹ NETO, Felipe. *Muito Além dos Muros do Forte*. Premium Editora. Fortaleza. 2010. p. 30

³⁹⁰ CASTRO, Liberal. *Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza*. CREA/Ce. Fortaleza. 1977.pp. 30-31

administrativamente as províncias e os municípios, divulgando padrões por meio de códigos de posturas que homogeneizaram as cidades brasileiras de norte a sul³⁹¹.

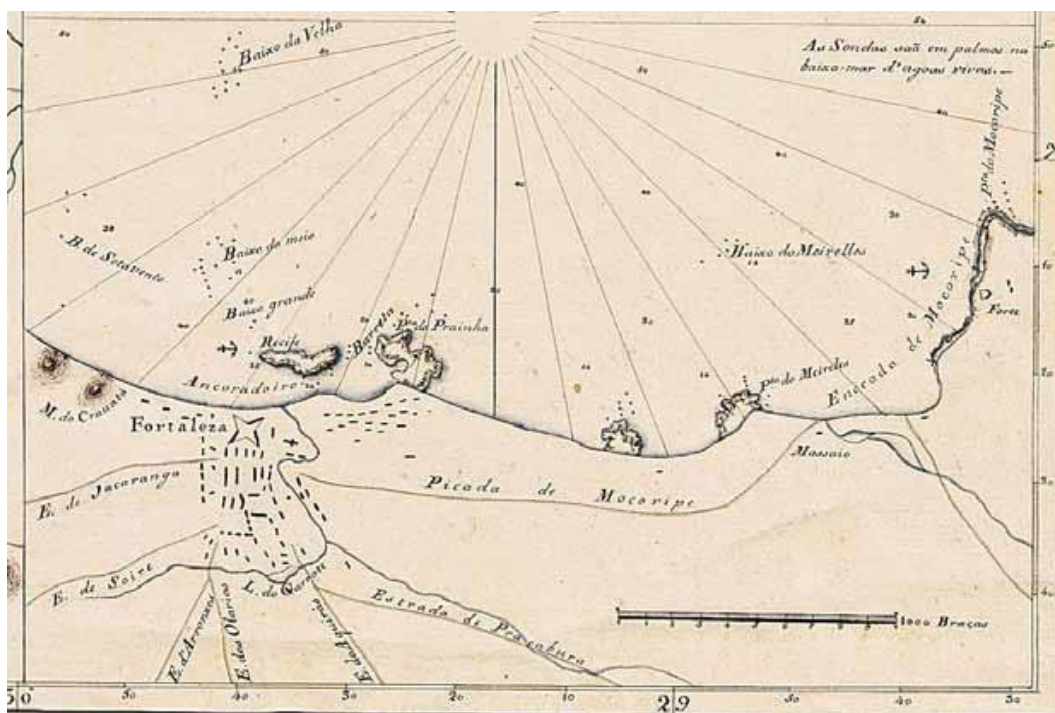


Figura 33: Planta da Vila de Fortaleza/ Carta Geográfica da Capitania do Ceará. 1818 elaborada por Antônio José da Silva Paulet. FONTE: Mapoteca GSDEX Apud ANDRADE, 2012, p. 66

Nesse contexto, em 1835, foi lançado o primeiro código de posturas de Fortaleza. Segundo Andrade, a ordenança trazia, pela primeira vez à Província, regulamentos para a construção na cidade, parâmetros de higiene, de circulação e referências para a aparência externa das edificações. Mais do que isso, “as ordenanças publicadas em 1835 traziam restrições ao barulho e ao modo de se vestir, além de prescrever o asseio dos indivíduos na cidade, a organização do abate de animais para consumo e a comercialização de alimentos perecíveis”³⁹². Convém também destacar que o código de 1835 foi obra da profícua gestão de

³⁹¹ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p. 57

³⁹² ANDRADE, Larry Andelmo Silva de. Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933. 2016. 199f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2016.p. 75

José Martiniano de Alencar³⁹³, cuja atuação na presidência da Província do Ceará rende aqui um item a parte.

Nos anos subsequentes à gestão de Martiniano, Fortaleza debateu-se com as onipresentes consequências das secas. Segundo Andrade³⁹⁴, durante a década de 40 do século XIX, estradas foram alargadas, a iluminação pública da cidade foi implantada e outras medidas foram tomadas no sentido de conter os efeitos da problemática social gerada pela intempérie climática. Nos últimos anos dessa década, destaca o autor, em 1848, “Fortaleza possuía uma população de aproximadamente 8.000 habitantes, e o número de casas era de 1.418”³⁹⁵.

O crescimento da cidade seguiu sendo orientado por planos oficiais. Na década de 50, teve início o período de atuação do engenheiro Adolpho Herbster, contratado em 1855 e responsável por levantamentos e traçados orientadores do crescimento da capital. Em seu primeiro desenho, a *Planta Exacta da Capital do Ceará* (Fig. 34), de 1859, tanto percebe-se o padrão regular existente no epicentro da cidade, este que já vinha sendo regulado pela planta de Paulet, como o esboço de vetores de expansão urbana direcionados aos arrabaldes da cidade³⁹⁶.

Os anos 60 marcaram a movimentação da alta do algodão no Ceará (ver item 1.3 deste capítulo) e, com isto, veio a implementação pelo poder público do Plano de Expansão 1863, também de autoria de Adolpho Herbster, e - para conduzir o processo - do Novo Código de Posturas de 1865, segundo o qual “foram introduzidos conceitos do urbanismo europeu do século XIX, como abertura, alargamento, alinhamentos e nivelamentos das ruas, de modo a

³⁹³ O mandato do Pe. José Martiniano de Alencar na Presidência da Província do Ceará se estendeu entre os anos de 1834 a 1837.

³⁹⁴ ANDRADE, Larry Andelmo Silva de. Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933. 199f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2016. p. 51

³⁹⁵ ANDRADE, Larry Andelmo Silva de. Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933. 199f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2016. p. 51

³⁹⁶ ANDRADE, Larry Andelmo Silva de. Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933. 199f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2016. p. 58

facilitar a circulação dentro da cidade”³⁹⁷. Transformações que aconteceram sempre concomitantes ao crescente afluxo de uma população pobre que buscava refúgio das secas sertanejas.

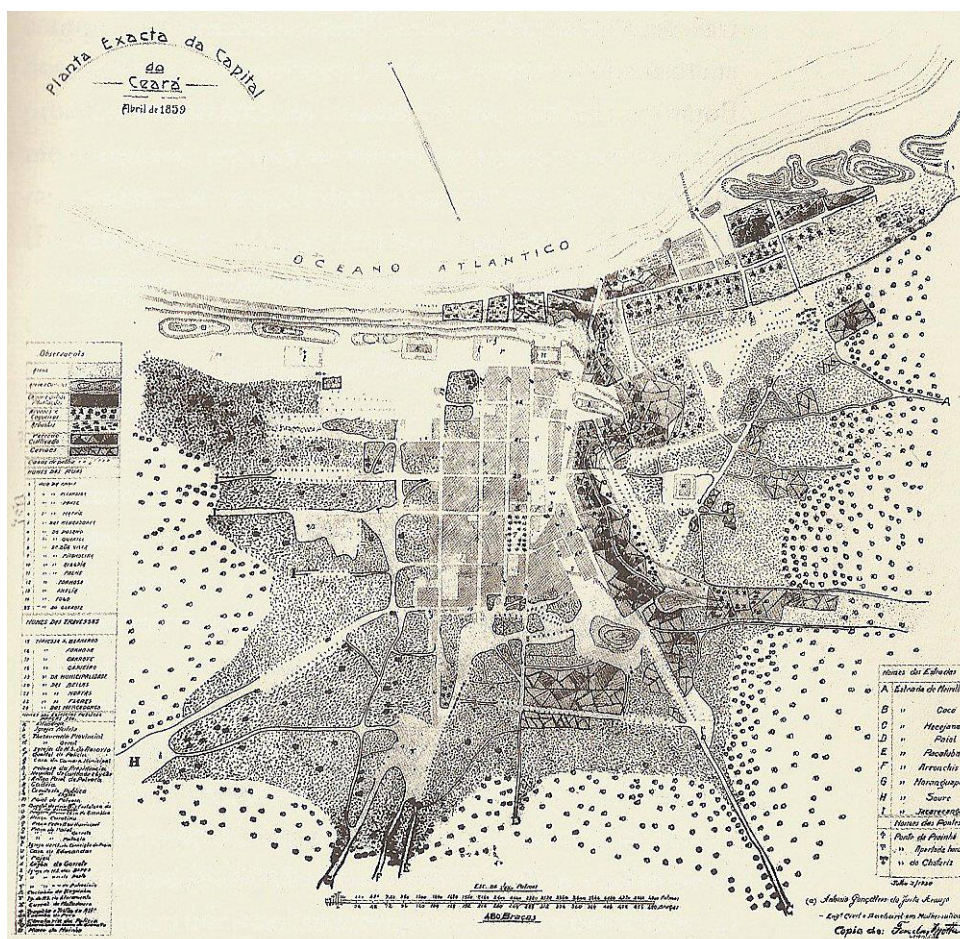


Figura 34: Planta Exacta da Capital do Ceará. Elaborada por Adolpho Herbster em 1859.
FONTE: FORTALEZA, 1979.

Estabelecido o algodão como principal produto de exportação no período de 1850-1885, Fortaleza engrenou em uma fase de prosperidade chamada por Andrade de “Idade do Ouro”³⁹⁸, na qual coincidiu com uma série de mudanças no espaço da cidade: moderniza-se a indústria, diversificou-se o comércio interno da Província e intensificou-se o cultivo do algodão e de outras culturas,

³⁹⁷ ANDRADE, Larry Andelmo Silva de. Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933. 199f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2016. p. 82

³⁹⁸ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. pp. 112-113

processo que se dá até a grande seca dos anos 1877-79, período em que o Ceará enfrenta nova crise de produção e, consequentemente econômica.

O período entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX foi definidor determinante para a modernização de Fortaleza, assim como originário dos fundamentos da atual estrutura social marcada pela desigualdade. Sobre este período fala-se em item mais adiante. No momento, como prometido, volta-se a ordem cronológica a fim de dar o devido destaque à atuação de José Martiniano de Alencar na política do Ceará e do Brasil, haja vista que esta constituiu página marcante da narrativa cearense.

4.1.5 José Martiniano de Alencar: padre, presidente, senador

Viu-se em item anterior que o contexto pessoal em que José Martiniano de Alencar (Fig. 35) foi nomeado Presidente da Província do Ceará, em 1834. Depois, examinou-se o enquadramento histórico dessa passagem no âmbito de Fortaleza. Agora é de monta demonstrar, em linhas gerais, a importância das medidas empreendidas pelo político durante seu mandato como chefe da administração local.

Conta Girão³⁹⁹ que um dos temas que mais absorveu a gestão de Alencar foi o dever de recompor a economia cearense, uma vez que esta se encontrava decadente desde as secas do fim do século XVIII e início do XIX. O autor aponta que parte dessa crise se deveu à “fragilidade das transações comerciais pela difusão do dinheiro falsificado ou de peso inferior ao legal, que após a Independência começou a invadir algumas províncias, não tardando a atingir o Ceará”.

Ainda em conformidade com o autor⁴⁰⁰, Alencar teria enfrentado com afinco o desafio de reerguer a parca economia local e investir na transformação material da cidade. Para isso, e aproveitando-se do surto algodoeiro da década de 30, trabalhou no sentido de executar um verdadeiro “saneamento monetário”.

³⁹⁹ GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. Edições UFC. Fortaleza. 1984. p. 149

⁴⁰⁰ GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. Edições UFC. Fortaleza. 1984. p. 150



Figura 35: José Martiniano de Alencar. FONTE: Litografia produzida pelo artista Sébastien Auguste Sisson, parte da coleção Galeria dos Brasileiros Ilustres, disponível em: <http://digital.bbm.usp.br>

Nas palavras do autor: “[...] Alencar resolutamente mandou voltar à circulação as moedas de cobre de peso legal anteriormente recolhidas, em lugar de prensá-las, no que obteve ótimos resultados”.

Criou Alencar o Banco Provincial, o primeiro do Ceará e se fez o maior acionista da instituição, adquirindo ele próprio 20 ações do Banco⁴⁰¹. Também ocupou-se com o propósito de criar companhias de trabalhadores para cada

⁴⁰¹ Segundo Girão, ao fim do ano de 1836, o Banco Provincial já fazia girar mais de cem contos de réis e possuía um capital maior que sessenta contos. In GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. Edições UFC. Fortaleza. 1984. p. 151

município. Na opinião do autor, a ideia era assaz original para a época e visava o emprego dos trabalhadores na construção de obras públicas. A proposta consistia no aquartelamento de

[...] homens “efetivamente pagos, vestidos e aquartelados à custa da Fazenda e entregues à disposição do governo”, em tudo semelhante a uma companhia de guardas policiais com a única diferença de que teria no seu quartel “em vez de armas” – foices, machados e todos os instrumentos de laboragem.⁴⁰²

Dentre essas e outras ações, em seu mandato Alencar ainda instalou a primeira Assembleia Legislativa do Ceará, construiu açudes, cacimbas e barragens (incluindo a do Rio Pajeú, aquele que configurava o perfil urbano de Fortaleza), deu início ao sistema de abastecimento de água na capital,

[...] criou a primeira escola normal; introduziu o sistema de Lancaster ou ensino mútuo, em voga nos Estados Unidos e na Europa desde os albores do século [...] empenhou-se no sentido de atrair do exterior trabalhadores familiarizados com os diferentes ofícios da mecânica; favoreceu certas culturas agrícolas com a cana o açúcar, o algodão e o café; [...] inaugurou a iluminação da Capital; tratou do melhoramento do porto, encomendando a planta e o orçamento do engenheiro francês João Estevão Seraine [...]⁴⁰³

No topo dessas iniciativas do governo Alencar, Lemenhe⁴⁰⁴ destaca ainda da construção de estradas em direção às áreas produtivas da Província. Ao final da gestão de Alencar, foi aberta da capital para Messejana “estrada com ponte sobre o rio Cocó e daí para Aracati, Icó e Crato” Além dessa, a partir de Fortaleza inicia-se estrada para Maranguape, Baturité e Sobral, todas essas, regiões produtoras de Algodão e cultura de subsistência, lembra a autora.

Vê-se, por esses fatos, que eram no mínimo, grandiosos os planos de Alencar para sua província. Assim sendo, é lícito afirmar que esse personagem deixou marcas indeléveis na história do Ceará. Atuante em período de ânimos políticos exaltados e de intensas transformações, o padre e político parece ter aproveitado bem a oportuna fase de prosperidade possibilitada pela cultura

⁴⁰² GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. Edições UFC. Fortaleza. 1984. p. 152

⁴⁰³ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de águia. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995.p. 107-108

⁴⁰⁴ LEMENHE, Maria Auxiliadora. As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. p. 92

algodoeira e transformado seu mandato em período catalisador do processo de modernização da capital.

É bem verdade que as secas não tardaram a afetar a região, porém a abertura de caminhos iniciada pelo político parece ter sido verdadeiro divisor de águas entre a fase inicial da Vila do Forte e a nova etapa da capital litorânea que, naquele momento aumentava sua produção e exportação, tomando ares de cidade. Para Lemenhe, a hegemonia de Fortaleza iniciou, realmente, durante o governo “progressista” de Alencar. Na visão da autora, as obras de seu governo que, via de regra eram atribuídas as “virtudes pessoais” de sua pessoa reproduziram “na província o programa liberal de expansão da economia nacional”⁴⁰⁵ até 1837 quando partiu o padre à Corte e às suas aventuras políticas seguintes como Senador do Império do Brasil.

4.1.6 A *Belle Époque* de Fortaleza

Apesar de seu profícuo governo, Martiniano não chegou a ver o período em que Fortaleza, verdadeiramente, floresceu. A prosperidade acarretada pelo surto do algodão após a Guerra da Secessão definiu a segunda metade do século XIX como período de intensa modernização, onde parte da cidade viveu a sofisticação e o luxo, enquanto outra se manteve sob os efeitos da miséria, das doenças e da fome.

A *Belle Époque* de Fortaleza, alcunha conferida por Ponte⁴⁰⁶, fez parte do período iniciado na metade do século XIX, em que as grandes cidades brasileiras se modernizaram, passaram por reformas urbanas e formaram seus mercados de consumo interno. Fortaleza não foi diferente e, dentre as medidas aspirantes à modernização incluíram-se várias de “regeneração urbana”⁴⁰⁷ e, principalmente, de controle social da população.

⁴⁰⁵ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991. p. 91

⁴⁰⁶ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social, 1860-1930*. Fundação Demócrito Rocha, 1999

⁴⁰⁷ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social, 1860-1930*. Fundação Demócrito Rocha, 1999. P. 17

Conforme Ponte⁴⁰⁸, a maior intensidade na implantação dessas medidas foi verificada mais para o fim do século, durante a Primeira República (1889-1930). Este foi um “movimento considerável de discursos e práticas emergiu e procurou – sobretudo através de estratégicas medidas embelezadoras, saneadoras e higienistas – ordenar seu espaço e disciplinar a população”, isto é, iniciou-se processo que buscava racionalizar a cidade e disciplinar a população.

Sob a fortificação da camada comercial formou-se uma nova classe dominante que demandava novos e mais sofisticados meios de esbanjar seu poder aquisitivo recém adquirido. Segundo Ponte⁴⁰⁹, o cosmopolitismo foi traço característico do período que, rompendo valores e costumes mais tradicionais

provocou novas relações e comportamentos pessoais e públicos, via inserção de modismos chiques, consumo febril de novidades importadas, europeização de condutas e transformação de eventos (como o carnaval) em espetáculos luxuosos. Em contrapartida, [destaca] o sarcasmo popular quanto à pomposidade dessa fruição mundana, e a censura médica sobre os perigos físicos e morais infligidos pela moda vestuária moderna.

A explícita diferenciação entre os mais pobres e os mais ricos nesse período não parou por aí. O tratamento dispensado pelo regime oficial à população pobre e castigada pelas secas foi rígido e alinhado ao pensamento higienista típico do Império e que já vinha se deflagrando em outras capitais como o Rio de Janeiro. De acordo com Ponte⁴¹⁰,

A concentração de um grande número de pessoas sem recursos e sem condições adequadas de higiene e saneamento acarretava epidemias e toda sorte de problemas sociais, levando o governo a impor restrições à circulação dos “flagelados”: nas secas de 1915 e 1932 estes foram confinados em campos de concentração, no interior e em Fortaleza (Rios, 2001). É provável que o confinamento espacial, espontâneo ou forçado, esteja associado à formação das primeiras favelas de Fortaleza, no início da década de 1930: Pirambu, Cercado do Zé Padre, Mucuripe e Lagamar.

⁴⁰⁸ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social, 1860-1930*. Fundação Demócrito Rocha, 1999. P. 17

⁴⁰⁹ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social, 1860-1930*. Fundação Demócrito Rocha, 1999. p. 22

⁴¹⁰ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social, 1860-1930*. Fundação Demócrito Rocha, 1999. p. 103

Esses campos de concentração também eram chamados de “abarracamentos” e conforme Andrade⁴¹¹, já em 1878 somavam um total de 13 unidades que abrigavam 114.404 retirantes. A autora afirma ainda que as pessoas confinadas nesses lugares deviam alistar-se obrigatoriamente para o trabalho em obras públicas, em suas palavras:

Essas pessoas eram empregadas em conduzir pedras para o calçamento da cidade e das estradas de Soure e Messejana, fabricar tijolo e telha, construir abarracamentos, abrir poços, na limpeza da cidade e subúrbios, nas obras do muro da Residência Episcopal, dos Quartéis de Linha e Polícia, do Paio da Pólvora, do Asilo de Mendicidade, dos açudes do Pajeu e Alagadiço, etc.

Às medidas de isolamento e trabalho forçado da classe necessitada, somam-se as campanhas de vacinação obrigatória e as mudanças no âmbito urbano. Essas últimas, inspiradas em ideais de progresso e, sobretudo, de modernização, tinham nas reformas do Barão Haussmann, em Paris, seu ideal maior. No dizer de Andrade⁴¹²

Com vistas a dotar o espaço urbano da capital das condições sanitárias, viárias e infraestruturais condizentes ao seu novo papel na lógica da rede urbana regional e internacional, foram realizados planos de expansão e projetos para novos equipamentos e serviços. Fortaleza, ao concentrar os grupos sociais responsáveis pela produção e comercialização do algodão – os negociantes ligados ao comércio externo – e ao reunir as condições necessárias à circulação de mercadorias e à acumulação de riquezas, mereceu investimentos nos espaços urbanos fundamentais para essa nova fase da economia cearense.

Foi nesse contexto em que foi lançado e iniciada a implantação do plano de extensão da cidade elaborada pelo arquiteto Adolpho Herbster. Nas plantas lançadas por Herbster em 1875 e em 1888 (Anexo pp. 268 e 269), seu plano consistia, via de regra, em seguir a malha xadrez iniciada por Silva Paulet no início do século. Além disso, não podendo, segundo Castro⁴¹³, “fugir às imposições da época”, Herbster incluiu no seu plano “uma cinta de avenidas, então chamadas boulevards [...] imitado da capital francesa que acabava de

⁴¹¹ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012.. p. 132

⁴¹² ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p. 61-62

⁴¹³ CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. 1977. p. 33

enfrentar as reformas impostas pelo Barão Haussmann”. Por meio desse artifício, Herbster consolidava “*em definitivo as radiais ainda não absorvidas pela expansão da malha ortogonal*”⁴¹⁴.

A cidade que passou a crescer dentro do plano de Herbster chegou, em 1890, Fortaleza a uma população de 40.902 habitantes⁴¹⁵ (tabela 3). A ocupação do plano se expandia na medida em que também se dava a construção de novas praças e edifícios públicos, tais como a Cadeia Pública (1867), Biblioteca Pública (1867) Santa Casa de Misericórdia (1861), a Assembleia Legislativa (1871) (Fig.36), o Passeio Público (Fig. 37) e a Estação Ferroviária João Felipe (ambos em 1880) e o Mercado de Ferro (1897) (Fig.38). Também a implementação de serviços urbanos modernizantes foram fruto desse período. Segundo Gondim⁴¹⁶ dentre os serviços implementados durante a segunda metade do século estão: transportes, comunicações e pavimentação de rua iniciaram (1857), iluminação a gás carbônico (1866) e a canalização de água (1867)

Outro aspecto que marcou o período foi a abolição da escravatura, fato que colocou o Ceará como primeira província a abolir o regime, entre os anos de 1883 e 1884. Segundo Silva⁴¹⁷, a mão de obra escrava já havia sido reduzida de 13% da população em 1840 a 8% em 1860. Afirma o autor que, com o novo salto do algodão (pós-45), “[...] os agricultores cearenses passaram a vender seus escravos, por ser a única e mais rápida maneira de adquirir dinheiro para financiar as lavouras. Assim, o Ceará passou a ser, no Nordeste, um dos maiores fornecedores de cativos para o Sudeste”.

⁴¹⁴ CASTRO, Liberal. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: tomo CVIII, 1994, p.43-90. p. 70 *Apud* ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p.152

⁴¹⁵ IPLAM. Síntese diagnóstica do município: caracterização urbana do município de Fortaleza. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1990

⁴¹⁶ GONDIM, Linda Maria de Pontes. O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna. São Paulo. AnnaBlume. 2006. p. 99

⁴¹⁷ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará, das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. p. 90 *Apud* ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p. 61

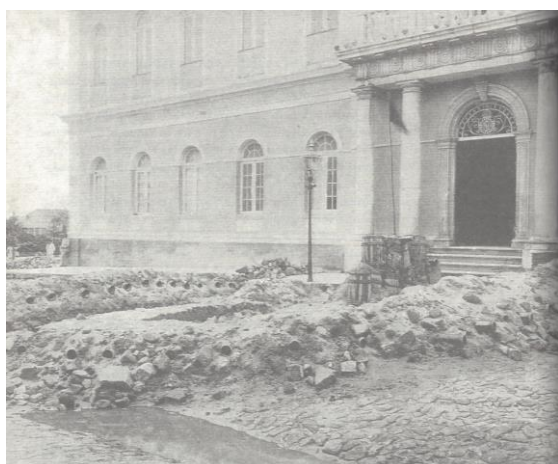


Figura 36: Prédio da Assembleia Legislativa em 1912 após revolta popular contra a oligarquia da Família Accioly. FONTE: PONTE, 1999, p. 58



Figura 37: Passeio Público – foto de 1910. FONTE: PONTE, 1999, p. 124

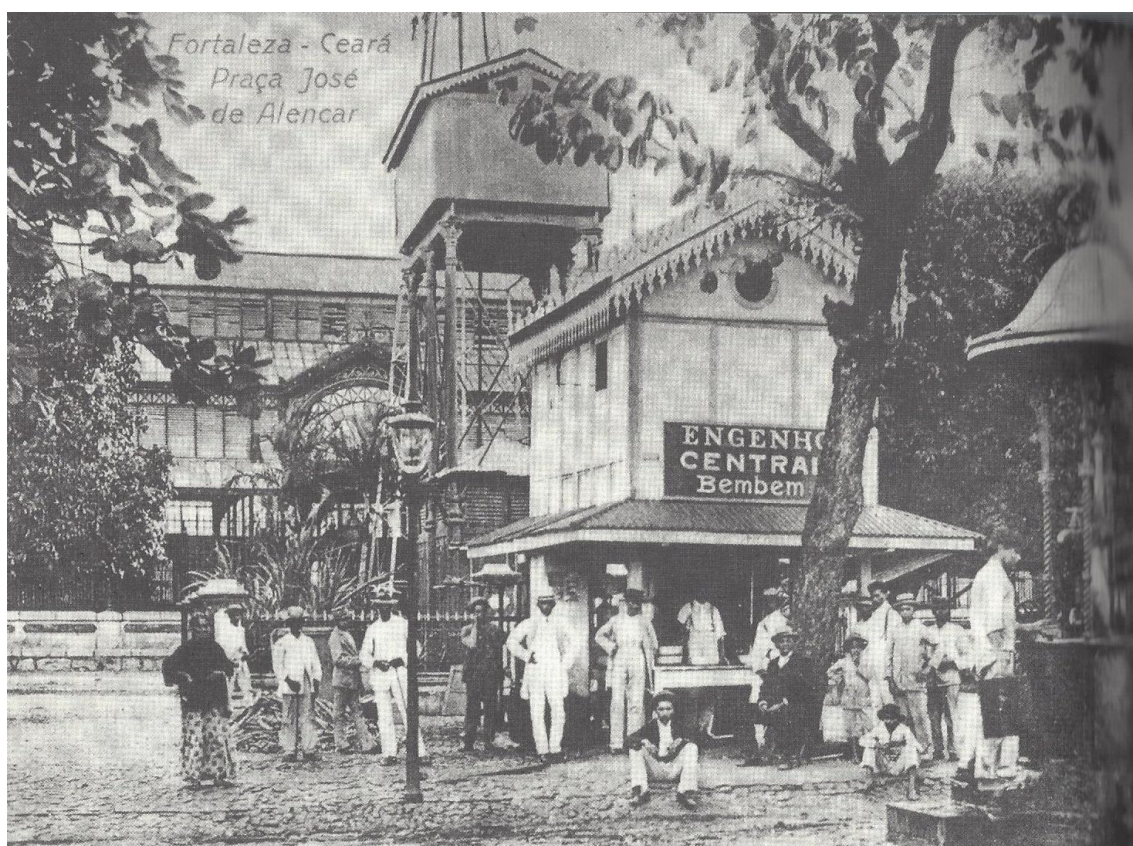


Figura 38: Praça José de Alencar em 1907, com o Mercado de Ferro ao fundo. FONTE: PONTE, 1999, p. 158

Vê-se, então, que não foram poucas as transformações do período. Além do crescente aumento populacional (Tabela 3), confluíram novas técnicas de construção e novos estilos, modernizaram-se os transportes, afloraram novos hábitos culturais e novas relações de classe se estabeleceram. Face a tudo isso,

o fim do século XIX em Fortaleza foi marcado pela modernidade aspirante da cidade e pela sedimentação da desigualdade econômica mantida e alimentada por um regime político oligárquico que perdurou até a segunda década do século XX.

Tabela 3:

População de Fortaleza entre 1860-1940. FONTE: Anuário Estatístico, 1936 *Apud* ANDRADE, 2012, p. 131

População do Município de Fortaleza (1860-1940)		
Ano	No de habitantes	%
1860	16.000	-
1870	42.000	+162,5
1877	27.000	-35,71
1890	40.902	51,14
1900	48.369	18,26
1910	65.816	36
1920	78.536	19,3
1930	126.666	61,3
1940	180.000	129,43

4.2 Messejana: a resistente

4.2.1 Economia Agrícola e formação dos grandes sítios

Falou-se anteriormente sobre a origem indígena de Messejana, cumpre aqui prosseguir a narrativa de evolução e entender de que maneira esta se vincula à trajetória dos Alencar e, finalmente, ao Sítio Alagadiço. Dito isso, volta-se, aqui, ao nada promissor início do século XIX para acompanhar o desenvolvimento da vila.

Segundo consta na *Memória sobre a capitania independente do Ceará grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma, Luiz Barba Alardo de Menezes*⁴¹⁸, no ano de 1808, enquanto a população de Fortaleza era de 9.624 pessoas, Messejana tinha apenas 1570 habitantes e renda de “pouca entidade” proveniente da cultura da terra.

O engenheiro Silva Paulet, em visita que fez a Fortaleza, também passou por Messejana. Em seus registros de viagem Paulet⁴¹⁹ diz que a cidade possuía 1889 habitantes, dentre eles alguns brancos. Haveriam 59 casas, “17 por acabar sem portas, 15 arruinadas, 7 de homens brancos e 17 em estado de habitação, todas insignificantes”. Para o engenheiro, parecia-lhe “melhor extinguir a denominação de villa e unir a povoação á villa da Fortaleza”.

O campo da política foi dominado logo nas primeiras décadas de 1800 pelos Alencar vindos do sul. Afora a participação nos levantes republicanos do início do século, viu-se que a atuação de José Martiniano na Presidência da Província também foi profícua no que concerne às medidas relacionadas à Messejana, terra escolhida para a sua própria morada.

Um dos maiores exemplos do beneficiamento de Messejana na gestão presidencial de José Martiniano diz respeito à comunicação e acesso da cidade com a capital. Se em 1836, conforme aponta Neto⁴²⁰, a comunicação entre Messejana e Fortaleza, era “caminho e veredas”, o estabelecimento da produção agrícola exigiu que se melhorassem os acessos aos sítios das famílias detentoras dessas propriedades. Martiniano foi responsável pelo início dessa empreitada, dando continuidade ao projeto de abertura da estrada ligando Messejana à capital⁴²¹, oriunda da Lei 45 de 15 de março de 1836.

⁴¹⁸ MENEZES, Luiz Barba Alardo de. *Memória sobre a capitania independente do Ceará grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma, Luiz Barba Alardo de Menezes*. In *Documentação primordial sobre a Capitania do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 1997. P

⁴¹⁹ PAULET, Antonio José da Silva. *Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará*. In *Documentação primordial sobre a Capitania do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 1997. p. 16

⁴²⁰ NETO, Felipe. *Muito Além dos Muros do Forte*. Premius Editora. Fortaleza. 2010. p.43

⁴²¹ Segundo Freitas, “essa obra levou um século para ficar pronta. O primeiro trecho compreendia o perímetro entre as ruas Conde d’Eu e Duque de Caxias somente recebeu as primeiras pedras em 1870”. Com a evolução da cidade a estrada foi concluída e originou a BR 116 no trecho entre o centro de Fortaleza e o de Messejana. In FREITAS, Edmar. *Messejana*. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza. 2014. pp. 36-37

A indústria de Messejana, na década de 20 desse século, permanecia pouco volumosa e baseava-se na agricultura em uma magra indústria. Eram produzidos, quase a nível exclusivo de subsistência: “[a] farinha de mandioca, o açúcar mascavo e a rapadura como indústria de alimentos; o sal, a cera da carnaúba e a borracha como indústria extrativa mineral e vegetal [...]”⁴²²

Conforme Neto (2010), ocorreu algum incremento da produção agrícola quando passou-se a cultivar cana-de-açúcar na região. Segundo o autor, o fato favoreceu o surgimento de engenhos de beneficiamento de açúcar e aguardente devido “[...] principalmente pelos interesses da família Alencar vinda da região do Cariri depois dos acontecimentos da Revolução de 1817 [que] buscaram refúgio na região litorânea”.⁴²³

O Sítio Alagadiço Novo, adquirido por José Martiniano de Alencar foi um dos primeiros da região a se especializar na cultura açucareira. O nome Alagadiço Novo, com o qual batiza o lugar fazia alusão, precisamente, ao ecossistema local caracterizado por grande concentração de áreas alagadas. Próximo do litoral, a região é irrigada por córregos, riachos, além da presença de lagoas, como a Lagoa da Sapiranga⁴²⁴.

Após a sua introdução, tomou a cana-de-açúcar “vulto impressionante” em Messejana, diz Ribeiro (1982). Depois que Alencar a instalou seu engenho a vapor no Alagadiço Novo, pôs-se a trabalhar no sentido de alavancar o progresso da lavoura na região, nesse sentido, e segundo a Lei Nº46 de setembro de 1836, Alencar “providenciou a aquisição de engenhos, arados, modelos de máquinas de serrar, de descaroçar algodão, de descascar café, de debulhar milho, de moer, espremer e peneirar mandioca, de fazer manteiga”⁴²⁵.

⁴²² RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982. p. 45

⁴²³ NETO, Felipe. Muito Além dos Muros do Forte. Premius Editora. Fortaleza. 2010. p. 38

⁴²⁴ Situada a nordeste da poligonal de tombamento do Sítio elaborada pelo IPHAN em 2012 (Anexo. 269).

⁴²⁵ GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. Pp. 205-206 *Apud* RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982. pp.67-69

Esses engenhos, segundo Ribeiro⁴²⁶, eram montados nos sítios já fundados à proporção que chegavam e chegaram a somar 32, sendo dois a vapor. Para executar o trabalho dos engenhos recorreu-se aos gados que além

da criação campestre nas fazendas, vacarias e estábulos edificadas junto aos engenhos, passaram a fazer parte das atividades dos donos dos sítios. A abundância de forragem não era para ser desperdiçada: convinha aplicá-la em ração para o gado leiteiro em troca de leite e seus derivados, a coalhada, a manteiga e o queijo para o consumo da família e para comercialização.

Ainda conforme o autor, com esses numerosos engenhos surgiu, então, “fenomenal” indústria açucareira que serviu a enriquecer em muito os proprietários da terra, mas essa indústria não fez sumir a produção de outros gêneros, e os sítios como o dos Alencar, também incluíam o cultivo de outros itens, tais como farinha, feijão e hortaliças. A indústria da farinha da mandioca, ainda conforme Ribeiro⁴²⁷,

era tanto dos grandes como dos pequenos proprietários rurais, dos rendeiros, cobrindo todo o município. Significava trabalho e fartura para todos, ricos e pobres, guardadas as devidas proporções. Nos sítios, ao lado dos engenhos, por toda parte havia casas de farinha a funcionar – como ainda hoje a maioria – em seu primitivismo e rudeza.

Um fator a se destacar acerca da formação desses produtores sítios da região é que provém dos efeitos de dois momentos: da criação da vila de Messejana e do advento da Lei de Terras⁴²⁸. Esse marco normativo sinaliza o ponto em que as sesmarias foram gradativamente sendo transformadas e desmembradas nessas, ainda grandes, propriedades.

Os proprietários fundadores desses sítios eram, de acordo com Ribeiro, homens importantes da região, dentre eles existiam, além do Presidente da Província, senadores, médicos (como Joaquim Bento), padres, militares, comerciantes e outros. O autor diz ainda que havia uma sucessão de linhagem

⁴²⁶ RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982.pp.68

⁴²⁷ RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982.pp.68-69

⁴²⁸ Segundo Cavalcante, “A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmaria, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território. Seria permitida a venda de todas as terras devolutas. Eram consideradas terras devolutas todas aquelas que não estavam sob os cuidados do poder público em todas as suas instâncias (nacional, provincial ou municipal) e aquelas que não pertenciam a nenhum particular, sejam estas concedidas por sesmarias ou ocupadas por posse.” In CAVALCANTE, José Luiz. *A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra*. Revista Histórica, São Paulo, ano, v. 1, p. 1-7, 2005

hereditária no que se refere à posse das terras e à administração “das rixas propriedades, cultivando a terra fértil, a alimentar as fornalhas dos engenhos e das casas de farinha em moagens e farinhadas por todo o verão”⁴²⁹. Dentre essas antigas propriedades, muitas são “perpetuados até os dias de hoje, pois os seus nomes originais continuam servindo de referência para vários bairros da grande Messejana”⁴³⁰.

Outra fator importante a ser reportado sobre o aparato social e econômico de Messejana no início do século XIX decorre do uso do gado que, além de ser requerido no manejo dos engenhos, servia também ao transporte dos gêneros produzidos à capital. A necessidade do animal nas proximidades da capital promoveram

o assentamento de algumas famílias de outras partes da Província, que eram absorvidas para o trabalho nesses sítios. Parte da mão de obra que atuava em Messejana veio do Baixo Jaguaribe, principalmente Aracati, devido à diminuição das atividades ligadas à produção de carne seca provocada pelas secas de 1777-1778 e 1790-1793 [...] ⁴³¹

A economia local, apesar de não ser a mais extraordinária no contexto das vilas litorâneas do Ceará, admitiu, até certo ponto, o refúgio de parte dessa população que fugia das adversidades causadas pelas secas. Neto (2010)⁴³² afirma que a “pouca complexidade”, em termos de estrutura urbana, de Messejana e a sua proximidade com a capital ofereceram certo nível de estabilidade face a esse novo afluxo populacional.

Existia terra e trabalho nos sítios e, até a primeira extinção em 1839 (sobre o que discute-se mais adiante) Messejana “conseguiu instituir certa atividade comercial e produtiva”. Mas a possibilidade de refúgio aos retirantes da seca foi estancada próximo à virada para o século XX, segundo Neto⁴³³:

[...] sua evolução urbana, que poderia assentar grandes populações e o excedente de produção, passou a se revelar de pequena monta, pois com o problema das secas e a falta de infraestrutura, o que era produzido praticamente servia apenas para consumo interno, fazendo

⁴²⁹ RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982.p. 71

⁴³⁰ FREITAS, Edmar. Messejana. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza: Fortaleza. 2013.pp. 32-32

⁴³¹ NETO, Felipe. Muito Além dos Muros do Forte. Premius Editora. Fortaleza. 2010. pp. 38-39

⁴³² NETO, Felipe. Muito Além dos Muros do Forte. Premius Editora. Fortaleza. 2010. p. 39

⁴³³ NETO, Felipe. Muito Além dos Muros do Forte. Premius Editora. Fortaleza. 2010.pp. 44-45

com que cada vez mais os donos dos sítios passassem a se dedicar cada vez menos às atividades produtivas em Messejana e se voltarem para seus negócios no centro da capital, sua principal área de atuação. [...] a vila extinta serviu apenas para aumentar os domínios da capital e estreitar a condição de comunicação [...]

Com isso, antecipam-se dois eventos: o moroso declínio que se seguiria a esse momento de prosperidade da cidade de Messejana e o consequente desmembramento de seus grandes sítios. Nesse meio tempo, a comunidade *messejanense* lutou para manter a sua unidade administrativa, é o que se vê a seguir.

4.2.2 Desafios: as secas de fim de século e a anexação a Fortaleza

O título dessa seção diz Messejana: a resistente. Explica-se: o século XIX, passando por seus muitos reveses políticos provinciais e nacionais, foi especialmente exaustivo para Messejana no concerne à luta pela manutenção de seus limites administrativos. Em 13 de maio de 1833, acatando a sugestões como a de Silva Paulet, o Conselho da Província do Ceará propôs resolução que prescrevia a extinção da vila. De acordo com Freitas⁴³⁴, a ação foi revertida devido a uma forte atuação da Câmara local de Messejana.

O bloqueio, no entanto, não conseguiu ser forte o suficiente frente ao novo ato de 22 de dezembro de 1839. Nessa data, a Lei Nº 188, extinguiu efetivamente a municipalidade de Messejana. A implementação dessa lei definiu, pela primeira vez, o desmembramento do território originário da aldeia Paupina. Segundo Ribeiro⁴³⁵, as terras de Messejana foram

divididas, [e] favoreceram de imediato os municípios de Fortaleza e Aquiraz, favoreceram também, embora remota e indiretamente o município de Pacatuba, criado 30 anos depois pela lei de 8 de outubro de 1869 cujo termo foi estabelecido por portaria de 18 de junho de 1873 [...]

Maculada em sua autonomia e com território reduzido, Messejana seguiu como povoação agregada a Fortaleza sem ter seus limites definidos até o ano de

⁴³⁴ FREITAS, Edmar. Messejana. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza: Fortaleza. 2013.p.36

⁴³⁵ RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982. p. 50

1866 quando estes foram revistos pelo Decreto N° 1239 de 30 de novembro que transformou o que sobrara de território em distrito da capital.

Em 23 de novembro de 1878, 39 anos após a primeira extinção da vila, foi instituída a Lei N° 1773 que permitiu a Messejana retomar suas atribuições de município, agora com os limites definidos pelo decreto de 1866. As Câmaras Municipais seguiram atuantes até 1890, quando através do Decreto N°3 de 15 de janeiro desse mesmo ano, estas foram substituídas por Conselhos de Intendência Municipal⁴³⁶ formados por 5 membros⁴³⁷. Somente com a Lei N°1190, de 1914, troca-se, novamente a Intendência por Prefeitura.

No último quartel do século XIX, com as intempéries que assolaram o chão cearense (nomeadamente a seca de 1877-1879 e a chamada seca “dos três 8”, de 1888), Messejana lutava contra a extinção das lavouras, contra o banditismo e contra o afluxo desenfreado da população sertaneja que buscava nas proximidades do litoral, condições mínimas de subsistência. Desmoronava a economia cearense e, obviamente, a de Messejana ia em seu encalço. Como consequência, na região,

As produções da cana-de-açúcar e farinha decaíram por completo e os sítios, estrutura que centralizava o poder econômico, não podendo mais fabricar seu próprio sustento, começaram a ser divididos em porções menores de terra e vendidos. As famílias que detinham o controle dessas terras, muitas delas deixaram Messejana e se voltaram apenas para suas atividades em Fortaleza.

Adiantava-se, dessa maneira, o processo de desmembramento dos grandes sítios da região, este que, ver-se-á adiante, enseja a lógica de ocupação e urbanização do setor sudeste de Fortaleza que abrange um processo de verdadeira aglutinação da vila.⁴³⁸ Mas, conforme Diógenes⁴³⁹, tal

⁴³⁶ Nas eleições de 1892 da Câmara Municipal de Messejana, foi eleito como Intendente o Coronel Tristão Antunes de Alencar⁴³⁶ este que, ver-se-á mais adiante, foi um dos maiores desafetos de Joaquim Bento de Souza Andrade, marido de Joaquina Carolina de Alencar (irmã mais nova de José de Alencar, filha de José Martiniano de Alencar). Joaquim Bento viveu com Joaquina Carolina no sítio herdado pelo falecido sogro, onde se ocupou da lavoura do Sítio e das querelas advindas da manutenção do mesmo.

⁴³⁷ RIBEIRO, Esaú. Memorial e História de Messejana. Fortaleza, EDITEL, 1982. p. 61

⁴³⁸ O destino de Messejana também ocorreu a outra vila de índio próxima do litoral, nomeadamente a vila de Arronches (hoje, bairro da Parangaba).

⁴³⁹ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo. 2012

processo só veio a ser consolidado no século XX e começo do XXI, através das últimas dinâmicas de expansão observadas neste setor da atual capital cearense

Antes disso, porém, ainda nas últimas décadas do século, os conflitos internos da municipalidade ligaram-se sobremaneira ao problema dos retirantes da seca. Os poucos períodos de trégua, entre 79 e 88 e deste último ano para a grande seca de 1915 não foram suficientes para uma recuperação e continuavam os refugiados a aportarem de todos os rincões do Ceará. Conforme Neto, essas migrações contínuas “levaram os gestores [a buscar] formas de, sob o pretexto de manter a ordem, se aproveitar da situação de descalabro que acontecia a população do Ceará”⁴⁴⁰.

Com esse pretexto, a mão-de-obra dos refugiados foi canalizada para a execução de obras públicas, dentre elas estão a pavimentação em torno da igreja Matriz, a cacimba da praça da Matriz, o início da construção do Mercado Público, em 1888. Segundo Freitas⁴⁴¹, foi também nesse contexto “que alguns trechos de estrada que davam acesso a Messejana receberam melhorias, tal como o trecho que ia da Cajazeiras até a Capela dos Frades, tudo isso acontecido nos idos de 1879”.

Foi dessa forma, abalada com as consequências das constantes secas e contando com apenas 9111 habitantes⁴⁴² que Messejana adentrou ao século XX, quando, logo mais foi inapelavelmente extinta em sua condição de município, através da Lei No 1913 de 31 de outubro de 1921, medida tomada por Justiniano Serpa, Presidente do Estado à época.

4.3 O Sítio Alagadiço Novo e as demais propriedades de José — Martiniano de Alencar

Observou-se que a atuação política de José Martiniano de Alencar parece ter modificado sobremaneira o perfil de Fortaleza que, de embrionário

⁴⁴⁰ NETO, Felipe. Muito Além dos Muros do Forte. Premius Editora. Fortaleza. 2010.pp. 49-50

⁴⁴¹ FREITAS, Edmar. Messejana. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza: Fortaleza. 2013.pp.42-43

⁴⁴² NETO, Felipe. Muito Além dos Muros do Forte. Premius Editora. Fortaleza. 2010.p.60

aglomerado de casas iniciou sua transição para o perfil de cidade. Seja devido a um momento histórico oportuno ou à força política de Alencar, o fato é que a gestão do padre coincidiu com um dos períodos de maior transformação da capital cearense.

Explanado o contexto geral, volta-se a atenção para a origem do Sítio Alagadiço Novo em si, permitindo-se outro retorno cronológico a fim de que se possa jogar a luz sobre os primeiros anos da ocupação do lugar. Lembra-se que, após a sua condenação e perdão pela sedição de 24, chegou o Padre Martiniano às terras cearenses, casou-se, por assim dizer, e passou a viver com sua prima Ana Josefina.

Viu-se também, que à falta de registros referentes à data precisa de compra das terras do Sítio Alagadiço, resta-nos confiar em uma estimativa, o período entre os anos de 1825 e 1829. O primeiro ano porque marcou a volta de Martiniano ao Ceará, após o perdão da confederação de 24; e o último, tanto pela existência de documentos da Câmara de Messejana assinados pelo Padre como pelo nascimento de José de Alencar, batizado e registrado no local. Se há que se precisar, pode-se dizer, seguramente, que no ano de 1829 já habitava o Padre Martiniano e sua família no Sítio Alagadiço.

Dito isso, é pertinente que se aponte aqui a diligência com que Martiniano tratava também de seus próprios negócios e bens. Segundo Araripe⁴⁴³, o padre foi pioneiro não só na administração pública da província cearense como também se tornou grande empreendedor no cuidado de suas propriedades, chegando mesmo a ser proprietário de grandes extensões de terra em sua província natal.

O Sítio Alagadiço Novo, no tempo de residência de José Martiniano e Ana Josefina, foi palco de algumas dessas experiências ensejadas pelo padre. Consoante Girão, além de ter sido uma das propriedades pioneiras da região no cultivo da cana-de-açúcar, entrou em cena no Sítio, uma das experiências de Martiniano: dessa vez, quis o padre impulsionar a colonização daquela região através do aporte de estrangeiros ao local.

⁴⁴³ ARARIPE, José Caminha Alencar. O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vãos de águia. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995. p. 109

Em sua fala à Assembleia Provincial de 1836, Alencar expôs os problemas da lavoura e do déficit na balança local de exportação/importação apontando que a sua origem fundamental viria da falta de mão-de-obra. Disse o, então, presidente:

Todo este mal parte da falta de braços, q. se empreguem na lavoura; o q. sendo geral em todo o Brasil, mais notável se faz no Ceará, onde a escravatura sempre foi pouca, não tendo havido muita introdução de Africanos. Logo, parece-me q. devemos aplicar toda nossa atenção pa. Adquirirmos Colonos, q. venhão povoar nossas terras devolutas, e aumentar nossa cultura. Em reconhecimento esta necessidade não me tenho descuidado de fazer tudo ao meo alcance pa. introduzir na Provincia alguma Colonisação; minha correspondência a este respeito vos será apresentada, e por ella vereis, que breve devemos aqui esperar alguns centos de Colonos. Mas ainda não he isto bastante. Convem q. pr. Vossas Leys incorageis a Colonização; e eu lembro a ideia de deminuir pela metade os impostos Provinciaes a todo aquelle Agricultor q. lavar em sua fazenda com um certo numero de Colonos, q. a vossa sabedoria julgar conveniente [...]⁴⁴⁴

Com esse pensamento, Martiniano iniciou as medidas para receber colonos europeus nas terras de seu Sítio. Segundo Girão⁴⁴⁵, a autorização legislativa consta na Lei N° 43 de 14 de setembro de 1836 que mandou que fossem selecionados e treinados 50 trabalhadores de St. Cloud, na França para que viessem ao Ceará ser empregados nas obras públicas da Província e habitar as terras do próprio Alencar.

Falhou, no entanto, a providência de Martiniano devido à “inoportunidade da chegada e má escolha dos artífices”⁴⁴⁶. Apenas em 15 de novembro de 1837, dez dias antes de transmitir Alencar o exercício do cargo ao vice-presidente major João Facundo de Castro, aportaram a Fortaleza 120 colonos, vindos no navio Maria Carlota.

Mas, voltando à questão principal pautada nesse item, as informações a respeito da propriedade das terras de José Martiniano de Alencar foram, em sua maioria, encontradas no processo de inventário de seus bens⁴⁴⁷, de 1860. Neste

⁴⁴⁴ Duas “falas” do Senador Alencar In Revista do Instituto do Ceará Tomo L. Ano 1836. pp.283-297

⁴⁴⁵ GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. Edições UFC. Fortaleza. 1984. p. 153

⁴⁴⁶ GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. Edições UFC. Fortaleza. 1984. p. 153

⁴⁴⁷ Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. Em praticamente todas as páginas existem duas numerações que serão dadas nas referências

documento José de Alencar, o filho, atuou como procurador e representante dos irmãos mais novos. Dentre os “bens de raiz”⁴⁴⁸ deixados por Alencar pai existiam casas, terrenos, sítios e chácaras distribuídos por Fortaleza, Crato e Rio de Janeiro.

José de Alencar lista, pela primeira vez, à página 5/7 dos autos do inventário (Anexo, pp. 270 a 273), os bens deixados por seu pai na capital da Província do Ceará. Dentre os bens, aparecem os seguintes imóveis:

Um sítio com engenho de açúcar e aguardente denominado Alagadiço-Novo, na Província do Ceará, Termo de Mecejana;

Um sítio de plantação denominado Carrapixo, situado no mesmo termo;

Um sítio de plantação denominado Sapiranga, situado no mesmo termo;

Um sítio de plantação denominado [?], situado no mesmo termo;

Um sítio de plantação denominado Muriti-Apua, situado no mesmo termo e havido por aforamento;⁴⁴⁹

Em documentação inclusa no inventário referente ao ano de 1861, consta que o procurador da família junto à Província do Ceará teria incluído por engano em sua avaliação dos bens locais um outro sítio: o Gravito. José de Alencar, ao apontar o engano na avaliação do procurador afirmou que o dito sítio já não pertencia ao pai no momento de sua morte. Escrito de próprio punho pelo romancista, em 1 de Junho de 1861, consta o seguinte (Anexo, p. 274):

[...] juntar aos autos de inventario de seo falecido Pai, o Senador José Martiniano de Alencar as avaliações dos bens [?] no termo do Ceará, nas quais avaliações escapou por engano ao Procurador, e foi avaliar

seguintes separadas da seguinte maneira: p. n/n, isto é, dois números indicam uma mesma página. As informações foram transcritas dos documentos manuscritos, quando alguma palavra for objeto de dúvida será substituída pelo símbolo [?].

⁴⁴⁸ Expressão usada por José de Alencar no Inventário do pai, significando bens imóveis.

⁴⁴⁹ Transcrição da cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. p. 5/7

como pertencente ao espólio o sítio Gravito de que o [?] fizera doação a uma sua afilhada e sobrinha, D. Maria da França Alencar.⁴⁵⁰

Em um outro momento, Alencar produz nova relação dos bens de raiz deixados pelo pai, incluindo a dita propriedade chamada Sítio Gravito, agora com observação a respeito da posse da terra (Anexo, p. 275). Segue Alencar:

Relação dos bens de raiz, moveis e [?] que deixou nesta Capital e Município, o falecido Senador José Martiniano de Alencar, os quaes hoje pertencem aos herdeiros do mesmo Senador, para se proceder as avaliações e para [?], abaixo são [?]

Bens de Raiz

1 Casas na Rua de Pedro 2º e Praça da Municipalidade

1 Sítio denominado Alagadiço Novo com plantações de canas, laranjeiras, coqueiros, e outras muitas fruteiras, com duas casas de vivenda, dita para feitor, dita para escravos, dita para o laboratório com engenho de ferro, Alambique de cobre e mais utensílios para o fabrico de assucar e aguardente

1 Dito sem culturas, denominado Cabeceiras de Muritiapué

1 Dito com Alagadiço e fruteiras, denominado Carrapicho

1 Dito com Alagadiço denominado Gravito

2 moradas de casas na povoação de Mecejana

1 Sorte de terras denominada Pedrinhas – com uma casa de telhas e curraes para gados, com curraes de carnaúbas⁴⁵¹

Entende-se, finalmente, que o Sítio Gravito pertencera ao padre Alencar em algum momento de sua vida e, somando-se este aos demais citados no processo de inventário, pode-se falar que o político, de fato, fora um grande proprietário de terras. Há que se salientar também que, no bojo de sua fortuna póstuma, não só terras, como também escravos⁴⁵² foram deixados aos herdeiros do senador.

⁴⁵⁰ Transcrição da cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. p. 35/37

⁴⁵¹ Transcrição da cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. p. 39/41

⁴⁵² À página 39/41 do processo de inventário estão listados os “Bens submoventes” deixados pelo senador Alencar, leia-se aqui, os seus escravos. Nessa lista seguem os nomes dos negros escravizados deixados no espólio. (Anexo, p. 278)

É relevante que se faça essa observação para manter em mente que nos sítios que pontuavam os arrabaldes de Messejana, neles incluso o Alagadiço Novo, houve trabalho escravo e construção de senzalas, herança que não se percebe mais graças ao processo de descaracterização desses sítios e à deterioração e destruição das antigas construções que esses locais abrigavam.

Adiantando-se, em termos, o que será visto no capítulo a seguir, sabe-se que esse processo de transformação dos grandes sítios como o Alagadiço Novo está imbricado no contexto da expansão de Fortaleza para a região sudeste. Esse recorte da evolução urbana da cidade se deu a partir do desmembramento das imensas porções territoriais que compunham os ditos sítios. Segundo Fuck Junior:

[...] muitos desses antigos sítios tornaram-se atuais bairros ou grandes conjuntos habitacionais/loteamentos de Fortaleza: a partir dos anos 1940 aumentou o processo de incorporação de novas áreas a leste da cidade, realizado por empresários e proprietários fundiários, que se apropriavam de terrenos localizados na periferia urbana, loteando antigos sítios de uso rural, como o Cocó, o Alagadiço Novo, o Cambeba, o Estância (Dionísio Torres), o Colosso, o Tunga (na “Água Fria”).⁴⁵³

Como o autor também observa algo da antiga toponímia perdurou aos dias de hoje, o que permite, ao menos, que se aproxime a localização relativa desses lugares. O bairro José de Alencar, por exemplo, foi Alagadiço Novo até o ano de 2007. Dos sítios Gravito, Muriti-a-puá⁴⁵⁴ e Carrapicho sobram também resquícios toponímicos. Respectivamente para leste e sudeste da conhecida poligonal de tombamento do Sítio Alagadiço Novo, encontram-se as lagoas Gravito e Muritiapuá. Ainda a leste existem as ruas Gravito e Muritiapuá e a noroeste, a rua Carrapicho, pistas que levam a um primeiro indício sobre a configuração das terras do padre (Fig. 39).

⁴⁵³ FUCK JR., Sérgio Cesar de França. Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do município de Fortaleza, Ceará – Brasil. In: Caminhos de Geografia - revista online. Fortaleza, 2004.p. 152

⁴⁵⁴ Esta grafia aparece nos documentos de maneira diversa, as vezes separada por hífen, como Muriti-a-puá, Muriti-apuá, Muriti-a-poá, as vezes sem, como Muritiapuá, usar-se-á nesta pesquisa a grafia mais recorrente, com hífen: Muriti-a-puá.

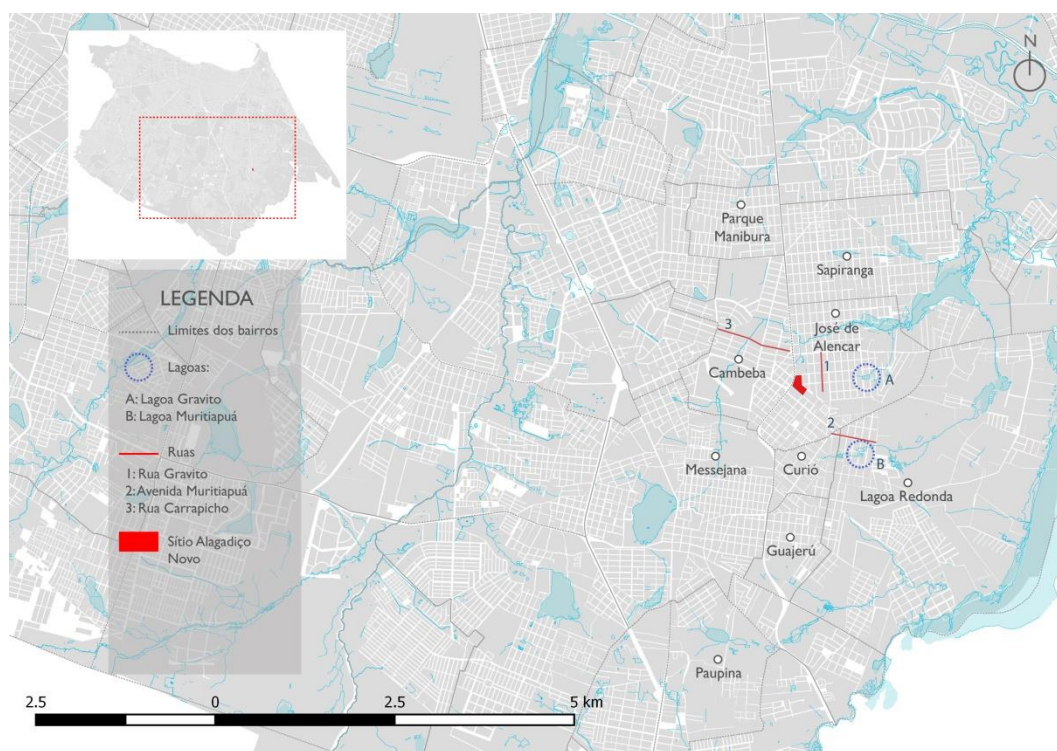


Figura 39: Mapa com os resquícios toponímicos ligados aos sítios de José Martiniano de Alencar. FONTE: Elaboração própria.

Sobre a ordem de grandeza desses mesmos sítios, é difícil precisar, no entanto, o Livro de Registros de Terra da Freguesia de Fortaleza fornece alguma pista para que seja estimada, ao menos uma comparação com as terras remanescentes hoje chamadas do Alagadiço Novo. Encontram-se mencionadas, em registros de 1855 a 1857, as localidades: Sítio Gravito, Sítio Muriti-a-puá e Sítio Sapiranga. Em tais documentos o teor é o mesmo: certificam a posse de porções de terras e/ou imóveis no interior dos citados sítios (Anexo, pp. 277 a 281).

Há, dessa maneira, a possibilidade de se inferir que, somados os sítios Gravito, Carrapicho, a porção de terra no Sapiranga mencionada no inventário, o Muriti-a-puá e, finalmente, o Alagadiço Novo, as terras de José Martiniano parecem ter formado, a partir da sede do Sítio Alagadiço Novo⁴⁵⁵, uma

⁴⁵⁵ Pode-se inferir uma ordem de grandeza comparativa entre os sítios inventariados a partir dos valores por que foram avaliados (Anexo, p. 282 a 285), formando-se a seguinte escala de gradação em ordem decrescente: 1) Alagadiço Novo – avaliado em 22.000\$000; 2) Carrapicho – 4.000\$000; 3) Muriti-a-puá – 1.000\$000; 4) Gravito – 600\$000 e 5) propriedade próxima à Lagoa da Sapiranga – 500\$000. In Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. 48/50-50/52

constelação de terras de ordem de grandeza inúmeras vezes maior se comparada ao equipamento que conhecemos hoje pela porção tombada da Casa de José de Alencar.

Avaliados os bens, foi feita a partilha entre os herdeiros de José Martiniano, seus oito filhos. Nessa divisão, o patrimônio do Sítio Alagadiço Novo, dividido em cinco partes, coube aos filhos: Maria Amália d'Alencar, Bárbara Augusta, Joaquina Carolina, Argentina Adélia e o caçula Carlos, ficando de fora da divisão deste dito os herdeiros mais velhos, José, Leonel e Tristão (Anexo, p. 286 a 293).

Como se vê ainda no inventário⁴⁵⁶, houveram sobrepartilhas após a primeira divisão dos bens (Anexo, p. 294 a 297). A título de exemplo, em 6 de julho de 1865 os rendimentos do Alagadiço Novo chegou a 956\$950 que novamente foi dividido em cinco parte para os irmãos herdeiros de seus proventos. Dessa forma, percebe-se que a propriedade da terra em si continuou sob domínio da família. No local, viveu por grande parte da sua vida, a sexta filha de José Martiniano e Ana Josefina, Joaquina Carolina de Alencar.

4.4 A vida no Sítio: os anos de Joaquina Carolina de Alencar e — Francisco Bento de Souza Andrade

Após a morte do patriarca, a única descendente de Martiniano a morar em terras cearenses foi Joaquina Carolina, a sexta filha. Casada com o médico Joaquim Bento de Souza Andrade, Joaquina Carolina viveu no Sítio Alagadiço até o fim da vida do marido, após ficar viúva, arrendou as terras e mudou-se para Fortaleza voltando a habitar o Sítio quando casou-se novamente, com Antônio Barros de Lima⁴⁵⁷.

⁴⁵⁶ Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. pp. 164-165

⁴⁵⁷ De acordo com procuração encontrada nos livros de cartório do APECE, Joaquina Carolina já encontrava-se casada com Antônio Barros de Lima em 1901. *In* Arquivo Público do Estado do Ceará. Procuração bastante que fazem Antônio de Barros Lima e sua mulher. Livro do 1º Cartório Feijó, Ano 1901, p. 90

Sem registros do momento exato em que Joaquina Carolina e Joaquim Bento fixaram moradia no Alagadiço Novo, as informações sobre a segunda metade do século XIX foi retirada de periódicos da época, mais especificamente do acervo da Hemeroteca Nacional. Nesta pesquisa, encontrou-se, desde anúncio de cavalos furtados do Sítio (Anexo, p. 298) e oferecimento de recompensas até crônicas, em sua maioria de teor político, assinadas por Joaquim Bento sempre assinadas e datadas do Alagadiço Novo.

O jornal *O Cearense*, veículo de comunicação do Partido Liberal ao qual era filiado o cunhado de José de Alencar, é onde aparecem a quase totalidade dessas crônicas. No periódico, Joaquim Bento proferia suas opiniões políticas e divulgava abertamente suas desavenças e rixas pessoais, em especial com aqueles a quem chama de *Rodovalhos*, seguidores de Tristão Antunes de Alencar, líder político de Messejana, havido como Coronel pelo povo da região. Em episódio que marca tal desavença, o médico informa ter sido ameaçado e quase sofrido violência de um grupo de homens ligados a Tristão Antunes. Em seu relato Joaquim Bento diz que o grupo preparava-se para seguir em direção ao seu sítio

[...] com a policia e a flor da gente açodadamente chama la dos sítios Cambeba, Carrapixo e S. Christovao, munidas de cacetes e naturalmente de outras armas sob a direção do celebre Tristão em pessoa arvorado em autoridade! Era esta figura sinistra, cuja biografia faz arrepiar as carnes, quem soprara a pérfida calúnia, e planejava suscitar um conflito, talvez de deploráveis consequências para chegar a seus fins.⁴⁵⁸

Diversas foram as querelas encontradas a partir das palavras de Joaquim Bento, dentre essas, a maioria versava sobre o furto e uso de bois e escravos nos sítios dos desafetos, às vezes expandia-se para um teor mais político, sobretudo quando aproximavam-se as eleições para deputados, como na edição da *Gazeta do Norte* de 19 de dezembro de 1885 (Anexo p. 300 e 301)

Um outro tema abordado por Joaquim Bento diz respeito aos problemas da lavoura, em especial a da cana-de-açúcar. Entre os anos de 1874 a 1881, várias são as referências de Joaquim Bento à falta de braços para o trabalho, à baixa produção agravada pelas secas e, sobretudo, à necessidade de se

⁴⁵⁸ Edição de *O Cearense* de 25 de Maio de 1877 (Anexo, p. 299)

construir engenhos centrais para a meação da cana para a população de Messejana. Em 21 de junho de 1874, inicia sua fala da seguinte maneira:

Na presente crise, cuja gravidade todos sentem, não pode o Ceara prescindir de acompanhar as províncias do Rio e da Bahia na adopção dos melhoramentos indispensáveis á uma mais antiga, mais rendosa e mais segura produção agrícola; tal é a canna de assucar, planta que perfeitamente se accomoda e desenvolve em todas s zonas e climas da província, desde Mecejana até o Cariry, do Mossoró ás vertentes orientaes da Ibiapaba. A deficiência de braços uteis para o trabalho agrícola, determinada tanto pela constante sabida dos poucos escravos existentes, (o que não obstante é uma fortuna); como pela completa ausência da immigração; o atraso, diremos antes, a mais grosseira pratica e ignorância na manipulação do produto; as despesas excessivas dos agricultores, tudo aconselha uma radical e prompta reforma no sentido que havemos indicado e sem a qual irá inevitavelmente por terra a cultura da canna entre nós. Não há meio termo.⁴⁵⁹

E assim seguia o médico, destacando sobremaneira a “cruel” e “inexorável” ação do fisco sobre os agricultores, remetia às injustiças cometidas e rechaçando a excessiva cobrança. Em crônica de outubro do mesmo ano, após extensa exposição sobre as injustiças cometidas pelos lançadores do fisco, termina por clamar uma vez mais pela situação da lavoura:

A final de contas, porem, quem mais sofre, quem tudo paga é a malfadada lavoura, o bode expiatório de todos os sacrifícios e que nenhum beneficio colhe de quantas sommas se despendem em pura perda dos verdadeiros e legítimos interesses do paiz. A lavoura bem pode ser comparada a uma mãe desvelada e carinhosa, que anda maltrapilha e trabalha dia e noite para sustentar o luxo e as dissipações do filho prodigo, que toma-lhe o dinheiro dá-lhe com os pés na cara e a deixa estorcendo-se nas garras da miséria.⁴⁶⁰

As oratórias se repetem em jornais de anos subsequentes. Em conjunto com os anúncios ligados ao Sítio, o conjunto dessas crônicas aportam indicativos acerca dos aspectos da vida no Alagadiço Novo no fim de século XIX. O primeiro desses aspectos é o perfil eminentemente agrícola focado na cana-de-açúcar. A produção comandada pelo então marido de Joaquina Carolina parece sempre ter enfrentado problemas, ora frente à falta de mão-de-obra, ora frente às intempéries naturais e aos altos impostos cobrados pelo poder oficial.

⁴⁵⁹ Edição de *O Cearense* de 21 de Junho de 1874 (Anexo, p. 302 e 303)

⁴⁶⁰ Edição de *O Cearense* de 29 de outubro de 1874 (Anexo, p. 304)

Houve escravidão no Sítio. Ainda que o velho Martiniano, enquanto presidente de província, tenha se esforçado para trazer colonos estrangeiros para trabalhar no local no sentido de implantar outro tipo de regime de trabalho, o labor naquela terra também foi realizado por negros escravizados, fato indicado no inventário do padre de 1860, quando descreve as dependências do Alagadiço e realçado pelo seguinte anúncio de 1877:

Fugiu do Alagadiço Novo, o escravo Jacintho, com os signaes seguintes: tirando á mulato, estatura regular, franzino e poucoladino; olhos, nariz e boca regulares; dentes perfeitos. Tem uma cicatriz de queimadura antiga no pescoço. É natural do Rio de Janeiro. Quem o trouxer ao abaixo assignado, ou ao Dr. Joaquim Felicio, na Capital será gratificado. Alagadiço Novo, 25 de Maio de 1877. Joaquim Bento

⁴⁶¹

Visto isso, pode-se resumir a caracterização do Sítio Alagadiço da seguinte forma: desde sua origem ao fim do século XIX, o lugar definiu-se como clássica unidade agrícola, produtora de cana e derivados, escravagista e patriarcal, isto é, configurava o arquétipo de propriedade canavieira com casa grandes e senzala, existente no litoral nordestino, sobretudo na Bahia e Pernambuco, e presente no Ceará, particularmente, na região de Messejana.

Outros aspectos referentes à contingência do Sítio no contexto social da época tocam, sobretudo à questão da criminalidade e da impunidade, temas que renderam lastimosas crônicas de Joaquim Bento nas quais o médico protestava contra a desmoralização da autoridade e os vigentes sintomas de “lassitude moral e prostração” da população.

Mas foram as secas já narradas que mais afetaram as preocupações do médico, posto que, provavelmente, atingiram intensamente a produção do Sítio Alagadiço. Narrou Joaquim Bento a miserável procissão de refugiados da intempérie e o estado geral em que se encontrava a província, isto que vem ilustrar o quadro descrito anteriormente sobre o êxodo de fim de século e o consequente inchaço demográfico da capital e de suas adjacências. Publicada n’*O Cearense*, a crônica *A secca de 1877* de 6 de Julho do mesmo apresenta retrato do citado desvelado em emocionante relato válido de transcrição:

⁴⁶¹ Edição de *O Cearense* de 25 de Maio de 1877 (Anexo, p. 305)

Eis-nos no começo da catástrofe, prologo sinistro da tragédia mil vezes homérica de que vai ser teatro pavoroso a superfície de nossa desditosa província! Não há duvida!

[...]

Aos olhos d'alma parece desdobrar-se por sobre a terra cearense um imenso sudário morticor envolvendo com longas dobras fúnebres toda a criação!

Ubique pavor ubique famitis imago! Imensamente afflictivo é o movimento que se opera em todas as direcções centraes da província; ao N. ao S. e ao Occidente; movimento unanime, imprimido a todos os seres vivos pela mão implacável e fatídica do destino!

A par dessa desastrosa deslocação em massa parece ecoar nas regiões incandescentes do espaço grande rumor confuso, indistincto, zumbido ou murmúrio titatinico, formado pela junção de centenaes de mil vozes humanas, porventura de mais de um milhão de vozes humanas, exprimindo todas as mesmas ideas.

Terror, fome, sede, nudez, humilhações, prostituição, roubos, assassinatos, comunismo de bens, violências de [?] da a ordem, abandono de tudo, hesitações ofegantes, partida ao acaso, açoitamento na retirada, desespero enfim, eis uma ligeira idea da vertiginosa quadra em que nos achamos!

Terrível unanimidade!

Ahi desponta a romaria fúnebre da miséria; pés descalços, rotos os vestidos, andrajos, palidez morta! E a todos os semblantes de homens, mulheres e crianças de todas as idades e condições, tudo nivelado, trilhando todos a estrada ardente de envolta em ondas de pó asphyxiante, tocada por um solo de fogo, em busca da beira mar!

Ao longo das campinas, das vargens e devesas outr'ora encantadoras, tapetadas de verdura e repletas de nedias manadas e rebanhos, onde a natureza abria sorrisos divinos de prazer e de amor, onde a vida surgia com a criação bolicosa, hoje convertidas em tristes paramos, ressequidos, ahi campêa o espectro sinistro da devastação acercada de myriadas de urubus, essas funestas aves, torpes hospedes da morte, os quaes lhe esvoação em torno, já saciados de carniça.

Impossivel é tentar descrever as peripécias da enorme tragédia, dessa longa, implacavel, furiosa exterminação.

Esta secca é um furacão; peor, mil vezes peor que o furacão. O furacão passa rápido; faz depressa o seu officio. Quem escapou escapou. A guilhotina é preferível ao suplicio lento de Prometheu ou de Tantalos.

A secca ninguém escapa.

Ah! Não enganei-me. Escapão alguns, os traficantes titulados, que batem moeda sobre a miséria publica, os bandidos, os operários da

libidinagem, os corvos humanos; aqueles que farejão as victimas para despoja-las como fasia o Thernador no campo de batalha de Waterloo.

Ahi vem já em caminho o préstito fúnebre a grande debandada, arrastando-se desde as extremas desta e das províncias visinhas, gente do Icó, de Lavras, do Pereiro, do Limoeiro, de Russas, de Sobral, do Tamboril, de Saboeiro, Inhamuns, Quixeramobim, Quixadá, Rio do Peixe, Maioridade de todos os lados em uma palavra. Muitos já se adiantarão; Baturité está cheio; d'ali transbordão as ondas para Pacatuba, Maranguape e capital e isso ainda é o ensaio do prólogo; são os prelúdios da grande catástrofe que nos aguarda.

Entretanto o governo imperial não acredita que haja secca no Ceará!

[...]

Mas, qual! Preparemo-nos para as peripécias luctuosas que necessariamente hão de assignalar estradas, caminhos, povoações, villas e cidades; tudo o que a imaginação pode conceber do desespero e as angustias da miséria hão de suscitar nos paroxismos cruciantes da inanição que rapidamente se precipitão; tudo se há de ver nesta desgraçada terra.

O Ceará vai perecer!

Alagadiço Novo, 6 de julho de 1877

Joaquim Bento

4.5 Fim de Século: o destino do Sítio

No exemplar de *A República* de 19 de Janeiro de 1894 (Anexo, p. 306). encontra-se um anúncio em que Joaquina Carolina colocou a venda o Sítio Alagadiço Novo e quatro casas na vila de Messejana (possivelmente aquelas deixadas pelo falecido senador Alencar). Pouco tempo depois, em 24 de Abril do mesmo ano, no mesmo periódico lê-se uma chamada à missa de sétimo dia de Joaquim Bento (Anexo, p. 307). Sem descrição da *causa mortis* do médico, não seria errado inferir que, qualquer que tenha sido o mal que acometeu o marido, Joaquina Carolina optou por não dar continuidade ao trabalho de manejo do Sítio. Assim, viúva, tentou desfazer-se daquelas terras e passou a morar, conforme indicam os anúncios, no centro da Capital à Rua Senador Pompeu, número 164.

Ainda no ano de 1894, no mês de março, portanto pouco antes da morte de Joaquim Bento, Joaquina Carolina arrendou o Sítio Alagadiço a Manoel Moreira Pequeno e Possidônio Mardocheu Rodrigues, conforme escritura registrada em cartório (Anexo, p. 308 e 309), pela quantia de um conto e duzentos mil reis anuais. No mesmo documento, são especificadas as limitações geográficas do Sítio e as servidões a que teriam direito de usufruto os arrendatários.

Dentre essas últimas, todas as instalações apontadas no inventário de José Martiniano persistiam: a casa de morada, engenho a vapor, alambiques, bois e outros bens. Já sobre os limites, diz o documento que o Alagadiço Novo extremava “[...] a nascente com o sítio “Gravito”, e terras de José de Alencar [?] de Britto; ao poente com o Sítio “Carrapicho”, de Afranio de Alencar Benevides, ao norte com terras do Machado e ao sul com terras do Muritiapuá [...]”⁴⁶²

A descrição confirma os indícios aventados por meio dos resquícios toponímicos e permite a proposição do seguinte diagrama locacional que justapõe os sítios formadores da grande propriedade pertencente a José Martiniano de Alencar, cuja sede seria precisamente o Alagadiço Novo (Fig. 40).

Aos outros sítios, Carrapicho, Gravito e Muriti-a-puá acometeu-se o mesmo destino, desmembrados, foram frequentemente citados em escrituras de venda e hipotecas oferecidas por seus donos subsequentes à família Alencar (Anexo, p. 310 a 313). Tais documentos apontam para o prenúncio do processo que seria observado no século seguinte: a expansão da malha urbana de Fortaleza realizada através da incorporação de terras e criação de loteamentos na região sudeste. Ver-se-á adiante: comprados por grandes incorporadores, os grandes sítios seriam desmembrados e gradualmente loteados para configurar as feições dos atuais bairros da cidade.

⁴⁶² Escritura de arrendamento que faz D. Joaquina de Alencar de Sousa Andrade, de seu sítio denominado Alagadiço Novo (na freguesia de Mecejana, a Manoel Moreira Pequeno e Possidônio Mardocheu Rodrigues, por tempo de cinco annos, a conto e duzentos mil reis annuais. Livro N° 13-A (cópia). 1o Cartório Feijó. Ano 1894

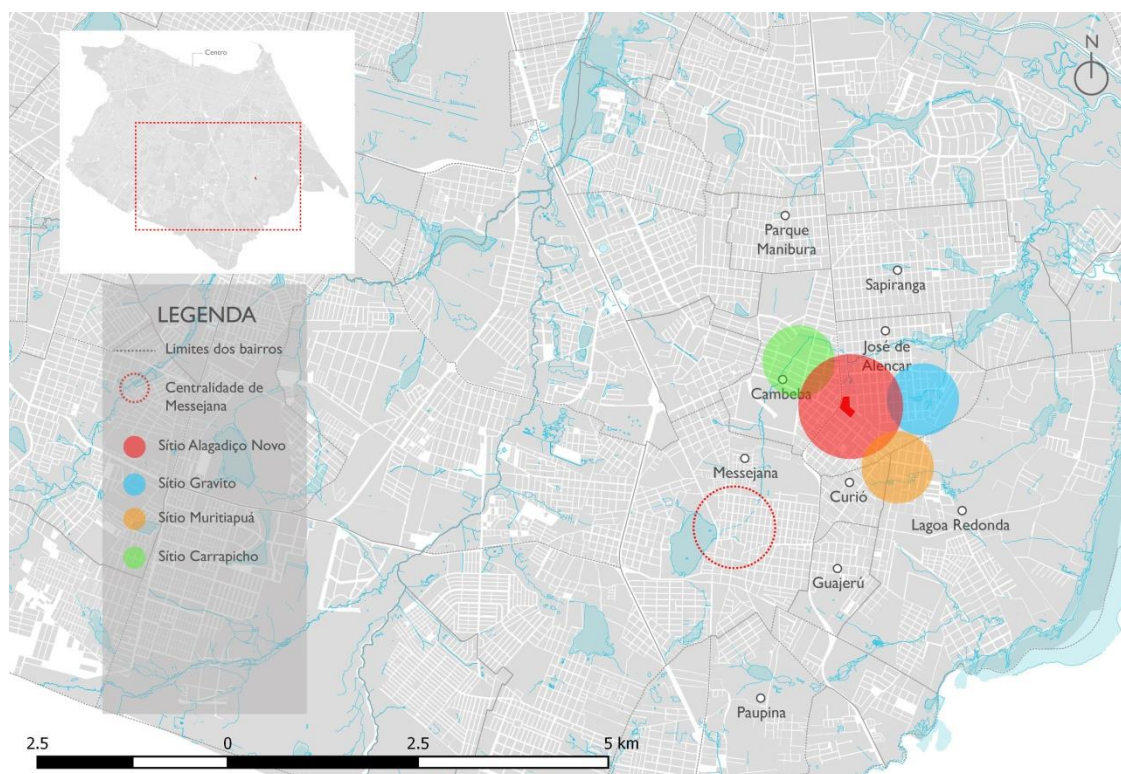


Figura 40: Mapa esquemático da posição dos sítios de José Martiniano a partir da observação dos registros toponímicos existentes. FONTE: Elaboração própria.

Viu-se, então, que o século XIX foi o século em que Fortaleza se firmou como cidade e adentrou à modernidade ainda que sofrendo com violentos reveses naturais e sociais. Foi também o período em que Messejana lutou para manter a autonomia administrativa e os limites de seu território e período em que se passa praticamente todo o ciclo de vida da família Alencar⁴⁶³ e sua relação com o Sítio Alagadiço. Foi, enfim, período em que a prenunciada desigualdade social fortalezense delineou-se deixando vislumbrar os definidos contornos que tomara posteriormente. O resumo desses aspectos pode ser resumido no fluxograma (Fig. 41) da evolução urbana desta fase e no mapa que o segue (Fig.42).

⁴⁶³ Aqui se refere apenas à família imediata de José Martiniano de Alencar.



Figura 41: Fluxograma de evolução Urbana Fortaleza x Sítio Alagadiço Novo x Messejana (Fase Alencarina: 1810-1930). FONTE: Elaboração própria.

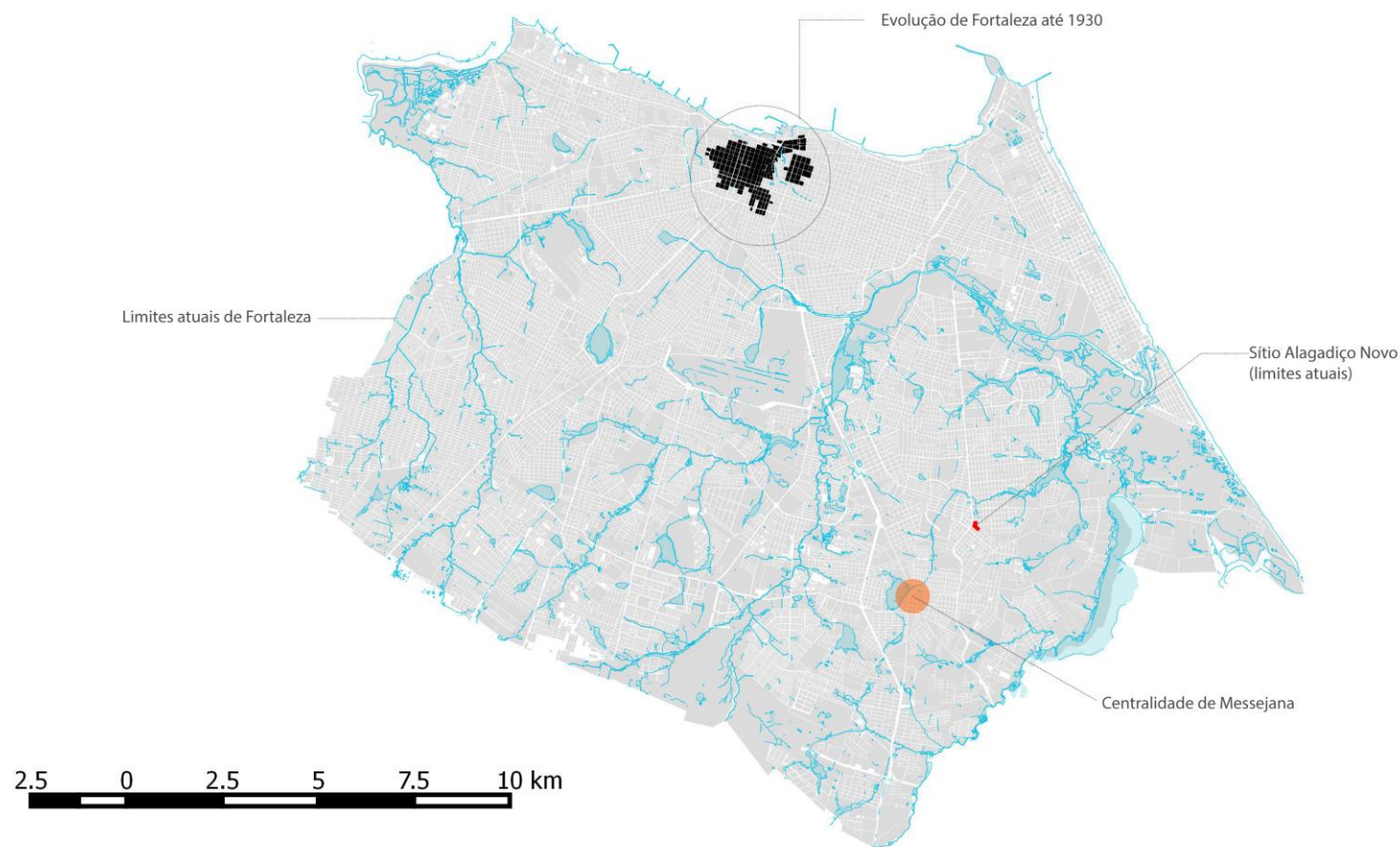


Figura 42: Evolução Urbana de Fortaleza até 1930. FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados de geoprocessamento fornecidos pela PMF (Disponíveis em: [http:// dados.fortaleza.ce.gov.br](http://dados.fortaleza.ce.gov.br)) com sobreposição do mapa “Planta da cidade de Fortaleza de 1932” (Código Municipal, Decreto 70, 13.12.1932/ Imposto Predial de 1934 *Apud* ANDRADE. 2012. p. 49).

*[...] não somos meros espectadores mas
participantes ativos no processo de
destruição que lacera nossos corações.
Contemos as lágrimas e pisamos fundo no
acelerador*

*Marshall Berman*⁴⁶⁴

Capítulo 5

Fase Pós-Alencarina (1930-2018): O Sítio e a Metrópole

Até aqui foram expostas as fases anteriores ao fato histórico aqui denominado d atribuição de valor ao Sítio Alagadiço Novo. Compreendeu-se, no processo, como se deu a formação dos núcleos históricos de Fortaleza e de Messejana, assim como recuperou-se a trajetória dos Alencar no que se refere à ocupação do Sítio. O objetivo deste capítulo é continuar o resgate histórico do Sítio, agora na fase posterior ao ciclo de vida dos Alencar. Para isso, foram investigadas as dinâmicas mais recentes de expansão de Fortaleza, nomeadamente o crescimento do setor sudeste, onde localizam-se o atualmente Distrito de Messejana e a área remanescente do Sítio Alagadiço.

⁴⁶⁴ BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade. Companhia de Bolso. São Paulo. 2014. p.341

5.1 Toponímia de Fortaleza: homenagens a José de Alencar —

Antes de adentrar propriamente na última fase da evolução da cidade de Fortaleza e do Sítio, é importante destacar, ainda que resumidamente, um aspecto importante para a discussão sobre os valores do Sítio Alagadiço Novo: o lançamento de José de Alencar à celebridade. No início da década de 50 do século XIX, Alencar formou-se em direito em São Paulo e atuou como advogado em escritórios. Entre 1854 e 1858 escreveu para as redações dos jornais *O Correio do Rio de Janeiro* e *O Diário do Rio de Janeiro*, neste último, lançou, dentre outras obras, *Cinco Minutos* (1856), *O Guarani* e *A Viuvinha* (1857), obras que, segundo Nogueira⁴⁶⁵, foram de sucesso imediato. A esta época, conforme Menezes⁴⁶⁶, Alencar já era “cercado de larga fama como romancista e teatrólogo”.

Bem sucedido também em sua carreira política, o escritor assumiu, em 1858, a Secretaria de Estado, Negócios e Política⁴⁶⁷ no Rio de Janeiro, foi professor de Direito, em 1860 e elegeu-se deputado pelo Ceará em 1861, momento em que se deu uma das duas únicas visitas que fez à terra natal após deixá-la aos nove anos de idade.

Nos anos 60 do século XIX, lançou, dentre outros textos, *Lucíola* (1862) e *Iracema* (1865), sempre com boas repercussões. Em síntese, a celebridade de José de Alencar no eixo político e cultural Rio de Janeiro/São Paulo já era notória em meados do século XIX. Conhecido por suas criações literárias publicadas desde sua atuação nos jornais cariocas, Alencar foi consagrado, em vida, como um dos mais importantes escritores do catálogo Garnier⁴⁶⁸.

⁴⁶⁵ NOGUEIRA, Marcus Vinicius Soaes. Texto de apresentação. In: ALENCAR, José. Como e porque sou romancista (1893) 1ª ed. Editora Moinhos. 2017

⁴⁶⁶ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977. p. 139

⁴⁶⁷ MENEZES, Raimundo. José de Alencar Literato e Político. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977. p. 147

⁴⁶⁸ A Livraria Garnier localizava-se no Rio de Janeiro e esteve em atividade entre 1844 e 1934 sendo notável por sua fama de lançar escritores que viriam a tornar-se famosos, como Machado de Assis e José de Alencar.

Com esses fatos em mente e a título de comparação, importa relacionar alguns fatos sobre a inserção da figura de Alencar no imaginário coletivo fortalezense, por meio da adoção de uma toponímia urbana de homenagem (Fig. 43), fato que contribuiu para despertar a reflexão precedente a esta pesquisa. Dentre outros tributos prestados ao escritor pela capital cearense, estão:

- (I) O Teatro José de Alencar, ícone arquitetônico da capital, construído e nomeado pela administração municipal em 1910;
- (II) Praça José de Alencar, antiga Praça Marquês de Herval, que recebeu, em 1929, uma estátua em bronze de José de Alencar, seguida, poucos anos depois, pela mudança do nome do logradouro;
- (III) Bairro Praia de Iracema: antigamente denominado Praia do Peixe⁴⁶⁹, teve seu nome alterado na década de 1930, época em que acontecia a gradual mudança de usos e de grupos sociais frequentadores do local;
- (IV) As mais famosas estátuas de Iracema da capital datam de: 1965 (estátua do Mucuripe); 1996 (Praia de Iracema) e 2004 (Lagoa da Messejana);
- (V) O bairro José de Alencar, onde localiza-se o Sítio estudado, chamava-se, até 2007, Alagadiço Novo. A mudança ocorreu através de projeto de lei da vereadora Fátima Leite em 26 de Dezembro de 2007;

⁴⁶⁹ Segundo o Turismólogo Gerson Linhares, a antiga Praia do Peixe teve seu nome modificado por meio do lançamento de um concurso quando, por volta da década de 30, o padrão social do bairro passou de uma tipologia mais simples de ocupação (casas de pescadores, daí porque “Praia do Peixe”) a construção de casas de veraneio para fortalezenses mais abastados. (FONTE: artigo *Praia de Iracema: De Praia do Peixe a berço da boemia cearense* na edição do Jornal O Povo de 09 de Maio de 2013. Disponível em: <http://20.opovo.com.br/app/colunas/opovonosbairros/2013/05/09/noticiasopovonosbairros,3053032/de-praia-do-peixe-a-berco-da-boemia-cearense.shtml>)



Figura 43: Mapa dos lugares e monumentos de Fortaleza dedicados à memória de José de Alencar. FONTE: Elaboração própria

Como se pode inferir das informações colhidas, medidas concretas, asseguradas legalmente, somente foram adotadas no início do século XX, mais de meio século decorrido do apogeu experimentado por Alencar no país. A importância deste aspecto será consolidada nas considerações gerais do trabalho. Enquanto isso retoma-se a seguir a evolução de Fortaleza e do Sítio Alagadiço em sua última fase.

5.2 Século XX: a iniciativa privada na evolução de Fortaleza —

Viu-se que as reformas e remodelações destinadas à modernização de Fortaleza marcaram o fim do século XIX e começo do XX, tempo em que também ocorreram o fim do ciclo algodoeiro do Ceará e, por consequência, da *Belle Époque* fortalezense. Esse período de transição ficou marcado por um intenso crescimento populacional da cidade, observado por Castro⁴⁷⁰, que, sobre

⁴⁷⁰ CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. 1977.p. 35

Fortaleza afirma ter havido um inchaço, um crescimento desenfreado e desordenado que teria começado nas décadas anteriores a 30 e apresentado um salto significativo a partir da seca de 1932. Para se ter uma ideia, o incremento populacional no núcleo entre 1900 e 1920 foi de cerca de 63%, passando de 48,4 mil a 78 mil habitantes, segundo o censo de 1920.

Em termos de ocupação urbana, a diferença observada entre as últimas décadas do século XIX e o início da década de 30 do século XX foi quase irrisória. Ao se comparar a planta executada por Adolpho Herbster em 1888 (Anexo, p. 269) e a Planta da Cidade de 1932 (Figs. 44 e 45), Andrade aponta que as duas possuem a mesma ordem de grandeza. No entanto, na segunda se pode notar o aparecimento de novos loteamentos nos arrabaldes da cidade, para além do perímetro da área planejada por Herbster⁴⁷¹.

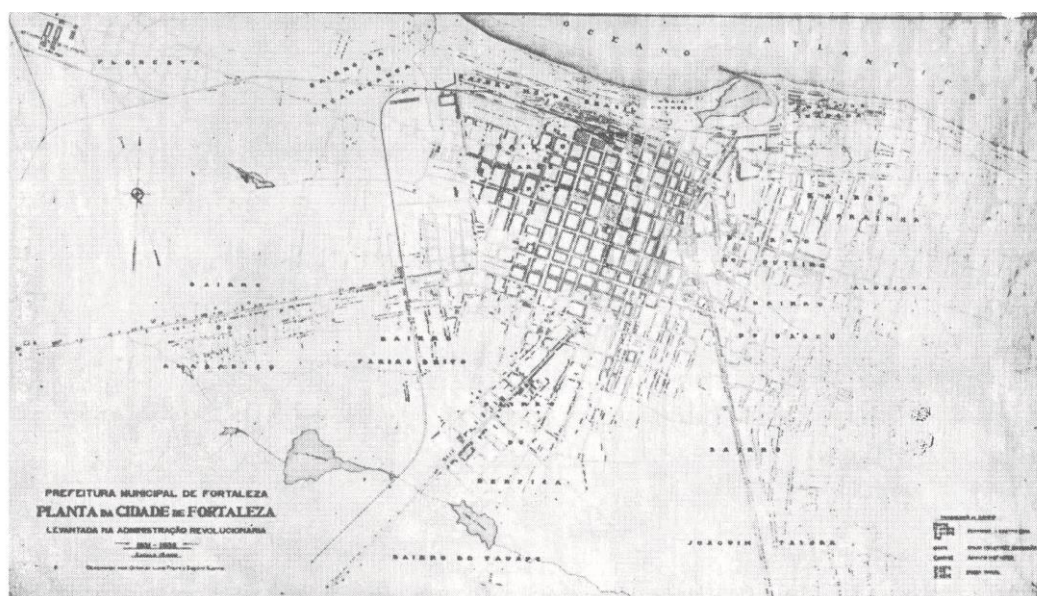


Figura 44: Planta da Cidade de Fortaleza levantada na administração revolucionária. FONTE: PMF *Apud* ANDRADE, 2012, p.189

⁴⁷¹ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012.pp. 189-194

Para alguns autores, os anos 30 marcam relevante ponto de inflexão para a evolução da cidade. Castro⁴⁷², por exemplo, afirma que o período define o início de uma fase em que a expansão e o fracionamento de Fortaleza direcionaram-se para as periferias do centro urbano e passaram, progressivamente a ser decididos pelo mercado privado, deixando de seguir os planos propostos pela administração pública.

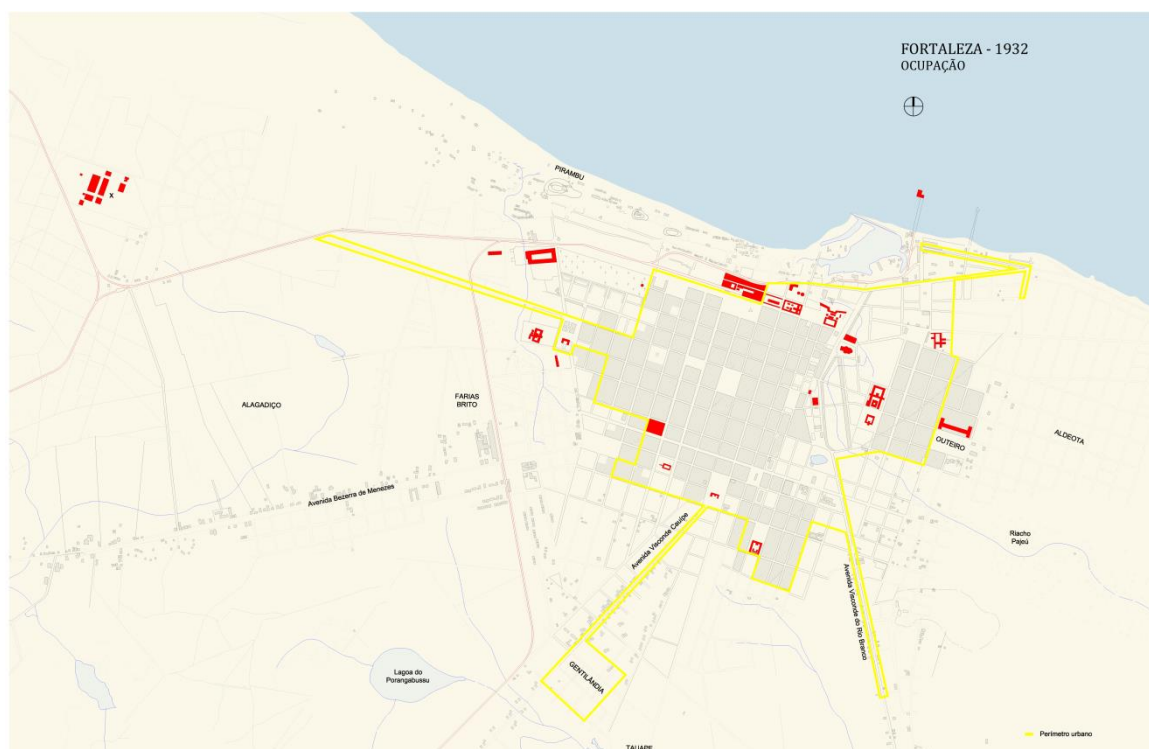


Figura 45: Reconstituição cartográfica da Planta da Cidade de Fortaleza de 1932 com ocupação do solo urbano. FONTE: ANDRADE, 2012, p. 194

Segundo o autor, tal fracionamento foi

levado a cabo sem o menor respeito aos interesses coletivos, oficializado por ignorância ou complacência das autoridades responsáveis, representa sem dúvida uma das causas que respondem pelo atual descalabro e pelas tragédias que desabaram sobre a organização urbana brasileira, perfeitamente caracterizados a partir de 1930 e que passam a atingir aspectos inacreditáveis após o fim da 2ª Guerra Mundial.

Dessa forma, o crescimento, que antes seguia o padrão reticulado dos planos de Paulet (1818) e Herbster (1875/1888), passou a atender à lógica de

⁴⁷² CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. 1977.pp. 31-32

expansão regida pelo aumento da base fundiária da cidade, que se dava por meio da criação de loteamentos, orquestrada pelo nascente mercado imobiliário. Segundo Andrade, o período iniciado em 1930 perdura até hoje e foi uma fase em que se testemunhou a

introdução tardia de um novo ideário urbanístico (típico da Primeira República), representado no “Plano de Remodelação e Extensão” do engenheiro Nestor de Figueiredo [1933]. Proposto, o plano foi refutado de imediato, o que demonstra o fracasso do poder público nos seus esforços disciplinadores e indutores do crescimento da cidade.⁴⁷³

A tese da autora⁴⁷⁴ sobre esse momento é de que na década de 30 houve a perda da capacidade do poder público de induzir e direcionar o crescimento urbano, atribuição que foi assumida pela iniciativa privada. Em função disso, se nas décadas precedentes o espaço da cidade era marcado pela mistura de funções, a década de 30 viu o nascimento de uma estrutura urbana segregada. A partir daí, ficaram cada vez mais definidas as áreas destinadas a cada grupo social e a cada tipo de uso da terra urbana.

Episódio que simboliza o início do predomínio da iniciativa privada foi a construção do Porto do Mucuripe, em 1938⁴⁷⁵. O evento ampliou as possibilidades de importação e contribuiu para o desenvolvimento da rede comercial interna da Capital. A localização do Porto do Mucuripe era, de fato, bastante conveniente as intensões dos exportadores e comerciantes que já se tinham instalados na região central com seus armazéns e comércio. Assim, com a influência de que dispunham sobre a decisão final, esse grupo comerciante conseguiu fazer com que o equipamento fosse erigido na Praia do Mucuripe, fato que, para Castro, criou

contradição insuperável no zoneamento natural que a cidade realizava, tumultuando a ordem histórica com que tinham sido dispostas as funções urbanas; indústria – a oeste, comércio – no

⁴⁷³ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p. 1

⁴⁷⁴ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p. 251-252

⁴⁷⁵ Criado por decreto pelo então presidente Getúlio Vargas.

centro, e residências abastadas a leste, porque se localizou, mais a leste ainda, o porto.⁴⁷⁶

Na sequência dessa fase iniciada nos anos 30, aumentou o número de novos bairros e estradas da cidade, acentuando-se ainda mais o domínio do mercado privado a definição das novas áreas a serem incorporadas nos arrabaldes do centro urbano. Como parte fundante dessa dinâmica de crescimento, a classe dominante de Fortaleza conduziu o processo de autosegregação sócioespacial, escolhendo isolar-se e criar nova centralidade urbana. Nessa evolução,

Os bairros mais modestos [foram] se espalhando ao longo das ferrovias, nas quais, principalmente na zona oeste, [surgiram] as indústrias. As pessoas mais abastadas começam a preferir a Aldeota, pelo clima a barlavento [...] A Aldeota passa a exercer atração irresistível, pelo que tem seus limites antigos absurdamente ampliados, neles aparecendo englobados e diluídos outros bairros então já existentes [...]⁴⁷⁷

A Aldeota foi a localidade escolhida pela classe dominante que, ao transpor a barreira do Rio Pajeú, firmou moradia e transformou o local em novo bairro de prestígio na cidade. Conforme Castro, a partir daí o bairro expandiu-se “gigantescamente, pelo menos na geografia popular, tal [era] a busca de gente deslumbrada pelo bairro, cuja citação do nome, como endereço, por si só já [bastava] para conferir status social!”⁴⁷⁸

A incorporação de novas áreas nos subúrbios seguiu, primeiramente, os eixos oeste e sudoeste, onde grandes loteamentos foram implantados de maneira desordenada, configurando o que Andrade⁴⁷⁹ chama de “colcha de retalhos”. Ao relacionar a ocorrência de tal processo ao Código de condutas de 1932, ainda vigente à época, a autora percebeu que:

a prefeitura não induziu a ocupação de novas áreas mas garantiu a qualidade dos resultados, deixando ao sabor dos interesses dos

⁴⁷⁶ CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. 1977. p. 37-38

⁴⁷⁷ CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. 1977. p. 35-36

⁴⁷⁸ CASTRO, Liberal. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza. CREA/Ce. Fortaleza. 1977. pp. 35-36

⁴⁷⁹ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p. 254

particulares a colagem de novos loteamentos nas áreas envoltórias da cidade, justapostos de forma “anárquica” e não planejada.⁴⁸⁰

Assim, ainda que restasse ao poder público a fiscalização do processo de construção da cidade, vê-se, pelos autores citados, que sucumbira a era dos planos reguladores. Representativamente, o plano de Nestor de Figueiredo, de 1933, foi um fracasso e não chegou mesmo a sair do papel. Na trilha desse processo,

a cidade seguiu sendo transformada pelas mãos dos empreendedores imobiliários que capitanearam a produção de áreas novas, constituindo uma malha viária diversificada e anárquica, e observa-se que o poder público perdeu a capacidade de indução e condução do processo. [...]O centro prosseguiu sua trajetória sem nenhuma “*cirurgia urbana*”. No entanto, as novas legislações vão induzir de maneira decisiva seu processo de verticalização.⁴⁸¹

Outra mudança relevante ocorrida nas primeiras décadas do século XX, foi a extinção última da Vila de Messejana, em 1921⁴⁸². A partir desse momento, o antigo município passou a compor o território administrativo de Fortaleza, agora sob a ordem de distrito⁴⁸³. Os reveses sofridos com as secas do fim de século XIX e começo do XX e a perda da capacidade de produção, foram fortes motivos que levaram à extinção do seu status de cidade.

Quanto a isso, há que se destacar que não se pode pensar na ocorrência de uma conurbação visto que, à época da supressão do município, Fortaleza não passava dos limites propostos no Plano de 1875 de Adolpho Herbster e Messejana distava alguns quilômetros do centro da capital. Monteiro⁴⁸⁴, ao examinar a ancestralidade do núcleo urbano de Messejana no processo de

⁴⁸⁰ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. p. 254

⁴⁸¹ ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012. 257

⁴⁸² A anexação do município de Messejana ocorreu mediante a criação da Lei Nº 1913 de 31 de Outubro de 1921 e se deu em conjunto com a da Vila da Parangaba (antigo Arronches), outra das três vilas de índios criadas nos tempos da Colônia.

⁴⁸³ Segundo Fuck Jr. (2004, p. 142) nas leis de organização administrativa do Município, “[...] não há menção à supressão dos distritos (utilizados ainda pelo IBGE) e, no tocante à criação das SERs [Secretarias Executivas Regionais], houve apenas uma descentralização administrativa no atendimento às reivindicações populares e na execução de tarefas, propriamente (também foram criados ou reformulados outros órgãos e instâncias municipais, de planejamento e gestão).”

⁴⁸⁴ MONTEIRO, Emanuela Rangel. Deslocamento da forma urbana na Zona Sudeste de Fortaleza. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. p. 89-94

evolução da Capital, constatou a permanência de aspectos morfológicos na configuração do atual distrito, dentre eles a herança de um traçado irregular, a presença de uma ambiência singular de forte identidade local e permanência de determinados usos do solo, como por exemplo, dos sítios agrícolas ainda existentes na região.

À época da anexação, Messejana era ainda um povoado tipicamente agrícola, mas com, com as secas, o surgimento dos automóveis e a melhoria das estradas, os habitantes de Messejana passaram a buscar outras oportunidades, enquanto os sítios remanescentes sobreviveram da venda de frutas e verduras que ainda plantavam⁴⁸⁵. Assim, o declínio da agricultura local mudou o destino fundiário da antiga vila que logo foi incorporada à Capital sob a forma de loteamentos. Da mesma forma que na Capital, também em Messejana, o predomínio do investimento privado passou a ser lei nas questões de crescimento e transformação do solo urbano.

5.3 A emergência da Metrópole: vetores de crescimento

O impulso da iniciativa privada acelerou a ocupação dos subúrbios da cidade e a construção do porto do Mucuripe, em 1938, fomentou as importações comerciais, desencadeando, dessa forma, a rede de comércio interno da Capital. Com isso, iniciou-se novo ciclo econômico em Fortaleza, momento em que ficaram visíveis os vetores de expansão radioconcêntricos da cidade. Sobre o tema, Diógenes⁴⁸⁶ afirma que:

Nas diversas análises de estudiosos acerca da configuração metropolitana de Fortaleza, é recorrente a identificação de quatro vetores de expansão, os quais correspondem ao sistema de vias radiais que partem da Capital e que, desde os primórdios, marcaram de forma decisiva a expansão da Cidade, constituindo verdadeiros vetores de crescimento.⁴⁸⁷

⁴⁸⁵ NETO, Felipe. Muito Além dos Muros do Forte. Premium Editora. Fortaleza. 2010.p. 60

⁴⁸⁶ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012. p. 148

⁴⁸⁷ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012.p. 148

De fato, desde a planta de Silva Paulet, de 1817, pode-se acompanhar a presença de tal sistema de crescimento radioconcêntrico observando o direcionamento dos “eixos viários de herança histórica”⁴⁸⁸, isto é, das estradas criadas até então. A sequência cronológica de mapas elaborada por Diógenes evidencia com clareza essa estruturação radial de que se fala (Figs. 46 a 55).

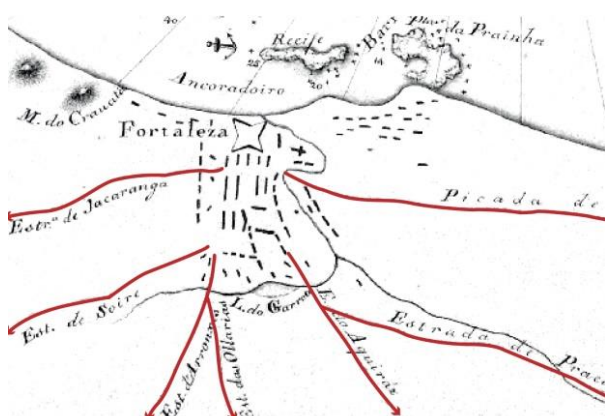


Figura 46: Planta do Porto e Villa da Fortaleza, 1817 - Silva Paulet com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: CODEF/PMF Apud DIÓGENES, 2012, p. 149

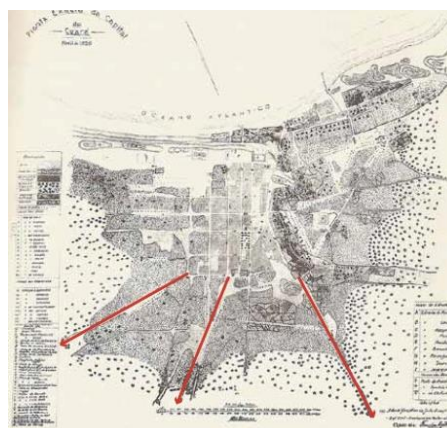


Figura 47: Planta Exacta de Fortaleza, 1859 - Adolfo Herbster com marcação de vetores de crescimento. FONTE: CODEF/PMF Apud DIÓGENES, 2012, p. 150

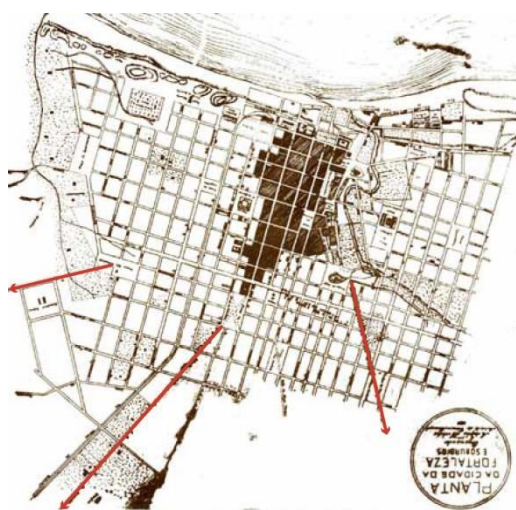


Figura 48: Planta da cidade de Fortaleza e subúrbios, 1875 - Adolfo Herbster com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: CODEF/PMF Apud DIÓGENES, 2012, p. 151



Figura 49: Planta da cidade de Fortaleza, 1888 - Adolfo Herbster com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: CODEF/PMF Apud DIÓGENES, 2012, p. 151

⁴⁸⁸ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012. p. 156

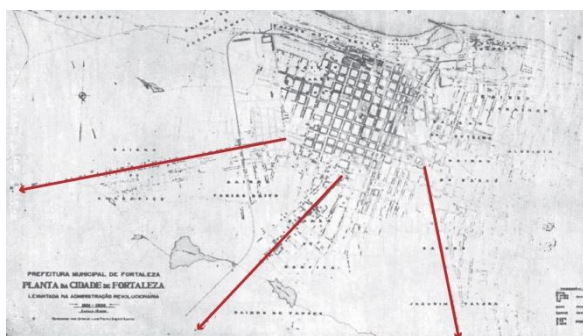


Figura 50: Planta cadastral da cidade de Fortaleza de 1932 com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: PMF *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 152



Figura 51: Levantamento aerofotogramétrico do Exército, 1945 com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: DIÓGENES, 2012, p. 153

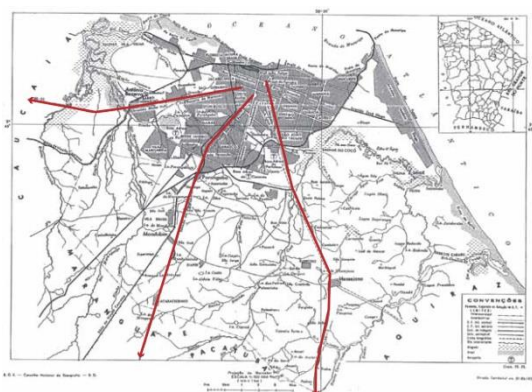


Figura 52: Planta de Fortaleza de 1956 com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: IBGE *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 153.



Figura 53: Planta da Região Metropolitana de Fortaleza – AUMEF, 1977, com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: AUMEF *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 154.

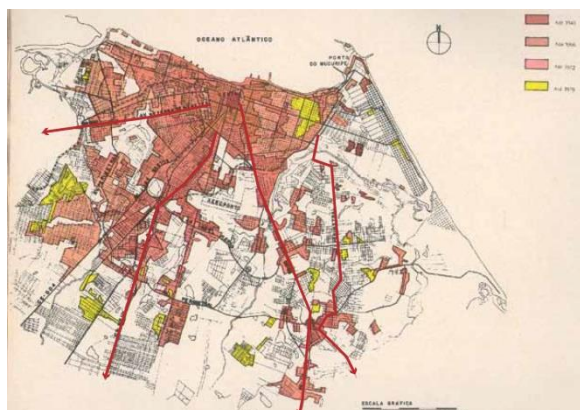


Figura 54: Mapa da evolução urbana de Fortaleza em 1982 com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: PMF *Apud* DIÓGENES, 2012, p. 154.

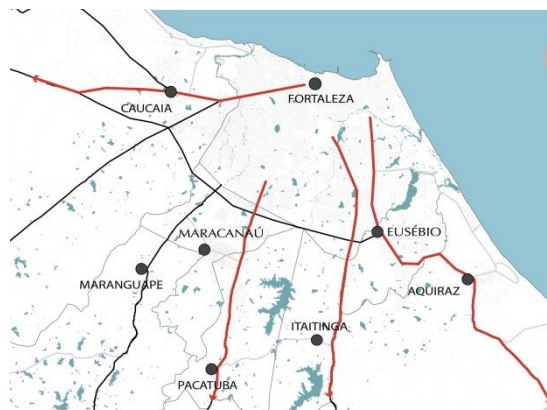


Figura 55: Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza, 2011 com marcação dos vetores de crescimento. FONTE: DIÓGENES, 2012, p. 155

A partir dessa recuperação cartográfica, Diógenes identifica quatro principais vetores de expansão no crescimento de Fortaleza (Fig. 56).

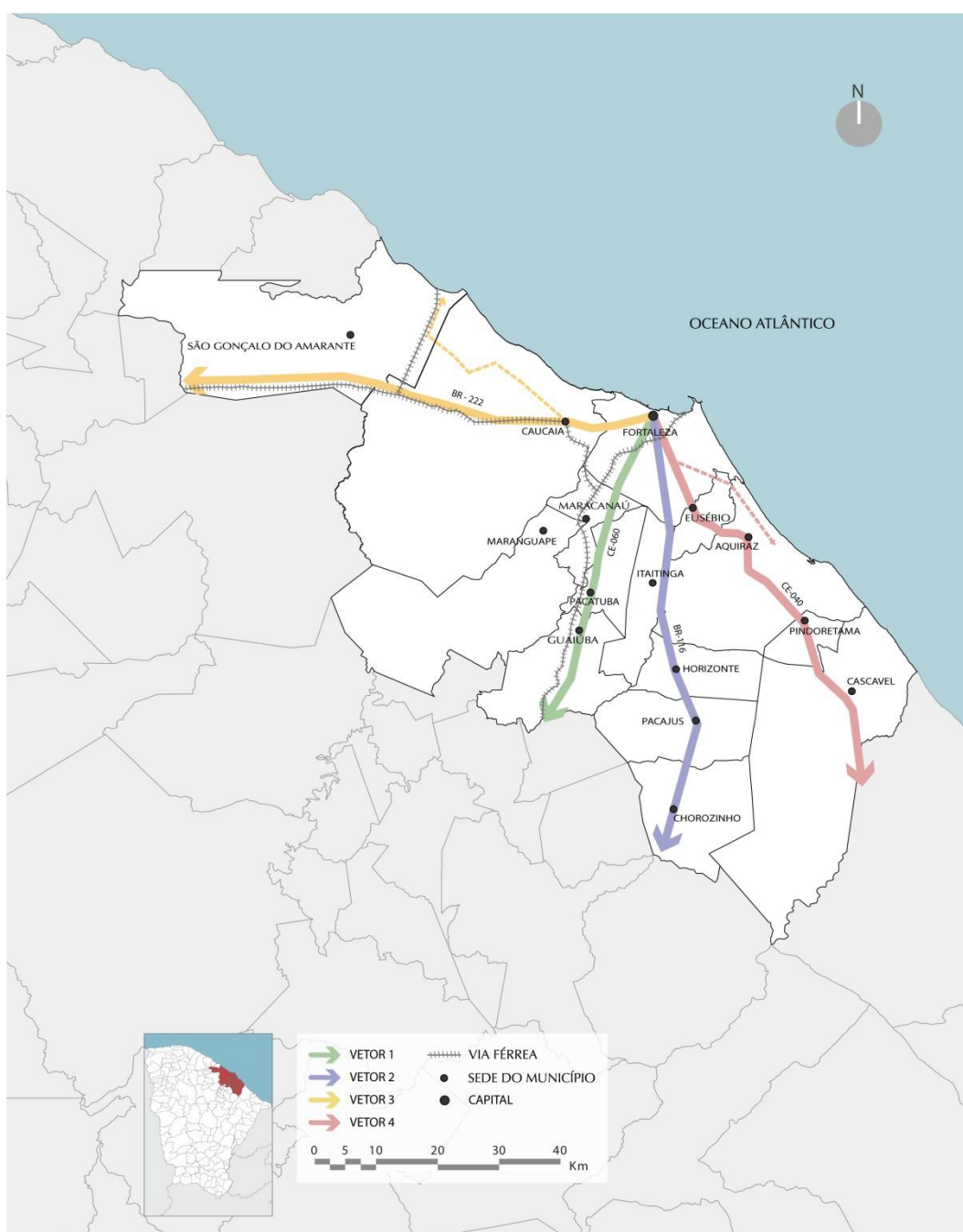


Figura 56: Principais vetores de crescimento de Fortaleza de acordo com DIÓGENES, 2012.
 FONTE: DIÓGENES, 2012, p.157

A mancha da ocupação urbana da cidade, conforme demonstra a autora, obedeceu aos eixos estruturantes formados pelas vias e ferrovias que partiam do centro da Capital e resultaram em um desenho “semiestelar”⁴⁸⁹, “padrão comum

⁴⁸⁹ Expressão utilizada pela autora.

às metrópoles que se desenvolvem junto ao litoral, em território sem grandes obstáculos físicos.”⁴⁹⁰ Os quatro vetores propostos por Diógenes são:

Vetor 1 – de ocupação aís antiga, [onde] a malha urbana parece expandir-se em continuidade com o tecido urbano pré-existente, como o prolongamento da ocupação do Município de Fortaleza. **Vetor 2** – [emergente a partir da] implantação recente de indústrias nas margens da BR 116 nos Municípios do Eusébio, Horizonte e Pacajus, [que fizeram] surgir núcleos ligados a elas, ao longo da rodovia, distanciados entre si e separados por extensas áreas rurais, manifestando características da urbanização dispersa. **Vetor 3** – [caracterizado por dinâmicas diversas, como:] 1) a expansão residencial da classe de mais baixa renda, conformando periferias densas no limite oeste e sudoeste de Fortaleza; 2) a atividade turística verificada na faixa litorânea; e 3) o Complexo Industrial Portuário do Pecém, situado na porção final desse vetor, que constitui área com tendência crescente de concentração urbana [...]. **Vetor 4** – situado no setor sudeste da Metrópole, corresponde ao mais recente vetor de expansão. É o que apresenta formas mais diferenciadas de tecido urbano, tais como a formação de uma área de centralidade e de porte no trecho inicial [...].⁴⁹¹

Logo, segundo a autora entende-se que o crescimento direcionado para oeste, referente às classes menos abastadas, significou um maior adensamento dessa parte da cidade, enquanto, a porção leste, e especialmente a sudeste da cidade foram incorporadas pelas classes dominantes que buscavam melhores lugares para fixar residência e, assim, produzir um setor demograficamente menos denso e com padrão construtivo diferenciado.

Exposto o modo peculiar de expansão de Fortaleza, convém lembrar que a década de 40 foi o período em que se consolidou o adensamento do núcleo original inicial e firmou-se o vetor 3, descrito por Diógenes. Na década de 60 a estrutura tradicional e monocêntrica da cidade foi rompida e, consolidando-se o bairro Aldeota⁴⁹². Depois, já na década de 70, ocorreu o adensamento da zona leste e a periferização que seguiu o direcionamento leste-sudeste, movimentos que caracterizam o vetor 4 proposto por Diógenes, este que só veio a se consolidar na década de 90. Sobre esse último movimento, Monteiro afirma:

⁴⁹⁰ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. *Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza*. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012. p. 156

⁴⁹¹ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. *Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza*. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012. p. 230

⁴⁹² MONTEIRO, Emanuela Rangel. *Deslocamento da forma urbana na Zona Sudeste de Fortaleza*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.p 36

O adensamento da zona leste se coloca entre simultâneo e conseqüente ao adensamento da Aldeota propriamente dita. De fato, para além deste bairro e de seus vizinhos imediatos (Varjota e Meireles), estavam em consolidação, na década de 1970 e por parte dos proprietários das famílias Diogo, Patriolino Ribeiro, Dionísio Torres e Gentil, inúmeros bairros adjacentes – entre os quais Dionísio Torres, Papicu, Antônio Diogo e Cocó – através da implantação crescente de estabelecimentos de ensino, centros comerciais e grandes loteamentos [...]⁴⁹³

A autora acredita, ainda, que o processo de incorporação de terras nos setores leste e sudeste de Fortaleza foi, em termos morfológicos, marcado por uma descontinuidade planejada e com teor ideológico. Quanto a isso estão de comum acordo Bezerra⁴⁹⁴, Diógenes⁴⁹⁵, Monteiro⁴⁹⁶ e Santos⁴⁹⁷: A produção do espaço urbano do setor sudeste de Fortaleza, aglutinador da formação urbana de Messejana, obedeceu aos desígnios da iniciativa privada proprietária de grandes terras na região.

Esse movimento pode ser sintetizado no que Flávio Villaça aponta como a “autossegregação sócioespacial” da classe dominante. Segundo o autor, tal marcha é inexorável, “mais cedo em algumas metrópoles, mais tarde em outras - as classes acima da média vêm tendendo a se segregar crescentemente em uma única região geral da metrópole”. Corolário desse modelo de desenvolvimento é o fato de que, como observado no setor sudeste de Fortaleza, “as burguesias segregadas controlam a produção do espaço urbano dominando equipamentos centrais e não-centrais, atraindo-os para sua direção de deslocamento.”⁴⁹⁸

⁴⁹³ MONTEIRO, Emanuela Rangel. Deslocamento da forma urbana na Zona Sudeste de Fortaleza. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.p 38

⁴⁹⁴ BEZERRA, Celina Maria Torres Portugal. Dos passos de gazela de Iracema ao rastro do capital: O cotidiano das (os) Tapioqueiras (os) de Messejana Fortaleza-ce. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza. 2005

⁴⁹⁵ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012

⁴⁹⁶ MONTEIRO, Emanuela Rangel. Deslocamento da forma urbana na Zona Sudeste de Fortaleza. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

⁴⁹⁷ SANTOS, Elizete de Oliveira. "Articulações entre Estado e grandes proprietários fundiários na constituição do eixo sudeste de valorização imobiliária em Fortaleza-CE." Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino 2.2 (2012): 13-40

⁴⁹⁸ VILLAÇA, F. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo. Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institut. 1998. Pp. 311-313

A esta pesquisa interessa particularmente a urbanização do setor sudeste, posto que a trajetória do Sítio Alagadiço Novo Ihe é intrínseca. Dessa forma, é necessário estudar, com mais profundidade, os caminhos históricos e consequências projetadas sobre o objeto de estudo por esse movimento específico de expansão da cidade.

5.4 Últimas dinâmicas de expansão: a consolidação do setor sudeste

O vetor mais recente de expansão de Fortaleza foi o que seguiu para sudeste. Sobre a urbanização dessa área há um consenso entre os estudiosos⁴⁹⁹: na correlação de forças que define a produção do espaço urbano, a iniciativa privada foi o grande agenciador do seu desenvolvimento local. Estabelecida essa premissa, propõe-se nesse item a caracterização do setor sudeste, principalmente, com base no trabalho já citado de Diógenes⁵⁰⁰.

Assim, conforme Diógenes, a região considerada tem nas Avenidas Washington Soares/CE 040 (antiga Perimetral) e Maestro Lisboa/CE 025 seus eixos estruturantes (Fig. 57). As duas avenidas dirigem-se aos municípios do litoral leste do Estado e ambas “funcionam como eixo de ligação entre os bairros típicos de residência da classe média alta na Capital e as novas áreas ocupadas pelos condomínios fechados no Eusébio e pela atividade turística no litoral de Aquiraz.”⁵⁰¹

Ainda segundo a autora, os padrões de apropriação e produção do espaço no setor o classificam como uma “zona nobre”, pois abrangem “uma mistura de bairros residenciais, comércio e serviços elitizados, além de apresentar intensa valorização imobiliária, crescente verticalização e alguns bolsões de favelas, que resistem em determinados trechos”⁵⁰². Nessa linha, Fuck

⁴⁹⁹ Ver: FUCK JR, 2004; BEZERRA, 2005; MONTEIRO, 2007; SANTOS, 2012a e 2012b

⁵⁰⁰ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012

⁵⁰¹ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012. p. 238

⁵⁰² DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012. p. 242

Junior⁵⁰³ descreve a região como “composta por bairros bastante heterogêneos quanto aos aspectos socioeconômicos e ambientais”, isto é, desigual e com a presença de áreas verdes e terrenos a serem ocupados.



Figura 57: Vista aérea do setor sudeste com principais vias estruturantes. FONTE: DIÓGENES, 2012.p.241

⁵⁰³ FUCK JR., Sérgio Cesar de França. Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do município de Fortaleza, Ceará – Brasil. In: Caminhos de Geografia - revista online. Fortaleza, 2004p. 142

Diógenes diz, ainda, que o sudeste fortalezense foi urbanizado através de uma relação de “beneficiamento mútuo” entre o Poder Público e a iniciativa privada. Nessa parceria, os proprietários de grandes extensões de terras passaram a construir, sobretudo a partir da década de 70, equipamentos públicos como shoppings, escolas e universidades particulares, enquanto, de outro lado, o poder público seguia investindo em infraestrutura e serviços, permitindo maior valorização da área.⁵⁰⁴ Sobre essa organização, Santos lembra que:

A atividade de implantação de loteamentos [em Fortaleza] era regulada apenas em nível local até a década de 1970, quando foi aprovada a chamada Lei do Loteamento (Lei nº 6766/79) em nível federal. Dessa forma, a política de expansão urbana estava totalmente nas mãos do poder local, que geralmente se articulava com os grandes proprietários de terras ou detentores de capital (que quase sempre eram os mesmos).⁵⁰⁵

Retomando o que foi adiantado no capítulo anterior, recorda-se que as consequências da grande seca de 1877-79 assolaram os sítios produtores da região de Messejana e arredores. Com a falência de seus proprietários, conta Fuck Júnior⁵⁰⁶, “os terrenos foram sendo divididos (parcelados) e vendidos, iniciando o processo de urbanização [da área]”, que tornaria os antigos sítios nos atuais bairros ou conjuntos habitacionais da região.

A partir da década de 30 a desigualdade social de Fortaleza passou a se delinear, constituindo-se nos fundamentos da segregação sócioespacial da cidade. Com a seca ocorrida em 1932, a imigração para a capital intensificou-se

⁵⁰⁴ Diógenes relata prática comum empreendida entre iniciativa privada e poder público no que toca ao modelo de desenvolvimento urbano do setor sudeste de Fortaleza e entendido pela autora como “beneficiamento mútuo”. Segundo ela: “Equipamentos públicos e educacionais diversos foram construídos em terrenos cedidos por esses proprietários fundiários, visando a uma valorização futura das terras adjacentes. Constituíam assim uma espécie de prática verificada na época: implantava-se um equipamento por vezes sem justificativa técnica e em áreas pouco adensadas; e seguida, iniciava-se a implementação de melhorias em infraestrutura, pagas pelos contribuintes, que promoviam a sua valorização e estimulavam a comercialização de terrenos até então pouco valorizados.” (DIÓGENES, 2012, p. 249).

⁵⁰⁵ SANTOS, Elizete. Propriedade privada da terra e expansão urbana: o caso da concentração fundiária na implantação de loteamentos em Fortaleza (1930-2000). In *Ateliê Geográfico – revista eletrônica*. V. 6 N. 4. Pp. 61-87. ISSN: 1982-1986. Goiânia. 2012b. pp. 73-74

⁵⁰⁶ Lembra-se, dentre esses bairros estão o Cocó, o Alagadiço Novo, o Cambéba, o Estância (Dionísio Torres), o Colosso, o Tunga (na “Água Fria”) In FÜCK JR., Sérgio Cesar de França. Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do município de Fortaleza, Ceará – Brasil. In: *Caminhos de Geografia - revista online*. Fortaleza, 2004.p.152

gerando, por consequência - lembra Santos⁵⁰⁷ - os abarracamentos que originaram as grandes favelas na cidade. Esse fato logo forçou as elites locais a buscarem novos terrenos que as mantivessem distantes de tal dinâmica.

Ainda nos anos 30 do século passado, institucionalizou-se a atividade imobiliária como ramo econômico em Fortaleza, mantendo os vícios de origem, como o desprezo pelo interesse coletivo e o desdém para com a autoridade pública. Santos⁵⁰⁸ observa que, nos anos 40, já loteava-se a cidade de forma dispersa, embora se observe um “suave direcionamento para leste/sudeste”. De acordo com a autora, nesse período, famílias que “eram/são grandes proprietárias de terras urbanas passaram a investir na atividade de parcelamento do solo, transformando antigos sítios e chácaras em loteamentos”. Destacando as famílias Gentil, Diogo, Patriolino Ribeiro e Manoel Sátiro, a autora afirma:

[...] guiados por uma visão global do processo de estruturação urbana da cidade, [tais incorporadores] adotaram para os 4 loteamentos do distrito de Messejana o instituto da *enfiteuse*, garantindo uma parcela da renda fundiária urbana para o futuro. Com efeito, até hoje as transações de comercialização de imóveis nas áreas enfiteuticadas, cujo direito de uso foi transferido para outros promotores imobiliários e/ou simples compradores, geram para esses incorporadores o direito ao *laudêmio*, um tributo que o senhorio cobra sobre o valor da transação envolvendo terceiros, que pode chegar a 2,5% do valor da transação [...].⁵⁰⁹

Na década de 50, Fortaleza apresentou um crescimento demográfico registrado em 90,5%⁵¹⁰, esta foi a década em que mais loteamentos foram implantados. Apesar disso, praticamente todas as áreas loteadas a sudeste não entravam no perímetro urbano vigente proposto pelo Plano Diretor de Remodelação e Extensão de Fortaleza de 1947. Nessa década destacaram-se como expoentes dessa diminuta classe de grandes proprietários de vasta terra urbana, as famílias Gentil, Menezes, Arruda, Ribeiro, Diogo e Pereira.

⁵⁰⁷ SANTOS, Elizete. Propriedade privada da terra e expansão urbana: o caso da concentração fundiária na implantação de loteamentos em Fortaleza (1930-2000). In *Ateliê Geográfico – revista eletrônica*. V. 6 N. 4. Pp. 61-87. ISSN: 1982-1986. Goiânia. 2012b. p. 77

⁵⁰⁸ SANTOS, Elizete. Propriedade privada da terra e expansão urbana: o caso da concentração fundiária na implantação de loteamentos em Fortaleza (1930-2000). In *Ateliê Geográfico – revista eletrônica*. V. 6 N. 4. Pp. 61-87. ISSN: 1982-1986. Goiânia. 2012b. p. 73

⁵⁰⁹ SANTOS, Elizete de Oliveira. "Articulações entre Estado e grandes proprietários fundiários na constituição do eixo sudeste de valorização imobiliária em Fortaleza-CE." *Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino* 2.2 (2012a): 13-40. pp. 30-31

⁵¹⁰ SANTOS, Elizete. Propriedade privada da terra e expansão urbana: o caso da concentração fundiária na implantação de loteamentos em Fortaleza (1930-2000). In *Ateliê Geográfico – revista eletrônica*. V. 6 N. 4. Pp. 61-87. ISSN: 1982-1986. Goiânia. 2012b. p. 77

Como já relatado, durante os anos 60 ocorreu o rompimento do monocentrismo central e a consolidação do bairro Aldeota (de classe alta). Esse fato diz respeito ao momento “em que as elites firmam seus deslocamentos [na] linha de crescimento leste de Fortaleza, ultrapassando os vetores históricos de crescimento nos sentidos oeste e sudoeste”⁵¹¹. Monteiro aponta que essa década representou também um hiato programado (pela classe dominante incorporadora de terras e responsável pelos loteamentos) que visou à especulação e ao aumento do valor pecuniário dos terrenos que permaneceram inativos na região desde a década de 40.

Neste ponto, Santos destaca o descompasso entre a atividade dos especuladores imobiliários e a legislação urbanística da época e lembra que

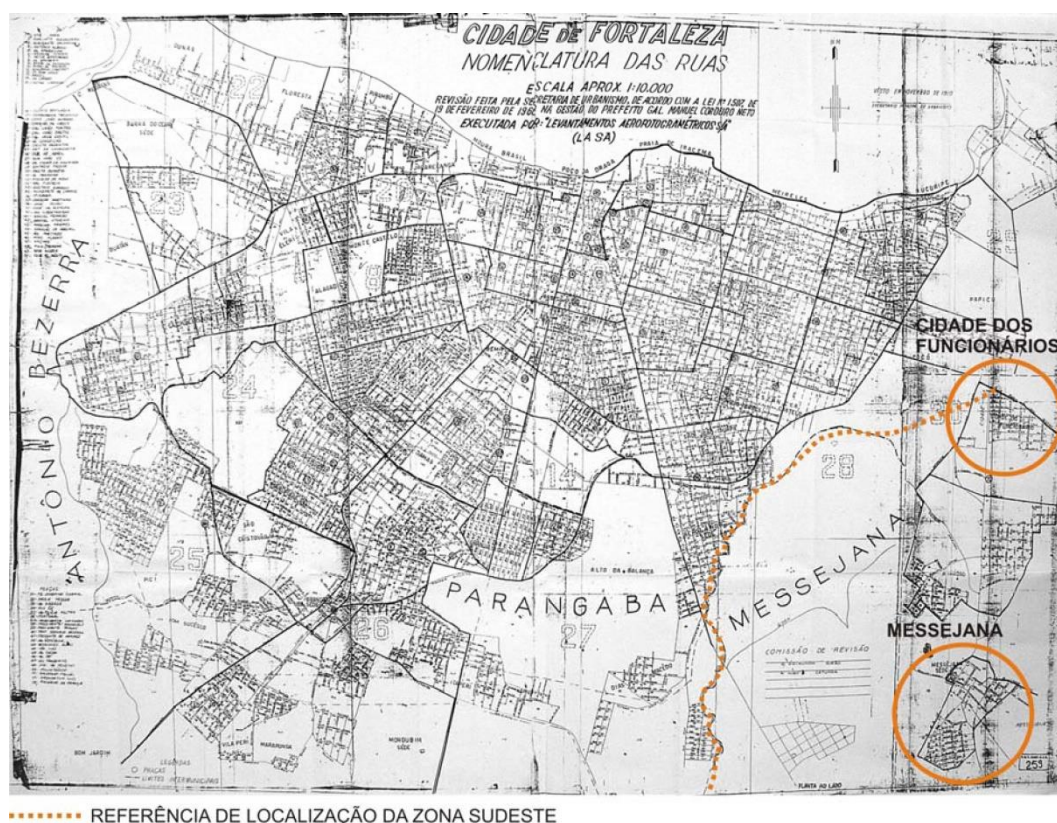
[...] a implantação dos loteamentos era aprovada com base nos Códigos de Postura até 1962 (Código de Postura de 1893, de 1932 e de 1948), quando foi aprovado o primeiro Código Urbano de Fortaleza. Posteriormente, a regulamentação dos loteamentos passou a ser prevista pelas Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (lei 4.486 de 1975, e lei 5.122-A de 1979, que vigora até hoje com relação ao parcelamento do solo, com algumas modificações introduzidas pelos planos diretores posteriores). Desse modo, aprovaram-se muitos loteamentos em áreas rurais, desconectadas da malha urbana e de expansão urbana, previstas nos planos de remodelação de 1933 e de 1947 e no plano diretor de 1963.⁵¹²

Assim foi loteado o sudeste de Fortaleza: com loteamentos destacados entre si em um processo que se ajusta com perfeição à imagem de uma “colcha de retalhos” lembrada por Andrade. Recorde-se que, à margem desse processo está a área central de Messejana, que, segundo Monteiro⁵¹³, constitui uma preexistência morfológica da história urbana de Fortaleza, posto que deriva de núcleo que surgiu e cresceu concomitantemente à Capital (Fig. 58).

⁵¹¹ MONTEIRO, Emanuela Rangel. Deslocamento da forma urbana na Zona Sudeste de Fortaleza. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.p 36

⁵¹² SANTOS, Elizete de Oliveira. "Articulações entre Estado e grandes proprietários fundiários na constituição do eixo sudeste de valorização imobiliária em Fortaleza-CE." *Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino* 2.2 (2012a): 13-40. pp. 22-24

⁵¹³ MONTEIRO, Emanuela Rangel. Deslocamento da forma urbana na Zona Sudeste de Fortaleza. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.p 36



..... REFERÊNCIA DE LOCALIZAÇÃO DA ZONA SUDESTE

Figura 58: Planta da cidade com nomenclatura de ruas, Levantamentos Aerofotogramétricos S.A. – LASA, 1960. Ainda durante a década de 60, Messejana aparece destacada da Capital. FONTE: PMF *Apud* MONTEIRO, 2007. p. 37

A transição para a década de 70 trouxe fatos relevantes à evolução urbana do sudeste fortalezense. Em primeiro lugar desponta a transposição do Rio Cocó⁵¹⁴, que até então significava uma barreira física ao crescimento naquela direção. Como consequência dessa transposição, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Fortaleza (PLANDIRF) de 1972⁵¹⁵ foi o primeiro documento a incluir no perímetro urbano oficial, parte do setor sudeste.

Em segundo lugar, o bairro da Aldeota, reduto da classe dominante desde os anos 30, conheceu o adensamento, a supervalorização e a falta de possibilidade de atender as demandas por novos terrenos para as habitações

⁵¹⁴ Segundo Diógenes (2012, p. 289), o Rio Cocó: [...] percorre grande extensão do setor sudeste, constitui um dos principais recursos hídricos da Região Metropolitana de Fortaleza. Com uma extensão de 45 km, tem sua nascente localizada na vertente oriental da serra da Aratanha, no Município de Pacatuba, desaguando no oceano Atlântico entre as praias do Clube Caça e Pesca (Praia do Futuro) e da Sabiaguaba.”

⁵¹⁵ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012p. 243

unifamiliares. A Praia do Futuro, área para a qual, mais logicamente se direcionaria o crescimento, não foi capaz de absorver tal afluxo e o crescimento tomou outra direção (Fig. 59). Sobre o assunto, as palavras de Diógenes são:

Seria de se esperar que a expansão da zona residencial de alta renda acompanhasse a extensão da orla marítima, em direção à Praia do Futuro, ao leste, como aliás ocorreu em outras cidades brasileiras situadas no litoral [...] Em Fortaleza, contudo, esse processo se deu de forma diferenciada, apesar de ter havido uma tentativa nesse sentido, nas décadas de 1970-1990. O desenvolvimento da Praia do Futuro não ocorreu, em parte, em razão da ausência de infraestrutura e da presença de favelas, mas, principalmente, em decorrência das altas taxas de salinidade apresentadas, que dificultaram a moradia naquela orla.⁵¹⁶

À Praia do Futuro restringiu-se, então, o uso industrial, com a proximidade do Porto do Mucuripe, o turístico, com uma “rede rarefeita de hotéis” e o residencial de alto luxo, com a construção de isoladas mansões no bairro Dunas.⁵¹⁷ Frente à impossibilidade de um maior adensamento na área, a classe



Figura 59: Mapa de Fortaleza com os bairros de mais alta renda e movimentos de expansão segundo DIÓGENES, 2012. FONTE: DIÓGENES, 2012.p. 251

⁵¹⁶ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012pp. 249-250

⁵¹⁷ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012. p. 249

de maior renda que procurava novos terrenos, passou a se estabelecer no setor sudeste da Capital. Acompanhando esse movimento, “Grandes lotes foram comercializados, em áreas antes destinadas aos sítios e ali foram construídas grandes mansões, já inviabilizadas na Aldeota”⁵¹⁸.

Verificou-se também na década de 70 um forte deslocamento do setor de comércio e serviços de Fortaleza para a região sudeste, consolidando-se naquela área, sobretudo no eixo da Avenida Washington Soares, uma nova centralidade da Capital. Assim, em paralelo com o uso residencial, começaram a se instalar escolas, instituições e comércios na porção inicial da avenida. Em alguns casos o espaço físico dessas instituições foi erigido em terreno próprio, como a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), de 1973, a Imprensa Oficial, 1978, o Banco do Estado do Ceará e a Academia de Polícia, (hoje, demolida, deu lugar ao Centro de Eventos do Ceará)⁵¹⁹.

Não parando por aí, no segundo mandato do ex-Governador Virgílio Távora (1979-1982) foi construído no bairro Cambéba⁵²⁰, nas proximidades de Messejana e do Alagadiço Novo, o centro Administrativo do Estado, para o qual foi transferido todo o aparato de secretarias e repartições ligadas ao Governo do Estado, inclusive o Palácio do Governo, de onde despacha o Governador. O fato é simbólico: além de consolidar o desenvolvimento daquela centralidade em ascensão, levou-se para perto das classes dominantes, e para longe do centro da cidade, a maior referência do poder estadual. Foi precisamente neste período em que a área remanescente do Sítio Alagadiço Novo – já à época propriedade da UFC – cedeu espaço para a escola municipal que ainda hoje funciona em seu domínio (Figs. 60 e 61).

⁵¹⁸ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012. p. 250

⁵¹⁹ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012. pp. 249-250

⁵²⁰ Nome do antigo Sítio, justaposto às propriedades de José Martiniano de Alencar, do qual derivou o nome do atual bairro.



Figura 60: Placa de inauguração da Escola Iracema criada por decreto do então governador do Ceará Virgílio Távora, em 1979. FONTE: Acervo da pesquisadora

Durante as décadas de 80 e 90 consolidou-se a ocupação do setor sudeste a partir do direcionamento e aceleração de obras de infraestrutura para a região. Dentre outros projetos, foi concluído, na década de 90, o trecho da Avenida Washington Soares que se estende até a Av. Ministro José Américo, precisamente à altura do Sítio Alagadiço hoje.



Figura 61: Imagem aérea com localização da EEMTI Iracema, hoje, dentro dos limites de tombamento do Sítio Alagadiço Novo. FONTE: Google Earth com legenda própria.

Sobre o assunto, Monteiro⁵²¹ afirma que o desenvolvimento da avenida constituiu ponto de ruptura na morfologia da cidade, pois gerou o “arrefecimento da força exercida pelo centro tradicional na manutenção do histórico padrão radial” como se vê na figura 62.

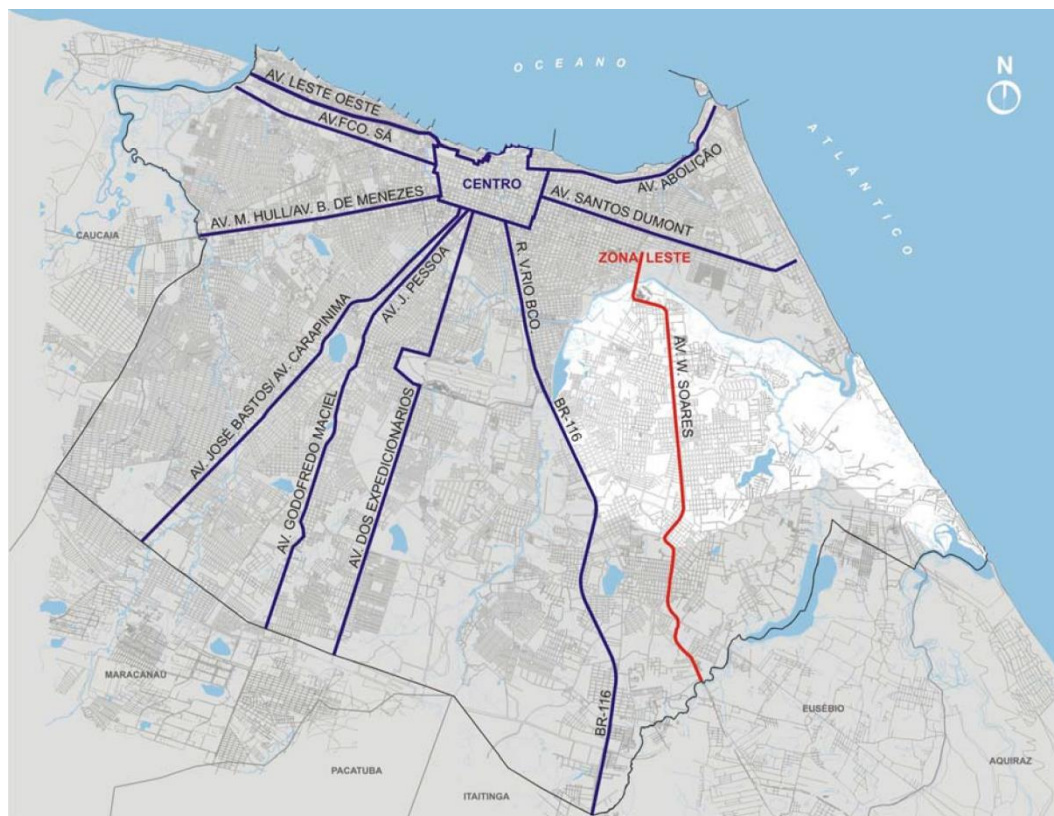


Figura 62: Ilustração da “resistência” da Avenida Washington Soares ao padrão radioconcêntrico de Fortaleza. FONTE: MONTEIRO, 2007, p.47

No mesmo padrão seguiram os anos 2000 no setor sudeste, isto é, apesar da significativa queda no número de loteamentos implantados⁵²², novos projetos viários continuaram sendo implementados, como o alargamento da Avenida Maestro Lisboa, em 2009. Da mesma forma, prosseguiram as construções de condomínios fechados e aumentou o número de comércios e serviços de alto padrão nessa já consolidada centralidade de Fortaleza.

⁵²¹ MONTEIRO, Emanuela Rangel. Deslocamento da forma urbana na Zona Sudeste de Fortaleza. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.p. 48

⁵²² SANTOS, Elizete. Propriedade privada da terra e expansão urbana: o caso da concentração fundiária na implantação de loteamentos em Fortaleza (1930-2000). In Ateliê Geográfico – revista eletrônica. V. 6 N. 4. Pp. 61-87. ISSN: 1982-1986. Goiânia. 2012b. p. 79

Em síntese, constatou-se, a partir dos autores estudados que os responsáveis pelo processo de loteamento do setor sudeste foram grandes proprietários fundiários provenientes de famílias ricas. Especial auxílio à compreensão do processo e dos atores responsáveis foi obtido nos trabalhos das já citadas autoras Monteiro e Santos. O mapa de loteamentos datados de Fortaleza (Fig. 63) e o quadro cronológico simplificado dos loteamentos da cidade (Tabela 04) foram elaborados por Monteiro e podem ser perfeitamente complementados pelo levantamento de Santos a respeito das famílias proprietárias das terras em questão (Figs. 64 e 65).

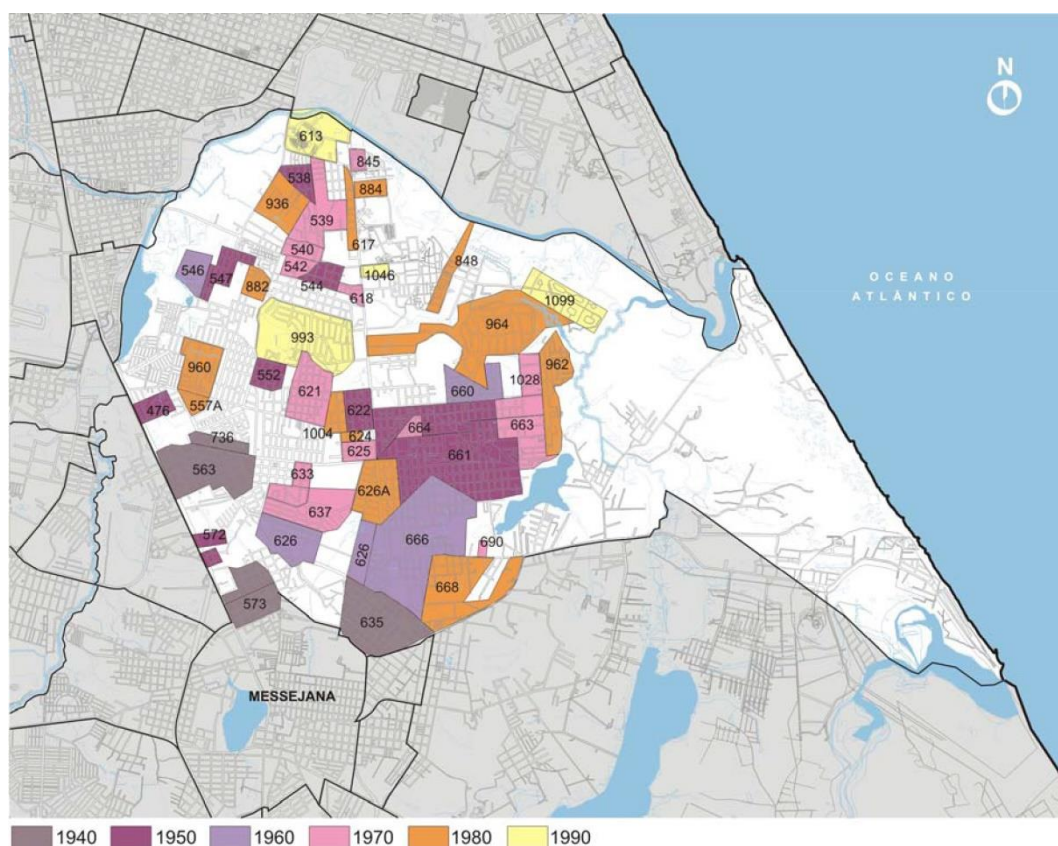


Figura 63: Mapa ilustrativo do histórico de loteamentos do setor sudeste por décadas. FONTE: MONTEIRO, 2007, p. 96. Elaborado através de informações da PMF

Tabela 4:

Histórico simplificado do parcelamento da região sudeste de Fortaleza com destaque para os loteamentos executados nos sítios de José Martiniano de Alencar. FONTE: MONTEIRO, 2007, p. 97 sobre Banco de dados da PMF

Década	Registro	Loteamento	Bairro	Ano de aprovação
1940	573	Parque Iracema	Messejana/ Parque Iracema	1947
	563/736	Cidade dos Funcionários	Cidade dos Funcionários	1949
	635	Parque José de Alencar	Alagadiço Novo	1949
1950	552	Parque Montevideó	Eng. Luciano Cavalcante	1952
	544	Vila Buenos Aires	Eng. Luciano Cavalcante	1952
	476	Sítio Conceição	Cidade dos Funcionários	1953
	538	Jardim Encantado	Guararapes	1955
	661	Parque Água Fria	Sapiranga/Coité	1957
	622	Parque Ouro Branco	Parque Manibura	1958
	547	Sítio São Luis	Salinas	1958
1960	546	Vila/Parque São Gerardo	Salinas	1960
	626	Sítio Carrapicho	Parque Iracema	1961
	660	Jardim São Paulo	Edson Queiroz	1963
	666	Parque José de Alencar	Alagadiço Novo	1963
1970	1028	Jardim Aldeota	Edson Queiroz	1970
	539	Grande Aldeota	Guararapes	1974
	664	Conjunto Alvorada	Sapiranga/ Coité	1975
	540	Loteamento Dias Branco	Guararapes	1975
	845	Conjunto COHBEM	Edson Queiroz	1976
	542	Parque Amaralina	Eng. Luciano Cavalcante	1976
	618	Parque Wasnhington	Eng. Luciano Cavalcante	1976
	625	Terreno de Maria de Lourdes Oliveira Rizzato	Parque Manibura	1976
	663	Parque Água Fria	Sapiranga/ Coité	1978
	690	Parque Carine	Alagadiço Novo	1979
	633	Parque Jacarey	Cidade dos Funcionários	1979
	621	Parque Manibura	Eng. Luciano Cavalcante	1979
	637	Sítio Jacarey	Cambeba	1979
	721	Terreno Sabiaguaba	Edson Queiroz	1979
1980	624	Parque Iêda	Parque Manibura	1980
	626A	Sítio Carrapicho (desmembramento)	Cambeba	1980
	884	Parque Nacional	Edson Queiroz	1981

Tabela 4: continuação

Década	Registro	Loteamento	Bairro	Ano de aprovação
1980	1014	Residencial Cajazeiras	Parque Iracema	1981
	668	Sítio Gravito	Alagadiço Novo	1981
	848	Conjunto COHABECE II	Edson Queiroz	1982
	557A	Garden Park	Cidade dos Funcionários (pequeno, próximo a Tancredo)	1982
	962	Cidade Leste	Edson Queiroz	1984
	617	Planalto Centro de Convenções	Guararapes	1984
	964	Village Colosso	Edson Queiroz	1985
	882	Planalto Galiléia	Eng. Luciano Cavalcante	1985
	1004	Parque Ouro Branco	Parque Manibura	1988
	960	Vila Verde Jardim das Oliveiras	Jardim das Oliveiras	1989
1990	613	Grande Cocó/Shopping Center Iguatemi	Edson Queiroz	1990
	993	Sítio Tunga/Alpha Village	Eng. Luciano Cavalcante	1994
	1080	Planalto Galiléia II	Jardim das Oliveiras	1996
	1099	Cidade Ecológica	Edson Queiroz	1999
2000	1175	Lago Dourado	Sabiaguaba	2002

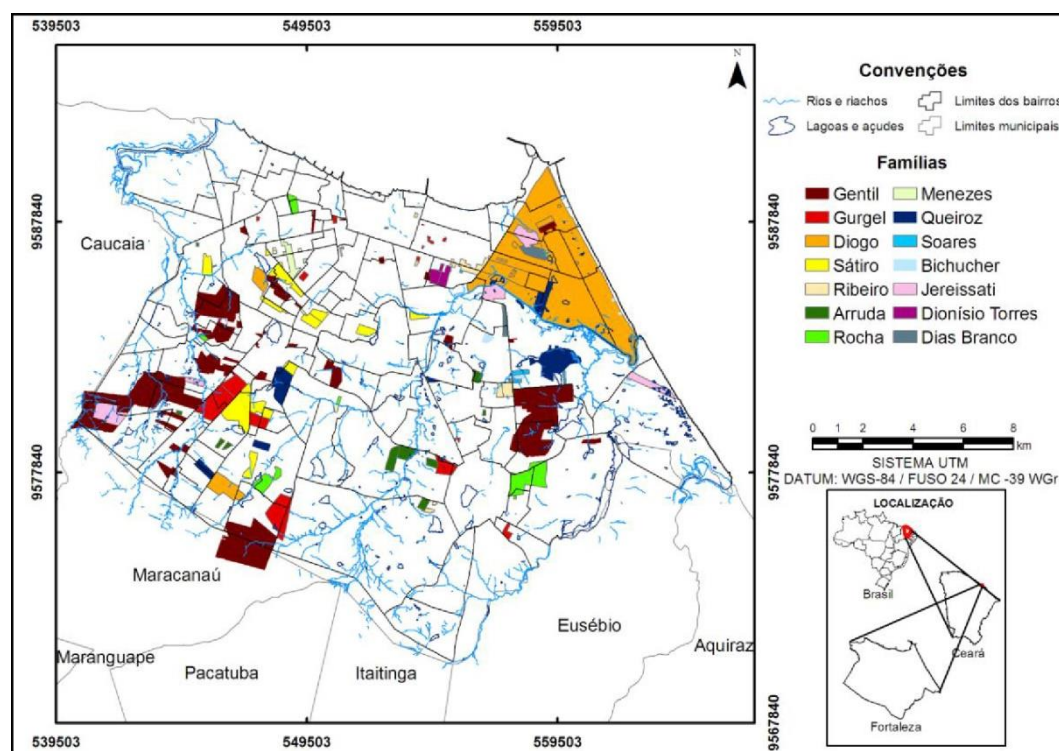


Figura 64: Mapa de espacialização das principais famílias proprietárias de loteamentos em Fortaleza entre 1931 e 2002. FONTE: SANTOS, 2012b, p. 82

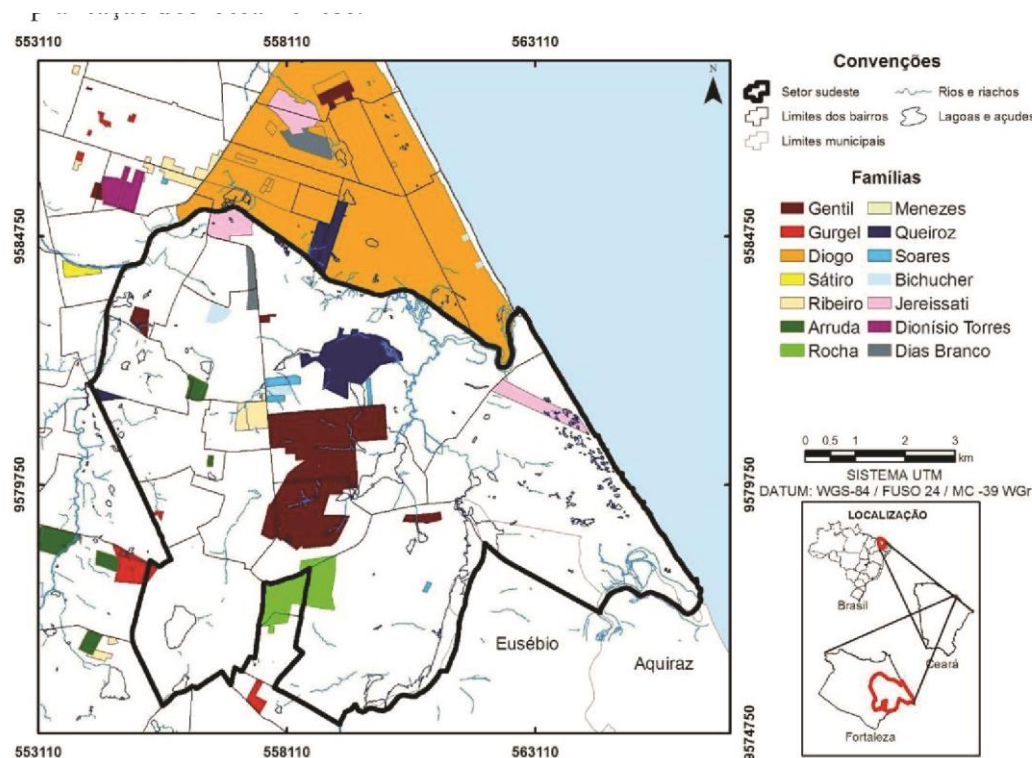


Figura 65: Mapa de espacialização das principais famílias proprietárias de loteamentos no setor sudeste de Fortaleza entre 1931 e 2002. FONTE: SANTOS, 2012b, p. 82. Elaborado a partir do cadastro de loteamentos da PMF/SEINF

A partir da análise desse material, obtêm-se não só as datas referentes aos loteamentos implantados no Sítio aqui trabalhado, como também os nomes das famílias responsáveis pelo processo. De imediato, nota-se que a área do bairro José de Alencar e, por correspondência, a do Sítio Alagadiço Novo, começou a ser loteada nos anos 40 (foi um dos primeiros sítios a sofrer a transição e ser dividido) sob a tutela da Família Gentil.

5.5 O desmembramento do Sítio

No capítulo anterior viu-se que o Sítio foi temporariamente arrendado entre os anos de 1894 e 1895. Depois desse período, Joaquina Carolina de Alencar, ao que tudo indica, teria voltado a residir no lugar após casar-se novamente, agora com Antônio Barros de Lima⁵²³. Neste momento, cabe verificar o que ocorreu à propriedade após a morte de Joaquina Carolina.

⁵²³ No Livro do 1º Cartório Feijó do ano de 1901, página 90, acha-se uma procuração de direitos que fazem Joaquina de Alencar Barros Lima e Antônio de Barros Lima ao advogado Joaquim

A pasta de 1940 encerra-se a cadeia sucessória de domínio da família Alencar sobre o Sítio Alagadiço Novo, transferido como foi, para a propriedade de grandes incorporadores atuantes na região, que procederam ao seu desmembramento e loteamento, seguindo a lógica de expansão em vigor. Nesse passo, a pesquisa de campo teve a finalidade de estabelecer um elo entre a última operação de venda e a configuração do lugar como bem patrimonial.

Como se viu até aqui, a área atualmente conhecida por Casa de José de Alencar (CJA), ou o que está dentro da poligonal tombada é uma porção menor do que foi o complexo agrícola Sítio Alagadiço Novo. Já o terreno descrito na poligonal originou-se de processo expropriatório realizado pela UFC na década de 60. Os documentos constantes desse processo, encontrados no acervo da 4ª SR/IPHAN, permitiram a reconstituição do primeiro grande desmembramento fundiário do Alagadiço Novo.

Duas certidões de desapropriações da poligonal foram encontradas e por elas identificou-se ao menos parte dos desapropriados no processo, isto é, aqueles que passaram suas terras à posse da UFC em 1965. Na primeira certidão consta como parte expropriada a Sociedade de Fomento Agroindustrial LTDA⁵²⁴ (Sofragil) (Anexo, p. 314 a 319), na segunda, os nomes dos particulares Francisco Nogueira Diógenes e Maria Valdiza Carvalho Nogueira⁵²⁵ (Anexo, p. 320 a 324). Constatou-se, então, viu-se que as terras do Sítio Alagadiço, na década de 60, já se encontravam sob o domínio de vários donos. Era necessário, pois, descobrir que caminhos haviam sido tomados até essa situação.

Lopes de Alcântara. Dessa forma, ainda que não se tenha a data precisa da união, sabe-se que já a essa data encontrava-se Joaquina Carolina casada pela segunda vez.

⁵²⁴ Cópia de escritura de desapropriação. 24 de Maio de 1965. Cartório Moraes Correia – 4º OFÍCIO. Livro 36. Fls. 145/v. Acervo da 4ª SR/IPHAN, sede Ceará.

⁵²⁵ Cópia de escritura de desapropriação. 30 de Abril de 1965, Cartório Martins – 2º OFÍCIO. Livro 140. Fls. 104/v. Acervo da 4ª SR/IPHAN, sede Ceará.

Assim, ao conferir as informações obtidas nas certidões com aquelas procedentes dos loteamentos registrados junto à PMF⁵²⁶, percebeu-se o seguinte: o loteamento mais antigo que abrangeria parte do Alagadiço Novo, o 635 Parque José de Alencar (Anexo p. 325) data do ano de 1949 e está registrado⁵²⁷ como propriedade da mesma Sofragil, parte na desapropriação de 65. Ou seja, a aquisição daquelas terras por parte dessa sociedade remonta aos anos 40.

A obtenção de uma certidão narrativa da cadeia sucessória referente às terras do loteamento 635 foi suficiente para desvelar o caminho seguido. A certidão narrativa, gerada pelo 1º Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza⁵²⁸ (Anexo p. 326 e 327), certifica que no mês de julho de 1944, Antônio de Barros Lima, já casado, pela segunda vez, após a morte de Joaquina Carolina, vendeu as terras do Sítio Alagadiço à empresa Sofragil. A transcrição do referido documento segue:

Certifica a requerimento verbal da parte interessada que mandando dar busca nos livros de seu cartório, encontrou no de Transcrição das Transmissões 3-S, às fls. 161, sob o número de ordem 31.713 de 06 de Julho de 1944, o Registro de uma Escritura Pública de compra e venda, de 03 de julho de 1944, em notas do Tabelião, Dr. Cláudio Martins, mediante a qual SOCIEDADE DE FOMENTO AGRO-INDUSTRIAL LTDA, com sede nesta capital, representada pelo seu sócio José Visnevski, adquiriu de João Barros de Lima, Antônio Barros de Lima e sua mulher Guiomar Holanda Barros Lima, Geraldo de Barros Lima e Gilberto de Barros Lima, menores relativamente incapazes, assistidos por sua mãe e tutora, Inês de Barros Lima, devidamente autorizada por Alvará do Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara, representados por seu procurador, Dr. Raimundo Arruda Filho, nos termos das respectivas procurações transcritas na escritura, o seguinte imóvel: O Sítio denominado José de Alencar, antigo Alagadiço Novo, situado no distrito de Messejana, com casas, terrenos próprios e foreiros e demais benfeitorias, dependências e servidões existentes, compreendidos todas as plantações feitas pelos vendedores e aos mesmos pertencentes, bem como o engenho para cana e todas as suas maquinarias e aviamentos para fazer farinha, compreendido dentro dos seguintes limites antigos, conhecidos e respeitados; ao sul com o Sítio São Joaquim e Muritiapuá; a leste com o mesmo Muritiapuá e Gravito; ao norte com os Sítios Água Fria e Carrapicho; e a oeste, com o mesmo Carrapicho e Cambeba, adquirido na conformidade da transcrição nº 31.125. VALOR: Cr\$ 120.000,00. CONDIÇÕES: Os vendedores transferem a firma

⁵²⁶ Material exposto anteriormente, proveniente do trabalho de MONTEIRO, 2007 e SANTOS, 2012. Ver figuras 57 a 60 e tabela 4 neste capítulo.

⁵²⁷ Em certidão encontrada nesta pesquisa.

⁵²⁸ Certidão narrativa de registro de escritura pública de compra e venda de 06 de Julho de 1944. Transcrita do Livro de Transmissões 3-2, No 31713. 1º Ofício de Registro de Imóveis. Fls. 161.

compradora à quota de produção de açúcar e aguardente registrada no Instituto do Açúcar e do Alcool. [...]

Com a leitura do documento, verifica-se que se mantinham, à época, as servidões do Sítio, a saber, seu engenho e suas plantações. Além disso, como se deduziu no capítulo anterior, existiam ainda as construções em terrenos foreiros, cujos inquilinos eram, possivelmente, antigos trabalhadores do Sítio ou seus descendentes, ocupantes esporádicos da vasta propriedade dos Alencar e sobre os quais se tem pouca informação no momento.

No mesmo documento, há a seguinte averbação: em 21 de Janeiro 1984 a Sofragil foi incorporada pela construtora Comel (Comércio e Engenharia LTDA) nome de relevância no setor imobiliário fortalezense. Em decorrência desse fato comercial, as terras do Alagadiço Novo passaram à propriedade da empresa sucessora. Depois disso, em setembro do mesmo ano, a Comel foi incorporada à Porto das Dunas Ltda, empresa também do ramo imobiliário e cujo representante legal era João Gentil Júnior, membro da família Gentil, grande detentora de terras na região de que já se falou anteriormente.

Em resumo, como consequência desses episódios, a propriedade das terras do já então denominado “Sítio José de Alencar”, ou seja, da porção de terras a que teria correspondido o Alagadiço Novo, passou ao patrimônio de novos donos, grandes incorporadores de terra e ativos atores do processo da expansão urbana no setor sudeste da cidade. Disso resulta a pertinência ilações expostas no item anterior sobre o processo de expansão da área, onde poucas famílias se apropriaram de grandes extensões de terra para loteá-las e destiná-las a construção de condomínios ou à especulação.

Ressalte-se também que a área referente ao loteamento 635 Parque José de Alencar, datado nos registros da PMF com o ano de 1949, significava apenas parte do antigo Sítio Alagadiço Novo, haja vista que seu desenho divide ao meio a atual poligonal tombada, esta que teria sido o núcleo central do Sítio habitado pela família Alencar. O loteamento contíguo, o 666, parte complementar do 635 (Anexo p. 328), data de 1963 e toma a outra metade da antiga sede do Alagadiço Novo.

Outro fato importante é que, ao se observar os loteamentos 635 e 666, encontra-se, às margens de seus perímetros, a área, ao menos em termos de justaposição, dos antigos sítios Muriti-a-puá, Gravito e Carrapicho, loteados a partir dos anos 60 os quais fizeram parte da grande propriedade agrícola comandada pelo Senador Alencar na primeira metade do século XIX.

Com base nessas informações e na análise da tabela e do mapa elaborados por Monteiro⁵²⁹ (Fig. 62 e Tabela 4), pode-se ter uma noção espacial mais aproximada do que foi o Alagadiço Novo a partir da figura 66. Nessa reconstituição gráfica foram justapostos as áreas dos loteamentos derivados dos sítios de José Martiniano de Alencar, sendo os loteamentos 635 e 666 originários diretos do complexo que teria formado o Alagadiço Novo dos Alencar.

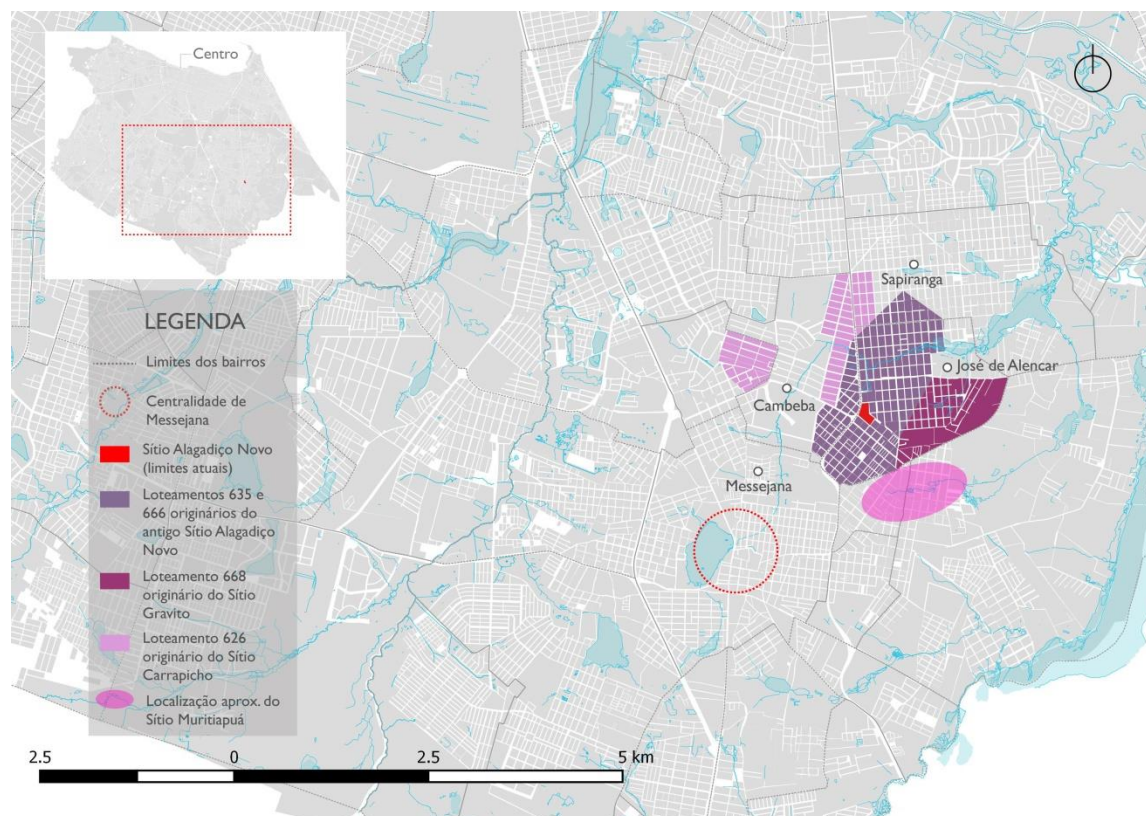


Figura 66: Reconstituição gráfica dos limites aproximados dos sítios de José Martiniano de Alencar pela justaposição dos loteamentos cadastrados na PMF. FONTE: Elaboração própria

⁵²⁹ MONTEIRO, Emanuela Rangel. Deslocamento da forma urbana na Zona Sudeste de Fortaleza. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Pp. 96-98

Dessa forma, após a morte de Joaquina Carolina de Alencar, seu segundo marido, Antônio de Barros Lima vendeu as terras do Alagadiço Novo a mais de um dono, ocasionando o primeiro desmembramento do Sítio. Do ocorrido sabe-se que parte das terras foram vendidas por ele, em 1944, à empresa Sofragil, a qual foi absorvida por outras empresas, sendo a última a Porto das Dunas Ltda, representada pela família Gentil, grandes incorporadores e loteadores de terra.

A terra dos outros sítios, Gravito, Carrapicho e Muriti-a-puá, que passaram por processos de desmembramento parecidos, foi objeto de loteamento a partir dos anos 60. Como parte do hiato especulador descrito por Monteiro e explorado anteriormente, essas terras, foram loteadas, mas ficaram em grande parte vazias até aproximadamente a década de 70, quando se retomou o processo urbanizador do sudeste de Fortaleza, iniciado na década de 40.

A aglomeração formada por esses loteamentos, na figura acima, demonstra mais aproximadamente a relação de diferença na ordem de grandeza das terras originais da família Alencar e o que de fato restou aos dias de hoje, como Sítio Alagadiço Novo. Ainda que não se tenha a dimensão exata de todos os sítios, a comparação já possibilita uma conclusão: o destino do Sítio Alagadiço e dos demais sítios de José Martiniano foi, não surpreendentemente, o mesmo dos demais sítios agrícolas estabelecidos nos arrabaldes da Vila de Messejana: desmembrados, foram incorporados na forma de loteamentos de classe média à malha urbana do setor sudeste da cidade. Vendido pelos últimos descendentes, desmembrado e paulatinamente modelado sob os auspícios da iniciativa privada, o Sítio foi o ancestral do atual bairro José de Alencar.

5.6 A salvaguarda do Sítio e a criação da CJA

Conhecido o processo de desmembramento fundiário do Sítio Alagadiço Novo, importa, agora, explorar a questão de seu tombamento federal. Esse marco regulatório dividiu a trajetória do lugar, transformando-o em bem de importância cultural para o Ceará e para o Brasil. A partir disso, surgem questionamentos: Que atores foram responsáveis pela medida? Como e quando

se deu o processo? Em que se fundamentou e o que significou, concretamente, tal proteção?

De imediato, observa-se que a primeira lei de tombamento é de 1964 e abrangeu somente a casa onde teria nascido o escritor José de Alencar⁵³⁰. Ver-se-á adiante que a compra, pela UFC, do terreno de aproximadamente 7 hectares de que circundava a edificação, e que definem a CJA hoje, permitiu o a salvaguarda daquela porção do Sítio e possibilitou que, anos depois, a primeira proteção fosse expandida da casa para a área de entorno.

A mencionada extensão de tombamento ocorreu em 2012, quando o IPHAN, por meio do Processo Nº 01458.002242/2008-98, promoveu “a extensão do tombamento da Casa Natal de José de Alencar, Fortaleza, Estado do Ceará [para a] área remanescente do Sítio onde nasceu José de Alencar, Messejana, Município de Fortaleza, Estado do Ceará”⁵³¹.

Conhecidos esses fatos e analisadas as informações contidas em jornais e periódicos anteriores ao tombamento de 1964, é possível fazer algumas inferências; prontamente, pode-se afirmar que o processo histórico que culminou no tombamento da “Casa de José de Alencar”, não resultou de reivindicações populares ou manifestações comunitárias. No curso desta pesquisa não foram encontradas referências a nenhuma ocorrência do tipo até o ano da proteção.

Já da parte da administração pública, apontam-se algumas medidas. Em 1929, por exemplo, a prefeitura de Fortaleza, na gestão de Álvaro Weyne, comprou a referida casa natal de Alencar e permitiu que lá funcionasse um grupo escolar com o nome José de Alencar, conforme se vê nas edições do jornal *A Razão* de 9 de maio e 11 de junho de 1929⁵³² (Anexo p. 330). Após o ocorrido, não foram encontradas menções a projetos de manutenção ou mesmo a políticas de incentivo à visitação ao local. Isto é, não foram encontradas notícias

⁵³⁰ Diz-se “teria nascido”, pois este é um fato discutível e discutido pela comunidade cearense. Não há como se dizer ao certo se a edificação resistente (Fig. 67), comprada em 1964 foi, realmente, o local de nascimento do escritor, ou se ele teria nascido na casa grande da família (Fig. 68) que não resistiu ao tempo. A título de exemplo quanto a essa querela, dispõe-se do exemplar do jornal *Gazeta de Notícias* editado em 15 de julho de 1977 com manchete intitulada “Afiml, onde nasceu José de Alencar?” (Anexo, p. 329)

⁵³¹ DIÁRIO OFICIAL de 20 de Abril de 2012

⁵³² Jornal *A Razão* de 11 de junho de 1929, sessão Câmara Municipal de Fortaleza, p.3. FONTE: Hemeroteca Nacional.

que, de alguma forma, dissessem respeito às intenções da gestão pública para com o bem, isso até 1948.



Figura 67: Edificação histórica resistente no Sítio Alagadiço hoje. FONTE: Acervo 4ª SR/IPHAN



Figura 68: Fotografia da Casa grande da família Alencar que não resistiu ao tempo. Ano desconhecido FONTE: Acervo CJA

Ainda em 1929, de acordo com edição posterior do Jornal *O Povo* de 28 de Março de 1982⁵³³, formou-se comissão da Prefeitura para verificar o estado físico da casa “onde nasceu José de Alencar”. O intuito, segundo a reportagem, teria sido a elaboração de relatórios e a designação de “providências a serem tomadas”. Da expedição à casa, participaram Hugo Catunda, então Secretário da Educação do Estado; Otacílio Colares, professor da UFC; Clóvis de Alencar Matos, chefe de gabinete do então Prefeito Acrísio Moreira da Rocha; e Marcelo Pinto, Diretor de Educação (Fig. 69).



Figura 69: Fotografia de 1948 publicada no Jornal *O Povo* de 28 de Março de 1982. Frente a casa grande da família Alencar, até então de pé, estão da esquerda para a direita: Hugo Catunda, então secretário da educação do Estado, Otacílio Colares, professor da UFC, Clóvis de Alencar Matos, chefe de gabinete do então Prefeito Acrísio Moreira da Rocha e Marcelo Pinto, Diretor de Educação.

Ante o aparente desinteresse da administração e da sociedade, surge a pergunta: em que circunstâncias se deu o tombamento? Vale frisar que, a fundação da política patrimonial brasileira se deu através da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) na década de 30 e aconteceu por meio da comunhão intelectual de seletos grupo de ativistas que reuniam-se desde a década de 20. Dessa forma, até a década de 70 o conceito

⁵³³ Jornal *O Povo* 31. Edição de 28 de Março de 1982. Acervo da 4ª SR/IPHAN.

de patrimônio e do que deveria ser preservado, foi ditado por esse grupo e pelo corpo técnico do SPHAN composto, até então, majoritariamente por arquitetos.

Nesse sentido, a abordagem inicial da chamada “fase heroica” do SHAN, foi a de priorizar a preservação de edificações isoladas, na maioria das vezes ligadas à arquitetura religiosa. Buscavam-se critérios de monumentalidade e, sobretudo de “excepcionalidade”⁵³⁴. O Sítio Alagadiço, e mesmo a pequena casa natal não se enquadravam em nenhum desses critérios, apesar de sua forte ligação com as personalidades históricas da família Alencar. Logo, não é de se espantar que a interferência por sua proteção tenha partido de interesses especialmente particulares.

A primeira diligência relativa à proteção efetiva da casa histórica aconteceu em 1962. No acervo da 4ª SR/IPHAN encontra-se a comunicação escrita entre o Arquiteto José Liberal de Castro e o então presidente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nessas cartas, o teor da conversa entre os profissionais respeita sobre a necessidade de proteção da “casa de nascimento de José de Alencar”. Respondendo a uma correspondência anterior de Liberal (não encontrada no acervo) Rodrigo Melo Franco escreveu (Anexo, p. 331):

15 de Janeiro de 1962 Sr. Dr. José Liberal de Castro, Por se achar esta Diretoria empenhada na revisão e atualização do rol de bens inscritos e a inscrever nos Livros do Tombo, parece-lhe oportuno providenciar para o tombamento da casa de José de Alencar em Mecejana. Solicito-lhe, portanto, comunicar com a maior brevidade possível a esta sede se V. Sa. Julgará conveniente o tombamento imediato do referido imóvel e, em caso afirmativo, ministrar-nos os seguintes dados indispensáveis para expedição da notificação correspondente: município, logradouro e número em que a casa é situada; nome e endereço do representante legal da entidade proprietária do imóvel. Atenciosas saudações. Rodrigo M. F. de Andrade – Diretor

A resposta de Liberal de Castro veio um mês depois, sem grande entusiasmo e destacando a descaracterização da edificação histórica e o avanço da malha urbana sobre a área remanescente do Sítio Alagadiço (Anexo, pp. 332 e 335). Em sua carta, o arquiteto disse:

⁵³⁴ Segundo Reis Filho (2011), eram “excepcionais por sua qualidade ou raridade” In: REIS FILHO, Nestor Goulart. Patrimônio cultural e problemas urbanos. In; GOMES Marco A. A. F; CORREA, E.L. (Org.). Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio. Salvador: EDUFBA, 2011, pp.117-128

Fortaleza, 10 de Fevereiro de 1962

Prezado Dr. Rodrigo:

Procuro, por intermédio desta, dar-lhe prontas notícias, conquanto pretenda viajar brevemente para o Rio.

Anexo, envio-lhe o levantamento da CASA NATAL DE JOSÉ DE ALENCAR, bem como algumas fotografias.

Creio que este assunto foi convenientemente debatido pela dra. Adina Mera, que integra a equipe do urbanista Hélio Modesto, o qual está preparando o plano diretor para Fortaleza. [...]

Trata-se de uma pequena casa completamente [?] posto que foi “restaurada” pela Prefeitura de Fortaleza, entidade a que pertencem, após aquisição feita há uns 10 anos, conjuntamente com o terreno que a circunda. O restante do sítio “Alagadiço Novo” está literalmente loteado, como, de resto, todos os arredores da cidade.

O Sítio era propriedade do Senador Alencar, padre e pai do romancista. Havia uma casa grande, hoje demolida (creio que há uma foto do Rescala no arquivo), um engenho (de que subsistem ruínas de uma construção muito alterada) e a casinha onde nasceu Alencar, bem junto da casa grande.

O estado de conservação da casinha é relativamente bom. No interior, agora por último, foram colocados vários móveis que nada têm a ver com o escritor nem com a época, visto que neles se inclui um moderno guarda-roupas...

A Prefeitura está construindo uma estrada perimetral à cidade, logradouro que tangencia o terreno.

É difícil preconizar-se o que se pode ou o que se deve fazer. No mínimo, desapropriar um hectare em torno da casa, para valorizá-la, tarefa que não diz respeito à PHAN. Convém, portanto, conversar com a dra. Adina.

De fato, como apontou Liberal, a questão da proteção da casa foi contemplada no Plano Diretor elaborado pelo urbanista Hélio Modesto. No item pertinente ao zoneamento de usos paisagísticos e recreativos da cidade, o plano apresentou como proposição a fixação de zonas de proteção paisagística, dentre outros lugares, na área da Casa de José de Alencar. Em tal zona, deveria “ser mantido ou reconstituído o aspecto natural (proibição de corte de árvores, desvio de cursos d’água etc.); [...] ser preservado o valor estético ou histórico; [...] ser estabelecidas restrições à ocupação dos terrenos”⁵³⁵.

Percebe-se que a proteção instaurada pelo Plano dizia respeito a uma proteção paisagística, isto é, sem foco nas questões culturais ou patrimoniais.

⁵³⁵ Plano-Diretor de Fortaleza elaborado pelo urbanista Hélio Modesto e aprovado pela Lei Nº 2128 de 20 de Março de 1963, publicada no Diário Oficial do Município de 23 de Março de 1963. *In* Revista do Instituto do Ceará. Tomo LXXVIII. Ano 1964.p. 238

Além disso, como apontou Diógenes⁵³⁶, tanto o Plano de Helio Modesto, 1963 como o PLANDIRF que o seguiu, em 1972, foram aprovados, mas “implementados apenas parcialmente por mudança de administração e por contrariarem interesses dos proprietários de terra”.

A primeira proteção patrimonial efetiva de elementos do Sítio aconteceu a 10 de agosto de 1964. Nessa data foi inscrita no Livro do Tombo Histórico⁵³⁷ a “Casa natal de José de Alencar”. No Arquivo Noronha Santos do IPHAN, o bem é apresentado sob a seguinte descrição:

Casa onde nasceu, em 01/05/1829, o escritor e romancista José de Alencar, autor de obras como "Iracema" e "O Tronco do Ipê". Trata-se de uma pequena casa de três cômodos, construída no século XVIII. A casa foi construída em pedra e cal, com madeiramento primitivo de carnaúba. Possui telhado simples. A construção fazia parte de um conjunto formado de casa-grande e casa de engenho. Em restaurações realizadas, foi feita a troca de parte do madeiramento original por pau d'arco e massaranduba. Próximo à entrada há placa alusiva ao escritor. ENDEREÇO: Distrito de Messejana – Fortaleza, Ce

Com o tombamento, preservava-se a edificação, mas apenas ela. O fato que verdadeiramente salvaguardou a área remanescente do Sítio Alagadiço partiu diretamente do poder executivo federal. Segundo consta nas memórias do então Reitor e fundador da UFC, Antônio Martins Filho, no ano de 1964, o Presidente da República, à época, Humberto de Alencar Castelo Branco⁵³⁸ tinha interesses especiais sobre a área onde se localiza a casa de José de Alencar. Em sua *História Abreviada da UFC*, o Reitor relatou:

Com a presença do Presidente Castello Branco, foi oficialmente instalada, no dia 26 de dezembro [de 1964], a Escola de Arquitetura e Urbanismo [...] Durante a estada do Presidente Castello Branco em Fortaleza, aconteceu um fato que merece registro. Na manhã do dia 27 de dezembro o Presidente compareceu à Reitoria desacompanhado dos seus auxiliares imediatos. Depois de uma rápida troca de idéias sobre assuntos gerais, convidou-me a Sua Excelência para irnos até Messejana, em visita à casa onde nasceu José de Alencar. Eu sabia como aquilo ali se encontrava e de logo previ a decepção que o eminente visitante iria experimentar. O motorista errou o itinerário que iria nos levar à casa onde nasceu o

⁵³⁶ DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012. p. 78

⁵³⁷ Inscrição: sob o número 376. No do Processo: 0649-T-62 na BASE NORONHA SANTOS IPHAN <http://portal.iphan.gov.br/ans/>

⁵³⁸ O Reitor Martins Filho, destaca em suas memórias o fato de que Castello Branco teria indicado ser parente do escritor por “linha materna”.

grande romancista, parente do Presidente pela linha materna. [...] Desceu do carro, lançou um olhar numa placa próxima, em que uma empresa de Fortaleza anunciava o loteamento dos terrenos que, antigamente, haviam constituído o Sítio Alagadiço Novo. [...] declarou que desejava que a universidade tomasse conta da Casa de José de Alencar e que evitasse a efetivação daquele enunciado loteamento, a fim de que viesse a ser recuperado, em forma de Parque, o Sítio Alagadiço Novo.⁵³⁹

Em consonância com a exposição de Martins Filho, na ata da 164ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 29 de dezembro de 1964⁵⁴⁰ (Anexo, p. 334 a 336) encontra-se, de fato, referência à “visita à Reitoria do Excelentíssimo Presidente da República”. Segundo a ata, o Reitor reportou-se à fala do Presidente durante a inauguração da Escola de Arquitetura da UFC, mas o documento não revelou, àquela data, as intenções do chefe de estado para com o Sítio Alagadiço.

Na sequência de suas memórias, contou o reitor que, antes de retornar ao Rio de Janeiro, o Presidente o teria convocado a uma outra reunião particular a que também compareceu o arquiteto José Liberal de Castro:

De lápis em punho, traçou o Presidente um esboço do que teria sido o Sítio Alagadiço Novo, que iríamos recuperar em forma de Parque. [...] Tratamos nos dias imediatos de salvar a pequena casa onde nasceu o Romancista, em ruína total e, com o máximo de brevidade, restauramos a parte danificada, usando material idêntico empregado na construção original. [...] Senti que, com a ajuda do Presidente, a Casa de José de Alencar e o Parque Alagadiço Novo seriam um dos pontos altos dos eventos comemorativos do décimo aniversário de instalação da Universidade. [...] Com recursos próprios da Reitoria conseguimos adquirir oito hectares de terrenos adjacentes à Casa, já considerada Monumento Nacional, desde que fora tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico.⁵⁴¹

Em um outro episódio, relatado na ata da 108ª Sessão Ordinária do Conselho, em 5 de fevereiro de 1965 (Anexo, p. 337 a 339), Martins Filho levou ao conhecimento do Conselho que

em companhia do Dr. Raimundo Girão, fora recebido em audiência pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com quem foram mantidos vários entendimentos relacionados as comemorações do decenário da Universidade do Ceará e, bem assim, do centenário

⁵³⁹ MARTINS FILHO, Antônio. História abreviada da UFC. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996, pp. 175-176

⁵⁴⁰ Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC. Ata 164 de 29 de Dezembro de 1964.

⁵⁴¹ MARTINS FILHO, Antônio. História abreviada da UFC. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996, pp. 177

de lançamento do livro “Iracema”, de José de Alencar. A respeito deste último assunto, foram instituídas, por meio de Decreto, duas comissões para, no plano nacional como no estadual, promoverem as solenidades comemorativas do centenário do livro em referência. A Comissão Nacional será integrada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, como Presidente, e mais as seguintes autoridades: [...] Acrescentou que, dos entendimentos mantidos com o Senhor Presidente da República, ficara ainda estabelecido que a Casa de José de Alencar, tombada como monumento nacional, seria incorporada ao patrimônio histórico da Universidade do Ceará, que [deveria] assegurar os meios necessários à sua conservação.

O decreto de que fala Martins Filho é o de Nº 55.840, de 15 de Março de 1965. Através dessa resolução, o Presidente da República decretou de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma porção de terras remanescentes do Sítio Alagadiço Novo e circundantes à edificação histórica conhecida como casa natal de José de Alencar. Os artigos do decreto, válidos de transcrição, discorrem:

Art. 1º São declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis, com tôdas as suas acessões, benfeitorias e servidões, localizados no chamado Parque José de Alencar, no Distrito de Messejana, no Município de Fortaleza, Estado de Ceará, com a área aproximada de cinco (5) hectares, limitando ao norte, nascente e sul (S); com ruas sem denominação, do aludido Parque, e ao poente com a Avenida Perimetral de Fortaleza, contíguos ao antigo prédio em que nasceu José de Alencar, pertencente à Prefeitura Municipal de Fortaleza, e tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e compreendendo as ruínas do igualmente antigo e histórico sítio do Alagadiço Nôvo, imóveis êste hoje de propriedade de Adolfo Campêlo Gentil, Francisco Nogueira Diógenes e Francisco Costa Ferreira.

Art. 2º Destinam-se imóveis em causa às obras que, por iniciativa da Universidade do Ceará, deverão ser realizadas com o objetivo de preservar a memória do escritor cearense e vulto nacional José de Alencar, promover o estudo e a divulgação de sua produção intelectual e resguardar e perpetuar o chão e a casa em que nasceu, como monumento nacional.

Art. 3º A Universidade do Ceará providenciará no sentido de ser efetuada a desapropriação, correndo a respectiva despesa à conta de seus recursos próprios.

Art. 4º Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de março de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo Moniz de Aragão

Com efeito, em 9 de Abril de 1965, de acordo com a 110ª ata do Conselho Universitário, Martins Filho submeteu à aprovação do Conselho, o processo de número 5.174, relativo “à aquisição a ser feita pela Universidade, das quadras de terreno destinadas à reconstituição do Sítio Alagadiço Novo, em Messejana, onde se [achava] localizada a Casa de José de Alencar”⁵⁴² (Anexo, pp. 340 a 342)

Segundo o documento, as terras a serem desapropriadas, já declaradas de utilidade pública pelo presidente, pertenciam a Adolfo Campelo Gentil, Francisco Ferreira Costa, Dagmar Ferreira Costa, Francisco Nogueira Diógenes e Antônio Esmerino Pinto. Autorizado o reitor por unanimidade, promoveu-se a aquisição planejada e, assim, consubstanciou-se o complexo conhecido atualmente por Casa de José de Alencar, posse da UFC.

Após a liberação do Conselho, as desapropriações foram executadas no mês de maio do mesmo ano de 1965. Em seguida, apesar do esforço narrado⁵⁴³ por Martins Filho, o tempo não foi suficiente para a completude das obras do pavilhão da UFC⁵⁴⁴ (Figs. 70 e 71) no prazo para as celebrações do centenário de Iracema e dos 10 anos da UFC.

As comemorações foram realizadas, enfim, com o edifício ainda incompleto, em 24 de Junho de 1965, com a volta ao Ceará do Presidente Castello Branco. Na ocasião, foi realizada a solenidade de inauguração de “um marco comemorativo da nova designação dada àquele sítio (Parque Alagadiço Novo), tendo falado [...] o Reitor da Universidade e o Acadêmico Peregrino Júnior, este na qualidade de representante da Academia Brasileira de Letras [...]”⁵⁴⁵ (Figs. 72 a 75). Segundo narrou Martins Filho, estavam presentes no evento:

[...] Reitores das Universidades brasileiras, autoridades civis, militares e eclesiásticas, grande número de professores, intelectuais e

⁵⁴² Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC. Ata 110 de 9 de Abril de 1965

⁵⁴³ MARTINS FILHO, Antônio. História abreviada da UFC. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996pp. 182-183

⁵⁴⁴ Sobre a construção dessa sede, disse Martins Filho que: “Estava a nova construção em dois planos, sendo que um seria franqueado ao público e constaria de uma cantina, uma área livre e outras instalações. A segunda parte iria servir de sede para a instituição “Casa de José de Alencar”, órgão suplementar da Universidade, subordinado diretamente ao Reitor.

⁵⁴⁵ Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC. Ata 113 de 2 de Julho de 1965

estudantes. [E, em] frente à casa onde nasceu José de Alencar foi colocada uma placa de mármore, com inscrição pormenorizada, a fim de dar ao visitante uma ideia da importância histórica daquele pequeno imóvel, considerado monumento nacional.⁵⁴⁶

Em junho⁵⁴⁷ e dezembro de 1966, Castello Branco fez novas visitas ao “Parque Alagadiço Novo”, de modo a reafirmar seu particular interesse sobre aquele bem e sobre seu destino. Com o prosseguimento das obras no Alagadiço Novo, o orçamento para a inauguração do parque, bem como para a finalização das obras foi novamente discutido em dezembro de 1966⁵⁴⁸. Também nesse mês, criou-se a Casa de José de Alencar, órgão suplementar criado pela Resolução N° 196 da UFC, subordinado diretamente à Reitoria que, desde então, encarrega-se da manutenção do local e de suas atividades culturais.⁵⁴⁹

Ratificando o exposto, para resguardar o Sítio que, em sua opinião, era caro à historiografia cearense, o então Presidente da República, Humberto de Alencar Castello Branco, propôs à reitoria da UFC seu projeto de salvaguarda da área remanescente do Sítio Alagadiço Novo. Acolhida a proposta e editado o respectivo decreto de desapropriação, as terras adjacentes à casa histórica passaram à propriedade da UFC em 1965. No mesmo ano, foi construído o pavilhão administrativo da UFC e inaugurado o “Parque Alagadiço Novo”, na ocasião do centenário da obra *Iracema*, em conjunto com as comemorações de dez anos da Universidade.

⁵⁴⁶ MARTINS FILHO, Antônio. História abreviada da UFC. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996. p. 186

⁵⁴⁷ Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC. Ata 215 de junho de 1966

⁵⁴⁸ Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC. Ata 130 de 8 de Dezembro de 1966

⁵⁴⁹ Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC. Ata 203 de 23 de Dezembro de 1966



Figura 70: Pavilhão administrativo da UFC em construção, em 1965. FONTE: Acervo Memorial UFC



Figura 71: Pavilhão administrativo da UFC em construção, em 1965. FONTE: Acervo Memorial UFC



Figura 72: Visita do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco ao Sítio Alagadiço Novo em 1965. Castello Branco a direita e Martins Filho a esquerda no pavilhão da UFC. FONTE: Acervo Memorial UFC.



Figura 73: Visita do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco ao Sítio Alagadiço Novo em 1965. Castello Branco ao centro e Martins Filho a direita. FONTE: Acervo Memorial UFC.



Figura 74: Cerimônia de inauguração do Parque Alagadiço Novo e centenário da obra Iracema EM 1965 no Sítio Alagadiço Novo com a presença do Presidente Castello Branco. FONTE: Acervo Memorial UFC



Figura 75: Cerimônia de inauguração do Parque Alagadiço Novo e centenário da obra Iracema EM 1965 no Sítio Alagadiço Novo com a presença (ao centro) do Presidente Castello Branco. FONTE: Acervo Memorial UFC

Foi assim que, desde a década de 60, a Casa de José de Alencar instituiu-se e passou a funcionar sob os auspícios da UFC. Quanto à proteção legal, lembra-se que o tombamento de 1964 dizia respeito somente à edificação histórica resistente no Sítio e diante da qual foi posicionada a placa comemorativa do centenário de *Iracema*, em 1965. Viu-se ainda que, com o desenvolvimento do setor sudeste de Fortaleza e com a aglutinação de Messejana ao território da cidade, a malha urbana integrou-se totalmente e envolveu o entorno dos hectares comprados pela UFC, aos quais se resumem o Alagadiço Novo hoje. Somente em 2012, quarenta e oito anos após o primeiro tombamento, a proteção legal instituída pelo IPHAN foi estendida a todo o terreno remanescente do Sítio Alagadiço Novo abrangendo, assim, além da casa histórica, as ruínas do engenho, o pavilhão da UFC, o antigo açude e a vegetação do antigo sítio.

Nesse ínterim, o Sítio Alagadiço Novo - que vem sendo nomeado apenas de *Casa de José de Alencar* - acolheu atividades da UFC, não necessariamente ligadas à trajetória da família Alencar, e foi alvo de constantes investidas, tanto do mercado imobiliário como do setor de infraestrutura governamental, que frequentemente vem propondo intervenções nas adjacências do Sítio. Esses fatos resultaram na constante necessidade de pareceres do corpo técnico do IPHAN, que nem sempre foram acatados.

5.7 Bem cultural: história recente

De 1965 em diante, o Sítio Alagadiço Novo viu-se resumido aos limites da poligonal anexada pela UFC. E assim passou a desfrutar do tratamento adequado a um bem cultural de uso público. Nessa perspectiva, dentre as iniciativas que podem ser citadas, levantam-se algumas:

(I) Em 1984, foram realizadas ações em prol de sua conservação segundo o orçamento do PROMEMÓRIA⁵⁵⁰, tal iniciativa incluiu, dentre outras ações, a reconstituição a título de revalorização do antigo engenho, já em ruínas.

(II) 1997: Proposto o Projeto Alagadiço Novo que abrangia a Revitalização do complexo - através do projeto paisagístico de autoria do Arquiteto Ricardo Bezerra (Anexo, p. 343) - e das ruínas do engenho.

(III) 2000: Realizada pesquisa arqueológica e consolidação das ruínas do engenho pela equipe do arqueólogo Marcos Albuquerque da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)⁵⁵¹.

(IV) 2001: Executadas obras de recuperação física de estruturas do Sítio⁵⁵².

(V) 2006: Serviços de estabilização e consolidação da edificação histórica⁵⁵³.

Não obstante as medidas elencadas acima, os pareceres referentes às vistorias técnicas praticadas pelo IPHAN, desde a década de 80, apontam para constantes ameaças à salvaguarda do bem, provavelmente advindas da falta de cuidados, da falta de verba e, sobretudo, da indulgência administrativa em relação à sobreposição dos desígnios do mercado imobiliário em detrimento da causa patrimonial constante do processo urbanizatório da capital cearense.

Em 1987, por exemplo, as árvores centenárias remanescentes no complexo sofriam com o abandono e a falta de cuidados, que foram noticiados pela população⁵⁵⁴. Em 1993, o parecer elaborado pela Arquiteta do IPHAN Célia

⁵⁵⁰ Parecer N° 02/84 da Fundação Nacional pró-Memória. FONTE: Acervo da 4ª SR/IPHAN, Ceará.

⁵⁵¹ Plano de Trabalho da *Pesquisa Arqueológica do Sítio Alagadiço Novo – Revitalização da Casa de José de Alencar* de 2000 dirigido pelo Arqueólogo Marcos Albuquerque da UFPE à 4ª SR/IPHAN, Ceará. FONTE: Acervo da 4ª SR/IPHAN, Ceará

⁵⁵² Ofício N° 28301 da 4ª SR/IPHAN, Ceará de 05 de Janeiro de 2006, dirigido a Diretora da CJA, sobre o início dos serviços de recuperação da Casa Natal de José de Alencar. FONTE: Acervo da 4ªSR/IPHAN

⁵⁵³ Ofício N° 008/06 da 4ª SR/IPHAN, Ceará de 13 de Agosto de 2001, dirigido ao Reitor da UFC, sobre a recuperação física do Sítio. FONTE: Acervo da 4ªSR/IPHAN

⁵⁵⁴ Ofício N° 6024 da Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão (CODICI) de 08 de Junho de 1987. FONTE: Acervo da 4ª SR/IPHAN, Ceará

Perdigão⁵⁵⁵, a respeito do alargamento da Avenida Washington Soares – realizado no contexto da consolidação do setor sudeste como nova centralidade da Metrópole - preveniu a respeito da fragilidade da pequena edificação histórica e dos impactos que poderiam ser gerados com a proximidade de tal avenida por seu tráfego intenso e alta velocidade (Anexo, pp. 344 e 345).

À revelia do parecer, a avenida foi alargada. Em compensação, o terreno do Sítio Alagadiço Novo, CJA, ganhou pequeno acréscimo de terras em sua porção sul a fim de que, dessa forma, o bem fosse protegido daquele impacto. Hoje a Washington Soares tornou-se um dos vetores de maior tráfego da cidade, promovendo a convergência dos fluxos que se direcionam aos crescentes bairros da região sudeste e aos municípios do litoral leste.

No mesmo ano de 1993, foram requeridas melhorias na infraestrutura da CJA⁵⁵⁶, pedido renovado dois anos depois, em 1995, a partir do parecer elaborado pelo Arquiteto Domingos Linheiros⁵⁵⁷. No documento, o arquiteto afirma que o imóvel tombado (ele refere-se ao tombamento de 1964, isto é, da casa natal de Alencar) apresentava goteiras e outras deteriorações e que a área externa o Sítio encontrava-se processo de “arruinamento”, conforme está escrito no documento.

Em 2004, têm-se o registro de novo desrespeito à lei de tombamento da CJA. Segundo o ofício N° 06/04 expedido pelo então superintendente da 4ª SR/IPHAN⁵⁵⁸, Arquiteto Romeu Duarte, em janeiro desse ano, acontecia “a construção, em ritmo acelerado, [e sem a aprovação do IPHAN], da casa de shows OFFROAD”, localizada ao lado da CJA. A casa de show seguiu em funcionamento⁵⁵⁹.

⁵⁵⁵ Memorando do Serviço do Patrimônio Histórico N° 028/93 de 5 de Julho de 1993. FONTE: Acervo 4ª SR/IPHAN

⁵⁵⁶ Ofício N° 771/93 do Reitor da UFC ao Ministro de Estado da Cultura de 01 de Outubro de 1993. FONTE: Acervo 4ª SR/IPHAN

⁵⁵⁷ Parecer técnico N° 003/95 do IPHAN realizado em 30 de Maio de 1995. FONTE: Acervo 4ª SR/IPHAN

⁵⁵⁸ Ofício N° 06/04 da 4ª SR/IPHAN, Ceará em 08 de Janeiro de 2004. FONTE: Acervo 4ª SR/IPHAN

⁵⁵⁹ Jornal Diário do Nordeste de 11 de Maio de 2004. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/casa-de-show-funciona-com-liminar-da-justica-1.631470>

Além desses episódios e apesar do relativo cuidado com que a UFC vem tratando o bem, nas vistorias subsequentes, entre 1995 e 2013, a necessidade de reparos e restauros foi repetidamente apontada, havendo inclusive reprimenda, quando obras irregulares foram operadas pela própria UFC no interior da CJA⁵⁶⁰. No rol das vistorias técnicas levadas a cabo pelo IPHAN inclui-se o parecer de Carlos Fernando de Moura Delphim, de 2008⁵⁶¹. Sobre sua visita ao Sítio em outubro do referido ano, o especialista relatou:

Embora o Iphan envie esforços para a preservação do local, é lamentável o mau estado de conservação de uma paisagem cultural de tão elevado valor. Percorri toda a área e constatei danos inaceitáveis a um bem cultural de tal importância, revelando omissão da Universidade pelo valor material do sítio e imaterial do que representa sobre a pessoa de José de Alencar. O mais grave é o caso de uma escola estadual construída em área federal de elevado valor. Não creio que tenha havido aprovação do Iphan para uma obra fragmentadora da inteireza e unidade do sítio histórico. O Iphan propôs à Universidade a elaboração de um projeto de revitalização do parque, para integrá-lo à cidade como equipamento turístico-cultural. O projeto foi elaborado, com acompanhamento do Iphan, sem ter sido executado até hoje.

Tendo em vista que sua visita tinha por fim apresentar um laudo técnico a respeito da proposta realizada pela UFC, de instalar na CJA, parte de seu campus universitário, nomeadamente as instalações do Instituto de Cultura e Arte (ICA), a resposta de Delphim⁵⁶² foi categórica:

Após a análise do sítio e da proposta, conclui-se que o Iphan, sob pena de poder considerar-se compactuar com propostas antagônicas à sua defesa e proteção, no sítio histórico da Casa de José de Alencar, deve rejeitar categoricamente a proposta de instalação, no seu terreno, de qualquer intervenção que: o Não seja de interesse direto para as funções originais do Parque do Alagadiço Novo conforme definidas na Resolução nº 196, de 23 de setembro de 1966; o Apresente porte, cores, volume, linhas, textura ou demais condições contrastantes ou capazes de competir com a simplicidade, nem tampouco ferir a memória daqueles que erigiram e dos que hoje preservam este patrimônio; o Desmereça ou desvalorize os valores materiais e significados imateriais ali preservados para a sociedade brasileira e não para usuários transitórios; [...] A resposta à Universidade deve ser negativa. Nada pode ser erigido no sítio sem que seja diretamente útil à sua preservação e à afirmação de seus propósitos originais. Deverá ser elaborado um Plano de gestão para o

⁵⁶⁰ Parecer técnico N° 030/05 do IPHAN realizado em 30 de Setembro de 2005. FONTE: Acervo 4ª SR/IPHAN

⁵⁶¹ DELPHIM. Carlos Fernando de Moura. Parecer sobre proposta de edificação no Sítio Alagadiço Novo Casa de José de Alencar. Acervo da 4ª SR/IPHAN. 2008. p.4

⁵⁶² DELPHIM. Carlos Fernando de Moura. Parecer sobre proposta de edificação no Sítio Alagadiço Novo Casa de José de Alencar. Acervo da 4ª SR/IPHAN. 2008. p. 23

sítio, com programação de uso público e definição de sua capacidade-suporte ou capacidade-de-carga. A solicitação de complementação de dados feita à Universidade torna-se inútil, devendo ser-lhe comunicado apenas que a proposta é alheia aos objetivos do sítio e antagônica aos propósitos de sua preservação.

Com esse parecer a proposta de implementação do ICA foi suplantada e, desde então, não houveram grandes reviravoltas no cotidiano do Sítio. Da mesma forma, iniciativas positivas no sentido de projetá-lo como equipamento cultural foram parcas e pouco exitosas. Apesar das tentativas precedentes, não se implantou nenhum programa de ações com a finalidade de transformar o lugar, e das poucas iniciativas em prol da utilização do lugar, destaca-se o I Simpósio Nacional Casa de José de Alencar, promovido pela UFC sob o comando da ex-diretora do ICA/UFC e da Casa de José de Alencar, Ângela Gutiérrez.

Em tal evento discutiu-se, além da vida e obra de Alencar, as perspectivas e os rumos a serem tomados para transformar o Sítio Alagadiço Novo em importante fundação de fomento à pesquisa e à vida cultural do Estado. Participaram do congresso professores e pesquisadores da UFC, a administração da casa e representantes do IPHAN. Sobre o tema assim discorreu Angela Gutiérrez:

[...] é intenção da Universidade transformar a CJA em uma casa voltada para a cultura e a pesquisa, nos moldes, por exemplo, da Casa de Rui Barbosa ou do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB. Como casa de cultura, a Casa de José de Alencar deve abrir-se à comunidade, favorecendo a realização de lançamentos literários, de acontecimentos artísticos, de exposições, enfim, construindo forte entrelaçamento não só com especialistas e interessados em arte como com os habitantes de sua vizinhança, e, mesmo, em sua atuação com pólo turístico.⁵⁶³

Contudo, os propósitos discutidos no evento não se concretizaram, propósitos que à época eram mais do que sonho, mas constatações da essencialidade de providências com a finalidade de preservação do Sítio. Em fim de contas, nenhum projeto se materializou e o Sítio não vê qualquer modificação em sua estrutura física ou política, sofrendo até hoje a deletéria ação do tempo e

⁵⁶³ GUTIÉRREZ, Angela Maria Rossas Mota de. Casa de José de Alencar - Casa de Cultura e de Pesquisa: Uma Utopia Possível. In: Simpósio Nacional Casa José de Alencar, I, 2004, Fortaleza. Anais...sobre o tema: "José de Alencar e a Cultura Brasileira", organizado por Angela Gutiérrez, Vera Moraes, Fernanda Coutinho e Ana Remígio, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004. pp. 7-8. p. 8

do esquecimento, consequências diretas da falta de uso promotor de sua memória e de sua história.

5.8 A Cidade e o Sítio: fim do último ciclo

Com o fim do último ciclo, observou-se que no início da década de 1930 começou o processo urbanizatório que transformou Fortaleza na metrópole conhecida atualmente. Como se vê no fluxograma (Fig. 76) e no mapa (Fig. 77) a seguir, foi também nesse contexto que se compreendeu o processo de consolidação do setor sudeste, já no último quartel do século XX. Finalmente, evidenciou-se, também neste período, o desmembramento do Sítio Alagadiço Novo como parte de uma dinâmica de expansão que envolveu, sobremaneira, os desígnios do mercado imobiliário.

A compreensão das fases históricas que levaram à situação atual do Alagadiço Novo em confronto com a reflexão teórica proposta no capítulo 1, permitiu chegar a conclusões mais amplas a respeito do tombamento do bem. À vista disso, nas páginas a seguir, propõe-se reflexão como arremate do apanhado historiográfico realizado até aqui.

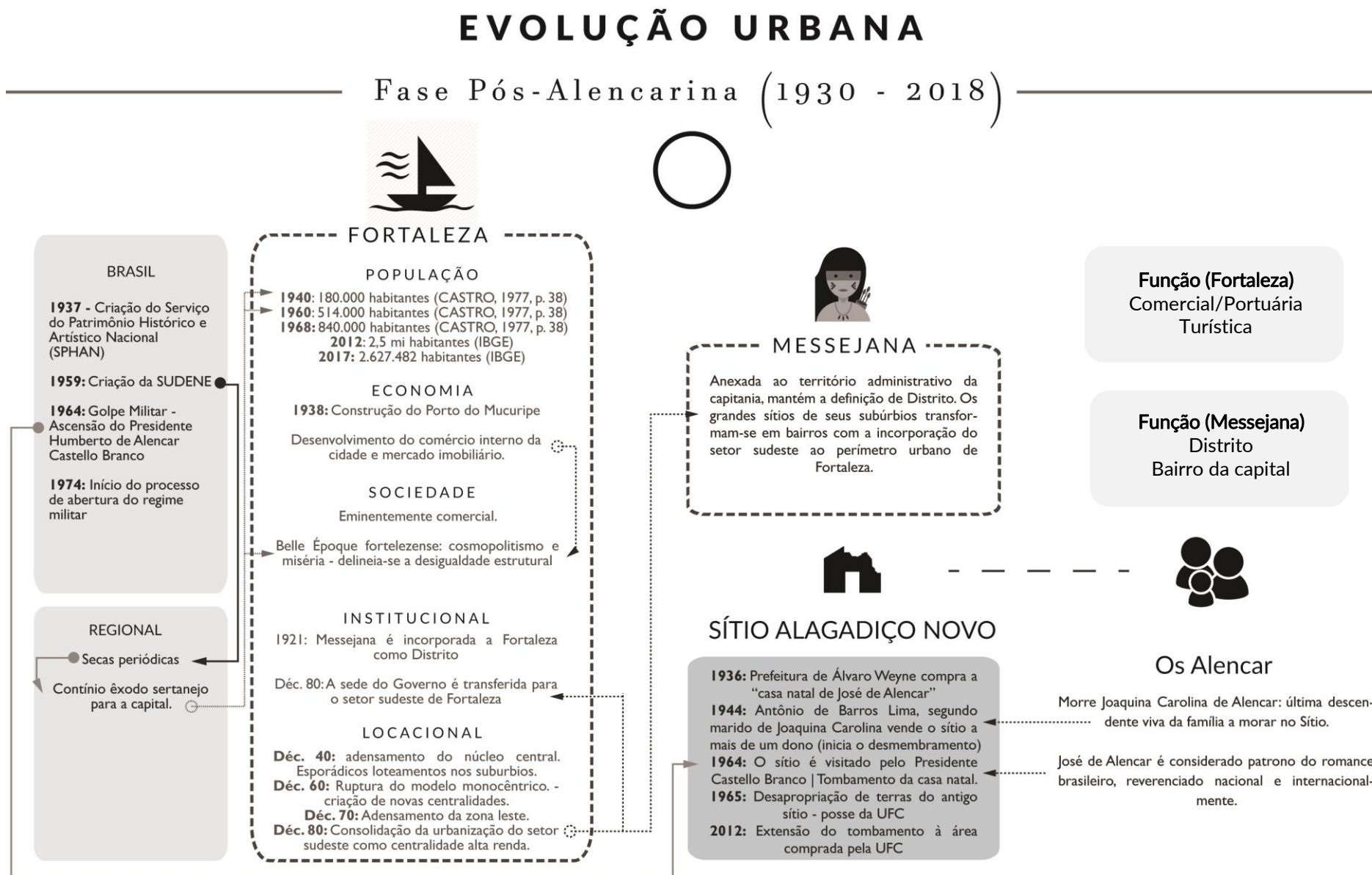


Figura 76: Fluxograma e evolução urbana Fortaleza x Sítio Alagadiço Novo x Messejana (Fase Pós-Alencarina: 1930-2018). FONTE: Elaboração própria.

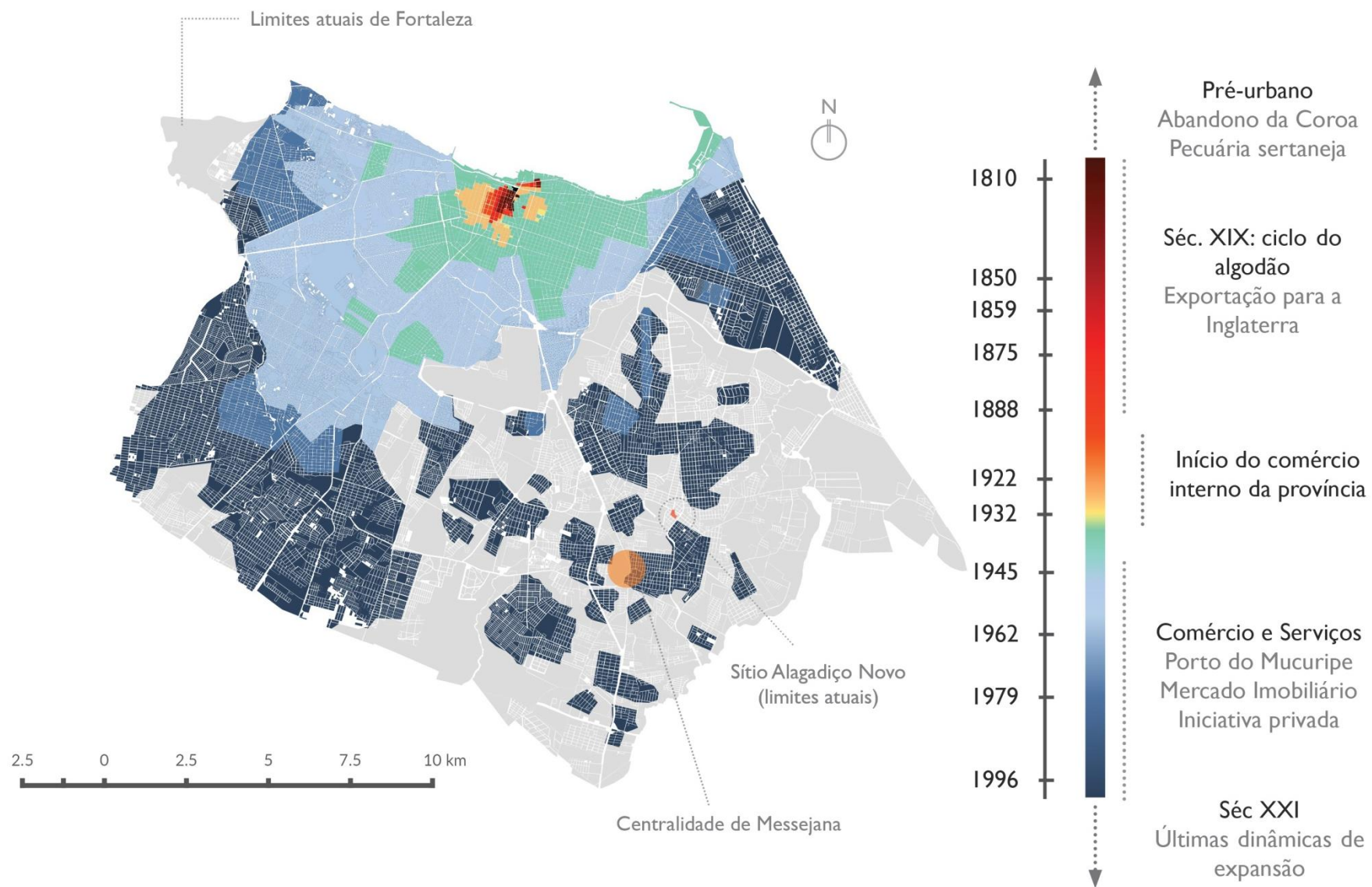


Figura 77: Evolução Urbana de Fortaleza de 1810 a 2010 (últimobase de dados utilizada). FONTE: Elaboração própria como produto da disciplina de Geoprocessamento e as Questões Urbanas e Regionais (PROPUR/UFRGS), construção baseada na obra *The Atlas of Dutch Urban Landscape* de Reinout Rutte et al. 2016

As políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. [...] uma compreensão acurada dos valores percebidos pelos diversos “agentes [...] pode nos fornecer uma perspectiva crítica para a gestão estratégica sustentável e de longo prazo para os bens culturais.

Leonardo Barci Castriota⁵⁶⁴

Conclusões

Nesta pesquisa, procurou-se investigar os aspectos que legitimaram o tombamento do Sítio Alagadiço Novo, localizado em Fortaleza, Ceará. Além disso, procurou-se contar a história do Sítio. Por meio da metodologia da Evolução Urbana, sistematizou-se os fatores populacionais, institucionais, econômicos e locais para melhor compreender a relação entre o Sítio e a cidade de Fortaleza. Face à historiografia, propôs-se uma reflexão acerca da atribuição de valores e da proteção patrimonial do bem. A lacuna do conhecimento foi suplantada pela construção do referencial teórico e da historiografia urbana.

No processo de construção da dissertação verificou-se, ao longo da discussão do capítulo 2, o consenso existente entre os teóricos estudados

⁵⁶⁴ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural Conceitos, Políticas, Instrumentos*. Belo Horizonte: AnnaBlume. 2009.

acerca da atribuição de valores como processo intrínseco à causa patrimonial. Em seguida, percebeu-se a necessidade premente de se fundamentar a aplicação do conceito de *Valor* no âmbito empírico das políticas do patrimônio, de maneira a clarear as motivações concretas do tombamento em análise.

Investigado o conceito de *Valor*, viu-se também, por meio da teoria estudada, que cada sociedade e/ou época possui um aparato de valores e imaginários próprios que embasam a tomada de decisões coletivas. Isto, por conseguinte, levou às seguintes conclusões: primeiro, as estruturas e instituições de controle que regem as sociedades desenvolvem-se conforme o evoluir da história; segundo, é na história que são forjadas as formas de conceber o mundo e os desejos de modificá-lo, ou seja, nela se formam, respectivamente, os imaginários e os valores.

Compreendeu-se que a política patrimonial, como exemplo dessas estruturas de controle, tem papel reflexivo, pois, se por um lado são consubstanciadas pelo conjunto dos valores de uma dada sociedade, por outro, ela também serve à proteção de outros valores sociais, especificamente quando aparecem sob a forma de manifestações culturais ou de artefatos impregnados de memória.

O Sítio Alagadiço Novo encontra-se no segundo caso: é um artefato impregnado de memória. Firmada essa concepção, por meio de uma periodização, recuperou-se a história das terras do Sítio, em ordem com a evolução urbana de Fortaleza e de Messejana. Nos capítulos 3, 4 e 5, realizou-se o paralelo histórico contínuo entre o evoluir das duas cidades, a trajetória da Família Alencar e, ao centro de tudo, a ocupação, a transformação, o desmembramento e, enfim, a proteção patrimonial do Alagadiço Novo.

No estudo da Fase Pré-Alencarina, foram expostos os fatores que condicionaram a formação dos núcleos de Fortaleza e de Messejana. Compreendeu-se aí que a urbanização do Ceará foi iniciada a partir do sertão em função do cultivo do gado. Até o fim dessa fase, no início do século XIX, a Vila do Forte limitou-se a um arraial sem feições propriamente urbanas. Messejana, que teve sua origem concomitante à capital, também manteve dimensões insignificantes de desenvolvimento. Nesse primeiro momento, viu-se

também que a história dos Alencar no Ceará ainda não havia começado, mas que, no mesmo período, chegaram de Portugal os primeiros descendentes da família às terras brasileiras.

No estudo da Fase Alencarina, foi explanado o ciclo em que Fortaleza se firmou como cidade e passou a crescer, alternando momentos de prosperidade, devido ao apogeu do algodão, e momentos de dificuldades advindas das secas endêmicas. A essa altura evidenciou-se o papel exercido pela família Alencar nas movimentações políticas do século XIX bem como esclareceu-se o episódio da chegada e estabelecimento de José Martiniano de Alencar e sua família no Sítio Alagadiço Novo. Ainda nessa fase, desvendou-se a relação da família com aquelas terras e os caminhos tomados até o início do século XX, quando, finalmente, o local foi desmembrado.

Por sua vez, na Fase Pós-Alencarina verificou-se também que Fortaleza cresceu desenfreadamente tendo como uma de suas consequências a aglutinação de Messejana ao território da Capital, em 1921. Nesse contexto, partir da década de 1930 a cidade teve que lidar com o processo de metropolização. Nesse ínterim, as terras remanescentes do Sítio Alagadiço começaram a ser desmembradas. Essas foram vendidas e desenvolveu-se o processo de loteamento deste e de outros sítios agrícolas do setor sudeste de Fortaleza que originaram os bairros dessa região.

Nessa última fase, desvelou-se o processo histórico por meio do qual se deu a proteção patrimonial do Sítio Alagadiço, seus agentes operadores e meios utilizados. Assim, sob a luz da discussão elaborada no referencial teórico, no capítulo 2, propõe-se aqui a interpretação dos fatos históricos expostos, pois acredita-se que desta forma serão melhor compreendidos os caminhos que levaram à proteção oficial do Sítio Alagadiço.

A hipótese da pesquisa propõe que a proteção patrimonial do Sítio Alagadiço foi legitimada, na sua gênese, pelo valor histórico atribuído à figura do romancista José de Alencar em torno da qual se erigiu uma espécie de atmosfera mítica, ou ainda, construiu-se um imaginário na forma de herói da terra, condição esta que se estendeu como justificativa do tombamento do Sítio. Uma vez que a reflexão proposta advém da interpretação desse tombamento,

esta análise se dá, sobretudo, através dos pareceres e documentos técnicos do IPHAN.

O Sítio, conforme demonstrado, é registrado nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O IPHAN, por seu turno, vem cumprindo sua missão institucional de proteção patrimonial por meio de frequentes intervenções concretizadas em pareceres e vistorias-técnicas, em geral respaldadas no valor declaradamente histórico atribuído ao bem pela instituição. No mais representativo desses pareceres, no entanto, aquele de Carlos Fernando de Moura Delphim, de 2008, incluem-se os seguintes valores atribuídos ao Alagadiço Novo: valor arqueológico, histórico – ligado aos Alencar e à transformação do território -, simbólico, paisagístico, arquitetônico, turístico, urbano, ecológico, hidrológico, climático, documental, educativo, literário, valor como espírito dos lugares, toponímico, florístico e até faunístico.

Analisando a opinião do IPHAN sobre o tema, constante do parecer técnico acima referido, percebe-se que a instituição assumiu como sua a representação da mitologia criada de José de Alencar como figura heroica das terras cearenses, além do que adotou uma lista exponencial de valores atribuídos ao Sítio e o inscreveu, posteriormente nos livros do tomo acima citados.

Considerando que esta pesquisa tem por fim, em última instância, examinar a legitimidade/legitimação da proteção patrimonial em sua gênese, busca compreender os motivos justificadores do tombamento na teoria e aplicados ao Sítio Alagadiço Novo. Assim sendo, é seu dever questionar as ações do IPHAN quanto à criação dessa lista de valores atribuídos ao Sítio e até mesmo o fato de ter sido inscrito nos livros do tomo etnográfico, arqueológico e paisagístico sem aprofundamento das razões pertinentes e suficientes.

Nesse sentido, demonstrou-se que as primeiras medidas em prol da preservação oficial do Sítio não foram resultado de reivindicações populares, mas, sim, da vontade de seleto grupo de homens, políticos (Álvaro Weyne, Castello Branco), especialistas (José Liberal de Castro, Rodrigo Mello Franco de Andrade) e intelectuais (Antônio Martins Filho); Atestou-se por documentos também que a primeira proteção de que gozou o lugar deu-se pela compra e

tombamento da “casa natal de José de Alencar”, situação que mudou apenas no ano de 2012 com a extensão do tombamento da pequena casa para as terras remanescentes do Sítio. Ou seja, outros motivos, ou outros valores não ligados à figura de José de Alencar só podem ser observados, como no referido parecer, em registros do século XXI.

Observando esses fatos, e sob a ótica da discussão teórica, há se ponderar a possibilidade, aventada na hipótese, de ter havido a inoculação de uma verdade no imaginário social, a invenção de uma tradição, como levanta Hobsbawm, ou, quem sabe, a criação de mitologia urbana, como queria Cabantous, na Fortaleza do início do século XX. A verdade inoculada de que se fala é: José de Alencar é filho da terra, herói e patrono das terras cearenses, ainda que tenha deixado a terra natal, aos nove anos de idade. Procedendo-se à análise dessa possibilidade através da historiografia, entende-se que de tal verdade derivou o onipresente culto à imagem e à obra do escritor existente na cidade e originária do início do século XX.

Para iluminar esses espaços vazios de justificação e entender certas incongruências observadas não apenas nas decisões administrativas, mas também na tardia ascensão de José de Alencar à condição de patrono de Fortaleza é preciso que se façam algumas ponderações. O Ceará, como se sabe, evoluiu marcado pelo abandono do colonizador e castigado pela severidade de seu clima hostil, que periodicamente abrasava suas terras e dizimava populações pelo rigor das secas. É estranho, portanto, que o fortalezense, como de resto, toda a população do Estado, composta majoritariamente por indigentes e caracterizada por uma enorme e estrutural desigualdade, haja escolhido, no início do século XX, um escritor, e político quase desconhecido para eles, para seu patrono e herói.

Em outras palavras, muito demorou para que Fortaleza se igualasse, em matéria de desenvolvimento econômico e, sobretudo, cultural, a outros centros urbanos brasileiros como Rio de Janeiro, Recife e Salvador, receptáculos de maior atenção do Império. Assim, é no mínimo controverso que uma sociedade cuja população não passava de 80.000 habitantes em 1920, e que sempre apresentou uma das maiores taxas de analfabetismo do país, tomasse para si, também no início do século XX um herói da literatura.

Assente nos fatos apresentados no final do capítulo 5, cumpre destacar os seguintes aspectos: as iniciativas de perpetuação da imagem do escritor, como personagem intrinsecamente cearense, partiram sempre da administração pública da cidade e a toponímia mais célebre que lhe é dedicada foi instituída entre as décadas de 1910 e 1930, contrastando com os fatos apresentados anteriormente sobre o desenvolvimento da cidade. De fato, até a década de 30, Fortaleza não passava de algumas quadras edificadas e menos de um quilômetro a partir da orla, a cidade era composta por uma população em geral não letrada e cuja atividade predominante era o comércio.

Frente ao exposto, é legítimo afirmar que houve realmente a transformação pela administração pública do escritor e político José de Alencar em um tipo heroico, consagrando essa criação no imaginário local, inventou-se, poder-se-ia dizer, uma tradição que compreende a utilização da figura do escritor para a designação de locais públicos. Alencar, figura indubitavelmente forte, solene, foi elemento definidor da identidade urbana de uma coletividade que não possuía grandes amarras sociais. Com a imortalização do escritor em nomes de praças, ruas, teatro, e outros logradouros públicos, além da construção de monumentos glorificadores de sua figura e de sua obra, sedimentou-se um imaginário coletivo na cidade que emergia. Em consequência disso, legitimou-se a proteção patrimonial do Sítio Alagadiço Novo, sob a designação de “Casa de José de Alencar”, confirmando a hipótese desta pesquisa.

Mas, então, o que significados se podem extrair desses fatos? Que a justificativa da salvaguarda do Sítio Alagadiço mudou na atualidade? Trazendo novamente a discussão engendrada no capítulo 2, sabe-se que o capital axiológico de toda sociedade muda com o tempo. Ora, se mudam os valores, é coerente entender que justificativas e pareceres acompanhem essas transformações. Então, se o conhecimento a respeito do bem aumentou desde o tombamento inicial, é compreensível que a instituição que o proteja almeje explicitar o quanto ele significa, reforçando para a comunidade o que legitima sua ação de protegê-lo oficial e continuamente.

Esta pesquisa demonstrou o fato de que o Alagadiço Novo possui raízes muito mais profundas que aquelas expostas pela existência da instituição *Casa de José de Alencar*. Desde a sua relação com a história de José Martiniano de

Alencar (o pai), passando pela ancestralidade daquele território em que o Sítio está incrustado e pela relação com Messejana e suas origens indígenas seculares. A nosso ver, muito mais pode ser adicionado à legitimação do regulamento que protege as terras remanescentes do Sítio, hoje, do que a referência à figura de José de Alencar (o filho).

Nesse sentido, sobre a atribuição dos valores ao Sítio Alagadiço concluiu-se que, embora tenha sido fruto de inoculação de verdades e da manipulação de imaginários, não se deve destituir o herói criado dos valores que o escritor José de Alencar realmente possui. Mas a historiografia mostrou que mais valores agregados ao território tornam a história do Sítio mais rica e complexa, de modo a refletir a identidade sofrida e batalhadora da gente cearense. E mais, sem dúvida a incorporação desses outros valores tem o potencial de expandir a exaltação da CJA como instituição de cultura e tornar efetiva sua integração ao espaço da cidade.

Destarte, corrobora-se com a afirmação de Hobsbawm sobre a necessidade de analisar sintomas que as diferentes épocas oferecem ao crivo interpretativo do historiador, especificadamente as tradições inventadas. É, portanto, razoável afirmar que esse aspecto também faz parte do ofício do agente conservador do patrimônio, consistente em destrinchar o jogo de “lembrar-esquecer”, como proposto por Castriota na epígrafe destas considerações. Isto deveria ser princípio inerente à política patrimonial, posto que deixa às claras o processo de atribuição de valores e fornece a crítica necessária a um modelo mais sustentável de preservação do patrimônio cultural.

Afinal, cumpre advertir que, tenha havido o tombamento das terras remanescentes do Sítio Alagadiço, não se revoga a premissa inicial de que esta pesquisa trata-se de um “réquiem historiográfico”, uma vez que a maior parte do seu território tenha sido praticamente tragado pela expansão urbana desordenada. A dissertação ora apresentada homenageia a história do lugar original e produz um material que poderá contribuir para o manejo subsequente do bem. Este réquiem, portanto, se firma como tributo à alma e à história do lugar e de sua gente, dos quais faço parte.

Expressas as conclusões acima e como sói acontecer nos trabalhos de pesquisa, algumas questões e incômodos subsistem, dentre elas, registram-se as seguintes: se quem atribui, hoje, os outros valores além daquele relacionado a José de Alencar, continua sendo o restrito grupo ligado ao IPHAN e/ou à Universidade Federal, e não a maior parcela da população, não seria este o motivo da falta de conexão observada entre a comunidade de Fortaleza e o lugar? Como se dá, na verdade a relação da comunidade fortalezense com o Sítio? Acredita-se que um trabalho ligado à percepção do lugar ainda pode ser realizado.

Além disso, outras perguntas podem ser feitas frente às mudanças nas justificativas de sua proteção na atualidade, por exemplo: a quem fez diferença? As histórias do Sítio Alagadiço Novo, de Messejana, de José Martiniano de Alencar pai são fatos difundidos na comunidade? Isso interferiu nos caminhos que direcionaram o destino do Sítio?

Claramente restam muitas questões. Além das indagações que se pode fazer sobre a relação do bem com a sua comunidade, existe ainda a temática da atuação da política patrimonial sobre o bem, sua relação com as demais políticas setoriais de produção da cidade, questões ligadas à leitura do lugar na paisagem da cidade, da educação patrimonial para a melhor utilização do lugar, para citar apenas algumas das possibilidades. Ou seja, são ainda vastas as possibilidades de análise do Sítio Alagadiço Novo, o que se ofereceu aqui foi apenas um primeiro olhar, um aparato historiográfico que, a nosso ver, pode servir de base para o início de outras pesquisas.

Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Arquivo Público Do Estado Do Ceará

Correspondências expedidas, autos de arrematação. Fundo: Câmaras Municipais. Local: Messejana. 1780-1931. Caixa 60. Livro 56: Autos de Arrematação. Ano: 1829

Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo N° 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls.

Escritura de venda que faz o Barão da Ibiapaba a José Pereira de Barros de seu sítio denominado Muriti-a-puá no Município de Mecejana. Fundo Cartório Feijó. Ano 1893

Escritura de arrendamento que faz D. Joaquina de Alencar de Sousa Andrade, de seu sítio denominado Alagadiço Novo (na freguesia de Mecejana, a Manoel Moreira Pequeno e Possidonio Mardocheu Rodrigues, por tempo de cinco annos, a conto e duzentos mil reis annuais. Livro N° 13-A (cópia). Fundo Cartório Feijó. Ano 1894.

Escritura de venda que faz José Pereira de Barros e sua mulher a Francisco Leite Barbosa de seu sítio denominado Muriti-a-puá no Município de Mecejana. Fundo Cartório Feijó. Ano 1896

Escritura de hipoteca que Lourenço do Carmo e sua mulher à Viúva Dona [?] Leonel de Alencar de seu sítio denominado Gravito no Município de Mecejana. Fundo Cartório Feijó. Ano 1900. Fl.91

Procuração bastante que fazem Antônio de Barros Lima e sua mulher. Livro do Fundo Cartório Feijó, Ano 1901, p. 90

Escritura de cessão que faz Dona [?] Leonel de Alencar a Francisco Lourenço do Carmo de seu sítio denominado Gravito no Município de Mecejana. Fundo Cartório Feijó. Ano 1903

Registro de porção de terra no Sítio Gravito em nome de Francisco Leonel d'Alencar em 27 de Julho de 1855 In. Livro de Registros de Terra da Freguesia de Fortaleza – Vol. Único – Pasta G - Nº 25 A. Fl. 6

Registro de porção de terra no Sítio Muriti-a-puá em nome Ignacio Ferreira Façanha, em 1855 In. Livro de Registros de Terra da Freguesia de Fortaleza – Vol. Único – Pasta G - Nº 25 A. Fl. 13

Registro de porção de terra no Sítio Alagoa-da-Sapiranda em nome Ignacio Lourenço Lopes, em 1855 In. Livro de Registros de Terra da Freguesia de Fortaleza – Vol. Único – Pasta G - Nº 25 A.

Registro de porção de terra no Sítio Gravito em nome Luiz José de Paiva, em 20 de Março de 1857 In. Livro de Registros de Terra da Freguesia de Fortaleza – Vol. Único – Pasta G - Nº 25 A.

Registro de porção de terra no Sítio Alagoa-da-Sapiranda em nome do Vigário Joaquim Lopes da Cunha, em 12 de Março de 1857 In. Livro de Registros de Terra da Freguesia de Fortaleza – Vol. Único – Pasta G - Nº 25 A.

Acervo da 4ª SR/IPHAN, Ceará

1962, Fevereiro, 10. Cópia da carta do Arquiteto José Liberal de Castro a Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do SPHAN

1962, Janeiro, 15. Cópia do Ofício No. 86 do Diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Arquiteto José Liberal de Castro

1964, Julho, 10. Cópia do Ofício No. 775 do Diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Arquiteto José Liberal de Castro

1964, Julho, 10. Cópia da Notificação No. 946 do Diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade dirigida ao Prefeito Municipal de Fortaleza

1964, Julho, 28. Cópia do Aviso de Recebimento da Prefeitura Municipal de Fortaleza à Diretoria do SPHAN acerca da Notificação No. 946

1965, Abril, 30. Cópia de escritura de desapropriação. Cartório Martins – 2º OFÍCIO. Livro 140. Fls. 104/v

1965, Maio, 24. Cópia de escritura de desapropriação. Cartório Moraes Correia – 4º OFÍCIO. Livro 36. Fls. 145/v

1984, Março, 15. Parecer Nº 02/84 da Fundação Nacional pró-Memória

1987, Junho, 08. Ofício N° 6024 endereçado a Ângelo Osvaldo de Araújo Santos, então Secretário do Patrimônio Artístico e Cultural.

1993, Outubro, 01. Ofício N° 771/93 do Reitor da UFC ao Ministro de Estado da Cultura

1993, Julho, 05. Memorando do Serviço do Patrimônio Histórico N° 028/93

1995, Maio, 30. Parecer técnico N° 003/95 do IPHAN

2000. Plano de Trabalho da *Pesquisa Arqueológica do Sítio Alagadiço Novo – Revitalização da Casa de José de Alencar* dirigido pelo Arqueólogo Marcos Albuquerque da UFPE à 4ª SR/IPHAN, Ceará.

2001, Agosto, 13. Ofício N° 008/06 da 4ª SR/IPHAN dirigido ao Reitor da UFC, sobre a recuperação física do Sítio

2004, Janeiro, 08. Ofício N° 06/04 da 4ª SR/IPHAN, Ceará

2006, Janeiro, 05. Ofício N° 28301 da 4ª SR/IPHAN, Ceará dirigido à Diretora da CJA, sobre o início dos serviços de recuperação da Casa Natal de José de Alencar.

2005, Setembro, 30. Parecer técnico N° 030/05 da 4ª SR/IPHAN, Ceará

2008. Parecer sobre proposta de edificação no Sítio Alagadiço Novo Casa de José de Alencar elaborado por Carlos Fernando de Moura Delphim

2008. Poligonal de tombamento das terras remanescentes do Sítio Alagadiço Novo

Proposta *Projeto Alagadiço Novo* de revitalização do Sítio de autoria do Arquiteto Ricardo Bezerra

Edição da *Gazeta de Notícias* de 15 de julho de 1977

Edição do Jornal *O Povo* 31 de 28 de Março de 1982

Acervo da Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da
Universidade Federal Do Ceará (SODS/UFC)

Ata 164 Sessão Extraordinária do Conselho Universitário de 29 de Dezembro de 1964: Acervo CONSUNI. Atas de Reunião. Índice 220 – 270. Ano 1964. Pasta 07

Ata 108 Sessão Ordinária do Conselho de 5 de fevereiro de 1965: Acervo CONSUNI.

Ata 110 Sessão Ordinária do Conselho Univesitário de 9 de Abril de 1965: Acervo CONSUNI. Atas de Reunião. Ano 1965

Ata 113 do Conselho Univesitário de 2 de Julho de 1965: Acervo CONSUNI. Atas de Reunião. Ano 1965

Ata 215 do Conselho Univesitário de Junho de 1966: Acervo CONSUNI. Atas de Reunião. Ano 1966

Ata 130 do Conselho Univesitário de 8 de Dezembro de 1966: Acervo CONSUNI. Atas de Reunião. Ano 1966

Ata 203 do Conselho Univesitário de 23 de Dezembro de 1966: Acervo CONSUNI. Atas de Reunião. Ano 1966

Acervo da Hemeroteca Nacional

Edição de *O Cearense* de 21 de Junho de 1874

Edição de *O Cearense* de 06 de Julho de 1874

Edição de *O Cearense* de 29 de outubro de 1874

Edição de *O Cearense* de 25 de Maio de 1877

Edição da *Gazeta do Norte* de 19 de dezembro de 1885

Edição de *A República* de 19 de Janeiro de 1894

Edição de *A República* de 24 de Abril de 1894

Edição de *A Razão* de 11 de junho de 1929

Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza

1949. Loteamento 635 Parque José de Alencar.

1963. Loteamento 666 Parque José de Alencar.

Outros

DIÁRIO da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649. Trad. Do holandês por Alfredo de Carvalho. Ver. Trimestral do Instituto do Ceará. Fortaleza, 17: 333-405

Registro Data e sesmaria do índio Tomé da Silva Campelim de três léguas de comprimento por duas de largura entre as Serras do Ambicuri e da Pacatuba, conservando também a légua de aldeamento da aldeia Paupina, concedida pelo Capitão-mór Gabriel da Silva do Lago, em 27 de novembro de 1708. FONTE: Typographia Gadelha, 1926. v. 5. p. 175-177

Decreto-Lei Nº 25, de 30 de Novembro de 1937

Decreto-Lei Nº 55.840, de 15 de Março de 1965

Certidão narrativa de registro de escritura pública de compra e venda de 06 de Julho de 1944. Transcrita do Livro de Transmissões 3-2, Nº 31713. 1º Ofício de Registro de Imóveis. Fls. 161.

Diário Oficial da União. Seção 3. Nº77. 20 de Abril de 2012. P. 13. ISSN: 1677-7069

Plano-Diretor de Fortaleza elaborado pelo urbanista Hélio Modesto e aprovado pela Lei Nº 2128 de 20 de Março de 1963, publicada no Diário Oficial do Município de 23 de Março de 1963. *In* Revista do Instituto do Ceará. Tomo LXXVIII. Ano 1964

Fontes Secundárias

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500 – 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 2º ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

AB’SÁBER, Aziz Nacib. *Sertões e Sertanejos: uma Geografia Humana Sofrida*. *In* AVANÇADOS, Estudos. Dossiê Nordeste Seco. Universidade de São Paulo. IE A, v. 13, 1999

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. *Vaqueiros, agricultores, artesãos: origens do trabalho livre no Ceará colonial*. In: Revista de Ciências Sociais, Fort. V. 20/21. N° ½. 1989/1990. Pp. 1-29

ALENCAR, José. *Iracema*. Câmara dos Deputados. 2017. ISBN978-85-402-0625-0

ALENCAR. José. *Como e porque sou romancista* (1893) 1ª ed. Editora Moinhos. 2017

ALVES, Daniel; **PUIG**, Josep. *IP - HGIS - Um Sistema de Informação Geográfica aplicado à História da Península Ibérica* In: The Development of European Waterways, Road and Rail Infrastructures: A Geographical Information System for the History of European Integration (1825-2005). Lisboa. 2011

AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. *História de Messejana*. Sociedade Educadora de Messejana. Fortaleza. 1996

ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. *Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2012

ANDRADE, Larry Andelmo Silva de. *Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933*. 2016. 199f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2016

ARARIPE, José Caminha Alencar. *O Padre Rebelde. Conspirador com os olhos de lince e vôos de águia*. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza. 1995

BACZKO. Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaldi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa. 1985

BANDARIN, Francesco e **VAN OERS**, Ron. *The Historic Urban Landscape Managing Heritage in an Urban Century*. John Wiley and Sons, 2012

BARROS. José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis. Editora Vozes. 2015

BEZERRA, Antônio. *O Nome Mecejana*. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XXXI. Fortaleza. 1917

BEZERRA, Celina Maria Torres Portugal. *Dos passos de gazela de Iracema ao rastro do capital: O cotidiano das (os) Tapioqueiras (os) de Messejana* Fortaleza-

ce. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza. 2005

BEZERRA, Antônio. *Algumas Origens do Ceará (1918)*. 1ª ed. Fundação Waldemar Alcântara. Fortaleza. 2009

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima e **RIBAS**, Otto. T. *Políticas de preservação e desenvolvimento urbano no Brasil: dicotomias e similaridades conceituais*. 2012

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia de Bolso. 2007

BITTAR, Eduardo C.B. e **ALMEIDA**, Guilherme Assis. *Curso de Filosofia do Direito*. São Paulo: Editora ATLAS S.A. 2012

BIVAR, C.S. Vindo do sertão do Ceará, chega preso à vila do Caetité, na Bahia, em trânsito para Ouro Preto, a caminho da Corte, o famoso Padre José Martiniano de Alencar. *In: Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXXIX. 1975.pp. 221-228

BONANÇA, João. *Encyclopedia de Aplicações Usuaes*. Lisboa. Typographia Lusitana. Editora Arthur Brandão. 1903

BRAGHIROLI. Ângelo Carlos Silveira. (Org.). *Paisagens do Sul - Pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre bens patrimoniais do Rio Grande do Sul*. IPHAE - IPHAN. Porto Alegre. 2009

BURKE. Peter. *O que é História Cultural? What is Cultural History?* (2004). Tradução Sérgio Goes de Paula. 1ª ed. Rio de Janeiro. Zahar. 2008

CABANTOUS, Alain. (Org.) *Mythologies Urbaines. Les Villes entre Histoire et Imaginaire*. In *Anais... Encontro Mythologies Urbaines*. Dunquerque. 2002

CÂMARA, José Aurélio. Fortaleza: *Página da Aventura Holandesa nos Trópicos*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo: LXXII. Ano: 1958. pp. 287-291

CASTRO, Liberal. *Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza*. CREA/Ce. Fortaleza. 1977

_____. Liberal. *Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza*. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: tomo CVIII, 1994, p.43-90

_____. Liberal. *Cartografia Cearense no Arquivo Histórico do Exército*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: tomo CXI, 1997, pp. 09-79.

_____. Liberal. Texto de apresentação. In: JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza*. São Paulo: Annablume Editora. 2003

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural Conceitos, Políticas, Instrumentos*. Belo Horizonte: AnnaBlume. 2009

CAVALCANTE, José Luiz. *A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra*. Revista Histórica, São Paulo, ano, v. 1, p. 1-7, 2005

COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário Filosófico*. Martins Fontes. São Paulo. 2003

CIDRE, Elisabete Pires *A perspectiva cultural sobre o espaço público na definição de uma política patrimonial. A obra nasce*. In Revista de Arquitectura da Universidade Fernando Pessoa, 2006, pp.12-15

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*, São Paulo, UNESP. 2001

CURY. Isabelle(Org.). *Cartas Patrimoniais*. Edições do Patrimônio. IPHAN. Rio de Janeiro. 2004

DE VARINE, Hugues. *Raízes do Futuro - O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*. Porto Alegre. Medianiz. 2012

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura *Parecer sobre a propostas de edificação no Sítio Alagadiço Novo – Casa de José de Alencar*. IPHAN, 2008

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. *Dinâmicas Urbanas Recentes da Área Metropolitana de Fortaleza*. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012

DUARTE, Romeu. *Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, Documento, Empreendimento e instrumento. O Caso de Sobral-CE*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2012.

DUBOIS, Claude-Gilbert. *O Imaginário da Renascença*. 1985 (1ª ed). Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB. 1995

DURÁN ROCCA, Luisa Gertrudis *Assentamentos urbanos do Brasil ibérico (1580-1640)*. Arquisur revista. Argentina. Pp. 64-77. Nº.8. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/141927>

DURAND. Gilbert. *O Imaginário: Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Tradução René Eve Levié. DIFEL. Rio de Janeiro. 1999

ESPIG, Márcia Janete. *O Conceito de Imaginário: Reflexões acerca de sua utilização pela História*. Revista Textura. pp. 49-5. Nº 9. Canoas. 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, Rio de Janeiro : UFRJ: IPHAN, 1997

FONSECA, Simões. *Dicionário Enciclopédico da Língua Portuguesa*. 1899

FORTALEZA – CODEF/PMF. *Fortaleza: evolução urbana (1603-1979)*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1979

FORTALEZA 2040. *Fortaleza Hoje*. Edições Iplanfor. N. 4. Ano II. Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF. 2015

FREITAS, Edmar. *Messejana*. Coleção Pajeú. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza. 2014

FUCK JR., Sérgio Cesar de França. *Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do município de Fortaleza, Ceará – Brasil*. In: Caminhos de Geografia - revista online. Fortaleza, 2004

GARCIA, Angeles Mateos. *A Teoria dos Valores de Miguel Reale: Fundamento de seu tridimensionalismo jurídico*. São Paulo: Editora Saraiva. 1999

GARCIA, Clarissa Maroneze. *Ver o presente, revelar o passado e pensar o futuro: A evolução urbana do bairro Belém Novo em Porto Alegre*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2017

GARZEDIN, Maria Aruane Santos. *Espaços Livres Urbanos, Paisagem e Memória*. In; GOMES Marco A. A. F; CORREA, E.L. (Org.). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011. 171-189

GAUTHIEZ, Bernard. *Lyon, das fontes escritas ao SIG histórico – método e exemplos de aplicação*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 64, p. 21-50, ago. 2016

GEDDES, Patrick. *Cities in Evolution: An Introduction to the Town Planning Movement and to the Study of Cities*. London: Williams & Norgate, 1915.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo. Ed. Atlas S.A. 2010

GIOVANNONI, Gustavo. *Vecchie città ed edilizia nuova*. Milano: Città Studi Edizioni, 1931

GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Coleção Instituto do Ceará. Ed. Instituto do Ceará. Fortaleza. 1947

_____, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Edições UFC. Fortaleza. 1984

GONÇALVES, Tiago Estevam e **MATOS**, Fábio de Oliveira. *Abordagem Geohistórica sobre as primeiras ocupações litorâneas de Fortaleza – CE*. Revista Geografia Ensino & Pesquisa. Vol. 17. Nº 3, set./ dez. 2013

GONDIM, Linda Maria de Pontes. *O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Morderna*. São Paulo. AnnaBlume. 2006

GUADALUPE, Diogo de Castro et al. *Uso de Sistemas de Informação Geográfica como Suporte para a História Urbana: uma Experiência em Belo Horizonte*. In Anais... arqdoc 2014. João Pessoa. 2014

GUTIÉRREZ, Angela Maria Rossas Mota de. *Casa de José de Alencar - Casa de Cultura e de Pesquisa: Uma Utopia Possível*. In: Simpósio Nacional Casa José de Alencar, I, 2004, Fortaleza. Anais...sobre o tema: “José de Alencar e a Cultura Brasileira”, organizado por Angela Gutiérrez, Vera Moraes, Fernanda Coutinho e Ana Remígio, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004. p. 7-8

GUZMÁN, Paloma et al. *Bridging the Gap Between Urban Development and Cultural Heritage Protection*. In 'IAIA14 Conference Proceedings', 2014

HOBSBAWN, Eric e **RANGER**, Terence (Org.). *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardin Cavalcante. Editora Paz & Terra. São Paulo. 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HOOK, Sidney. *O Herói na História*. Or. The Hero in History A study in Limitation and Possibility (1960). Trad. 3ª ed Zahar Editores. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1962

HOUAISS, Antônio; **VILLAR**, Mauro de Salles; **FRANCO**, Francisco Manoel de Mello. *Míni HOUAISS Dicionário da língua portuguesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 976 fls, 2009

_____, A., & **UILLAR**, M. (2013). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa online*. Disponível em <https://houaiss.uol.com.br>. Acessado em 17 de Julho de 2018 às 14:18

IBGE, *Brasil em síntese*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>. Acessado em 06 de Agosto de 2018 às 09:54. 2017

IPECE. *Perfil Básico Municipal Crato 2015*. Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Planejamento. 2015

IPLAM. *Síntese diagnóstica do município: caracterização urbana do município de Fortaleza.* Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1990

JAGUARIBE, João Nogueira. Alencares de sangue e afins. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LIV. Fortaleza. 1940, p. 99-118

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza.* São Paulo: Annablume Editora. 2003

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A Urbanização do Ceará Setecentista: As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati.* Salvador, BA, 531 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2007

KOSELLECK. Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Editora PUC RIO. Rio de Janeiro. 2006

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil.* Tradução, Prefácio e Comentários de Luis Câmara Cascudo, 12o Ed. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Gustavo Giovannoni. Textos escolhidos.* São Paulo: Ateliê. 2013

LEITE, Ana Cristina. *O algodão no Ceará: Estrutura Fundiária e Capital Comercial.* 1850-1880. Fortaleza, Secult, 1994.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias.* Fortaleza. Stylus Comunicações. 1991

MAIA. Marina de Castro Teixeira. Sítio Alagadiço Novo: O Patrimônio como Instrumento Urbanístico. Trabalho Final de Graduação. FAU/UFC. Fortaleza. 2014

_____. Marina de Castro Teixeira. Sítio Histórico Alagadiço Novo: o patrimônio como instrumento urbanístico. In: XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2014, Brasília. Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2014.

MAIA. Marina de Castro Teixeira e **FARIAS FILHO,** José Almir. *O Patrimônio Cultural Tangível na Construção da Cidade Sustentável.* Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 3, p. 172-189, 2015.

MAIA. Marina de Castro Teixeira. *Sítio Histórico Alagadiço Novo(CE): Desafios à integração entre planejamento urbano e gestão do patrimônio cultural edificado.* In: Anais... IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2016

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. Magalhaes. *José de Alencar e sua época*. (1907) 1ª Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 1977

MARCONI, Marina de Andrade.; **LAKATOS**, Eva Maria. *Metodologia Científica*. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2000

MARTINS, Alexandre Marques da Silva. *Os Valores em Miguel Reale*. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 45 n. 180 out./dez. 2008

MARTINS FILHO, Antônio. História abreviada da UFC. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O Passado no Futuro da Cidade: Políticas Públicas e Participação dos Cidadãos na Preservação do Patrimônio Cultural de Porto Alegre nas décadas de 70 a 90*. Porto Alegre, RS, 273 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 2001

_____, Ana Lúcia Goelzer. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 2008

MENEZES, Raimundo. *José de Alencar Literato e Político*. (1903) 1ª Ed. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro. 1977

MENEZES, Luiz Barba Alardo de. Memória sobre a capitania independente do Ceará grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma, Luiz Barba Alardo de Menezes. In Documentação primordial sobre a Capitania do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 1997.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. In I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Conferência Magna. Vol. I. pp. 25-39. 2009

MONTALBO, Aires. *A Aldeia de Paupina e Outras Aldeias*. In Revista do Instituto Histórico do Ceará. 1969

MONTEIRO, Emanuela Rangel. *Deslocamento da forma urbana na Zona Sudeste de Fortaleza*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007

MONTEIRO, Charles. *Breve História de Porto Alegre*. Editora da Cidade. Letra & Vida editora suliani. Porto Alegre. 2012

NETO, Felipe. Muito Além dos Muros do Forte. Premius Editora. Fortaleza. 2010

NIJKAMP, Peter e **RIGANTI**, Patrizia. *Assessing cultural heritage benefits for urban sustainable development*. In International Journal of Services Technology and Management, V. 10, n.1, 2008, pp.29-38.

OLIVEIRA, Marcia Pereira de. *O Acervo Museológico da Casa de José de Alencar*. In: Revista Museu, 2011

ORICO, Osvaldo. *A vida de José de Alencar*. Companhia editora nacional, 1929

PAULET, Antonio José da Silva. *Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará*. In Documentação primordial sobre a Capitania do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 1997

PEDRO, Ana Paula. *Ética, Moral, Axiologia e Valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum*. Revista KRITERION. Belo Horizonte. Nº130. Dez/2014. pp.483-498

PEIXOTO, Roque C. de Alencar. *Um trecho da vida do Senador Alencar narrado por um seu parente*; In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo XXXVI. pp. 328-330. 1922

PEREIRA, Katiane Maciel. *Messejana da Educação: a ação educacional da Igreja Católica na produção espacial (século XX)*. Dissertação (Mestrado). UECE. Fortaleza, 2010

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social*. Cultura Vozes, v. 89, n. 5, p. 34-44, 1995

_____, Sandra Jatahy. *Imaginando o Imaginário*. Revista da ANPHU. São Paulo, 1997

POMPEU SOBRINHO, Thomas. *Introdução, notas e comentários – Relação do Maranhão*. In: Três Documentos do Ceará Colonial. Coleção HISTÓRIA E CULTURA dirigida pelo Instituto do Ceará. Fortaleza. Ceará. Departamento de Imprensa Oficial. 1967

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social, 1860-1930*. Fundação Demócrito Rocha, 1999

PORTO ALEGRE. Maria Sylvia. *Vaqueiros, agricultores e artesãos. Origens do Trabalho Livre no Ceará Colonial*. Revista de Ciências Sociais. V. 20/21. Nº 1/2.pp. 1-29. Fortaleza.1989/1990

REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva,2002

REBELATTO, Martha e **FREITAS**, Frederico. *Desafios e Possibilidades ao Uso de Sistemas de Informação Geográfica na História*. In Anais... 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre. 2011

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil 1500/1720*. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo. PINI. 2000a

_____, Nestor Goulart (org.). *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Imprensa Oficial; Edusp; Fapesp, 2000b.

_____, Nestor Goulart. *Patrimônio cultural e problemas urbanos*. In: GOMES Marco A. A. F; CORREA, E.L. (Org.). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, pp.117- 128

RIBEIRO, Esaú. *Memorial e História de Messejana*. Fortaleza, EDITEL, 1982

RIEGL, Alöis. *O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem*. Or. Der Moderne Denkmalkultus (1903). Trad Werner Rothschild Davidsohn, Anar Falbel. 1ª ed São Paulo: Perspectiva, 2014

_____, Alöis. *Le Culte Moderne des Monuments Sa Nature, Son Origine*. Or. Der Moderne Denkmalkultus (1903). Tradução e prefácio por Jacques Boulet. 1ª ed. Paris. L'Harmattan. 2003

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. FGV Editora, 2001

RUMSEY, David e **WILLIAMS**, Meredith. *Historical Maps in GIS*. In KNOWLES, A.K. (Org.) *Past Time, Past Place: GIS for History*. ESRI Press, 2002]

RUTTE, Reinout et al. *Atlas of the Dutch Urban Landscape: A Millennium of Spatial Development*. Thoth Publishers, 2016

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. Curitiba: Juruá, 2008

SAMPIERI, Roberto Hernández, **COLLADO**, Carlos Fernández e **LUCIO**, Maria del Pilar Baptista. *Metodologia de Pesquisa*. Ed. Penso Porto Alegre. 2013

SANTOS. Milton. *Espaço e Método*. São Paulo. Nobel. 1985

SANTOS, Elizete de Oliveira. *Articulações entre Estado e grandes proprietários fundiários na constituição do eixo sudeste de valorização imobiliária em Fortaleza-CE*. Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino 2.2 (2012a): 13-40

SANTOS. Elizete. *Propriedade privada da terra e expansão urbana: o caso da concentração fundiária na implantação de loteamentos em Fortaleza (1930-*

2000). In Ateliê Geográfico – revista eletrônica. V. 6 N. 4. Pp. 61-87. ISSN: 1982-1986. Goiânia. 2012b

SANTOS, Paulo. *Formação das Cidades do Brasil Colonial*. Editora UFRJ. Rio de Janeiro. 2001

SARTORI. Giovanni. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Trad. Sérgio Bath. Coleção Pensamento Político. N. 36. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1981
SÉGUIER, Jayme de et al. Dicionário prático ilustrado. 1910

SÉGUIER, Jayme de et al. Dicionário prático ilustrado. 1910

SIEBERT, Loren. *Using GIS to document, visualize, and interpret Tokyo's spatial history*. Social Science History, v. 24, n. 03, p. 537-574, 2000

SILVA, Sérgio Roberto Rocha da Silva. *Monumentos de Heróis na Cidade de Rio Grande*. In: CLEMENTE, Elvo (Org.) Integração História Cultura e Ciência 2004. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2006

STUDART. Guilherme. *Faze o bem não cates a quem ou Uma página da vida do Senador Alencar*. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo I. Ano 1887. Pp. 87-91

_____, Guilherme, Barão de. *Geografia do Ceará (Continuação)*. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo XXXVIII, CE-FORT, Typ. Minerva, 1924

_____, Guilherme, Barão de. *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fac-símile. (1896). 1ª ed. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. Tomo I. 2001

SCHÜLER, Donaldo e **GOETTEMS**, Míriam Barcellos. (Org.). *Mito Ontem e Hoje*. Porto Alegre. Editora da Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990

SOUZA, Célia Ferraz de e **MÜLLER**, Dóris M. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. UFRGS Editora, 2007

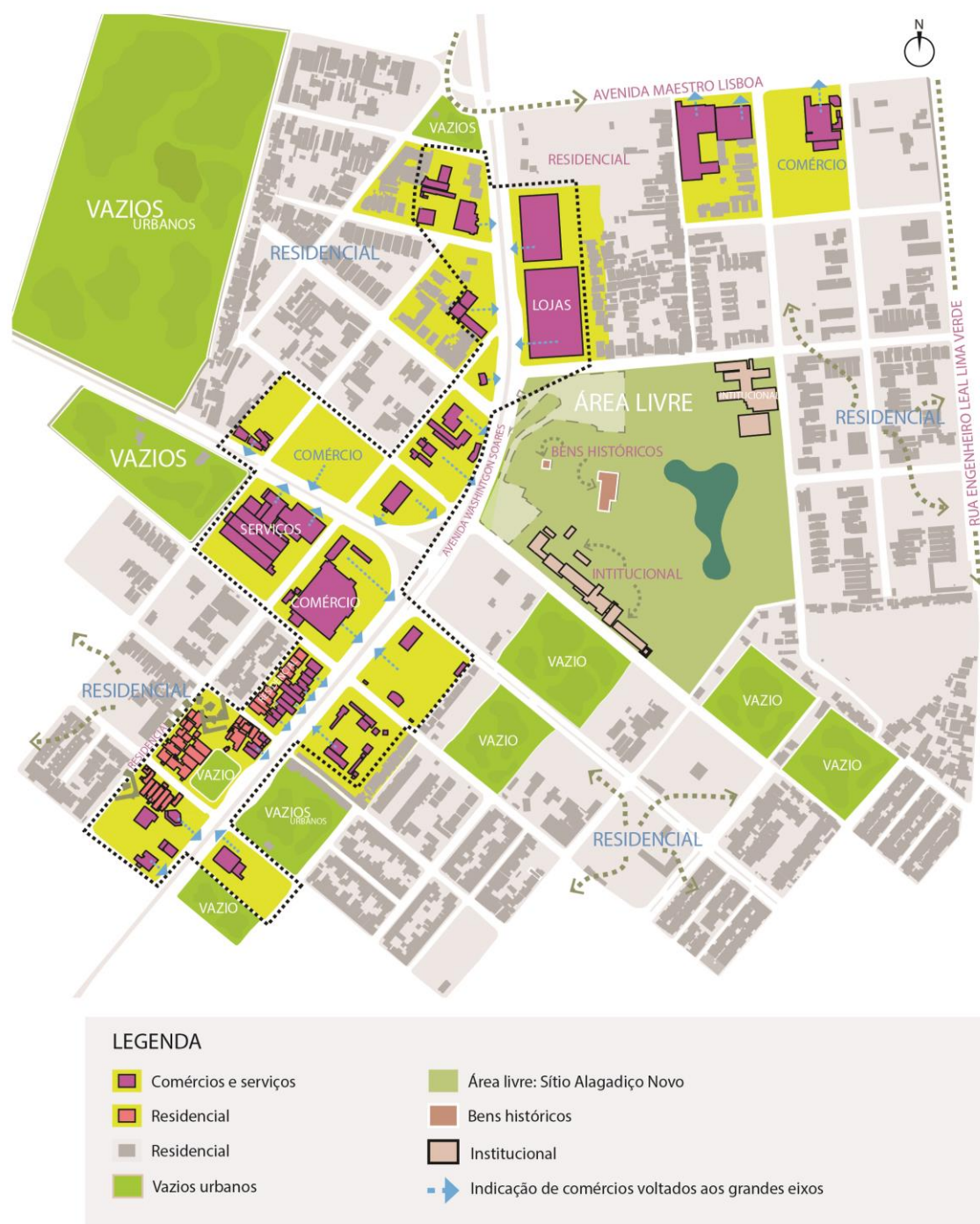
VIANA FILHO, Luís. *A Vida de José de Alencar*. 2ª Ed. EDUFBA. Salvador. 2008

VIDESOTT, Luisa. *Brasília: a construção de um mito*. In: CAMPOS, Cristina; ATIQUE, Fernando; DANTAS, Alexandre Ferreira (Org.) Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território. São Paulo: Alameda. 2013. Pp. 337-353

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. Studio nobel, 1998

Apêndice

1. Diário Oficial da União de 20 de Abril de 2012 reportando a extensão do tombamento da Casa Natal de José de Alencar para as terras remanescentes do Sítio Alagadiço Novo. FONTE: MAIA, 2014, p. 47



2. Problemáticas do sistema viário da região onde se insere o Sítio Alagadiço Novo. FONTE: MAIA, 2014, p. 49

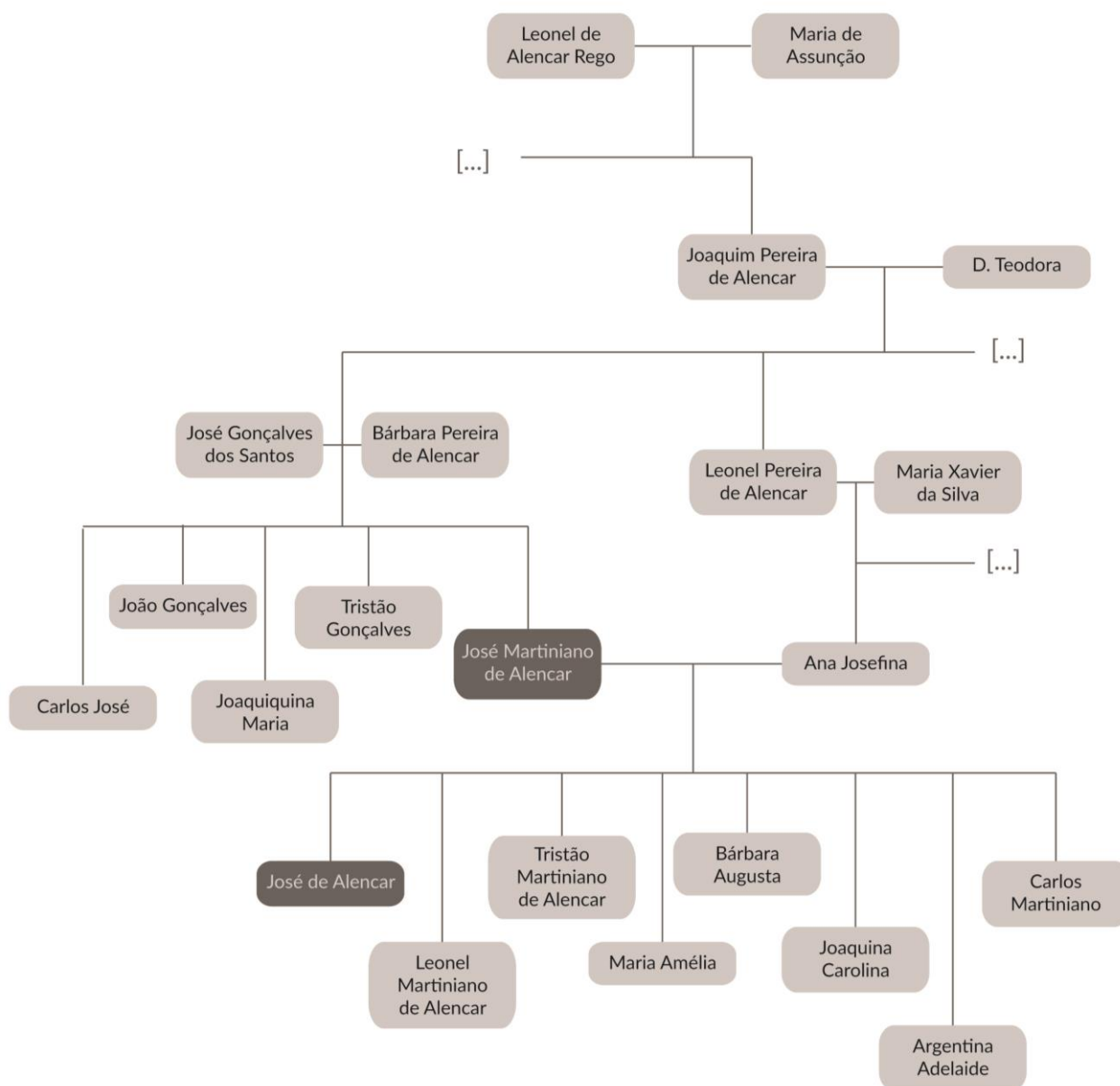
Sistema viário local e problemáticas existentes. Esc: 1:10.000 FONTE: Elaborado pela autora a partir da restituição aerofotogramétrica de Fortaleza (ano de 2010), de dados da LUOS 1996 e de informações obtidas através de observação do local

LEGENDA

- Vias arteriais
- Vias coletoras
- Rua Antônio Gentil
Gomes: falta de infraestrutura
- Vias locais obstruídas por construções indevidas
- (a) Cruzamento Av. Washington Soares e Av. Min. José Américo
- Sítio Alagadiço Novo
- Área verde restante da reserva da Sapiroanga
- (x) Ver imagens



2. Árvore genealógica resumida da Família Alencar. FONTE: Elaboração própria com informações de MENEZES, 1977, p. 24



Anexos

Diário Oficial da União de 20 de Abril de 2012 reportando a extensão do tombamento da Casa Natal de José de Alencar para as terras remanescentes do Sítio Alagadiço Novo.

Nº 77, sexta-feira, 20 de abril de 2012

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

13



vigência do contrato referente a fornecimento de energia elétrica para o CRN/INPE para o período de 26/03/2012 a 26/03/2013. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 26/03/2012 a 26/03/2013. Valor Total: R\$116.237,76. Data de Assinatura: 26/03/2012.

(SICON - 19/04/2012) 240106-00001-2012NE800001

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 141/2012 publicado no D.O. de 18/04/2012, Seção 3, Pág. 10, Onde se lê: Valor R\$ 114.389,99 Leia-se: Valor R\$ 114.390,00

(SICON - 19/04/2012) 240106-00001-2012NE800001

SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS TEMÁTICOS COORDENAÇÃO-GERAL DE MUDANÇAS GLOBAIS DE CLIMA

EDITAL PROCESSO SELETIVO CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Projeto: BRA/07/002

A Diretora Nacional do Projeto BRA/07/002, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Convocar para contratação os candidatos: Paulo Henrique Cunha Soares; Bianca Dielle da Silva e Luis Gustavo Vilas Boas de Sena, classificados para cadastro reserva no Processo Seletivo nº 005/2011, para apresentação da documentação necessária à contratação.

SONIA REGINA MUDROVITSCH DE BITTENCOURT
Diretora Nacional do Projeto BRA/07/002

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATOS DE TERMOS DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 01400.009562/2012-11 - ESPÉCIE: Termo de Cooperação que entre si celebram o Ministério da Cultura e a Fundação Cultural Palmares.

OBJETO DO ACORDO: Realização da "Ação Microprojetos Mais Cultura - Bacia do Rio São Francisco" DATA DA ASSINATURA: 13 de abril de 2012 - VIGÊNCIA: 8 (oito) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério das partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo. SIGNATÁRIOS: Secretário Executivo do Ministério da Cultura, VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT; Presidente em Exercício da Fundação Cultural de Artes, MYRIAM LEWIN.

PROCESSO Nº 01400.009563/2012-65 - ESPÉCIE: Termo de Cooperação que entre si celebram o Ministério da Cultura e a Fundação Cultural Palmares.

OBJETO DO ACORDO: Contratação do espetáculo Missa dos Quilombos DATA DA ASSINATURA: 18 de abril de 2012 - VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério das partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo. SIGNATÁRIOS: Secretário Executivo do Ministério da Cultura, VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT; Presidente da Fundação Cultural Palmares, ELOI FERREIRA DE ARAÚJO.

DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA COORDENAÇÃO-GERAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2012 - UASG 420001

Número do Contrato: 14/2010.

Nº Processo: 01400020095200984.

PREGÃO SISP Nº 20/2009 Contratante: MINISTERIO DA CULTURA - CNPJ Contratado: 05915318000116. Contratado: ENTRELINHAS COMUNICACAO LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 014/2010, firmado entre as partes em 11/02/2010, nos termos previstos em sua CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93. Vigência: 27/03/2012 a 10/02/2013. Data de Assinatura: 26/03/2012.

(SICON - 19/04/2012) 420001-00001-2012NE800008

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/interatividade.html>, pelo código 00032012042000013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2012 - UASG 420001

Número do Contrato: 18/2009.

Nº Processo: 01400009115200885.

PREGÃO SISP Nº 4/2009 Contratante: MINISTERIO DA CULTURA - CNPJ Contratado: 61600839000155. Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA CIE E. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 018/2009, firmado entre as partes em 09/04/2009, nos termos previstos em sua CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 15/04/2012 a 14/04/2013. Data de Assinatura: 13/04/2012.

(SICON - 19/04/2012) 420001-00001-2012NE800008

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2012 - UASG 344041

Nº Processo: 01420013659201117.

DISPENSA Nº 4/2012 Contratante: FUNDACAO CULTURAL PALMARES - CNPJ Contratado: 07522669000192. Contratado: CEB DISTRIBUICAO S.A. - Objeto: Regular, exclusivamente, segundo a estrutura da tarifa de Baixa Tensão, o fornecimento das instalações da CONTRATADA, localizada no SCS Q. 09, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre "B", 1º e 2º andares, em Brasília/DF, sob sua responsabilidade, com exceção da Iluminação Pública. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 18/04/2012 a 17/04/2017. Valor Total: R\$95.000,00. Fonte: 100000000 - 2012NE800022. Data de Assinatura: 18/04/2012.

(SICON - 19/04/2012) 344041-34208-2012NE800001

EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Espécie: PROTOCOLO DE INTENÇÕES (Processo nº 01420.003414/2012-54), firmado entre a Fundação Cultural Palmares e o Município de Cabo Frio, por intermédio da Prefeitura de Cabo Frio. OBJETO: Estabelecer as bases de cooperação técnica de ampla colaboração e conjugação para apoiar a preservação, promoção, fomento e acesso à cultura afro-brasileira, por meio de ações e projetos. DATA DE ASSINATURA: 29/03/2012. VIGÊNCIA: 05 anos, contados da assinatura do Termo. PARTÍCIPES: Eloi Ferreira de Araújo - Presidente da Fundação Cultural Palmares e Marcos da Rocha Mendes - Prefeito do Município de Cabo Frio

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS MUSEU VILLA-LOBOS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2012 - UASG 343021

Nº Processo: 01443000028201242. Objeto: Fornecimento de energia elétrica. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de competição, tendo em vista fornecedor exclusivo. Declaração de Dispensa em 02/04/2012. RUIVAL FIQUEIREDO MELO - Administrador. Ratificação em 02/04/2012. WAGNER TISO VEIGA - Diretor. Valor Global: R\$ 25.000,00. CNPJ CONTRATADA: 60.444.437/0001-46 LIGHT SER VICOS DE ELETRICIDADE S.A.

(SIDEI - 19/04/2012) 423002-42207-2012NE800016

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2012 - UASG 343021

Nº Processo: 01443000029201297. Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de competição, fornecedor exclusivo. Declaração de Inexigibilidade em 02/04/2012. RUIVAL FIQUEIREDO MELO - Administrador. Ratificação em 02/04/2012. WAGNER TISO VEIGA - Diretor. Valor Global: R\$ 16.000,00. CNPJ CONTRATADA: 33.352.394/0001-04 COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE.

(SIDEI - 19/04/2012) 423002-42207-2012NE800016

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

EDITAL TOMBAMENTO

Extensão do Tombamento da Casa Natal de José de Alencar, Fortaleza, Estado do Ceará - área Remanescente do Sítio Onde Nasceu José de Alencar, Messejana, Município de Fortaleza, Estado do Ceará.

Na forma e para fins do disposto no art. 5º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e o art.15, parágrafo único e inciso II, da Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986, o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, dirige-se a todos os interessados para lhes COMUNICAR que está promovendo por meio do Processo nº 649-T-62, (Processo nº 01458.002242/2008-98) a extensão do tombamento da Casa Natal de José de Alencar, Fortaleza, Estado do Ceará - Área remanescente do sítio onde nasceu José de Alencar, Messejana, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, em razão do seu elevado valor histórico, arqueológico e paisagístico no livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, con-

forme planta constante à fl. 68, e poligonal de tombamento, descrita às fls. 64, volume 2, do processo de ratificação de tombamento, a seguir delineada: A área do Sítio Alagadiço Novo inicia-se no PONTO 01, localizado na esquina entre as laterais sudoeste e noroeste do muro do terreno (face interna); segue junto ao muro no sentido sul-norte, por aproximadamente 8m, até o PONTO 02; segue junto ao muro no sentido sudoeste-nordeste, por aproximadamente 87m, até o PONTO 03; segue junto ao muro no sentido sudoeste-nordeste, por aproximadamente 54m, até o PONTO 04; segue junto ao muro no sentido sudoeste-nordeste, por aproximadamente 31m, até o PONTO 05 (entre os pontos P3 e P5, o muro apresenta pequenas deflexões não descritas nesta poligonal, ficando-lhe todas na área interna); segue junto ao muro no sentido oeste-leste, por aproximadamente 191m, até o PONTO 06; segue junto ao muro no sentido norte-sul, por aproximadamente 81m, até o PONTO 07; segue junto ao muro no sentido oeste-leste, por aproximadamente 67m, até o PONTO 08; segue junto ao muro no sentido norte-sul, por aproximadamente 182m, até o PONTO 09; segue junto ao muro no sentido leste-oeste, por aproximadamente 33m, até o PONTO 10; segue junto ao muro no sentido nordeste-sudoeste, por aproximadamente 120m, até o PONTO 11; segue junto ao muro no sentido sudoeste-nordeste, por aproximadamente 285m, até o PONTO 1 - origem da poligonal.

COORDENADAS GEORREFERENCIADAS DOS PONTOS

PONTO	E (X)	N (Y)	PONTO	E (X)	N (Y)
01	557.888	9.578.654	07	558.164	9.578.752
02	557.886	9.578.660	08	558.205	9.578.746
03	557.924	9.578.747	09	558.214	9.578.567
04	557.950	9.578.782	10	558.186	9.578.561
05	557.935	9.578.805	11	558.107	9.578.480
06	558.127	9.578.823			

Outrossim, esta comunicação tem por objetivo dar ciência aos interessados da descrição da poligonal de entorno, delineada às fls. 67 e planta constante à fl. 68, volume 2, do processo de ratificação de tombamento, definida para assegurar a ambiência da Área remanescente do sítio onde nasceu José de Alencar, Messejana, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, a seguir especificada: A área de entorno ao Sítio Alagadiço Novo inicia-se no PONTO a, localizado no eixo da avenida Isabel Maia Silva Alencar, na sua confluência com a avenida Washington Soares; segue em linha reta no sentido nordeste-sudoeste, por aproximadamente 35m, até o PONTO b; segue em linha reta no sentido sudoeste-nordeste, por aproximadamente 125m, atravessando perpendicularmente a avenida Washington Soares e a quadra localizada entre a rua Clodualdo Arruda e a avenida Ministro José Américo, até o PONTO c, localizado no eixo da rua Moreira Leite; segue neste eixo no sentido sudoeste-nordeste, por aproximadamente 350m, atravessando novamente a avenida Washington Soares e alcançando o extremo leste de seu leito, até o PONTO d, segue em linha reta no sentido norte-sul, por aproximadamente 70m, até o PONTO e, fixado no eixo da rua Egídio de Oliveira; segue neste eixo no sentido oeste-leste, por aproximadamente 280m, até o PONTO f, fixado no eixo da rua Eliseu Orá; segue neste eixo no sentido norte-sul, por aproximadamente 370m, até o PONTO g, localizado no eixo da rua Pascoal Moreira; segue neste eixo no sentido nordeste-sudoeste, por aproximadamente 199m, até o PONTO h, localizado no eixo da avenida Isabel Maia Silva Alencar; segue neste eixo no sentido sudoeste-nordeste, por aproximadamente 388m, até o PONTO a - origem da poligonal.

O presente edital visa assegurar a publicidade do tombamento de ofício do bem acima descrito, efetuado com fundamento no art. 5º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o qual passa gozar de proteção por meio do IPHAN, para os efeitos previstos notadamente nos arts. 17 e 18 do diploma legal citado.

AMPARO LEGAL: Art. 216, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988; art. 5º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e o art.15, parágrafo único, da Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986; Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; Lei 6.292, de 15 de dezembro de 1975, Lei 8029 de 12 de abril de 1990, Lei 8113 de 12 de dezembro de 1990.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente do Instituto

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO CENTRO CULTURAL PAÇO IMPERIAL

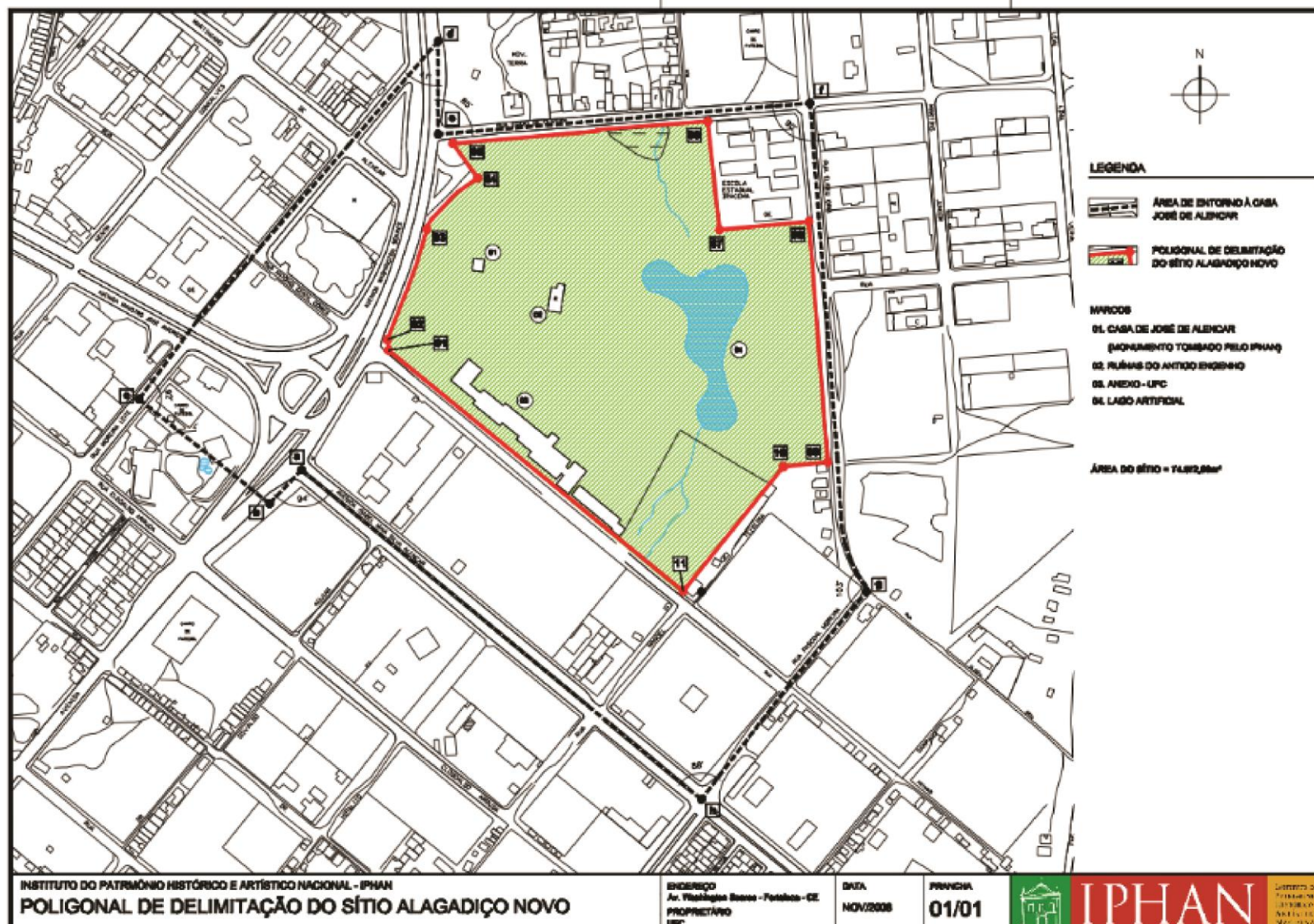
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2012 - UASG 343023

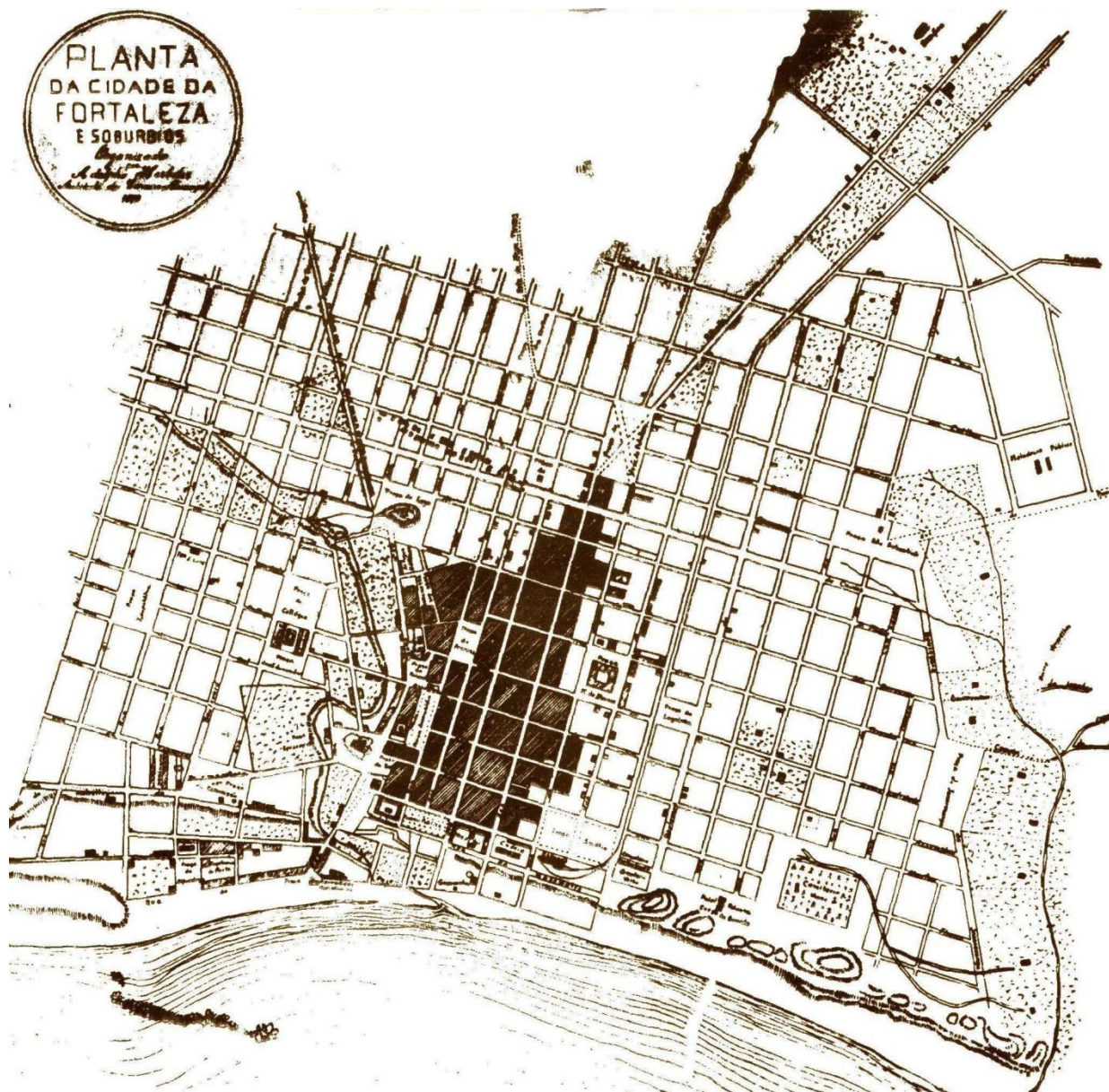
Nº Processo: 014600006/2012-74. Objeto: Fornecimento de energia elétrica Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Fornecedor único. Declaração de Inexigibilidade em 16/04/2012. EDIO RIBEIRO CORREA - Gestor Financeiro. Ratificação em 17/04/2012. ELIEZER GOMES DO NASCIMENTO - Ordenador Substituto. Valor Global: R\$ 500.000,00. CNPJ CONTRATADA: 60.444.437/0001-46 LIGHT SER VICOS DE ELETRICIDADE S/A.

(SIDEI - 19/04/2012) 343026-40401-2012NE800077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poligonal de tombamento das terras remanescentes do Sítio Alagadiço Novo. FONTE: Acervo 4ª SR/IPHAN, Ceará





Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios elaborada por Adolpho Herbster em 1875. FONTE: ANDRADE, 2016, p.24 *Apud* SOUZA, 2006

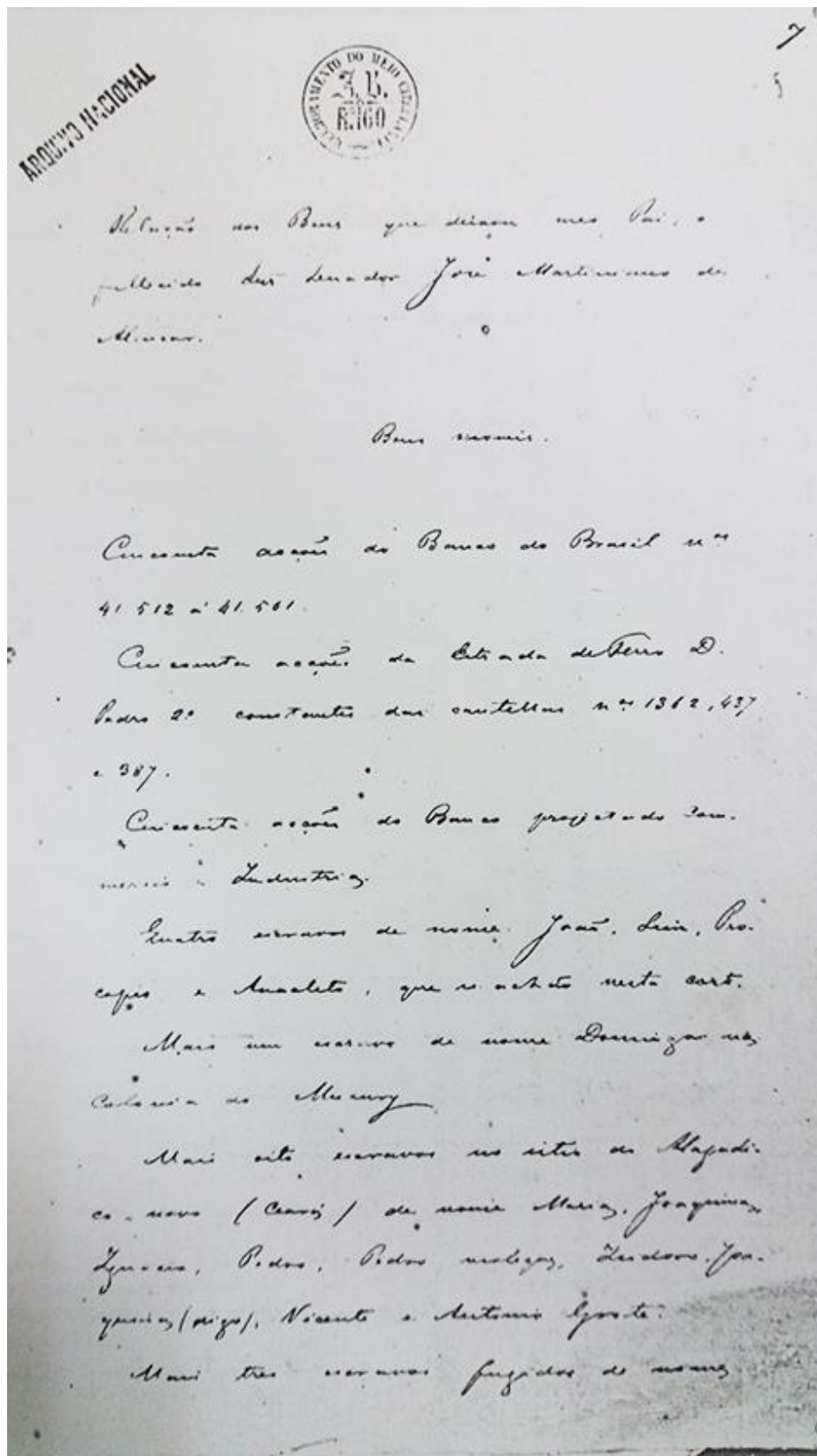
Planta da cidade da Fortaleza Capital da Provincia do Ceará levantada por Adolpho Herbster em 1888. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart519681/cart519681.j

pg Acessado em 29 de Julho de 2018 às 15:50.



Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls.
5/7



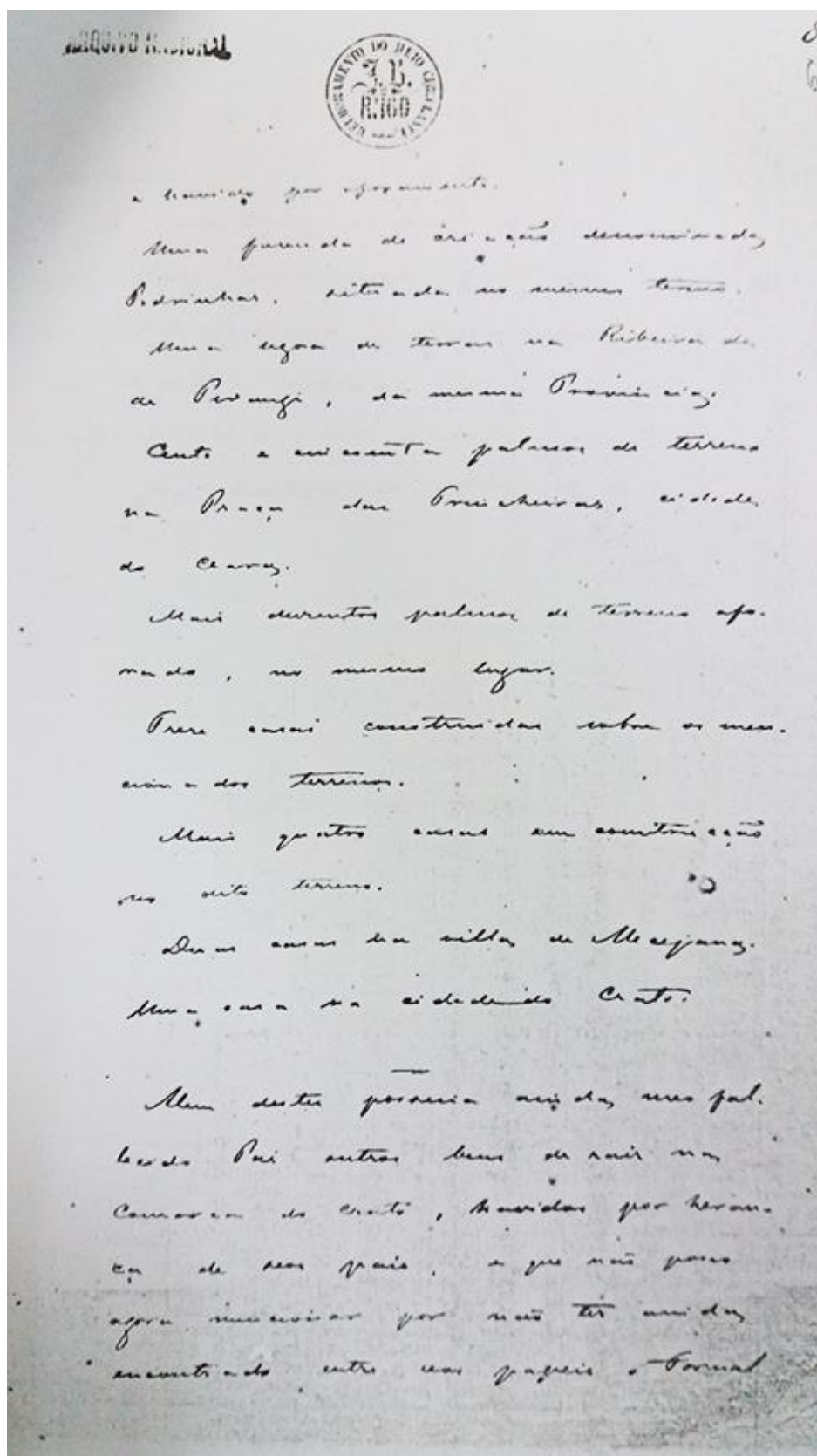
Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. 5/7

Genuale Amante, Luis Teller e Jose Ras-
 mado.
 Certo e vinte mil reis em dinheiro.
 Um relógio inglês de ouro.
 Uma escrivaninha de prata.
 Outras de armaras.
 Um calcebe.
 Roupa de desuso.

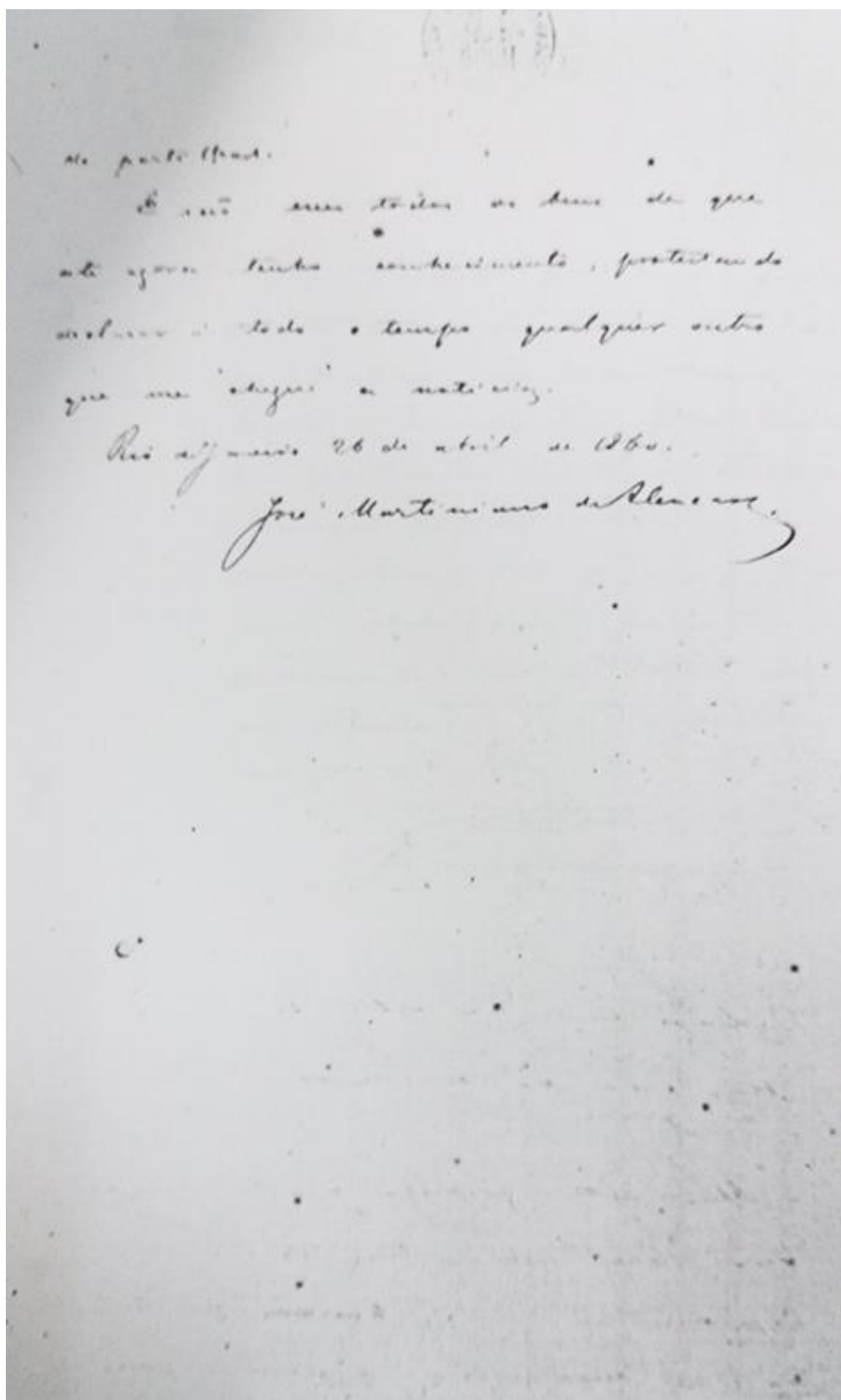
 Bens de raiz.

 Um sítio com engenhos de amassar e apor-
 dente denominado Alagadiço - Novo, na
 Província do Ceará, Terreno de Alagadiço.
 Um sítio de plantação denominado Car-
 rapisso, situado no mesmo terreno.
 Um sítio de plantação denominado
 Sapiranga, situado no mesmo terreno.
 Um sítio de plantação denominado
 Papuboy, situado no mesmo terreno.
 Um sítio de plantação denominado
 Moroti - Aguiar, situado no mesmo terreno.

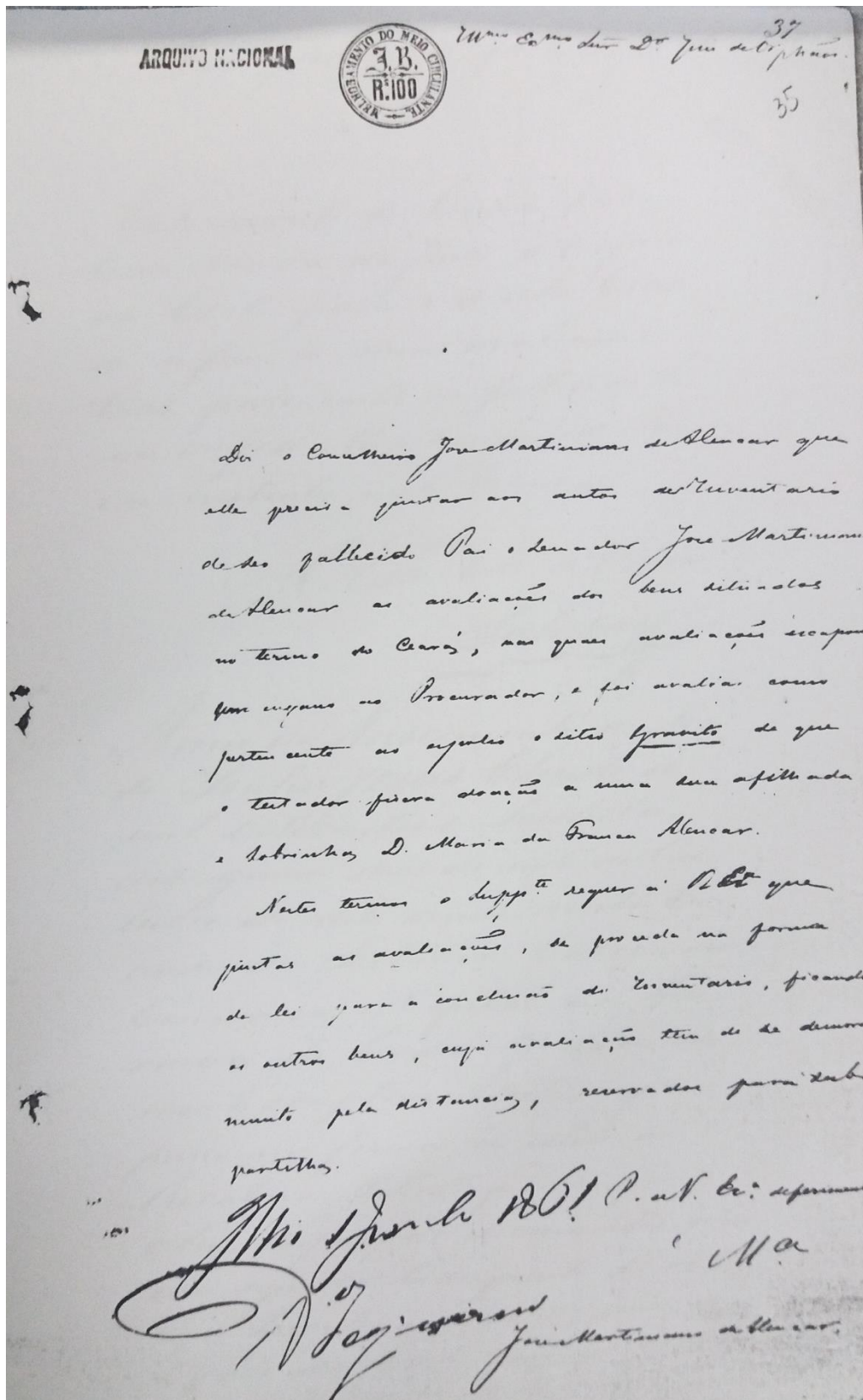
Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls.



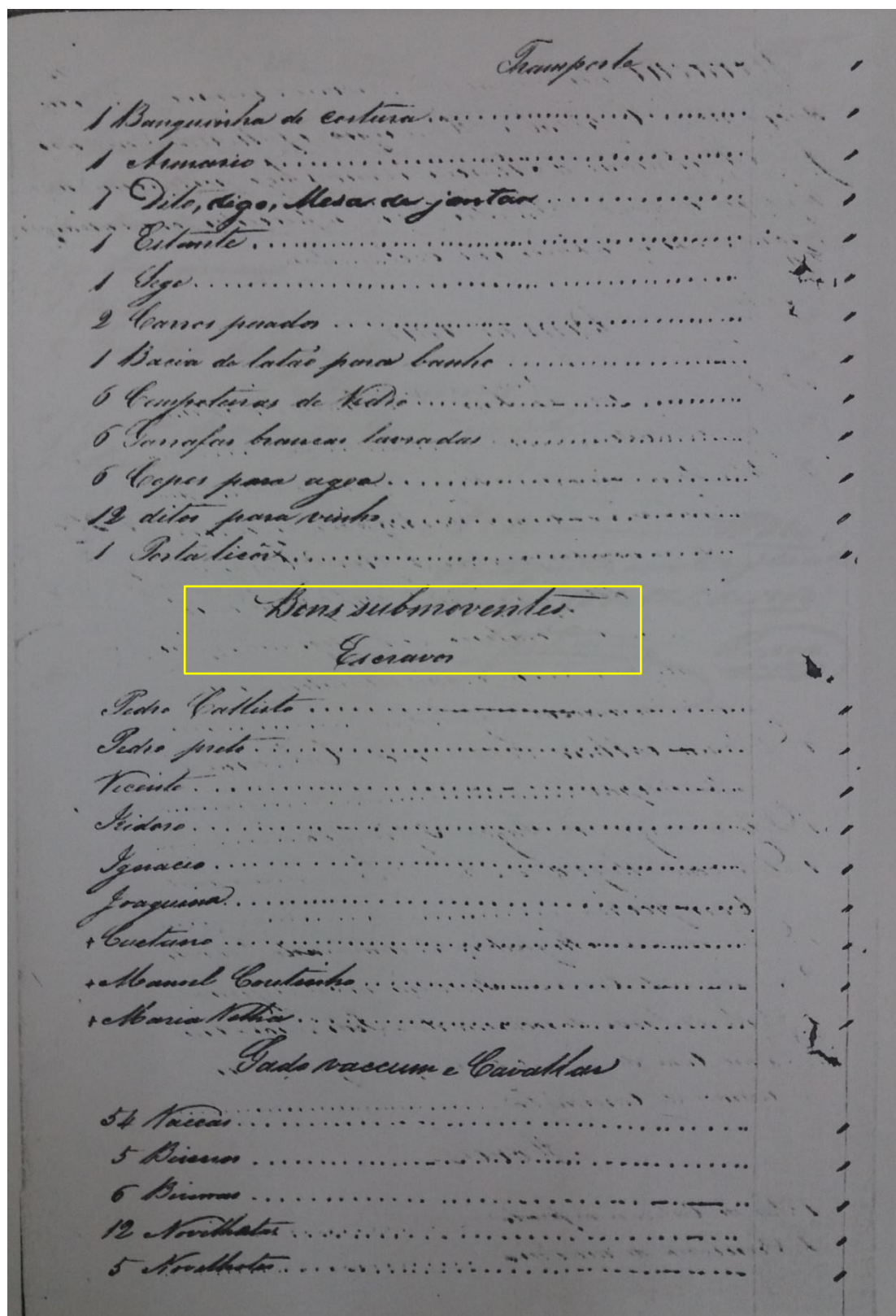
Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. 6/8



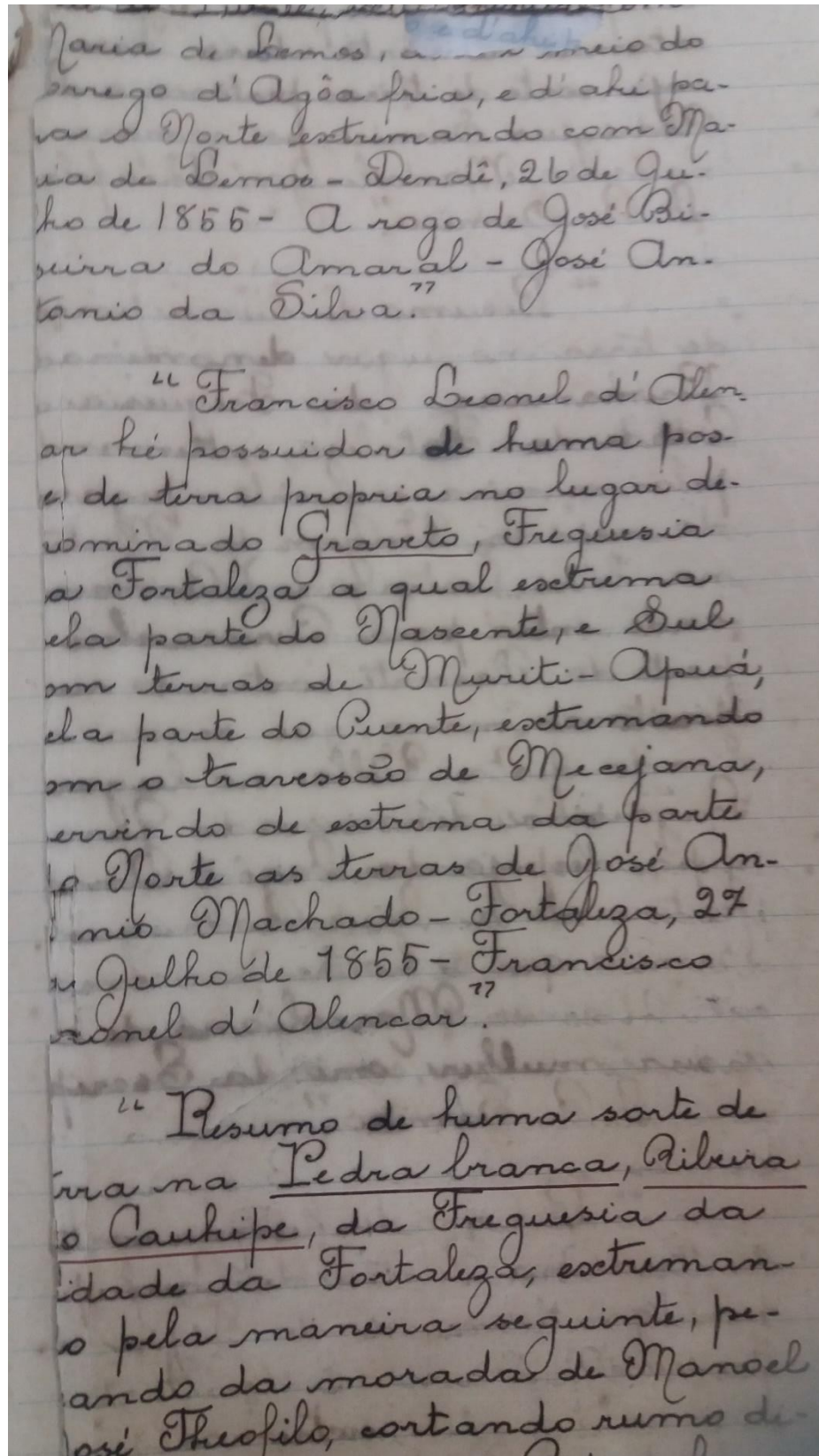
Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. p. 35/37



Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. p. 39/41



Registro de porção de terra no Sítio Gravito em nome de Francisco Leonel d'Alencar em 27 de Julho de 1855 In. Livro de Registros de Terra da Freguesia de Fortaleza – Vol. Único – Pasta G - Nº 25 A. Fl. 6



Registro de porção de terra no Sítio Gravito em nome Luiz José de Paiva, em 20 de Março de 1857 In. Livro de Registros de Terra da Freguesia de Fortaleza – Vol. Único – Pasta G - Nº 25 A.

e Soure. Fortaleza, 20 de Março de 1857. Ar-
rego de João Maria dos Reis, e filhos - José
Cacheco Lima."

"Luiz José de Paiva, é possuidor de um
sítio de terras de plantar no lugar denomi-
nado Gravito desta Freguesia da Forta-
leza, a saber, com setenta braças de frente,
e setenta ditas de fundo, a qual extrema
pelo Nascente com o falecido João Ferreira
Braga, pelo Oeste com o Senhor Anta-
nio da Franca Alexar, pelo Sul com a
estrada do Monte-a-poi, pelo Norte com
o Senhor Padre José Ferreira Lima de
eupira. Caza, 20 de Março de 1857 - A
rego de Luiz José de Paiva - Bragilmo
da Silva Braga."

"Francisco José d' Oliveira, é Senhor
e possuidor de hua posse de terra de
plantar no quadro da Povoação de
Soure, no lugar denominado Corgo
do Carrucupim, da Freguesia da Ci-
dade da Fortaleza, a qual extrema pela
parte do Nascente na hira do Salgado
de João do Reis, com quatro centas bra-
ças para o Oeste pelo mesmo corgo de
mo a extremar com a posse de José Ma-
nuel de Oliveira, e com braço de largu-
ra do Sul a Norte, ficando o dito corgo,
no centro estremando para hua e outra
parte, com terras da mesma Povoação Sou-
re, 20 de Março de 1857 - Francisco José d'

Registro de porção de terra no Sítio Muriti-a-puá em nome Ignacio Ferreira Façanha, em 1855 In. Livro de Registros de Terra da Freguesia de Fortaleza – Vol. Único – Pasta G - Nº 25 A. Fl. 13

Fls 13
N. Estudant

prias n' Alagôa do Sapiranga,
n'esta Freguesia da Cidade da For-
taliza, cujas extremas são as se-
quintes - da beira d' Alagôa do
Sapiranga da parte do Nascente
extremando com Josi Borges, e
d'ahi para o Sul extremando com
Ignacio Ferreira Façanha, e para
a parte do Puente extremando com
Ignacio Dourado, e para a parte
do Norte extremando com o Coronel
Josi Antonio Machado - Sítio da
Boa Esperança, 27 de Julho de
1855 - A cargo de Mathias Rodri-
gues de Sousa - Josi Antonio da
Silva."

" Ignacio Ferreira Façanha
possue hum Sítio de terras proprias
no lugar denominada Muriti - A-
puá, n'esta Freguesia da Cidade da
Fortaliza, com meia legoa de com-
prido, pouco mais, ou menos, e de
largura pouco menos, extremando
pelo lado do Sul com terras do Se-
nhor Luis Rodrigues Samico, não
comprehendendo a posse de terras de
Francisca de Paiva, e pelo lado do
Norte com as terras do Senhor Fran-
cisco Leonel d' Alencar e pelo Nasce-
nte com terras dos herdeiros de Fran-
cisco da Silva, e do Puente com ter-
ras de Muefana - Ignacio Fer-

Registro de porção de terra no Sítio Alagoa-da-Sapiranga em nome Ignacio Lourenço Lopes, em 1855 In. Livro de Registros de Terra da Freguesia de Fortaleza – Vol. Único – Pasta G - Nº 25 A.

riro Façanha”

“ Ignacio Lourenço Lopes
possue humma posse de terras proprias
na Alagoa da Sapiranga, nesta
Freguesia da Cidade da Fortaleza,
cujas extremas são as seguintes - da
beira da Alagoa do pé de humma
Jamelieira extremando com Ma-
thias Rodrigues, para o lado do Sul
extremando com Ignacio Ferreira
Façanha; para a parte do Norte na
passagem do Capueiro, extremando
com Joaquim José Pereira, para
a mesma Alagoa, extremando com
o Coronel José Antonio Machado.
E por não saber ler nem escrever
pedi ao Senhor Manoel Severino
Duarte que por mim escrevesse e as-
signasse - A rogo de Ignacio Louren-
ço Lopes - Manoel Severino Du-
arte.”

“ Maria de Santa Anna d’
Assumpção possui humma sorte de
terras proprias no lugar do Dendê
desta Freguesia da Cidade da For-
taleza, as quaes extremas são as se-
guintes - pegando do Salgado do
Cocó extremando com Manoel Be-
seira; para a parte do Sul no
corgo d’ Agôa fria extremando
com José Beserra; para a parte

Registro de porção de terra no Sítio Alagoa-da-Sapiranda em nome do Vigário Joaquim Lopes da Cunha, em 12 de Março de 1857 In. Livro de Registros de Terra da Freguesia de Fortaleza – Vol. Único – Pasta G - Nº 25 A.

Fls. 1
Notu

Senhor Vigário - Joaquim Lopes da Cunha,
quer na forma da lei registrar seu Sítio -
Sapiranga da Freguesia desta Cidade, o qual
esterna da parte do Nascente com terras de
Ignacio Ferreira Façanha, e do Indio Ig-
nacio Laurence, do Poente com terras do
Património de Nossa Senhora do Patroci-
nio, do Sul com terras do Muritiapua,
e de Francisco Leonel de Alencar e do
Norte com a Alagoa Sapiranga, o qual
houve por compra que delle fez do casal de
Gonzallos Joze Ferreira em 1826 - Cidade
da Fortaleza, 12 de Março de 1857 - Joa-
quim Lopes da Cunha -"

"Domingos Rodrigues de Oliveira, he
Senhor e possuidor de hua sorte de terra de
criar e plantar na ribeira do rio São Gon-
callo no lugar denominado Bom successo
da Freguesia da Cidade da Fortaleza, a qual
esterna pela parte do Nascente com terras
de Vicente Ferreira da Costa Sampaio, e pa-
ra o Poente esterna com terras da Viuva
Rosa de tal, e pela parte do Sul esterna
com terras de Joaquim de Mendonça, e de
Luiz de Castro Cordeiro, e para o Norte ex-
terna com a mesma Viuva Rosa e An-
tonio Joze Queiros. Ceará 4 de Março
de 1857 - Domingos Rodrigues de Oliveira."

Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. p. 48/50

70/000 por dez mil reis, que montam na
 quantia de setenta mil reis,
 que saem a margem
 Deis. Novilhas, cada hum por
 trinta mil reis, que montam na
 quantia de seisenta mil reis,
 60/000 que saem a margem
 Quatro Novilhas, cada hum a por
 trinta mil reis, que montam na
 quantia de cento e vinte mil reis,
 120/000 que saem a margem
 Vinte e quatro Bois mantos, ca-
 da hum por quarenta mil reis,
 que montam na quantia de
 novecentos e sessenta mil reis,
 960/000 que saem a margem
 Hum Boiote, pela quantia
 de trinta e cinco mil reis, que
 35/000 saem a margem
 Cavallos Nove Quartais de Engenho,
 cada hum por quarenta e cin-
 co mil reis, que montam na quan-
 tia de quatrocentos e cinco mil reis,
 405/000 que saem a margem
 3.800/000 Rato
 Casas Deze muradas de Casas, edifica-
 das na la Ciudad no largo, a
 Pedro Segundo - e Boca da
 Minicafalidax, cada hum com
 duas portas a frente para o
 Porto - Cada qual d'ellas por
 hum conto e quatrocentos mil
 reis, que montam na quantia de

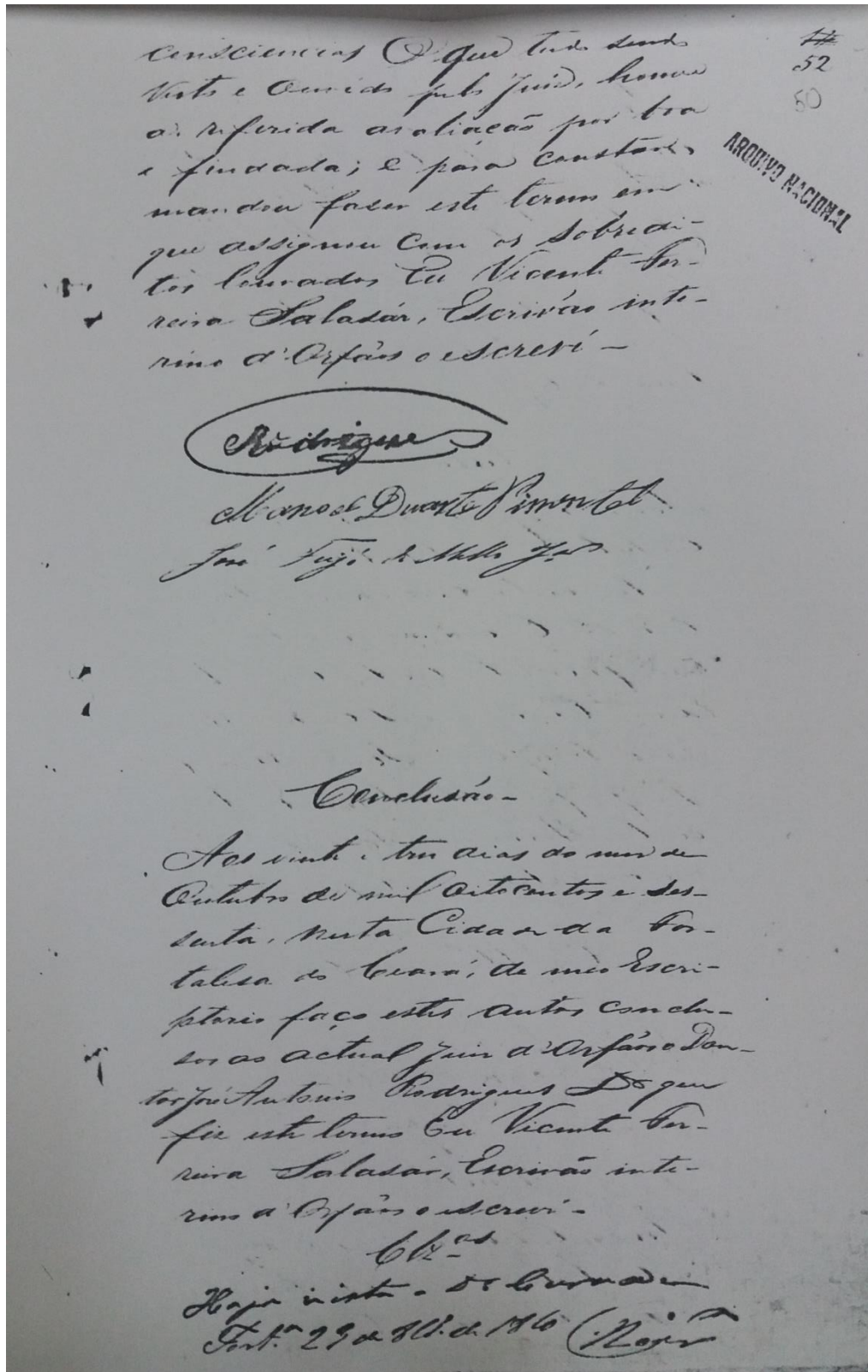
Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. p. 49/51

de duas centos e oitocentos mil 51 4/4
reis, que saem á margem 16.800/00
Duas Actas no mesmo lugar, e
qualmente de duas portas, cada
humas por hum cento e oitocentos
mil reis, que montão na quantia
de dois centos e quarenta e seis mil
reis, que saem á margem - 2.100/00
Segunda Acta no mesmo lugar, e
qualmente com duas portas, pe-
lo quantia de hum cento e trinta
e seis mil reis, que saem á mar-
gem - 1.300/00
Duas Actas no mesmo lugar, e
qualmente de duas portas, cada
humas por hum cento e oitocentos
mil reis, que montão na quantia de dois cen-
tos e oitocentos mil reis, que saem á margem - 2.000/00
Duas Actas na Paroquia de Me-
lhorado. Cada humas por trinta
e seis mil reis, que montão na
quantia de Seiscentos mil reis,
que saem á margem - 600/00
Hum Sítio denominado - Al- Sítio
gadiço novo - Com plantações de
Cannas, Lavouras, Cigarras, e
Outras muitas fructuras, tendo
duas Casas de moradia, humas
para doctores, outras para escri-
vos, e outra para o labrego-
rio do Engenho de ferro, e de
lavoura de cana, e mais de
outros, para a fabrica de aç- 23.100/00

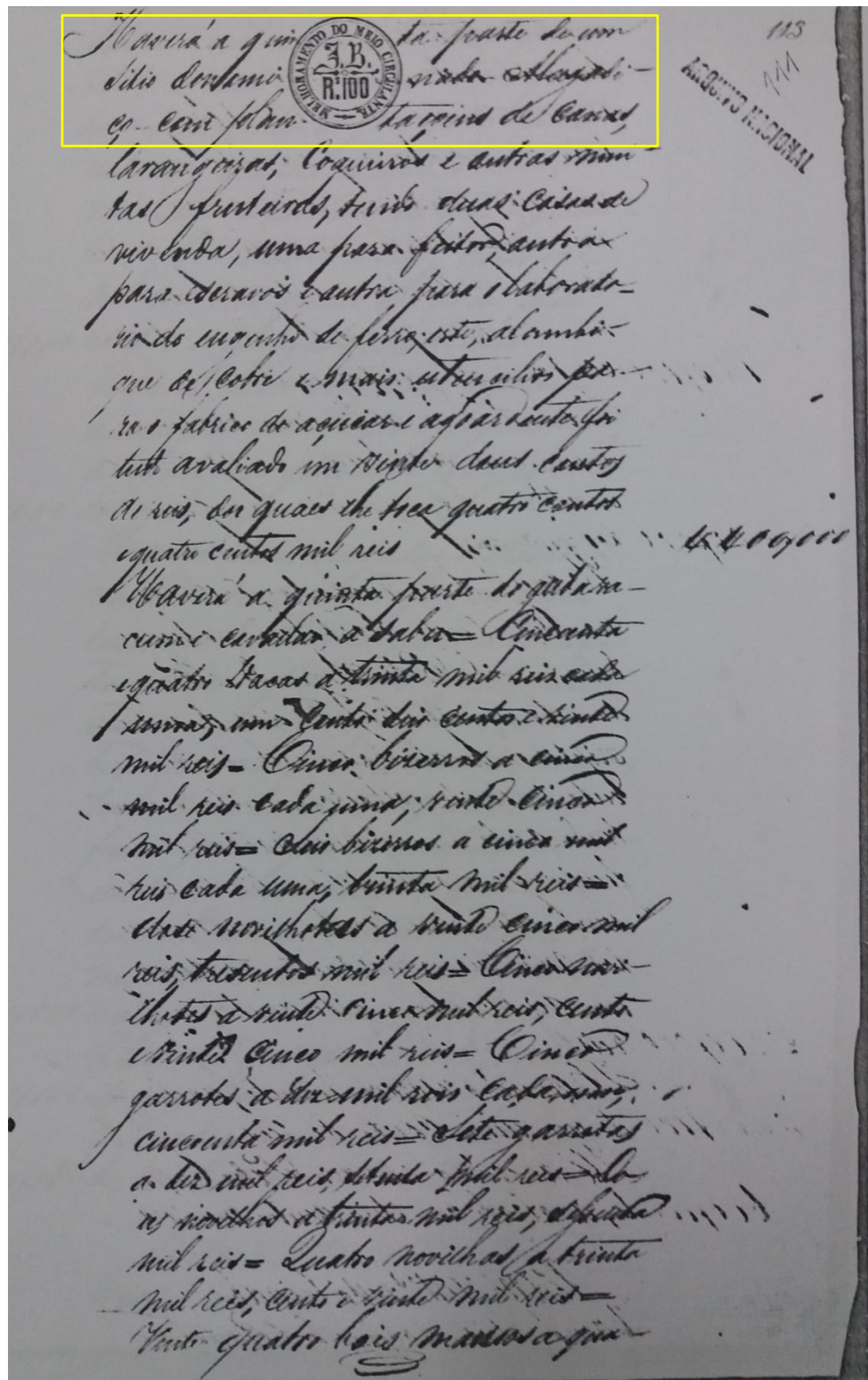
Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. p. 49/51

de abacaxi, e agoradente, tendo pe-
la quantia de Vinte e dois con-
- 22.000/000 tos de reis, que saem a margem
Hum Auto sem Cultura denomi-
nada - Cabeceiras de Muriti-
poá - pela quantia de hum con-
- 1.000/000 to de reis, que saem a margem
Hum Auto tambem sem Cultura
a margem da Lagoa - Sepiran-
ga - pela quantia de quinhentos
- 500/000 mil reis, que saem a margem
Os herens de hum Auto denomi-
nada - Carrapitos - pela quantia
de quatro centos de reis, que sa-
- 4.000/000 am a margem
Idem de hum Auto denominada -
Gravito - pela quantia de seis
Centos mil reis, que saem a -
600/000 margem
Hum Auto de lenas, denomi-
nada - Pedrinhas - com hum a Ca-
za de Alca, e Carras de Carna-
ubas parangar, pela quantia
de Quatrocentos mil Reis, que
- 800/000 saem a margem
14
O Acto sendo feito a arabi-
zacao em tres partes respecti-
vas a curas, de claridade, e
ao fim, que tem Acta. Com of-
ficio, conform o juramento
que fustam, haviã dado
ao Acto, e os valores que
entendia em suas Contas

Cópia do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. fl 50/52



Autos de Partilha do processo de inventário de José Martiniano de Alencar com pagamento a Vitorino do Rego Barreto em nome de sua mulher Maria Amália d'Alencar Barreto. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. fl 111/113



Autos de Partilha do processo de inventário de José Martiniano de Alencar com pagamento a Bárbara Augusta de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls

Pagamento a herdeira menor D.
Bárbara Augusta de Alencar
da qual se pertence de legítima parte
na herança de seu pai, José Martiniano de Alencar, cinco centos e vinte e três mil e quinhentos
0.893/823 e vinte e três reis
E de herança da herança também herança
de Alencar, cinco centos e vinte e três mil e quinhentos
0.893/819 e dois mil e setenta e sete reis
12.156/342

Contra a qual responde e responde
quanto ao valor do dito caudal dos
documentos número vinte e sete e um
no documento apenso, cinco e cinco
105,000 mil reis

Pedro de Castro, Ex. Obediente

Contra a quinta parte do dito caudal
minuto e herança de seu pai, José Martiniano de Alencar, cinco centos e vinte e três mil e quinhentos
e outras muitas heranças, sendo
de duas Casas de vivenda, uma
para si, outra para os herdeiros e
outra para o laboratório de ca-
minho de ferro, este, alambique de
cobre, e mais utensílios para o
fabrico do açúcar, salmão, tudo a
garantia de vinte e três mil e quinhentos
e os quais pertencem a este pagamento

Autos de Partilha do processo de inventário de José Martiniano de Alencar com pagamento a Argentina Adélia de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. fl 116/118

[illegible]

Autos de Partilha do processo de inventário de José Martiniano de Alencar com pagamento ao herdeiro caçula, Carlos. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. fl 118/120

de inventário... ante...
 ao José... Martiniano de...
 Alencar... quantia de...
 noventa e sete mil quinhentos...
 e noventa e duas réis... 97.592
 12.150/800

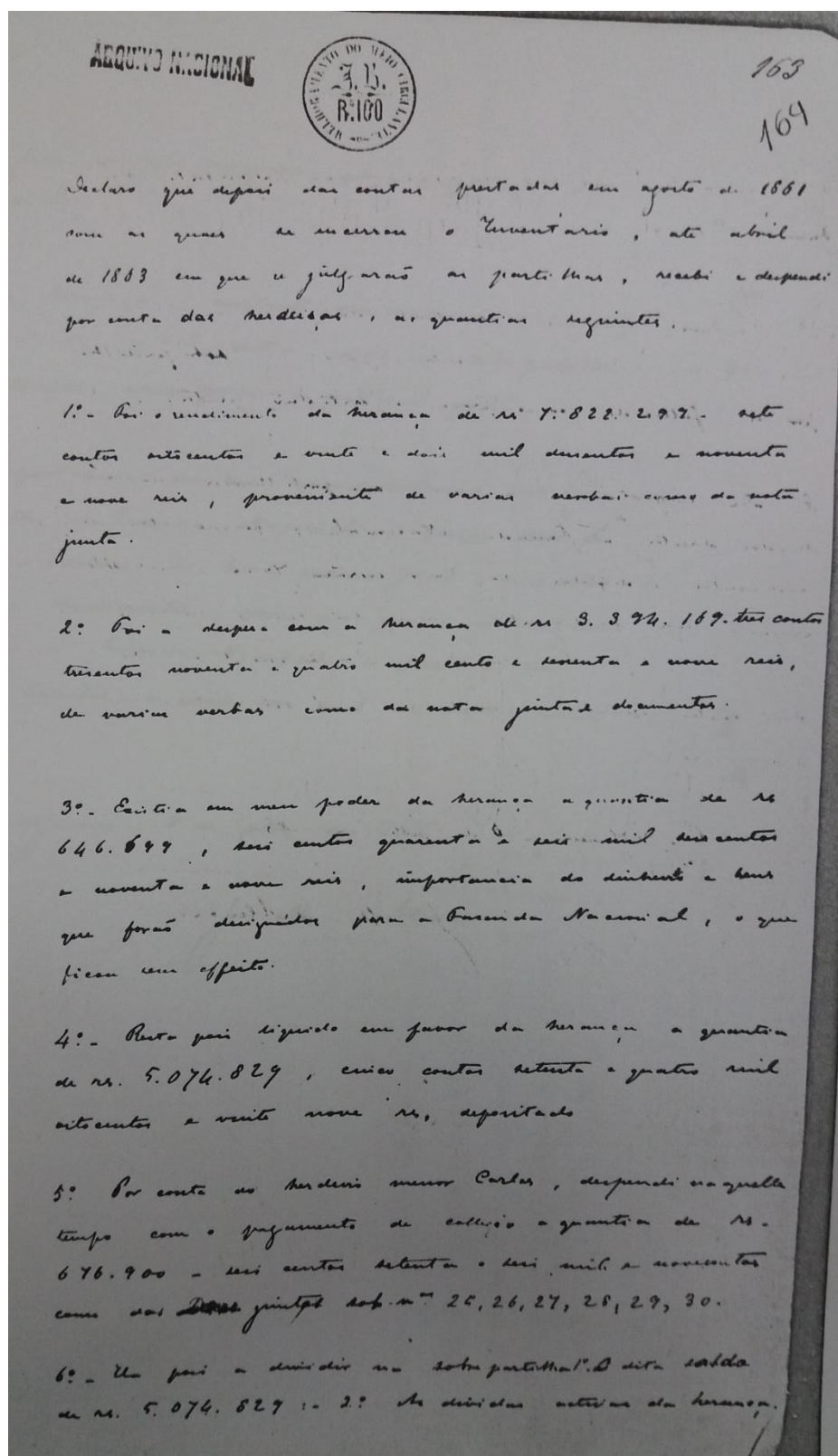
ARQUIVO NACIONAL

Por esta forma de preenchimento...
 lido e ao presente...
 José Martiniano de Alencar...
 José Martiniano de Alencar...

Carlos, do qual...
 legítima...
 a quantia de...
 oito e setenta e cinco mil...
 e de herança da...
 cinco e setenta e cinco mil...

2823/523

Auto de sobrepartilha do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. pp. 163/164 - 165/166



Auto de sobrepartilha do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. pp. 163/164 - 165/166

3.º O escravo João que fora designado para pagamento da
Pensão Nacional.

7.º O escravo Domingos, constante das primeiras declarações,
não foi avaliado e não entra agora na sobrepartilha
por ter fallecido como prova a certidão junta.

8.º Da importância dos bens agora pertencentes não são
devidas directas à Pensão Nacional; porque além da
rendimentos e dividendos do Sr. o escravo João, mas elle
representa mais rendimentos, pois foi com o dinheiro destes
que se pagou à Pensão Nacional a quantia de
dois contos trezentos e vinte e um mil seiscentos e noventa
e nove reis.

Rio de Janeiro - 6 de julho de 1865.

J. M. de Alencar.

Auto de sobrepartilha do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. pp. 163/164 - 165/166

<p>ARQUIVO NACIONAL</p> <p>154 165</p>	
<p>Recursos.</p>	
Ataque das Casas do Ceará de agosto de 1861 a abril de 1863	4.980/847
Procedimento da Letra Alagadoza Nova	958/950
Procedimento do Banco do Brasil	1.202/000
" " da Letra do P. dos 2º	682/500
	7.822/297 7.822/297
<p>Despesas.</p>	
Ataque das a. de 1861 - Docs. 1, 2, 3, 4, 5.	384/780
Casas - Docs. n.º 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14.	112/420
Pore de casa - Docs. n.º 15, 16.	7/180
Ataque de casa - Docs. n.º 17, 18, 19, 20.	437/330
Concerto de casa - Docs. n.º 21, 22, 23, 24.	30/760
Pagamento a Fazenda Nacional	2.321/699
	3.394/169 3.394/169
Saldo em favor do inventário	4428/130
<p>Em favor da partilha :-</p>	
Em outeiro no divido por	300/000
Em outeiro no divido por	95/000
Em outeiro no divido por	251/699
	646/699 646/699
Debitos a partilha	5.074/809
<p>Res. a favor do divido de 1865.</p> <p>J. M. Alencar.</p>	

Auto de sobrepartilha do processo de inventário de José Martiniano de Alencar. Original do Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Processo No 1888, Caixa 4192, ano 1860, 821 fls. pp. 163/164 - 165/166

155
166

ARQUIVO NACIONAL

R.100

Explicação da conta anterior de recibo.

<i>Recibo</i>			
<i>De julho a dezembro de 1861</i>	<i>1.529.849</i>		
<i>De janeiro a dezembro de 1862</i>	<i>2.697.000</i>		
<i>De janeiro a março de 1863</i>	<i>752.000</i>		
	<i>4.980.849</i>	<i>4.980.849</i>	
<i>Recibo</i>			
<i>De julho a dezembro de 1861</i>	<i>214.000</i>		
<i>De janeiro a dezembro de 1862</i>	<i>533.983</i>		
<i>De janeiro a abril de 1863</i>	<i>208.967</i>		
	<i>956.950</i>	<i>956.950</i>	
<i>Banco do Brasil</i>			
<i>De julho a dezembro de 1861</i>	<i>368.000</i>		
<i>De julho de 1862</i>	<i>424.000</i>		
<i>De dezembro de 1862</i>	<i>390.000</i>		
	<i>1.202.000</i>	<i>1.202.000</i>	
<i>Estados do Rio 8:</i>			
<i>De julho de 1861</i>	<i>227.500</i>		
<i>De julho de 1862</i>	<i>227.500</i>		
<i>De dezembro de 1862</i>	<i>227.500</i>		
	<i>682.500</i>	<i>682.500</i>	
		<i>7.822.299</i>	
<i>Rec. paguê 8. de julho de 1866.</i>			
<i>J. M. de Alencar.</i>			

Edição do Jornal *Pedro II* de 16 de Outubro de 1858

PEDRO II.

José Alves Ribeiro da Silva pediu a serventia vetalicia do officio de partidor do juizo municipal do termo de Sobral, por ter sido nomeado para o mesmo officio. Othez Muniz Ribeiro por decreto de 30 do mez proximo pessão.

Secretaria do governo do Ceará em 4 de outubro de 1858.

Francisco d'Araujo Barros.

O doutor José Antonio Rodrigues, delegado de policia desta cidade da Fortaleza e seu termo por nomeação legal &c.

Faço saber aos que o presente edital virem, ou delle noticia tiverem, que d'ora em diante fica marcado o dia terça-feira de cada semana ao meio dia para audiencia do delegado de policia desta cidade. E para que chegue a noticia de todos, e allegar não possa ignorancia mandei lavrar o presente que assigno, bado e passado nesta cidade da Fortaleza, aos 8 dias do mez de outubro de 1858. Miguel Severo de Souza Pereira escrivão o escreevi.

José Antonio Rodrigues.

De ordem do Illm. Sr. director geral da "instrução publica desta provincia se faz publico, que em virtude do artigo 4.º do capitulo 2.º das instruçoes approvadas pela puteria de 21 de maio de 1858, terá lugar na dia 23 do corrente pela 10 horas da manhã, na sala dos actos d'este lyceo, o exame de prova de capacidade profissional para o ensino primario, que tem de prestar Francisco de Souza Mendes Junior.

Secretaria do lyceo do Ceará 9 de outubro de 1858.

O amanuense,

Francisco Adrio de Paula Freire.

De ordem do Sr. inspector d'esta thesauraria se faz publico que, de conformidade com a ordem do Exm. Sr. presidente da provincia em officio n.º 728 de 14 do corrente, se ha de arrumar em hasta publica n'esta repartição, ás 10 horas do dia 21 d'este mez, quatro cavallos pertencentes ao corpo de policia: portante os presentes que os pr tenderem, deverão comparecer ás 10 horas matutinas do referido dia.

Thezauraria provincial do Ceará 15 de outubro de 1858.

O amanuense,

Armando Xavier de Castro e Silva.

ANNUNCIOS.

Novo Manual das Contas.

Outra indispensavel aux negociantes que compõe a arithmetica, algebra, contas &c. A venda nesta typographia.

O ABAIXO ASSIGNADO FAZ SCIENTE ao publico que tendo perdido duas folhas da tiragem de José Francisco Marques sendo uma do n.º 2 da quinta de circunferencia e cinco mil rs. (553000) e outra do n.º 39 da quinta de vinte e quatro mil rs. (243000) e para que ninguém possa fazer negocio algum com ellas faz publico, e declara mais que ditas folhas foram vendidas em maio p. p. Ceará 9 de outubro de 1858.

Antonio de Castro Lorangeira.

OS ABAIXO ASSIGNADOS SCIENTIFICAO AO publico, que si acião associadas commercialmente e que girará a sociedade com a firma de — ERICAXO & CARNEA. — Batuído 12 de outubro de 1858.

José Pacifico da Costa Caraca, André Epifanio

Caraca 1.º de outubro de 1858.

NO DIA 20 DE SETEMBRO DO corrente, desapareceu do sitio Alagadizo Novo 2 cavallos capados com o ferro que se vê na margem: um cardão, pequeno, tendo a cilina e a cauda pretas, sendo esta barnea na ponta, uma bolide no olho esquerdo, um pa branco, he passero e marchador ao mesmo tempo e figura bonito; o outro he castanho escuro, grande e chumbo, os dois pés brancos, uma mancha no beico de cima. Suppõe-se que foram furtados ped-se por tanto as autoridades e qualquer pessoa que os descobrir, de mandar entregar no dito sitio ao senhor Antonio da Franca Alencar que se dará 100\$000 de recompensa.

Fortaleza 1.º de outubro de 1858.

O PROCURADOR GERAL DA CONFRARIA de Nossa Senhora do Patrocinio Francisco Weyne Cambuty, faz sciente aos senhores irmãos mesarios, que de ordem do senhor juiz da mesma confraria, deverão comparecer em massa no domingo 17 do corrente ás 3 horas da tarde para dar-se cumprimento a disposicao do capitulo segundo, artigo quinto do compromisso, sob pena de serem multados os que não comparecerem.

FRANCISCO DUTRA MACEDO JÁ TEM VINHO branco á venda de superior qualidade, e assim como continua a ter ditos tintos já annunciados, e outros generos.

E tambem tem queijos flamengos muito novos. O 1.º TABELLÃO PUBLICO CANDIDO JOSÉ Pamplona mudou sua residencia para a praça Carolina junto ao sobrado do Sr. Fonseca.

NA LOJA DE ALFAMA DE GUIMARÃES & Maderia ha para vender palitos de alpacá de todas as qualidades pelo diminuto preço de 12\$000 rs. rua Formosa n.º 36.

CONSULTORIO MEDICO

O doutor Ribeiro, medico pela universidade de Harvard em Cambridge, e aprovado pela faculdade medica da Bahia, membro das sociedades medicas de Massachusetts, e Boylston, e medico de policia publica nesta capital por nomeação do governo provincial — abriu o seu consultorio na rua Formosa, junto á casa do senhor Smith, onde pode ser procurado para os misteres de sua profissão, prometendo acudir a qualquer chamado com promptidão.

Consultas, das 8 horas da manhã até 1 da tarde.

Consultas por escricpia, a qualquer hora.

Pobres, gratis, em qualquer tempo.

ANTONIO FAUSTINO DE LEBESMA TENDO DE referir-se ate o dia de outubro para hora d'aparelho, por isso avisa a todos as pessoas que tem pebor e em seu poder queirão ter a bondade de virem resgatá-lo sob pena de serem multados, e não terem mais valor sobre elles, do contrario verão seu nome por estampo nesta folha.

Fortalhesa para 1859.

Acabão de chegar e achão-se á venda nesta typographia as annunciadas folhas de algebeira de Lammert, e ditas de porta impressas em Pernambuco para 1859.

O JUIZ E IRMÃOS MESARIOS DA CONFRARIA de N. S. do Patrocinio desta capital, preclaram mandar cantar á sua custa uma missa na mesma capella, domingo 17 do corrente, pelas 8 1/2 horas da manhã, em tenção dos Illms. Srs. Dr. José Antonio Rodrigues, coronel Francisco Falcão Barros e capitão Manoel Felix da Azevedo e SA, que na qualidade de juizes derão justa sentença em uma causa que pendia entre a confraria e o padre José Ferreira Lima Sucupira; assim como tambem em tenção do Hvd. Sr. Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, por ter advogado dita causa gratuitamente; por isso esperão que ditos Srs. se dignaram assistir a esse acto de uma eterna gratidão. Ceará 10 de outubro de 1858.

O juiz da confraria,

Eugenio Amancio da Pinna e Silva.

D'ORDEN DO Illm. SR. DR. JUIZ MUNICIPAL

d'orphãos do termo desta capital se faz publico, para conhecimento d'aquellas pessoas que

averm tirado orphãos a soldado, ou com obrigação de ensinar-lhes officio, que deverão do dia

1.º a 15 de novembro proximo vindouro apresentá-los neste juizo, e recolher as soldadas que aos mesmos se achão a dever; sob pena de se proceder executivamente contra os remissos.

Fortaleza 6 de outubro de 1858.

O exercicio d'orphãos,

José Maximiano Barros.

O MEIO BILHETE N.º 5384 da 29.ª loteria a beneficio da construcção e reparos das matizes da provincia do Rio de Janeiro, pretence ao Sr. José Pacifico da Costa Caraca.

Ceará 5 de outubro de 1858.

TENDO RESOLVIDO VENDER O MEO sitio denominado S. José do Cambelas junto a povoação de Mecejana. Está montado para o fabrico d'assucar, e agoradente, e o terreno de alagadisso para plantação de canva, calcula-se de 25 a 30 trefas. Não me cansarei em fazer minuciosa descripção do que ha; o comprador se levará por aquillo, que vir, e observar por si mesmo.

Fortaleza 10 de outubro de 1858.

P.º Carlos Augusto Peixoto d'Alencar.

DESAPARECEU DAS ANINGAS NO DIA 22 de setembro p. p., um cavallo capado, fovero, ferro á margem. Tem estrada, e a crina cai para o lado esquerdo. Quem o aprehender e entregar a S.ª S.ª José Rocha naquella lugar ou a João Gualano d'Alencar nesta cidade será bem recompensado.

Pilhas de familia.

Continúa á venda na loja de Silva & Almeida estas muito conhecidas e acreditadas pilhas a 18660 reis a caixa.

Aos Srs. assignantes.

São rogados os Srs. assignantes desta folha, a mandarem satisfazer o que se acharem a dever, para não soffrerem interrupção na remessa da mesma.

O ABAIXO ASSIGNADO ACHA-SE EN-

carregado pelo Exm. Sr. senador José Martiniano d'Alencar, para mandar construir dize cazas, de duas portas de frente cada uma, na praça da Municipalidade.

Tudo pois de contratar a construcção de ditas cazas com quem per menos fizer sob fiança alguma, convida a todas as pessoas que estejam no caso de contratar a referida obra para que compareçam na casa de sua residencia no dia 23 do corrente ao meio dia.

Para que possa fundamentar seu calculo previo que as cazas deverão ser taes e quaes a que se vão edificar o Sr. João Christodomo de Oliveira, á excepção das travessas que deverão ser do tipo d'agor. As de mais condições do contrato serão presentes aos pretendentes no auto d'ajuste.

Ceará 11 de outubro de 1858.

José Joaquim da Silva Braga.

PRECISA-SE NA TYPO-

graphia desta folha de moços que

sabão ler, para aprender a arte

typographica.

Tealhas Francesas.

Talhas de lino adamascadas para meza, com 10 palmos de comprimento e 7 1/2 de largura, pelo preço de 35\$000 rs. cada uma; vende-se na loja de Silva & Almeida.

O ADMINISTRADOR DAS OBRAS PUBLICAS compra lidoados de cedro e chaprões; lidas de pau d'arco, tijolo de ladrilho, assim como de alvenaria, telha de boa qualidade e caixilhos para portas: tudo paga por

lomb preço a vista da qualidade.

Ceará 15 de outubro de 1858

José Dias Macieira.

VENDE-SE UM BOM SITIO NA SERRA DE MARRANGUAPÉ do lado do puento com grandes plantações de cafeeiros, todos botadores, e plantações de 5 annos e outras muitas fructeiras novas, boa casa de sobrado, aviamentos para fazer farinha, machina para despolar café, com roda d'agua, mata virgem, 3 correntes muito fortes, e 2 roçados de roca. Quem o quiser comprar dirija-se ao abaixo assignado no dito sitio, e nesta cidade a José Joaquim da Silva Jorge.

GUILHERME CALVINO ALVES DA FONSECA.

NO ESCRITORIO DE SALGADO & IR-

mão tem á venda Methodos de Solfejo para piano, autor Rodolpho.

Illustração Luso-Brasileira e Panorama.

Os Srs. assignantes destes jornais mandem receber os n.ºs 34 e 35 que achão de chegar pelo vapor Princesa de Joazeville.

PROVINCIA DO CEARÁ.

GAZETA DO NORTE

ORGÃO LIBERAL

ANNO VI

FORTALEZA—SABBADO 19 DE DEZEMBRO DE 1885

N. 278

EXPEDIENTE

A «GAZETA DO NORTE» publica-se diariamente: excetua das segundas-feiras e dias immediatos aos santificados.

PREÇOS DE ASSIGNATURAS

PARA A CAPITAL

Por um anno 120000
e seis meses 60000
Numero avulso do dia 40 reis.
e do dia anterior 200

PARA FORA DA CAPITAL

Por um anno 140000
e seis meses 70000
Publicações—capa de linha 80 reis.
Toda publicação não paga, adi-
antamento, e não será publicada a
que não o for.

Edições por espaço de linha 60 reis.
Toda publicação não paga, adi-
antamento, e não será publicada a
que não o for.

As assignaturas não serão devolvi-
das sem os não publicados.
As assignaturas poderão começar em
qualquer tempo, mas terminando sem-
pre no dia de Março, Junho, Setembro,
e Dezembro.

Não se acceptam assignaturas para
mens de selagem.
Toda correspondência deve ser en-
viada ao escriptorio da redacção a rua
da Senador Pompeu n.º 100.

As publicações de interesse particu-
lar devem ser computadamente lega-
lizadas.
Serão cuidadosamente attendidas
todas as reclamações sobre regulari-
dade e promptidão da entrega da folha
das assignaturas.

AVISO

Unicos representantes em Paris para as
anuncias francezas,inglesas e belgas, Im-
prensa de Prince e C. successores de Gillies e
Prince.

30 rue Lafayette.

GAZETA DO NORTE

Chapa Liberal.

PARA DEPUTADOS À ASSEMBLEIA

GERAL.

1.º districto—João Brígido dos
Santos, ex-deputado, advogado,
residência na capital.

2.º—Dr. Fausto Carlos Barreto,
leite do collegio Pedro II, residência
na corte.

3.º—Dr. Helvécio da Silva Mon-
te, medico, residência na capital.

4.º—Dr. Theodorato Carlos de
Faria Souto, ex-deputado, advoga-
do, residência na corte.

5.º—Dr. Miguel Joaquim de Al-
meida Castro, ex-deputado, pro-
prio, residência no Recife.

6.º—Dr. Manoel Côlho Bastos do
Nascimento, eleito na ultima elei-
ção, advogado, residência na Bar-
balha.

7.º—Dr. Thomaz Pompeu de
Souza Brazil, ex-deputado, pro-
prio, residência na capital.

8.º—Dr. Joaquim Bento de Sou-
za Andrade, ex-deputado, agricul-
tor, residência em Mecerjua.

Fortaleza, 7 de dezembro de 1885.

ANTONIO PINTO NOGUEIRA ACCIOLY.
THOMAZ POMPEU DE SOUZA BRASIL.

MIGUEL JOAQUIM D'ALMEIDA CASTRO.
DR. JOAQUIM BENTO DE S. ANDRADE.
JOÃO BASTO DOS SANTOS.

JOAQUIM FELICIO D'ALMEIDA CASTRO.
DR. HELVÉCIO DA SILVA MONTE.

Jury.

Hontem, na mesma casa, em
que o juiz de direito Barbosa Lima
deu o triste spectaculo da recusa
do diploma ao sr. Frederico Bor-
ges, commetteu excessos mais
vergonhosos; effeito da ingratidão
de em qua o deitador os circun-
stantes de enlão.

Pela segunda vez, comparecia
o nosso amigo o sr. Lourenço Sam-
pão, com seus advogados e docu-
mentos, para fazer-se absolver
pel jury, provando que o sr. Bil-
har, em verdade, tem sido, como
ella affirmou pela imprensa—um
juiz corrupto, venal e jogador de
profissão.

Desde alguns dias, a imprensa
denunciava que o juiz Bilhar, cer-
to da condemnação moral, procura-
va retirar da casa todos os con-
servadores ripados e timidos, afim
de que o nissio amigo não respon-
desse.

Na quinta-feira, o sr. Barbosa
Lima se tinha apresentado inopor-
tunamente, na sala das sessões, me-
dia hora antes da designada para o
comparcimento dos jurados. (1) O
proceder de chamda a adição os
trabalhos para hoje!

A tramoiá era visível: mas as
partes e o publico, envergonhados,
não protestaram.
Hontem, depois de verificar,
numa bolha visinha, que nume-
ro de juizes seu digno collega tinha
conseguido retirar, apresentou-se
na sala das sessões mandou
postar nas portas soldados de ba-
lão calado, e deu começo à patri-
stia, por uma chamada, ainda an-
tes das onze horas!

Faltavam 17 juizes cabeados, e
imediatamente o tribunal foi dis-
solvido, sem que se impusessem as
muitas custumieiras!

O nosso collega o sr. João Bri-
gido advogado do réo, com o sr.
Martinião Rodrigues, pediu a pa-
lavra, para requerer que sobrevesse
nossa resolução, até a hora
legal, ou que se adiasse, quando
muito, a sessão, visto como o
tribunal não tinha funcionei-
do os 15 dias da lei. O sr.
Barbosa Lima negou-lhe a pala-
vra, dizendo que, não havendo cau-
sa a julgar, não lhe permitia que
fallasse!...

Insistindo aquelle, por
quanto a instancia estava aberta
pela citação e comparecimento
do réo com seus advogados,
pela exhibição do processo, etc.: o
sr. Barbosa Lima, que trata as
partes com o mesmo cynismo e pe-
tulancia, com que trata a seus cre-
dores, gritou-lhe que se calasse,
do contrario, o mandaria arras-
tar!...

A resposta deste insulto teve-
ra elle dos circunstantes, que, em
pêso, o desafiarão a pôr em pra-
tica a sua ameaça, em quanto o nos-
so amigo repelliu o insulto com
toda firmeza, declarando-lhe que
um homem, que tinha tido assento
no corpo legislativo, não se deixava
impunemente arrastar do lado de
um réo, a quem defendesse.

O sr. Barbosa Lima teve que
recuar, mas a miséria estava con-
summada. Evitou-se que o nosso
honrado amigo proovesse, perante o
jury a corrupto e venalidade que
atribuiu ao sr. Bilhar, sem com-
metter a cobardia do sr. Barbosa
Lima, que, alçando a reputação

immaculada do sr. desembarga-
dor Faria Lima, escondendo-se
atrás d'um tecto de ferro!

Bem hejão os que, apesar de
todo interesse politico, condemnando
a conduta do sr. Barbosa Lima,
com a severidade do sr. Calmon e
da maioria dos membros da Re-
lação.

Resta-nos perguntar ao juiz de
direito da primeira vara, si ainda
tem a coragem de sr. juiz na ques-
tão do nosso amigo, e nissio, si
pretende continuar sua judicatura
de miséria e tropelias nesta
terra, na qual tem sido um flagello,
e um triste exemplo.

O sr. Barbosa Lima retirou-se
do tribunal entre solufos; nissio
amigos, advogados e réo, accompa-
nhados de numerosas pessoas do povo,
e da alta sociedade.

Juizes desaparecidos

- 1 Joaquim Alves do Carvalho.
- 2 Adolpho Cabu.
- 3 Francisco Carqueira Mano.
- 4 José Fernandes de Moura.
- 5 João Baptista Barbosa Lima.
- 6 Antonio Cyrillo Freire.
- 7 Evaristo Alves Maia.
- 8 João Baptista Perdigão d'Oliveira.
- 9 Servulo Bernardo da Silva.
- 10 Severo da Costa Pereira.
- 11 Emigdio Bizarra de Moraes.
- 12 Augusto Xavier de Castro.
- 13 Benedicto dos Santos Ribeiro.
- 14 Francisco Lopes de Azeis.
- 15 Joaquim Felicio d'Oliveira Lima.
- 16 Antonio Joaquim de Resende.
- 17 João da Silva Albano.

A Constituição.

A Constituição produziu, hontem,
um artigo da lavra do sr. Cal-
mon, para justificar o relatório da
commissão de exame do corpo de
polícia, ea consequente portaria de
1.º, etc., demittindo o respectivo
comandante, por amor d'uma
luz, encostados com furas de
trape, e outros crimes identicos!

O maior reparo do organo presi-
dencial consiste, em que seja tão
distinto o pessoal da commissão,
e não o tomassem ao sério; não
os cause dor a perda do dinheiro
da provincia perdido em gratifica-
ções individuas; e finalmente não
tivessem querido analysar aquel-
le documento!

Mes o publicista, para ser levan-
to a estas ponderações, não se co-
locou no mesmo ponto de vista que
nós, e nem prouve que seja ver-
dadeiro o primas, pelo qual lobri-
ga estas cousas.

Dahi resulta a disparidade dos
conceitos, vê o collega estudian-
do do lado de cá, em quanto nós es-
tamos a vêr somente estradistas do
lado de lá.

Distincto, na aldeia, é tudo, que
põe a pato no chão, conforme a
versão da imprensa conservadora.

Nos outros professamos a regra
antiga:

Na nome phrase constante,
Costume, que sempre foi,
O patife é patife, o boi é boi.

Não nos cause pesar algum a
miguila, que por ventura tenha
levado indevidamente, a titulo de
soldo e gratificação, alguns sol-
dados e officiaes; por que cousas

mais sérias nos preoccupa; por
exemplo, o lêz mil vers maior,
que o sr. Calmon vem do passar
aos credores da provincia, suspen-
dendo pagamentos, e assentando a
um organimento, como se acaba de
fazer, verdadeiro testamento de
judas em sabbado de alleluia.

Alem disto, estamos conveni-
dos de não ter havido erro do the-
souro provincial apurando e pa-
gando lats solidos e gratificações,
e vemos perfeitamente que a com-
missão errou o seu alvo. Suas vis-
tas não atacam o nosso amigo pelo
fisco, convertido hoje em bacame-
le do governo. Em subindo, outro-
s, os conservadores malvivo e
espanzão os liberais, hoje ex-
culão-lhe os bens, e tirão o pato
a commissão. Nem só estas des-
pessas se referem a annos, em que
não commandava o nosso amigo,
como é certo que os commandan-
tes do corpo de policia não pagão
a algem, mas o thessouro provin-
cial; sendo que a este incumbem
restituir as grossas quantias
indevidamente pagas, com as quaes
o sr. Calmon pretende resgatar o
credito da provincia, fallida e es-
trelionaria por decreto seu!

A commissão, com suas distinc-
ções, não será capaz de demon-
strar o contrario, nem terá a virtu-
de de amalgamar edades e entida-
des, para responsabilisar o major
Trajano, pelo que se fez no com-
mando de outros, ou para tirar ao
thessouro as responsabilidades, que
lhe tocou, e lançal-as a conta de
quem quer que seja.

Tão pouco é distincta, a ponto
de conhecer mais do officio, do que
os agentes fiscaes.

Longos annos se tem passado,
e presidentes se tem succedido, e
agora vem a commissão a dizer—
nos os seus inveni!

E quando?

No momento, em que o sr.
Calmon, querendo sustentar a im-
postura de um governo recto e lo-
rante, pede-lhe um pretexto
para demettir o sr. Trajano e no-
mear o sr. Coriolano, que já fez
farda, há trinta dias!

E queria a Constituição que
dissecassemos aquelle relatório,
lbe fizessemos uma autopsia em
regra, como si aquillo fóra uma
cousa séria, e a commissão tivesse
independencia, para decidir-se
por nós contra o sr. Calmon.

Cá para nós, está sempre em me-
moria e opinião de Cícero: E'
melhor nada fazer, do que fazer
nada.

O relatório é uma bagaceira,
como muitas outras, com que se
ha de tirando os empregos aos
adversarios. Basta locarmos nas
conclusões por copia, indicarmos
os fins, e os personagens, e reme-
ttermos o celebre documento para
o publico letrado.

Em concociancia com a Consti-
tução, organ conservador gráo,
tem fallado do esbo de s. etc. os
seus turiferatos do Pedro II e do
Coaraze; pois que não houve
ainda presidente, que tivesse mais
filhas, nem menos imprensa.

O organo miúdo diz, á sua vez,
que o sr. Trajano não pôde con-
tinuar, por que é de confiança o
lugar de commandante do corpo
policia.

Desde quando, porém, começou a

ser lugar de confiança, pergun-
tamos ao collega?

O sr. José Vianna o exerceu com
todos os presidentes liberais, desde
1864 até 1868; e de officiaes con-
servadores está cheio o corpo poli-
cial, uns nomeados na situação
fidei, outros conservados.

O sr. Martiniano Farias, que é
justiça confessar, tem prestado á
ordem publica serviços relevantes,
foi de confiança d's presidentes
conservadores e liberais, no de-
curso de quasi vinte annos, indo a
toda parte, onde se precisava de
um homem de prudencia, prestigio
e experiencia.

Confessemos a verdade. O rela-
torio é uma pomada. O corpo ra,
como era possivel, e nem o sr.
Calmon'o hade tornar melhor, prin-
cipalmente com o sr. Coriolano,
que todo mundo conhece, como lo-
tava incapaz de trazer em boa
ordem os proprios negocios, quanto
mais os dos outros.

Não lbe contestaremos as quali-
dades boas, que tem; mas capaci-
dade para commandar é ovaque
ninguem lbe concede no Ceará.

Aos Srs. Eleitores do 8.º Districto.

E' de notoriedade publica, embora
hypocritamente negada a alliança
ou fusão do partido conservador u-
nido, com a fracção que se distacou
do partido liberal sob a direcção de
um ex-ministro demittido a bem do
servico publico por incapaz e inap-
to para exercer tão elevado car-
go.

Embeveçado nas suggestões da
valdade e de mal contida ambição de
mando e poderio, o sr. Rodrigues
Junior, não tem hesitado, desde a es-
lecção de 1881, em sacrificar, no altar
do seu egoismo, solemes compro-
missos tacitos ou expressos de hon-
ra e solidiedade politica, que o ob-
rigão e prendem os homens de
bem.

Tenho o direito de dizello, neste
momento, por que tambem fui victi-
ma da insipiente peritida com que,
sem prevenir-me e, ao contrario, si-
mulando auxiliar-me, votou a minha
exclusão da camara dos deputados
em 1882, juntamente com seus con-
panheiros, de deputação, todos elei-
tos, com o leal e decisivo apoio que
lhes prestamos, os liberais histori-
cos.

Releva notar que poucos dias de-
pois elle e seus amigos votaram de
modo diverso em questão eleitoral
semelhante a minha, para captar as
bóas graças ao sr. Silveira Martins
que, depois, tão effacemente, contri-
buiu para sua expulsão dos conselhos
da corte, onde nunca devesa ter en-
trado, disse o nobre senador.

É pequena maioria liberal da cam-
mara de 84 que offereceu ao sr. Rodrigues
Junior azado ensejo de realizar seus
ardentes sonhos dourados de subir
para zangar os liberais do Ceará
que guardavam intacta as tradições
e a velha bandeira do partido.

Dahi o voto hostil do *Teve presi-
dente da camara* ao gabinete Marti-
nião Campos; dahi as phillancias
aspirações admiinistrativas (desastre su-
premo) d'ahi ainda as blandicias e
protestos de adhesão ao gabinete
Dantas, até o combate final, em que
deixou cair o rebuço que alvejava
ao sahir á des-horas das conferencias
secretas com os sr.ºs Paulino de Sou-
za e Andrade Figueira.

Destes conjunctos de factos irretra-
gaveis que effeito no dominio da con-
sciencia publica, surgiu o famoso pa-
cto revelado nas credenciaes da ap-
sentação do sr. B. de Cotegipe, pu-

Edição da Gazeta do Norte de 19 de dezembro de 1885 – parte 2.

2

GAZETA DO NORTE - SABBADO 19 DE DEZEMBRO DE 1885

blicadas no *Pedro II*, orgão autorizado do honrado B. de Aguiar.

Subindo ao poder com o auxílio de um grupo de deputados que ficou celebre nos annos parlamentares pelo implacável acodamento com que geralmente votava contra as eleições liberais, inclusive a do 6º districto desta provincia, audaciosamente falsificando no collegio de Milagres, o nobre barão de Cotegipe, impõe ao partido conservador do Ceará os tres nomes que o sr. Calmon trouxe na algarbeira e vão figurar como candidatos nos districtos em que nenhum conservador se apresenta!

Taes são os sr. Rodrigues Junior, Ratinha e José Pompeu, os mais justos atriladores do incomparavel grupo a quem me referi.

Depois d'ella positivas manifestações de sua apostasia, o sr. Rodrigues Junior tem ainda a rara coragem de proclamar-se liberal, hypocritamente o seu voto e os de seus amigos ao gabinete de 20 de agosto presidido pelo propheta do islamismo conservador.

Conta por isso com o apoio deste partido, e zona da ingenuidade das liberas que até agora o acompanharam e que mais tarde conhecerão os resultados praticos da ardilosa cilada.

Nesta conjunctura difficil e momentosa em que se acha o generoso partido liberal do Ceará, asseberba do de um lado pelas onidas adversas e de outro pelas correligionarias em defeição, qual o caminho a seguir? A resposta é facil.

Nada de recuar; antes de tudo cumpre-nos marchar para a frente e guardar o nosso posto com o devotamento das convicções profundas, e como não impellido os ditames do dever e da honra.

Nenhuma illusão me deslumbra o espirito sobre o resultado do proximo pleito que se vai fazer em 15 de janeiro.

Seja qual for, não é licita a abstenção do partido liberal cearense, quanto em todas as outras provincias os nossos amigos preparão-se para disputar palmo a palmo o terreno da luta.

Eis porque me dirijo ao brioso e leitorado liberal do 8º districto, que tantas provas me tem dado de sua benevolencia, sollicitando o seu apoio e mais uma vez a affirmação do seu inquebrantavel patriotismo e abnegação.

Alagadiço Novo, 14 de dezembro de 1885.
Joaquim Bento de Sousa Andrade.

NOTÍCIAS

MARÉS

SABBADO, 19 DE DEZEMBRO.

Dea-mar ás 3 h. 37 m. 24".
Dea-mar ás 9 h. 50 m. 46".
Dea-mar ás 4 h. 4 m. 6".
Dea-mar ás 10 h. 17 m. 28".

FOLHETIM
DIVORCIADA

DE
REZATO DE PONT-JEST
SEGUNDA PARTE
A SRA. PAULO MEYRIN

IV
A VINGANÇA DE SARA
(Continuação).

Cada dia encontrava um camarada de outras épocas, uma mulher que lhe servia de modelo. Algumas tinham sido suas amasias. Em toda a parte era recebido de braços abertos. Evocavam-se lembranças do passado, graças-se com tudo e com todos, matava-se o tempo trabalhando um pouco, e durante horas inteiras, Paulo Meyrin não se lembrava que era casado e pai de familia. Tomou, facilmente, gosto por essa vida fácil, que ti-

o *Pale*. — O sr. Rodrigues Junior mandou imprimir e alisar sobre o seu cavallo o orgão da capital, uma parrelha dos insultos que elle distribue todos os dias pelos honrados e mais illustres e honestos.

Porque transcrevemos um logico do *Paiz* a propósito da alliança dos tres grupos conservadores desta provincia, o *Cearense* disse: honra que nós acolhemos de preferencia quanto mais caviloso é o que se publica em relação á politica liberal do Ceará, e qual odio refere-se a-nos, porque se vêm abandonados em meio do partido, quanto maior dose de má fé e de invereosimilhança se encontra por ali em qualquer imprensa.

A noticia publicada pela illustrada redacção do *Paiz* foi transcrita do *Diário do Brazil*: a este seu alliado, é que o sr. Rodrigues Junior accusa de caviloso e má fé, se pudesse attribuir a qualquer destes sentimentos a noticia de um facto inteiramente verdadeiro.

Os nossos honrados collegas do *O Paiz* só têm que felicitar-se pelos insultos da imprensa portuoghica. O sr. Rodrigues para viajar se dos debiques de que é victima, precisa injuriar ao mundo inteiro.

Magnifico. — É magnifico o livro mandado vir de Paris pela colonia portugueza para registo da acta da libertação da provincia.

O publico cearense deve ser muito reconhecido por esta prova de fraternidade e solidariedade, que lhe dão os portuguezes de Fortaleza os amores e sentimentos, excellentes brasileiros.

Quixadá — O orgão ripardo publicando uma correspondencia dessa localidade, diz que os nossos amigos, electores, estão cochovados para votarem no 2º escrutinio do candidato gaudo.

E' falso. Os nossos amigos o que fazem é não suffragarem com seus votos o candidato ripardo porque sendo este conservador recebe não merece apoio dos liberais.

Reemila. — O sr. Calmon mandou pagar, por economia, á cidade membro do conselho de exame do corpo policial, 100\$000 rs.

Bem bom! — Esta quantia bastava para a compra de bolões, tomar pontos, e corrigir todas as cucas, japosas, jalecos, e brasiliques, de que anda á procura, com a mesma sollicitude e pezar, com que Narciso procurava o cão Malagris.

Com esse mesmo dinheiro, se perpetua a memoria da independencia e honrabilidade da commissão. Estamos na quadra dos tris-

na sangüinolento que ella talvez esperava, houve o divorcio da primeira e o seu casamento com o amante, isto é, a felicidade para os dois; ella, ao menos, devia suppor isso.

Depois dessa decepção, Sara, furiosa com o seu fracasso, nunca se gabou do que tinha feito, nem fallava de Paulo se não para applaudirse de não ter mais relações com um homem como elle, arido sem talento, sem futuro, que só servia para machucar a uma mulher repellido pelo esposo, e evitava de todos os lugares publicos, tões como theatros, onde podia encontrar o.

Entretanto, por mais indifferente que quizesse parecer, quando na sua presença algum fallava na casa da rua d'Assas e das suas reunioes agradaveis, ella não se deixava de mostrar a sua aversão áquelle que ella o tinha amado muito; e quando ouvia contar, nos gabietes em que servia de modelo, que o nome estava variando entre seus amigos, o seu maior desejo era encolher-se. Um que fuz? Ella mesma não sabia.

Talvez, simplesmente, para fazer o creder, por algum dia proximo, que ella sempre sonhava de elle, talvez, tambem, para ter, se a occasião se apresentasse, a quem lhe algum laço amoroso em que elle se deixasse cair.

Sara, pois, não ficou muito admirada quando viu Paulo entrar no gabinete de

do dinheiro. Tinha libras para os tres, com uma grava; e é que desejava ver-se entre as plantas!

Do porto do Recife sahira honra e o pugile misionario de lá, que deve estar aqui a 21 d'este.

INEDITORIAES

O sr. Colleira.

Na malograda sessão do jury de hontem, a par de muitas misérias que desabonão o caracter do povo cearense, houve a nula do procedimento honesto de um homem, que passa despercebido ao seio da nossa sociedade.

Queremos fallar do sr. Manoel Nogueira Colleira. Homem retratado, viredo nome de seu trabalho foi na vespere, visitado pelo sr. Bilhar, que tudo lhe prometta, si o sr. Colleira não comprehende a essência do jury. Pois bem, o sr. Colleira repello as offereças e na hora designada foi dos officios a comparsa de um homem.

Felizmente ainda ha homens, que sabem comprehender o que é honra e dignidade.

O sr. supplente do juiz municipal do Iguaçu, o sr. Antonio Ferreira Lima.

Corre por certo nesta villa que o capitão Antonio Ferreira Lima, primeiro supplente do juiz municipal do Iguaçu, disputado com o honrado sr. Francisco Rodrigues Lima Bastos, juiz municipal dos termos reunidos desta comarca, por ter este reparado, além do mais, os abusos praticados por aquelle, que demittiu por simples portarias a dous tutores idoneos, legitimamente nomeados, e sem que ao menos estivesse em pleno exercicio.

Depois disso, o sr. Ferreira Lima, denunciando ao presidente da provincia d'esse venerando magistrado, imputando-lhe graves delictos.

Nada admira, porque, quem conhece o Antonio Ferreira, não deitara, sabendo, de dizer que esse papel é proprio de seu caracter.

E menos reparavel se torna, por se inutilizando ao juiz letterado, á o calote da hyena, poderá o supplente, proseguir nas pravações livramento, e então, com o juiz do direito na barriga, demittir tutores todos os dous, no mar, como a aquella de fallar, a seu cunhado Mathias, da Serra, para curador, e com este fazer a valiação um pequeno inventario, com tanto que o acervo, que regularmente poderia importar em 200\$000, exceda de quinhentos para ter custas inteiras; pois todo seu desespero é por diuhsiro, vendê-lo como vier.

Ainda não é estranhavel, co-

trabalho de Roberto Aubrey, mas nem por isso deixou de fazer um gesto de poder offendido, parando para os hombros a coberta leve e chaplana que a cobria até a cintura, e exclamou:

— Então, entras aqui como no mercado? Neste caso, está tudo acabado! Não sirvo para modelo na presença de estranhos.

E, deixando da mesa de moleto, correu para o bômbio azul do qual estava a sua roupa, porque é sabido que u mo delo, por mais oti que se apresente, por occasião do trabalho, em presença de das artistas reunidas, não se despiria nem se vestia na presença de um sr.

Paulo Meyrin ficou attento á porta do gabinete; primeiramente, por causa d'esse encontro tão inesperado, e d'essa exclamação da moça, depois, por causa da sua beleza, que nunca vira de radiante.

Mas, depois desse momento de hesitação, não natural, approximou-se do dimbo da casa, que acenou as suas descaldas rindo, em quanto duas outras collegas suas, ao mesmo tempo, estendendo a mão, Gastão Irel e Rual Martel, graciosamente em voz alta com o modelo sobre a sua faga ad estivo.

Sara, do seu refugio, respondia em tom modesto e breve, que estava a Paulo uma envergadura singular.

Sara, pois, não ficou muito admirada quando viu Paulo entrar no gabinete de

noceia a boca, porque receiára que o juiz letrado, assumindo o exercicio no termo do Iguaçu, mandasse pôr em deposito porção de cavallos albeitos que o seu primeiro supplente allias tem á seus servios, combinando n'elles, isto é, seu filho Francisco Antonio para cima e para baixo; que mande capturar ao criminoso do morto que vive constantemente em suas carceres; e de instrumento contra os seus pacificos vizinhos, victimas constantes de seus insultos e traficancias; e que finalmente põha á limpo todas as suas laideiras, não fallando do tempo em que foi delegado de policia!

Mes, o que se deveria esperar do sr. capitão Antonio Ferreira, contra quem ja se expedia, no termo do Iguaçu, em certo tempo, mandado de prisão por crime de furto do escravo (bem entendido, não para libertar) e requerimento de sua propria mãe?

Era justamente que procurasse manchar a limpa toga do magistrado pobre, porém immaculado, servindo ao mesmo tempo de testa de ferro á um bandido, com tanto que as couzas lhas corraão ao sabôr.

Não ha que receiar o nosso amigo dr. Lima Bastos, se for ouvido, pulverizará os seus d'firmadores provando a evidencia a calumnia ou calumnias que serviram de base á denuncia.

O senhor Antonio Ferreira tem razão para não recuar diante de aquelle papel, pois não é a primeira vez que denuncia falsamente de homens de bem.

Bem recordamo-nos do papel que representou o sr. Antonio Ferreira em 1867, denunciando o major Antonio Gomes Barreto, membro saliente de uma das boas familias do Iguaçu, a quem pretendia machucar, ali tindo-lhe co-participação no roubo da ourateira de Izabela, causando com isso disabores amargos aquelle familia vindo vingar as cessas do referido major, de sua respeitavel mãe d. Anna Senhorinha e de seu irmão tenente coronel Candido Antonio Barreto, vindo para isso em commissão do governo o capitão de policia Antonio Gomes Ferreira, como não ignorar o publico d'aquella cidade, e dolorosamente quixou-se o prestidigitador major Antonio Barreto, de 8 de agosto de 1867, inserto na *Constituição* n.º 85 de 8 de setembro do mesmo anno.

Quem sabe se o capitão Antonio Ferreira não alimentará a esperança de saber se ainda bom d'esta vez, como succedeu áquella, que nada soffrendo, achase actualmente nas melhores relações com os proprios genros e mais parentes do preclifo major?

Os abito assignados, tendo registado e depositado as suas «Marcas Industriales» e Rotulos das suas «Preparações» na Junta Commercial do Rio de Janeiro de conformidade com as prescripções das Leis do Imperio do Brazil declararam e participam aos interessados, que como unicos proprietarios, têm direito exclusivo de usar as Marcas Industriales e Rotulos relacionados com a manufactura, fabricação e venda das seguintes preparações:

AGUA FLORIDA DE MURRAY & LANMAN;

TÔNICO ORIENTAL;

PEITORAL DE ANACUAHTA;

PASTILLAS VERMIGUAS DE KEMP;

OLEO DE FIGADO DE BACALHAO DE LANMAN & KEMP;

EMULSÃO DE OLEO DE FIGADO DE BACALHAO;

COM HYPOPHOSPHITES DE LANMAN & KEMP;

SILICOPHOSPHATES DE BRISTOL;

PILULAS ASSUCARADAS VEGETALES DE BRISTOL;

EXTRACTO DUPLO DE AVELLEIRA MAGICA DE BRISTOL;

UNGUENTO DE AVELLEIRA MAGICA DE BRISTOL;

que, portanto, perseguirão a todos os falsificadores ou imitadores das ditas Marcas Industriales e Rotulos, procurando que sejam castigados com toda a severidade da Lei.

engana-se, porém a hyena, não estamos dispostos, como membros da sociedade moralista, a carregar com semelhante crime; e por conseguinte protestamos levar a vencer.

Veja o sr. Calmon quem foi o denunciante do illustre sr. Lima Bastos, e veja se é possível si e quantum tomar alguma providencia contra os abusos daquelle tratante.

S. Mathes, 7 de novembro de 1885.

Justos.

Callam os factos

O clinico que não tem vistas largas, que a cabeceira do doente se contenta apenas com o quadro symptomatologico, e não investiga a natureza do mal, procurando a causa prima, vê com desgosto a remediação inabavel da enfermidade contra todos os meios por elle empregados, muitas vezes com algum proveito: mas se inquire do doente, com a devida curiosidade, o historico de todo o seu passado, elle vai descobrir uma infecção syphilitica primitiva, antiga alguns annos reumaticos, que são a causa prima desse mal, que zombou de todos os meios por elle aconselhados.

A sciencia reconhece com todas as provas, que ninguem ouza contestar, factos de syphilis e reumatismo viscerais, e contra estes estados só triumpham os anti-syphiliticos e anti-reumaticos, isto é, a grande classe dos depurativos; e mal do doente, que tiver um medico desistente ou pretencioso, que quizer combater a infecção pelos meios d'indianos.

Eis o motivo porque muitos doentes de rigado, do 6º ao 20º anno, dos intermios, têm conseguido ver desaparecer, como que por encanto, padecimentos chronicos, reputados incuraveis, com o uso do CALUMAZA. E depois, o CALUMAZA não é só um remedio depurativo a jurubeba e outras plantas, que entram em sua composição, são tonicos e desobstruentes, e como taes mais aptos e poderosos para debellar as affecções chronicas das visceras do ventre pelo processo, que qualquer medico sabe explicar.

Empregue-se pois o CALUMAZA nas affecções supras citadas, e os doentes terão a ventura de recuperar sua saúde abandonada pelos medicos, que desanimaram pela imprudencia dos meios por elles precricipios.

AGUA FLORIDA DE MURRAY & LANMAN;

TÔNICO ORIENTAL;

PEITORAL DE ANACUAHTA;

PASTILLAS VERMIGUAS DE KEMP;

OLEO DE FIGADO DE BACALHAO DE LANMAN & KEMP;

EMULSÃO DE OLEO DE FIGADO DE BACALHAO;

COM HYPOPHOSPHITES DE LANMAN & KEMP;

SILICOPHOSPHATES DE BRISTOL;

PILULAS ASSUCARADAS VEGETALES DE BRISTOL;

EXTRACTO DUPLO DE AVELLEIRA MAGICA DE BRISTOL;

UNGUENTO DE AVELLEIRA MAGICA DE BRISTOL;

que, portanto, perseguirão a todos os falsificadores ou imitadores das ditas Marcas Industriales e Rotulos, procurando que sejam castigados com toda a severidade da Lei.

Edição de O Cearense de 21 de Junho de 1874 – parte 1

CEARENSE.

Condição das assignaturas.

CAPITAL E POVOADOS PROXIMOS.

Um anno	120000
Nove mezes	100000
Seis mezes	70000
Tres mezes	40000

O CEARENSE é destinado a sustentar as idéas do partido liberal; só toma a responsabilidade dos artigos da redacção, devendo todos os mais para serem publicados, vir competentemente legalizados. Publica-se diariamente com excepção dos dias immediatos aos santificados. —As publicações particulares pagarão 80 réis por linha; ou o que se convencionar. —Os assignantes pagarão metade. —Numero avulso 500 réis. Todas as pagas serão adiantadas.

Typographia Brasileira—23—RUA FORMOSA—23.

Condição das assignaturas.

INTERIOR E PROVINCIAS.

Um anno	120000
Nove mezes	100000
Seis mezes	80000
Tres mezes	50000

ANNO XXVIII.

DOMINGO 21 DE JUNHO DE 1874.

N. 50

CEARENSE

FORTALEZA, 21 DE JUNHO DE 1874.

O que previamos, aconteceu.

A questão Picy veio perturbar a calma, que a imprensa provincial aproveitava para examinar assumptos de interesse geral, ou de ordem diversa.

Os dous órgãos da opposição aceitaram o repto da folha governista, e esta, no seu furor, procura vingar nos individuos afrontados, que os factos lhe fazem.

Não somos nós os responsáveis do escandaloso.

Deixar de defender nossa honra, nunca.

No numero de sexta-feira, coxeando, como de costume, esse aleijão da imprensa contemporânea veio depois das invectivas costumadas, revelar em qual foi o assassino daquella infeliz!

O tragico tornou-se comico:

Eis o que nos refere o collega.

« Quando se tratou de proceder a eleição de eleitores em 18 de agosto de 1872, houve na povoação de Arnonches, por occasião de uma passeiata, um conflicto em que foi offendido um capanga liberal, de cujo nome não nos recordamos neste momento; e qual attribuindo a offensa que recebera ao infeliz João Picy jurara vingar-se d'elle. Esse individuo, que era um dos peitos largos da liga, achou-se na vanguarda da passeiata, que os ligueiros promoveram na noite de 7 de setembro do mesmo anno com o intuito de assaltar as sentinellas; e aqui, chegando ao patamar da matriz, teve de recuar, e abrir mão do seu nefando plano, á vista da attitudo energica que tinha tomado o official, que se achava encarregado da guarda da urna, collocando os soldados em fileira no limiar da porta principal da igreja. Nesse interim houve um tiro do lado da *innocente passeiata* e é morto Picy, que estava encostado á uma das portas que se achavam fechadas. »

Se já houve alguma couza, que merecesse a qualificação de historia de onça, é seguramente a relação, que vem de fazer a folha official.

O desconhecido achou-se na passeiata... esta retirou-se do patamar, abrindo mão do seu plano de assaltar as sentinellas, em consequencia da energia do official... mas um tiro se despara do lado da passeiata, e mata na porta da igreja uma sentinella, na occasião, em que estavam os soldados formados!

Parce que vága pelo escriptorio da *Constituição* a alma do finado Quaresma.

Decorrem 1 anno, 8 mezes e 13 dias que o partido do governo estuda este acontecimento, e ainda agora nem sabe o nome do assassino!

Para que ter uma policia tão cuidadosamente montada, juizes, força e dinheiro, si nada aproveita para o descobrimento d'esse *quidam*, que se procura, ha tanto tempo!

O collega fez assumpto capital de suas divagações termos dito que *alguem* fora o portador dos autos para o Rio de Janeiro, vendo nisso grande offensa a esse terceiro, e para fazer uma diversão, pretende que o portador do processo fora *outrem*, que no mesmo transporte seguira para o Rio de Janeiro, e faz parte da redacção do *Cearense*.

A allusão é quasi uma especificação, e recorda outra mentira, que, para *apasturar* ao Sr. Teixeira de Sá, se engendrou na secretaria do governo quando se fez remessa d'esses papeis descosidos e numerados á vontade por um amanuense da secretaria militar!

E' uma graça do collega, ou uma mentira sem graça, como toda essa historia do *homem de Arnonches*; e sinão, que seja claro, junte documentos, pois que sua palavra, em negosios de João Picy, exprime sempre o mesmo que quando lhe chama o infeliz *sargento*!

Pode o cavalheiro, de quem se falla, não ter levado o processo, e si de tal cousa inda se falla, culpa é da *Constituição*, que deixou passar em julgado, e sem contestação, a noticia, que deu, ha seis mezes, um jornal da capital.

Si elle proprio nos viera dizer que ha equivoco n'esta noticia, immediatamente a dariamos por inexacta; mas não assim porque venha dizel-o a *Constituição*, que mentio em tudo mais, e tem ainda cynismo de assegurar que o portador d'esses papeis fora um redactor do *Cearense*!

Necessariamente a gente da *Constituição* hade dar sua denuncia contra o *homem do nome equivoco*, de que não se lembra agora. Reservamo-nos pois para essa occasião, por quanto já fadé o monturo, em que está a remechar, para que façamos ainda o sacrificio de acompanhá-lo.

Melhoramento da lavoura da canna.

ENGENHOS CENTRAES.

III.

Na presente crise, cuja gravidade todos sentem, não pode o Ceará prescindir de acompanhar as provincias do Rio e da Bahia na adopção dos melhoramentos indispensaveis á uma mais antiga, mais rendosa e mais segura produção agricola; tal é a canna de assucar, planta que perfeitamente se accomoda e desenvolve em todas as zonas e climas da provincia, desde Moejiana até o Cariry, do Mossoró ás vertentes orientaes da Ibiapaba.

A deficiencia de bracos uteis para o trabalho agricola, determinada tanto pela constante sahida dos poucos escravos existentes, (o que não obstante é uma fortuna); como pela completa auzenza da imigração; o atraso, diremos antes, a mais grosseira pratica e ignorancia na manipulação do producto; as despesas excessivas dos agricultores, tudo aconsella uma radical e prompta reforma no sentido que havemos indicado e sem a qual irá inevitavelmente por terra a cultura da canna entre nós. Não ha meio termo.

Dedicando-me ha quasi seis annos a penosissima profissão de agricultor tendo lutado com enormes difficuldades que a principio por todos os lados me assaltaram em uma situação inteiramente nova para mim, e igualmente opposta aos meus anteriores habitos, muitas vezes quasi desanimei de proseguir através dos obstaculos e contrariedades da nova posição a que fora levado pelo grande revex politico do partido liberal em 1868.

Mas, graças a Deus não me fugio a esperança; antes perseverando sempre nesta

util e nobre, posto que a mais desprotegida e esquecida carreira, sobre a qual entro tanto peso todos os onus do Estado, tenho adquirido bastante experiencia das necessidades, conheço de perto os reclamos e justas queixas da lavoura de nossa terra, para julgar-me habilitado a formular, posto que losca e rudemente, um modesto pedido de urgente remedio para a pobre enferma abandonada.

Nas proximidades da capital assenta a povoação de Moejiana, outr'ora florescente villa, hoje em triste decadencia, erna das antigas gallas e primasias de que ainda se desvanesce.

Esta localidade é circundada por mais de quarenta engenhos, maiores ou menores, todos a pequena distancia do povoado e que exportão nunca menos de 100 mil arrobas de assucar por safra, segundo me parece o affirmão pessoas competentes.

A canna deste districto produz o mais bello assucar; todavia em parte alguma é esse producto mais imperfeitamente preparado e mal aproveitado, salvas raras excepções.

Tambem em parte alguma luta-se com maiores entraves, nem tanto se despende com o trabalho agricola e com a fabricação desse mesmo assucar bruto e meliado que entregamos na capital pelo preço que duas unicas casas exportadoras nos offercem!

Para dar uma ligeira idea das despesas que fazemos *unicamente* no transporte do assucar ao mercado, á duas leguas de distancia, tomaremos por exemplo uma pequena safra de 2,000 arrobas e teremos:

100 sacos de cinco arrobas cada uma a 540	216000
40 comboios de 5 cargas cada um a 17000 por cavalllo	208000
2 conductores por comboio a 640	56800
	472800

Note-se ainda que compramos os sacos ou o pano para fazel-os e entregamos o assucar ensacado ao comprador com o abatimento de um ou meio kilogrammo de assucar equivalente ao peso de cada sacco, que assim fica por um preço exorbitante.

Calculamos por alto as ultimas despesas depois de prompto o assucar, prescindindo de considerar o custo do fabrico relativamente superior ao de outras provincias como o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, que comprão os machinismos e mais preparos por preços muito inferiores aos nossos, como tive occasião de observar.

O trabalho da fabricação do assucar é ainda muito moroso entre nós, não só pelas pequenas dimensões dos engenhos e respectivos estabelecimentos, como também pela escassez do combustivel e falta de pessoal habilitado para o serviço, difficuldades que accumuladas e reproduzidas collocão as vezes o agricultor em uma situação infernal; por isso que o atraso e interrupção do trabalho acarretão de ordinario consideraveis prejuizos.

Não paroi ahi os vexames da lavoura. O inextinguivel fisco não quer saberse auferimos lucros ou soffremos prejuizos.

Bate-nos á porta arrecadando impostos até sobre pequenos aviamentos de farinha de mandioca, cuja folha já pagara o *dizimo* nos roçados.

De maneira que não só a canna como todas as outras lavouras, seja o café e o algodão, ou ainda meia duzia de covas de

mandioca, pagão impostos excessivos, recabindo sobre algumas imposto geral, provincial e municipal, as vezes em duplicata.

Desculpe o leitor esta breve digressão do assumpto que nos occupamos que tem com elle intima relação, pois toca em um ponto de vital interesse publico, a proposito do qual se articulão profundas queixas agravadas pelo procedimento irregular, iniquo, lesivo e por tanto criminoso dos arrematantes e seus prepostos ou empreiteiros na percepção dos impostos, exigido do povo que trabalha o dobro ou o triplo do que justamente lhes é devido, ameaçando os timidos, intimidando os ignorantes, praticando enfim os mais revoltantes abusos na arrecadação dos tributos.

Ainda o anno passado um dos taes pretendendo haver de mim o mesmo imposto que eu já havia pago na thezouraria provincial e que não tinha applicação a minha modesta fabrica.

Para dissuadi-lo foi-me preciso apresentar-lhe a lei e desfazer assim o engano em que laborava contra a minha bolsa.

Não quero attribuir este facto a má fé; mais serve elle para dar uma pequena amostra do que por ahi vai.

O contribuinte já tão onerado paga o que deve e o que não deve; mas paga a caila-se, apenas murmura.

La dentro porém ferve incansavel o odio que lhe inspirão as *unhas de fome* que incessantemente o despojam, como fazião os abutres ao Prometheo da fabula.

E' de indeclinavel necessidade regular com mais acerto e equidade este assumpto que sabe a sangue.

Voltemos entretanto ao que tem dictado estas pobres paginas, escriptas sem a minima pretenção que não seja a de prestar algum serviço a esta terra, que eu extremamente amo e a que dediquei os melhores dias da minha vida de moço.

Hoje que estou velho, recordo-me com saudade dos bellos tempos em que uma grande imprensa da corte o Ceará jámais deixou de ter uma palavra de sympathia.

Perdão, vamos concluir.

Estabelecer em Moejiana sem perda de tempo um modesto engenho central, em condições de abranger a lavoura da canna do districto e parte do municipio de Aquiraz, seria salvar a situação desta importante zona assucareira da provincia, dando valor mais que duplo ao producto, reppellido o assucar de Pernambuco que nos humilha e libertando os agricultores manietados e desanimados.

Por ora não vemos localidade alguma que melhor se preste á realisacão d'aquelle *desideratum*, pelas condições especiaes em que se acha.

Centro cuja circumferencia é bordada de numerosos sitios de canna, que podem multiplicar-se á vontade nas bellas vargens frescas visinhas; grande abundancia d'agua na magnifica lagoa que lhe dá tanto encanto, á duas leguas da capital por estrada plana e larga que o espirito de ganancia e a especulação tem impedido de achar-se já trilhada de ferro, todas estas vantagens dão á freguesia de Moejiana indisputavel preferencia para iniciar-se ali o unico melhoramento, que uma vez conhecido, ha de necessariamente estender-se por toda parte onde houver terrenos proprios para o trabalho, onde quer que se desenvolva e exerça o genio e actividade do industrioso povo cearense, sobre quem tem pesado com dureza a mão sinistra do destino; mas a quem

Edição de O Cearense de 21 de Junho de 1874 – parte 2

Deos dotos de espirito invencivel e capaz de dominar os elementos, fitando no futuro a prosperidade de que é digno.

Os phenicios do Brazil, como nos chamão, devemos todos dar-nos as mãos e marchar para diante: nada de recuar.

Alagadiço Novo, 19 de junho de 1874.
JOAQUIM BENTO.

EXTERIOR

EUROPA.

Portugal.—Reinava paz e tranquillidade em todo paiz.

Foram nomeados pares do reino os Srs.: Agostinho de Gornellas, Anselmo José Bramcamp, Antonio José da Barros e Sá, Antonio de Paiva Pereira da Silva, Augusto Cesar Cax da Costa, Augusto Xavier Palmierin, barão do Rio Zere, Carlos Bento da Silva, Conde da Torre, Felipe Folques, Francisco J. da Silva Torres, Joaquim Thionaz Lobo d'Avila, José Marcelino de Sá Vargas, Marquez de Montalim, Visconde de Alves de Sá, Visconde de Igar, Visconde de S. Jeronimo, Visconde dos Olivas, Marquez de Castello Melhor e Antonio Correia Caldeira.

Daixaram da acção as nomeações, os Srs. Anselmo Bramcamp e Marquez de Castello Melhor, aquelle por que preferiu o seu lugar na camera electiva.

—Tomava satisfactorias proporções o credito publico.

—Foram classificados em 3 ordens os conselhos do reino.

—Trabalhava-se com actividade nas fortificações das linhas de Lisboa.

—Devia partir brevemente para Macau o novo governador José Maria Lobo d'Avila.

—A classe operaria de Lisboa sustentava a candidatura á deputação do Sr. José M. da Silva Albuquerque, antigo typographo.

—No dia 27 do passado devia effectuar-se a prisão do conde de Magalhães, prisioneiro no processo da revolta, e honraria-lo ha muito tempo.

Espanha.—Estava conjurada a crise com a organização do novo gabinete pelo general Zavala. A pasta da fôrma esteve em litigio, ninguém queria tomar a responsabilidade de ordenar um systema financeiro, como o de antes desorganizado paiz.

No novo ministerio predominava o elemento conservador. Como se vê a coligação da crise fô toda monarchica, sendo excludos os republicanos historicos, assim como os radicais de que são chefes Pri y Margall e Salmeron.

E' oprimido geral de que a crise agravou-se ainda mais, e espera-se que Serrano, o *Petit Bonaparte*, dará a ella uma solução importante. O novo gabinete desagradou a ellas e poderosas influencias. A exclusão dos republicanos arrastaria a nação ás armas. Os governadores de 13 departamentos foram seus devesados, porque não queriam acompanhar o novo governo.

Foram nomeados: governador de Madrid Moreno Benitez, em substituição de general Para que foi demittido, capitão general Ray, director do theatro Garcia Torres.

—O exercito do norte achava-se em movimento. Em Bilbao faziam-se fortificações. Entre as columnas destacadas nesta cidade e as forças carlistas estava em nito um combate.

—Os carlistas e monarchicos usavam forças em Estella. Mas era certo que o desamino dominava no exercito de D. Carlos.

—Em S. Sebastião os carlistas fustigaram duas mulheres.

Francia.—O ministerio Broglie tendo sido derrotado na assembleia nacional, por occasião de discutir-se a lei eleitoral, pela qual fôa queido, pediu sua demissão.

O novo gabinete ficou assim organizado:

Cissey, vice-presidencia e guerra; Magne, fazenda; estrangeiros, Deaxens; interior, Fortin; marinha, Monniganc; justiça, Tailhand; obras publicas, Gailhax; commercio, Givriat; instrucção publica, Camont.

—Morreu no dia 22 o filho mais novo do duque de Montpensier—Luiz.

O ministro de Portugal entregou no mesmo dia as suas credenciaes ao marechal presidente Mac-Mahon.

—Diziam-se que seriam nomeados marechais do exercito o general Ladmirault e o duque de Anale.

—Ja foi apresentado ao conselho geral de Paz de Calais o estado do tunnel entre a França e Inglaterra. A longitude do tunnel será de 50 kilometros, dos quaes, 30 submarinos.

Um pavoroso incendio devorou 14 casas em Solleville-sur-Mer, ficando sem abrigio 36 pessoas.

Suissa.—Não ha nada de positivo acerca das disposições constituintes do papa com este paiz. Este boato nasceu da conferencia havida entre o Sr. Gambetta e o cardeal Annetti.

Inglaterra.—Lord Derby fez importantes declarações na camera dos lords, em resposta á uma interpegação de lord Russell sobre o estado politico da Europa.

—Mais uma greve em Inglaterra. Os operarios mineiros do condado de Durham que consta de 40 mil achavam de occupar os seus trabalhos recusando-se á uma diminição de 10 por cento que os proprietarios queriam impor.

—Era até esperado o Czar.

—Ja se achava vibrando a lei que abolia os direitos sobre os successos brutos.

Allemanha.—A commissão a quem fôo remettido o projecto relativo ao casamento civil continha por unanimidade pela rejeição desta lei, por causa da resistencia que encontra entre

muitos governos, e entende que se deve convidar o chancelier do imperio a apresentar um novo projecto de lei sobre o casamento civil, que seja applicavel á todos os paizes confederados, e corresponde ás suas necessidades especiaes e ás suas instituições particulares.

—No parlamento prussiano continuava a discussão do o projecto de lei sobre a administração das dioceses vagas.

—O Sr. Falk ministro dos cultos deu a entender que a curia romana tinha pretendido entender-se com a Suissa, para esta deixar só a Prussia em campo na luta contra a Santa Sé, mas que a Suissa se havia recusado a um accordo sobre este ponto.

—O Sr. Falk, respondendo a uma interpegação de um deputado ultramontano, disse que o imperador não era o unico soberano que tinha recebido cartas do papa, mas que ao contrario do que se pretendia, o papa não respondera á carta de imperador.

—O estado de saúde de Bismark era lizongreiro. O chancelier recebeu a visita do Czar, em sua passagem por Allemanha.

—Diziam-se que o Conde d'Armin, que foi ministro da Allemanha em Paris, e que depois fôo transferido para Constantinopla, vai ser processado, em consequencia das cartas dirigidas á Dostinger, nas quaes reprovava asperamente a politica seguida de Bismark com relação aos bispos catholicos.

—Refere a *Gazeta de Colonia* que a prisão do Reichardt, isto é a que regula a situação legal da igreja catholica nas suas relações com o estado; que impõe aos rendimentos dos beneficio ecclesiasticos, o encargo de contribuir com uma parte proporcional á manutenção do clero secular, e a que regula a situação das comunidades religiosas no estado.

Turquia.—O ultimatum do governo turco ás duas seitas em que se divide a igreja catholica no Oriente, não era nada menos do que uma proclamação da independencia absoluta da igreja catholica no Oriente das liberdades desta igreja, garantidas contra toda a ingerencia de um poder politico ou espiritual estrangeiro.

—Hesitantes e catholicos independentes pareciam dispostos a submeterem-se ás condições dictadas pela Porta; mas a que os renovou se, quando se tratou da partilha dos bens temporaes.

Ázia.

China.—NOTIZIAS telegraphicas do Shanghai contam graves desordens na colonia franceza de Shanghai. Houve um conflicto sangrento entre a população chinesa e os estrangeiros, saque e incendios. A policia foi impotente para restabelecer a ordem e foi preciso fazer desembarcar os soldados da marinha franceza que se achavam na esquadra do porto.

—Conseguiu se comprimir a revolta, mas a inquietação era cada vez mais viva.

—Contae-se que os residentes ingizes foram os unicos que não foram molestados; caso que tem produzido estranha sensação.

AMERICA.

Estados-Unidos.—O vice-consul britanico em S. José (Guatemala) o Sr. Mage souffre 200 chictos e s, por ordem de Gonzales, comandante da praça.

Eis como os jornaes descrevem este acto de cabalimento:

As tropas do governo chegaram ainda a tempo de impedir a repetição do supplicio, e a execução distincta. Parecia que o desgraçado quando pretendia fugir para bordo de um vapor foi assassinado.

Nos jornaes estrangeiros recebidos encontramos os seguintes promotores:

—Gonzales foi devido a uma certa rivalidade e ao descontentamento que lhe produziu o ver que a posição semi-official de Mage o tornava independente delle. Gonzales tinha intimado o consul a comparecer em seu palacio, mas este não tinha obediencia alegando que estava doente de uma perna. Em resposta a isto encarregou o commandante uns pontos de soldados de o trazerem morto ou vivo a sua presença.

Assim se fez. Foi enlao ultrajado e insultado por Gonzales, que lhe bateu muitas vezes no rosto com a corvina de uma pistola, ameaçando-o de matar alli mesmo. Esta ameaça entretanto não foi immediatamente posta em execução, graças á intervenção de alguns officios. Foi então que Gonzales ficou para, serem applicadas no consul ingez, quatrocentas chictoladas. Parecia que tinha dado ordem para o fuzilar, mas os soldados recusaram executar as suas ordens.

NOTICIARIO

E' louvavel.—A presidencia dirigiu o seguinte officio ao nosso distincto amigo Dr. Medeiros, delegado de cirurgião-mór do exercito nesta provincia:

«Agradecendo á Vmc. a promptidão, com que se houve no cumprimento das ordens ultimamente expedidas, no sentido de serem accordados os indigentes atacados de febre na povoação de Soure, recomendo-lhe, que em nome desta presidencia, louve o Dr. Melton da França Alencar, cirurgião genitor do exercito, pelos bons serviços prestados na referida povoação.»

Ferimentos.—No lugar Vazante, do termo de Canindé, Antonio Sabino de Paula Barros feriu a Antonio Mathias Gomes.

Temos melgueira.—Consta-nos que já foram apresentadas na thezouraria provincial para o pagamento ás contas de medicamentos fornecidos á enfermaria da cadeia desta capital, no anno p. passado pelo pharmaceutico forncecedor.

E' um escandalo igual ao do anno de 1871 as contas aludidas.

Chamamos a attenção do Exm. Sr. Barão de Ibiapaba; para semelhante melgueira, esperamos que S. Exc. não consentirá nesse novo assalto ao cofre.

Tropelias judicarias.—Remettemos o seguinte:

Sobesta epigrapha o *Pedro II* de 10 do corrente fuzegava accusações aos nossos amigos Dr. Domingos Alves e Lima Bastos, juizes de direito e municipal do Saboeiro, e de envolta com elles o nosso amigo capitão Luis Antonio de Mattos Arraes.

O contemporaneo foi por demais injusto para com os nossos amigos, attribuindo-lhes açoes menos decorosas, que o caracter nobre delles repelle.

O unico facto articulado pelo contemporaneo e que provocou essa explosão de odios, foi o ter o Dr. Lima Bastos, como juiz municipal e orphão, mandado citar ao Sr. Custodio Arraes e sua mãe para darem bens a inventario!

Que grande escandalo este!

Não vemos nisso um motivo plausivel para que o *Pedro II* se exacerbasse tanto contra aquelle honrado magistrado, tanto mais quanto o Sr. Custodio, como confessa o collega, é liberal e por tanto corregegiario daquelle juiz.

A quantos deus reagidos que os dois magistrados do *Pedro II*, nós repellidos.

E' verdade, que como juizes, elles não tem politica, são imparciaes e integros, se podem, pela cartilha do collega, por essa qualidade, altamente recommendavel, elles merecem os epithetos de renegados, devem se considerar felizes.

Servem estas poucas palavras de protesto ás injustas arguições do *Pedro II*.

O assassinato de Pentecoste.

—Mais um facto nos vem convencer do estado de demoralisação a que tem chegado a policia desta provincia.

A pratica continuada do crime e a impunidade dos criminosos nesta pobre situação, vão produzindo os mais funestos effectos.

Não mais tempo ao Paracurá representamos um drama sangulento, identico ao que vamos referir, a quaes foram as medidas tomadas pela policia para punição de tão perverso assasino?

Para si seguiu, e verdade, uma força commandada por um major, com *instruções reservadas*.

E' triste porém confessar, que todo esse movimento não passou de uma ridícula que de ordem dada, e o sicario, filho de uma influencia dedicada á situação, campê impune, zombando dos arremessos policiaes.

Si porém assim não acontecesse, si a nossa população estivesse habituada a ver impetrar a lei; si os innumeros criminosos que infestam o nosso territorio fossem castigados, *gentes de lei, a flor das capotiras da situação*, e ao contrario recebessem o merecido castigo de tantos attentos, estes se não repetiriam com tanta frequência e ostentação.

Sabemos que o facto de que fazemos menção foi filho de uma violenta paixão, mas é tambem certo, que em uma sociedade moralizada esses sentimentos exaltados encontram um poderoso correctivo na energia e vigilância da autoridade.

Casos de criminalidade e de estatística criminal tomam proporcões espantosas e nos representam fora do paiz com forças indomáveis.

Eis o facto com todas as circumstancias de que se revestiu e lhe dá o caracter todo singular.

Antonio de Abreu, casado, morador no Pentecoste, entreteinha relações illicitas com D. Paulina da Silva, filha do capitão Górgio da Silva Souza, conhecido por Murumboca.

Esses laços amorosos cada vez mais se estreitaram até que abrigaram ambos a idea enobres de ligarem-se pelo casamento, renovando o obstaculo que se antepunha á realisação de seus intentos.

Era este obstaculo a infeliz esposa de Abreu, D. Luiza.

Concertado o plano, encarregaram de execução o prelo Thomaz, escravo do referido Murumboca, e effectivamente, o alvo de tantas atrocidades foi atingido por mão certeira e á lavez, amestrada no crime.

D. Luiza cercada de 7 filhinhos, e trazendo em seu seio mais um fructo de tão desgraçada aliança, foi barbaramente accommettida, pelo punhal homicida que a derribou instantaneamente, fazendo-lhe 7 ferimentos, que para sempre a arrastaram aos entes que lhe eram mais caros.

Essas duas feras insensiveis ao pranto e a dor pungente dos tenros filhinhos da desventurada Luiza, já preparava-se, para fuzilarem a proclamação aliança, causa de tão horroroso drama, quando, felizmente, para a sociedade já tão revoltada contra o delicto da autoridade, foram capturadas bem como o escravo, executor da ordem, e ao nosso estimavel amigo o Sr. Dr. José Thionaz da Silva, juiz municipal de Canindé, devotamos a iniciativa dessa importante diligencia.

Theatro campestre.—O Sr. major José Fojo de Mello está construindo em Arronches um pequeno theatro, a que deu o nome de Guarany, o qual será nestes dias franqueado ao publico.

Fará nelle sua estreia o Sr. Eduardo Alvares, artista já assas conhecido no Recife.

O pessoal de sua companhia compõe-se de 3 membros, sendo 2 actrices.

E' uma desagradavel distração que se offerece ao publico desta capital, onde quasi se morre de apatia.

Fallecimento.—No dia 18 do corrente falleceu esta capital, victima de antigos padecimentos, o tenon. Intellectivo Teóphora Bastos, abastado proprietario e senhor de engenho da freguezia de Meejana.

O finado era homem laborioso.

Outro fallecimento.—Escrevemos de Lavras:

«No dia 6 do corrente falleceu no sítio Vacca Brava o padre José Maria Freire de Brito.

Por fallar-lhe nesta morte deveo referir-lhe uma coincidência que se deu.

Condizido o cadáver para Varzea Alegre, em caminho um dos carregadores, foi acometido de uma apoplexia, fallecendo depois de receber todos os soccorros da igreja, administrados pelo padre Pedro Ferreira de Mello que acompanhava o corpo de seu irmão.

Epidemia.—As febres intermitentes continuam a assolar intensamente a comarca do Ipu, já se contando grande n.º de victimas.

Promotoria publica.—Para o cargo de promotor publico da comarca de Quixeramobim foi nomeado o nosso distincto amigo Dr. Antonio Rodrigues da Silva Souza, em substituição do bacharel Lycurgo de Albuquerque Nascimento, que foi exonerado, em consequencia de haver accedido ao cargo de juiz municipal.

O nomeado é um moço intelligente e honesto.

Instrução publica.—Foi removido da cadeira do ensino primario do sexo masculino da povoação de Marrecas para a de Flores de igual categoria, o professor Manoel Patricio da Paixão.

Licenças.—Foram concedidas: De 6 mezes a Raimundo Antonio de Freitas, tabelião e major da guarda nacional de Batúrid.

De 8 dias a José Roberto de Souza Galvão, capitão do corpo de policia e delegado de Batúrid.

De 15 dias ao Dr. Cordilino Barbosa Correia, juiz de direito de Imperatriz.

Epidemia em Lavras.—D'ali nos escrevem em 12 do corrente:

«As febres de mau caracter estão devastando esta villa e seus arrabaldes, tendo feito diversas victimas, que succumbem á mingua e o que é mais sem os ultimos soccorros espirituaes, por que o nosso vigário, desamparou suas ovelhas para ir refocilar em Varzea Alegre.

Chame para este estado em que nos achamos a attenção do governo e do nosso diocesano.»

Via-ferrea de Batúrid.—O movimento nesta estrada na semana finda foi de:

177 passageiros a	300	285000
13 «	300	39000
13 «	300	125000

Pirapama.—Este vapor voltou dos portos do norte e seguiu ante-hontem para Pernambuco e escalas.

A população desfavorecida da fortuna, perdeu á mingua de recursos.

Pedimos ao Exm. Sr. barão de Ibiapaba providencias.

Passageiros.—Entrados do norte no vapor «Pirapama»:

João Augusto de Castro Moura, José Ferreira do Nascimento M. e filho, João José Rodrigues e João Cordeiro Netto.

Seguem para o sul:

Estevão Louzada, Manoel Marzelino, Manoel Vieira Bastos, sua senhora e 1 creada, José Lazaro de Castro, Francisco Coelho Junior, Pedro Ferraz, José de Mello Barbosa, Felismino Marques Pereira, José Raimundo de Vasconcelles e sua senhora, José Carlos Nogueira B. e Maia e 1 creada, Antonio Lucio Maia de Castro Moura e João Augusto.

Scenas da actualidade.—Lê-se na Reforma:

«Razão de sobra tinha o nosso distincto adversario, o Sr. conselheiro Panlino, quando, examinando o estado do paiz; que a situação estava cahindo molecula por molecula.

Depois dos tumultos da assembleia provincial do Amazonas; depois da campanha dos esgotos, na provincia da Bahia, venha ascenda a assembleia provincial das Alagoas, e de seus annaes transcrevamos o seguinte episodio, ultimamente occorrido:

Sessão de 7 de maio.

O Sr. Floriano Miranda: Sr. presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. presidente:—Tem a palavra o Sr. deputado Floriano.

O Sr. Floriano Miranda:—Pedi a palavra, Sr. presidente, para dizer ao Sr. 2.º secretario que me acho presente, visto como elle na sessão passada desculpou-se de não me haver dado como presente na acta au-

Edição de O Cearense de 29 de outubro de 1874

CEARENSE.

Condição das assignaturas.

CAPITAL E POVOADOS PROXIMOS.

Um anno	12000
Nove mezes	10000
Seis mezes	7000
Tres mezes	4000

O CEARENSE é destinado a sustentar as idéas do partido liberal; só toma a responsabilidade dos artigos da redacção, devendo todos os mais para serem publicados, vir competentemente legalizados. Publica-se diariamente com excepção dos dias immediatos aos santificados.—As publicações particulares pagarão 80 réis por linha; ou o que se convencionar.—Os assignantes pagarão metade.—Numero avulso 500 réis. Todas as pagas serão adiantadas.

Typographia Brasileira—23—RUA FORMOZA—23.

Condição das assignaturas.

INTERIOR E PROVINCIAS.

Um anno	14000
Nove mezes	11000
Seis mezes	8000
Tres mezes	5000

ANNO XXIX.

DOMINGO 1º DE NOVEMBRO DE 1874.

N. 90

CEARENSE

FORTALEZA, 1º DE NOVEMBRO DE 1874.

A administração que findos assignalou-se por duas cousas: a esterilidade absoluta, em tudo que dizia respeito ás publicas necessidades; e a impotencia para reprimir as pretenções exorbitantes, e, muita vez, ruinosas á provincia de certos candidatos politicos que favoreciam o Sr. Ibiapaba.

Nisto estão de accordo—gragos e troianos; e não é para reviver um passado que já pertence á historia, que rememoramos as cores do quadro da administração do vice-presidente.

Não.

A opposição que fizemos a S. Exc. assentou nas razões mais fortes, nos motivos mais justos; e hoje mesmo, em despeito das patéticas que agitam os homens politicos e transtornam o curso natural das cousas, hade reconhecer o Sr. Ibiapaba que só a causa publica, e interesse que nos inspira a patria commun, impellio-nos aqui, pelas jornaes, de que a imprensa governista não fez mais que exacerbar e precipitar os golpes.

Entrando o Sr. Heracito Graça para a presidencia, entendemos lembrar a S. Exc. o estado lastimoso a que chegamos pela ultima administração, áfim de que tomando a peio a missão de administrador, empregue utilmente a inercia de que é capaz na repressão da *bandoleiragem* politica de que está enfastada a provincia, e na propagação das medidas mais proveitosas para erguer do abismo, se para tanto chegaram suas forças, as pobres finanças do Ceará.

E' tempo de dar treguas ás perseguições iníquas e injustas por causas politicas, que tanto deshonrão os partidos nos centros de nossas provincias; e é tempo de armar a lei com todas as forças de que precisa para se tornar realidade, e fazer as autoridades cumprir-na á risca, e se limitarem ao simples exercicio de suas funções.

Os tempos de transição, de lutas eleitoraes, em que o poder precisa angariar as sympathias dos seus amigos e aliciar essa classe fluctuante de individualidades, que constitue o meio de resistencia de todos os partidos, comprehendendo-se que a autoridade exorbitante, e os depositarios do poder exercam certa compressão sobre o partido vencido; mas nas épocas de calma, em que a opposição limita-se a pedir somente o estritamente necessario para viver politicamente, e exigir, não favores, porem a justiça que lhe é devida, o systema de proscricção, que arvora em norma de acção a violencia, e o *favoritismo*, que apaga a equidade, a justiça, são, não só condemnaveis, como criminosos deleza sociedade.

Esperamos que S. Exc. inspirando-se melhor nos conselhos da experiencia, do que nas insinuações perfidas do grupo *grande*, procurará dar satisfação a tantas necessidades e serviços que reclama a nossa provincia.

Para isto se faz preciso que S. Exc. aprecie sem paixão, nem outro qualque preconceito gerado pela politica, o estado de atraso em todos os ramos da publica administração, e salteie-se as exigencias do *ex-dizant* partido governista, que tão fatal tem sido para nós.

Conseguirá o Sr. Heracito Graça mais ter-se acima da compressão do grupo *grande*?

Talvez.

Ha motivos para crer que S. Exc. virá servir de simples *manieira* do *grande*.

A sua posição, a sua experiencia, e certa independencia, que deve ter conservado da politica da provincia pela distancia em que tem vivido d'ella, dão direitos a supor-se que não seguirá de olhos vendados o caminho que o grupo governista lhe indicará.

Assim não erremos e se confirme o que pensamos.

COLLABORAÇÃO

Arrecadação de impostos.

Clama no césses.

Clamarei no deserto, mas clamarei sempre, ainda que em humilde e tosco estylo, proprio do rociaro a quem só é da do fallar a linguagem da natureza, aspera e agreste como a folha da oiticica, despida do brilho e das esplendidas galas que iriam ao pensamento acrysolado no estado—agudo no alirio dos salões dourados, onde se respiram todos os perfumes e a voz humana semelha o doce zumbido das abelhas.

Seria importuno e dissonante com a minha rudeza e com a impertinencia do que mal pode exprimir a funda queixa, todos os dias agravada pela mão implacavel que todos os dias faz sangrar a ferida; mas se rei o echo, embora enfraquecido, dos que tanto mais trabalham, quanto mais sofrem, dos companheiros que abrimos o seio da terra para pedir-lhe o pio de nossas mães, de nossas esposas, de nossos filhos!

E' simples a historia. Um dia veio a guerra que devorou por milhares os mais robustos e bravos filhos do povo brasileiro; e a guerra também sorveu-lhe, com o sangue, o melhor de suas economias.

Todos a uma rivalisavam em exceder-se n'essa cruzada titanica do patriotismo; grandes e pequenos, ricos e pobres, homens e senhoras, das quaes para honra do bello sexo brasileiro, foram innumeras as que depuzeram no altar da patria suas joias, seus brilhantes e seus mais mimosos deixes, ao mesmo tempo que com seus dedos cor de rosa desfiavam o fino linho destinado ao curativo dos feridos.

Ninguém fallou ao reclamo da patria n'essa quadra de luctuosa recordação, desde o primeiro cidadão até o mais obscuro incola das regiões amazonicas.

O governo leve á mão para desaffronta dos brios nacionaes, tudo o que pedio e o que não pedio.

Chegou a dizer: basta.

O governo enganava-se.

Não bastavam ainda tão nobres sacrificios para as duras exigencias da guerra, que recrudescera com sorprendente vigor quando parecia prestes a terminar.

Alem do sangue vertido e do dinheiro consumido peio-se-nos mais sangue e mais dinheiro.

Continuou com furor accessa a immensa pyra que devorou tantas vidas preciosas e tão enormes sommas de ouro.

Depois dos grandes enthusiasmos seguiu-se naturalmente um periodo de arrefecimento e retracção em que o governo julgou-se obrigado a lançar mão dos fuzis e a explorar a vaidade.

Erro ou acerto, pouco importa, nem me abe julgar.

Augmentaram-se em seguida os impostos e tributos de todo o genero e novos

outros foram creados, tornando-se assim muito mais cara a vida, muitissimo mais oneroso o sustento da familia, ninguém escapando as malhas da enorme rede que abrangia todos os diversos ramos da actividade humana.

Mas era pouco ainda; o monstro tornava-se insaciavel.

Foi por conseguinte indispensavel exigir a partilha de salario e da renda.

O imposto pessoal e o de industrias e profissões motivados e justificados sob a pressão da gigantesca luta em que se achavam empenhados os brios nacionaes, foram sem relutancia accetados como leis da dura necessidade, sob formal promessa de serem reduzidos ou supprimidos logo que cessassem as imperiosas razões que os aconselhavam.

Já lá vão cinco annos depois que a grande alma da nação expandio-se em explosões do mais santo enthusiasmo, depois que immenso echo estrugiu os ares de uma a outra extremidade do imperio com a palavra electrica—victoria—que poz remate ao sacrificio de sangue.

Durante este periodo de paz e prosperidade annunciou o governo a existencia de grandes saldos no thesouro, e a favor d'esta lisonjeira affirmção augmentaram-se todos os ordenados do funcionalismo retribuido, interpretou-se *pecuniariamente* a constituição para triplicar o subsidio dos deputados, senadores; cortou-se realmente a larga na folha do orçamento. Mas para vergonha do governo e do parlamento gordo, e como prova irrefragavel do despreso em que se tem o povo brasileiro, sempre escarneo, sempre ludibriado, sempre esquecido, subsiste a odiosa lei que decretou aquellos impostos cujos effectos são desconhecidos; mas são atrozmente intoleraveis.

São o que ha de mais vexatorio, e iniquo, de mais abusivo e horrivel pelo modo como se procede na cobrança e arrecadação d'esses impostos sobre a luz que nos allumia, sobre o tecto que habitamos, sobre o ar que respiramos.

Laçados a capitação, muitas vezes sem sciencia do contribuinte, que por ventura reside fora da cidade, ou povoado, nem talvez ouvira fallar em tal, é multado ainda na ignorancia do que o espera, e quando bem desenganado está surge-lhe o beilugim da fazenda com a papelada em que o embrolharam, e lá vai a pobre victimia pagar cinco ou seis vezes mais do que devia.

O procurador, o escrivão, o juiz, o official de justiça todos percebem larga paga pelo preparo e execução de mandados de penhora e sequestro, a terrivel arma do fisco.

Tenho a vista um conhecimento de imposto pessoal que não fora pago em tempo, mas de que não houve custas com execução, e por elle se pode avaliar qual seja o soffrimento e as vexações que acarreta o systema de exação seguido entre nós.

Eis o documento:

Principal (note-se bem)	62000
Multa	600
Custas da fazenda	42000
« do juiz	42000
Sellos	15000

132900

Multiplicando-se este resultado por 100 e teremos subidos da balança a esgotada do contribuinte em vez de 6000000 1:3905!

Calcule-se o que seria depois das viagens do official de justiça em distancia de duas ou tres leguas da capital.

E quando cobra-se duas vezes o mesmo imposto?

Estava ou bem tranquillo quando fui sorprendido com a chegada de dous officiaes da fazenda, os quaes me apresentaram o mandado relativo áquelle mesmo imposto já pago e cujo conhecimento lhes mostrei.

Já se vê que vai ás mil maravilhas uma repartição que cobra em duplicata o mesmo imposto no mesmo exercicio.

Ora si isto acontece comigo, é natural que outros, talvez em menos favoraveis condições, tenham sido espoliados sem que possam fazer valer o seu direito, visto como basta o nome de cobrador da fazenda para inspirar medo de execução a quem não sabe haver-se, e tudo sacrifica para evitar duvidas com tão poderoso credor.

De alguns visinhos mais tenho ouvido amargas queixas; elles que jamais foram os lançadores as suas casas, e completamente ignoravam acharem-se collectados e multados e prestes a ser executados, pagando em tres dobro o que deviam.

Uma pobre velha de Mecejana que só possue uma escrava, pagou taxa de tres; e pagou porque era-lhe mais despendioso provar que não possuía tal as tres escravas que lhe davam.

Ora isto não se commenta.

Ha uma verdadeira balbardia no lançamento dos impostos.

Os lançadores effectivamente não vão as casas de todos os contribuintes; fazem pagar a pessoas que nada possuem, levando-se por falsas informações no cumprimento de deveres tão importantes e que reclamam o maior zelo, criterio e cuidado.

Na freguezia de Mecejana o mesmo indivíduo ora paga na capital, ora em Maranguape o imposto sobre industrias e profissões.

Ninguém se entende mais n'esta babel depennatoria em que andamos.

Não seria mais equitativo um aviso por escripto aos contribuintes, multos dos quaes não ignoram a existencia do imposto, ou fazer a collecta no proprio domicilio por um empregado a quem se arbitrasse qualquer gratificação, como percebem alguns a titulo de adiantar papeis que sempre ficam em atraso?

A final de contas, porem, quem mais soffre, quem tudo paga é a maldadada lavoura, o boie expiatorio de todos os sacrificios e que nenhum beneficio colhe de quantas sommas se despendem em pura perda dos verdadeiros e legitimos interesses do paiz.

A lavoura bem pode ser comparada a uma mãe desvellada e carinhosa, que anda maltrapilha e trabalha dia e noite para sustentar o luxo e as dissipações do filho prodigo, que toma-lhe o diuheiro, dá-lhe com os pés na cara e a deixa estorpecendo-se nas garras da miseria.

Alagadiço Novo 29 de outubro de 1874.

JOAQUIM BENTO.

IMPRESSIONES DE VIAGEM

Brighton 1 de outubro de 1874

Escrivi-lhe de Liverpool a 24 do passado. Continuarei pela Inglaterra até talvez 6 deste e não mais, porque o frio já se vai tornando insupportavel para mim.

Não gosto da Inglaterra pelo seu clima, pelo seu ceo sempre coberto de nuvens que por toda parte se respira, menos em Brighton, que é uma das cidades mais bellas que tenho visitado, de ar e ceu mais puros; tomei estes arrependidos de não ter vindo para aqui logo que cheguei na Europa.

MUTILADO

Edição de O Cearense de 25 de Maio de 1877

5

EDITAES

JUNTA COMMERCIAL

Esta Secretaria shita aos Srs. arrematantes, correctores, agentes de leilão, trapicheiros e administradores de armazéns de deposito dos districtos da Junta Commercial da Fortaleza, que venhão dar comprimto a disposiçã do art. 7 da lei n.º 556, de 25 de Junho de 1850, apresentando nesta repartiçã seus títulos, para serem registados.

Secretaria da Junta Commercial da cidade da Fortaleza, 17 de Maio de 1877.
O Secretario.
Mendes Guimarães.

O liquidador de imposto de industrias e profissões previne aos moradores desta Capital, Mucuripó, Mecejana, Arronches, Soares e lugares intermediarios, que vai proceder a revisã do lançamento do mesmo imposto para o exercicio de 1877-78, do dia 1.º de maio vindouro em diante, e que devem apresentar os recibos e contra-citos de arrendamento dos p.ºs que occupam, para a vista delles se poder fazer as alterações que haerem occorrido.

Alfândega do Ceará, 28 de abril de 1877
O liquidador.
Raimundo Theodorico de Castro.

Thezouraria de Fazenda.

FORNECIMENTO

O Il.º Sr. Inspector manda anunciar que no dia 17 do corrente meza, a 1 hora da tarde, trã lugar a arrematação do fornecimento, das seguintes peças de fardamentos para recruta:

Bonets redondos 150
Gravatas de polimento 150
Camizas de algodãozinho 150
Calças de brim 150
Fardetas de ditto 150
Mantas de lã 150

Os interessados deverão apresentar suas propo- tas em cartas fechadas.
Thezouraria de Fazenda do Ceará 12 de Maio de 1877.

O Primeiro Escriptario e encarregado do expediente,
Quintino Augusto Pamplona.

(2-2)

ANUNCIOS

ESCRAVO FUGIDO

Continua fugido o escravo Ambrozio, do abaixo assignado. Acaba de receber noticia que elle se achava annocambalço com dous outros, na serra do Apody, do Rio Grande do Norte; tendo as pessoas encarregadas de captural-o dado lhe caça, elle pôde escapar-se sendo apprehendidos os dous companheiros.

Como é provavel que elle aproveitando-se da occasião, procure passar por emigrante, pedo o abaixo assignado as autoridades de Mossoró, Assuê & que o apprehendam que se encarregará de lhe levar toda despeza que se fizer.

O dito escravo diz chamar-se José Francisco, quando o seu verdadeiro nome é Ambrozio. Tem 20 annos de idade, cabra, tem cabellos crespos, olhos regulares, nariz chato, boca grande, alto, imberbe, com sinais de boxiga no rosto.

Quem o apprehender, pôde entregar nesta Capital ao abaixo assignado, no Limoeiro a Candido José de Alveira, em S. Bernardo, a Antonio Gonçalves Alveira, a qualquer um dos quaes, está autorisado a satisfazer qualquer despeza.

Fortaleza, 30 de maio de 1877.
Francisco Casimiro Varella.

(2-3)

AO PASSO DA PATRIA

N.º—55 RUA DA PALMA N.º—55
Feijão preto, molinho e branco o litro a 160 reis, farinha a 50 reis por litro. Carne do Sul 480 por Killo.
Vende-se tudo mais barato a fardos ou arroba.

(2-6)

COMPANHIA CEARENSE

DA VIA-FERREA DE BATURITÉ

A directoria da Companhia da Via-Ferrea de Baturité, pede aos Srs. subscriptores de açções, se sirvão de pagar 5% do capital subscripto, até o dia 30 de Junho proximo futuro, no escriptorio da Companhia, ao Sr. director thezoureiro Manoel Francisco da Silva Albano
Fortaleza, 21 de Maio de 1877.
José Pompeu de Albuquerque Cavalcante,
Director Secretario.

A meza administrativa da Santa Caza, em sessão de 30 do mez proximo passado, resolveu marcar o prazo de 30 dias improrrogaveis, a contar da publicação da presente, aos irmãos da contra-ia que estão devendo annuidade, para virem satisfazer-as, sob pena de serem illiminados de conformidade, com o § 5.º do art.º 16 do Compromisso
Secretaria da Santa Caza, 21 de Maio de 1877.

O Escrivão.

Pedro José Fiuza Lima.

INTERNATO

PERNAMBUCANO

EM PERNAMBUCO

N.º—21 PONTE DO UCHOA, CHACARA N.º—21

Este estabelecimento de instrucção primaria secundaria, se trasladou em dos melhores arrabaldes da cidade do Recife, achase montado de modo a poder offerecer aos seus alumnos, uma habitação confortável, educação e instrucção regulares, recreios variados e exercicios phisicos dos mais uteis.

Para habitação, tem a chacara um edificio vasto, acedido, claro, enchuto e bastante arejado.

Para instrucção e educação, tem o internato um escolhido corpo docente, composto de 8 professores, 4 adjuntos e 1 capellão.

Para o recreio há um theatro, uma banda de musica, uma oval, diferentes jogos adaptados a idade de cada uma das classes, balanços, velocipedes, carrinhos e dous parques arborizados para passeios e brincos.

Para educação phisica são recommendadas nas cazas de educação, há um lago para a natção, botes para os exercicios de remar, e um pequeno circo para gymnastica.

O Internato franqueia a qualquer hora, suas dependencias para serem visitadas pelas pessoas, que tiverem ou pretenderem ter n'ello filhos, ou recommendados.

Para obter informaçoes, os pretendentes, que não quizerem ir ao internato, poderão dirigir-se ao bairro de S. Frei Pedro Gonçalves, aos Ill.ºs Srs. Luiz Antonio Siqueira, e Alfredo José Azevedo Guimarães, ambos estabelecidos na rua da Cadeia do Recife; no bairro de Santo Antonio, aos Srs. Drs. Francisco de Paula Sales, e Francisco de Paula Penna, este na rua do Queimado n.º—71 e aquelle na do Imperador n.º—27.

Os senhores Cearenses que quizerem hourar este internato, confiando lhe a educação de seus filhos, podem entender-se nesta capital, com o Sr. Antonio Domingues dos Santos Silva; em Sobral com o Ill.º Sr. Domingos José Sabôa e Silva; ou Aracaty com o Sr. Clemente A. Bassou.

Precisa-se de uma criadã para casa de um homem só, para cozinhar e lavar: na rua Amelia n.º 41.

HISTORIA UNIVERSAL,

DE

CEZAR CANTU.

Os Srs assignantes d'esta obra, mandam receber o 5.º volume da livraria de Joaquim José d'Oliveira & C.ªmp.º.
Preço do volume . . . 4-80

(1-3)

VENTILADORES PARA CAFÉ

MAIA & IREMAO, conforme seu avizo anterior, acabão de receber estas verdadeiras e acreditadas machinas do mesmo fabricante, e systemas das que tem vindo para este mercado, por intermédio da respeitavel caza de Paris,—FOULD FRERES & C.º.

OS ANUNCIANTES

Tendo por unico fim auxiliar a cultura do mais importante genero de produçã, desta provincia, o—CAFÉ—facilitando aos agricultores o tornarem ao melhor estado de perfeição, tomarão o encargo de mandar vir as referidas machinas, de sua propria conta, e vendel-as pelo custo, addicionando somente a commissão correspondente ao empastamento do capital, em transportes; do que resulta poderem offerecel-as pelo preço de:

210:000

Metade do valor porque se vendião anteriormente.

Os annunciante, ainda no intuito de facilitar-nos aos agricultores, a compra das referidas machinas, receberão em café os respectivos valores, pelo melhor preço de mercado.

Jã se a bando muitas vendidas por ecomm ndas ante dentes, os annunciante apressão-se em avizar os interessados.
98—RUA DA PALMA—98 E 93
Ceará, 22 de Maio de 1877.

Fugiu do Alagadiço Novo, o escravo Jacintho, com os sinais seguintes: parlo, tiranno a mulatto, estatura regular, franzino, e pouco latino; olhos, nariz e boca regulares; dentes perfeitos. Tem um cicatriz de queimadura antiga no pescoço.

É natural do Rio de Janeiro.
Quem o trouxer ao abaixo assignado, ou ao Dr. Joaquim Felicio, na Capital, será gratificado.

Alagadiço N.º, 25 de Maio de 1877.
Dr. Joaquim Bento.

RECREIO FAMILIAR

35.º Espectaculo

4.º FEIRA, 30 DO CORRENTE MEZ.
Representar-se-ã o drama em 3 actos, o—MENDIGO NEGRO—e as comedias, —F F F, e R R R, e o Sr. Thomaz, e a senhora Maria.

Os socios que tiverem familias, devem mandar cadeiras.

O Secretario,
Manoel Francisco da Silva.

SOCIEDADE PARTICULAR

VOOS DRAMATICOS

De ordem da Directoria d'esta sociedade, convindo os Srs. socios, a comparecerem hoje a 1 hora da tarde no logar do costume, para uma sessão de intressante e mesma sociedade.

Fortaleza, 27 de Maio de 1877.

O 1.º Secretario,

Antonio Firmino Goyana.

Sociedade particular

1.º DE SETEMBRO

São convidados todos os Srs. socios para uma reunião no dia 31 do corrente, a uma hora da tarde, no theatro S. José, a fim de proceder-se a eleição da nova Directoria.

Ceará, 24 de Maio de 1877

(1-2)

ALUGA-SE

Uma caza na rua Formosa n.º 16 com excellentes commodos para uma numerosa familia, a tratar com:

Luiz Ribeiro da Cunha.

(4-3)

Ha para alugar a rua do Conde. En uma escrava que sabe cozinhar.

A tratar na mesma caza n.º 85.

(3-3)

NO BAZAR CEARENSE

Chitas, de padrões modernos ainda não vista neste mercado.
Botinas muito frescas pretas, e de cores para Senhoras.

Cintos de diversos gostos para senhoras.
—93—RUA DA PALMA—93—

NO BAZAR CEARENSE

Chapeos de lustro para Meninas e Meninos.
—93—Rua da Palma—93—

Aos Srs. Alfaiates

NO BAZAR CEARENSE

Hum grande sortimento de fitas de diversas qualidades e largura para palitot,

NO BAZAR CEARENSE

Hum grande e escolhido sortimento de brincos, a phantasia muito baratos.
Cruzes de pedras finas, e de alfofra.
Cassoletas de coração de diversas qualidades.

Porta leques para Senhoras.
—93—RUA DA PALMA—93—

ATENÇÃO

Vende-se um sitio phutado de cunna, com fructeiras que dão fructos e outras novas, muito boa caza de vivenda, engenho de ferro, fornalha, caza para assucar, correio que não secca, curral para bois, cerca nova, madeira encostada para reformar a antiga; situado a meia legoa da capital, no Alagadiço grande, um pouco adiante da chacara do visconde de Caubi-pe.

Quem quizer dirija-se ao Dr. Melton com quem effectuarã negocio, por preço commodo.

(4-5)

O abaixo assignado, residente no sítio São Paulo d'este termo, faz publico que, pessoa alguma compre a seu nome a Expediçã da Cunha, animada da qualquer especie que tenha alguns dos fardos a margem

2c 2c 2c

marcas estas, de sua propriedade; bem como outra qualquer que tambem seja da propriedade do abaixo assignado, sob pena de perder quem as comprar; e para que chegue ao conhecimento do publico, faz o presente.

Cidade da Barbalha, 4 de Abril de 1877.

José Tavares da Silva.

Cyrillo & Comp.º vendem

Lençois brancos de linho

Duza a 2000, 4500 e 5-500

Taxas de bomba

A 200 reis o milheiro

Toalhas felpudas grandes

Duza a 7-000

Spermacete libra a 540

Papel pequeno em caixinhas a 800

(3-3)

Cetaneo José de Mesquita rae para Pernambuco; e faz sciente ao publico que nada deve ao Sr. João Antonio Garcia Sobrinho, de quem tem a haver um saldo de 2842.

Fortaleza, 5 de Abril de 1877.

(3-3)

DUAS CRIADAS

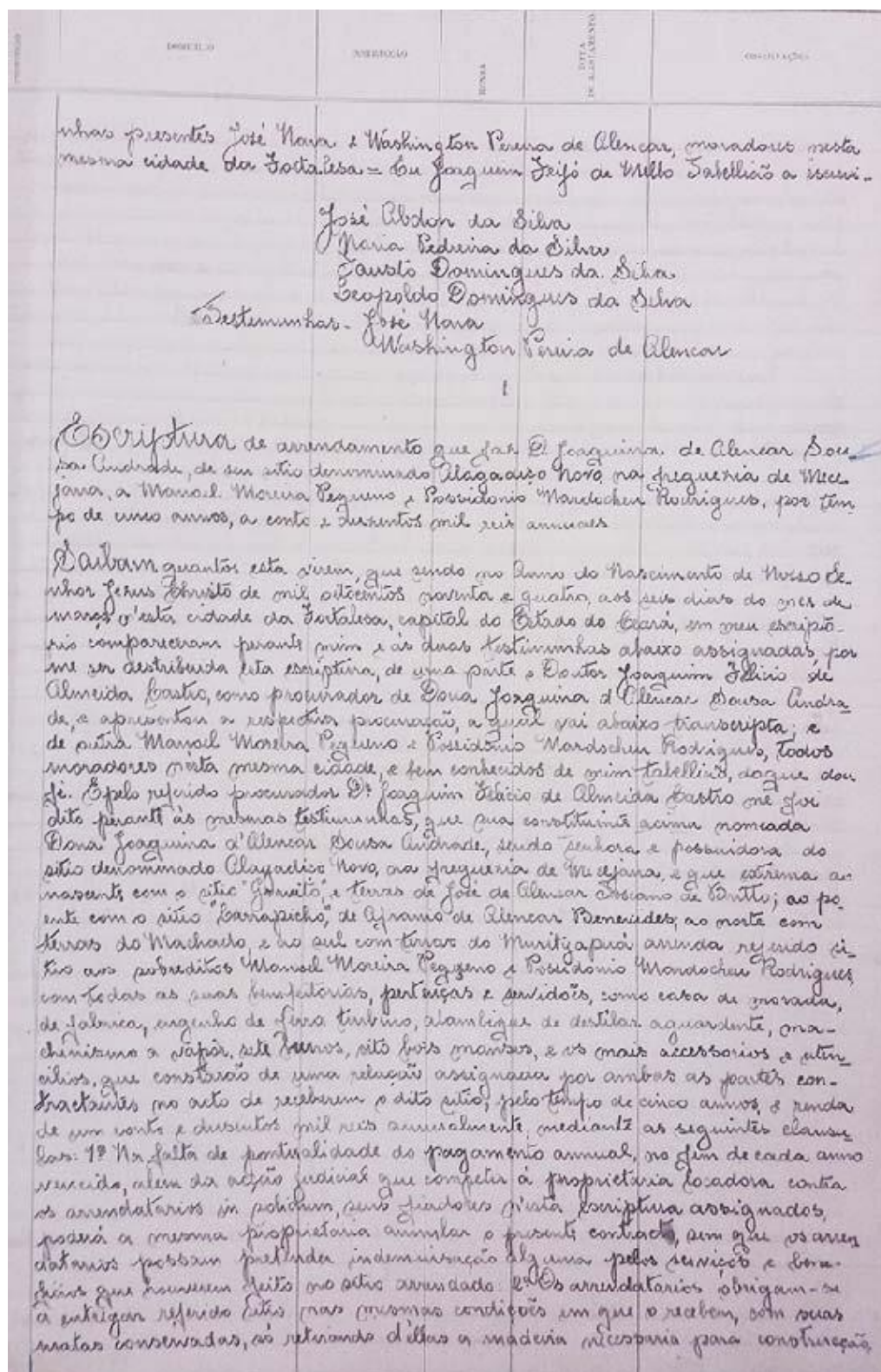
Alugão-se duas criadas escravas, para todo o serviço de uma caza, quer de familia, quer de homem solteiro.

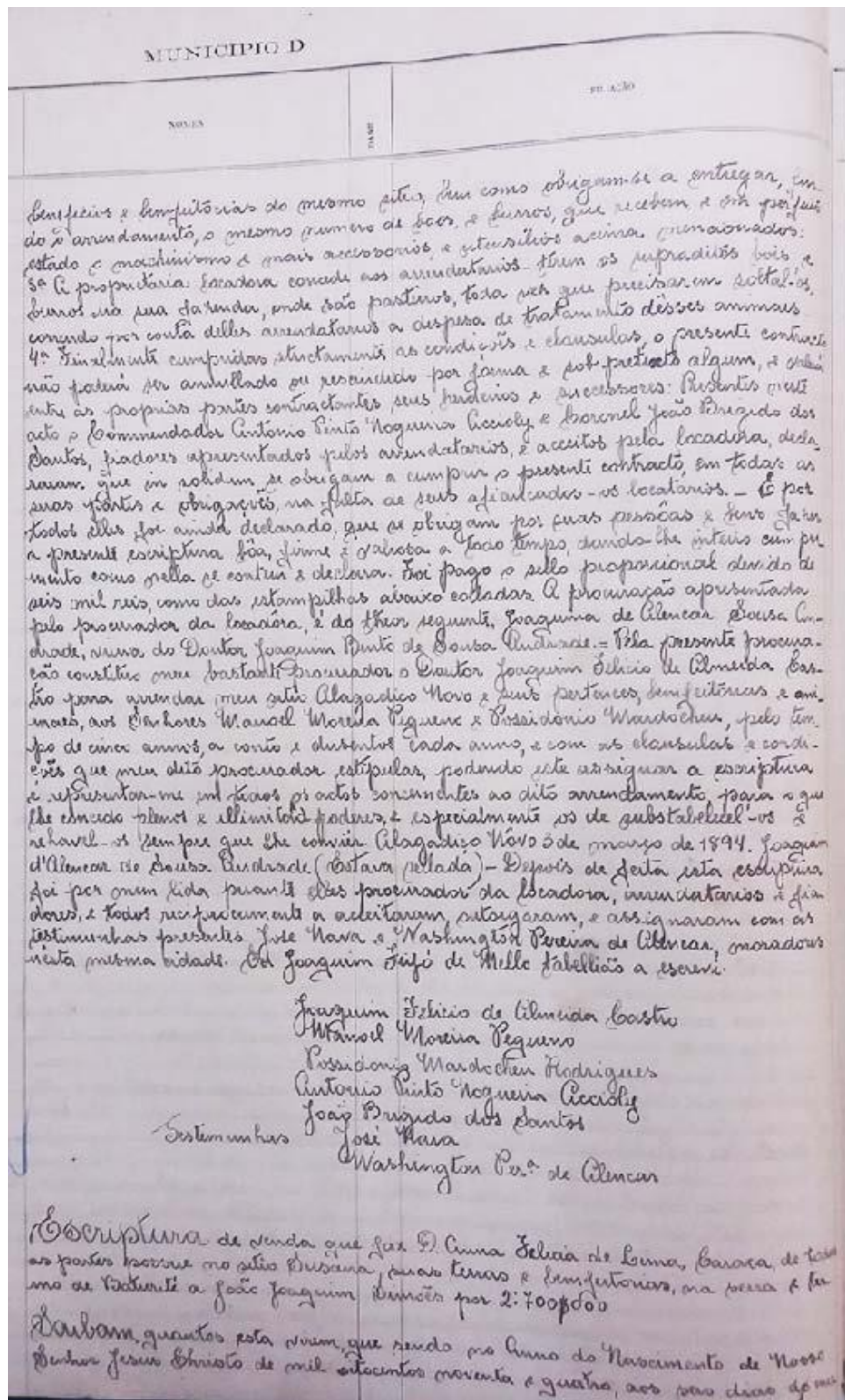
—Na Rua Formosa n.º 54.—

Atenção

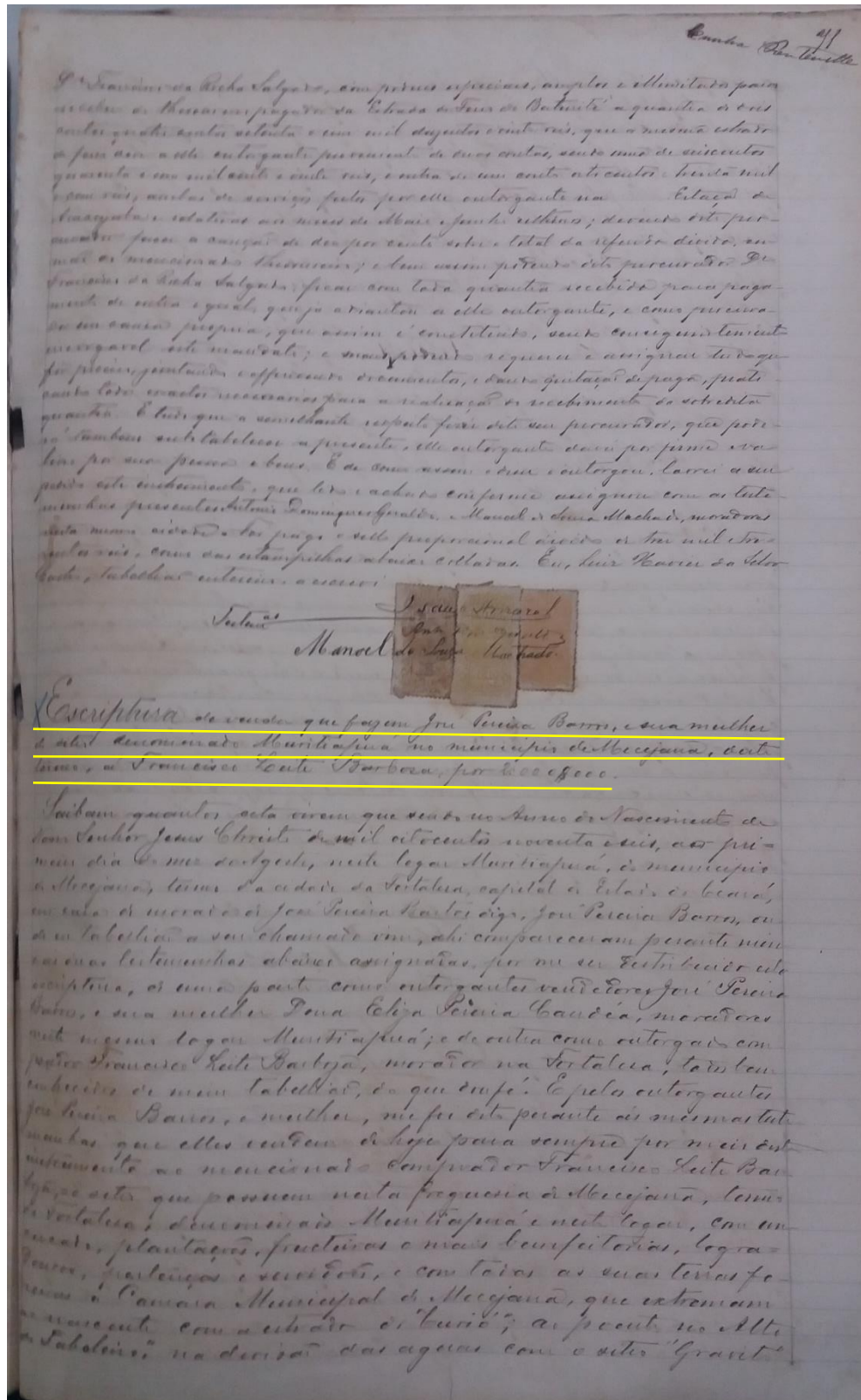
Alug-se uma escrava, de comportamento, exemplo, excellente cozinheira; a tratar na rua Amelia n.º 85.
Ceará, 30 de novembro de 1876.

Escritura de arrendamento que faz D. Joaquina de Alencar de Sousa Andrade, de seu sítio denominado Alagadiço Novo (na freguesia de Mecejana, a Manoel Moreira Pequeno e Possidonio Mardocheu Rodrigues, por tempo de cinco annos, a conto e duzentos mil reis annuaes. Livro N° 13-A (cópia). 1o Cartório Feijó. Ano 1894.

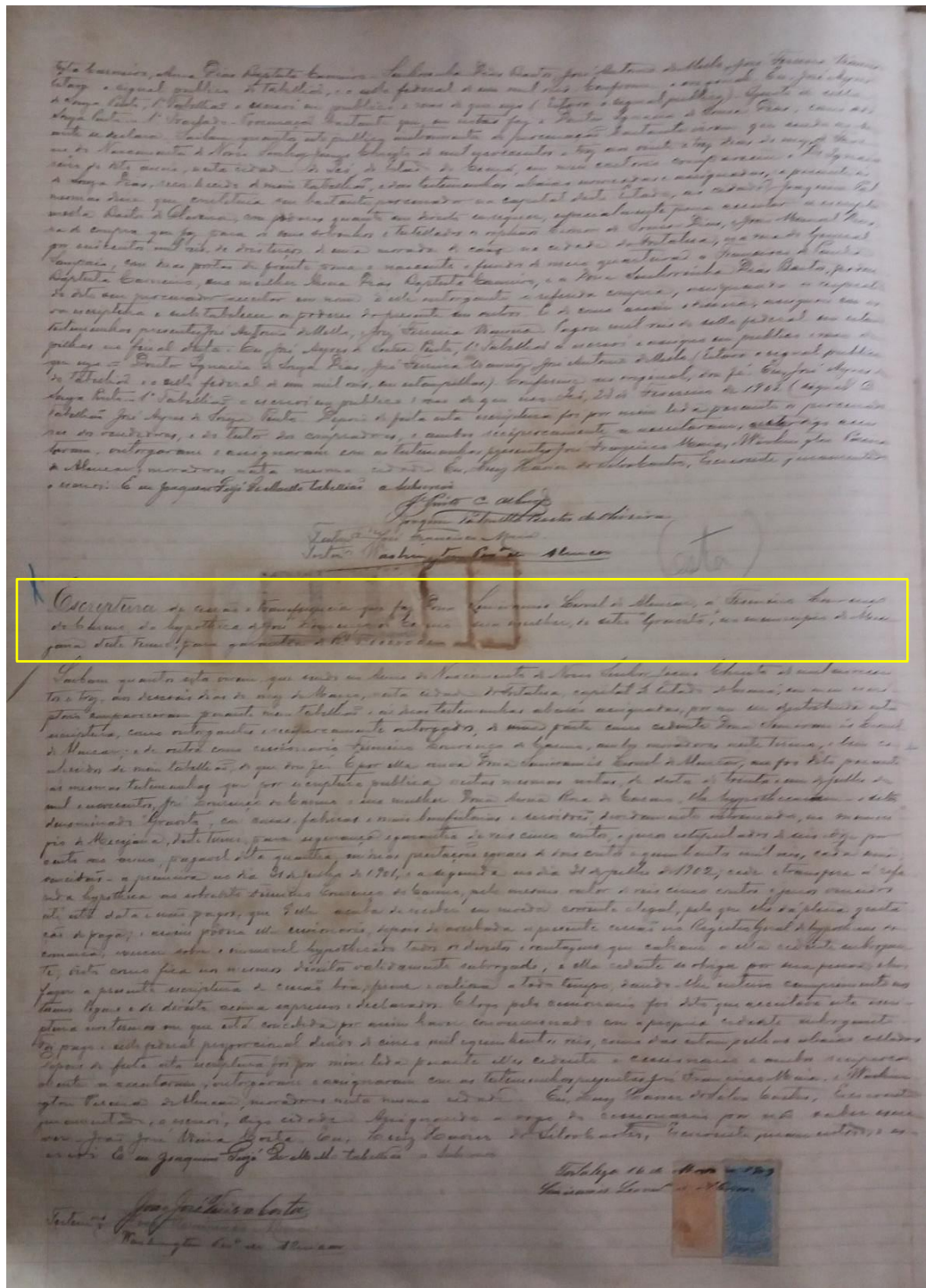





Escritura de venda que faz José Pereira de Barros e sua mulher a Francisco Leite Barbosa de seu sítio denominado Muriti-a-puá no Município de Mecejana. 1o Cartório Feijó. Ano 1896. fl. 41



Escritura de cessão que faz Dona [?] Leonel de Alencar a Francisco Lourenço do Carmo de seu sítio denominado Gravito no Município de Mecejana. 1o Cartório Feijó. Ano 1903.



Cópia de escritura de desapropriação. 24 de Maio de 1965. Cartório Moraes Correia – 4º OFÍCIO. Livro 36. Fls. 145/v. Acervo da 4ª SR/IPHAN, sede Ceará – Parte 1


 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 TÉRMO DE FORTALEZA—ESTADO DO CEARÁ
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
 4º. OFÍCIO
 RUA MAJOR FACUNDO, 676 — TELEFONE. 1-56-21
 Dr. MILTON MORAIS CORREIA
 TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Livro 36
 Fls. 145/v

Escritura de desapropriação que fazem e assinam
 como expropriada transmitente SOCIEDADE DE FOMENTO AGRO-IN-
DUSTRIAL LIMITADA; como expropriante adquirente a UNIVERSI-
DADE DO CEARÁ; e, como assistentes anuentes FRANCISCO FERREI-
RA DA COSTA, sua mulher e outra, na forma a seguir expressa:

Saibam quantos este público instrumento virem
 que, aos vinte e quatro(24).... dias.... do mês de Maio.....
 do ano de mil novecentos e sessenta e cinco(1965), nesta cidade de
 Fortaleza, capital do Estado do Ceará, República dos Estados Unidos do Brasil,
 ao meu Cartório, sito à rua Major Facundo, nº 676, compara
 ceram partes entre si, justas e contratadas, a saber: de um
 lado, como expropriada transmitente SOCIEDADE DE FOMENTO A-
GRO-INDUSTRIAL LIMITADA, pessoa jurídica de direito privado
 com sede nesta cidade, neste ato representada por seus bas-
 tantes procuradores Dr. JOSÉ IBIAPINA SIQUEIRA, advogado e
 o BANCO POPULAR DE FORTALEZA S.A., estabelecimento de crédi-
 to, com sede nesta cidade, que se faz representar por seu /
 Diretor-Presidente JOSÉ BARRETO PARENTE, banqueiro, confor-
 me procuração já transcrita nestas notas, às fls. 70v., do
 livro 1; e, de outro lado, como expropriante adquirente a
UNIVERSIDADE DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito público, /
 o GOV.
 com sede/nesta mesma cidade, neste ato representada por seu

ARQUIVO EM CASA FORTE

Cópia de escritura de desapropriação. 24 de Maio de 1965. Cartório Morais Correia – 4º OFÍCIO. Livro 36. Fls. 145/v. Acervo da 4ª SR/IPHAN, sede Ceará – Parte 2

Magnífico Reitor, Professor Doutor ANTÔNIO MARTINS FILHO, e, ainda, como assistentes anuentes FRANCISCO FERREIRA DA COSTA e sua mulher MARIA DOLORES COSTA, funcionários públicos / federais, e DAGMAR FERREIRA COSTA, de prendas domésticas-todos brasileiros, casados, com exceção da última, que é solteira, maior, residentes e domiciliados nesta cidade, meus / conhecidos e das duas testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, a cuja identidade e capacidade jurídica me reporto e dou fé. Então, perante as testemunhas, pela expropriada transmitente, em comum acôrdo com os assistentes anuentes referidos, me foi dito: PRIMEIRO: Que na conformidade // com a transcrição número 31.713, do Registro de Imóveis da 1ª. Zona desta Capital, tornou-se proprietária do terreno situado nesta Capital, no lugar denominado Sítio José de Alencar, antigo Alagadiço Novo, distrito de Messejana, posteriormente loteado sob a denominação de "Parque José de Alencar" conforme processo regular, registrado e arquivado no Cartório do Registro de Imóveis da 1ª. Zona desta Capital. SEGUNDO: Que, mediante contrato particular já averbado no livro / auxiliar nº 8, volume nº 4, às fls. 334, sob número de ordem 119, de 30 de julho de 1953, no mesmo Cartório do Registro / de Imóveis da 1ª. Zona desta Capital, a expropriada transmitente prometeu vender a prestações, aos assistentes anuentes já mencionados, a quadra de número quarenta (40) do aludido "Parque José de Alencar", medindo quarenta e quatro metros (44,00 m) de frente por oitenta e oito metros (88,00m) de fundos, limitando-se: ao norte, sul e leste com ruas sem denominações oficiais, e, ao oeste com a Avenida Perimetral. TERCEIRO: Que está a UNIVERSIDADE DO CEARÁ na firme disposição de adquirir o terreno correspondente à já mencionada quadra mediante desapropriação autorizada pelo Decreto nº 55840 de 15 de março de 1965, publicado no Diário Oficial da União em 17 de março de 1965, do Governo Federal, decreto esse que entre outros imóveis, para esse fim, o declarou de utilidade

Cópia de escritura de desapropriação. 24 de Maio de 1965. Cartório Moraes Correia – 4º OFÍCIO. Livro 36. Fls. 145/v. Acervo da 4ª SR/IPHAN, sede Ceará – Parte 3

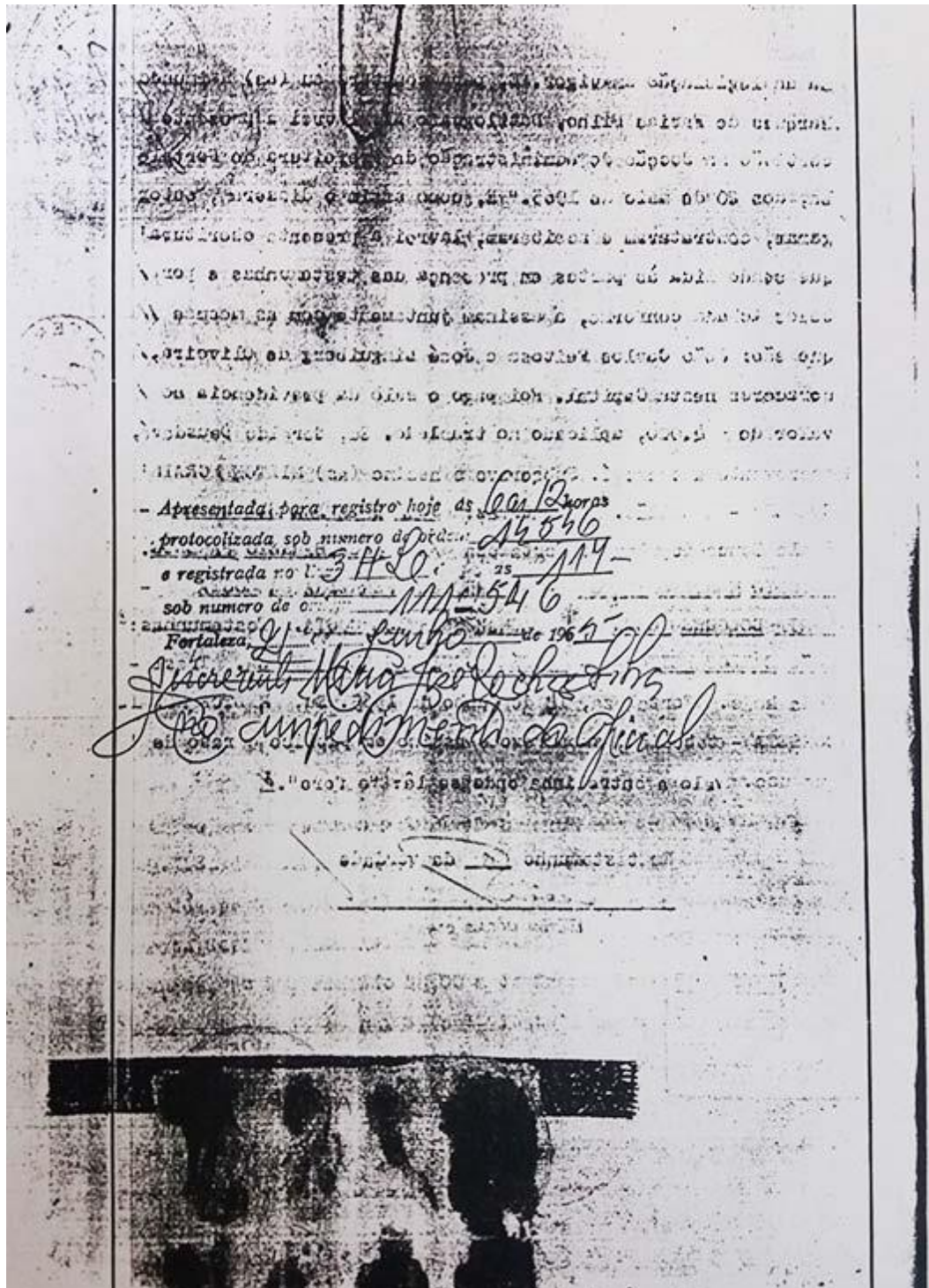
pública. QUARTO: Que os assistentes anuentes já pagaram " totum " à expropriada transmitente SOCIEDADE DE FOMENTO INDUSTRIAL LIMITADA, o preço da referida quadra e que a mesma se acha livre e desembaraçada de qualquer ônus judicial ou extrajudicial. QUINTO: Que a expropriada transmitente - SOCIEDADE DE FOMENTO AGRO-INDUSTRIAL LIMITADA - concordou, juntamente com os aludidos assistentes anuentes, em transferir à mesma UNIVERSIDADE, amigavelmente, o referido imóvel, o que efetivamente fazem pela presente escritura, pelo preço certo e ajustado de R\$ 2.600.000 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros), importância essa que os assistentes anuentes recebem, / neste ato, da expropriante adquirente, em moeda corrente nacional. SEXTO: Que, assim, a expropriada transmitente e os assistentes anuentes, acima mencionados, dão à expropriante adquirente - UNIVERSIDADE DO CEARÁ - plena, geral e irrevogável quitação de paga, para nada mais poderem reclamar com respeito à presente transação, ao mesmo tempo que lhe transferem todo o direito, domínio, ação e posse que têm sobre o referido imóvel; do qual poderá a UNIVERSIDADE empossar-se, desde já, / como seu que fica sendo, por bem desta escritura e da cláusula " constituti ", e se obrigam a fazer esta escritura sempre boa, firme e valiosa, bem como, quando chamados à autoria, a defender a adquirente, respondendo pela evicção de direito. / Por sua vez, pela expropriante adquirente - UNIVERSIDADE DO CEARÁ - por seu representante legal, em presença das mesmas / testemunhas, me foi dito que, na forma da autorização concedida pelo Egregio Conselho Universitário, em sessão de 9 de abril de 1965 (Processo nº 5.174/65, da Reitoria), aceitava esta escritura em todos os seus termos, correndo as respectivas despesas à conta do " Fundo Especial para Material, Serviços, Encargos, Pesquisas e Investimentos ". CERTIDÕES: 1a.) " Certifico que dando busca nos livros de registros da dívida ativa da União, a cargo desta Procuradoria, verifiquei não constar débito fiscal até a presente data, em nome de Sociedade "




Cópia de escritura de desapropriação. 24 de Maio de 1965. Cartório Moraes Correia – 4º OFÍCIO. Livro 36. Fls. 145/v. Acervo da 4ª SR/IPHAN, sede Ceará – Parte 4

de Fomento Agro-Industrial Ltda., à Fazenda Nacional. E para constar, passei a presente certidão aos 28 de abril de 1965." (as) João Batista Lustosa." 2a.) " Certifico, em cumprimento ao despacho exarado no requerimento nº 1242, de 1965, devidamente selado, para fins do artigo 1137 do Código Civil Brasileiro, que uma quadra de terreno situada nesta Capital, no // distrito de Messejana, no Parque José de Alencar, de nº 40, medindo 44,00 m de frente por 88,00 m de fundos, de propriedade de Sociedade de Fomento Agro-Industrial Ltda., Francisco Ferreira da Costa e sua mulher Maria Dolores Costa e Dagmar Ferreira Costa, solteira, conforme se verifica no aludido requerimento, se acha quite com todos os impostos e taxas estaduais até a presente data, ressalvado, porém, à Fazenda Estadual, caso se constate, futuramente, a legitimidade de qualquer tributo anterior de sua responsabilidade, o direito de cobrar o respectivo débito, na forma da legislação em vigor. E, para constar, eu (as) Petronília Farias Cruz, lavrei a presente // certidão na Procuradoria Fiscal do Estado, em 28 de abril de 1965, com o visto do Procurador Fiscal do Estado." 3a.) " Certifico, em cumprimento ao despacho exarado no requerimento nº 12.718, de 1965, devidamente selado, para fins do artigo 1137 do Código Civil Brasileiro, que a quadra de terreno situada / nesta Capital, no distrito de Messejana, no Parque José de Alencar, nº 40, medindo 44,00 m de frente por 88,00 m de fundos, extremado ao norte, sul, leste e oeste com ruas sem denominação oficial, conforme se verifica no aludido requerimento e no mesmo mencionado como sendo de propriedade de Sociedade de Fomento Agro-Industrial Ltda., Francisco Ferreira da // Costa e sua mulher Maria Dolores Costa e Dagmar Ferreira Costa, solteira, se acha quite com todos os impostos e taxas municipais até a presente data, ressalvado, porém, à Secretaria Municipal de Finanças, caso se constate, futuramente, a legitimidade, de qualquer tributo anterior que venha a gravar o citado imóvel, o direito de cobrar o respectivo débito na for

Cópia de escritura de desapropriação. 24 de Maio de 1965. Cartório Moraes Correia – 4º OFÍCIO. Livro 36. Fls. 145/v. Acervo da 4ª SR/IPHAN, sede Ceará – Parte 6



Cópia de escritura de desapropriação. 30 de abril de 1965. Cartório Martins – 2º OFÍCIO. Livro 140. Fls. 104/v – parte 1


 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 TERMO DE FORTALEZA — ESTADO DO CEARÁ

CARTÓRIO MARTINS
 2.º OFÍCIO
 RUA MAJOR FACUNDO, 691 — TELEFONES: 1-12-87, 1-32-21 e 1-79-81
 End. Teleg.: CLARTINS — Caixa Postal, 205

BEL. CLÁUDIO MARTINS
 TABELÃO E OFICIAL DE PROTESTO
CLÁUDIO MARTINS JUNIOR,
 SUBSTITUTO

Livro 140
 Fls. 104v.

Escritura de desapropriação, entre partes, como /
 expropriados transmitentes FRANCISCO NOGUEIRA DIÓGENES e sua
 mulher, e, como expropriante adquirente a UNIVERSIDADE DO //
 CEARÁ, na forma abaixo:-

Saibam quantos este público instrumento virem
 que, aos trinta (30)----- dia e do mês de abril-----
 do ano de mil novecentos sessenta e cinco (1965)-, nesta cidade de
 Fortaleza, capital do Estado do Ceará, República dos Estados Unidos do Brasil,
 ao meu cartório, sito na rua Major Facundo, número 691, com-
 pareceram por me haver sido distribuída esta escritura, par-
 tes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como
 expropriados transmitentes FRANCISCO NOGUEIRA DIÓGENES, co-
 merciante, e sua mulher MARIA VALDIZA CARVALHO NOGUEIRA DIÓ-
GENES, de prendas domesticas, e, de outro lado, como expro-
 priante adquirente a UNIVERSIDADE DO CEARÁ, pessoa jurídica
 de direito público, com sede e fôro nesta Capital, no ato re-
 presentada por seu Magnífico Reitor, professor, Dr. ANTONIO
 MARTINS FILHO, todos brasileiros, casados, domiciliados e //
 residentes nesta Capital, meus conhecidos e das duas testemu-

Cópia de escritura de desapropriação. 30 de abril de 1965. Cartório Martins – 2º
OFÍCIO. Livro 140. Fls. 104/v – parte 2

testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, a cuja identidade e capacidade jurídica me reporto e dou fé. Então, perante as mesmas testemunhas, pelos expropriados transmitentes referidos, no foi dito: PRIMEIRO:- Que são senhores e legítimos possuidores de um terreno forçiro a Sociedade de Fomento Agro-Industrial Ltda., situado neste Capital, no distrito de Messejana, no Parque José de Alencar, medindo oitenta e oito metros (88,00m) de frente por oitenta e oito metros (88,00m) de fundos, constituído pelos lotes A, B, C e D, da quadra número // cinquenta (50), da respectiva planta, devidamente aprovada // pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, limitando-se ao norte, sul, leste e oeste com ruas sem denominação oficial, tendo no mesmo encravada uma casa de tijolo e telha, com uma janela de frente e uma porta de entrada ao lado, bem assim um catavento, uma cacemba de alvenaria, uma piscina não azulejada e um tanque de alvenaria; o terreno adquirido por escritura pública de enfiteuse, de 4 de julho de 1962, em notas do Tabelião Carloto Pergentino Maia, inscrita no Registro de Imóveis da 1ª. Zona desta Capital, em 7 de abril de 1965, às fls. 100 do livro / 4-N, sob número de ordem 9.551 e a casa e demais benfeitorias devidamente averbadas à margem da citada inscrição, em 8 de // abril de 1965. SEGUNDO- Que tendo referido imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais, e como a expropriante adquirente- Universidade do Ceará, está no propósito de executar o Decreto Federal número 55.840, de 15 de // março de 1.965, publicado no Diário Oficial da União, em 17 de março de 1.965 que, entre outros, o declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, resolveram os expropriados transmitentes transferi-lo, amigavelmente, à expropriante adquirente, pelo preço certo e ajustado de Cr\$ 6.380.000 (seis milhões, trezentos e oitenta mil cruzeiros), o que efetivamente fazem pela presente escritura e na melhor forma de direito. //

TERCEIRO- Que, tendo recebido da expropriante adquirente- Universidade do Ceará- a importância a cima mencionada, em moeda corrente nacional, dão-lhe plena, geral e irrevogável quitação

Cópia de escritura de desapropriação. 30 de abril de 1965. Cartório Martins – 2º
OFÍCIO. Livro 140. Fls. 104/v – parte 3

de paga, ao mesmo tempo que lhe transferem todo o direito, domínio, ação e posse que exerciam no referido imóvel, com todas as suas acessões, benfeitorias e servidões, do qual poderá o adquirente esporsar-se, desde já, como se que fica sendo por, bem desta escritura e da cláusula constituti, obrigando-se, ainda, os expropriados transmitentes a fazer esta escritura sempre boa, firme e valiosa, bem como, se chamados à autêria, a defender a adquirente, respondendo pela evicção de direito. UANTO: que a despesa de laudêmio correrá por conta da expropriante adquirente Universidade do Ceará- por seu representante legal e/ em presença das mesmas testemunhas, me foi dito, que, na forma da autorização concedida pelo Egrégio Conselho Universitário, em sessão de 9 de abril de 1965 (Processo nº 5174/65, da Reitoria) aceitava esta escritura em todos os seus termos, correndo as respectivas despesas à conta do "Fundo Especial para Material, serviços, Encargos, Pesquisas e Investimentos". Apresentaram-me os seguintes documentos devidamente autenticados que ficam arquivados:- LAUDÊMIO:- Foi pago o laudêmio devido na quantia supra de R\$ 159.500, conforme se vê de recibo assinado por Dr. João Gentil Junior, em data de 29 de 4. de 1965. UITACÔES:- 1ª) Certifico, que dando busca nos livros do registro da dívida ativa da União a cargo desta Procuradoria, verifiquei não constar débito fiscal, até a presente data, em nome de Francisco Nogueira Diógenes e sua mulher, Maria Valdíia Carvalho Nogueira Diógenes. à Fazenda Nacional. E, para constar, passei a presente certidão aos 14 dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e cinco (1965) (a) João Batista Lustosa. 2ª) Certifico, em cumprimento ao despacho exarado no requerimento número 1092 (hum mil e noventa e dois, do ano de mil novecentos e sessenta e cinco (1965)), devidamente selado para fins do artigo 1137 do Código Civil Brasileiro, que o terreno situado nesta Capital, no larque "José de Alencar", distrito de Messejana, constituído dos lotes nrs. A, B, C e D, da quadra número (50) medindo 88m00 de frente por 88m00 de fundos, de propriedade de Francisco Nogueira Diógenes, conforme se verifica do aludido requerimento,

Cópia de escritura de desapropriação. 30 de abril de 1965. Cartório Martins – 2º
OFÍCIO. Livro 140. Fls. 104/v – parte 4

se acha quites com todos os impostos e taxas estaduais até a presente data, ressalvando à Fazenda Estadual, caso se constata, futuramente a legitimidade de qualquer tributo anterior de sua responsabilidade, o direito de cobrar o débito respectivo na forma da legislação em vigor. E, para constar, eu, Petronília Varas// Cruz "Aman. Datilógrafo" "R-5", lavrei a presente certidão na Procuradoria Fiscal do Estado, em 9 de abril de 1965, com o visto do Procurador Fiscal do Estado. Visto. Maria Neuza Alves. 3ª) Certifico, em cumprimento ao despacho exarado no requerimento número onze seiscientos e setenta e dois (11672), do ano de mil novecentos e sessenta e cinco (1965), devidamente selado para fins do artigo mil cento e trinta e sete (1137), do Código Civil Brasileiro, que o terreno situado nesta Capital, no Parque José de Alencar, distrito da Messejana, constituído pelos lotes, A, B, C e D, da quadra cinquenta (50), medindo oitenta e oito metros (88,00m) de frente por oitenta e oito ditos (88,00m) de fundos. Conforme se verifica no aludido requerimento e no mesmo mencionado como sendo de propriedade de Francisco Nogueira Diógenes e sua mulher Maria Valdiva Carvalho Nogueira Diógenes, se acha quite com todos os impostos e taxas municipais, até a presente data, ressalvando, porém, a Secretaria Municipal de Finanças, caso se constata, futuramente a legitimidade de qualquer tributo anterior que tenha a gravar o citado imóvel, o direito de cobrar o respectivo débito na forma da legislação em vigor. E, para constar, eu, Raimundo Marques de Farias Filho Datilógrafo XI, lavrei a presente certidão na seção de Administração da Secretaria Municipal de Finanças, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, aos vinte e sete (27) dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e cinco (1965). Conferida Plaubert B. Freitas. Visto Humberto Pontes. Paga de taxa de providência R\$ 5.000, a ser colada no 1º traslado desta escritura. E, como assim o disseram, outorgaram, contrataram e aceitaram, lavrei a presente escritura que lhes sendo lida e as testemunhas e por todos achada conforme, assinam juntamente com as mesmas testemunhas que são: Geraldo Dausdará e José Edimar Braga, brasileiros, maiores, sui-juris, residentes nesta

Certidão narrativa de registro de escritura pública de compra e venda de 06 de Julho de 1944. Transcrita do Livro de Transmissões 3-2, No 31713. 1º Ofício de Registro de Imóveis. Fls. 161 – Parte 1

1º Ofício de Registro de Imóveis

Avenida Antonio Sales nº2187 – 10º andar - Fortaleza – Ceara CEP: 60135-203
 Telefone: (085) 3261.7101

OFICIAL REGISTRADOR
 José Anderson Cisne

SUBSTITUTOS/ESCREVENTES
Ingrid Clementino Rodrigues Fatori, Ironildes Bonfim Fernandes, Ivina Gê Trigueiro, João Evangelista Araújo Neto, José Eliton Albuquerque, Karen de Queiroz Barros Ximenes, Mary Anne Lima Linhares, Soraia Melo Torres Pinheiro.

CERTIDÃO

JOSÉ ANDERSON CISNE, Oficial Privativo do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza, Estado do Ceará, por nomeação legal:

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que mandando dar busca nos livros de seu cartório, encontrou no de Transcrição das Transmissões 3-S, às fls. 161, sob o número de ordem 31.713 de 06 de julho de 1944, o Registro de uma Escritura Pública de compra e venda, de 03 de julho de 1944, em notas do Tabelião, Dr. Cláudio Martins, mediante a qual **SOCIEDADE DE FOMENTO AGRO - INDUSTRIAL LTDA**, com sede nesta capital, representada por seu sócio, José Visnevski, adquiriu de João de Barros Lima, Antônio de Barros Lima e sua mulher Guiomar Holanda Barros Lima, Geraldo de Barros Lima e Gilberto de Barros Lima, menores relativamente incapazes, assistidos por sua mãe e tutora, Inês de Barros Lima, devidamente autorizada por Alvará do Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara, representados por seu procurador, Dr. Raimundo Arruda Filho, nos termos das respectivas procurações transcritas na escritura, o seguinte imóvel: O Sítio denominado José de Alencar, antigo Alagadiço Novo, situado no distrito de Messejana, com casas, terrenos próprios e foreiros e demais benfeitorias, dependências e servidões existentes, compreendido todas as plantações feitas pelos vendedores e aos mesmos pertencentes, bem como o engenho para cana e todas as suas maquinarias e aviamentos para fazer farinha, compreendido dentro dos seguintes limites antigos, conhecidos e respeitadas; ao sul, com o Sítio São Joaquim e Muritiapuí; a leste, com o mesmo Muritiapuí e Gravito; ao norte, com os Sítios Água Fria e Carrapicho; e, a oeste, com o mesmo Carrapicho e Cambeba, adquirido na conformidade da transcrição nº 31.125. **VALOR:** Cr\$120.000,00. **CONDIÇÕES:** Os vendedores transferem a firma compradora à quota de produção de açúcar e aguardente registrada no Instituto do Açúcar e do Alcool. **CERTIFICA** mais que na coluna de averbações consta o teor seguinte: **AV.01** - Certifico que por aditivo arquivado na Junta Comercial, deste estado, sob nº 36.192/83 e por despacho de 29 de dezembro de 1983, Comel - Comércio e Engenharia Ltda, Sociedade Comercial, com sede nesta capital, inscrita no CGC/MF sob nº 07.903.040/0001-92, representada neste ato por seu bastante procurador, Samir Jereissati, conforme procuração anexa ao requerimento datado de 06 de janeiro de 1984, instruído com o respectivo aditivo, todo apresentado e arquivado, incorporou ao seu patrimônio com base no que estabeleceu o Artigo 234 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o domínio direto dos terrenos que compõem o Sítio José de Alencar, objeto da transcrição nº 31.713, deste registro, de propriedade da Sofagril – Sociedade de Fomento Agro-Industrial Ltda, em razão da mesma, ter sido incorporada pela requerente como se comprova do referido aditivo, cujo domínio útil do citado Sítio José de Alencar foi objeto do loteamento, conforme registro sob nº 119, às fls. 33 do Livro Auxiliar nº 8, desse cartório, do que faço a presente averbação. Em, 21 de fevereiro de 1984. **AV.02** - Certifico que por aditivo

Certidão narrativa de registro de escritura pública de compra e venda de 06 de Julho de 1944. Transcrita do Livro de Transmissões 3-2, No 31713. 1º Ofício de Registro de Imóveis. Fls. 161 – Parte 2

arquivado na Junta Comercial, deste estado, sob o nº AC. 38.816-84 e por despacho de 28 de setembro de 1984, Porto das Dunas Ltda, com sede nesta capital, CGC nº 09.418.179/0001-76, representada por seu representante legal, João Gentil Júnior, conforme requerimento datado de 17 de setembro de 1986, apresentado e arquivado neste cartório, as partes resolvem de comum acordo mais uma vez, alterar referido contrato que o fazem nos seguintes termos: Os sócios de Porto das dunas Ltda, qualificados no aditivo, resolvem de comum acordo, a Incorporar à primeira à segunda, mediante as seguintes condições: 1) O patrimônio líquido da incorporada é, segundo seu balanço patrimonial encerrado em 31 de agosto de 1984, da ordem de Cr\$573.129.683,00 correspondente o capital e reservas. Possuindo os sócios a mesma participação percentual em ambas as sociedades, resolve-se o problema da distribuição, entre eles, do acréscimo patrimonial decorrente da incorporação. Com a incorporação e capital da incorporadora Porto das Dunas Ltda, passará, portanto de Cr\$15.500.000.000,00 para Cr\$16.073.129.683,00 e ficará assim distribuído: João Gentil Júnior – Cr\$16.069.915.057,00; João Eduardo Guinele Gentil Cr\$1.607.313,00 e Terezinha de Araújo Martins – Cr\$1.607.313,00. Fortaleza, 28 de janeiro de 1987. **AV.03** - Certifico que à margem da matrícula nº 9.068, foi feita a averbação de re-ratificação, referente ao CND do IAPAS, de nº 606325, série A, datada de 23 de agosto de 1989. Em, 23 de janeiro de 1990. **AV.04** - Certifico que por requerimento datado de 06 de dezembro de 1989 e demais documentos anexos, todos apresentados e arquivados neste cartório, averbo a margem da transcrição retro, que Porto das Dunas Ltda, mudou à sua razão social para J.G. Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda, a qual é titular do domínio direto do terreno objeto da transcrição nº 31.713, deste cartório. Fortaleza, 05 de fevereiro de 1990. **CERTIFICA** mais que o **LOTEAMENTO** denominado **PARQUE JOSÉ DE ALENCAR**, está registrado neste cartório no Livro Auxiliar 8, 4º, 5º e 6º volume, às fls. 138, 52 e 62, respectivamente, sob o nº de ordem 119, de propriedade da adquirente. **CERTIFICA** ainda que **não há mais espaço na coluna** destinada às averbações, devendo por essa razão os atos enumerados no artigo 169 da Lei 6015/73, serem efetuados conforme dispõe o Art. 405 do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará. **CERTIFICA** finalmente que tratando-se a presente de **Certidão Narrativa** ressalva-se na oportunidade a possibilidade de posteriores assentamentos ou ônus relativamente aos imóveis contidos nesta transcrição. O referido é verdade. Dou fé. **CERTIFICO** que relativamente ao imóvel da presente **transcrição** foi prenotado o talão de nº **1187754**, compreendendo uma **DETERMINAÇÃO JUDICIAL (01/30607)**, cuja prenotação tomou o nº 282.697, datado de 03/07/2017, para fins a que se reporta o artigo 186 da Lei 6.015/73. Em 31 de 07 de 2017. Eu, Troianny Adriano, dei busca nos livros, digitei e conferi; Eu, Eliton, dei busca no indiciador pessoal; Eu, Troianny Tamara, dei busca nos ofícios, às 16 hs 10 min.



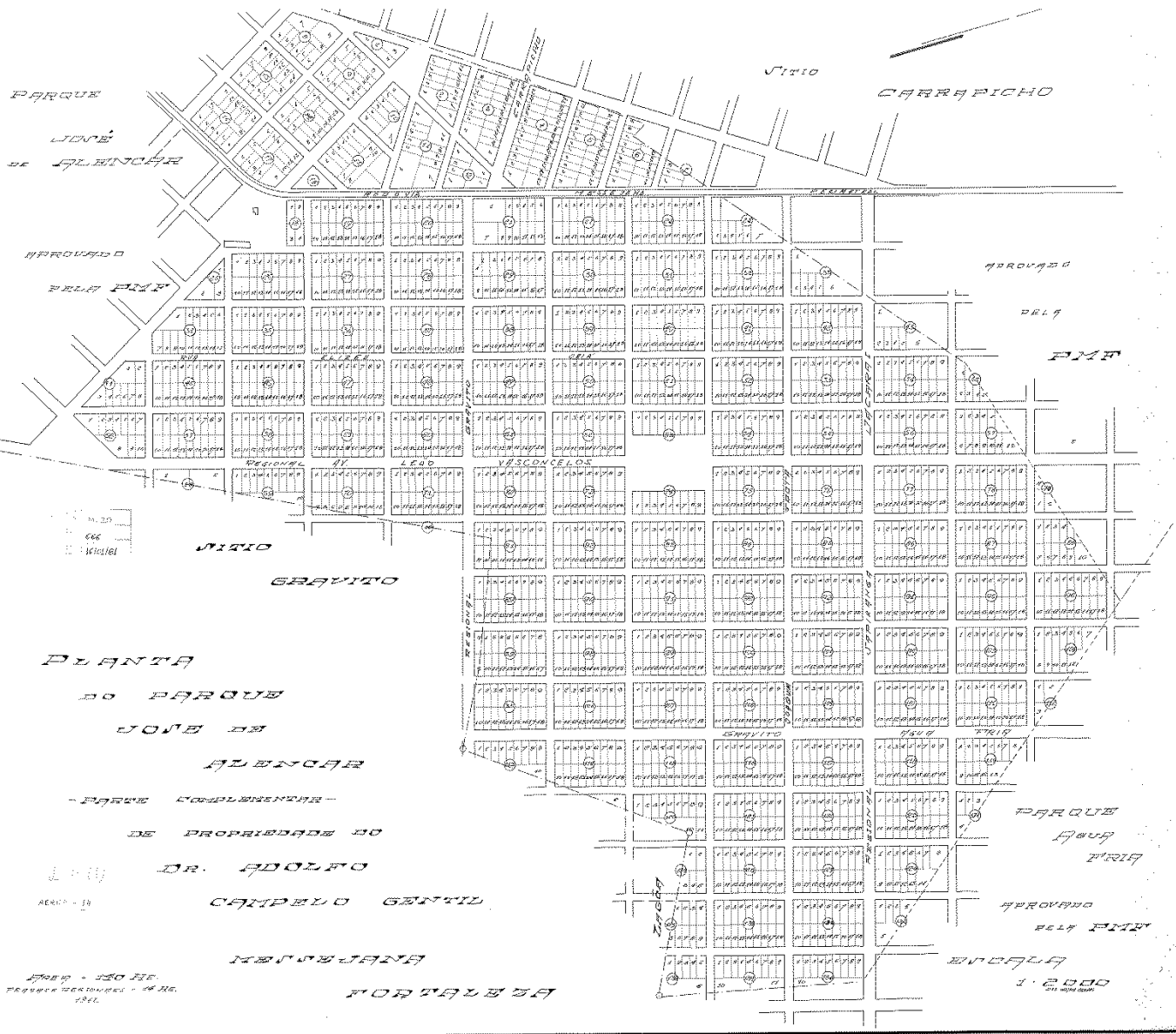
Talão: 1525987
Talão Compl.: -
Emol.: FERMOJU/FERC/ISS/FAADEP/FRMMP
R\$: 36,73

1º Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza - CE

Oficial / Substituto(a) / Escreventes

- () José Anderson Cisse
- () Ingrid Clementino Rodrigues Fatori
- () Ironildes Bonfim Fernandes
- () Ivina Gê Trigueiro
- () João Evangelista Araújo Neto
- () José Eliton Albuquerque
- () Karen de Queiroz Barros Ximenes
- () Mary Anne Lima Linhares
- () Soraia Melo Torres Pinheiro

Certidão válida, somente com selo de autenticidade, por 30(trinta) dias, conforme art. 601, do Prov. 08/2014-CGJ/CE, exceto para fins de Incorporação Imobiliária e Parcelamento do Solo Urbano, cuja validade é de 90(noventa) dias, conforme art. 914, § 4º do Prov. 08/2014-CGJ/CE.



Loteamento 666 Parque José de Alencar. FONTE: Acervo SEUMA

Edição da *Gazeta de Notícias* de 15 de julho de 1977



Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade, então Diretor do SPHAN ao Arquiteto José Liberal de Castro em 15 de Janeiro de 1962. FONTE: Acervo 4ª SR/IPHAN, Ceará.

Of. nº 86

15 de janeiro de 1962

Diretor do PHAN

Sr. Dr. José Liberal de Castro

: tombamento da casa de
José de Alencar

Sr. Dr. José Liberal de Castro:

Por se achar esta Diretoria empenhada na revisão e atualização do rol dos bens inscritos e a inscrever nos Livros do Tombo, parece-lhe oportuno providenciar para o tombamento da Casa de José de Alencar em Mecejana. Solicito-lhe, portanto, comunicar com a maior brevidade possível a esta sede se V.Sa. julgará conveniente o tombamento imediato do referido imóvel e, em caso afirmativo, ministrarmos os seguintes dados indispensáveis para expedição da notificação correspondente: município, logradouro e número em que a casa é situada; nome e endereço do representante legal da entidade proprietária do imóvel.

Atenciosas saudações.

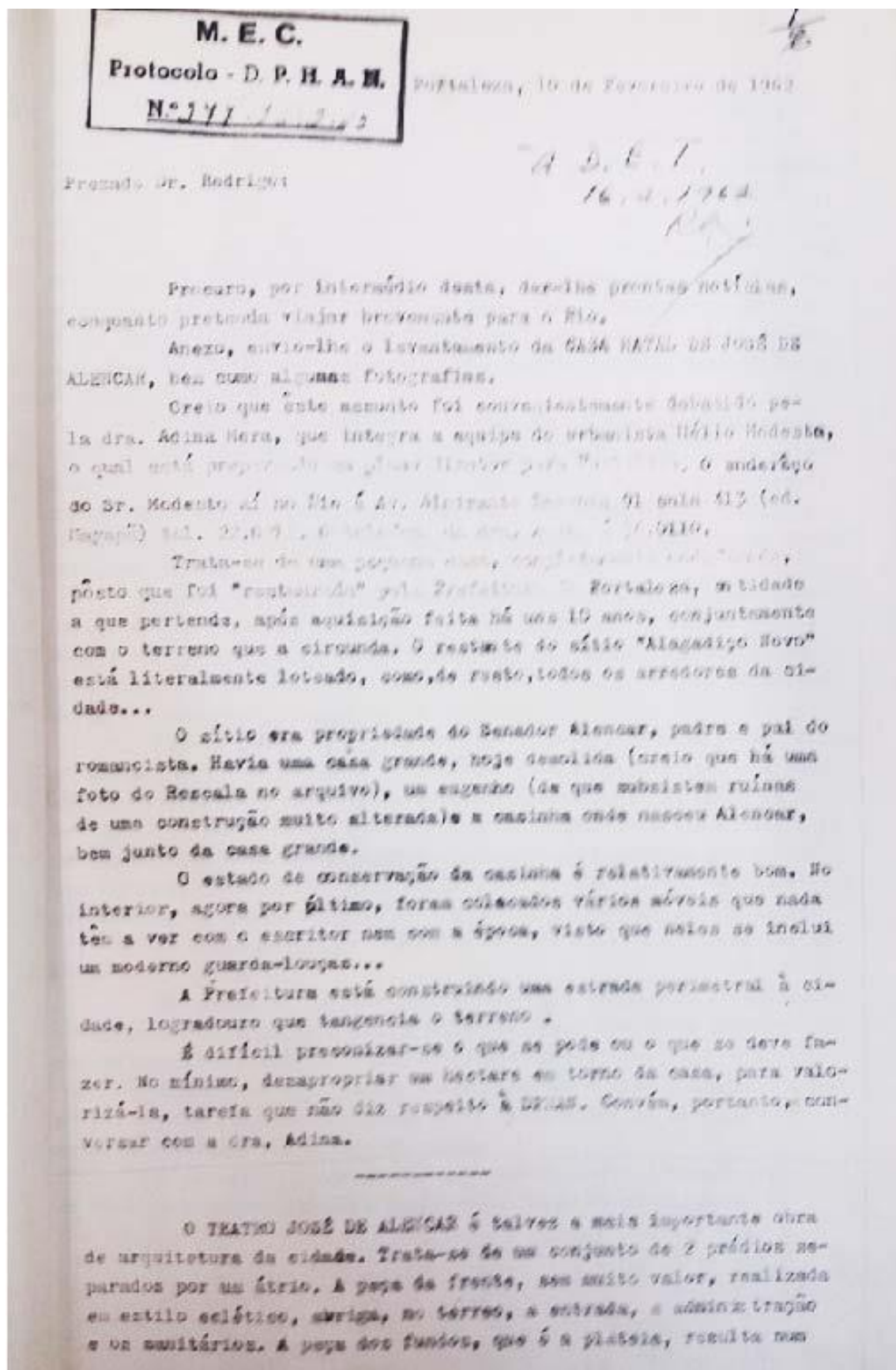
Rodrigo M.F. de Andrade
Diretor

ao Senhor

Dr. José Liberal de Castro
Rua Senador Catunda, 551
FORTALEZA. CEARÁ

RFA/r

Carta do Arq. José Liberal de Castro a Rodrigo Melo Franco de Andrade, então Diretor do SPHAN, em 15 de Janeiro de 1962. FONTE: Acervo 4ª SR/IPHAN-Ceará – Parte 1



Carta do Arq. José Liberal de Castro a Rodrigo Melo Franco de Andrade, então Diretor do SPHAN, em 15 de Janeiro de 1962. FONTE: Acervo 4ª SR/IPHAN-Ceará – Parte 2

elegante edifício, todo em estrutura metálica.

Têm sido infrutíferas as pesquisas que tentei realizar, mesmo porque as informações prestadas pelos historiadores locais não satisfazem. Dizem eles que o Teatro é projeto e construção do Engenheiro Militar Bernardo José de Nello, enquanto creio eu que só lhe devamos creditar a autoria da peça da frente (em alvenaria), porque a platéia, toda em "art nouveau", teria sido projetada pela própria oficina fundidora - Walter Macfarlane Co., Glasgow. Os contatos com essa firma escocesa foram feitos por intermédio de sólidos comerciantes da época - Boris Frères, franceses de origem judaica (quem sabe se o desenho não seja francês, apesar de os detalhes das escadas traírem reminiscências de arquitetura naval).

As reformas que o Teatro sofreu não chegaram a comprometer: houve uma recuperação total há uns 10 anos, quando substituíram as velhas e originais cadeiras de palhinha por outras, novas, estofadas de nylon (as velhas acham-se escondidas nas torrinhas). Nessa ocasião a pintura foi toda retocada, com zelo, no entanto: é da autoria do pintor Herculano Ramos.

Descobri uma planta (levantamento) muito simplificada no Departamento de Saneamento e Obras Públicas do Estado (o Teatro é estadual e vem merecendo, nestes últimos anos, tratamento condigno). Essa planta não poderá servir para muita coisa, pelo que se terá de proceder a um levantamento completo do edifício.

Minhas pesquisas até agora foram inúteis, como já disse. Entrei em contato com a firma Walter Macfarlane (que ainda existe), mas nada obtive de positivo, salvo um catálogo de apresentação da linha de fabricação, em cujas folhas aparecem dois desenhos (exterior e interior) do Teatro José de Alencar (exemplo de teatro para jardim) juntamente com kiosques, grades, portões, equipamento sanitário, cocheiras, etc... Não me puderam fornecer cópias dos desenhos originais, já destruídos.

As obras do Teatro começaram em 1903 e foi ele inaugurado em 17 de Junho de 1910.

Não resta dúvida que urge um imediato tombamento do edifício, independente de quaisquer outras providências. Era minha intenção tecer no assunto, para o que vinha coletando dados.

Segundo me informaram, a acústica não é boa: o teatro é todo aberto e está situado numa praça muito barulhenta, de onde parte a maioria das linhas de ônibus da cidade.

Como espero estar no Rio brevemente, terei o imenso prazer de vê-lo e de conversarmos a respeito de todos esses assuntos.

Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC (SODS). Ata 164 de 29 de Dezembro de 1964. – Parte 1

Ata da 164ª Sessão Extraordinária
do Conselho Universitário, realizada
no dia 29 de dezembro de 1964.

Aos vinte e nove (29) dias do mês de dezembro de mil, novecentos e sessenta e quatro (1964), às dez (10) horas, na sede da Reitoria da Universidade do Ceará, presentes o Exmº Sr. Professor Antônio Martins Filho, Magnífico Reitor, comigo, José Milton de Vasconcelos Dias, Secretário abaixo assinado, e os Exmos. Srs. Conselheiros Luiz Cruz de Vasconcelos e Lincoln Mourão Matos, Diretor e Suplente de Representante da Faculdade de Direito; Aílton Gondim Lössio e Fernando Leite, Diretor e Representante da Faculdade de Farmácia e Odontologia; Frisco Bezerra e Renato Braga, Diretor e Representante da Escola de Agronomia; Ocelo Pinheiro e Walter de Moura Cantídio, Diretor e Representante da Faculdade de Medicina; Luciano Ribeiro Pamplona e Heitor de Oliveira Albuquerque, Diretor e Representante da Escola de Engenharia; Ari de Sá Cavalcante, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas; Pe. Francisco Batista-Luz e Hesíodo de Cuiroz Facó, Diretor e Representante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Sérgio Moreira Duque, Presidente do Diretório Central dos Estudantes; e José Newton Alves de Sousa, Diretor da Faculdade de Filosofia do Crato, reuniu-se, em sessão extraordinária, o Conselho Universitário. - - - - -

LITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR: - Inicialmente foi lida e aprovada a ata da sessão anterior, realizada no dia dezoito (18) do mês de dezembro em curso. - - - - -

PRESENÇA À SESSÃO DO PROF. JOSÉ NEWTON ALVES DE SOUSA, DA FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO: - Inicialmente o Magnífico Reitor informou que se encontrava presente àquela sessão o Diretor da Faculdade de Filosofia do Crato, Prof. José Newton Alves de Sousa, que a seguir faria uma rápida exposição das realizações levadas a efeito, em 1964, por aquele estabelecimento. Com a palavra, o Prof. José Newton Alves de Sousa comunicou que a Faculdade de Filosofia do Crato realizara, em 1964, seis (6) cursos de extensão universitária, a saber: a) Curso de Orientação Educacional, a cargo do Prof. Martins Dubois, da Universidade Católica de Salvador; b) Curso de Didática das Ciências, a cargo do Prof. Homero Lenz César, da Universidade do Ceará; c) Curso de Literatura Francêsa (Racine), a cargo do Prof. Remy de Souza, da Universidade Católica de Salvador; d) Curso de Língua Portuguesa, a cargo do Prof. Aires da Mata Machado Filho, da Universidade de Minas Gerais; e) Curso de Teoria Geral da Literatura; e f) Curso de Literatura Portuguesa, ambos a cargo do Prof. Antônio Soares Amora, da Universidade de São Paulo. Acrescentou que haviam sido realizadas, igualmente, três

Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC (SODS). Ata de 29 de Dezembro de 1964. – Parte 2

.2.

(3) Jornadas Pedagógicas às cidades de Jardim, Nova Olinda e Santana do Cariri, durante as quais foram debatidos vários assuntos de interesse do ensino. Disse que em 1965 alguns acadêmicos da Faculdade de Filosofia do Crato iriam exercer o magistério em estabelecimentos de ensino das cidades visitadas. Aduziu, ainda, que aquela Faculdade iria promover cursos destinados à formação de secretários, que, uma vez instruídos em matéria de legislação escolar, poderão prestar colaboração positiva aos estabelecimentos de ensino do interior. Disse mais que o calendário escolar e o Regimento da referida Faculdade tinham sido reformulados, este último para adaptação à Lei de Diretrizes e Bases. De acordo com essa reformulação, o calendário escolar iria considerar fevereiro e julho como meses letivos, permitindo a contratação de professores de outras Faculdades para ministrarem cursos intensivos. Informou, finalmente, que seria em breve realizado um festival de literatura, na Livraria Renasença, desta Capital, oportunidade em que se faria o lançamento das seguintes obras: primeiro e segundo volumes da "História do Cariri", de J. de Figueirêdo Filho; "A Pedagogia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", de J.F. de Sá Telles, e o primeiro número da revista "Veritas" da qual foram distribuídos alguns exemplares entre os Srs. Conselheiros presentes. O Magnífico Reitor congratulou-se com o Prof. José Newton Alves de Sousa, pelo excelente programa de trabalho que vem realizando à frente da Faculdade de Filosofia do Crato. - - - - -

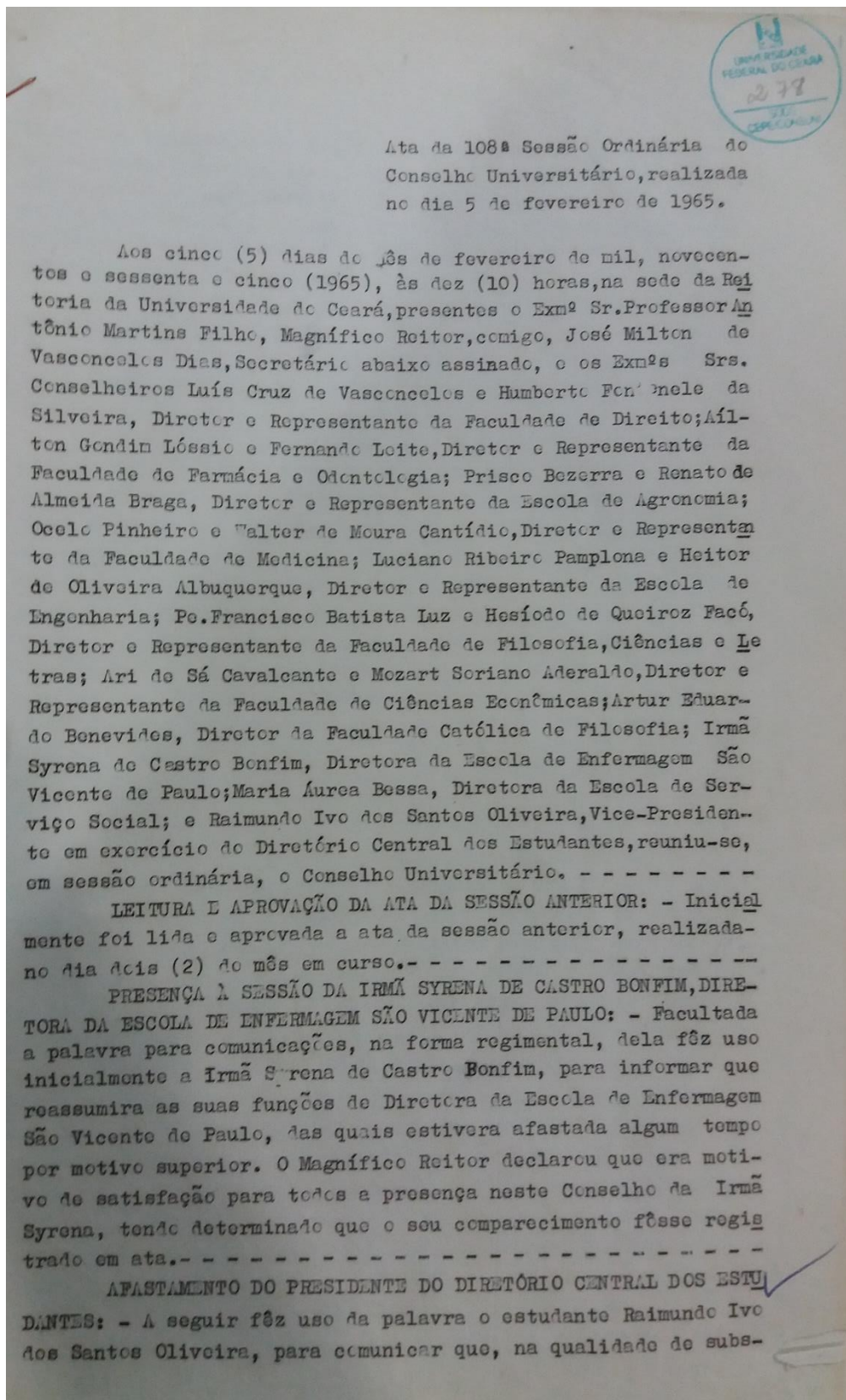
COLAÇÃO DE GRAU NA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO CRATO: Facultada a palavra para comunicações, na forma regimental, deu-lhe uso inicialmente o Prof. Fernando Leite, que se referiu, de maneira elogiosa, à solenidade de colação de grau da primeira turma de economistas diplomada pela Faculdade de Ciências Econômicas do Crato, a que tivera oportunidade de assistir. - - - - -

VISITA À REITORIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA: - Não mais havendo entre os Srs. Conselheiros quem quisesse fazer uso da palavra, o Magnífico Reitor reportou-se à visita feita à Reitoria pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, quando de sua estada nesta Capital, no dia vinte e seis (26) do mês findante. Sua Excelência, após ter sido saudado pelo Reitor, pronunciara um discurso bastante elogioso à nossa Instituição, no fim do qual declarou oficialmente instalada a Escola de Arquitetura da Universidade do Ceará. Em face de sua importância histórica e documental, solicitava o Reitor que fosse aprovada a inserção em ata do mencionado discurso. A proposta do Magnífico Reitor foi aprovada pela unanimidade dos Srs. Conselheiros presentes. É do seguinte teor

Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC (SODS). Ata de 29 de Dezembro de 1964. – Parte 3

...3.
a fala do Senhor Presidente da República: "Magnífico Reitor, Senhores Professores e Universitários: Entrei nesta Casa completamente desarmado em matéria de discurso, avisado de que o Rio de Janeiro de que aqui compareceria para declarar instalada uma Escola emia me avistar com fisionomias amigas e conhecidas. O Magnífico Reitor, no entanto, resolveu abrilhantar a solenidade com o seu brilhante discurso. Duas coisas me surpreenderam na sua palavra: a primeira é o Reitor que conheci em 1955, inteiramente lançado para o futuro de sua Universidade e que logo constituiu uma garantia para o seu desenvolvimento. E a outra é a de que aqui, além de ser uma casa da inteligência, é também um lar muito generoso. Assim, eu tomo as palavras com que me saudou o Magnífico Reitor, colocando-me muito alto, bem perto do nível desta Casa da inteligência - coarctense e do patriotismo brasileiro. Muito reconhecido. Eu tenho tido informações no Rio de Janeiro, de diversos Estados, referentes aos setores universitários. E daqui do Ceará as informações chegam, de que, passo a passo, o entendimento entre professor e aluno mais se aprofunda. Eu acredito que haja uma compreensão muito alta de que qualquer Escola e Universidade só são fundadas para ter alunos. O aluno é objetivo único e essencial. Então a inteligência do professor, a sua atividade e os seus cuidados só podem ser concentrados no aprendizado daqueles que para cá vieram a fim de receber ensinamentos. O lugar do professor não pode ser tomado por ninguém. Se não por ele mesmo. Se ele não tem prestígio, se ele não está em condições de transmitir aos seus alunos os ensinamentos que é obrigado a lecionar, ninguém poderá fazer por ele, somente ele. Não só nessa atividade, como também naquela em que se estreita o entendimento entre o professor e o aluno. Em que o professor compreende e deve compreender alguns desvios da mocidade. Pois é a época em que mais o homem está sujeito a ter desvios, a ter certas atividades paralelas, ou desvios daquela que deve ter. Mas também é a época em que o homem mais pode ser recuperado. É a época em que o homem mais pode ser canalizado para o bem comum, dentro do civismo, do patriotismo e dos conhecimentos que deve receber em cada Faculdade. E só o professor é que pode manipular esta matéria prima. O aluno é uma matéria prima, e como toda matéria prima às vezes é agreste, áspera, às vezes não condicionada a certos vascos. Mas se ela é bem trabalhada, se ela é bem aproveitada, transforma-se num produto que só pode honrar a Faculdade e a própria humanidade. Senhor Magnífico Reitor, desculpe esta digressão, porque eu aqui estou vendo professores e alunos. E a melhor maneira de agradecer a sua saudação é salientar este trabalho que aqui se processa sob a direção esclarecida do V.Ex^o. Entremos no

Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC (SODS). Ata da 108ª Sessão Ordinária do Conselho, em 5 de fevereiro de 1965. – parte 1



Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC (SODS). Ata da 108ª Sessão Ordinária do Conselho, em 5 de fevereiro de 1965. – parte 2

.2.
stituto do Presidente do D.C.E. e tendo em vista o afastamento do Sr. Sérgio Moreira Duque, assumira a Presidência daquele órgão estudantil. Acrescentou o Magnífico Reitor que sobre o assunto oficiara ao Sr. Sérgio Duque, tendo, em consequência, convocado o Vice-Presidente do D.C.E., que pela primeira vez comparecia a este Conselho. - - - - -

VIAGEM AO RIO DE JANEIRO DO DIRETOR DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS: - O Conselheiro Pe. Francisco Batista Luz informou que, a convite do Diretor do Ensino Superior, Prof. Raymundo Moniz de Aragão, deveria viajar para o Rio de Janeiro no dia sete (7) do corrente. - - - - -

PERMANÊNCIA DO MAGNÍFICO REITOR NO RIO DE JANEIRO: - Não mais havendo entre os Srs. Conselheiros quem desejasse - por uso da palavra, o Magnífico Reitor passou a informar sobre os resultados da sua recente viagem ao Rio de Janeiro, aonde fôra tratar de vários assuntos ligados à administração da Universidade. Inicialmente informou que, quanto a novas admissões de pessoal, o Ministro da Educação e Cultura declarara que as restrições constantes do Decreto que disciplina critérios para nomeações não atingem as Universidades. Entre as diversas providências adotadas junto àquele Ministério, o Magnífico Reitor destacou as que foram tomadas com o fim de evitar a anulação, pleiteada pelo DASP, do Decreto acima aludido e, bem assim, no sentido de serem outorgados poderes às Universidades para realizarem concursos de seleção de pessoal, com o apoio do MEC. - - -

AUDIÊNCIA DO MAGNÍFICO REITOR COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: - Ainda com a palavra, o Magnífico Reitor trouxe ao conhecimento do Conselho que, em companhia do Dr. Raimundo Girão, fôra recebido em audiência pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com quem foram mantidos vários entendimentos relacionados com as comemorações do centenário da Universidade do Ceará e, bem assim, do centenário do lançamento do livro "Tracoma", de José de Alencar. A respeito deste último assunto, foram instituídas, por meio de Decreto, duas comissões para, no plano nacional como no estadual, promoverem as solenidades comemorativas do centenário do livro em referência. A Comissão Nacional será integrada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, como Presidente, e mais as seguintes autoridades: Presidente da Academia Brasileira de Letras, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pelo Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura. Quanto à Comissão estadual, está constituída do Reitor da Universidade do Ceará, na qualidade de Presidente, ten-

Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC (SODS). Ata da 108ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário em 5 de fevereiro de 1965. – parte 3

...o, como demais membros, o Presidente da Academia Cearense de Letras, o Presidente do Instituto do Ceará, o Secretário da Educação e Cultura, o Representante do Conselho Estadual de Cultura e a Diretora da Casa do Juvenal Galeno. Acrescentou que, dos entendimentos mantidos com o Senhor Presidente da República, ficara ainda estabelecido que a Casa de José de Alencar, tombada como monumento nacional, seria incorporada ao patrimônio histórico da Universidade do Ceará, que deverá assegurar os meios necessários à sua conservação.-----

RESTOS A PAGAR DOS EXERCÍCIOS DE 1963 E 1964: - Prosseguiu de nas suas considerações, o Magnífico Reitor declarou que providências de maior alcance tinham sido tomadas junto ao Senhor Presidente da República, tendo em vista o recebimento dos saldos relativos a "Restos a Pagar" dos exercícios de 1963 e 1964. Salientou que Sua Excolência adotara medidas favoráveis à solução do assunto.-----

FÓRUM UNIVERSITÁRIO A SER REALIZADO EM SÃO PAULO -REUNIÃO DE REITORES NA SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DA SUDENE: - Finalizando as suas considerações, o Magnífico Reitor informou que, por convocação do Diretor de Ensino Superior, Prof. Raymundo Moniz de Aragão, deverá comparecer, nos dias treze (13) e catorze (14) de março próximo, ao Fórum Universitário a ser realizado na Capital paulista. Referiu-se ainda aos convites que lhe foram formulados pelo Dr. Antônio Cauceiro, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, e pelo Dr. João Gonçalves de Souza, Superintendente da Sudene, para, em companhia daquelas autoridades e dos demais Reitores das Universidades nordestinas, participar de uma reunião sobre problemas relacionados com o equipamento das instituições universitárias e treinamento de pessoal de alto nível, a realizar-se na sede da Sudene, no dia 8 do mês em curso.-----

RECURSO DE LÚCIO LEITE MARANHÃO QUANTO AOS RESULTADOS DA PROVA DE QUÍMICA DO CONCURSO DE HABILITAÇÃO EM 1965: -Dando início aos trabalhos da Ordem do Dia, o Magnífico Reitor declarou que desejava trazer novamente ao exame do Conselho Universitário o assunto relacionado com a reclamação feita por Lúcio Leite Maranhão, candidato no concurso de habilitação para ingresso na Faculdade de Medicina, quanto ao resultado obtido na prova de Química a que se submetera. A questão era reaberta naquele momento, porque a Reitoria recebera da Comissão de Coordenação Geral do Concurso de Habilitação comunicação oficial de que aquele órgão deliberara sobre o assunto, aprovando relatório e parecer da banca examinadora de Química. Para melhor apreciação da matéria, o Reitor convidara a fazer-se presente àquela sessão o Prof. Otá-

Secretaria dos Órgãos Deliberativos (SODS) da UFC. Ata da 110ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário em 9 de Abril de 1965. p.1

Ata da 110ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 9 de abril de 1965. - - - - -

Aos nove (9) dias do mês de abril de mil, novecentos e sessenta e cinco (1965), na sede da Reitoria da Universidade do Ceará, presentes o Exm^o Sr. Professor Antônio Martins Filho, Magnífico Reitor, comigo, José Milton de Vasconcelos Dias, Secretário abaixo assinado, e os Exm^{os} Sr. Conselheiros Luís Cruz de Vasconcelos e Humberto Fontenele da Silveira, Diretor e Representante da Faculdade de Direito; Ailton Gondim Lóssio e Fernando Leite, Diretor e Representante da Faculdade de Farmácia e Odontologia; Prisco Bezerra e Renato de Almeida Braga, Diretor e Representante da Escola de Agronomia; Ocelo Pinheiro e Walter de Moura Cantídio, Diretor e Representante da Faculdade de Medicina; Luciano Ribeiro Pamplona e Heitor de Oliveira Albuquerque, Diretor e Representante da Escola de Engenharia; Pe. Francisco Batista Luz e Hesíodo de Queiroz Facó, Diretor e Representante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Ari de Sá Cavalcante e Mozart Soriano Aderaldo, Diretor e Representante da Faculdade de Ciências Econômicas; José Newton Alves de Sousa, Diretor da Faculdade de Filosofia de Crato; Maria Aurea Bessa, Diretora da Escola de Serviço Social; Irmã Syrena de Castro Bonfim, Diretora da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo; e Alberto Callou Tórres, Presidente do Diretório Central dos Estudantes, reuniu-se, em sessão ordinária, o Conselho Universitário. - - - - -

LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR: - Inicialmente foi lida e aprovada a ata da sessão anterior, realizada no dia vinte e seis (26) de março passado. - - - - -

PRESENÇA À SESSÃO DO NOVO PRESIDENTE DO DIRETORIO CENTRAL DOS ESTUDANTES: - Antes de facultada a palavra para comunicações, o Magnífico Reitor declarou que se encontrava presente à sessão o acadêmico Alberto Callou Tórres, da Faculdade de Direito, recentemente eleito para a Presidência do Diretório Central dos Estudantes. Acrescentou que, conforme comunicação recebida, o corpo administrativo da referida entidade estava assim constituído: - Alberto Callou Tórres - Presidente; José Valdener Saraiva Cruz - 1º Vice-Presidente; José Rebouças Lira - 2º Vice-Presidente; Antônio de Sousa Leite - Secretário-Geral; Júlio Maria Lima Araújo - 1º Secretário; Teobaldo Mânsio de Brito - 2º Secretário; Raimundo Nonato de Lima - Tesoureiro Geral; Eliardo Ximenes Rodrigues - 1º Tesoureiro; Geraldo Férrer - 2º Tesoureiro; Evandro Bezerra - Orador; e Francisco José Menezes - Bibliotecário. Na conformidade do que determina o Regimento, o Presidente eleito do Diretório Central dos Estudantes - prestou, perante o Egrégio Conselho Universitário, o compromisso de

Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC. Ata de 9 de Abril de 1965. p.4

.4.
versidade, aquiescera em vir colaborar na estruturação da referida Escola, no que seria auxiliado pelos professores Diógenes Rebouças e Américo Simas Filho, Catedráticos da Universidade da Bahia. Por último, o Magnífico Reitor expressou agradecimentos ao Prof. Luciano Ribeiro Pamplona, que respondera interinamente pela Escola de Arquitetura, salientando ainda que necessitava da cooperação de algumas Escolas, particularmente a de Engenharia, no sentido de permitir o afastamento temporário dos professores José Liberal de Castro e Neudson Braga, para cooperarem no ensino da nova Escola, cujo funcionamento constituía um fato auspicioso para a Universidade do Ceará. - - - - -

REUNIÃO DE REITORES EM BRASÍLIA:- O Magnífico Reitor informou ainda que, em virtude de não ter sido possível ausentar-se desta Capital, os professores Renato de Almeida Braga e Prisco Bezerra estiveram presentes à Reunião de Reitores realizada em Brasília, por ocasião da qual foram tratados, prioritariamente, os assuntos relacionados com o pessoal e orçamento. - - - - -

EXPEDIENTE ORIGINÁRIO DA DIVISÃO DE FITOTECNIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA¹ - Ainda no período de comunicações, o Magnífico Reitor informou que acabara de receber expediente originário do Diretor da Divisão de Fitotecnia do Ministério da Agricultura, no qual tratava de um programa de colaboração entre esta Universidade e aquele Ministério, relativamente a pesquisas com o algodoeiro. - - - - -

PROCESSO NUMERO 5174/65 - (AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS):- Dando início aos trabalhos da Ordem do Dia, o Magnífico Reitor submeteu à apreciação e posterior aprovação do Conselho o processo número cinco mil, cento e setenta e quatro (5.174), do corrente ano, relativo à aquisição, a ser feita pela Universidade, das quadras de terreno destinadas à reconstituição do Sítio Alagadiço Novo, em Messejana, onde se acha localizada a Casa de José de Alencar. Esses imóveis, de área de cinco (5) hectares aproximadamente, e já declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, mediante Decreto baixado anteriormente pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, são de propriedade, respectivamente, dos Srs. Adolfo Campelo Gentil (quadras 25, 26, 34 e 35), Francisco Ferreira Costa e Dagmar Ferreira Costa (meia quadra), Francisco Nogueira Diógenes (quadra 50 com as respectivas benfeitorias) e Antônio Esmerino Pinto, representado por seu procurador, Sr. Francisco Nílcliton Aguiar (quadra 59). A Universidade poderia ultimar a aquisição dos citados imóveis até a importância global de Cr\$ 20.980.500 (vinte milhões, novecentos e oitenta mil e quinhentos cruzeiros), inclusive o valor das benfeitorias existentes na quadra nº 50, confor

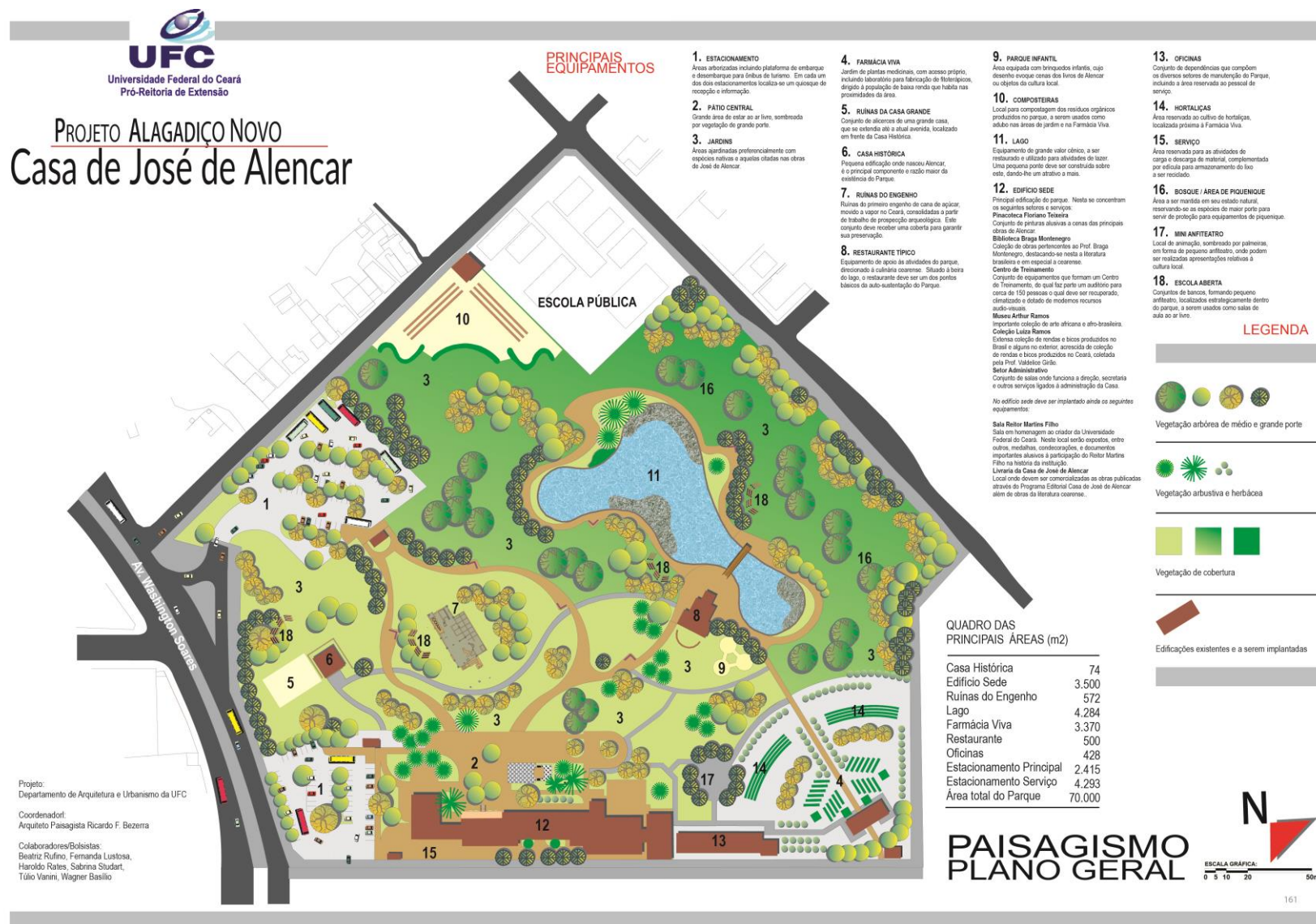
Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFC. Ata de 9 de Abril de 1965. p.5

.5.

me avaliação procedida por uma comissão de arquitetos instituída pela Reitoria, acrescentando que as despesas relativas a essa compra correriam por conta do "Fundo Especial para material, serviços, encargos, pesquisas e investimentos". O processo fôra distribuído à Comissão de Finanças e Orçamento, onde o deveria relatar o Conselheiro Luciano Ribeiro Pamplona, a quem o Magnífico Reitor passou a palavra. O relator, após o exame das informações constantes do processo e da planta a êle anexada, declarou que, tendo em vista o alto índice de valorização dos terrenos situados à margem da Avenida Perimetral, lhe pareciam bastante razoáveis os preços pelos quais os proprietários dos aludidos imóveis concordariam em vendê-los à Universidade. Com fundamento na Exposição de Motivos do Departamento de Obras e Planejamento, bem como nas demais informações constantes do processo, e atendendo ainda aos esclarecimentos do Magnífico Reitor, quanto aos recursos por onde deveriam correr as despesas com aquela compra, o relator manifestou-se favoravelmente à aquisição, nas condições propostas pelos interessados e até o montante das avaliações feitas pela comissão de técnicos. O parecer do relator, homologado pelos demais membros da Comissão de Finanças e Orçamento, foi pôsto em discussão no plenário e logo a seguir em votação, sendo aprovado por unanimidade. Ficou, assim, o Magnífico Reitor autorizado a promover a aquisição pretendida, até a importância de Cr\$20.980.500 (vinte milhões, novecentos e oitenta mil e quinhentos cruzeiros). - - - - -

PROCESSO NÚMERO 2.313/65 (AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS): - Dando continuidade aos trabalhos, o Magnífico Reitor anunciou o processo número dois mil, trezentos e treze (2313), do corrente ano, referente a uma proposta de venda de imóvel, de propriedade do Sr. Luís Queiroz Almeida e sua mulher, situado à Av. Visconde de Cauípe, nº 2.133, nesta Capital, compreendendo um terreno com onze metros e dez centímetros. (11,10m) de frente por sessenta e seis metros e vinte centímetros (66,20m) de fundos, no qual se acha encravada uma casa de tijolo e telhas. Referido imóvel fôra avaliado pelo Departamento de Obras e Planejamento, pela importância de Cr\$22.508.420 (vinte e dois milhões, quinhentos e oito mil e quatrocentos e vinte cruzeiros), informando ainda o Magnífico Reitor que, se autorizada a aquisição, a despesa respectiva correria pelo "Fundo Especial para material, serviços, encargos, pesquisas e investimentos". Distribuído o processo à Comissão de Finanças e Orçamento, foi relator do mesmo o Conselheiro Luciano Ribeiro Pamplona, que, em seu parecer, se pronunciou favoravelmente à aquisição do imóvel em aprêço até o montante da avaliação, salientando que os índices empregados pela comissão téc-

Proposta Projeto Alagadiço Novo de revitalização do Sítio de autoria do Arquiteto Ricardo Bezerra.



Memorando No 028 de 05 de Julho de 1993 do Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico IBPC emitido pela Arquiteta Célia Perdigão. – Parte 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

MEMO IBPC/4ª CR Nº 028/93

Em, 05/07/93

Do : Célia Perdigão
Ao : Teresinha Helena de Alencar Cunha
Coordenadora da 4ª CR
Assunto : Alargamento da Avenida Washington Soares

Senhora Coordenadora:

Fomos solicitados a acompanhar uma reunião no DERT, Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, no dia 21 próximo passado, sobre as obras de alargamento da Avenida Washington Soares, ao longo da qual situa-se o Sítio Alagadiço Novo - Casa de José de Alencar, onde localiza-se a pequena casa onde nasceu o escritor, acautelada por essa Instituição.

Na reunião referida, presentes técnicos do DERT, pudemos constatar que as visões de benefício social dos que propõem o alargamento da via são diametralmente opostas as que plasmam os interesses do IBPC. Posteriormente, estivemos no canteiro da obra e na Casa José de Alencar para melhor equacionar a questão. Esclarecemos que para cumprir o Decreto Lei 25/37 é necessário que o bem tombado seja preservado integralmente. Entretanto, existe também um ente jurídico denominado entorno, com jurisprudência firmada, que objetiva não dissociar o monumento de seu meio ambiente mais próximo. As áreas que auxiliam a leitura, preservação e visibilidade dos monumentos são objeto de cuidados especiais quando faz-se necessária qualquer intervenção, aproveitamento, etc.

No caso em espécie, salientamos a fragilidade da pequena construção, situada a apenas 25 metros da avenida, de tráfego intenso e de alta velocidade. Qualquer tipo de alargamento aumentará o efeito das vibrações, podendo vir a destruí-la.

Memorando No 028 de 05 de Julho de 1993 do Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico IBPC emitido pela Arquiteta Célia Perdigão. – Parte 2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Continuação MEMO nº 028/93 DE 05/07/93

Salientamos também que entre a casa e a cerca que limita o sítio existem as fundações da Casa Grande e duas mangueiras de grande porte que compõem o entorno imediato da mesma. As mangueiras colaboram para filtrar parte da poluição dos veículos. As fundações da Casa Grande deverão ser objeto de estudo para um projeto maior que valorize todos os elementos constituintes do sítio.

Lamentamos que nos estudos preliminares de alargamento da referida via não tenha sido observada, "a priori," a presença do Monumento Nacional.

Acrescentamos que será importante solicitar aos proponentes do projeto soluções que melhorem o efeito de trepidação na área para diminuir as consequências negativas de tão inoportuna vizinhança para o sítio Alagadiço Novo.

Anexamos planta da área para melhor ilustrar o tema exposto.

Atenciosamente,

Célia Maria Coutinho Perdigão
Célia Maria Coutinho Perdigão
Arquiteta do IBPC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL (PROPUR)
LINHA CIDADE CULTURA E POLÍTICA